

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da zona da Mata de Minas
Gerais: 1889/1930

Anderson Pires

Orientador: Prof. Dr. Nelson Nozoe

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor, **revisada** após defesa feita em abril de 2004.

Juiz de Fora
Agosto de 2004

Para minha Família.

Para Solange: Amiga e Companheira.

Para Sergio Ayres, verdadeiro irmão.

Para todos aqueles que, na vida acadêmica,
colocam a pesquisa, a verdade e o
conhecimento acima de suas ambições
pessoais.

(G.Hodgson)

Agradecimentos

Um trabalho de pesquisa constitui, por si só, tarefa que envolve outras pessoas e instituições que merecem nosso reconhecimento quando chega aos seus momentos finais.

Desta forma, devo reconhecer que a Universidade Federal de Juiz de Fora, através do Departamento de História, me ofereceu todas as condições necessárias para a tarefa. Também me sinto grato em relação a todos os responsáveis pela preservação e disposição das inúmeras fontes que utilizamos no trabalho. Em particular aqueles envolvidos com os trabalhos do Arquivo Histórico da UFJF, da Biblioteca Municipal e do Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora pelo acesso e oportunidade de pesquisa que me forneceram, em particular neste trabalho.

Também aos tantos auxiliares de pesquisa que conheci no decorrer destes anos, deixo meu particular reconhecimento pela contribuição dada. Em especial, devo reconhecer o zelo e a dedicação de José Augusto Destro, que sob minha orientação, coordenou a coleta de dados de um enorme e variado material empírico que, sozinho, jamais conseguiria fazer.

Nelson Nozoe contribuiu inúmeras vezes com observações dignas de sua experiência em pesquisa. A ele, Flávio Saes e Flávio Motta devo muitas indicações importantes para a posterior evolução do trabalho, em particular quando do exame de qualificação.

Também gostaria de agradecer a Zimbrão, Ilana e Marcelo que, gentilmente, me acolheram na minha breve “passagem” pelo Instituto de Economia da Unicamp.

Por fim, quero lembrar todos os meus antigos alunos do Curso de História Econômica III, cujas observações, dúvidas e convivência ajudaram mais do que pensam no amadurecimento das questões que acabei por enfrentar neste trabalho.

Algumas Observações Sobre as Fontes

Este trabalho resulta de um esforço que envolveu oito anos de nossa vida acadêmica, entre o início da pesquisa e sua redação final. Neste período de tempo tivemos a oportunidade de colher dados de um número razoavelmente grande de documentos de natureza diversa, necessários para o devido embasamento empírico exigido pela própria abrangência do tema a que nos propomos estudar.

Por sua amplitude, achamos por bem classificar a documentação da seguinte forma: a) Jornais e Periódicos; b) Registros de Hipoteca; c) Inventários *post-mortem*; d) Processos de Falência; e) Documentos referentes ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

A coleta de informações em **jornais e periódicos** locais mostrou-se de fundamental importância para os objetivos que tínhamos em mente no trabalho. Entre inúmeros artigos sobre temáticas extremamente variadas (conjunturas do café, impostos e tarifas, política monetária, imigração, bancos, crédito agrícola, valorização do café, enquetes industriais ou agrícolas etc.), neles encontramos preciosas informações sobre as unidades industriais do município, que, de outra maneira, não teríamos acesso. Dados sobre o número de operários, produção, mercado de consumo, potência instalada, entrevistas com industriais, entre tantos, foram obtidos desta forma. Assim, ao menos uma parte do quadro industrial do município pôde ser revelada, o que, complementada com outras informações (principalmente de natureza oficial), nos forneceu a base suficiente para um dos aspectos mais importantes do universo de nossa pesquisa: o processo de industrialização de Juiz de Fora.

Além disso, tentamos acompanhar, o mais proximamente possível, a publicação dos documentos relativos às *sociedades anônimas* (balanços, listas de acionistas, relatórios anuais, atas de assembléia ordinárias e extraordinárias, anúncios de pagamento de dividendos, etc.) que nos permitiu entrar no universo financeiro e econômico destas empresas, especialmente as fabris. Seu movimento financeiro será privilegiado tanto no que se refere à expansão do capital, quanto à política de empréstimos, estrutura de endividamento, composição e identificação dos acionistas etc. A questão que se coloca é a de perceber até que ponto capitais originados no interior da região foram responsáveis pelo respectivo movimento financeiro, ou se o mesmo capital teve origem predominantemente externa, com a conseqüente canalização de fluxos de recursos para

espaços econômicos exógenos à Mata e sua adesão a sistemas de produção e financiamento alheios a ela.

Como se pode ver no corpo do trabalho, reunimos dados em maior ou menor proporção para cerca de 64 dessas sociedades, um número que não deve estar muito distante de nossa realidade de pesquisa no período delimitado.

Procuramos colher informações (principalmente de natureza econômica) do maior número possível de jornais locais e um levantamento feito ao término da coleta revelou que foram consultados os seguintes jornais com seus respectivos períodos e números:

- a) **O Pharol** (1876-1930); tendo sido coletado o material disponível de 1876 a 1916, num total aproximado de 7.681 jornais;
- b) **Jornal do Comércio** (1896-1916), total de 5.984;
- c) **Correio de Minas** (1895, 1897, 1898 e 1899), total de 385;
- d) **Diário de Minas** (1888-1889), num total de 276;
- e) **Gazeta da Tarde** (1889), total de 224;
- f) **Minas Livre** (1891), total de 42 jornais;
- g) **O Dia** (1916-1927), total de 3.146;
- h) **Minas Gerais**, órgão oficial do estado de Minas Gerais (1892-1901,1903,1926-1930), total de 3.807;
- i) **Diário Mercantil** (1912-1935), aproximadamente 6.617;
- j) **Gazeta Commercial**, órgão da Associação Comercial de Juiz de Fora (1924-1938), total de 4.380 jornais.

Total de jornais com informações coletadas 32.542.

Outra documentação de importância crucial, principalmente para um trabalho que tem nas relações de financiamento da economia um de seus pontos de referência mais importantes, diz respeito aos **registros hipotecários**. Neles podemos dispor dos nomes do credor e devedor, suas residências e profissões, prazo da dívida, montante emprestado, juros cobrados e bens disponibilizados como garantia, entre tantas outras informações. Como devidamente analisado no corpo do trabalho, é digno de nota que este se constituiu em um dos principais espaços de negociação financeira no sistema, atingindo uma complexidade social e econômica que revela muito das respectivas relações de endividamento. De acordo com esta fonte poderemos perceber

as principais origens (sociais e outras) dos mais importantes provedores de recursos para empréstimos (incluindo bancos), os setores sociais que mais os vinham demandando, o volume de recursos mobilizados neste ou naquele período de tempo, as variações das taxas de juros cobradas, entre outros. Todos estes elementos podem ainda ser confrontados com eventuais flutuações e choques da economia, o que forneceria à categoria do *endividamento* a compreensão de seu comportamento mais significativo em sua proporção, evolução, eventuais vínculos com o processo de formação de capital e expansão da economia etc.

Os registros de hipotecas não estão completa ou devidamente organizados nos arquivos locais, existindo diversos livros avulsos ainda nos cartórios da cidade e cujo acesso é difícil. No entanto, o Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora os têm coletado em um volume que, acreditamos, permitirá que a maior parte das questões acima levantadas seja devidamente considerada. Neste caso, foram coletados dados de cerca de *3.300 registros*, mais ou menos organizados da forma como se segue: *Cartório do 1º Ofício de Notas*: 88 livros – período de 1853 a 1931; *Cartório do 2º Ofício de Notas*: 128 livros – período 1853-1919; *Cartório do 4º Ofício*: 14 livros – período de 1926 a 1931; total de livros consultados 214.

Os **inventários** foram outra fonte de importância crucial. Documentação que utilizamos fartamente em nosso trabalho de pesquisa anterior, dispõe de informações sobre o patrimônio e a riqueza dos agentes econômicos mais importantes que atuaram no período, permitindo que identifiquemos, por exemplo, as principais formas que assumiu a referida riqueza, sua modificação em função do tempo e as categorias sociais envolvidas. Aqui podem ser localizados os principais ativos financeiros em que foram aplicadas as poupanças acumuladas no município, sua proporção relativa ou sua eventual convergência para instrumentos que representassem, de alguma forma, o financiamento de atividades econômicas locais. A identificação de ações, debêntures, letras, notas promissórias, dívidas ativas de natureza variada, entre tantas, na composição de fortunas locais se constituiu em um dos principais referenciais para as hipóteses que balizam o trabalho.

Já pelo lado do passivo, o endividamento dos agentes também pode ser averiguado, em suas características mais importantes, como as principais formas de endividamento, prazos, origem, a participação maior ou menor de agentes intermediários institucionais (bancos) ou individuais, a variação do seu montante no tempo, etc.

Particularmente importante foram os inventários de industriais e fazendeiros da região. Neles podemos encontrar a origem do débito e financiamento de duas das mais importantes atividades que sustentaram economicamente o município, estratégicas para as nossas considerações: a cafeicultura e a industrialização. Principalmente neste último caso, onde a organização das firmas inviabilizava uma demonstração financeira mais acessível, tivemos a oportunidade de consultar o balanço de empresas industriais organizadas na forma de sociedades individuais ou simples e verificar sua posição financeira, a estrutura de seu capital, a importância do financiamento de curto e longo prazo, a identificação dos principais agentes responsáveis por este financiamento, a participação de bancos no processo, entre outros.

Já no que se refere aos inventários de fazendeiros, também toda a estrutura do passivo e do ativo é revelada. Um dos principais grupos detentores da riqueza local, a aplicação de suas “reservas” é de particular interesse não só pelo seu volume, mas também e principalmente porque demonstra as possibilidades de transferências intersetoriais de recursos no interior do mesmo espaço econômico, um dos componentes essenciais do processo de crescimento da economia local. A presença de ações e debêntures de empresas industriais do município em suas carteiras foi essencial neste sentido. Quanto ao passivo, sua importância se evidencia porque o setor agrícola-exportador local tradicionalmente tem sido identificado com o setor comercial e financeiro radicado no Rio de Janeiro e o deslocamento deste processo para o espaço interno da economia regional da Mata, pela importância que tem como atividade econômica na região, revela muito não só quanto às possibilidades de organização de um segmento financeiro local próprio, mas principalmente pela possibilidade de delineamento da economia regional que representa.

De qualquer forma, os inventários constituíram uma fonte de grande importância, especialmente quando complementada com outras informações, como aquelas de jornais e contratos hipotecários. Coletamos informações de inventários desde 1915 até aproximadamente 1933. Neste período, de um total de 1.304 inventários foram selecionados 551, mesmo que nem todas as informações tenham sido utilizadas no trabalho.

Os **processos de falência** são as fontes que se mostraram mais ricas no que se refere ao financiamento industrial. Neles pudemos perceber toda a estrutura do débito das empresas industriais e os principais agentes financiadores. Muitas vezes nos vemos diante de empresas bastante pequenas, uma característica do parque industrial local e, assim, são informações que,

também para este caso, não poderíamos dispor de outra forma. Nelas percebemos que o grau de articulação entre o parque industrial local e os bancos foi muito maior do que se pensava, o que não exclui a presença de agentes financiadores individuais. Além disso, as justificativas do titular da massa falida, do síndico da falência, entre outras informações presentes no documento, se mostraram bastante ilustrativas no que se refere à relação destas unidades industriais com as conjunturas econômicas que marcaram o período, muitas sendo as principais responsáveis pelas próprias falências em si. Lamentavelmente o número de processos é relativamente pequeno, o que inviabilizou qualquer análise serial mais reveladora, incluindo aí vários processos de comerciantes. Para o conjunto do período que temos delimitado, dispomos de 50 processos, a maior parte concentrada na década de 1920, sendo apenas algo em torno de 20 de empresas especificamente industriais.

Por fim, as informações referentes ao **Banco de Crédito Real** se impõem pela importância desta instituição financeira para a história econômica e social local. Dispomos para o conjunto do período da pesquisa de todos os relatórios anuais do Banco, com os respectivos balanços. A percepção do próprio Banco sobre conjunturas e vários elementos que explicam ou justificam sua política de crédito podem ser encontrados nos relatórios, com a ressalva de que mantêm uma substancial diferenciação no nível e grau de profundidade entre os anos. Já os balanços nos permitem averiguar qual a reação do Banco diante das mesmas conjunturas e a intensidade da variação de suas políticas de crédito, exposição ao risco, tipo de financiamento concedido (se de longo ou curto prazo, e dentro deste, qual sua tipologia, se em conta corrente ou em meros descontos de notas, etc.). Elementos técnicos, envolvidos com a microeconomia bancária, tais como níveis de liquidez e de exposição, estrutura do passivo, grau de mobilização de patrimônio, encaixe, multiplicador dos meios de pagamento, entre outros, também podem ser aferidos com regularidade para a verificação da forma e intensidade com que o Banco se inseriu na economia local. Além desta documentação (publicada), dispomos ainda das *Atas da Reunião da Diretoria* (manuscritas) e das *Atas de assembléias* do Banco, obtidas quando foram publicadas na imprensa local. Particularmente no caso das atas da diretoria, temos um quadro bastante amplo da política de empréstimos do Banco de Crédito Real, uma vez que várias operações de crédito eram decididas aí, nas reuniões do Conselho da Diretoria, com destaque para aquelas que se destinavam para empresas industriais locais, entre outras tantas distribuídas pelo estado de Minas.

Confrontadas e agrupadas, este conjunto de informações fornece uma base empírica que deve revelar quais foram as características mais importantes do processo de formação, acumulação, retenção e reinversão dos excedentes gerados na economia de Juiz de Fora; a proporção em que foram canalizados para projetos de investimento que resultaram do já referido processo de diversificação setorial experimentado pelo município no período em pauta; ou, em outras palavras, até que ponto o vigoroso processo de urbanização e industrialização de Juiz de Fora, induzido pelo setor agroexportador, foi realizado a partir de vetores essencialmente internos tais como sua dinâmica econômica própria e canalização de poupanças retidas localmente.

Sumário

1. Introdução	01
2. Efeitos de Encadeamento e Complexo Periférico	
2.1. Uma Necessária Delimitação Histórico-Regional	17
2.2. Efeitos de Encadeamento: Um Resumo das Principais Proposições	28
3. Juiz de Fora: Efeitos de Encadeamento e Diversificação Urbano-Industrial	
3.1. O Desenvolvimento do Setor de Transportes	39
3.2. Crescimento Urbano e Industrialização	61
3.3. Diversificação Agrícola e Estrutura Comercial	107
4. Efeito de Encadeamento e Finanças	
4.1. O Financiamento Agrícola e o Mercado Hipotecário	183
4.2. O Financiamento Industrial	256
4.2.1. Firmas Individuais e Sociedades Simples: O Financiamento de Curto Prazo	256
4.2.2. Sociedades Anônimas: O Financiamento de Longo Prazo	291
5. Observações Finais	377
6. Bibliografia	402

Resumo

Este trabalho procura demonstrar a existência de um espaço econômico próprio e diferenciado que se organizou na economia cafeeira da zona da Mata de Minas no final do século XIX e início do século XX. Seu ponto de partida principal é a demonstração de que a partir de sua evolução estrutural interna, esta economia sofreu um importante processo de diversificação setorial de natureza urbano-industrial induzido fundamentalmente pela capacidade de dinâmica do seu setor agrícola voltado para o mercado externo. Dessa forma, a economia regional da Mata mineira se viu, no final do processo, dotada de uma economia extremamente diversificada e que tinha no setor industrial um dos seus componentes estruturais mais importantes. Além disso, deve ser lembrado que esta mesma economia, baseada no referido processo, conseguiu reunir as condições mais importantes para efetivar o movimento de transformação capitalista que caracterizou a economia brasileira no mesmo período.

Outro aspecto importante da análise é o destaque dado às condições de financiamento para que este processo de transformação estrutural pudesse se dar. Partindo da demonstração da existência de um espaço financeiro na economia local, evidencia-se todo um universo de agentes, instituições e mercados que desempenharam uma função básica no interior do referido processo, permitindo a retenção e canalização de formas de poupanças locais nas infinitas oportunidades de investimentos gerados pela própria diversificação da economia local.

Criava-se, assim, um circuito financeiro que envolveu a internalização dos fluxos financeiros gerados no interior da economia, das suas condições de oferta e procura por recursos monetários, a transferência intersetorial de recursos entre outros tantos componentes que permitem sua delimitação como espaço próprio.

Abstract

This work try to show that there was a distinguish and local economic space organized in the Zona da Mata of Minas Gerais's coffee economy, in the end of XIX century and beginning of XX century. The main start point is the demonstration, starting in its internal structural evolution, is that this economy passed through an important process of sector diversification of urban-industrial kind, induced fundamentally by the dynamic capacity of its agriculture sector target to the external market. In this way, the regional economy in the Mata Mineira watched, in the end of the process, endowed with an economy extremely diversified and with its industrial sector as one of its structural component most important. Beyond this, it is necessary to remember that this economy, based in the refereed process, get the best conditions to make the capitalism transformation movement that characterized the Brazilian economy in the same time.

Other important aspect in this analysis is the separation made to the financing conditions for the structural transformation process could be happen. Starting with the demonstration that existed a financial space in the local economy, is showed a universe of agents, institutions and markets that made the basic function in the heart of the process, allowing the retention and canalization of local money saving ways in the infinity investment opportunities, generated by the diversity of the local economy.

It was created, in this way, a financial circuit that involves the internalization of the financial fluxes generated in the heart of the economy, of its search and offer conditions for monetary resources, the transference inter-sector of resources, and others components that allowed its delimitation in its own space.

Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930

1. Introdução

Quando da pesquisa e elaboração de nossa dissertação de mestrado, tínhamos como objetivo fundamental verificar o comportamento do capital agrário identificado com a economia agroexportadora de Juiz de Fora, tomado como município mais importante e tipificador da zona da Mata de Minas Gerais, em um período em que, em seu delineamento básico, teria ocorrido o processo da transição escravista-capitalista no país e na região¹. Naquela ocasião, como é natural, consideramos como ponto de partida as principais interpretações da historiografia relativa à zona da Mata e que, direta ou indiretamente, atingiam o âmbito de nossa análise². Partimos, na verdade, de determinados aspectos que em grande parte sintetizam esta produção historiográfica e que convém retomarmos para o esclarecimento do leitor menos familiarizado com a História Regional da Mata mineira.

Para esta historiografia, em primeiro lugar, a economia agroexportadora que se desenvolveu na zona da Mata de Minas Gerais teria se fundamentado, no conjunto do período aqui em referência, em um regime fundiário marcado pelo predomínio da pequena e média propriedades, o que teria limitado a capacidade de capitalização das unidades produtivas locais e dos agentes econômicos com elas identificados. Tal situação teria tornado problemática a retenção do excedente econômico na órbita produtiva da própria economia regional, impondo ao capital agrário local uma característica básica: a pequena envergadura³. Além disso, esta mesma economia, dada a posição que assumia frente aos principais núcleos de produção

¹ PIRES, A. (1993) **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930**. Dissertação de mestrado, UFF, Niterói.

² Ver principalmente os trabalhos de LIMA, J. H. (1981). **Café e Indústria em Minas Gerais – 1870/1920**. Vozes, Rio de Janeiro; CANO, W. (1985). “*Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras*”. **Revista Estudos Econômicos**, IPE/USP, São Paulo, 15(2): 291-306, mai-ago. WIRTH, J. (1982). **O Fiel da Balança: Minas Gerais na confederação brasileira – 1889/1937**. 1 ed., Paz e Terra, São Paulo; GIROLETTI, D. (1980). **A Industrialização de Juiz de Fora**. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 10(3): 144-202.

³ LIMA, J.H. Op. cit. p. 36-38

agroexportadores que se desenvolveram no centro-sul do país, teria eleito o núcleo comercial financeiro localizado no Rio de Janeiro como o principal espaço de comercialização dos fluxos de produção da região e, assim, como “locus” privilegiado de sua articulação com o mercado internacional. Desta forma, dada a posição também privilegiada assumida pelo capital comercial no conjunto dos sistemas agroexportadores do país e mais especificamente aquele do Rio de Janeiro⁴, personificado na figura do comissário, estaria caracterizado um importante canal de afluência de recursos gerados na economia cafeeira local para aquele centro urbano, tornando novamente problemática a retenção de excedente, desta feita em nível “macroeconômico”, ou seja, tomando-se como referência o conjunto da economia regional e o sistema que nela se definiu⁵.

Se a caracterização da estrutura da economia agroexportadora da zona da Mata de Minas Gerais já delineava um padrão básico de fragilidade, de acordo com a historiografia aqui em questão, o comportamento da dinâmica da produção desta economia só viria a reforçar este padrão. Teríamos assim, em terceiro lugar, um processo de crise e decadência irreversíveis da produção cafeeira regional, provocado pelo esgotamento dos solos, já a partir da abolição da escravidão ou, no mais tardar, com a crise dos preços do café que caracteriza o início o século XX. Assim, teria se estabelecido uma identidade básica entre o ciclo cafeeiro local e aquele que caracterizou o Rio de Janeiro, limitando ou mesmo inviabilizando o processo de acumulação do capital cafeeiro da Mata de Minas e, dada a sua importância no interior de uma economia de natureza agrário-exportadora, restringindo a própria dinâmica do sistema econômico regional.

Por fim, o capital agrário identificado com a economia regional, refletindo as condições gerais da estrutura econômica que o determinava, teria se restringido aos limites da órbita produtiva na qual se originava, sendo incapaz de atingir, como parte de seu processo de acumulação e valorização, setores e atividades externos a ele e que são identificados com o

⁴ Ver, entre outros, FRANCO, M.S. (1983). **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 3 ed., Kairós, São Paulo. STEIN, S. (1969). **Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba**. Brasiliense, São Paulo. GRANZIERA, R. (1979). **A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil**. Hucitec, São Paulo. SAES, F. (1986) **Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista – 1850/1930**. IPE/USP, São Paulo. COSTA, E.V. (1982). **Da Senzala à Colônia**. 2 ed., Ed. Ciências Humanas, São Paulo. FERREIRA, M. (1977). **A Crise dos Comissários de Café no Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói.

⁵ Ver, de forma típica, a seguinte afirmação: “(...) Minas Gerais, cercada de montanhas, dependia do Rio e de Santos para os serviços de exportação, favorecendo as casas de exportação-importação dessas duas cidades, que drenavam seus filhos talentosos e atraíam seus capitais para seus bancos. (...) Estimular o mercado interno, gerar mais renda no interior e terminar com a dependência ‘colonial’ do estado ao litoral eram velhas aspirações. (...)” WIRTH, J. (1982). **O Fiel da Balança – Minas Gerais na Confederação Brasileira (1889-1937)**. Paz e Terra, São Paulo, p. 78

universo urbano e capitalista da economia. A seguinte afirmação parece sintetizar bem a argumentação das análises aqui em questão:

*“A cafeicultura em Minas Gerais teria se desenvolvido sob a larga predominância de ‘capitais médios’. (...) Este capital de reduzido porte desempenharia, de modo geral, apenas funções estritamente agrárias. Não ‘transbordaria’ diretamente para fora das plantações (...) dificilmente participaria de qualquer etapa comercial ou financeira ligada ao comércio cafeeiro, e pouco provavelmente teria excedente disponível para diversificar suas inversões”*⁶.

Levando em conta aspectos como estes e tomando como ponto de partida de sua análise muito mais as características presentes em outros núcleos de produção agroexportadores do que propriamente aqueles que tipificam o universo mineiro, esta historiografia naturalmente vai ou desconhecer a própria ocorrência do processo de diversificação urbano-industrial na região⁷, ou, quando a reconhece, procura sua explicação em condições que não estariam vinculadas diretamente à produção cafeeira da Mata⁸. Em outras palavras, o não desenvolvimento de mecanismos próprios de retenção de excedente (seja no âmbito da esfera das unidades produtivas ou naquele da própria economia regional), além da fragilidade básica do processo de acumulação de capital no setor agroexportador, trouxeram como corolário a ausência de um movimento significativo de diversificação urbano-industrial, fundamental para a ocorrência do conjunto do processo da transição escravista-capitalista na região. Além disso, e este aspecto nos interessa particularmente, ficaria inviabilizada a própria delimitação da economia regional como espaço próprio, dotado de especificidades em seus aspectos básicos de identidade e delineamento estrutural, dinâmica e evolução econômicas, sendo considerada

⁶ LIMA, J.H. Op. cit. p. 61

⁷ “(...) Ainda que seu café se tivesse expandido, tomando parte do terreno perdido pela província fluminense, Minas não poderia emparelhar com São Paulo, e nem substituir o rígido sistema de comercialização e financiamento radicado na praça do Rio de Janeiro. Assim sendo, não teria condições de diversificar sua economia, como ocorreria no antigo Distrito Federal, e como ocorreria em São Paulo, com a importante implantação de suas indústrias nas duas últimas décadas do século XIX. (...)” CANO, W. Op. cit p. 297

⁸ Como parece ser o caso de GIROLETTI, D. (1980) **A Industrialização de Juiz de Fora**. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte e ARANTES, L.A. (1991) **As Origens da Burguesia Industrial de Juiz de Fora – 1858/1912**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói.

meramente como uma espécie de “*extensão produtiva*” daquele núcleo agrário-exportador sediado no Rio de Janeiro⁹.

O confronto entre estes principais argumentos da historiografia predominante sobre a evolução sócio-econômica da zona da Mata de Minas Gerais e os objetivos que tínhamos em mente naquele momento acabou por exigir uma ampliação de nossos horizontes de análise e os aspectos mais importantes da organização estrutural desta economia, bem como do comportamento fundamental de seu processo de dinâmica e potencial de acumulação de capital, tiveram que ser incorporados ao universo da pesquisa. Para isso, dispúnhamos de uma documentação mais ampla e mais próxima do universo sócio-econômico da região (inventários, registros paroquiais de terra, inquéritos municipais, entre outros) e até certo ponto inédita no âmbito da História Regional, já que a historiografia aqui em referência havia trabalhado, fundamentalmente, com *fontes primárias oficiais* (relatórios de presidentes da província e do estado, censos, anuários estatísticos etc.) que por sua natureza e características refletem muito mais a realidade do conjunto do estado de Minas do que propriamente a de suas regiões constitutivas¹⁰.

Assim, na caracterização da estrutura da produção agroexportadora local e regional, pudemos verificar, ao contrário das afirmações da historiografia, que teria predominado um regime fundiário marcado pela concentração da distribuição da propriedade, com domínio visível daquelas consideradas grandes propriedades. A análise dos *registros paroquiais de terra* (disponível para alguns municípios da região entre os anos de 1855 e 1856) revelou que os grandes proprietários (aqueles com propriedades com 200 ou mais alqueires de terra) detinham a grande maioria da área total ocupada, por exemplo, pelo município de Juiz de Fora¹¹ (tabela 01). Para nós esta situação era significativa já que a distribuição da propriedade fundiária, ao se apresentar de maneira concentrada, da mesma forma que em outros núcleos de produção

⁹ Como parece estar implícito na noção de “Zona Rio” desenvolvida em um trabalho recente. Ver MELO, H. P. (1993). **O Café e a Economia Fluminense – 1870/1920**. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro. p. 25, 72.

“(…) *Como Minas Gerais, a economia cafeeira do interior fluminense tinha no Rio de Janeiro seu centro básico de comercialização e de financiamento, o que implicou em uma permanente evasão de riquezas para a capital federal.* (...)”. Id. Ib. p. 111. Ver também MARTINS, R. (1982). **A Economia Escravista em Minas Gerais no Século XIX**. CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, p. 39

¹⁰ SLENES, R. (1985). **O Múltiplo de Porcos e Diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. IFCH, Unicamp, Campinas, p. 21

¹¹ PIRES, A. (1993). Op. cit. Cap. 1

agroexportadores, criou os pressupostos básicos para a retenção de capital no espaço definido pela esfera produtiva da economia regional.

Tabela 01
Participação dos Grandes Proprietários no Conjunto da Área para a Vila do Santo Antônio do Paraibuna* (1855/1856)

EXTENSÃO	NÚMERO	%	ÁREA (alq.)	%
-200 alq.	79	78,22	4.058	25,71
+200 alq.	22	21,78	11.723	74,29
TOTAL	101	99,99	15.781	99,99

FONTE: Registros de terra - Paróquia de Santo Antônio do Paraibuna - 1855/56- Arquivo Publico Mineiro. Apud PIRES, A.

Op. cit. p. 42

* futuro município de Juiz de Fora

Quanto às transferências inter-regionais de recursos, decorrentes da intermediação comercial e financeira realizada por agentes localizados no Rio de Janeiro, o surgimento de um segmento financeiro local, delimitado e autônomo enquanto setor econômico, teria aberto a possibilidade de retenção de excedente na economia da Mata mineira. Como veremos posteriormente, a presença do *Banco de Crédito Real de Minas Gerais*, fundado em Juiz de Fora em 1889, pelo mero desempenho de suas funções básicas de instituição de intermediação financeira na economia regional e principal agente de financiamento de sua estrutura produtiva, acabou por romper com os laços de financiamento até então predominantes e inviabilizou um canal até então existente de transferência de recursos da economia da zona da Mata para o núcleo comercial-financeiro localizado no Rio de Janeiro¹² (tabela 02). Deve ficar claro aqui, no entanto, que o rompimento das relações tradicionais de financiamento da economia local não implicou em uma ruptura das condições estruturais de comercialização externa determinantes da economia regional. Ou seja, os fluxos de comercialização externa desta economia continuaram sendo realizados predominantemente no Rio de Janeiro, uma *limitação estrutural* que vai corresponder a uma de suas especificidades mais significativas, lhe configurando, como outras características próprias, uma natureza essencialmente “*marginal*” ou “*periférica*” quando comparada a outros núcleos de produção agroexportadores.

¹² Id. Ib. Cap. 2

Tabela 02
 Decomposição das Dívidas Passivas: Origem do Capital de Empréstimo para as Unidades
 Agroexportadoras de Juiz de Fora
 1879/1919
 (valores em mil-réis)

DÉCADA	LOCAL	%	R.J.	%	N.IDENT.	%	TOTAL
1870/79	129:488	41,79	144:477	46,63	35:854	11,57	309:819
1880/89	201:135	19,66	768:649	75,16	52:786	5,16	1.022:570
1890/99	197:998	99,39	1:211	0,60	-	-	199:209
1900/09	476:373	77,58	73:868	12,03	63:755	10,38	613:996
1910/19	96:565	88,17	2:263	2,06	10:689	9,76	109:517

FONTE: Inventários - Juiz de Fora - 1870/1929. apud PIRES, A. Op. cit. p. 58

OBS.: Não identificamos nenhuma dívida passiva nas unidades produtoras de café na década de 1920/29.

Já a caracterização da dinâmica da produção agroexportadora regional (realizada através das séries de produção de Minas Gerais e da zona da Mata) demonstrou que o impacto provocado pela abolição da escravidão¹³ e pela crise dos preços do início do século seriam basicamente de origem conjuntural, com a produção cafeeira do estado mantendo uma tendência ascendente em todo o período investigado (tabela 03 – gráfico 01). Além disso, pelos dados por nós coletados, pudemos verificar que a região da zona da Mata se colocou como o principal eixo de produção do conjunto do estado de Minas, sendo seguramente a principal responsável por este comportamento tendencial da produção (tabela 04)¹⁴. Partindo da caracterização do sistema de

¹³ “A promulgação da lei áurea não causou, porém, o desastre econômico que os historiadores conservadores costumam propalar, nem na própria zona da Mata. Naturalmente, os senhores mais cruéis ficaram sem ninguém, de uma hora para a outra; mas, não é menos verdade que a abolição total do cativo já era esperada desde a cessação do tráfico que cada vez mais se tornava difícil e caro adquirir escravos, e que a escravatura se desmoralizava perante a opinião pública. E a prova de que a situação econômica não se deteriorou é que a marcha do povoamento com base na cultura do café não se deteve; prosseguiu para o Nordeste da zona da Mata, induzindo que, na segunda década deste século, os trilhos se prolongassem desde Carangola até Manhuaçu, onde chegaram no fim de 1915.” VALVERDE, O. (1958). “O Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais.”. Op. cit. p. 32. Ou ainda, “... Em 1888, com a abolição repentina da escravidão, a 13 de maio, novo transtorno sobreveio para as lavouras do café. Libertos os negros, escarmentados estes com os flagelos morais e físicos que haviam sofrido - poucos apenas quiseram permanecer como arroteadores de solo. E a falta de tantos braços somente seria suprida com o incremento do trabalho livre nacional e com o advento da imigração estrangeira. Afortunadamente, ainda de tal transe se saiu com galhardia o café mineiro. O produto continuou a prosperar. Em 1890 sua exportação foi de 58.253.188 kg.” MAGALHÃES, H. “Subsídios para a História do Café em Minas Gerais”. IN **O Café no Segundo Centenário de sua Introdução no Brasil**. Departamento Nacional do Café, RJ, 1934, vol. 2, pp. p. 618-635. Ver também LANA, A.L. **A Transformação do Trabalho**. Op. cit., p. 214.

¹⁴ “Nos anos 70, a produção mineira era a segunda do país. Suas exportações representavam 27% das nacionais. Até aquela data, a quase totalidade do café exportado era produzido na zona da Mata. A partir do final da década de 80 o café passou a ser cultivado como maior intensidade no sul de Minas (...); com isto, aumentou o peso do produto sul mineiro no cômputo total das exportações. Até o final do Império, a maior parte do café exportado vinha da zona da Mata. De uma participação de cerca de 20% das exportações no início da década de 90, o café

uso do solo predominante na produção agrária de exportação da economia regional, que possui uma natureza essencialmente *extensiva*¹⁵, verificamos que a região manteve condições objetivas favoráveis à expansão cafeeira (o que pôde ser avaliado pela presença de matas virgens no interior das unidades caracterizadas nos inventários) durante a maior parte do período considerado: a rigor, até a década de 1920¹⁶.

Tabela 03
Média Quinquenal da Produção de Café
Minas Gerais 1850/1924
(em arrobas)

QUINQUÊNIO	PRODUÇÃO DE CAFÉ	ÍNDICE
1851/54	711.732	100,0
1855/59	809.780	113,8
1860/64	1.150.152	161,6
1865/69	1.973.591	277,3
1870/74	2.313.954	325,1
1875/79	2.797.420	393,0
1880/84	4.444.583	624,5
1885/89	5.477.724	769,6
1890/94	5.583.195	784,4
1895/99	8.399.271	1.180,1
1900/04	10.492.749	1.474,2
1905/09	10.791.373	1.516,6
1910/14	8.529.278	1.198,4
1915/19	10.412.385	1.462,9
1920/24	12.519.504	1.759,0

FONTE: Alvim, A. "Confrontos e Deduções" IN: MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. **Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil (1727/1927)**. Belo Horizonte, Imp. Oficial, 1929, pp. 73-105. apud GIROLETTI, D. "A Industrialização..." op. cit. p. 155. Apud PIRES, A. Op. cit. 74

OBS: Para 1855/59 "a média foi calculada em bases da produção de 4 anos por falta de dados para o ano de 1887, na relação do autor citado".

sul mineiro passou a 30% do valor total exportado nos primeiros anos do século XX, mantendo-se nesta posição até 1930. A zona da Mata continuou como a região produtora principal. (...)" GIROLETTI, D. (1987). **A Modernização Capitalista em Minas Gerais**. Tese de Doutorado, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro. p. 70; ver também COSTA, F.N. (1978). **Bancos em Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, 2 vol., p. 81-2; GIROLETTI, D. (1980). **A Industrialização de Juiz de Fora**. Op. cit., p. 152, 156.

¹⁵ FRAGOSO, J. (1983). **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói.

¹⁶ O predomínio do processo de acumulação de capital cafeeiro na determinação da dinâmica econômica do sistema regional pode também ser aquilatado pelos dados disponíveis sobre a produção agrícola da região por volta de 1920. Neles podemos perceber que a área dedicada à cafeicultura constitui a significativa maioria no conjunto da área cultivada nos principais municípios da Zona da Mata; só para citar alguns exemplos, em Juiz de Fora esta proporção atinge 64,45%; em Leopoldina 65,12; Carangola 71,01; Muriaé 73,56; Ubá 64,44 e Cataguases 72,18. Ver MINAS GERAIS. **Minas Segundo o Recenseamento de 1920**. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1924, pp. 174-178. Ver também PIRES, A. (1993). Op. cit. Cap. 3.

Tabela 04
Participação da Produção Cafeeira da zona da Mata na Produção do Estado de Minas Gerais
(períodos selecionados)

PERÍODO	MINAS GERAIS	ZONA DA MATA	%
1847/48	745.381	743.707	99,77
1850/51	900.264	898.184	99,76
1886	5.776.866	4.316.067	74,71
1888	5.047.600	4.433.800	87,83
1903/04	9.404.136	5.993.425	63,73
1926	12.793.977	9.105.543	71,17

FONTES: 1. para 1847/48, 1850/51 E 1903/04 - GIROLETTI, D. "A Industrialização..." Op. cit. p. 152 e 156.

2. para 1886 e 1888: **Zona da Mata** - MELLO, P.C. Op. cit. p. 41 (apresenta os dados para Minas Gerais sem a "Zona de Santos", ou seja, o Sul de Minas).

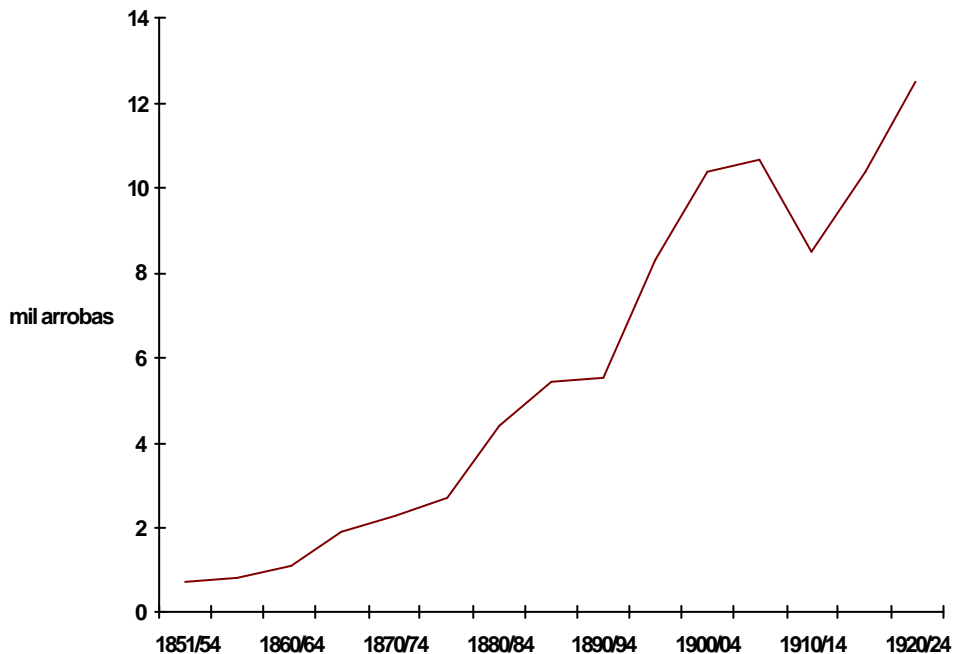
3. para 1926: "O Café no Segundo Centenário..." pp. 601-604. Apud PIRES, A. Op. cit. p. 96

OBS.: 1. produção em arrobas

2. para 1903/04 os dados se referem à produção de 64 municípios mineiros (19 da zona da Mata, 19 da zona Sul, 15 do Oeste, 9 do Triângulo e 2 da zona Norte)

3. para 1886 e 1888 - dados relativos à exportação; para zona da Mata os dados se referem a Minas Gerais sem a "Zona de Santos", ou seja, o Sul de Minas; como as duas regiões são responsáveis por praticamente o total da produção do estado acreditamos que estes dados assim se aproximam muito da produção da Mata mineira.

GRÁFICO 1
Evolução da Produção de Café de Minas Gerais
Médias Quinquênicas
1850/1924



Guardadas as condições de acumulação do capital cafeeiro e de retenção de recursos na economia regional, pudemos perceber que a região da zona da Mata conseguiu realizar o processo da transição capitalista em alguns de seus elementos mais significativos. Cabe destacar, entre tais elementos, aqueles relativos à constituição de um *mercado de trabalho* na região¹⁷. Aqui, novamente contrário às interpretações da historiografia predominante, verificamos que na Mata de Minas ocorreu, no pós-abolição, uma intensa variedade na constituição das relações de trabalho e que várias delas corresponderam à remuneração monetária¹⁸ (tabela 05), trazendo para o próprio seio da economia regional as conseqüências mais importantes desta transformação estrutural¹⁹: a dinamização de um mercado interno de bens assalariados (com o respectivo impulso ao processo de industrialização local) e a ampliação dos níveis gerais de monetização da economia, provocando uma maior demanda por liquidez por parte dos agentes econômicos e uma tendência de maior aproximação entre a estrutura produtiva e o segmento financeiro recém surgido na economia da Mata.

¹⁷ PIRES, A. (1993). **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora**. Op. cit. LANA, A. L. (1985). **A Transformação do Trabalho: A Passagem para o Trabalho Livre em Minas Gerais 1870/1920**. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas. SARAIVA, L.F. (2001). **Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: a Transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora – 1870/1900**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói.

¹⁸ Como veremos com mais detalhes posteriormente, no município de Juiz de Fora em torno dos anos 1895-1896 havia cerca de 280 mil libras em circulação na economia como decorrência do pagamento de salários no setor cafeeiro (algo em torno de 40% da renda anual das exportações). Ver PIRES, A. (1993). Cap. 4.

¹⁹ Ver entre outros MELLO, J. M. (1982). **O Capitalismo Tardio**. 2 ed., Brasiliense, São Paulo; SILVA, S. (1977). **Expansão Cafeeira e as Origens Indústria no Brasil**. Alfa Omega, São Paulo; VILLELA, A. e SUZIGAN, W. (1973). **Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira – 1889/1945**. IPEA, Rio de Janeiro. CÁRDENAS, H., OCAMPO, J.A. and THORPE, R. (2000). "Introduction". In id. Ib. **The Export Age: the Latin American Economies in the Late Nineteenth and Early Twentieth Centuries**. Palgrave, New York.

Tabela 05
Relações de Trabalho em Alguns Municípios da zona da Mata - 1905

MUNICÍPIO	RELAÇÕES DE TRABALHO
JUIZ DE FORA	Contrato, salário, meação
RIO NOVO	Meação, salário
S.J. NEPOMUCENO	Meação, salário
RIO POMBA	Meação, salário, contrato
GUARARÁ	Meação, salário, contrato
M. ESPANHA	Meação, salário, empreitada
RIO PRETO	Meação, salário
VIÇOSA	Meação, salário, empreitada
RIO BRANCO	Meação, salário, empreitada
ALÉM PARAÍBA	Meação, salário, empreitada
MURIAÉ	Meação, salário
S. MANOEL	Meação, salário, empreitada
CARANGOLA	Meação, salário
LEOPOLDINA	Meação, salário
CATAGUASES	Meação, salário
UBÁ	Meação, salário

FONTE: Relatório C. Prates. Apud. LANA, A. op. cit. pp. 147-50 - Anexo I. Apud PIREs, A. Op. cit. p.123

Perante um quadro como este, a participação do capital agrário no processo de diversificação urbano-industrial ocorrido na época, avaliado desta feita pela presença de ações e outros títulos nos inventários de fazendeiros da região, nos permitiu verificar que este capital atingiu aqueles setores mais próximos da modernização capitalista que então se processava, um resultado natural de seu próprio processo de acumulação e valorização. Além disso, esta participação ocorrera predominantemente com empresas e companhias sediadas no próprio município de Juiz de Fora, o principal núcleo urbano da região e centro industrial mais importante do estado no período da análise. A presença do capital agrário local pode ser percebida em empreendimentos como estradas de ferro, bancos, energia elétrica, transportes urbanos, indústria, etc.²⁰

²⁰ Ver PIREs, A. (1993). Op. cit. Cap. IV e Conclusões

Tabela 06
Principais Empresas com Ações no Patrimônio de Fazendeiros de Juiz de Fora
1870/1929

SETORES	EMPRESAS
RODO-FERROVIÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> • Cia. União e Indústria • Cia. União Mineira • Cia. Ramal do Rio Novo • Cia. E.F. J.For a Piau
FINANCEIRO	<ul style="list-style-type: none"> • Bco. Territorial e Mercantil de MG • Bco. de Crédito Real de MG
TRANSPORTES URBANOS	<ul style="list-style-type: none"> • Cia. Ferro carril de Porto das Flores e Paraibuna • Cia. Ferrocarril Bondes de JF
ENERGIA ELÉTRICA	<ul style="list-style-type: none"> • Cia. Mineira de Eletricidade
CONSTRUÇÃO CIVIL/INDUSTRIAL	<ul style="list-style-type: none"> • Cia. Construtora Mineira
INDUSTRIAL	<ul style="list-style-type: none"> • Cia. Chímico Industrial Mineira • Cia. Mechânica Mineira • Cia. Fiação e Tecelagem Industrial Mineira • Cia. Fiação e Tecelagem S. Vicente • Cia. Laticínios de JF
DIVERSOS	<ul style="list-style-type: none"> • Soc. Progresso de JF • Cia. Promotora da Indústria e Melhoramentos • Academia de Comércio • Cia. Mutuação Comercial e Agrícola

FONTE: Inventários - Juiz de Fora - 1870/1929. Apud PIRES, A. op. cit. p. 148

À parte outras conclusões importantes a que chegamos (a modernização dos agentes e investimentos identificados com o capital agrário local, o comportamento tendencial destes investimentos acompanhando as principais fases da expansão cafeeira, o relativo vigor da dinâmica da economia regional e de sua transformação nos moldes da transição capitalista, entre outros), pudemos vislumbrar que a evolução e organização das estruturas sócio-econômicas da zona da Mata, pelo menos no período de predomínio da atividade agrária de exportação, mantinham várias características que permitiam sua definição como *espaço econômico próprio e delineado, dotado de especificidades que permitiam sua delimitação e diferenciação frente aos principais pólos de produção agroexportadores que se desenvolveram no país no mesmo período* (principalmente Rio e São Paulo). No entanto, como estas questões ultrapassavam em muito os limites da análise que vínhamos realizando, não pudemos aprofundá-las.

O trabalho que ora apresentamos visa aprofundar estas questões. Nele procuraremos demonstrar que a região da Zona da Mata mineira sofreu um processo significativo de

diversificação econômica²¹, *induzido pela expansão das exportações*, que se concretizou num espectro relativamente variado de setores e atividades presentes no próprio espaço regional (um parque industrial relativamente diversificado, um setor financeiro e bancário próprio, serviços públicos, produção agrícola de subsistência, uma rede de transportes e comercialização, entre outros), cujo relacionamento recíproco permite sua caracterização como um “*complexo agroexportador*”²², mesmo que várias de suas características lhe confirmam, como já tivemos oportunidade de afirmar, uma natureza visivelmente “secundária” ou “periférica” frente aos complexos identificados com o Rio de Janeiro ou São Paulo.

Dentre estas especificidades, uma se torna particularmente importante na delimitação deste “*complexo agroexportador periférico*” de Minas Gerais, em parte já considerada em nossas reflexões anteriores: a que se refere à articulação desta economia com o núcleo comercial-financeiro localizado no Rio de Janeiro (responsável, como vimos, por uma significativa transferência de recursos da Zona da Mata para aquele centro) e as possibilidades abertas pela estruturação de um segmento financeiro próprio para a *internalização dos fluxos de financiamento*²³ mais importantes que ocorrem na economia regional (na forma que consideramos anteriormente). Ou seja, dada a natureza estratégica dos fluxos inter-regionais de recursos no universo histórico da Mata, daremos especial atenção, na caracterização desta economia como um complexo agroexportador, ao surgimento e evolução de uma “estrutura” financeira na economia local e regional, “*estrutura financeira*” aqui entendida em sua forma mais geral, ou seja, como um *universo inter-relacionado de instrumentos, instituições e mercados financeiros operando num dado lugar e numa dada época*²⁴.

²¹ Que tem sido suficientemente descrito, mesmo que a partir de outra perspectiva, por vários trabalhos da historiografia regional. Ver principalmente GIROLETTI, D. (1980). Op. cit. e GIROLETTI, D. (1987). **A Modernização Capitalista em Minas Gerais**. Tese de Doutorado, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro.

²² Para a conceituação da noção de “complexo agroexportador” ver CANO, W. (1977). **Raízes da Concentração Industrial de São Paulo**. Difel, São Paulo, p. 20-21.

²³ SWEIGART, J. (1980). **Finance and Marketing Brazilian Export Agriculture: The Coffee Factors of Rio de Janeiro, 1850-1888**. PhD. Thesis, University of Texas; GREEN, G. (1972). **Finance and Economic Development in the Old South**. Stanford University Press; GURLEY, J. and SHAW, E. (1992). “*Financial Aspects of Economic Development*”. In CAMERON, R. **Financing Industrialization**. Edward Elgar Publishing, Cambridge, vol. 2; ODDER, K. (1992). **Capital Mobilization and Regional Financial Markets, 1850-1920**. Garland Publishing, New York and London.

²⁴ “*Um sistema financeiro constitui um universo inter-relacionado de instrumentos, instituições e mercados financeiros que operam em um determinado lugar e em um dado período, ou seja, constitui a superestrutura financeira de uma economia. Sendo assim, os sistemas financeiros podem diferir ou se assemelhar um com os outros pelas suas características, métodos de operação e a extensão de seus instrumentos, instituições e mercados.*” GOLDSMITH, R. (1987). “*Introduction*”. In **Premodern Financial Systems: A Historical Comparative Study**. Cambridge University Press, p. 01.

Em outras palavras, estamos considerando aqui a noção de complexo a partir da presença de vários setores e atividades econômicas (induzidas e nucleadas pela produção agrária de exportação) e suas articulações recíprocas que acabam por se realizar no *espaço de economias essencialmente regionalizadas* e que a estas relações, que se efetivam no âmbito da “economia real”, correspondem grosso modo os principais fluxos de financiamento, o que significa que seus respectivos segmentos e estruturas financeiras acabam assim por se limitar, em linhas gerais, ao próprio universo regional²⁵.

Na delimitação, caracterização e avaliação da estrutura financeira da economia regional da zona da Mata mineira tomaremos como referência fundamental os elementos relativos à *intermediação* e aos *mercados financeiros* (estes últimos assumidos também na sua forma mais simples²⁶) presentes nesta economia. Em ambos os casos, cabe verificar basicamente a questão da *origem* dos recursos disponíveis para o financiamento de dois dos mais importantes setores presentes no complexo regional: o setor agroexportador e o setor industrial. Dessa forma, a presença de intermediários financeiros identificados com a própria economia regional -já que atuam por definição na articulação entre os agentes ou unidades fornecedores de recursos (superavitários) e aqueles que os demandam (deficitários)-, se torna estratégica por si mesma e o surgimento do Banco de Crédito Real, pela importância que assume *como instituição de intermediação financeira* no universo histórico da Mata de Minas, deve ser considerada

²⁵ Para autores que direta ou indiretamente consideram a existência de sistemas financeiros regionalizados ver SAES, F. (1986). **Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista – 1850/1930**. IPEA/USP, São Paulo; LAGEMANN, E. (1985). **O Banco Pelotense e o Sistema Financeiro Regional**. Mercado Aberto, Porto Alegre. GRANZIERA, R. (1979). Op. cit. TANNURI, L. (1981). **O Encilhamento**. Ed. Hucitec, São Paulo; KINDLEBERGER, C. (1993). **A Financial History of Western Europe**, Oxford University Press. HANLEY, A. G. (1995). **Capital Markets in the Coffee Economy: financial institutions and economic change in São Paulo, Brazil, 1840-1905**. PhD. Thesis, Stanford University.

²⁶ “Os mercados de crédito ocupam um lugar destacado na história econômica uma vez que os especialistas estão plenamente convencidos de que os fluxos de empréstimos são controlados por instituições específicas que reduzem os problemas de informação assimétrica. Em outras palavras, as relações de crédito dependem de instituições que ajudam tomadores e provedores de recursos a conhecerem mais um sobre os outros.(...) Mas antes de discutir os mercados financeiros em particular, pode-se perguntar o que constitui um mercado. Nós definimos um mercado como qualquer sistema organizado de troca, seja centralizado ou descentralizado, formal ou informal. Um mercado pode alocar recursos baseado em preços, informações ou em uma combinação de ambos. Ele pode ser imperfeito no sentido de que os custos de transação (a diferença entre o que um comprador paga e um vendedor recebe) podem ser expressivos. Uma relação destes custos de transação pode ser longa; mas no que se refere ao crédito ela inclui não apenas taxas para a realização de empréstimos e contratos, mas também impostos, custos para se encontrar um provedor disponível ou as perdas decorrentes da insolvência dos devedores (...)”. HOFFMAN, P.T., POSTEL-VINAY, G. and ROSENTHAL, J.-L. (2000). **Priceless Markets: the political economy of credit in Paris, 1660-1870**. University of Chicago Press, p. 11-12. O leitor encontrará uma boa análise da evolução do conceito de mercado na literatura em SWEDBERG, R. “Markets as Social Structures”. In SMELSER, N.J. and SWEDBERG, R. (1994). **The Handbook of Economic Sociology**. Princeton University Press, pp. 255-283.

emblemática. Sua atuação, bem como a de *outros intermediários e provedores de recursos individuais* (mas nem por isso de menor importância), vai representar a possibilidade de reunião e retenção de recursos monetários ociosos presentes na economia regional e sua disposição para os próprios agentes identificados com esta economia, prenunciando a existência de um “*circuito financeiro*” próprio no complexo regional, ou seja, *oferta e demanda de recursos financeiros se realizando em um mesmo espaço econômico*. Já os mercados financeiros se colocam como espaços onde estas mesmas relações de financiamento vão se efetivar, revelando seus agentes, tendências, magnitudes e os principais *instrumentos financeiros* utilizados nestas mesmas relações. A partir destes elementos podemos avaliar até que ponto a emergência de uma estrutura financeira própria na economia da Mata mineira correspondeu à internalização dos fluxos de financiamento mais importantes que a caracterizaram e até que ponto a presença do núcleo comercial-financeiro do Rio de Janeiro interferiu nestes fluxos.

A percepção da estrutura financeira regional poderá, assim, ser realizada a partir de um duplo ponto de vista, decorrente das próprias especificidades do universo histórico aqui considerado. Por um lado, podemos avaliar o potencial que esta estrutura representou para a economia da Mata pelo mero desempenho de suas funções na captação, retenção e distribuição dos recursos gerados em seu espaço econômico para as suas próprias necessidades de financiamento, dando ao conjunto de sua estrutura produtiva maior acesso ao crédito e, através dele, a uma maior possibilidade de crescimento e expansão, além de viabilizar a própria transformação estrutural de natureza capitalista (com a conseqüente alteração nos níveis de liquidez e demanda por financiamento) que caracteriza todo o período da análise.

Por outro lado, há que se destacar os seus *limites*, decorrentes da permanência de um setor de comercialização externo deslocado do próprio espaço da economia regional, representando a canalização de recursos gerados neste espaço para outros núcleos econômicos, reforçando a natureza “periférica” que caracteriza toda a sua evolução histórica. Acima de ambas as tendências se encontram os determinantes da própria política econômica do Estado, além de sua atuação na *regulamentação das atividades financeiras* (às quais, naturalmente, a região se subordina) com suas vicissitudes típicas na política monetária e cambial, ora a incentivar, ora a

restringir significativamente as possibilidades de formação de renda e financiamento na economia agroexportadora como um todo²⁷.

A análise dos processos de financiamento existentes em qualquer economia corresponde, por suas características próprias, à percepção das *relações de endividamento* entre os diversos agentes econômicos, o que, por sua vez, acaba por alterar a estrutura apropriativa característica da economia²⁸. Além disso, ao expressar a articulação entre os representantes típicos das forças de oferta e demanda por recursos financeiros existentes, revela a essência última dos referidos processos de financiamento. Assim, instrumentos representativos de débitos e/ou ativos financeiros presentes no universo da economia regional constituirão a base e referenciais empíricos mais importantes na análise. Instrumentos como hipotecas, títulos de débito público, ações e debêntures, operações e instrumentos bancários de captação e distribuição de recursos, o passivo dos balanços de companhias várias e dos inventários de fazendeiros de café, entre outros, subsidiarão e nortearão o trabalho de pesquisa.

A colocação privilegiada do município de Juiz de Fora nesta análise se faz particularmente interessante para a temática deste trabalho. Se por um lado desenvolveu toda uma estrutura escravista exportadora baseada na produção de café, por outro viveu um importante processo de industrialização que acaba legando ao município um papel bastante significativo no contexto da região da zona da Mata, não só como pólo de concentração comercial da região, mas também como núcleo urbano e sede de uma gama relativamente variada de atividades e serviços imprescindíveis à economia regional e cujo desenvolvimento concretiza o próprio processo de expansão capitalista que se intensifica a partir do final do século XIX. Dentre estas atividades, cabe destacar aquelas referentes ao setor financeiro, tendo o mesmo município se constituído como o centro de financiamento mais importante da região, sediando as principais instituições e agentes que atuaram neste setor no período. Neste sentido, Juiz de Fora talvez seja aquele município no conjunto da região da zona da Mata que melhor exemplifique as transformações aqui em questão e sua evolução sócio-econômica mantém uma

²⁷ VILLELA, A. e SUZIGAN, W. (1973). **Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira (1889-1945)**. IPEA, Rio de Janeiro; FRITSCH, W. **External Constraints on Economic Policy in Brazil, 1889-1930**. University of Pittsburgh Press.

²⁸ “...a estrutura financeira é tomada, em um conceito, como o conjunto das relações de financiamento. Este conceito envolve as relações de endividamento entre os agentes econômicos, as quais alteram a estrutura apropriativa da economia. Assim definido, o conceito compreende não só as inter-relações de bens e transações financeiras, mas também sua influência sobre o comportamento real da economia. (...)” LEVY, M. B. (1977). **História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro**. IBMEC, Rio de Janeiro. p. 06

convergência significativa em relação aos objetivos teórico-analíticos que temos em mente no presente trabalho.

Já a delimitação cronológica proposta se explica porque em 1889, além da aceleração das tendências de transformação capitalistas da economia como decorrência da abolição da escravidão, será o ano em que se funda o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, a instituição financeira que tem um papel importantíssimo não só por sua presença no mercado financeiro local, mas também para a própria delimitação da estrutura financeira de sua economia. Já em 1930, correspondendo às próprias tendências nacionais, temos o declínio definitivo da economia agrária de exportação na região, a qual tomaremos como instrumento de análise.

2. Efeitos de Encadeamento e Complexo Periférico

2. 1. Uma Necessária Delimitação Histórico-Regional

A primeira característica que se sobressalta ao estudioso de Minas Gerais no período desta análise constitui o fato de Minas, em que pese ter-se configurado numa unidade político-administrativa com contornos geográficos delimitados, ser na verdade a soma pouco integrada de diversas regiões com características sociais e econômicas significativamente diferenciadas entre si. Até o final do período aqui considerado, não havia se estruturado nenhuma força “unificadora” com potência suficiente para integrar economicamente o território mineiro num conjunto que lhe desse, neste sentido, identidade completa²⁹. O resultado desta situação, que J. Wirth chamou muito apropriadamente de “*mosaico mineiro*”³⁰, pode ser avaliado em um duplo aspecto: de um lado, na unidade mineira, o desenvolvimento de cada região se constituiu numa “*linha diferente de tempo, dando ao estado uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos*”³¹; e, além disso, aquelas regiões que fariam parte daquele “todo”, se articularam muito mais com as outras unidades federais com as quais possuíam vizinhança do que com a unidade política e administrativa que integravam (o Sul e o Triângulo com São Paulo, o Norte com a Bahia, a zona da Mata com o Rio de Janeiro).

Num contexto histórico como este qualquer generalização conclusiva, principalmente no âmbito da análise histórico-econômica, deve ser relativizada e (o que é mais importante para os nossos propósitos) *o recorte regional, mais que uma mera opção metodológica, se coloca quase como uma imposição*, fundamental para que se alcance uma aproximação entre o universo de análise e a realidade histórica que se pretende investigar.

A região aqui em referência³² se coloca particularmente nesta situação. Se define por um conjunto de elementos determinados pela forma como se dá sua inserção no contexto histórico-

²⁹ ver MARTINS, R. e MARTINS, M.C. (1984). “*As Exportações Mineiras no Século XIX.*” In **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. UFMG, Jan., Belo Horizonte; WIRTH, J. (1982). Op. cit.; SINGER, P. (1977) **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. Cia. Editora Nacional, Rio de Janeiro.

³⁰ WIRTH, J. (1982). Op. cit. p. 41

³¹ Id. Ib.

³² Inexiste uma definição rigorosa para as regiões que compõem o estado de Minas Gerais; por isso estamos aqui utilizando, a exemplo de outros trabalhos, a divisão regional que se fundamenta em padrões diferenciados de colonização e evolução sócio-econômica que dá ao estado sete regiões – Triângulo, Oeste, Norte, Centro, Leste, Sul e Mata – tradicionalmente utilizadas nos estudos sobre Minas Gerais e configuradas conforme mapa anexo. Sobre estas questões ver WIRTH, J. **O Fiel da Balança** Op. cit. p. 41. VALVERDE, O. (1958). “*O Estudo Regional da*

social do qual faz parte e, de uma maneira geral, indica a presença de contrastes, rupturas e descontinuidades históricas que, ao se estabelecerem e predominarem em seu espaço próprio, fundamentam a sua homogeneidade interna e, portanto, fornecem as bases de sua diferenciação enquanto objeto de estudo.

Frente à unidade político-administrativa da qual fazia parte (a província e futuro estado de Minas Gerais) é o próprio desenvolvimento e expansão de uma economia agrária voltada para exportação que marcará a diferenciação da região da Mata mineira. No correr do século XIX, sob o impacto do declínio da economia aurífera, as principais regiões da província passam por um processo de reestruturação sócio-econômica, fundamentada numa significativa realocação dos fatores de produção, que acaba por resultar em uma economia agrária de alimentos, com maiores ou menores vínculos com vários focos de mercado interno existentes e cujo dinamismo econômico, mesmo que significativo, está longe daquele que caracterizou o século XVIII mineiro³³.

Ao contrário, a zona da Mata de Minas sofre no mesmo período um também significativo processo de estruturação de uma economia tipicamente agrária de exportação³⁴, responsável pela sua colocação gradual como região economicamente mais dinâmica da província, ou mesmo, tomando-se como critério a base fiscal do aparelho administrativo provincial, pela transferência do eixo econômico de Minas Gerais para a própria zona da Mata, em que pese a relativa exigüidade de seu espaço interno frente às dimensões do território mineiro. Apesar de representar com seus 35.000 Km² apenas 5% deste território, a zona da Mata foi, até o início do século XX, a região mais rica do estado de Minas Gerais por apresentar as melhores condições físicas para o cultivo do produto que na época era a principal riqueza do país. Até a década de 1920 foi a principal produtora de café do estado, numa proporção que varia de 90% na década de 1880 até 70% na década de 1920, e isto em relação a um produto que entre 1870 e 1930 ocupou sozinho cerca de 60% do total das exportações do estado e foi responsável pela significativa

Zona da Mata de Minas Gerais.” In **Revista Brasileira de Geografia**. 20(1) 3-82, jan.-mar., Rio de Janeiro. pp. 22-25.

³³ SLENES, R. (1985). **O Múltiplo de Porcos e Diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. IFCH, Unicamp, Campinas.

³⁴ Sobre a estruturação da economia agrária de exportação na zona da Mata ver o recente trabalho de OLIVEIRA, M. R. (1999). **Negócios e Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira**. Tese de Doutorado, UFF, Niterói.

maioria dos impostos provenientes da exportação, com 60% na década de 1870 e 78,2% na década de 1920³⁵.

Neste sentido, na esteira da expansão cafeeira, a evolução histórica, *o ritmo e o padrão de desenvolvimento econômico da zona da Mata* destoam significativamente daqueles que caracterizam o conjunto da “unidade” mineira. Mais que isso, representam, pelo menos num certo sentido, uma **“ruptura” com a própria formação histórica do estado**, fundamentada em suas linhas gerais no já referido “século XVIII mineiro”. Sobre este aspecto assim se expressou um antigo historiador da região:

*(...) Esta zona é por vários motivos a que, no processo geral de desenvolvimento social e econômico de Minas Gerais, se processou em último lugar. Ela surge com o século XIX, do qual reflete todas as suas características. O liberalismo, a iniciativa privada, a crença no progresso material trazido pela máquina a vapor e pela eletricidade, o eclecismo do estilo arquitetônico e outras manifestações de uma mentalidade com tendência a romper com o estabelecido até o fim da centúria anterior. (...) A zona da Mata é uma ruptura com o passado histórico de Minas Gerais (...)*³⁶.

Esta ruptura com a evolução histórica do conjunto da “unidade mineira” pode ser confirmada por determinadas análises que, mesmo desconsiderando a complexidade regional da História de Minas e subestimando o significado de sua região agroexportadora mais importante³⁷, vêm ao encontro do que temos argumentado aqui. Para Roberto Martins, a presença de uma economia cafeeira no interior do território do estado é de tal forma estranha ao conjunto mineiro que ele a qualifica como um *“enclave”*, um corpo alheio e marginal, uma “estreita faixa” próxima ao Rio de Janeiro e sem maiores vínculos com o restante da economia mineira, com a qual *não compartilharia a “alma”*, corretamente identificada com a produção

³⁵ GIROLETTI, D. (1987). **A Modernização Capitalista em Minas Gerais**. Op. cit. p. 66, tab. 5 e GIROLETTI, D. (1980). **A Industrialização de Juiz de Fora**. Op. cit. p. 156, tabela 6.

³⁶ PEDROSA, M.X.V. (1962). *“Zona Silenciosa da Historiografia Mineira – A Zona da Mata”*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**. IHGMG, Belo Horizonte, vol. IX, p. 189. MIRANDA, S. **Cidade, Capital e Poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói. Op. cit. p. 137

³⁷ Como se pode ver nas críticas presentes no trabalho de SLENES, R. (1985). Op. cit.

agrícola de mercado interno³⁸. Por outro lado, se tomarmos como corretas, por exemplo, as conclusões de um trabalho recente acerca da industrialização ocorrida em Minas Gerais, verificaremos que *os padrões de acumulação de capital* e as conjunturas às quais estarão submetidos não devem ser considerados, para as distintas regiões do estado, como processos homogêneos.

*(...) análises recentes da história econômica de Minas Gerais têm enfatizado o singular processo de crescimento de sua economia no século XIX; e é geral o acordo de que este crescimento não foi diretamente vinculado às exportações. Minas Gerais era uma economia essencialmente não exportadora, na qual o setor cafeeiro tinha a natureza de um enclave. Neste sentido, mudanças nos recursos originados das exportações não afetariam direta ou significativamente o nível de renda da província. Como há indícios de que a indústria mineira supria principalmente mercados da própria província, segue-se que a demanda de sua produção não estaria diretamente dependente do nível das exportações. Além disso, como uma economia não exportadora, Minas Gerais não se beneficiou de melhorias induzidas pela produção de exportação (...)*³⁹.

Não nos cabe aqui aprofundar questões que foram levantadas em um dos mais importantes debates que marcaram a produção histórica sobre o século XIX mineiro. O próprio debate resultou em análises que julgamos extremamente pertinentes para a percepção da economia de Minas neste período⁴⁰. Resta-nos, apenas, indicar que mesmo estando corretas as afirmações da “vocação não exportadora” para a maior parte da economia mineira, elas simplesmente *não se adaptam* ao universo que aqui colocamos como objeto principal de análise. A realidade histórica de Minas Gerais é bem mais complexa que algumas generaliza es

³⁸ “(...) A emergência do setor cafeeiro e seu rápido crescimento após a metade do século não alteram o quadro. A região cafeeira foi, desde o início um enclave exportador que não teve praticamente nenhum impacto na vida econômica do resto da província. Ela era uma extensão da cafeicultura fluminense e todas as suas liga es eram com o mercado do Rio de Janeiro. (...)” MARTINS, R. (1982). **A Economia Escravista em Minas Gerais no Século XIX**. CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, p. 39; MARTINS, R. e MARTINS, A. (1983). “Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited”. **Hispanic American Historical Review**, 63 (3), 537-568.

³⁹ VERSIANI, M.T. (1991). **The Cotton Textile Industry of Minas Gerais, Brazil: Beginnings and Early Development, 1868-1906**. Ph.D. Thesis, University College, London, p. 17

⁴⁰ Ver SLENES, R. (1985). **O Múltiplo de Porcos e Diamantes**. Op. cit.

parecem considerar e, supomos, apenas as análises regionais podem dar conta desta complexidade⁴¹.

A caracterização da economia cafeeira da Mata como um “enclave”, por exemplo, não resiste ao menor confronto com a realidade. Os elementos básicos da definição de uma economia de enclave (proprietários ausenteístas, inexistência de vínculos com o contexto sócio-econômico no qual está inserida etc.) estão absolutamente ausentes do universo histórico da Mata, situação que esperamos deixar claro com o próprio desenvolvimento deste trabalho. Outro exemplo que deve ser destacado neste sentido se refere a algumas análises relativas ao processo de industrialização de Minas Gerais: em geral concluem, corretamente, que a indústria em Minas surgiu e se desenvolveu de forma extremamente descentralizada, com destaque para as regiões não exportadoras, mas desconsideram o mero fato de que se existem processos de industrialização em áreas de produção agrícola de mercado interno, isto não significa, necessariamente, que naquelas regiões predominantemente agroexportadoras do estado o processo de industrialização não tenha fortes vínculos com o setor cafeeiro⁴².

Assim, nos parece que o predomínio da produção cafeeira serve como um importante elemento diferenciador (por sua natureza) e delimitador (em relação ao seu espaço próprio) da economia da Mata no interior da economia de Minas⁴³. Contudo, também no que diz respeito a outros núcleos de produção agroexportadores (principalmente Rio de Janeiro e São Paulo) pode-se perceber algumas especificidades presentes na Mata mineira que justificam a sua caracterização como uma região diferenciada. Aqui, de início, o contexto fundamental a que se faz referência é o Vale do Paraíba fluminense, com o qual a região mantém traços importantes de identificação: a contigüidade espacial, uma estrutura sócio-econômica homogênea, uma

⁴¹ (...) *sem pesquisas em arquivos locais, só podemos especular sobre os efeitos multiplicadores da economia de exportação em Minas. (...)*. SLENES, R. (1985). Op. cit. p. 21. Por outro lado, a economia cafeeira que se desenvolveu no Sul do estado, por exemplo, nos parece que ainda não recebeu um estudo à altura de sua importância.

⁴² Este é predominantemente o caso de LIMA, J.H. (1981). **Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)**. Op. cit. e de algumas análises para o caso de Juiz de Fora como GIROLETTI, D. (1980). **A Industrialização de Juiz de Fora**. Op. cit.; ARANTES, L.A. (1991). **As Origens da Burguesia Industrial em Juiz de Fora**. Op. cit. e VERSIANI, M.T. (1991). **The Cotton Textile Industry of Minas Gerais, Brazil**. Op. cit. “(...) *O fato de que um grande número de indústria fossem estabelecidas em áreas produtoras de café é uma evidência indiscutível da participação da economia cafeeira no surgimento da indústria em Minas Gerais. (...)*”. BIRCHAL, S. (1994). **Entrepreneurship and the Formation of a Business Environment in Nineteenth Century Brazil: the case of Minas Gerais**. PhD. Dissertation, London School of Economics, London.

⁴³ Isso não quer dizer que a zona da Mata tenha sido a única região produtora; mas nas outras regiões o café parece nunca ter assumido a importância que teve na zona da Mata e nunca superaram esta na posição de maior produtora do estado. Ver GIROLETTI, D. (1980). **A Industrialização de Juiz de Fora**. Op. cit. tabela 05 p. 156.

formação histórico-social originada de um mesmo processo matriz, uma aristocracia fundiária com vários traços comuns, inclusive consangüinidade, entre outros⁴⁴. No entanto, em que pese tantos aspectos comuns, também são visíveis os elementos que marcam a diferenciação, inviabilizando a percepção da região da Mata mineira como uma mera extensão, como querem tantos, da economia agroexportadora fluminense.

Levando em consideração o comportamento secular da produção cafeeira, por exemplo, se evidenciam grandes diferenças entre os núcleos de produção agroexportadores fluminense e da Mata de Minas. Região interiorana, destituída de um núcleo de comercialização exportador em seu espaço interno, a zona da Mata, como já tivemos oportunidade de observar, acaba por eleger o centro comercial do Rio de Janeiro como espaço privilegiado da exportação de sua produção. No entanto, a distância frente à Corte e futura capital federal e, principalmente, a inexistência de uma malha viária dotada de um mínimo de condições de transporte fizeram com que a efetiva *incorporação produtiva* da zona da Mata só ocorresse em meados do século XIX, marcando uma defasagem no “ciclo” da produção agroexportadora de ambas as regiões⁴⁵. Tal situação fará com que as condições objetivas da produção, determinadas fundamentalmente pela existência de matas virgens disponíveis para a expansão cafeeira, sejam significativamente mais favoráveis na Mata mineira do que no Vale do Paraíba fluminense no final do século XIX, quando se intensifica o processo de crise do sistema escravista e de expansão capitalista⁴⁶. A tabela 07 e o gráfico 02 deixam claras as tendências que estamos querendo ressaltar aqui.

⁴⁴ VALVERDE, O. (1958) Op. cit. OLIVEIRA, M.R. (1999). Op. cit.

⁴⁵ Para se ter uma idéia, a produção do Rio de Janeiro atinge 1 milhão de arrobas na década de 1830, montante que Minas, no período com sua produção reduzida praticamente à zona da Mata, só obtém na década de 1860. Entre 1850 e 1851 a produção de Barra Mansa corresponde isoladamente a 85% da produção de toda província de Minas Gerais. Ver PIRES, A. (1993). **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora**. Op. cit. p. 99

⁴⁶ PIRES, A. (1993). Op. cit. p. 95 ss.

Tabela 07
 Variação Proporcional da Produção Cafeeira do Rio de Janeiro
 e da zona da Mata de Minas Gerais
 (períodos selecionados)

PERÍODO	R. DE JANEIRO	%	ZONA DA MATA	%
1847/48	6.505.712	89,74	743.707	10,25
1886	8.171.227	65,43	4.316.067	34,86
1888	7.298.533	62,20	4.433.800	37,79
1903/04	4.456.471	42,64	5.993.425	57,35
1926	3.652.668	28,62	9.105.543	71,37

FONTES: 1 Para a zona da Mata – ver tabela 04

2 Para o Rio de Janeiro: 1848 - VIANNA, O. “Hegemonia do Vale do Paraíba - 2ª Império” IN: “ O Café no 2º Centenário...” vol. 2, p. 517.

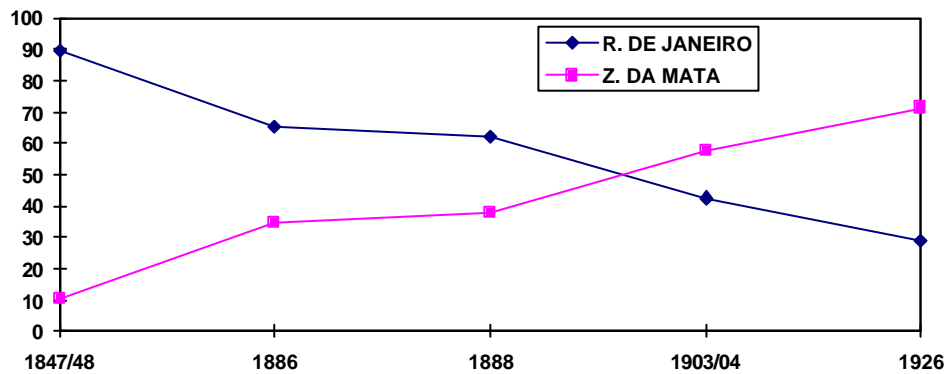
3 1886 e 1888 - MELO, P.C. Op. cit. p. 41.

4 1903/04 e 1926 - “O Café no 2º Centenário...” p. 413.

Apud PIRES, A. (1993). *Capital Agrário, Investimento e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora*. Op. cit. p. 96

GRÁFICO 2

Evolução Proporcional da Produção de Café:
 Rio de Janeiro e Zona da Mata de Minas Gerais
 1847/1926



No entanto, quando analisamos as mesmas condições da produção cafeicultora da zona da Mata com aquelas vigentes em São Paulo, também se percebem nítidas diferenças, desta feita em relação à visível inferioridade do potencial de acumulação do capital cafeeiro da Mata mineira. Com um processo de expansão que implica no esgotamento de suas fronteiras no início do século XX (quando a extensão da malha ferroviária atinge o norte da região e permite sua

incorporação produtiva⁴⁷), a produção cafeeira da região esgota, *a longo prazo*, seu potencial de crescimento, caracterizando uma situação bem distinta com relação àquela de São Paulo, que mantém, como se sabe, um vigoroso processo de incorporação de fronteiras e de potencial de crescimento da produção em todo o período de análise⁴⁸.

Em outras palavras, a zona da Mata apresenta uma *posição intermediária* frente aos núcleos agroexportadores do Rio e São Paulo no que se refere ao potencial de produção e de acumulação do capital cafeeiro: se esteve longe do dinamismo que caracterizou o núcleo paulista, também não experimentou o quadro de crise e decadência testemunhado pelo núcleo fluminense. Tal situação se torna particularmente importante se notarmos que vários aspectos das condições da transição escravista-capitalista, acima referida, serão delimitados pela capacidade de dinamização econômica do núcleo produtivo agroexportador, fundamental na determinação do consumo e investimento naquelas economias em que predominou⁴⁹. Dessa forma, os limites no interior dos quais vão se efetivar os vetores fundamentais desta transformação estrutural (o impacto maior ou menor da abolição da escravidão, a capacidade -ou não- de diversificação dos investimentos da aristocracia agrária, a forma como se cristalizam as relações de trabalho no pós abolição, entre outras) estarão aí determinados e poderão assumir diversos matizes e formas⁵⁰.

⁴⁷ “A maior produção de café em Minas continuava se concentrando durante as três primeiras décadas do século XX, na zona da Mata. Só que com uma diferença importante: principalmente após a crise do final do século XIX e início do século XX, as maiores unidades produtoras não se localizavam mais nos vales do Rio Paraíba e do Rio Pomba. E a maior parte do café, na zona da Mata, passou a ser produzida nos vales do Rio Doce e afluentes, a nordeste da região...” GIROLETTI, D. (1980). **A Industrialização de Juiz de Fora**. Op. cit. p. 156.

⁴⁸ CANO, W. (1977). **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Op. cit. p. 42 ss.

⁴⁹ MELLO, J.M. (1982). **O Capitalismo Tardio**. Op. cit.; SILVA, S. (1977). Op. cit. “Se o talento empresarial não era monopólio dos ‘Paulistas’, mas distribuído mais ou menos uniforme geograficamente, então as grandes diferenças culturais entre as várias regiões do país não eram relevantes para a capacidade empresarial ou a tendência ao reinvestimento. O aumento da atividade empresarial em São Paulo pode ter uma melhor explicação por uma mais intensa operação da economia de mercado, ou seja, pela maior rentabilidade do café e por um maior uso da moeda como meio de troca.” DEAN, W. (1966). “The Planters as Entrepreneur: The Case of São Paulo”.

Hispanic America Historical Review, May, 46, p.142-143.

⁵⁰ “Para nós é significativo que o período de crise da cafeicultura de Juiz de Fora só venha a se configurar na segunda década do século XX. Em primeiro lugar, esta situação vai indicar que se as condições da produção agroexportadora se apresentaram favoráveis até esta década num município como o de Juiz de Fora (um dos mais representativos da área de ocupação mais antiga e, portanto, potencialmente mais adversa à cultura cafeeira), estas mesmas condições vão se apresentar no mínimo tão favoráveis naquela área de ocupação mais recente, o que garante as possibilidades de reprodução da estrutura agroexportadora para o conjunto da região da zona da Mata até praticamente o final do período da análise. Em segundo lugar, e principalmente, a realização do movimento de reprodução econômica da estrutura agroexportadora vai assegurar a efetivação do processo de acumulação do capital gerado no núcleo produtivo mais importante do sistema econômico regional, imprescindível na determinação da renda e do excedente em seu interior, garantindo, por sua vez, as condições fundamentais da

Neste sentido, a diferenciação das condições da produção agroexportadora das três regiões aqui em questão se torna um importante ponto de partida para a compreensão da transição capitalista na Mata mineira, dotada de várias especificidades, muitas ainda a serem pesquisadas e que, novamente, vêm reafirmar e fundamentar a sua caracterização como um espaço dotado de homogeneidade interna e evolução histórica até certo ponto própria, passível de consideração como uma região delimitada e, portanto, como objeto de estudo distinto de pesquisa.

Por fim, cabe ressaltar o próprio fato da região da zona da Mata pertencer à unidade político-administrativa mineira, uma interseção importantíssima a diferenciar as economias agroexportadoras aqui em referência, na medida em que vão se submeter a um universo significativamente distinto que faz referência aos instrumentais e sentido da política econômica dos governos provinciais/estaduais, principalmente se tivermos em mente a autonomia destes com o advento da República e a sua importância diante do contexto de crise do sistema escravista e expansão capitalista: o acesso e a utilização dos recursos de empréstimos externos, política de imigração, estruturação da malha ferroviária, política tributária de exportação, incentivo ao crédito para o setor exportador, política de valorização do café etc. Ressalte-se o fato de que a condução destes instrumentos de política econômica por parte dos governos estaduais vai depender de uma delicada conjugação e articulação dos interesses dos vários setores sociais presentes na órbita do poder estadual, tornando singular o caso de Minas Gerais dada a complexidade e diversidade econômica do “mosaico mineiro”, com a conseqüente reafirmação de setores sociais não necessariamente identificados com os interesses agroexportadores e que, invariavelmente, predominavam no núcleo do poder estadual.

A partir desta situação é que se pode compreender completamente as particularidades do “*complexo agroexportador mineiro*”. Ao contrário dos núcleos de produção do Rio de Janeiro e São Paulo, o espaço onde se desenvolveu a cafeicultura em Minas não foi capaz de “homogeneizar” o conjunto do território do estado, fazendo com que o núcleo de seu aparelho político-administrativo se apresentasse “deslocado” do espaço principal onde se desenvolveu a cafeicultura mineira. Os complexos cafeeiros que se desenvolveram no Rio de Janeiro e em São Paulo se fundamentaram em pólos urbanos que centralizavam as funções de diversificação

dinâmica deste sistema considerado em sua totalidade.” PIRES, A. (1993). **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora**. Op. cit. p 109.

urbano-industrial com o *núcleo do poder e do aparelho político-administrativo* dos respectivos estados. Configurou-se, assim, uma convergência de forças decorrentes da própria diversificação do capital cafeeiro (desenvolvimento do setor comercial de exportação e importação, do sistema financeiro, do setor industrial, etc.) com a atuação e presença do aparelho de estado, fundamental para a mesma diversificação econômica, a partir da identidade de suas elites, com seu corpo de funcionários públicos, ampliação e diversificação dos mercados consumidores urbanos, participação na construção da infra-estrutura, entre outros. O resultado foi um desenvolvimento urbano de enormes proporções que acaba por resultar no surgimento das duas maiores metrópoles que o país conheceu no período.

Em Minas, esta convergência de forças jamais ocorreu. Devido à particular configuração e diversidade das regiões constitutivas do estado, o centro urbano que se beneficiou da diversificação do capital cafeeiro na principal região produtora, o município de Juiz de Fora, nunca se constituiu como núcleo do poder político-administrativo de Minas Gerais⁵¹. Se associarmos esta situação à importância da cafeicultura como base fiscal do estado, podemos vislumbrar o que representou este deslocamento de forças como mais um *limite* ao referido processo de diversificação econômica e como mais um elemento a impingir uma natureza “*periférica*” ou “*marginal*” ao complexo regional, tanto no que se refere ao contexto mineiro quanto no quadro dos principais centros de produção agroexportadora que se desenvolveram no país no período aqui considerado.

Quando confrontamos a complexidade e singularidade da evolução das estruturas sociais, econômicas e políticas da cafeicultura da Mata de Minas com as categorias fundamentais de análise da teoria dos Efeitos Encadeadores, uma extensão e desenvolvimento da teoria do Produto Principal, podemos perceber um imenso potencial de análise que pode revelar muito acerca do objeto que temos em mente no presente estudo. Apenas o fato de ter *representado um dinâmico processo de crescimento econômico baseado em um produto de exportação em uma região interiorana (ou seja, destituída tanto do espaço de exportação quanto do núcleo de seu aparelho político administrativo)*, já lhe configura uma natureza de exceção, no contexto geral

⁵¹ Como se sabe, a capital de Minas se transferiu de Ouro Preto para Belo Horizonte com o propósito de integração das várias regiões do estado. Sobre este aspecto Ver WIRTH, J. (1982). **O Fiel da Balança**. Op. cit.; SINGER, P. (1977). **Evolução Econômica e Desenvolvimento Urbano**. Op. cit. MIRANDA, S. (1990) **Cidade, Capital e Poder: políticas e questão urbana na velha Manchester Mineira**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói.

da economia cafeeira do país, que torna o confronto com a teoria revelador. Daremos início a este “confronto” nas páginas que se seguem.

2.2. Efeitos de Encadeamento: Um Resumo das Principais Proposições

A aplicação da teoria do Produto Principal à realidade histórica do Brasil não constitui, obviamente, uma novidade. Vários autores já tentaram a empreitada com resultados diversos⁵². Por outro lado, a teoria já é por demais conhecida, o que deve nos poupar de uma análise mais apurada, o que, no mais, a falta de espaço neste trabalho por si só já inviabilizaria⁵³. No entanto, convém sublinhar alguns aspectos centrais presentes neste corpo teórico, que torna sua aplicação particularmente importante no que se refere aos objetivos que temos em mente aqui, principalmente se lembrarmos que vários deles representam uma singular convergência entre a própria teoria e a experiência histórica que propomos elucidar.

De início, cabe destacar que a teoria mantém como objeto principal o processo de desenvolvimento econômico em regiões predominantemente exportadoras, ou seja, onde a produção e a exportação de um produto primário “básico” se colocam como os componentes mais importantes da economia, vale dizer, como os determinantes fundamentais de seu nível de renda e do próprio ritmo do referido processo de desenvolvimento⁵⁴. Em outras palavras, procura elucidar *como* ocorre uma experiência de desenvolvimento *a partir da estrutura e organização*

⁵² Ver, entre outros, os trabalhos de ALBUQUERQUE, M.C. E NICOL, R. (1987). **Economia Agrícola: O Setor Primário e a Evolução da Economia Brasileira**. MacGraw-Hill, São Paulo. SUZIGAN, W. (1986). **Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento**. Brasiliense, São Paulo. MELO, H. P. (1993). **O Café e a Economia Fluminense – 1870/1920**. Op. cit. PIRES, A. Op. cit., WILLUMSE, M.J. E DUTT, A.K. (1991). “*Café, Cacau e Crescimento Econômico no Brasil*”. In **Revista de Economia Política**. Brasiliense, São Paulo, Vol. 11, n.3 (43), jul-set.; MARTINS, R. (1976). “*A Interpretação do Crescimento com Liderança das Exportações: modelos teóricos e a experiência brasileira*.” In PELAEZ, C.M. e BUESCU, M. (1976). **A Moderna História Econômica**. APEC, Rio de Janeiro.

⁵³ Para os aspectos essenciais da teoria, ver os seguintes trabalhos: WATKINS, M. (1977). “*Teoria do Crescimento Econômico Baseado no Produto Primário*.” In SHWARTZMAN, J. (1977). **Economia Regional – Textos Escolhidos**. CEDEPLAR/REDE-MINTER, Belo Horizonte. NORTH, D. (1977). “*Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional*”. In Id. Ib. BALDWIN, R. (1977). “*Padrões de Desenvolvimento nas Regiões de Colonização Recente*”. In Id. Ib. HIRSCHMAN, A. (1998). “*Linkages*”. In EATWELL, J., MILGATE, M. and NEWMAN, P. **The New Palgrave – A Dictionary of Economics**. Macmillan, New York, vol. 3 pp. 206-210. HIRSCHMAN, A. (1985). “*Desenvolvimento por Efeitos em Cadeia: Uma Abordagem Generalizada*.” In SORJ, B., CARDOSO, F.H. e FONT, M. (1985). **Economia e Movimentos Sociais na América Latina**. Brasiliense, São Paulo. CÁRDENAS, H., OCAMPO, J.A. and THORPE, R. (2000). **The Export Age: the Latin American economies in the late nineteenth and early twentieth centuries**. Palgrave, New York; WILLUMSE, M.J. E DUTT, A.K. (1991). “*Café, Cacau e Crescimento Econômico no Brasil*”. Op. cit. MARTINS, R. (1976). “*A Interpretação do Crescimento com Liderança das Exportações: modelos teóricos e a experiência brasileira*.” Op. cit.; GOMÁ, O.M. (1991). “*El Proceso de Industrialización: teorías, experiencias y políticas*.” In SUNKEL, O. (1991). **El Desarrollo Desde Adentro: un enfoque neoestruturalista para la América Latina**. Fondo de Cultura Económico, México. ALBUQUERQUE, M.C. e NICOL, R. (1987). Op. cit.

⁵⁴ WATKINS, M. (1977). “*Teoria do Crescimento Econômico Baseado no Produto Primário*”. Op. cit. p. 260 ss.; ALBUQUERQUE, M.C. e NICOL, R. (1987). Op. cit. pp. 40 ss.

da produção, das características do produto, além do comportamento das suas exportações. Como estamos lidando basicamente com uma economia agrária de exportação que experimentou um importante processo de crescimento e diversificação social e econômica, sua aplicação se torna extremamente elucidativa para o caso da zona da Mata mineira no período aqui em referência.

Em segundo lugar, a teoria mantém em sua própria concepção (ou seja, como *ponto de partida explicativo*) uma particular aproximação entre os campos da História Econômica e da Teoria do Crescimento Econômico que, por si só, a torna “singular” frente aos modelos da Economia, normalmente alheios às especificidades históricas e sociais⁵⁵. Curioso é perceber que foi justamente devido à aproximação com uma realidade histórica específica (aquela dos países de “colonização recente”, a partir da qual foi elaborada⁵⁶) que se desenvolveram os instrumentais analíticos que em grande parte vão permitir sua aplicação em outras realidades, guardadas as devidas particularidades de casos. Ao se preocupar especialmente com o impacto geral da produção primária de exportação sobre a economia e sociedade, Harold Innis, o formulador original da teoria⁵⁷, criou as principais bases para a explicação de inúmeros casos semelhantes, pelo menos em sua formulação geral, ou seja, onde a produção agrária de exportação fundamentou inicialmente a dinâmica do processo de crescimento. Apesar de um dos principais representantes da teoria ter-lhe imputado a mera função de “exposição histórica da tecnologia” mais do que a de uma “teoria do crescimento econômico”, no sentido convencional⁵⁸, a grande

⁵⁵ “Mais apropriada para o entendimento de processos de longo prazo, como o desenvolvimento econômico, é uma abordagem que vincule a História Econômica à Teoria Econômica e que, portanto, possa vincular generalizações sobre o comportamento econômico derivado da Teoria Econômica a processos específicos que, em decorrência de seu posicionamento no espaço e no tempo, possam ser bem entendidos através de uma perspectiva histórica. A chamada teoria do crescimento do produto principal é uma tentativa interessante neste sentido.” ALBUQUERQUE, M.C. e NICOL, R. (1987). **Economia Agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira**. Op. cit. p. 39; ver também WATKINS, (1977). “Teoria do Crescimento Econômico Baseado no Produto Primário.” Op. cit. p. 259.

⁵⁶ WATKINS, M. (1977). Op. cit. p. 256;

⁵⁷ Ver DRUMMON, I. “Innis, Harold Adams (1894-1952)”. In EATWEALL, J., MILGATE, M. and NEWMAN, P. (1998). **The New Palgrave: a dictionary of economics**. Macmillan, London, vol. 2 pp. 857-858; NORTH, D. (1977). “Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional.” Op. cit. p. 298 notas 20-22 e ALBUQUERQUE e NICOL, R. Op. cit. p. 39

⁵⁸ WATKINS, M. (1977). Op. cit. p. 257; “A interpretação do desenvolvimento econômico via produto principal não deve realmente ser considerada como “teoria”, mas como abordagem ao desenvolvimento econômico. Watkins referiu-se ao caso ‘não como uma teoria geral de crescimento econômico e nem mesmo como teoria geral sobre o crescimento das economias orientadas para exportação, mas sim como aplicável ao caso atípico de um ‘novo país’...trata-se de uma interpretação econômica da história.” ALBUQUERQUE, M.C. e NICOL, R. (1987). p. 39 e nota 49.

quantidade de trabalhos que a tomam como ponto de partida explicativo para inúmeras realidades históricas tem desmentido sistematicamente sua posição⁵⁹.

Finalmente, a teoria tem se mostrado bastante útil para análises de âmbito *regional*, o que pode ser explicado, por um lado, porque a implantação, a expansão e o predomínio de um produto de exportação pressupõem, naturalmente, a existência de condições físicas que estão presentes em apenas algumas regiões e, por outro lado, porque o processo de desenvolvimento econômico que resulta dos efeitos encadeadores do produto principal vai se concretizar em núcleos urbanos que tendem a se desenvolver no espaço interno destas mesmas regiões (devido aos custos de distribuição, transferência e/ou economias externas⁶⁰). Sendo assim, os processos de divisão do trabalho e de *evolução estrutural* que caracterizam este desenvolvimento econômico beneficiam principalmente *economias locais e regionais*, denotando-lhes uma configuração espacial delimitada e que se adapta de maneira bastante apropriada às próprias análises de cunho regional⁶¹.

Esta natureza essencialmente regional (que obviamente vai apresentar configurações diferenciadas em função desta ou aquela realidade que estiver sendo investigada), quando desconsiderada, pode apresentar inúmeros percalços que tornam problemática a aplicação dos próprios princípios explicativos da teoria. No caso do Brasil, com sua extensão territorial e sua diversidade regional ímpar, nem sempre os resultados destas análises nos parecem válidos. Quando se generaliza a aplicação da teoria para o conjunto da experiência do processo de crescimento econômico do país, invariavelmente se cai em um reducionismo que empobrece mais do que propriamente enriquece a análise que se propõe.

De uma maneira geral a aplicação da teoria, neste sentido, tem feito seus proponentes se aproximarem da famosa (e superada) “teoria dos ciclos de exportação” que reduz o processo do desenvolvimento brasileiro a uma sucessão de ciclos de exportação (ciclo do pau Brasil, do

⁵⁹ Ver bibliografia citada em HIRSCHMAN, A. (1998). “Desenvolvimento por Efeitos em Cadeia: Uma Abordagem Generalizada.” Op. cit.

⁶⁰ “A medida que as regiões crescem em torno de uma base de exportação, desenvolviam-se economias externas, o que melhorava a posição do custo competitivo de seus artigos de exportação. O desenvolvimento de organizações especializadas de comercialização, os melhoramentos no crédito e nos meios de transporte, uma força de trabalho treinada e indústrias complementares foram orientados para a base de exportação.” NORTH, D. (1977). “Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional.” Op. cit. p. 299 ss.

⁶¹ “(...) Já que geograficamente a produção da mercadoria principal tende a concentrar-se em locais mais favoráveis (em termos de solo, clima e distância do mercado), a abordagem conduz a uma análise regional da economia; a análise enfoca a região que produz o produto primário principal. À medida que surgem novos produtos e os antigos perdem importância, a análise é levada a ser feita em termos de ciclos de tempo e concentrações regionais de atividades econômicas.” ALBUQUERQUE, M.C. e NICOL, R. (1987). Op. cit. p. 44

açúcar, do ouro etc.), desconsiderando a experiência de desenvolvimento de várias regiões que nunca se articularam sistematicamente com o mercado externo, mas sim com *mercados internos*⁶². Mais do que isso, a dinâmica própria destas experiências, com suas singularidades no processo de acumulação de capital, diversificação econômica, estrutura de mercado interno, seus variados componentes sociais e seus resultantes mais importantes simplesmente desaparecem sobre a égide deste ou daquele produto de exportação determinante do “ciclo”. Gostaríamos de deixar claro nosso distanciamento destas proposições, em que pese várias contribuições que tenham dado, e advertir o leitor que a mera adoção da teoria não leva necessariamente aos mesmos resultados, tudo dependendo do âmbito e delimitação do objeto histórico a ser investigado, o que, esperamos, esta própria análise já tenha demonstrado.

Feitas estas primeiras ressalvas quanto à aplicabilidade da teoria e distanciamento em relação a certa literatura que sobre ela se fundamentou, podemos retomar os principais aspectos de suas proposições explicativas. Se o seu objeto se constitui na experiência de crescimento em economias predominantemente agroexportadoras, a *mecânica* deste crescimento vai decorrer da capacidade do produto de exportação gerar os chamados *efeitos de dispersão* ou, na versão mais elaborada da teoria, apresentada por Hirschman⁶³, de *efeitos de encadeamentos*, ou seja, uma maior ou menor capacidade de *indução ao investimento* em outras atividades, geralmente locais ou internas.

*“A teoria do ‘staple’ tem tentado demonstrar como a experiência de um país novo é moldada de forma concreta pelos produtos primários específicos, os quais exportam sucessivamente para os mercados internacionais; é uma tentativa de descobrir em seus pormenores como uma coisa leva à outra por meio das exigências e influências do produto primário de exportação, de facilidades de transporte a modelos de acordo, e à criação de novas atividades econômicas.”*⁶⁴

⁶² LINHARES, M.Y. e SILVA, F.C. (1981). **História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias**. Brasiliense, São Paulo, p. 110 ss.

⁶³ HIRSCHMAN, A. (1985). “Desenvolvimento por Efeitos em Cadeia: uma abordagem generalizada.” Op. cit.

⁶⁴ Id. Ib. p. 39; “Um linkage foi originalmente definido como uma característica ou uma seqüência mais ou menos indutora de decisões de investimento que ocorrem no curso de uma industrialização ou, mais genericamente, de um processo de desenvolvimento econômico. (...)” HIRSCHMAN, A. (1998). “Linkages”. In EATWELL, J., MILGATE, M. and NEWMAN, P. **The New Palgrave – A Dictionary of Economics**. Op. cit. p. 206.

Estabelecido o elemento dinâmico do processo, cabe verificar sua elaboração no que se refere à sua classificação⁶⁵. Assim, em função do ponto de origem destes estímulos aos investimentos, os efeitos de encadeamento podem ser divididos em *efeitos de produção* (que por sua vez podem ser retrospectivos e prospectivos), *efeitos de encadeamento de consumo* e *efeitos de encadeamento de natureza fiscal*. Os efeitos de produção *retrospectivos* são os que levam a investimentos em setores que gravitam em torno do fornecimento de insumos, bens e serviços para o setor exportador, incluindo máquinas, transportes etc; os efeitos de produção de natureza *prospectiva* gravitam em torno da elaboração e melhoramento do produto principal, utilizado como insumo, como secagem, beneficiamento, ensacamento etc.; por sua vez, os efeitos de encadeamento de *consumo* resultam em setores que vão produzir bens em função de uma demanda gerada no setor exportador, variando de acordo com a renda decorrente de suas exportações; e os efeitos *fiscais* se originam na capacidade do Estado (em suas diversas instâncias) interferir nos fluxos de recursos decorrentes da produção agroexportadora, ou mais precisamente, na sua capacidade de tributação, que pode incidir diretamente sobre o próprio produto de exportação (efeitos fiscais diretos) e/ou sobre o fluxo de importações gerado por ele (efeitos fiscais indiretos).

Por outro lado, a extensão destes efeitos de encadeamento estaria determinada, *inicialmente*, pelas características físicas do produto principal: seu maior ou menor peso por unidade, a tecnologia necessária à sua produção, o fato de ser um produto mais intensivo em trabalho ou capital etc.; aquilo que para os economistas se configura na chamada *função de produção*⁶⁶ e que pode ser definida por uma combinação singular de fatores característicos da estrutura produtiva deste ou daquele produto principal. Resta afirmar que pelo menos uma vertente da teoria tem colocado um peso talvez excessivo sobre estes aspectos⁶⁷, desconsiderando outros, quando se pensa o desenvolvimento econômico como um fenômeno essencialmente *histórico*, isto é, localizado no tempo, no espaço e permeado por determinantes tanto econômicos como sociais, políticos, culturais etc.

É esta aproximação dos aspectos e proposições básicas da teoria com a dimensão histórica que a tem tornado particularmente útil, como já afirmamos, na investigação dos padrões

⁶⁵ Baseada em HIRSCHMAN, A. (1998). Op. cit. pp. 206-211; Id. (1985). Op. cit. p. 38 ss. MELO, H. P. (1993). **O Café e a Economia Fluminense – 1870/1920**. Op. cit. pp. 26-29.

⁶⁶ BALDWIN, R. (1977). “*Padrões de Desenvolvimento nas Regiões de Colonização Recente*.” Op cit. p. 345 ss.

⁶⁷ Id. Ib. p. 349-50

diferenciados de crescimento e desenvolvimento econômico; mais ainda, por sua própria natureza, a determinados padrões de desenvolvimento que estariam identificados principalmente com os países periféricos em sua fase “primário-exportadora”. Assim,

*“Uma avaliação comparativa da existência, forçando o grau de segurança destes efeitos em cadeia relativos a diferentes produtos primários de exportação em situações sócio-econômicas diversas é uma maneira de compreender o processo de crescimento nos países periféricos, durante o período no qual as exportações dirigem o processo; a vantagem considerável dessa abordagem é indicar de início a possibilidade de experiências caracteristicamente diferentes associadas a diferentes constelações de efeitos em cadeia.”*⁶⁸

Desta forma, apesar de sua natureza comum, uma avaliação superficial das experiências históricas dos países periféricos em um momento específico de sua articulação com o mercado mundial demonstra a presença de grandes variações (normalmente decorrentes da natureza do produto primário de exportação, das circunstâncias sociais, econômicas e culturais herdadas etc⁶⁹.) que vão levar a distintas *trajetórias de desenvolvimento*, ou melhor, a distintas trajetórias de *subdesenvolvimento*, já que nada garante, *a priori*, que a presença dos efeitos em cadeia leve necessariamente a um processo de crescimento que se sustente *a longo prazo*. Os efeitos de consumo, por exemplo, podem ser supridos com importações, o que levaria à destruição de uma eventual produção artesanal preexistente; os efeitos fiscais dependem de uma especial conjugação de fatores envolvendo o maior ou menor poder e articulação das elites e suas reinversões podem ser mais improdutivas do que propriamente estratégicas para o crescimento local; já os efeitos de produção, principalmente os de natureza retrospectiva, podem exigir uma tecnologia a tal ponto sofisticada que tende a ser assumida predominantemente por empreendedores estrangeiros, com todas as conseqüências que podem decorrer daí. Um mesmo

⁶⁸ HIRSCHMAN, A. (1985). Op. cit. p. 41; “*embora o setor exportador não fosse necessariamente o mais relevante em termos de emprego ou mesmo na parcela da atividade econômica global, ele normalmente representou o elemento mais dinâmico das economias e constituiu o canal pelo qual os países na região se relacionaram com o mundo externo.*” CÁRDENAS, H., OCAMPO, J.A. and THORPE, R. (2000). “*Introduction*” In Id. **The Export Age: the Latin American economies in the late nineteenth and early twentieth centuries**. Palgrave, New York, p. 01.

⁶⁹ CÁRDENAS, H., OCAMPO, J.A. and THORPE, R. (2000). Op. cit. p. 05-07.

produto “básico” pode conter, aliás, encadeamentos que representam ao mesmo tempo estímulo e desestímulo do ponto de vista do desenvolvimento econômico⁷⁰.

Esta percepção dos efeitos de repercussão não apenas como resultantes das características “naturais” ou físicas do produto básico, mas também como um processo permeado pelo ambiente social, econômico, cultural, herdado e moldado por um contexto histórico específico, talvez tenha atingido sua maior elaboração quando tentou-se aproximar os princípios fundamentais da teoria do Produto Principal ou dos Efeitos Encadeadores com o Marxismo. Afinal de contas, os efeitos encadeadores refletem apenas o processo de diversificação econômica resultante das necessidades de “re-produção” de sua estrutura produtiva mais importante. Além disso, os componentes sociais do referido processo estão estreitamente condicionados com a forma de *organização social da produção*, elemento imprescindível à compreensão de sua dinâmica. No mais, a percepção da importância das características físicas e tecnológicas da estrutura produtiva do produto de exportação mantém uma relação direta com a noção de “forças produtivas”, da mesma forma como podem ser apreendidas pelo conceito de função de produção. Todos estes aspectos têm sido *relativamente* considerados pelo autor que estamos tomando como referência aqui quando propõe a noção de *micromarxismo*⁷¹, que *procura tanto aproximar como diferenciar* a teoria dos Efeitos de Repercussão com o Materialismo Histórico.

“Obviamente aqui existe algo que possui considerável afinidade com o Marxismo e o Materialismo Histórico, porém, ao mesmo tempo, a diferença é igualmente marcante. O pensamento marxista tradicionalmente ocupou-se de um pequeno número de constelações de forças produtivas –tais como os modos de produção feudal ou capitalista- dominantes em grandes áreas geográficas e que persistem por longos períodos de tempo; as configurações políticas e sociais são vistas, então,

⁷⁰ Para estas questões ver HIRSCHMAN, A. (1985). “Desenvolvimento por Efeitos em Cadeia: Uma Abordagem Generalizada.” p. 75 ss. HIRSCHMAN, A. (1998). “Linkages”. Op. cit. p. 210.

⁷¹ “A característica constelação de efeitos de encadeamento de um dado produto principal revela não só certos possíveis padrões de desenvolvimento (ou estagnação); eles também exercem, através destes padrões, uma influência sobre a ordem social e os regimes políticos dos países onde o produto principal tenha tido uma importante função econômica. O esforço para traçar estas influências tem sido chamado de micromarxismo, aqui entendido pela idéia de que a investigação dos efeitos das forças produtivas e relações de produção pode ser bem mais frutífera e ir consideravelmente além dos macromodos de produção.(...). [Esta idéia] é particularmente válida para os países da periferia no período de crescimento liderado pelas exportações, quando cada um destes países mantinha uma especialização em um ou alguns produtos primários de exportação, com características e efeitos de encadeamentos extremamente variados. (...).” HIRSCHMAN, A. “Linkages”. Op. cit. p. 210

como derivadas desses macromodos. A abordagem do tipo ‘repercussões em cadeia’ (linkages) também absorve traços característicos dos processos de tecnologia e produção, tomados como pontos de partida para a compreensão de eventos sociais, porém o faz em escala muito menor, em pormenores mais específicos, e por um espaço de tempo mais limitado. Por tal razão “micromarxismo” pode ser um bom modo de descrever esta tentativa de mostrar como a forma que assume o desenvolvimento econômico, incluindo seus componentes sociais e políticos, pode ser referida às atividades econômicas específicas de um país.”⁷²

No entanto, se a aproximação com o marxismo pode ser feita por alguns fundamentos da teoria dos efeitos de repercussão (a produção e a tecnologia), os componentes *sociais* envolvidos direta ou indiretamente com a estrutura produtiva devem ser priorizados. Desta forma, a *organização social da produção*, um legado indissociável do pensamento marxista, necessita do devido dimensionamento para que se consiga uma maior abrangência da própria teoria. Por outro lado (e extremamente vinculado ao primeiro aspecto), também os *elementos institucionais* merecem a devida consideração. De acordo com um trabalho recente:

“A análise da América Latina no período exportador revela interessantes questões metodológicas. Algumas delas são estritamente econômicas, relacionam-se basicamente com os efeitos de encadeamento do setor exportador e a atividade econômica interna. A tradicional ‘teoria do produto principal’ e outras interpretações da literatura constituem importantes contribuições para a análise. Outras são mais interdisciplinares por sua própria natureza. Algumas tendências da análise econômica são relevantes neste sentido e a recente ênfase dada ao desenvolvimento institucional como um determinante essencial do desempenho histórico [dos diferentes países] é particularmente útil.”⁷³

Tanto a teoria do Produto Básico (na sua versão original ou na sua primeira elaboração realizada por Watkins e, principalmente, Baldwin) como, *em parte*, a teoria dos Efeitos de

⁷² HIRSCHMAN, A. (1985). Op. cit. p. 70

⁷³ CÁRDENAS, H., OCAMPO, J.A. and THORPE, R. (2000). “Introduction”. Op. cit. p. 06.

Encadeamento, entendida aqui como um aperfeiçoamento que eleva a primeira a um nível superior de análise, aparentemente não consideram devidamente estas questões⁷⁴. Isto se torna particularmente evidente quando analisam, por exemplo, o efeito de encadeamento de consumo como sendo meramente um resultante do grau de distribuição de renda da economia, o que, por sua vez, estaria condicionado pela forma de distribuição do “fator” terra. Baldwin é particularmente lembrado pela comparação que fez entre duas distintas formas de organização agrícola (uma fundamentada em pequenas e outra em grandes propriedades) e os impactos que estas configurações de produção poderiam acarretar, entre outras, sobre a demanda agregada⁷⁵.

Sem querer negar a importância da distribuição de renda e seus determinantes⁷⁶, convém lembrar que a não consideração dos aspectos sociais da organização da produção pode levar à omissão de importantes fatores que também estão envolvidos com a determinação da demanda agregada. Os efeitos de encadeamento de consumo obviamente terão impactos distintos sobre o conjunto da economia e sociedade quando a organização da produção do produto básico implica na existência de relações livres ou compulsórias de trabalho⁷⁷. Aqui entram em cena elementos fundamentais que dizem respeito à *forma de reprodução da força de trabalho*⁷⁸ que podem exigir *níveis diferenciados de articulação do trabalhador com o mercado consumidor*, variando num espectro que vai desde de uma remota (mas possível) mediação do mercado para a reprodução da força de trabalho escrava, por exemplo, até uma dependência absoluta como é o caso do trabalhador assalariado típico, com inúmeras “formas intermediárias” podendo prevalecer entre ambos os extremos. Tal situação é particularmente visível, pelo contraste, naquelas experiências históricas em que, como no Brasil, no seio da economia predominante

⁷⁴ Ver também WILLUMSE, M.J. e DUTT, A.K. (1991). “*Café, Cacau e Crescimento Econômico no Brasil.*” Op. cit. p. 52

⁷⁵ BALDWIN, R. “*Padrões de Desenvolvimento nas Regiões de Colonização Recente.*” Op. cit. pp. 350-352

⁷⁶ Ver Também GOMÁ, O.M. (1991). “*El Proceso de Industrialización: teorías, experiencias y políticas.*” In SUNKEL, O. (1991). **El Desarrollo Desde Adentro: un enfoque neoestruturalista para la América Latina.** Op. cit. p. 322-326.

⁷⁷ “*Países que não tiveram acesso aos fluxos internacionais de trabalho tiveram que se basear inteiramente sobre a evolução doméstica das instituições para gerar fluxos e mobilidade de trabalho. (...) Como estas questões evoluíram no tempo e a forma em que o trabalho foi mobilizado no setor de exportação e em suas atividades complementares acabaram por se revelar como grandes elementos determinantes não só do crescimento econômico no período das exportações, mas também dos conflitos sociais e políticos (...). Obviamente, em sociedades rurais tradicionais o desenvolvimento do mercado de trabalho está intimamente associado com o mercado de terras; assim, a forma em que a propriedade da terra era considerada foi crucial na determinação da evolução da economia; neste sentido, a questão não era se a propriedade da terra era ‘plena’ ou não, mas sim a forma em que ocorreu o desenvolvimento institucional para remover algumas ‘inflexibilidades’ no mercado de terras.*” CÁRDENAS, H., OCAMPO, J.A. and THORPE, R. (2000). “*Introduction*” . op. cit. p. 06-07.

⁷⁸ MARX, K. (1983). **Formações Econômicas Pré-Capitalistas.** 3 ed., Paz e Terra, São Paulo.

agroexportadora, vivenciou-se a transição do trabalho genuinamente escravo para inúmeras formas de trabalho “livre”⁷⁹. Nestes casos, o impacto da transformação do trabalho sobre a demanda gerada pela produção do produto de exportação se torna evidente por si mesma: todo o potencial dos efeitos de encadeamento de consumo, por exemplo, só se revela pela presença da experiência histórica da “transformação do trabalho” e pelo impulso que gerou no dinamismo econômico de diversas áreas de produção agroexportadoras do país.

À parte outros componentes importantes presentes na teoria e que não desenvolvemos aqui (como a importância e o significado da maior ou menor possibilidade de surgimento de empreendedores locais, a capacidade de transferência de “fatores” entre os distintos setores da economia para o maior desempenho do próprio processo de crescimento econômico, as inúmeras sutilezas envolvidas com os efeitos de natureza fiscal etc.), convém finalizar esta parte da análise com uma última ressalva que, apesar de óbvia, julgamos importante. Quando falamos de um produto “principal” ou “básico” estamos considerando uma economia em que o setor de exportação se constitui como o seu componente mais significativo. Daí a análise privilegiar os elementos envolvidos com sua organização e dinâmica como *ponto de partida* para a análise. De maneira alguma (e esperamos que isto fique claro no correr do próprio trabalho) visamos reduzir o universo de pesquisa ao produto de exportação com os seus necessários corolários. Como a própria teoria prevê, e estes são aspectos evidentes, é o *mercado interno que, em última instância, se coloca como o universo básico da pesquisa*, um mercado que se de início esteve determinado pelo comportamento das exportações, na medida em que esta economia sofre o processo de diversificação setorial e evolução estrutural típicas do desenvolvimento econômico, passa a possuir uma dinâmica cada vez mais independente.

Portanto, os distintos setores econômicos que gravitam em torno deste mercado interno serão objeto de maior ou menor atenção de nossa parte, além de outros produtos de exportação que não chegam a assumir uma posição predominante, mas que têm que ser considerados inclusive no que se refere aos seus eventuais efeitos encadeadores. *A agricultura de mercado interno também será considerada, mas dentro deste ponto de vista e não como um objeto em si mesmo*—como alguns críticos da teoria costumam abordá-la. A sua desconsideração como objeto

⁷⁹ “O acesso ao mercado de trabalho europeu ocorreu apenas parcialmente no desenvolvimento da economia cafeeira no Brasil, onde ele se tornou parte de uma estratégia que manteve alguns dos antigos elementos de controle da terra e do trabalho. Este caso pode ser muito bem considerado como uma forma intermediária de relações de trabalho. (...)” CÁRDENAS, H., OCAMPO, J.A. and THORPE, R. (2000). Op. cit. p. 17.

em si parte do pressuposto de que está inserida num contexto em que outros setores agrícolas foram mais importantes no que diz respeito à *configuração de categorias básicas da economia e na determinação de sua natureza* e, ao menos que *se confunda e se reduza a noção de mercado interno com a agricultura de produção de alimentos*, julgamos pertinente este ponto de vista, pelo menos para o caso da Mata mineira no período aqui em consideração.

3. Juiz de Fora: Efeitos de Encadeamento e Diversificação Urbano-Industrial

3.1. O Desenvolvimento do Setor de Transportes

Um dos mais importantes efeitos de encadeamento gerados pela produção cafeeira constitui o desenvolvimento de uma rede eficiente de transportes. É natural que assim seja, dada as características da sua produção⁸⁰. Ao contrário de outros produtos de exportação, como o açúcar, o café é uma cultura adaptada a terrenos elevados, normalmente distantes dos centros de comércio externo, o que por si só coloca a questão dos custos de transportes como estratégica ao processo geral de reprodução de sua estrutura produtiva. Além disso, um componente característico da cafeicultura brasileira, o sistema de uso extensivo do solo, em sua racionalidade própria, implicava no abandono das terras esgotadas e na incorporação de novas, tornando a existência e a expansão das fronteiras (portanto a interiorização da produção) a condição fundamental da própria permanência e reprodução de sua base produtiva⁸¹.

É importante destacar aqui que o processo efetivo de ocupação humana da região da zona da Mata pode ser inserido neste processo maior de contínua interiorização da cultura cafeeira no país. Com a expansão da cultura no Rio de Janeiro e o seu gradual deslocamento para a parte oriental da província, o café acaba por adentrar no território mineiro a partir do segundo quartel do século XIX, naquela região mais próxima da Corte que era o sul da zona da Mata⁸². É claro que houve movimentos anteriores de ocupação humana na região, principalmente em torno do

⁸⁰ Sobre estes aspectos ver, entre outros, ALBUQUERQUE, M.C. e NICOL, R. (1987). **Economia Agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira**. Op. cit. p. 101 ss.; CANO, W. (1977). **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Op. cit. p. 28-30

⁸¹ Ver FRAGOSO, J.L. (1983). **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul – 1890/1920**. Op. cit. pp. 38-95.

⁸² Sobre as origens da cultura cafeeira em Minas ver, entre outros: CARVALHO, D. (1934). “*O Café em Minas Gerais*” In **O Café no Segundo Centenário de sua Introdução no Brasil**. Departamento Nacional do Café, RJ, vol. 2, pp. 578-583; “*O Café, em Minas, como Agente de Riqueza, como fator Demográfico, como Centro de Evolução Política, como base outras Lavouras e do Surto Industrial e Pastoril*” In id. *Ib.*, vol. 2, pp. 583-9; SILVESTRE, H. (1934). “*A Colonização Mineira nos Grandes Latifúndios de Café no Estado do Rio de Janeiro*”. In *ib.*, vol. 2, pp. 589-91; MAGALHÃES, H. (1934). “*Subsídios para a História do Café em Minas Gerais*”. In *ib.*, vol.2, pp. 618-35; “*Desenvolvimento ou Decadência dos Cafezais conforme as Zonas, em Minas*”. In *Id. ib.*, vol. 2, pp. 652-5; TAUNAY, A.E. (1939) Op. cit., vol. 2, cap. XLII e XLIII, vol. 3, cap. XXIII e XXIV; GIROLETTI, D. (1980). Op. cit.; VALVERDE, O. (1958). Op. cit.; LANA, A.L. Op. cit.; OLIVEIRA, M.R. (1999). **Negócios e Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870**. Op. cit. PEDROSA, M.X.V. (1962). Op. cit.

chamado “Caminho Novo”⁸³, uma estrada construída para melhor vazão do fluxo do ouro e que ligava a região central de Minas ao Rio de Janeiro. Mas tais movimentos foram de pequeno significado, uma vez que a Mata mineira herdara uma política proposital de não ocupação, uma estratégia do governo português para evitar ou minimizar o contrabando do metal. Daí, aliás, decorre o seu próprio nome, uma referência às densas florestas que até então a cobriam e que a cafeicultura vai dar conta de dizimar.

Também deve ficar claro que o fato da ocupação humana da Mata ser uma consequência do movimento de expansão da fronteira do café vindo do Rio trará consequências importantes para as características gerais da produção cafeeira que se desenvolveu na região. Decorre daí uma homogeneidade básica entre a estrutura produtiva de ambos os núcleos agroexportadores, no que se refere à distribuição da propriedade fundiária, sistema de uso do solo, padrões sociais vários etc. Valverde, estudando esta questão, vai afirmar:

*“Faltava ainda a mola econômica, representada pelo surto cafeeiro, que iria desencadear o maior movimento pioneiro jamais realizado em terras de Minas Gerais. Este movimento é mais que gêmeo, é xifópago do que se verificou no médio Paraíba. Tem com ele ligações espaciais –regiões contíguas; históricas –na mesma época: a partir da década de 1830; econômicas –o mesmo produto comercial: o café; a mesma estrutura agrária e social: o latifúndio patriarcal, aristocrata e escravocrata; demográficas e raciais –o estoque luso brasileiro vindo do centro de Minas, superposto à camada escrava de negros africanos.”*⁸⁴

No entanto, em que pese tantos elementos comuns, também deve ficar claro que esse movimento de expansão de fronteiras deu à região um ciclo produtivo diverso, ao qual já fizemos referência, o que permitiu uma dinâmica geral da produção agroexportadora da zona da

⁸³ Para o processo de ocupação humana da zona da Mata de Minas ver: PEDROSA, M.X.V. (1962). Op. cit. VALVERDE, O. (1958). Op. cit. O Caminho Novo “...partia da Borda do Campo, atravessando a Mantiqueira na garganta de João Ayres, passava por João Gomes (Palmyra), Chapéu D’Uvas, Juiz de Fora, Matias Barbosa, Simão Pereira, Serraria, Entre Rios, Barra do Pirahy, descia a Serra do Mar sobre Macacos, Inhaúma, Pavuna, Penha e Rio de Janeiro.” ESTEVES, A. (1915). **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, p. 16.

⁸⁴ VALVERDE, O. (1958). Op. cit. p. 27. Ver também LANA, A. L. (1985). Op. cit. p. 33-4

Mata relativamente diferenciada de sua província vizinha, principalmente quando esta entra em seu processo de declínio e decadência irreversíveis.

De qualquer forma, já no início do século XIX podem ser encontradas as primeiras referências, fornecidas por Eschwege, sobre as exportações de café em Minas. Para 1818 estas exportações haviam atingido 9.739 arrobas (29,21 contos), pouco mais que 3% das exportações totais da província (986,2 contos). Em 1829/30 a exportação já atinge 81.400 arrobas, um aumento de 735%; e em 1839/40, 243.473 arrobas, representando um aumento de 300% em relação ao decênio anterior e correspondendo já a 28% do total das exportações da província ⁸⁵.

Dotada de condições físicas bastante propícias para o cultivo da rubiácea, a produção nesta época vai se concentrar, quase em sua totalidade, na zona da Mata de Minas. Assim, para o ano de 1850/51 ela é próxima de 99% (898.184 arrobas para um total de 900.264). A disponibilidade de terras e escravos e os altos preços assumidos pelo produto no mercado internacional são tidos como os principais fatores explicativos⁸⁶.

Mas este crescimento poderia ainda ser maior. Um dos grandes obstáculos à expansão da cultura cafeeira na época e na região era o precário sistema de transportes numa área que topograficamente não facilitava em nada a empreitada de construção de estradas. E esta não era, no contexto mineiro, uma particularidade da Mata. Alguns autores chegam a afirmar que a restrição dos transportes é o principal tema da História Econômica e Política de Minas ⁸⁷, o que não deve ser entendido propriamente como um exagero, dadas as condições gerais determinadas pela extensão da província e pelo “mosaico” mineiro. Talvez por isso, pelo terceiro quartel do século XIX, a questão das vias de comunicação vai ser a principal preocupação dos fazendeiros da região ⁸⁸. Além disso, um autor já lembrou que os nomes dos fundadores dos principais municípios cafeeiros da região estão ligados a projetos de construção de estradas: é assim com Juiz de Fora (Fernando Henrique Halfeld e Antônio da Silva Pinto), Mar de Espanha (Francisco Leite Ribeiro), Leopoldina (Manoel José Monteiro de Castro), entre outros ⁸⁹.

⁸⁵ GIROLETTI, D. (1980). **A Industrialização de Juiz de Fora**. Op. cit. pp. 151 ss.

⁸⁶ Id. Ib. p. 152, Tabela 1.

⁸⁷ Ver BLASENHEIM, P. (1994). “*Railroads in Nineteenth-century Minas Gerais*”. **Journal of Latin America Studies**. Cambridge University Press, 26, p. 357.

⁸⁸ BLASENHEIM, P. (1982). “*Uma História Regional: a zona da Mata Mineira (1870-1906)*”. **V Seminário sobre Estudos Mineiros – A República Velha em Minas**. UFMG/PROED, Belo Horizonte, p. 77.

⁸⁹ “(...) *Os nomes dos fundadores dos principais municípios cafeeiros da região estão todos ligados a projetos de construção de estradas de terra: Halfeld e Silva Pinto, em Juiz de Fora; Leite Ferreira, em Mar de Espanha; Monteiro de Castro, em Leopoldina.*(...)”. Id. Ib. p. 77

As referências e descrições das condições dos transportes em meados do século XIX parecem confirmar estas afirmações. Fazendo menção a um Relatório do Presidente da Província em meados do século XIX, Taunay observa que

*“Os produtos mais valiosos da província, como o café, o açúcar e o tabaco, não haviam deixado de prosperar, porque a fertilidade do solo remunerava exuberantemente os cultivadores, mas, sua exportação, não era tão considerável como poderia ser, pela dificuldade, e carestia de transportes, tornando muito desfavorável a posição dos fazendeiros de Minas comparativamente ao de outros produtores, clientes da praça do Rio de Janeiro (...) e assim aconteceria enquanto não pudessem estes produtos sustentar a concorrência naquele mercado com gêneros iguais de outras províncias.”*⁹⁰

Também Emilia Viotti faz algumas observações sobre o estado das vias de transporte em Minas no período:

“A situação da Província de Minas Gerais, encravada no interior, longe dos transportes marítimos, não era menos grave. O mau estado de suas estradas representava um pesado ônus para a produção: as despesas de transporte prejudicavam seus produtos que não podiam concorrer com os de áreas mais bem situadas e sobre os quais incidia frete menor. (...)

A produção cafeeira estava aqui, como em toda parte, condicionada ao frete. Em resposta a uma circular enviada em 1853 às Câmaras Municipais e que pedia informações sobre o gênero de indústria mais importante, a população, número de fazendas de criação e cultura (...), o município de Mar de Espanha, um dos grandes produtores de café, informava que esta cultura se achava bastante aumentada e “mais seria não fossem as dificuldades de transportes pela falta de boas estradas” e a insuficiência de braços. Também o município de Rio Preto alinhava, entre os fatores que entravavam o seu desenvolvimento, a deficiência das vias de

⁹⁰ TAUNAY, A. E. (1939). **Historia do Café no Brasil**. Departamento Nacional de Café, Rio de Janeiro, tomo I, p. 255.

*comunicação. Percorrendo-o não se encontrava “um só lugar que oferecesse cômodo trânsito e facilitasse a exportação”. As lavouras de café se desenvolviam nas regiões vizinhas ao Rio de Janeiro, onde os tropeiros achavam melhores estradas.”*⁹¹

Levava-se 4 dias de viagem entre Juiz de Fora e o Rio de Janeiro em estradas íngremes e perigosas, com as cargas em lombos de burros sujeitas a perdas por fatores vários, envolvendo custos extremamente elevados não só com tais perdas, mas com o empate de capital com mão-de-obra (escravos, capatazes etc.), animália, tempo de transporte, alimentação, entre outros. Nesta época Minas possuía um dos maiores rebanhos de animais de carga do país e para a província vinha a quase totalidade da produção de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; em 1862, Afonso Celso de Assis Figueiredo (futuro Barão de Ouro Preto) informava que a entrada de bestas de carga na província, durante o decênio, chegava a 150 mil cabeças, segundo um autor, “indício seguro do desenvolvimento da lavoura cafeeira”⁹². O Barão de Pati do Alferes (Francisco Peixoto de Lacerda Werneck), importante fazendeiro na província fluminense, faz uma afirmação, em 1848, que bem pode ser estendida para a zona da Mata:

*“Sem tropas não é possível ser fazendeiro de serra acima; custa ela não pouco a ser montada, importa nuns poucos contos de réis; seu custeio traz despesa diária de meia quarta de milho por besta, e muita forragem, couro, sola e outros misteres; cada lote consta de sete bestas que conduzem regularmente 56 arrobas, e que demanda um tocador, além de armador e ajudante, que superintendem o serviço.”*⁹³

É importante reter estas características gerais de precariedade predominantes no sistema de transportes da região; o impacto do desenvolvimento e da ampliação da eficiência do

⁹¹ COSTA, E. V. (1982). **Da Senzala à Colônia**. 2 ed. Editora Ciências Humanas, São Paulo, p. 143

⁹² “Até então o transporte era feito exclusivamente por muares. Minas gabava-se de ter o maior rebanho de animais de carga. Para a província do Centro vinha toda a produção de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. À feira de Sorocaba comparecia anualmente cerca de 30 a 40 mil animais, adquiridos quase totalmente por tropeiros de Minas Gerais. Em 1862 o dr. Affonso Celso de Figueiredo (...) informava que a entrada de bestas de carga na província, no decênio, orçava por 150.000 cabeças, indício seguro do desenvolvimento da lavoura cafeeira.” TAUNAY, A. E. (1943). **Pequena História do Café no Brasil**. D.N.C., São Paulo, pp. 63-65, apud PEDROSA, M.X. (1962). “Zona Silenciosa da Historiografia Mineira – A Zona da Mata”. Op. cit. p. 202, nota 41.

⁹³ Id. Id. p. 203, nota 44.

sistema viário costuma ser diretamente proporcional à precariedade dos serviços do sistema anterior: a eficiência do novo sistema é tão maior quanto maiores os custos envolvidos antes do aperfeiçoamento⁹⁴. Ou, em outras palavras, quanto maiores os recursos empatados anteriormente (em mão de obra, capital, deficiência do serviço em termos de tempo, perdas etc.) tão maior será a liberação destes mesmos recursos como conseqüência do aperfeiçoamento e, portanto, maior a possibilidade de sua aplicação em outras atividades, gerando, em princípio, maiores benefícios para a economia local⁹⁵.

Esta observação é particularmente pertinente quando se estuda o processo de desenvolvimento do aparelhamento de transportes na zona da Mata. Em que pese o fato deste processo não ter se iniciado apenas com a construção de ferrovias, ao contrário de tantas outras regiões cafeeiras do país, mas também com a construção de uma rodovia importante⁹⁶, o impacto deste processo de uma maneira geral foi igualmente significativo. A rodovia União e Indústria, bem como as inúmeras ferrovias que surgiram na região, já foram objeto de vários estudos⁹⁷, cabendo a nós aqui apenas alguns aspectos que envolvem diretamente nosso objeto de análise.

Pelo período de organização da Companhia União e Indústria (1852) e a inauguração da rodovia (1861), podemos dizer que esta foi concebida, construída e

⁹⁴ "(...) *As estradas de ferro liberaram capital e trabalho previamente empregados nos serviços de transportes terrestres, permitindo que estes fatores fossem usados em outras atividades, aumentando, assim, a renda nacional. Neste sentido as estradas de ferro serviram como um importante estímulo para o crescimento econômico na América Latina. (...) A magnitude dos ganhos fornecidos aos dois maiores países latino-americanos pelas estradas de ferro foi sem precedentes comparado aos padrões internacionais. (...)*" SUMMERHILL, W. (1997). "Transport Improvements and Economic Growth in Brazil and Mexico." In HABER, S (1997). **How Latin America Fell Behind: essays on the economic histories of Brazil and Mexico**. Stanford University Press, p. 93.

⁹⁵ SUMMERHILL, W. (1997). Op. cit. p. 93-94.

⁹⁶ O que tem sido considerado uma exceção como uma forma de desenvolvimento do sistema de transportes antes da "era ferroviária". Ver por exemplo: "(...) *Devido, assim, ao local da produção e à natureza do terreno, o transporte terrestre por mulas se tornou a forma predominante dos transportes no Brasil. O governo colonial não herdou uma rede de transportes terrestres como foi o caso da Espanha no México e pouco esforço foi feito para se criar uma rede de estradas trafegáveis. As poucas boas estradas construídas no século XIX, tais como a União e Indústria, que ligava Petrópolis a Juiz de Fora, foram mais uma exceção do que propriamente a regra. Os serviços de transportes terrestres baseavam-se quase que exclusivamente nas mulas e outros animais de carga.*" SUMMERHILL, W. (1997). "Transport Improvements and Economic Growth in Brazil and Mexico." Op. cit. p. 97.

⁹⁷ Ver entre outros GIROLETTI, D. (1980). **A Industrialização de Juiz de Fora**. Op. cit., pp. 157-160; SINGER, P. (1977). **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. Op. cit. p. 208 ss.; ESTEVES, A. (1915). **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Op. cit., p. 59-61; BASTOS, W.L. (1991). **Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, descendência, genealogia**. Ed. Paraibuna, Juiz de Fora. BLASENHEIM, P. (1982). "*Uma História Regional: a zona da Mata mineira.*" Op. cit. BLASENHEIM, P. (1994). "*Railroads in Nineteenth-century Minas Gerais*". Op. cit. BIRCHAL, S. (1994). **Entrepreneurship and the Formation of a Business Environment in Nineteenth-Century Brazil: the case of Minas Gerais**. Op. cit. OLIVEIRA, P. (1953). **História de Juiz de Fora**. Cardoso, Juiz de Fora. STEHLING, L. (1979). **Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os Alemães**. Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, Juiz de Fora. PEDROSA, M.X. (1962). "*Zona Silenciosa da Historiografia Mineira – A Zona da Mata*". Op. cit. pp. 204-208.

operacionalizada em função do escoamento da produção de café, sendo um dos principais exemplos da concretização dos efeitos de encadeamento retrospectivos decorrentes da produção cafeeira da Mata de Minas.

Tida como um dos principais feitos de engenharia de sua época⁹⁸, provocou uma verdadeira revolução no sistema de transportes na região. Resultado de viagens que seu principal empreendedor e idealizador, Mariano Procópio Ferreira Lage (um dos principais fazendeiros locais) realizou pela Europa e Estados Unidos, envolveu o que havia de mais sofisticado em estradas de rodagem, o *sistema macadamizado* que cobria toda a sua extensão de 144 quilômetros entre Juiz de Fora e Petrópolis, onde se encontrava com a ferrovia Pedro II e de onde o café, cargas e passageiros se deslocavam para o Rio. Agassiz, o naturalista que visitou a região em 1865, assim se expressou sobre a estrada:

*“Presentemente vai-se de Petrópolis a Juiz de Fora em carruagem, do erguer ao por do sol, sobre uma boa estrada que não deve nada a nenhuma outra do mundo. [A rodovia] oferece todas as facilidades de transportes desejáveis às ricas colheitas de café que, de todas as fazendas da região, descem incessantemente para o Rio. Como este distrito [Juiz de Fora] possui magníficos cafezais, o aperfeiçoamento dos meios de comunicação é de uma importância capital para o comércio da comarca.”*⁹⁹

Outro autor, que se debruçou sobre os aspectos operacionais e administrativos da empresa também destaca o empreendimento, apesar de não considerá-la uma “grande empresa” em termos de volumes transportados¹⁰⁰. Em 1867, quando possuía 380 quilômetros, era maior que a Estrada de Ferro Pedro II (197,4 quilômetros) e todas as estradas de ferro do país tinham 651 quilômetros; nos Estados Unidos, continua, antes dos anos 1850, as ferrovias raramente ultrapassavam 150 quilômetros¹⁰¹. Sua construção chegou a envolver o trabalho de 2.636 trabalhadores; apenas no trecho entre Juiz de Fora e Paraíba do Sul, 1.136, dos quais 800 escravos e 336 trabalhadores livres¹⁰². Seu capital, de 5 mil contos de réis, não é considerado

⁹⁸ BLASENHEIM, P. (1994). Op. cit. p. 352.

⁹⁹ Apud GIROLETTI, D. (1980). Op. cit. p. 154

¹⁰⁰ BIRCHAL, S. (1994). **Entrepreneurship and the Formation of a Business Environment in Nineteenth-Century Brazil: the case of Minas Gerais**. Op. cit. p. 126 ss.

¹⁰¹ Id. Ib.. p. 126

¹⁰² Id. Ib. p. 129

grande se comparado a outras companhias surgidas no país na época, mas seguramente é um dos maiores quando inserido nos padrões mineiros. Além disso, este mesmo autor a considera, por seus padrões administrativos gerais, uma *empresa moderna na tipologia de Chandler*¹⁰³. Daremos maior atenção sobre o impacto da construção da rodovia e de sua organização acionária, forma de financiamento etc., nos parágrafos que se seguem.

Antes, porém, convém notar que não foi só a rodovia União e Indústria que marcou o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento da rede de transportes na região. No final da década de 1860 também a organização de várias ferrovias tem que ser destacada¹⁰⁴. Neste caso, dada a presença de uma pujante economia cafeeira, aparentemente o único produto a garantir a viabilidade dos empreendimentos, boa parte da rede inicial das estradas de ferro se localizava na zona da Mata. Das 25 concessões fornecidas pelo governo provincial em Minas nos anos 1870, 11 eram para a construção de estradas de ferro na Mata. Em 1884 2/3 da rede de ferrovias se localizavam na região¹⁰⁵. Nesta primeira fase do desenvolvimento destes empreendimentos, diversos elementos (que, de resto, podem ser estendidos para outras regiões cafeeiras¹⁰⁶) têm sido sublinhados pela historiografia, como a iniciativa predominante de fazendeiros locais, a presença do Estado (no âmbito provincial e central) com a concessão de garantia de juros sobre o capital empatado, a desorganização das linhas em função do benefício de fazendeiros com influência política, a construção de redes com bitolas diferenciadas etc. De destaque, como

¹⁰³ Id. Ib. p. 163-4; “Uma moderna empresa de negócios é facilmente definida; (...) ela possui dois traços característicos: possui variadas e distintas unidades operacionais e é administrada por uma hierarquia de executivos assalariados. (...)” CHANDLER, A. (1977). **The Visible Hand: The Managerial Revolution in American Business**. Belknap Press/Harvard University Press, pp. 1 ss.

¹⁰⁴ Sobre as estradas de ferro na região, no período aqui considerado, ver os trabalhos de BLASENHEIM, P. (1982) “Uma História Regional: a zona da Mata Mineira (1870-1906)”. Op. cit. e Id. (1994). “Railroads in Nineteenth-century Minas Gerais”. Op. cit. PEDROSA, M.X. (1962). “Zona Silenciosa da Historiografia Mineira – A Zona da Mata”. Op. cit. MELO, H. P. **O Café e a Economia Fluminense (1888/1920)**. Op. cit. p. 124-125

¹⁰⁵ “Os representantes da Mata ressaltavam que as exportações de café das áreas servidas pelas estradas de ferro poderiam assegurar a prosperidade das linhas na região. Companhias nas zonas cafeeiras poderiam facilmente remunerar em 7% os investidores, liberando, assim, a província de qualquer ônus financeiro. Esta lógica convenceu o governo provincial que deu à região 11 das 25 concessões oferecidas nos anos 1870. Em torno de 1884, a Mata possuía 672 quilômetros de linhas, enquanto a rede do resto de Minas incluía 269 quilômetros na região Sul e 135 quilômetros na região central. (...)” BLASENHEIM, P. (1994). Op. cit. p. 355; Id. (1982). Op. cit. p. 77.

¹⁰⁶ Ver MATTON, R. (1977) “Railroads, Coffee and the Growth of Big Business in São Paulo, Brazil.” **Hispanic American Historical Review**. Vol. 57, n. 02. SAES, F. (1986). **A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira**. Hucitec, São Paulo.; DEAN, W. (1966). “The Planter as Entrepreneur: The Case of São Paulo.” Op. cit.

iniciativa de fazendeiros da região e financiamento pelo menos parcialmente local, temos em Juiz de Fora, entre outras, a Companhia União Mineira e a Companhia Juiz de Fora a Piau¹⁰⁷.

A região também se beneficiou da extensão de redes nacionais, com a Estrada de Ferro Pedro II (futura Central do Brasil), que após atravessar as áreas cafeeiras fluminenses, acabou por atingir a região no final da década de 1860: em 1869 chega a Chiador (Mar de Espanha); em 1871 Porto Novo do Cunha (Além Paraíba); em 1875 Matias Barbosa e Juiz de Fora; em 1880 Barbacena; em 1885 Muriaé, em 1888 Ouro Preto e em 1895 Belo Horizonte ¹⁰⁸.

As muitas disputas envolvendo concessões e privilégios acabaram por minar os interesses regionais e a Companhia Leopoldina, inicialmente uma empresa de origem local mas que gradualmente foi assumida por interesses radicados no Rio de Janeiro, lança-se numa política voraz de aquisição das companhias locais: até 1890 todas as linhas que atravessavam a Mata já estavam em seu poder. Um autor que estudou a expansão ferroviária na região afirma que, ironicamente, uma companhia externa dominou o esforço dos fazendeiros locais para a melhoria do sistema de comunicações da região¹⁰⁹. Mas não o fez sem custos. Assumindo linhas de bitolas diferentes, muitas vezes com trechos paralelos ao seu tronco principal e, principalmente, com uma ampla parcela da rede localizada na região cafeeira decadente do Rio de Janeiro, mais do que da zona da Mata, entra em crescentes dificuldades financeiras com a crise do café do início do século XX até declarar falência em 1897 e ser assumida pelo capital inglês em 1898 ¹¹⁰.

¹⁰⁷ Blasenheim, baseado em Pedrosa, lista as principais concessões existentes na Mata até o final da década de 1870: São João Nepomuceno (original União Mineira), 1871; Leopoldina, 1872; Chiador-São João Nepomuceno (União Mineira), 1872; Porto Novo- Meia Pataca (Leopoldina), 1872; Juiz de Fora e Ponte Nova (original Rio Doce), 1873; Ponte Nova- Araçuaí (Leopoldina), 1875; Pirapetinga- Volta Grande (original Pirapetinga), 1876; Juiz de Fora-Jequitinhonha (rio Doce – Leopoldina), 1877; Recreio- São Francisco da Glória (original Alto Muriaé), 1878; Mar de Espanha- Rio Pardo (União Mineira), 1878. Ver BLASENHEIM, P. (1994). “*Railroads in Nineteenth-century Minas Gerais*”. p. 356 nota 12. PEDROSA, M.X. (1962). “*Zona Silenciosa da Historiografia Mineira – A Zona da Mata*”. Op. cit. p. 206-207.

¹⁰⁸ Id. Ib.; GIROLETTI, D. (1980). **A Industrialização de Juiz de Fora**. Op. cit. p. 154 ss. BLASENHEIM, . (1994). Op. cit. p. 357 ss.

¹⁰⁹ BLASENHEIM, P. (1982). “*Uma História Regional: a zona da Mata Mineira (1870-1906)*”. Op. cit. p. 79

¹¹⁰ “*O exame da história das diversas linhas explica tanto o crescimento rápido quanto o declínio da Leopoldina. Fora a D. Pedro II, que gozava de apoio nacional, a viabilidade das companhias individuais que conseguiram inaugurar ramais nas décadas de 1870 e 1880 dependia diretamente da quantidade de café disponível para exportar ao longo destas linhas. A Leopoldina, que já se estendia de Porto Novo a Cataguases em 1877, atravessava os mais prósperos municípios cafeeiros da região. Assim, esta estrada de ferro incorporou, em rápida sucessão, as insolventes Estradas de Ferro Pirapetinga, Alto Muriaé, União Mineira e Juiz de Fora-a-Piau, e uma série de linhas falidas na Província do Rio. Mas a extensão da Leopoldina esgotou os recursos da Companhia. Além do custo de sustentar tantos quilômetros adicionais de linhas com trilhos de bitola diferentes, as novas linhas freqüentemente corriam paralelas umas às outras, competindo, assim, com o tronco principal da Leopoldina. Mais*

De qualquer forma, é curioso perceber que o processo de expansão da malha ferroviária em Minas Gerais é, conjuntamente com aquele verificado em São Paulo, um dos mais intensos do país, pelo menos é o que se pode deduzir dos seguintes números, compilados por Rodolfo Jacob

Tabela 08
Crescimento das Vias Férreas Mineiras Comparado ao de Outros Estados da União

ESTADOS	ESTRADAS DE FERRO EM TRÂNSITO	DATA DO INÍCIO DAS CONSTRUÇÕES	MÉDIA DA PROGRESSÃO ANUAL
MINAS	4.496.795	1869	109,6
DIST. FED.	173.633	1858	3,3
BAHIA	1.391.574	1860	28,5
R.JAN.	2.422.185	1854	43,2
S.PAULO	4.724.000	1867	109,8
R.G.SUL	1.962.408	1882	70,0

FONTE: JACOB, R. *Minas Gerais no XX^o Século*. p. 442. apud PIRES, A. *Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora*. Op. cit. p. 100 Tabela 28.

Ou se considerarmos os dados de um trabalho mais recente, refletindo sobre o crescimento da rede ferroviária nos principais estados produtores de café no país.

Tabela 09
Extensão da Rede Ferroviária em Tráfego nos Principais Estados Produtores de Café – em km (1873-1936)

UF	Extensão da Rede Ferroviária									
	1873	%	1883	%	1905	%	1919	%	1936	%
São Paulo	254	22	1.457	26	3.790	23	6.615	24	7.330	22
Minas Gerais	-----	--	662	12	3.843	23	6.619	24	8.038	22
Rio de Janeiro	510	45	1.706	30	2.661	16	2.794	20	2.810	8
Espírito Santo	-----	--	-----	--	336	2	609	2	773	2
BRASIL	1.129		5.708		16.782		28.128		33.521	

Fonte: Estatísticas Históricas do Brasil – IBGE, RJ, 1987, p. 412; BAPTISTA, J.L. (1942). “O Surto Ferroviário e seu Desenvolvimento.” In *Anais do Terceiro Congresso da História Nacional*. IHGB, VI vol., Rio de Janeiro. Apud MELO, H.P. (1993). *O Café e a Economia Fluminense (1888/1920)*. Op. cit. p. 126 tabela 17.

grave ainda a rede fluminense atravessava fazendas de café improdutivas. Como conseqüência destes problemas financeiros, a qualidade dos serviços da Leopoldina declinou constantemente durante a década de 1890. a companhia declarou falência em 1897 e foi reorganizada no ano seguinte, como empresa inglesa. (...)” Id. Ib. p. 78; BLASENHEIM, P. (1994). Op. cit. pp. 357 ss.

O impacto do processo de expansão da rede ferroviária da Mata foi, como em outros núcleos de produção agroexportadores, bastante significativo. Em que pese o fato das linhas nunca terem *antecipado* a fronteira do café, sua contribuição para a diminuição dos custos de transporte permitiu o avanço da fronteira pela região e uma contínua ampliação da produção. Em torno de 1890, a Mata contava com um *crescimento quadruplicado* das exportações de café como conseqüência da expansão da malha ferroviária. Apenas entre 1875 e 1880 a produção havia dobrado¹¹¹. Apesar de não ter correspondido a uma completa integração do território da província, se desenvolvendo mais naquelas regiões de produção cafeeira (uma característica do processo de expansão do sistema ferroviário no país¹¹²), também pelo final do século XIX a Mata mineira talvez seja a única região de Minas que esteja efetivamente integrada¹¹³. Mais que isso, *pela forma em que se deu o entroncamento das linhas, esta integração ocorreu tendo como referência, como entreposto de comercialização geral, a cidade de Juiz de Fora que passa a desempenhar as funções típicas de um pólo urbano e capital regional no seio de uma economia agroexportadora*, situação que teve seu delineamento básico com a própria União e Indústria, mas que foi consolidada, definitivamente, apenas com a expansão da malha ferroviária¹¹⁴. Estavam abertas, desta forma, as possibilidades de diversificação e crescimento econômicos que marcariam a evolução estrutural do município e da região principalmente a partir do final do século XIX. *A própria incorporação produtiva da Mata ao sistema de exportação nucleado no*

¹¹¹ id. Id. p. 355; BLASENHEIM, P. (1982). Op. cit. p. 78

¹¹² SUMMERHILL, W. (1997). "Transport Improvements and Economic Growth in Brazil and Mexico." Op. cit. MATTON, R. (1977). Op. cit.

¹¹³ "(...) Depois da inauguração da estação de Porto Novo, da Estrada de Ferro D. Pedro II, em 1871, as estradas de ferro tornaram-se uma obsessão na Mata e em todo o Estado. Todos os mineiros compartilhavam a noção, tão comum no século XIX, de que a locomotiva prometia ser um agente da civilização e progresso. Mas, pelos meados da década de 1880, somente a Mata podia orgulhar-se de ter uma rede bem desenvolvida, já que era a única região em que as realidades econômicas permitiam a execução das concessões outorgadas pela Assembléia Legislativa. (...)." BLASENHEIM, P. (1982). Op. cit. p. 77

¹¹⁴ "A abertura da Rodovia União e Indústria vai transformar Juiz de Fora em um entreposto comercial. Vai permitir o desenvolvimento do comércio local, tendo como conseqüência maior concentração de capital. Juiz de Fora se transforma, como ponto terminal da mais importante via de comunicação da Província, no local de passagem obrigatória entre Minas e o Rio de Janeiro, no núcleo econômico mais dinâmico da zona da Mata e polarizador de uma vasta região de Minas e parte de Goiás. (...)." GIROLETTI, D. (1980). **A Industrialização de Juiz de Fora**. Op. cit. p. 157.

Ou ainda: "(...) Por ser terminal da Rodovia que servia a uma importante região cafeeira e ter-se transformado em pólo econômico mais dinâmico da zona da Mata, Juiz de Fora passou a aglutinar grandes interesses, tornando-se palco de grandes negócios, de intensa circulação de mercadorias, de grande concentração e acumulação de capital. Constituiu-se em pólo de atração por excelência de novos e diversificados contingentes populacionais: mão de obra especializada, imigrantes, comerciantes e industriais. (...)." Id. Ib. p. 160

Rio de Janeiro (outra decorrência importante do desenvolvimento do sistema de transportes na região) tem que ser pensado a partir desta mediação fundamental.

Mas também aspectos como a iniciativa dos empreendimentos, a forma como se deu o seu financiamento e o seu relacionamento com a economia cafeeira igualmente nos interessam mais de perto aqui. No que se refere a estes aspectos poucas dúvidas devem restar sobre a presença *predominante (mas não exclusiva)* de capitais locais, de origem agrária e exportadora nos empreendimentos¹¹⁵, conjuntamente com aqueles de origem estatal, o que tem sido um consenso entre os estudiosos da questão. Como qualquer investimento em infra-estrutura, as inversões no desenvolvimento do sistema de transportes são particularmente problemáticas devido ao grande volume de recursos que envolvem, retorno lento, complexidade técnica, grandes gastos iniciais para o início das operações etc., o que normalmente exige a solução de problemas de coordenação inerentes a este tipo de investimento¹¹⁶. Todas estas características se tornam mais evidentes ainda se lembrarmos que, no período, o país era destituído de um mercado de capitais amplo o suficiente para corresponder a todas estas exigências de catalisação de recursos e coordenação de inversões.

*“Em países virtualmente destituídos de instituições financeiras capazes de reunir grandes montantes de poupanças privadas e convertê-las em fundos de empréstimos, o financiamento da construção de estradas de ferro mostrou-se um imenso desafio. Como resultado, a primeira fase da história das estradas de ferro tanto no Brasil como no México é marcada por concessões do governo que nunca mostraram-se frutíferas.”*¹¹⁷

¹¹⁵ “Os diretores e maiores acionistas da União Mineira, todos grandes fazendeiros e políticos do Império, estavam nas camadas superiores da aristocracia cafeeira de Minas. O presidente da província e candidato ao senado, Pedro de Cerqueira Leite, Barão de São João Nepomuceno, foi diretor da Companhia e um de seus maiores acionistas. Os Barões de Juiz de Fora e Santa Helena, dois outros grandes acionistas, foram também dois dos mais importantes fazendeiros e políticos de Juiz de Fora. Os dois barões, descendentes das poderosas famílias Rezende de Cataguases e Monteiro de Barros de Leopoldina, tinham próximas relações com qualquer grande fazendeiro da região e entre eles próprios. O Barão de Santa Helena foi também um dos primeiros banqueiros e industriais de Juiz de Fora.” BLASENHEIM, P. (1994) “Railroads in Nineteenth-century Minas Gerais”. Op. cit. p. 365; MELLO, H.P. (1993). **O Café e a Economia do Rio de Janeiro**. Op. cit. p. 119.

¹¹⁶ SUMMERHILL, W. (1997). “Transport Improvements and Economic Growth in Brazil and Mexico.” Op. cit. pp. 97-99.

¹¹⁷ Id. Ib. p. 98

Sobre este ponto de vista é, num certo sentido, natural que a iniciativa e os recursos dos investimentos se originassem predominantemente no âmbito da economia local e regional. Os fazendeiros de café da região eram os maiores conhecedores dos problemas que as restrições dos transportes vinham impondo à sua principal produção; por isso mesmo, seriam os principais beneficiários do aprimoramento das vias de transporte e tinham consciência da oportunidade dos novos investimentos; além disso, dado o fato de a economia ser ainda incipiente e pouco diversificada, as principais fortunas se originavam na produção agroexportadora e, assim, eram possivelmente os únicos a disporem dos recursos suficientes que a empreitada exigia. Na ausência de um mercado de capitais desenvolvido, a garantia de juros fornecida pelo Estado, servia neste caso como um forte estímulo ao investimento, através da diminuição dos riscos, além, é claro, de várias relações de natureza pessoal e de parentesco com os eventuais responsáveis pelos empreendimentos, uma garantia a mais para os potenciais investidores¹¹⁸.

Deve estar claro para o leitor o mecanismo, assim revelado, de *constituição do efeito de encadeamento no aprimoramento do sistema de transporte a partir da produção agroexportadora*¹¹⁹: o deslocamento da produção para regiões cada vez mais interioranas e distantes do centro de exportação; a necessidade iminente de aperfeiçoamento do sistema como condição de aumento de lucratividade (pela diminuição dos custos) e da própria permanência e ampliação da produção; a posição privilegiada dos agentes econômicos identificados com o processo produtivo não só quanto à percepção da oportunidade do empreendimento, mas

¹¹⁸ Para estas questões ver principalmente, mesmo que para realidades históricas distintas, BASKIN, J.B. and MIRANTI, P. (1997). **A History of Corporate Finance**. Cambridge University Press, p. 148 ss., onde se afirma: “O Governo federal e os estados ajudaram a reduzir a percepção de risco fornecendo recursos ou privilégios para novas estradas de ferro. O governo federal e diversos estados fizeram concessões diretas de terras públicas para facilitar a construção de linhas em regiões de fronteira, como foi o caso da formação da Union Pacific nos anos 1860. Governos estaduais e locais compravam os títulos das linhas ou, em alguns casos, os trocavam por títulos municipais. Alguns estados subsidiaram novas estradas de ferro pagando o custo de suas terras ou temporariamente isentando-as de impostos. Outras entidades governamentais forneciam garantias ou endossos para as obrigações financeiras das companhias. O governo federal, de fato, emitiu US\$130 milhões de seus títulos para apoiar a Union Pacific. Padrões similares são encontrados para o financiamento de estradas de ferro em locais remotos e distantes dos principais centros financeiros.” Ver também KINDLEBERGER, C. (1993). **A Financial History of Western Europe**. Oxford University Press, Oxford/New York. p. 190 ss. “(...) Além da garantia de juros, as companhias tinham o privilégio de explorar as terras vizinhas à ferrovia numa faixa variável de 20 a 30 km de cada lado dos trilhos em toda a sua extensão. As empresas contavam ainda com isenção para importação de trilhos, máquinas e equipamentos (todo o material rodante) e gratuidade no transporte do carvão. Esses privilégios não eram uma exclusividade brasileira, mas uma prática comum às ferrovias estrangeiras em todo o mundo.” MELO, H. P. (1993). **O Café e a Economia Fluminense – 1870/1920**. Op. cit. p. 118

¹¹⁹ De acordo com uma autora, “...Para Watkins, a construção de um sistema de transportes para escoar o produto básico é o mais importante exemplo de um efeito de encadeamento para trás no estímulo do crescimento econômico de uma região.” MELO, H. P. (1993). Op. cit. p. 28

também quanto aos capitais necessários à sua realização. Em outras palavras, a produção cafeeira gerou a *oportunidade real* (pelas características físicas do produto) e a *possibilidade efetiva* (acumulação de capital, a presença de uma classe que acaba por assumir os empreendimentos) que tornaram possível todo o processo do desenvolvimento do sistema de comunicações.

Dessa forma, a consideração das inversões particulares na primeira fase da expansão das ferrovias na região meramente como “investimentos especulativos”, dada a garantia de juros por parte do estado, como querem alguns autores¹²⁰, deve ser relativizada. Estas inversões podem ser entendidas com o devido comprometimento dos recursos empatados, riscos envolvidos e como uma das primeiras formas de diversificação do capital agrário local. Além disso, é indissociável dos investimentos senão um projeto, pelo menos a percepção do potencial de crescimento econômico que os novos empreendimentos trariam para a economia local. Francisco Bernardino, um dos principais acionistas da Companhia União Mineira, assim se manifestou em 1879:

*“Esta é uma companhia organizada na província exclusivamente com capitais mineiros. Os fazendeiros se organizaram, utilizaram seus próprios recursos com o objetivo de formar uma companhia para servir a agricultura em uma importante zona da província: Cerqueira Leite (Barão de São João Nepomuceno), José Ribeiro de Rezende (Barão de Juiz de Fora) e outros de Juiz de Fora, Mar de Espanha, Rio Novo e Pomba.”*¹²¹

Mais que isso, além dos recursos invertidos nos empreendimentos, muitos destes investidores arriscaram seus próprios patrimônios particulares como forma de ajuda às companhias em determinados períodos. Os Barões de São João Nepomuceno e de Juiz de Fora conseguiram, em torno de 1879, um empréstimo de 500 contos com o Banco do Brasil utilizando como garantia não os ativos da Companhia, mas, como gostavam de afirmar, “suas próprias fortunas e bons nomes”. Assim, “...os juros dos investimentos na União Mineira foram

¹²⁰ Ver entre outros WIRTH, J. **O Fiel da Balança** (1982). Op. cit. p. 102-104

¹²¹ Apud BLASENHEIM, P. (1994). “*Railroads in Nineteenth-century Minas Gerais*”. Op. cit. p. 364

*garantidos pela província, mas estes homens estavam realmente comprometidos com a estrada de ferro e não eram os especuladores condenados por [Benedito] Valadares em 1877.”*¹²²

Mas algumas ressalvas devem ser feitas. Ao contrário do processo de expansão do sistema ferroviário de outras regiões agroexportadoras, como São Paulo, o predomínio da iniciativa particular local nos investimentos cessa já no final do século XIX. A partir daí, com a falência da Estrada de Ferro Leopoldina e sua apropriação pelo capital inglês e a encampação de vários ramais e pequenas linhas pela Pedro II, é o capital estrangeiro e, principalmente, o Estado que assumem o controle do processo. Incrustada entre os interesses de uma expansão ferroviária que partia do Rio de Janeiro e aqueles de outras regiões da província de Minas (com os quais nem sempre havia coincidência), fragilizada pela crise cafeeira que se inicia no final da década de 1890 e que levou várias das iniciativas à insolvência, *a região perdeu aquele que foi um dos principais mecanismos de acumulação e diversificação do capital cafeeiro*¹²³. Além disso, como os lucros decorrentes do fretamento do café pertenciam a empresas controladas de fora da região, *a Mata viu se constituir um dos principais mecanismos de evasão de recursos gerados em seu espaço próprio*, uma situação que vai perdurar por boa parte do período a que nos dedicamos, assumindo feições diversas, muitas vezes conflituosas, mas invariavelmente envolvendo os “altos custos dos fretes” e atingindo não apenas a cafeicultura, mas também a indústria, a agricultura de mercado interno etc., um tema recorrente na história econômica local.

Estas mesmas reflexões feitas para as estradas de ferro podem, em suas linhas gerais, ser aplicadas à Companhia União e Indústria. Como no caso das ferrovias este empreendimento deve ser entendido, pelo menos de início, como o resultado de inversões de recursos originados predominantemente na cafeicultura local¹²⁴. Um autor já destacou que quando foi fundada a Companhia, em 1852, os fazendeiros da região tinham investido 243 contos e o governo 18

¹²² id. Ib. p. 365

¹²³ SAES, F. (1986). **A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira**. Op. cit.

¹²⁴ “(...) *De fato, podemos fixar as datas das origens da explosão da economia cafeeira em 1869 (sic), quando Mariano Procópio Ferreira Lage inaugurou a estrada União e Indústria, que ligou Juiz de Fora ao mercado do Rio e assegurou para aquela cidade o papel de capital regional. As estradas de rodagem, como as estradas de ferro que as seguiram, eram capitalizadas pelos próprios fazendeiros e construídas por engenheiros ligados às grandes famílias proprietárias. Tal fato explica tanto os trajetos planejados quanto a íntima ligação entre o transporte e a história sócio-econômica – e até política- da Mata.* BLASENHEIM, P. (1982). p. 77; SINGER, P. (1977). Op. cit. “...*a Companhia União e Indústria foi estabelecida por fazendeiros locais interessados na melhoria dos meios de transportes para a sua produção, como foi o caso de diversas das primeiras estradas de ferro na província de São Paulo. (...).*” BIRCHAL, S. (1994). **Entrepreneurship and the Formation of a Business Environment in Nineteenth-Century Brazil: the case of Minas Gerais**. Op. cit. p. 66 ver também p. 82 ss.; GIROLETTI, D. (1980). Op. cit.

contos, dando início à construção da estrada em 1856¹²⁵. Além disso, a presença do capital agrário local esteve presente em vários ramais ligando seus municípios ao tronco principal da estrada. Em uma carta endereçada ao presidente da província de Minas Gerais, Mariano Procópio (o presidente da Companhia) afirma que:

“É certo que a estrada construída pela Companhia União e Indústria (de Petrópolis a Juiz de Fora), embora prestando importantes serviços, necessita ser complementada por ramais que vão facilitar o transporte de bens de diversos centros de produção para as estações da Companhia.”

Existem nesta situação diversas cidades produtoras de café localizadas entre Juiz de Fora, Paraibuna e Paraíba que irei listar – indicando o nome daqueles fazendeiros que estão mais interessados e que podem, ajudados pelo governo provincial, fiscalizar e contribuir financeiramente para a construção.” ¹²⁶

O impacto do aperfeiçoamento do sistema de transportes tem sido estudado a partir de dois componentes fundamentais¹²⁷; o primeiro (em parte já verificado em páginas anteriores) como decorrência da economia de custos sobre o transporte de bens e pessoas, o que tem sido relacionado a um “efeito prospectivo” que irá se traduzir em poupança social; o segundo, pela demanda de insumos necessários para a construção e operação dos empreendimentos (neste caso principalmente associados às estradas de ferro) e que, por sua vez, tem sido relacionado a um “efeito retrospectivo”.

Já tivemos oportunidade de verificar o impacto da construção das estradas de ferro sobre os custos de transporte de café. No caso da União e Indústria também podemos notar a

¹²⁵ BLASENHEIM, P. (1994). Op. cit. p. 353

¹²⁶ Apud BIRCHAL, S. (1994). Op. cit p. 83. *“Mariano Procópio Ferreira Lage, então, listou os nomes dos seguintes fazendeiros: Candido Alves Coutinho, Joaquim Gomes Leal e Antônio Gomes de Siqueira, e seus vizinhos, interessados na construção do ramal da estação do Paraibuna até a fazenda de propriedade de Francisco Gomes de Oliveira; o Barão de Prados e seus vizinhos, interessados na construção do ramal de Jaguary, onde existiam grandes fazendas de café, até a estação de Simão Pereira. Gervásio Antônio da Silva e Manoel José Pires, interessados na construção do ramal do Espírito Santo, freguesia da estação de Mathias; e, Marcellino Gonçalves da Costa e seu filho José Anastácio da Costa Lima, interessados na construção do ramal de São Francisco, freguesia da estação de Juiz de Fora.”* COMPANHIA UNIÃO E INDÚSTRIA. **Relatório da Assembléia Geral dos Acionistas**. 1861, p. 7, 17-18. Apud BIRCHAL, S. (1994). Op. cit p. 83, nota 113.

¹²⁷ SUMMERHILL, W. (1997) *“Transport Improvements and Economic Growth in Brazil and Mexico.”* Op. cit. p.99.

presença deste efeito retrospectivo, talvez com mais nitidez ainda, porque, como já afirmamos, ela antecede em alguns anos a construção de estradas de ferro na região e teve como contexto anterior um sistema de transportes extremamente precário e oneroso para a economia local. Sendo assim seu impacto, neste sentido, foi extremamente significativo. Após a construção da rodovia, o custo de transporte para o Rio de Janeiro caiu entre 50% e 75%¹²⁸, um montante bastante avultado sobre qualquer perspectiva e a poupança social decorrente desta economia de custos foi imensa. O próprio Mariano Procópio afirmou que, com a construção da estrada, a lavoura e o comércio locais pouparam, apenas nos seis primeiros anos de funcionamento da empresa, cerca de 20 mil contos de réis. Em se tratando de poupança social, ou seja, de recursos que foram liberados para serem aplicados em outras atividades, podemos aquilatar os efeitos da presença da estrada para a economia da região¹²⁹.

Naturalmente os estímulos gerados sobre a produção de café também foram consideráveis. Há estimativas de que as exportações de café de Minas Gerais cresceram entre 1860 e 1867 de 10 milhões para 30 milhões de quilos¹³⁰. A importância do café como *fundamento operacional* da Companhia também é evidente. Em 1868 a Companhia União e Indústria havia lucrado 1.300 contos, 70% dos quais decorrentes dos fretes do café¹³¹. A tabela abaixo torna mais claro o que queremos demonstrar:

¹²⁸ BLASENHEIM, P. (1994). “*Railroads in Nineteenth-century Minas Gerais.*” Op. cit. p. 352

¹²⁹ “*O sistema de transportes da Companhia União e Indústria proporcionou, tanto para fazendeiros quanto para comerciantes (...) uma infraestrutura fundamental que lhes permitiu certas economias de escala, libertando-os dos encargos e do ônus de manutenção de uma frota particular de muelles para garantir o fluxo de mercadorias, e da morosidade e insuficiência dos transportes. É por isso que Mariano Procópio avaliava em 20.000 contos a economia representada pela Companhia União e Indústria ao comércio e à lavoura, nos seis primeiros anos de funcionamento. (...).*” GIROLETTI, D. (1980). Op. cit. p. 158

¹³⁰ Id. Ib.

¹³¹ “*...de 1858 a 1868, o café representava mais de 70% do total de bens transportados pela CUI e mais de 90% dos bens exportados. Como o frete correspondia a quase 90% da renda bruta e as exportações constituíam até dois terços do frete, e como o café representava 90% dos bens exportados, os lucros da Companhia estavam diretamente vinculados ao café.(...).*” BIRCHAL, S. (1994). **Entrepreneurship and the Formation of a Business Environment in Nineteenth-Century Brazil: the case of Minas Gerais.** Op. cit. p. 151

Tabela 10
 Transporte de café na Companhia União e Indústria
 (1858-1868)

Anos	Total dos Bens Transportados (ton)	Total do Café Transportado (ton)	% do Café sobre o Total
1858	10.974	7.400	67
1859	22.776	15.908	70
1860	26.970	20.024	74
1861	29.743	23.179	78
1862	20.695	11.342	55
1863	23.345	14.495	62
1864	23.802	13.042	55
1865	31.998	19.242	60
1866	32.627	19.504	60
1867	41.061	29.139	71
1868	36.641	24.602	67

Fonte: Companhia União e Indústria. **Relatório da Assembléia Geral dos Acionistas**, 1868. Apud BIRCHAL, S. (1994). **Entrepreneurship and the Formation of a Business Environment in Nineteenth-Century Brazil: the case of Minas Gerais**. Op. cit. p. 150

Dessa forma, torna-se nítido que, se foi o café que gerou os recursos que financiaram a implantação da Companhia e a construção da rodovia, seu transporte para o porto de exportação se constituiu na principal operação da União e Indústria, origem da maior parte dos recursos que a sustentaram¹³². Formou-se, assim (o que de resto também é válido para as ferrovias) o que um autor chamou de “causação circular” entre o sistema de transportes e a produção cafeeira, onde a expansão e desenvolvimento do primeiro implicavam no crescimento da produção e dos lucros da produção do café, o que, por sua vez, gerava os recursos que iriam financiar futuras expansões no sistema de transportes¹³³. Para nós, aqui, resta ressaltar, mais uma vez, a nítida articulação entre a estrutura de produção agroexportadora e o desenvolvimento do sistema viário, em variadas configurações mas que podem ser entendidas pelas distintas nuances dos efeitos encadeadores.

Mas se os efeitos prospectivos das operações da União e Indústria são essencialmente semelhantes àqueles das estradas de ferro, o mesmo não pode ser dito acerca dos efeitos retrospectivos. De uma maneira geral, tem-se avaliado que as estradas de ferro não tiveram

¹³² BIRCHAL, S. (1994). Op. cit. p. 150 ss; GIROLETTI, D. (1980). **A Industrialização de Juiz de Fora**. Op. cit. p. 157

¹³³ Id. Ib.

presença marcante neste tipo de efeito, que implicava na construção e manutenção de vagões e locomotivas, produção de trilhos, peças e outros tantos componentes necessários para a operação das ferrovias. Neste caso, talvez devido à tecnologia necessária, as importações dos componentes acabaram por se constituir no traço marcante, inviabilizando o surgimento de um segmento produtivo importante no setor. Quanto ao eventual efeito de consumo gerado pelos trabalhadores radicados nos serviços das estradas de ferro, também seu impacto parece não ter sido significativo, em que pese o importante aspecto da formação de uma classe de trabalhadores habilitados¹³⁴.

O mesmo aspecto pode ser ressaltado com relação à rodovia União e Indústria. Pela absoluta ausência de mão de obra, a sua construção implicou na contratação de imigrantes alemães, tanto para a constituição de uma colônia agrícola como para a própria construção da estrada e, particularmente, pela necessidade de trabalhadores qualificados. Já vimos o montante de mão de obra que foi mobilizado na construção da estrada. Importa agora avaliar o impacto da presença destes trabalhadores imigrantes, muitos deles assalariados, no âmbito da economia local. Ao todo chegaram 950 imigrantes e em 1860 a colônia chegou a abrigar 1.144 pessoas; da população adulta da colônia, 42% (346 de um total de 812, considerando-se os que abandonaram a colônia) se dedicavam a atividades remuneradas não relacionadas com a agricultura. Dentre os trabalhadores qualificados encontra-se uma variedade enorme de especialidades: funileiros, seleiros, carpinteiros, segeiros, ferreiros, arquitetos, engenheiros etc.

“Neste sentido, a organização da União e Indústria diferiu de outras companhias que se organizaram, em diferentes regiões brasileiras, para a construção de ferrovias. Estas companhias ‘relâmpagos’, normalmente com capitais, tecnologia e

¹³⁴ “Como promotor do desenvolvimento econômico o sistema ferroviário para o caso do Rio de Janeiro (e também para o Brasil) não estimulou o desenvolvimento da indústria metal-mecânica local. Todo o material usado nos trilhos e material rolante eram importados. Consertava-se locomotivas, mas não se tentou fabricá-las. O importante foi que estas oficinas de reparação criadas pelas companhias geram uma mão de obra especializada como operadores, mecânicos e torneiros essenciais para o futuro desenvolvimento industrial; o pólo metal-mecânico de Três Rios (RJ) originou-se destas oficinas. A fabricação de vagões para passageiros e cargas cresceu muito lentamente, apesar do incentivo da política de compra utilizado pelas ferrovias federais de se abastecerem em produtores nacionais. MELO, H.P. **O Café e a Economia do Rio de Janeiro (1888-1920)**. Op. cit. p. 132. SUMMERHILL, W. (1997). Op. cit. p. 100 ss.; MATTON, R. (1977). “*Railroads, Coffee and the Growth of Big Business in São Paulo, Brazil.*” Op. cit. p. 173 ss. Outros autores relativizam tais afirmações e valorizam o setor mecânico de construção e, principalmente, o de manutenção de componentes ferroviários; ver, por exemplo, ALBUQUERQUE, M.C. e NICOL, R. (1987). **Economia Agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira**. Op. cit. pp. 174-181

direção estrangeiros, estruturavam-se e arregimentavam trabalhadores, ainda que livres, sem, contudo, criar ligações mais duradouras, sem provocar mudanças estruturais significativas ao nível do processo produtivo. Organizavam-se para executar empreitadas, findas as quais levantavam acampamento sem provocar maiores transformações. Restavam as ferrovias que facilitavam o escoamento da produção sem, contudo, contribuírem para mudanças mais profundas. Eram meramente companhias que facilitavam o transporte de produtos para serem exportados. Estas iniciativas não provocavam maiores 'linkages' na economia regional.”¹³⁵

É nítido o impacto deste contingente imigrante numa cidade que em 1855 tinha 11.126 habitantes livres. Por um lado, a presença de trabalhadores qualificados operando na companhia ou permanecendo na cidade quando do fim de suas operações¹³⁶ teve importantes repercussões no que diz respeito à oferta deste tipo de mão-de-obra para a economia local. Por outro, como recebiam os melhores salários e mantinham conhecimentos e habilidades especializados em funções diversas, tiveram as condições e instrumentos necessários para aproveitar as oportunidades geradas na economia local, em grande parte como estímulos criados na própria economia cafeeira: muitos vão se estabelecer com firmas comerciais, oficinas e manufaturas que, com o próprio desenvolvimento econômico da região, vão acabar por se constituir em importantes unidades fabris em diversos setores industriais do município. *Em outras palavras, como um importante efeito de encadeamento da construção e operação da rodovia União e Indústria, teríamos a constituição e o desenvolvimento de uma importante e ativa classe empresarial que muito viria a contribuir para o processo de industrialização de Juiz de Fora*¹³⁷.

Além disso, alguns autores têm insistido na importância da constituição de um mercado de mão-de-obra livre como decorrência não da transformação do trabalho na economia agroexportadora, como teria ocorrido em São Paulo, mas como consequência exclusiva da

¹³⁵ GIROLETTI, D. (1980). Op. cit. p. 163

¹³⁶ Id. Ib. p. 168

¹³⁷ Há alguns autores que procuram reduzir o próprio processo de industrialização de Juiz de Fora com a presença desta classe de “empreendedores”, o que no nosso entender se constitui num flagrante exagero. Deixaremos para uma próxima oportunidade o tratamento destas questões. Ver principalmente ARANTES, L. (1991). **Origens da Burguesia Industrial em Juiz de Fora**. Op. cit.

organização e operação da União e Indústria. Giroletti é o principal representante desta interpretação:

*“Concluindo, os fatores sociais da industrialização de Juiz de Fora, entendidos fundamentalmente como a constituição de um mercado de mão-de-obra livre e especializada, não foram formados, como em São Paulo, na lavoura cafeeira. Esta operava, predominantemente, até as vésperas da Abolição, com mão-de-obra escrava. A introdução de mão-de-obra livre e especializada, condição ‘sine qua non’ para a implantação do modo de produção capitalista, processou-se na cidade por iniciativa da Companhia União e Indústria, com a finalidade de atender às suas necessidades de mão-de-obra especializada. A introdução dos imigrantes foi responsável pela formação do mercado de trabalho especializado que, posteriormente engrossado pela vinda de novos imigrantes e de outros trabalhadores não qualificados, possibilitou, mediante seu trabalho criador, o desenvolvimento industrial de Juiz de Fora.”*¹³⁸

Ora, esta interpretação cai numa flagrante contradição quando percebemos a importância do contexto da economia cafeeira na constituição e operação da União e Indústria, o que, aliás, é reconhecido pelo próprio autor em várias oportunidades. Na verdade, implica numa separação entre as atividades da Companhia e a economia agroexportadora, o que é impossível sustentar diante dos fatos.

Com os dados fornecidos acima (tabela 10) verificamos que a maior parte dos recursos obtidos pela União e Indústria (em média cerca de 70% de seus rendimentos) decorria de fretes do transporte do café. Ou seja, estes recursos se constituem como *excedente cafeeiro apropriado pela Companhia* (como remuneração de seus serviços) e que vão se transformar, grosso modo, em *dividendos* para os investidores e *salários* para os trabalhadores nela empregados. Se a economia cafeeira, no período em questão, não gerou um espaço de demanda decorrente de recursos monetários traduzidos em salários para seus trabalhadores (na sua esmagadora maioria constituída de escravos), o fez através de uma *unidade de organização empresarial* que na sua própria constituição e, mais importante, como base de seus recursos operacionais, é indissociável

¹³⁸ GIROLETTI, D. (1980) p. 171 ss.

dos rendimentos dela originados. Os “linkages” de consumo e as relações sociais que os fundamentam estão, assim, diretamente vinculados com o contexto agroexportador no qual estão inseridos.

Nem sempre os efeitos de encadeamento, em suas distintas variantes, emergem como consequência imediata do processo produtivo do produto principal. Muitas vezes surgem atividades e serviços que, apesar de estarem diretamente vinculados a esta estrutura produtiva mais importante, geram elas próprias efeitos multiplicadores que terão maiores ou menores impactos no seio da economia. O que não pode ser confundido é a presença destas atividades e serviços como processos sócio-econômicos em si mesmos, uma vez que a renda de que dispõem se origina na atividade econômica principal da qual são, portanto, dependentes.

Sendo assim, o excedente econômico decorrente do produto básico pode assumir distintas feições, algumas até certo ponto independentes do núcleo produtivo da produção exportadora; mas em todo caso têm que passar necessariamente pela mediação dos elementos determinantes da forma de organização em que se configuram as atividades e serviços “secundários”. E todos estes elementos resultam do contexto social, cultural e, principalmente, *institucional* que vão delimitar o maior ou menor espaço de organização das unidades econômicas em seus variados sentidos. Boa parte do potencial de diversificação próprio dos “efeitos encadeadores” destas atividades “secundárias” vai estar aí determinada e a desconsideração do seu universo histórico imediato tem se mostrado como um grande equívoco. Deixaremos para um momento posterior uma análise mais apurada destes aspectos.

3.2. Crescimento Urbano e Industrialização

Como já tivemos oportunidade de verificar, concluído o movimento de expansão e aperfeiçoamento do sistema de transportes estavam criados os principais instrumentos para que o desenvolvimento e dinâmica do núcleo agroexportador da Mata viesse a se desdobrar num vigoroso processo de diversificação urbano-industrial. Mais que isso, a forma como este movimento se deu (colocando o município de Juiz de Fora como o principal *eixo de entroncamento do sistema viário* e sua transformação em *capital regional da zona da Mata*), acabou por permitir que boa parte do processo geral de indução a investimentos em setores e atividades relacionados ao núcleo agroexportador fosse *internalizado no espaço definido pela região*.

Ora, essencialmente, este processo corresponde a um contínuo aperfeiçoamento da divisão social do trabalho, que, *em última instância*, se fundamenta e se nutre na distinção campo/cidade. Apesar deste último se colocar como espaço privilegiado de inversões de recursos e diversificação setorial, seu condicionante fundamental se origina no próprio espaço definido pelo campo, ou na *organização da estrutura de produção do produto principal*, em seu dinamismo e capacidade de geração de renda decorrente de exportações, sua composição social com maiores ou menores vínculos dos produtores diretos com o mercado de consumo, forma de distribuição de renda etc.

Assim, os vetores que serão responsáveis pelo futuro crescimento urbano do município de Juiz de Fora se encontrarão potencialmente delineados já na segunda metade do século XIX e na medida em que se concretizam no referido processo de diversificação setorial, o próprio núcleo urbano de referência se tornará um espaço cada vez mais importante para investimentos, seja devido ao mercado de consumo que representa, às oportunidades de negócios e inversões que vai criar ou aos capitais que as mesmas atividades urbanas irão gerar. Conjugasse, desta forma, uma série de forças sociais e econômicas que têm como ponto de partida inicial a reprodução da estrutura agroexportadora, mas que vão encontrar na sua própria força de diversificação econômica um mecanismo cada vez mais importante desta dinâmica, em sua natureza correspondente aos componentes típicos de crise de uma estrutura sócio-econômica agroexportadora em vias de passagem de um fundamento escravista para um urbano-industrial.

São conhecidas as bases de organização inicial e origem do município de Juiz de Fora¹³⁹. Sua função de ponto obrigatório de abastecimento de tropas que trafegavam o Caminho Novo já indicava a *posição geográfica estratégica* ocupada pelo espaço do futuro município, a um só tempo interiorano e próximo da futura capital do Império. Para ali convergia boa parte do movimento de pessoas, cargas e animais da estrada e a ocupação inicial do município encontra aí sua verdadeira origem¹⁴⁰. Mas é no início do século XIX, com o fundamento da expansão cafeeira, que vão se delinear aqueles elementos responsáveis pelo surgimento do espaço especificamente urbano do município.

Neste sentido, a construção da Estrada do Paraibuna, em 1836, visando interligar o próprio município de Juiz de Fora com a capital de Minas, tem sido considerada um ponto de inflexão na definição do espaço da cidade de Juiz de Fora¹⁴¹. A cargo do engenheiro Fernando Henrique Halfeld, parte da estrada acabou por dar origem ao que hoje é considerada uma de suas principais avenidas (a avenida Rio Branco) e reorientou seu processo de crescimento para aquela área que constitui atualmente o seu centro comercial.

Também é a partir do primeiro quartel do século XIX que se encontram as primeiras iniciativas que acabarão por consolidar e diferenciar o espaço urbano do então povoado de Santo Antônio do Paraibuna: é deste período que surgem os primeiros planos da elite do município de construção da Igreja Matriz, Santa Casa de Misericórdia e os primeiros investimentos no setor de construções, para ocupação de profissionais liberais¹⁴². Resta afirmar que esta expansão “urbana” incipiente, de delineamento inicial e ainda superficial dos espaços e limites que definiriam o “*locus*” urbano em contraste com o rural, era, como não poderia deixar de ser,

¹³⁹ Ver, entre outros, OLIVEIRA, P. (1953). **História de Juiz de Fora**. Dias Cardoso, Juiz de Fora; ESTEVES, A. (1915). **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Op. cit. GIROLLETTI, D. (1980). **A Industrialização de Juiz de Fora**. Op. cit. MIRANDA, S. (1990). **Cidade, Capital e Poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói; PIRES, A. (1993). Op. cit.

¹⁴⁰ “Com os tropeiros era o principal comércio daquele tempo. Os ranchos, uma instituição que parecia eterna, nas proximidades de Juiz de Fora multiplicavam-se, desrespeitando as distâncias usuais de um a outro: de Benfica ao rancho do Netto, três léguas apenas, contavam-se uns dez, seguramente (...). Comerciar com os tropeiros era simples. Fornecia o rancheiro pasto de graça às centenas de muaras que vinham pousar no rancho, com a condição de se lhe comprar o milho necessário para as tropas. Burro mal amilhado não resistia às oito horas de tarefa. Juiz de Fora era cercada de plantação deste cereal, que produzido em abundância daria margem a bons lucros. Além do milho, era freqüentada a venda do rancho, que negociava com outras mercadorias. Demais, os tropeiros traziam sal de baixo, compravam-no os rancheiros para revendê-lo a retalho na venda, ou em bruacas por meio de cargueiros. O sal era dinheiro aqui, quero dizer, tinha muita procura e bom preço, em razão do consumo geral desse gênero e das dificuldades de seu transporte (...)”. ESTEVES, A. (1915). **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Op. cit. p. 56

¹⁴¹ MIRANDA, S. (1990). Op. cit. Cap. 3

¹⁴² id. Ib. p.90-91; ESTEVES, A. (1915). Op. cit. p. 55 ss.

liderado pela aristocracia cafeeira e foi condicionado por seus interesses e busca de poder e controle.

Mas é com a elevação da Vila de Santo Antônio do Paraibuna (1853) à categoria de cidade (1856) que os espaços aqui em referência ganham seus contornos definitivos. A partir de então, o espaço urbano se consolida como tal e no dizer de uma autora que estudou a urbanização do município:

*“Estavam lançadas as bases para que investimentos de capital fossem realizados independentemente da propriedade fundiária e para que esta se apresentasse de forma diferenciada em relação às áreas urbanas e rurais. Além disso, estavam também criadas as estruturas de controle da população envolvida com atividades cada vez mais especializadas e independentes em certo ponto da base produtiva agrária”.*¹⁴³

Dessa maneira, com a formalização da criação do município, o processo de desenvolvimento da divisão social do trabalho, ampliando a diferenciação campo e cidade¹⁴⁴, encontra uma referência definitiva, abrindo espaços para investimentos, com recursos invariavelmente originados no universo agrário, para a expansão do núcleo urbano. Na segunda metade do século XIX, são visíveis os componentes que vão demonstrar um crescimento urbano relativamente vigoroso e que vai marcar toda a história do município até bem entrado o século XX. Sua população total, em 1855, era de 27.722 habitantes¹⁴⁵ e, já em 1890, este contingente subiria para 74.136 habitantes¹⁴⁶, um crescimento de 167,42% em 38 anos. No mesmo período temos referências de que a população especificamente urbana do município crescera 2.500%, saltando de 600 habitantes em 1855 para cerca de 15.000 em 1890¹⁴⁷.

¹⁴³ MIRANDA, S. (1990). Op. cit. p. 91

¹⁴⁴ “...a criação do município adicionou, objetivamente, novas funções àquelas já existentes, reforçando e ampliando as bases que o constituíam como centro de serviços: a) intensificação de suas funções normais de abastecimento, b) dinamização das construções urbanas e abertura de novas ruas, atração de novos habitantes, aumentando e diversificando sua população”. ESTEVES, A. (1915). **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Op. cit. p.58

¹⁴⁵ Ver GIROLETTI (1980). Op. cit. p. 185-6

¹⁴⁶ De acordo com os dados do Censo. Ver MIRANDA, S. (1990). Op. cit. p. 242 nota 18

¹⁴⁷ id. Ib. p. 99

A este imenso adensamento populacional teria que corresponder um proporcional crescimento da base de serviços e atividades do núcleo municipal. Assim, ainda em 1860, um outro engenheiro alemão, Gustavo Dott, elabora o primeiro plano urbano de Juiz de Fora, organizando alinhamentos, construções e definindo os principais contornos de expansão da cidade, incluindo alguns de seus principais serviços como cemitério, matadouro e feira livre. No início dos anos 1860 Juiz de Fora já surgia como terceiro município em arrecadação da província (9,4 contos de réis), superado por São João Del Rey (15,5 contos) e a capital, Ouro Preto (16,5 contos); ainda no final da mesma década já aparece como primeiro município arrecadador¹⁴⁸, posição que manterá durante boa parte do período desta análise.

A consolidação da posição estratégica da cidade com a chegada da ferrovia Pedro II em 1875 e o impulso que promoveu sobre a produção cafeeira e sobre a economia de Juiz de Fora e região, seu contínuo crescimento populacional, etc., geraram um *mercado interno* cada vez mais diversificado e os serviços urbanos acompanhavam, dentro do possível, este crescimento. Assim, em 1878, Juiz de Fora já possuía 6 estabelecimentos de ensino; em 1881 se organizou uma companhia de transportes urbanos (a Companhia Ferrocarril Bondes de Juiz de Fora); em 1883 inaugura-se o serviço de telefones e, em 1884, os telégrafos. Em 1885, a população passou a dispor de água a domicílio; em 1887 foram inaugurados o Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais e a Sociedade Promotora da Imigração; em 1889, surge a Companhia Mineira de Eletricidade, que passa a servir iluminação pública e doméstica à eletricidade; no mesmo ano fundou-se o Banco de Crédito Real de Minas Gerais¹⁴⁹. Em 1891 um grupo de comerciantes e fazendeiros locais organizou a Academia de Comércio, um dos primeiros estabelecimentos de ensino comercial superior a serem fundados no Brasil¹⁵⁰. Em 1898 a mesma Companhia Mineira de Eletricidade passa a fornecer energia elétrica para as indústrias, o que veio dar forte estímulo ao processo de industrialização local, como teremos oportunidade de verificar.

Além das atividades de serviços, a diversificação do mercado de consumo deu ensejo também a um significativo crescimento das atividades especificamente comerciais e industriais no município ainda no século XIX. Tal movimento foi, aparentemente, secundado pelas

¹⁴⁸ OLIVEIRA, P. (1953). Op. cit. p. 93 ss.

¹⁴⁹ GIROLETTI, D. (1980). Op. cit. p. 185-6

¹⁵⁰ Id. ib.; BASTOS, W.L. (1982). **Academia de Comércio: o primeiro institut o superior de comércio do Brasil – subsídios para sua história e historiografia**. Ed. Paraibuna, Juiz de Fora.

iniciativas de dois setores sociais distintos, convergindo, no entanto, para o aproveitamento das *oportunidades de investimentos* que surgiam na medida em que ocorriam a expansão da produção cafeeira e o próprio processo de diversificação econômica que fundamenta o crescimento urbano do município. De um lado, uma elite local (da região ou da província), composta por uma aristocracia agrária, exportadora ou produtora de mercado interno, comerciantes, profissionais liberais etc., que com suas reservas e recursos (um dos componentes da “*poupança local*”), foi a principal responsável por investimentos em infra-estrutura, serviços urbanos vários, financiamento pessoal, abertura de bancos, companhias de imigração e, em alguns casos, no próprio setor industrial. Por outro, uma camada de imigrantes, qualificados profissionalmente ou não, que se tornaram pequenos comerciantes e industriais, utilizando suas habilidades profissionais, herdadas dos países de origem, com pequenas poupanças acumuladas quando de seus serviços na União e Indústria ou mesmo trazidas de sua terra natal e que, diante de uma economia em contínuo crescimento, canalizavam seus recursos e se estabeleciam com seus próprios negócios, muitos a marcar presença, se nutrindo e contribuindo para o contínuo desenvolvimento posterior de Juiz de Fora.

Uma comparação entre os estabelecimentos comerciais/serviços e industriais existentes no município entre 1870 e 1877, compilados por Giroletti, pode nos fornecer uma idéia deste crescimento (Tabela 11 e 12)

Tabela 11
Número de Estabelecimentos Comerciais e de Serviços
em Juiz de Fora
(1870/1877)

Estabelecimentos Comerciais e de Serviços 1870	Número	Estabelecimentos Comerciais e de Serviços 1877	Número
Casas de Negócios	107	Lojas: roupas feitas, mantimentos e molhados	76
Mascates e Fazendas	13	Lojas: fazendas e armarinhos	27
Hotéis	08	Hotéis	02
Farmácias	05	Farmácias	05
Mascates de Jóias	04	Negociantes de Jóias	06
Relojoeiros	03	Relojoeiros	04
Açougues	02	Açougues	06
Barbearias	02	Barbearias	06
Cambistas	02	Cambistas	04
Bilhar	01	Bilhares	12
Ourives	01	Ourives	04
Alfaiatarias	02	Alfaiatarias	10
Casa de lavar Chapéus	01	Casa de Agência de Leilões	01
Casa Bancária	01	Capitalistas	12
Livreiro	01	Retratista	01
		Advogados	16
		Médicos	06
		Dentistas	03
		Padres	03
		Pintores	04
		Vidraceiros	02
		Modista	01
		Carros de Aluguel	20
Total	153	Total	231

Fontes: OLIVEIRA (1966). *História de Juiz de Fora*. Op. cit. p. 103 e ESTEVES, A. (1915). *Álbum do Município de Juiz de Fora*. Op. cit. p. 69. Apud GIROLETTI (1980). Op. cit. p. 160

Tabela 12
Relação dos Estabelecimentos Industriais
Juiz de Fora
(1870-1877)

Indústrias existentes em 1870	Número	Indústrias existentes em 1877	Número
Oficinas de Ferreiro	07	Oficinas de Ferreiro	12
Olarias	06	Olarias	04
Fábricas de Carroças	03	Fábricas de Carros e Carroças	05
Selarias	03	Selarias e Oficinas de correio	04
Fábricas de Fogos de Artificio	02	Fábricas de Fogos de Artificio	02
Funilarias	02	Oficinas de Funileiro e Caldeireiro	09
Oficinas de Marceneiro	02	Oficinas de Marceneiro	03
Charuteiros	02	Fábricas de Charutos e Cigarros	04
Padarias	02	Padarias	03
Sapatarias	02	Sapatarias	10
Fábricas de Chapéu de Sol	01	Oficinas de Chapeleiro	02
Oficinas de Colcheiro	01	Oficinas de Colcheiro	02
Fábricas de Cerveja	01	Fábricas de Cerveja	02
		Oficinas de Carpinteiro	06
		Confeitarias	03
		Casas de Café Torrado	02
		Tipografia	01
		Oficinas diversas	06
Total	34	Total	80

Fonte: Ver tabela 11

Percebe-se por estes dados que houve um crescimento do número de estabelecimentos comerciais e/ou de serviços da ordem de 51% em apenas 7 anos; já os estabelecimentos “industriais” crescem, no mesmo período, em torno de 135%. É claro que utilizamos aqui uma noção bastante ampla para a definição do que vem a ser um estabelecimento industrial, mas para nossos objetivos imediatos basta a ilustração do ritmo e dimensões da diversificação econômica local.

Mas foram os anos 1880 aqueles que se constituíram como decisivos para o que viria a ser uma cidade efetivamente “capitalista”¹⁵¹. Podemos afirmar que foi nesta década que os investimentos fundamentais realizados em serviços públicos e atividades urbanas, acima

¹⁵¹ MIRANDA, S. (1990). Op. cit. p. 106; ESTEVES, A. (1915). Op. cit. p. 61 ss.

descritos, pavimentarão o caminho para um efetivo processo de industrialização, do nosso ponto de vista indissociável da transição para formas de organização social capitalistas. Como resultado destes investimentos surgem os pressupostos essenciais no setor de serviços que preparam o surgimento de um espaço urbano apropriado para as transformações que estavam por vir: transportes urbanos, telefonia, telégrafo, serviços bancários, iluminação e fornecimento de energia elétrica, entre outros, todos estes aperfeiçoamentos viriam representar importantes componentes geradores de economias externas, fontes de capital e financiamento, capacidade de comunicação, espaço para investimentos etc. A abolição da escravidão, o marco divisório e decisivo de uma transição social e econômica de natureza estrutural, encontrou, assim, na região e no município condições bastante propícias para que seus desdobramentos essenciais viessem se dar. Dessa forma,

“....o controle do setor de serviços por parte dos grupos empresariais só ocorre a partir do momento em que a expansão da cidade se processa sob uma lógica capitalista de valorização e geração de atividades industriais e de serviços dentro de uma base em termos de mercado de trabalho não mais regulado de modo compulsório.

*Enquanto isso não ocorre, tem-se ainda uma cidade pré-capitalista...”*¹⁵²

Já tivemos oportunidade de analisar alguns aspectos centrais do impacto da abolição da escravidão e das formas de organização de trabalho que se seguiram na região em páginas anteriores. Gostaríamos de retomar a questão apenas para esclarecer alguns elementos mais diretamente relacionados com a temática desenvolvida nesta análise e que, em grande parte, se resume às maiores ou menores possibilidades de articulação da massa de trabalhadores diretamente radicada na produção cafeeira com o mercado e, a partir daí, revelar os maiores ou menores limites que este grupo social representou em termos de *efeitos de encadeamento de consumo e estímulo à industrialização local*, uma questão que, sob a temática mais generalizada

¹⁵² MIRANDA, S. (1990). Op. cit. p. 108

das relações entre café e indústria na região, já vem sendo discutida na historiografia mais recente sobre a zona da Mata¹⁵³.

Naquela oportunidade, afirmamos que as relações sociais de produção que predominaram na região no período em referência se caracterizaram pela diversidade de formas (que, de resto, pudemos comprovar) mais do que por um padrão tomado como único (o colonato paulista) e equivocadamente caracterizado pelo assalariamento capitalista. Mesmo que com o predomínio da meação, relações muito próximas daquelas que tipificam o modelo paulista (como a parceria e o assalariamento) estão presentes *no conjunto dos municípios* investigados pelo autor daquele que tem sido até o momento o principal documento (ou, pelo menos, o mais citado) sobre o assunto: o assim chamado *Relatório Carlos Prates*¹⁵⁴. Resta-nos, agora, avaliar com um pouco mais de profundidade se este quadro marcado por tais relações de trabalho implicou, em algum nível, em dispêndio monetário na remuneração do trabalho nas unidades produtoras de café e, conseqüentemente, na colocação do produtor direto (ex-escravos inclusive) em consumidor em potencial.

As condições gerais em que se efetivou a transição para formas de trabalho “livre” na cafeicultura da Mata são, quando comparadas às de outros núcleos de produção agroexportadores, relativamente singulares. Também como já tivemos oportunidade de verificar, tais condições não se caracterizaram pela ausência absoluta da capacidade de reprodução das unidades produtivas, como foi o caso do Rio de Janeiro, nem muito menos, pelas condições extremamente favoráveis existentes no Oeste paulista. Na ausência de uma fronteira aberta (o componente fundamental da demanda de força de trabalho no sistema), conjugada por um contingente demográfico bastante expressivo, a Mata mineira conseguiu completar a transição a partir de vetores endógenos, ou seja, *sem a oferta externa de força de trabalho representada pelo imigrante*, pelo menos de maneira significativa¹⁵⁵. Além disso, possuindo áreas disponíveis para o plantio cafeeiro apenas dentro das unidades de produção, caracterizando uma situação de

¹⁵³ Ver, entre outros, LIMA, J.H. (1981). **Café e Indústria em Minas Gerais**. Op. cit.; LANA, A.L. (1985). **A Transformação do Trabalho**. Op. cit.; PIRES, A. (1993). **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora**. Op. cit.; GIROLETTI, D. (1980). **A Industrialização de Juiz de Fora**. Op. cit e Id. (1987). **A Modernização Capitalista em Minas Gerais**. Tese de Doutorado, Museu Nacional, Rio de Janeiro; SARAIVA, L.F. (2001). **Um Correr de Casas, Antigas Senzalas**. Op. cit.

¹⁵⁴ PRATES, C. (1905). **A Lavoura e a Indústria na zona da Mata**. Imprensa Oficial, Belo Horizonte.

¹⁵⁵ LANA, A.L. (1985). **A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre em Minas Gerais – 1870/1920**. Op. cit. p. 94 ss.

*definhamento*¹⁵⁶, mais do que de decadência propriamente dita, as condições objetivas da produção cafeeira local determinaram o surgimento de formas de trabalho variadas, num *espectro bastante amplo no que se refere à articulação do produtor direto com o mercado*.

A formação de um mercado de trabalho local naquele setor que ainda era o mais importante da economia (no que se refere à determinação de geração de renda e, portanto, consumo e investimento) foi, assim, marcada, *quando comparada ao modelo paulista*, por limites no que se refere à mobilização de recursos monetários a título de “salários”, o que tem sido suficientemente ressaltado pela historiografia. Os “salários” pagos na cafeicultura da Mata eram significativamente inferiores àqueles pagos na cafeicultura de São Paulo¹⁵⁷, o que obviamente vai se refletir num menor potencial de geração de efeitos de cadeia de consumo na região. No entanto, isto não quer dizer que a transição não tenha se efetivado, a seu modo, na Mata mineira, nem que a massa salarial originada na cafeicultura não tenha tido seu impacto, ainda em termos de efeito de consumo, sobre as estruturas sócio-econômicas locais. Como pudemos concluir em um trabalho anterior:

*“(...) se a parcela de remuneração do trabalho em São Paulo foi, efetivamente, superior à mesma remuneração na zona da Mata mineira isso não retira, por si mesmo, o significado fundamental da transformação aqui em referência e que diz respeito à estruturação de formas de trabalho que passam a ter na intermediação do mercado uma condição necessária para a realização do seu processo de reprodução, nem muito menos anula os efeitos que advêm desta transformação, que correspondem à ampliação dos níveis de monetização e de consumo no interior da economia regional.”*¹⁵⁸

¹⁵⁶ “A repetição no tempo da reprodução extensiva do sistema agrário criaria progressivamente (...) uma disjunção entre os dois movimentos que a formam. A esta situação chamaremos de *definhamento do sistema agrário*. Em outras palavras, gradativamente a fazenda de café varia a sua capacidade de realização do segundo movimento do processo de reprodução ampliada, até chegar ao ponto de vivenciar apenas, devido à longevidade do café, uma reprodução anual que, no tempo, já possuía seus limites. Por conseguinte, a própria forma de reprodução extensiva, a repetição em larga escala do sistema da terra e das técnicas a eles correspondentes, levaria à ruína da agricultura do café na região.” FRAGOSO (1983). **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul**. Op. cit. p. 109

¹⁵⁷ LIMA, J.H. (1981). Op. cit.

¹⁵⁸ PIRES (1993). Op. cit. p. 128-129

Além disso, é importante lembrar que não bastam, na avaliação efetiva do potencial de geração de efeitos de indução de consumo, apenas os níveis de distribuição de renda característicos da “função de produção” do produto básico, como querem os principais formuladores da teoria. Se os níveis de distribuição de renda são condicionados pelo grau de distribuição da propriedade dos “fatores de produção”, também têm que ser levadas em conta as *relações sociais* subjacentes e que caracterizam o processo de produção do produto principal¹⁵⁹. Estas, em suas configurações históricas específicas, podem implicar em níveis também variados de articulação do produtor direto com o mercado como condição de sua *subsistência* e, como tal, da *reprodução do próprio sistema* do qual o produto de exportação se coloca como fundamento. A crise e ruptura definitivas das formas de trabalho compulsórias vão implicar, independente dos níveis de distribuição de renda, em algum grau de mercantilização da *força de trabalho* (e não mais do *trabalhador*, como no caso da escravidão) e, dessa maneira, na remuneração monetária do produtor direto, o que significa que o mercado vai se constituir como elemento fundamental de mediação para o acesso a bens e serviços imprescindíveis à sua sobrevivência. *A parcela monetária originada no processo de produção do produto básico, ao se constituir em remuneração do trabalho, representa a formação de uma estrutura de demanda inexistente até então e que vai acabar por se colocar, efetivamente, como a base do processo de industrialização local.*

Há várias referências sobre a remuneração monetária na região. Em um estudo recente, um autor que se debruçou especificamente sobre o tema¹⁶⁰, analisando inventários, fornece vários exemplos tópicos neste sentido, como o que se segue:

“O inventariante e genro de Adelaide Gabriela, Geraldo Augusto de Miranda Monteiro de Barros, passa a assumir o controle da fazenda e, na prestação de contas, podemos perceber que o pagamento de salários era comum a todo o período que vai durar o inventário (5 anos). A fazenda necessitava regularmente de pouco mais de uma dezena de trabalhadores, cujo gasto mensal era de, mais ou menos, 1:000\$000. Nos meses de colheita eram contratados trabalhadores adicionais, o que

¹⁵⁹ CÁRDENAS, H., OCAMPO, J.A. and THORPE, R. (2000). “Introduction”. In **The Export Age: The Latin American Economies in the Late Nineteenth and Early Twentieth Centuries.**

¹⁶⁰ SARAIVA, L.F. (2001). **Um correr de Casas, Antigas Senzalas: A Transição do Trabalho Escravo para o Livre em Juiz de Fora.** Dissertação de mestrado, UFF, Niterói.

fazia subir os gastos naquele momento. Como exemplo, vemos que o administrador pagou no mês de maio de 1891 (...) a quantia de 7:063\$500, e já no mês seguinte o pagamento foi apenas 1:191\$400, sendo discriminado como pagamento do resto da colheita do café e salários de empregados; a partir daí os pagamentos se normalizam em torno de um conto por mês. A fazenda contratava ainda serviços de empreitada como matação de formigas, realização de obras e diversos, sendo que estes serviços eram pagos à parte.”¹⁶¹

Ou ainda afirmações mais gerais, bem próximas do que estamos querendo expressar aqui:

“Junto com a abolição, uma série de questionamentos se fazem presentes sobre a visão ‘tradicional’ que a historiografia especializada tem sobre a região. Assim Ana Lanna e João Heraldo Lima vão indicar ser a parceria a principal forma de trabalho, sempre apoiados no Relatório Carlos Prates. Nos inventários percebemos uma análise diferenciada: a existência de capacidade monetária dos grandes fazendeiros para manter um sistema de assalariamento, mesmo que ‘mesclada’ a outras formas de remuneração não capitalistas. (...)

Que o sistema de assalariamento tenha predominado, parece uma afirmação temerosa, mas que este existiu, bem mais do que se supunha até então, com outras formas de remuneração do trabalho, como a parceria e o colonato, nos mostra as várias ‘possibilidades’ acerca da economia cafeeira da Mata e da racionalidade econômica destes fazendeiros que estabeleciam novas formas de dominação, em que as margens para ‘manobras’ –como variação de sistemas, do salário ao colonato– variava ao longo do período e das conjunturas de maior ou menor rentabilidade do café.”¹⁶²

Podemos ainda dispor de um quadro genérico, mesmo que incompleto, para termos uma idéia do montante monetário empatado com salários no município de Juiz de Fora, numa resposta da Câmara Municipal a um inquérito enviado pela Diretoria Geral de Estatística

¹⁶¹ Id. Ib. p. 170

¹⁶² id. Id.

(vinculada ao governo federal) visando organizar dados sobre a “indústria” no Brasil em 1894¹⁶³. Entre as várias informações disponíveis no documento (como o número de trabalhadores envolvidos na produção de café, sua nacionalidade, a quantidade e valor da produção para cada distrito que compunha o município no período etc.) estão aquelas referentes às *médias* dos salários pagos, a partir das quais podemos avaliar o volume aproximado dos recursos colocados em circulação como decorrência do pagamento de trabalhadores da produção exportadora.

Tabela 13
Valores Aproximados dos Recursos Mobilizados com Pagamentos de Mão-de-Obra na
Cafeicultura de Juiz de Fora - 1894/1896
(valores em mil-réis)

DISTRITOS	Nº TRABALHADORES			SALÁRIO ANUAL	RENDA ANUAL CAFÉ ¹	%
	NAC.	EST.	TOTAL			
P. DAS FLORES	---	---	---	---	---	---
S.J. RIO PRETO	1.000	120	1.120	525:840	900:000	58,42
S.F. MONTE VERDE	156	34	190	178:410	355:500	50,18
S.S. CHÁCARA M. BARBOSA	467	103	570	356:820	446:550	79,90
S. DESERTO	1.000	800	1.800	1.126:800	1.650:000	68,29
S. DESERTO	2.600	60	3.200	1.502:400	7.900:000	20,03
N.S. ROSÁRIO	---	---	---	---	---	---
CHAPÉU D'UVAS	150	20	170	106:420	120:000	88,68
S.P. ALCÂNTARA	2.000	1.500	3.500	2.191:000	2.400:000	91,29
VARGEM GRANDE	1.170	78	1.248	585:936	963:300	60,82
JUIZ DE FORA	---	---	200	156:000	288:000	54,16
TOTAL	8.543	3.255	11.798	6.729:626	14.643:350	45,95

FONTE: Resposta da Câmara Municipal de Juiz de Fora ao Inquérito Industrial de 1895. Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora (AHPJF). Apud PIRES, A. Op. cit. p. 135, Tabela 36.

¹⁶³ Resposta da Câmara Municipal de Juiz de Fora ao Inquérito Industrial de 1895 – Arquivo Municipal de Juiz de Fora. Apud PIRES, A. (1993). **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora**. Op. cit. pp. 134-136.

Com a possibilidade de o documento estar incompleto, poderemos ter apenas uma idéia dos recursos totais dos salários no período em questão. Além disso, muitas deduções favoráveis aos fazendeiros não foram levadas em conta, bem como muitas variações possíveis na colheita anual do café, possibilidades de quebras de safra, oscilações de preço etc.

Apesar de todas estas ressalvas, percebemos que para o conjunto do município a média de valores despendidos com a remuneração monetária do trabalho chega a atingir quase 46% do total da renda anual decorrente da venda do café (6.729:629\$ para 14.643:350\$). Se considerarmos o mesmo valor em termos absolutos, temos algo em torno 6.730:000\$ ou cerca de 283 mil libras (ao câmbio de 1894) que, pelo menos potencialmente, estariam vinculados à estrutura de consumo *apenas do município de Juiz de Fora*.

Além disso, podemos afirmar que estas transformações no âmbito das relações sociais subjacentes à estrutura de produção agroexportadora, com todo o potencial de monetização da economia e geração de elos de encadeamentos de consumo que provocou, podem ser estendidas para boa parte do espaço regional. A partir daí será a interconexão deste espaço, já definido, com outras zonas próximas de produção agroexportadora e desenvolvimento urbano incipientes, mas progressivos, que irão ditar o crescimento econômico e industrial do município de Juiz de Fora.

Convém retomarmos a questão. Já vimos como o desenvolvimento do sistema de transportes, de início com a União e Indústria e depois com a expansão da malha ferroviária, colocou Juiz de Fora numa posição privilegiada como centro urbano de referência da Mata mineira. Paul Singer, referindo-se especificamente à União e Indústria afirma que

*“O desenvolvimento de um sistema viário moderno em Minas se inicia com a construção da rodovia União e Indústria, que liga Petrópolis a Juiz de Fora. Iniciada em 1856 esta estrada é concluída em 1861 e por ela passa a maior parte do café mineiro. Data desta época o crescimento de Juiz de Fora que se torna o grande entreposto cafeeiro da época em Minas, desempenhando o mesmo papel que São Paulo terá nas décadas seguintes em relação ao café produzido no interior deste estado e que tem que ser reunido para descer a serra e ser exportado.”*¹⁶⁴

¹⁶⁴ SINGER (1977) **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. Op. cit. p. 210

Resta reafirmar, ainda quanto às conseqüências deste movimento, o surgimento de uma *rede não só interligada mas hierarquizada (tendo em vista a posição que Juiz de Fora nela assumia) de municípios e mercados de consumo* diretamente vinculados à produção agroexportadora. A formação de redes comerciais hierarquizadas tem sido destacada pela historiografia não só por representar a base de alguns processos de industrialização¹⁶⁵, como também pelo potencial que possuem de gerar mercados financeiros locais e regionais¹⁶⁶ –uma conseqüência que, por si própria já nos interessa, mas que deixaremos para analisar mais profundamente posteriormente. Aqui nos interessa o fato de que mercados relativamente isolados e distantes entre si produziriam escassos e estreitos efeitos sobre a diversificação da economia, limitando-se ao seu âmbito local e a pequenas economias de escala. No entanto, *estes mesmos mercados quando integrados por uma rede de transportes o minimamente eficiente e canalizados por um centro que por sua posição geográfica, dimensões ou desenvolvimento anterior se coloca como referência na rede assim estruturada, potencializa as transformações nele implícitas, ampliando sua capacidade de consumo e gerando economias de escala que tornam, no centro urbano de referência, o processo de diversificação econômica infinitamente mais rico. Este parece ter sido o caso de Juiz de Fora com, pelo menos, parte da região da zona da Mata mineira.*

Podemos ter uma idéia, a título de *ilustração*, do potencial deste mercado integrado verificando a população, a produção cafeeira e o seu valor para alguns dos principais municípios que estavam, direta ou indiretamente, sob a influência de Juiz de Fora em torno de 1920 (tabela 14).

Devem ser destacadas aqui, em termos de potencial de mercado, a população conjunta da amostra (perto de 1 milhão de habitantes) e a renda gerada pela produção cafeeira (quase 100 mil contos de réis), valores que por si mesmos já indicam um potencial de geração de renda para consumo bastante significativo, mesmo se lembrarmos que alguns municípios da amostra, como Barbacena e Palmyra (atual Santos Dumont), ambos na região das Vertentes, não eram tradicionais produtores de café. Também deve ser destacado que não estamos considerando o valor de outras atividades que, no período, já eram importantes como é o caso de diversas

¹⁶⁵ M. Font analisa a formação e o impacto de redes comerciais para o caso da industrialização paulista, baseado nos pequenos produtores do interior. Ver FONT, M. (1992). “*City and Countryside in the Onset of Brazilian Industrialization.*” In **Studies in Comparative International Development**. Vol. 27, n. 3.

¹⁶⁶ ODDEL, K. (1992). **Capital Mobilization and Regional Financial Markets, 1850-1920**. Garland Publishing, New York and London. pp. 28-29

culturas “não exportadoras” (cana de açúcar, milho e feijão por exemplo), algumas já com vínculos regulares com o mercado e, portanto, contribuindo para a formação de renda e consumo na região.

A delimitação deste mercado é importante porque, em sua maior parte, o processo de industrialização de Juiz de Fora vai se fundamentar na capacidade de consumo gerado, em suas linhas gerais, no espaço regional.

Tabela 14
Principais Municípios Articulados à Região de Juiz de Fora: População, Produção e Área Ocupada com a Produção de Café (1920)

Município	População	Área Total cultivada (hectares)	Café			
			Área ocupada	Número de pés	Produção (arrobas)	Valor da Produção
A. Paraíba	39.826	19.906	15.314	11.485.650	250.596	5.927:096\$
Barbacena	89.717	15.304	1.967	1.475.314	26.136	618:169\$
Carangola	86.675	45.090	32.021	24.016.000	480.320	11.360:528\$
Cataguases	62.206	33.370	24.088	18.065.900	423.488	10.016:338\$
Juiz de Fora	118.166	36.179	23.320	17.489.792	353.020	8.349:629\$
Leopoldina	53.368	22.117	14.404	10.803.283	235.708	5.574:965\$
Lima Duarte	17.050	2.704	04	2.800	56	1:324\$
M. Espanha	37.246	9.708	11.261	8.445.390	182.044	4.305:704\$
Muriaé	69.943	28.853	21.225	15.918.600	318.092	7.523:511\$
Palmyra	28.338	5.883	3.101	2.325.870	55.524	1.313:253\$
Pomba	43.717	18.162	13.682	10.261.399	205.228	4.854:052\$
Ponte Nova	62.666	36.180	17.999	13.499.383	294.532	6.966:271\$
Rio Branco	53.381	18.813	12.198	9.148.150	199.596	4.720:205\$
Rio Novo	19.431	14.392	11.770	8.827.466	151.328	3.579:210\$
Rio Preto	26.589	3.518	962	721.450	9.392	222:139\$
S.J. Nepomuceno	33.531	9.091	4.711	3.533.280	64.180	1.517:985\$
Ubá	62.425	27.816	17.927	13.444.922	227.600	5.383:195\$
Viçosa	55.513	25.281	8.616	6.461.803	146.892	3.474:289\$
TOTAL	959.785					85.707:863\$

Fonte: MINAS GERAIS. Minas Segundo o Recenseamento de 1920. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1924, p. 174-178.

É claro que com os efeitos de geração de consumo e maior monetização geral da economia da zona da Mata, a industrialização de Juiz de Fora entra em uma nova dimensão. Na verdade, a industrialização o que caracteriza Juiz de Fora, considerado como processo de introdução de *forças produtivas especificamente capitalistas*, através do surgimento de unidades fabris (estruturação de processos de produção fundamentados na divisão técnica do trabalho,

desenvolvimento tecnológico, ganhos de escala, adoção de forças motrizes como o vapor e a eletricidade etc.) e generalização do trabalho assalariado, apenas se inicia a partir destas transformações, que na sua essência equivalem à acomodação de forças sócio-econômicas de natureza capitalista, o sentido último das modificações pelas quais vinha passando a estrutura social e econômica da região no período.

É importante entendermos a questão dos mercados que vão sustentar a industrialização de Juiz de Fora. Se boa parte do processo (principalmente sua fase inicial) se fundamenta neste mercado de cunho regional, a própria posição do município e mesmo o crescimento industrial que vai sofrer permitirão o acesso a *espaços “externos”* à zona da Mata, entendidos aqui não só como os mercados presentes em outros estados, mas também em outras regiões de Minas. Assim, por exemplo, o Rio de Janeiro, o maior mercado urbano do Brasil até a década de 1920, sempre será um mercado em potencial, existindo mesmo setores (como o de laticínios) ou unidades fabris específicas que aparentemente terão neste mercado sua base mais importante. Existem referências de indústrias vendendo para mercados tão distantes como o de Goiás e outros estados do país, mas aparentemente esta situação pode ser considerada como exceção, estando presente apenas naqueles setores ou indústrias que terão condições de assumir um grande desenvolvimento. A estrutura fiscal existente durante toda a República Velha, crivada por impostos interestaduais e por uma precária integração do sistema de transportes em âmbito nacional, fará com que uma das características fundamentais do processo de industrialização do país seja, exatamente, seu cunho regional e dispersão pelo território nacional¹⁶⁷. A industrialização de Juiz de fora não foge a esta regra e as bases fundamentais de consumo de sua indústria serão, nesta ordem, o mercado local e regional, o de outras regiões de Minas, o do Rio de Janeiro e o de outros estados do país.

A partir do impulso representado pela abolição da escravidão (particularmente a elevação da *demanda agregada* para patamares até então inexistentes) são visíveis os elementos que indicam o crescimento industrial do município. Se considerarmos o censo industrial realizado em 1905 como a primeira referência importante da industrialização local, já são nítidas algumas de suas características que convém analisarmos mais detidamente aqui. De início, cabe esclarecer a posição que o parque industrial do município vai assumir frente ao conjunto do

¹⁶⁷ Ver, entre outros, CASTRO, A. B. (1980). “A Industrialização Descentralizada no Brasil.” In **7 Ensaios sobre a Economia Brasileira**. Forense Universitária, São Paulo.

estado de Minas Gerais nesta época. A industrialização de Minas Gerais, especialmente a de seu ramo têxtil, tem sido caracterizada pela dispersão territorial, com a maioria dos autores destacando sua maior presença em regiões não vinculadas ao mercado externo como um sintoma de sua relação independente com o setor agroexportador, ao contrário de outras regiões do país¹⁶⁸. Aí residiria uma das especificidades mineiras e, como vimos, *muitas vezes esta situação é confundida com o fato de que naquelas regiões onde predominou a agricultura de mercado externo, a indústria não teria qualquer relação com o café*¹⁶⁹.

De qualquer forma, como alguns destes autores reconhecem, na medida em que avança o século XIX, a tendência de localização industrial na província mineira vai paulatinamente se modificando, deixando de se concentrar nas regiões Norte e Centro para se concentrar na Mata. Assim, por exemplo, das 19 fábricas fundadas no estado entre 1901 e 1910, 12 se localizavam na Mata, sendo 7 em Juiz de Fora¹⁷⁰. *Articulada ao mercado do Rio de Janeiro pela rede ferroviária, de onde recebia a maioria dos produtos manufaturados de sua necessidade, a Mata mineira desconheceu, até o final do século XIX, boa parte dos fatores que levaram ao desenvolvimento industrial têxtil das regiões mais centrais de Minas: a distância dos centros fornecedores e precariedade do sistema de transportes que encareciam a tal ponto os produtos que tornava a produção local viável, mesmo que a custos superiores*¹⁷¹.

Sendo assim, já no início do século XX, Juiz de Fora mantinha a posição de principal centro industrial de Minas, superando, inclusive, sua capital, Belo Horizonte. Os dados do Censo de 1905, organizados por regiões e municípios, deixam claras as tendências de concentração industrial no município, não só em relação à região que servia como referência, mas também com relação a todo o estado (Tabela 15). Por estes dados percebemos que a cidade, *isoladamente*, detém em relação ao *conjunto do estado de Minas*, 8% do número de estabelecimentos, 22% do capital, 16% do número de operários e cerca de 26% do valor total da produção industrial do estado. Tais números são, em relação à zona da Mata, de 22, 56, 50 e

¹⁶⁸ VERSIANI, M.T. (1991). **The Cotton Textile Industry of Minas Gerais, Brazil: beginnings and early development, 1868-1906.** Op. cit.; GIROLETTI, D. (1987). **A Modernização Capitalista em Minas Gerais.** Op. cit.; LIMA, J.H. (1981). **Café e Indústria em Minas Gerais.** Op. cit.

¹⁶⁹ Ver especialmente LIMA, J.H. (1981). Op. cit. VERSIANI, M.T. (1991). Op. cit.

¹⁷⁰ GIROLETTI (1987). **A Modernização Capitalista em Minas Gerais.** Op. cit. p. 81 ss.

¹⁷¹ "(...) existem razões para acreditar que os produtores têxteis mineiros estavam num certo sentido protegidos da competição externa; devido aos custos de transportes e distribuição, eles podiam permanecer (dentro de limites) não afetados por mudanças nos preços relativos das importações (através, por exemplo, de variações na taxa cambial)". VERSIANI, (1991). Op. cit. p. 17 ss

59%, respectivamente. Para verificarmos melhor as dimensões do parque industrial do município, em relação à região e ao estado, podemos comparar as proporções de capital, operários e produção por estabelecimento industrial, a partir das quais podemos vislumbrar que, para além da concentração, a *estrutura* da indústria local se diferenciava significativamente daquela que caracterizava o conjunto do estado de Minas Gerais.

Tabela 15
Participação da Indústria de Juiz de Fora em Relação ao Estado e à zona da Mata de Minas Gerais (1907)

	M. GERAIS	Z. DA MATA	J. DE FORA	% MG	% ZM
Nº ESTAB.	524	192	43	8,20	22,34
CAPITAL *	26.515	10.459	5.859	22,09	56,01
Nº OPER.	9.421	2.997	1.516	16,09	50,58
PRODUÇÃO*	32.444	14.070	8.341	25,86	59,28
CAP./EST.*	53	54,47	136,25	+157	+150
OPER./EST.	18	15,60	35,25	+96	+125
PROD./EST.*	62	73,28	193,27	+213	+164

FONTE: O Brasil, suas Riquezas Naturais, suas Indústrias. Rio de Janeiro, M. Osasco e Cia., 1909. Apud. LIMA, J.H. (1981). *Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)*. op. cit. pp. 96-100. Tabela XVIII.

* em contos.

Assim, a indústria de Juiz de Fora superava em média algo em torno de 157% a indústria de Minas no que se refere à proporção de capital por estabelecimento (136,25 contos contra 53); 96% no que se refere ao número de operários por estabelecimento (35,25 operários contra apenas 18); e em mais de 210% a proporção do valor da produção por estabelecimento (193,27 contos contra 62). Juiz de Fora, aparentemente, não só concentrou a indústria no território mineiro como também mantinha uma estrutura industrial caracterizada por unidades maiores, mais capitalizadas e com maior capacidade de produção.

Todos estes dados podem ser referendados se compararmos o valor da produção dos 10 maiores centros industriais de Minas Gerais ainda em 1907 (tabela 16). Nele percebemos que o valor da produção de Juiz de Fora supera em 231,7% o valor da produção do segundo maior produtor do estado e em 468% a produção da sua capital. Para o conjunto da amostra, que atinge 17.816 contos de réis, a participação de Juiz de Fora é quase de 50% (46,81%), enquanto o segundo lugar participa com apenas 14,11% e a capital com 8,23%.

Tabela 16
Relação dos 10 Maiores Municípios Industriais pelo Valor da Produção - 1907

Município	Valor da Produção Industrial (em contos de réis)	%
1. Juiz de Fora	8.341	46,81
2. Sete Lagoas	2.514	14,11
3. Belo Horizonte	1.468	8,23
4. Palmyra	1.099	6,16
5. Prados	1.044	5,85
6. Ouro Preto	750	4,20
7. S. J. Nepomuceno	744	4,17
8. Ponte Nova	642	3,60
9. Cataguases	632	3,54
10. Baependi	582	3,26
TOTAL	17.816	99,93

Fonte: Ver tabela 15

Para além disso, se considerarmos a produção dos principais municípios cafeeiros que aparecem na amostra (em sua maior parte localizados na zona da Mata) em conjunto obtemos a cifra de 10.359 contos, correspondente a quase 60% de seu valor total. *Definitivamente, há algo de equivocado na hipótese de que, para o conjunto do estado de Minas Gerais, o processo de industrialização esteve completamente desvinculado da produção cafeeira.*

Contudo, o porte médio da indústria de Juiz de Fora quando comparado àquele dos principais centros industriais do país no mesmo momento, revela uma situação bastante diferenciada. Tanto no que se refere às proporções de capital, valor da produção e operários por estabelecimento, percebemos que a estrutura industrial do município é significativamente inferior (Tabela 17) àquelas que caracterizaram aqueles centros.

Tabela 17
Participação da Indústria de Juiz de Fora em Comparação com alguns Municípios Industriais do País -1907

	DIST. FEDERAL	S. PAULO	R.JANEIRO	J.FORA
CAPITAL/ESTAB.*	254	393	415	136,25
OPER./ESTAB.	52,6	74,2	69,8	35,25
PROD./ESTAB.*	334	362	270	193,97

FONTE: Ver tabela 15
* em contos

Vinculada tanto pela via da formação de capital, quanto pela de mercado de realização da produção a uma cafeicultura que manteve um comportamento sensivelmente dinâmico no correr de todo o período desta análise (mas que apresentou visíveis limites a este comportamento, determinado pelo fechamento da fronteira, o que lhe valeu uma posição periférica frente aos principais centros produtores), a industrialização de Juiz de Fora vai refletir a mesma posição ocupada pela cafeicultura no contexto do país. *Estamos diante de uma industrialização periférica, secundária frente aos grandes centros de produção industrial, apesar de sua importância no âmbito regional; uma industrialização cuja fragilidade é um reflexo da própria estrutura que a gerou, e que vai se expressar no período posterior a 1930, quando paralelamente à constituição de um mercado nacional (que vai corresponder a uma invasão e ocupação de um de seus espaços básicos de realização econômica) sofre um processo irreversível de estagnação e decadência* ¹⁷².

Esta situação deve ter se mantido, ou mais, se agravado, na década de 1920. No entanto a condição periférica do “complexo” que estamos querendo caracterizar aqui em nada influencia a análise; pelo contrário, constitui na verdade seu *pressuposto*, tendo em vista os diversos condicionantes que lhe determinaram esta posição. É o contexto sócio-econômico de Minas que deve ser privilegiado na análise comparativa que queremos realizar.

Se nos restringirmos ainda aos dados oficiais dos censos, desta feita àquele realizado em 1919, aparentemente a posição do município de Juiz de Fora frente ao conjunto do estado, não se alterou de forma significativa. No que se refere ao valor da produção, por exemplo, o município continua a manter sua posição de principal centro industrial de Minas, como demonstram os dados da tabela 18.

¹⁷² PIRES, A. (1993). Op. cit. p. 134

Tabela 18
Municípios mais Industrializados de Minas Gerais - 1920

Municípios	Valor da Produção (em mil contos de réis)	Pessoal Ocupado
01. Juiz de Fora	33	4.953
02. Conselheiro Lafaiete	19	1.650
03. Belo Horizonte	18	2.223
04. Nova Lima	16	3.395
05. Santos Dumont	13	520
06. Ouro Preto	08	884
07. Oliveira	07	320
08. S. J. Nepomuceno	05	872
09. Itajubá	05	599
10. Ponte Nova	05	508
Total	129	15.924

Fonte: SINGER (1977). *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. Op. cit. p. 236

É de se perceber, de início, uma *visível perda da posição relativa dos municípios produtores de café na amostra*. Neste momento sua posição relativa é de apenas 37% da produção total. Por outro lado, há também uma visível elevação dos municípios localizados no centro do estado (47%), o que pode ser explicado pelo impulso da indústria baseada na metalurgia, entre outros setores, e no grande crescimento industrial de Belo Horizonte (e municípios próximos como Nova Lima e Ouro Preto), fundamentado basicamente na sua posição de capital, seu vertiginoso crescimento urbano e no *amparo que recebeu do aparelho público como parte integrante de uma estratégia de integração regional de âmbito estadual e política econômica seguidas por parte do governo de Minas*¹⁷³ e que em última instância acabará por se colocar como um importante elemento da “decadência” industrial do município de Juiz de Fora a partir da década de 1930¹⁷⁴. O deslocamento do aparelho público, em âmbito estadual, do espaço onde se concentrava a produção agroexportadora, aqui considerado como o componente fundamental dos efeitos de encadeamento de natureza fiscal, como observado, já se fazia sentir. Configura-se, mais uma vez, também para o contexto mineiro, a natureza periférica do sistema e do processo de industrialização de Juiz de Fora.

Em um contexto como este, na verdade, é de surpreender a permanência da posição do município como o mais importante centro industrial do estado ainda no início da década de

¹⁷³ SINGER, P. (1977). Op. cit. 135 ss.

¹⁷⁴ PAULA, M. C. (1976). *As Vicissitudes da Industrialização Periférica: o caso de Juiz de Fora*. Dissertação de Mestrado, UFMG, Belo Horizonte. MIRANDA, S.R. (1990). *Cidade, Capital e Poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. Op. cit.

1920. A diferença do valor da produção de Juiz de Fora frente a capital ainda é, apesar de tudo, de cerca de 74%; no que se refere ao número de operários esta diferença sobe para cerca de 200%. Se compararmos, de acordo com o mesmo censo, o capital empregado na indústria do município (26.248 contos) com aquele do conjunto do estado de Minas (89.768) verificamos que Juiz de Fora detém 29% do referido capital, a mesma proporção no que se refere ao valor da produção (33.250 contos para 172.055). Considerando o município como o centro urbano de referência de uma região que sofria um importante processo de diversificação agrícola, mas que permanecia essencialmente agroexportadora, podemos sustentar, ainda, que se houve uma industrialização desvinculada da produção primária para o mercado externo em Minas, o mesmo não pode ser dito em relação à zona da Mata.

Se tivermos em mente a posição *relativamente* marginal do município no que se refere aos objetivos da esfera pública, também surpreende seu crescimento industrial entre 1905 e 1920. Em valores nominais, sua produção cresce 298% no período; o número de estabelecimentos, 332% (de 43 em 1907 para 186 em 1920) e o pessoal ocupado cerca de 227%. Cabe-nos aprofundar a análise dos fatores explicativos deste crescimento industrial e da estrutura que vai caracterizá-lo, sempre tendo em vista o contexto agroexportador no qual estavam inseridos e os efeitos de encadeamento que os interligaram. Neste sentido talvez seja interessante observar a seguinte afirmação, feita por um contemporâneo:

*“Fator principal de toda a expansão manufatureira que vimos de assinalar, foi a sabia e vigorosa iniciativa individual que dotou o município de vastos estabelecimentos rurais, transformando-o, em breve período, no principal centro agrícola do estado, pela opulenta produção de suas terras. Essa produção é realmente notável, sobressaindo a do café, em que o município de Juiz de Fora ocupa, no Brasil, um dos primeiros lugares.”*¹⁷⁵

A estrutura industrial do município em torno de 1907 e 1908 revela que a maior parte das indústrias se vinculava a uma estrutura de demanda onde predominava os bens de consumo leves, relacionados, direta ou *indiretamente*, à renda gerada pelo setor de exportações. Neste caso, como o de outras experiências de industrialização experimentadas em áreas

¹⁷⁵ **Jornal do Comércio** (JC) 03/01/1903

agroexportadoras do país¹⁷⁶, setores como têxtil, alimentos, bebidas, calçados, móveis, moagem de cereais, curtume e artigos de couro, cigarros, entre outros, predominaram na estrutura industrial local (tabela 19).

Tabela 19
Indústrias Existentes em Juiz de Fora – 1907/1908

Setor	Número de Indústrias
01. Cerveja e Bebidas	07
02. Tecelagem e Malharia	06
03. Laticínios	06
04. Fundição e Mecânica	05
05. Curtume e Artigos de Couro	05
06. Alimentícia (doces, massas e banha)	05
07. Cerâmica	04
08. Calçados	04
09. Fumos Preparados	03
10. Móveis	03
11. Tintas	03
12. Moagem de Cereais	02
13. Ladrilhos	01
14. Sabão e Velas	01
15. Perfumaria	01
16. Vassouras	01
Total	57

JACOB, R. Minas no XX^o Século, pp. 315-16 Apud ANDRADE, S. A Classe Operária em Juiz de Fora. Op. cit. p. 25-7

¹⁷⁶ SUZIGAN (1986). **Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento**. Brasiliense, São Paulo, Capítulo 3

Tabela 20
Indústrias Existentes em Juiz de Fora– 1907

Indústrias	Proprietários	Capital	Força	Valor da Produção	Nº de Operários
1. Tecidos de algodão	Cia. Industrial Mineira	2.222.042\$	300 HP	4.050.000 m algodão	400
2. Tecidos de algodão	Viúva Bernardo Mas carenhas	600:000\$	120 HP	600.000 m algodão	200
3. Tecidos de algodão	Banco de Crédito Real de MG	100:000\$	60 CV	300.000 m algodão	60
4. Tecidos de malha	Antônio Meurer	250:000\$	10 HP	60.000 dz. Meias	35
5. Tecidos de malha	Galietti e Montreuil	50:000\$	14 HP	4.000 dz meias	15
6. Tecidos de malha	José M. Pacheco	50:000\$	20 HP	12.000 dz meias	40
7. Fumos preparados	Dias Cardoso & Cia.	60:000\$	5 HP	150:000\$	9
8. Fumos preparados	Julião R. George*	10:000\$	3 HP	8:000\$	2
9. Fumos preparados	João Gama	30:000\$	vapor	60:000\$	8
10. Perfumaria	Macedo & Cia.*	-	-	-	-
11. Fundição e obras sobre metais	Leite & Fonseca	100:000\$	25 CV	160:000\$	22
12. Fundição e obras sobre metais	George F. Grande	80:000\$	14 CV	90:000\$	15
13. Produtos cerâmicos	Alencar Tristão	15:000\$	Manual	109:000\$	7
14. Produtos cerâmicos	Manoel J. Pacheco	5:000\$	-	15:000\$	4
15. Produtos cerâmicos	Pedro (Timponi) (?)	3:000\$	-	10:000\$	4
16. Produtos cerâmicos (Água Limpa)	José Carneiro Pinto*	3:000\$	Manual	4:000\$	2
17. Curtume	Detlef Krambeck	300:000\$	160 CV	184:000\$	30
18. Curtume	Camilo Leger	20:000\$	Manual	20:000\$	8
19. Curtume	José Tortoriello	60:000\$	6 CV	24:000\$	9
20. Curtume	Vicente Peregrino & Irmão	12:000\$	Manual	6:000\$	3
21. Selins	Gustavo P. Mattos*	-	-	-	-
22. Sabão e Velas	Burnier e Rimes	120:000\$	30 CV	320:000\$	16
23. Tintas	Dias Cardoso & Cia.*	-	-	-	-
24. Tintas	J.F. Mendonça Sobrinho	5:000\$	5 CV	12:000\$	2
25. Tintas	Adrião Almada	-	-	-	-
26. Pregos	Accácio Teixeira	60:000\$	30 CV	180:000\$	18
27. Ladrilhos	Pantaleone Arcuri & Spinelli	170:000\$	32 CV	192:000\$	156
28. Máquinas	F.J. Kasher & Irmão	40:000\$	50 CV	50:000\$	12
29. Bebidas alcoólicas	Jorge Irmão & Couris	100:000\$	20 CV	180:000\$	35
30. Bebidas alcoólicas e gasosas	Bertoletti Irmãos & Cia.	100:000\$	6 CV	166:000\$	26
31. Doces	Christiano Horn	15:000\$	Manual	125:000\$	9
32. Doces	J.F. Mendonça Sobrinho*	-	-	-	-
33. Moagem de cereais	Antônio C. Figueiredo	5:000\$	1 CV	13:200\$	2
34. Moagem de Cereais	Christovão Andrade & Cia.	20:000\$	20 CV	97:600\$	6

35. Massas alimentares	Jorge, Irmão & Couris	100:000\$	25 CV	110:000\$	28
36. Massas alimentares	Bertoletti, Irmão & Cia.	100:000\$	6 CV	92:000\$	30
37. Fábrica de cerveja	Freez & Irmão	60:000\$	Manual	82:000\$	8
38. Fábrica de cerveja	Viúva Kremer de Castro	200:000\$	50 CV	490:000\$	30
39. Fábrica de cerveja	Carlos Stiebler	100:000\$	20 CV	371:000\$	15
40. Fábrica de cerveja	Jose Weiss	50:000\$	Manual	52:800\$	10
41. Fábrica de manteiga	Teixeira Leite Jr. & Cia.	53:000\$	12 CV	80:000\$	26
42. Fábrica de manteiga	Custódio A. da Costa	30:000\$	4 CV	47:200\$	8
43. Fábrica de manteiga	Viúva Kremer de Castro	6:000\$	Manual	13:600\$	4
44. Fábrica de manteiga	Viúva Maldonado	25:000\$	Manual	128:100\$	11
45. Fábrica de manteiga	Eloy P. Braga	-	-	-	-
46. Fábrica de manteiga (em Paula Lima)	Xavier Ribeiro*	12:000\$	Manual	23:000\$	7
47. Fábrica de vassouras	José Garcia Jr.*	30:000\$	5 CV	10:000\$	-
48. Bebida e licores	Antônio J. do Vale*	3:000\$	Manual	5:000\$	-
49. Móvel e decoração	Paulo Montensi	8:000\$	Manual	26:000\$	6
50. Móvel e decoração	Corrêa & Corrêa	65:000\$	20 CV	80:000\$	14
51. Móvel e decoração	V. Cordiale e Contrucci	5:000\$	Manual	21:000\$	5
52. Calçados	Corrêa & Corrêa*	-	-	-	-
53. Calçados	Chelini & Irmão*	-	-	-	-
54. Calçados	Adolpho Tirapari* (?)	-	-	-	-
55. Calçados	Santos Mangoni*	-	-	-	-
56. Ferraria e carruagens	Henrique Surerus & Irmão	-	20 CV	-	-
57. Banha	Costa & Irmão*	25:000\$	Manual	60:000\$	6

Fonte: JACOB, R. *Minas no XXº Século*. Op. cit. pp. 315-16 Apud ANDRADE, S. *A Classe Operária em Juiz de Fora*. pp. 25-7, que observa:

1. o quadro acima é parte do Quadro 01 que traz a indústria de todos os municípios mineiros
 2. embora o autor não cite a fonte, este quadro é constituído com os dados do Censo de 1907
- Os estabelecimentos assinalados (*) são acrescentados pelo autor aos registrados pelo Censo de 1907

A fonte nos fornece basicamente os dados do Censo de 1907 *complementados com algumas outras indústrias*, mas não dispomos de elementos completos sobre capital, valor da produção, número de operários etc., inviabilizando uma análise mais profunda, mesmo que, no entanto, indiquem claramente a relação entre o setor agroexportador e a estrutura industrial que se desenvolveu no município de Juiz de Fora no período em referência. É de se fazer notar neste sentido, que o setor têxtil mantinha uma produção voltada para um mercado de consumo assalariado ao menos em parte representado pelo setor agrícola, como indica a seguinte afirmação, retirada de um *relatório da Companhia Industrial Mineira*, em 1905, quando a região vivia uma de suas maiores crises no setor cafeeiro e ressaltando que a Companhia estava se

voltando continuamente para o mercado do Rio desde o final do século XIX, como afirma a autora de onde extraímos a informação.

*“De acordo com o Conselho da Diretoria, o aumento no valor externo do mil réis não apenas acarretou uma paralisação geral dos negócios como também diminuiu a demanda por têxteis na medida em que reduziu a renda dos fazendeiros em mil réis. Como afirmado pelo Conselho, esta apreciação das taxas de câmbio reduziu ‘os recursos daqueles que trabalham no setor agrícola, que são nossos principais consumidores’ ”.*¹⁷⁷

Um exemplo importante da relação entre o setor agroexportador e setor industrial também pode ser fornecida pela *Companhia Nacional de Tecidos de Juta*, organizada para a produção de sacarias para café e outros produtos agrícolas. Originada curiosamente da reorganização de uma companhia acionária que tinha como objetivo inicial a exploração da atividade bancária, a *Sociedade Anônima Escritório Comercial Crédito Mineiro*, organizada em 1891 com sede no Rio de Janeiro, a Companhia contava entre seus acionistas com conhecidos nomes da elite econômica de Juiz de Fora e região: Francisco Batista de Oliveira, Bernardo Mascarenhas, Feliciano de Oliveira Penna, Aprígio Ribeiro de Oliveira, João Ribeiro de Oliveira, comendador Antônio Ribeiro da Fonseca, entre outros, figuram entre os 14 acionistas que representavam o total do capital da Companhia (500:000\$). No final do mesmo ano (1891), em uma reunião extraordinária realizada no Rio de Janeiro, foi unanimemente aprovada a transferência da sede da Companhia para Juiz de Fora¹⁷⁸, ainda como escritório bancário. Já em 1893, um jornal local noticia:

“Em reunião efetuada ontem pelos acionistas do Escritório Comercial Crédito Mineiro, foi deliberado transformar a sociedade em companhia de tecidos, com sede nesta cidade, tendo sido eleitos diretores os srs. Bernardo Mascarenhas e Eduardo de Andrade.”

¹⁷⁷ VERSIANI, M.T. (1991). Op. cit. p. 351; (grifo nosso).

¹⁷⁸ *Minas Livre* (ML) 05/11/1891

O mesmo jornal, trazendo a ata da referida assembléia notifica a alteração dos estatutos:

*“Fica criada na cidade de Juiz de Fora uma sociedade anônima sob a denominação Companhia de Tecidos de Juta (...) com o capital de 500:000\$ dividido em 2.500 ações de 200\$...”*¹⁷⁹.

A Companhia sofre a partir daí uma série de revezes, perdendo sua constituição acionária e sendo arrendada em diversas ocasiões, inclusive por industriais do Rio de Janeiro e São Paulo¹⁸⁰, até que em 1906 seu arrendamento passa para um conhecido fazendeiro e médico local, o dr. Luiz de Souza Brandão. Em 1907 é considerada um dos 100 maiores estabelecimentos industriais do país, de acordo com um levantamento realizado por W. Dean, quando possuía 450 contos de capital, 150 trabalhadores e com valor da produção atingindo 2.370 contos de réis¹⁸¹. Em 1921, é novamente arrendada a um grupo de capitalistas, entre os quais se encontra Clovis Mascarenhas, conhecido industrial local. Neste momento, reorganizada com o nome de Companhia Nacional de Celulose *“...a matéria prima, que aliás é o papel, é toda nacional assim como também os maquinismos para a fabricação dos fios (...) o que vai concorrer para o barateamento da sacaria que atualmente, devido ao elevadíssimo preço da juta, encontra-se caríssima”*¹⁸². Seu exemplo é emblemático já que representa um dos setores mais evidentemente relacionados com a produção agroexportadora e devido ao longo período que se manteve ativa, em que pese sua sinuosa trajetória e os constantes contratemplos que marcam sua história.

Também no setor de mecânica podemos vislumbrar as articulações que se estabeleceram entre a agricultura de mercado externo com o setor industrial. A fundição Kasher, fundada em 1875, por exemplo, apesar de possuir uma produção extremamente diversificada, como a fabricação de ferros de engomar, carros e carroças, fundição de ferro e bronze etc., registra, num informe de 1901, que é especializada em máquinas agrícolas¹⁸³. Ou a firma Leite,

¹⁷⁹ **O Pharol** (PH) 18/07/1893

¹⁸⁰ JC 22/11/1898; OP 15/08/1901

¹⁸¹ DEAN, W. (1980). *“A Industrialização Durante a República Velha.”* In FAUSTO, B. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Republicano**. DIFEL, São Paulo, vol. 8 p.261.

¹⁸² **Diário Mercantil** (DM) 13/05/1921

¹⁸³ **Jornal do Comércio** (JC) 03/01/1901

Fonseca e Cia., que adquiriu a antiga Companhia Meclânica Mineira em 1904¹⁸⁴, cujas especialidades eram “...*máquinas para a lavoura, wagons e wagonetes*”¹⁸⁵. Um outro informe de 1901 se refere da seguinte maneira aos seus produtos:

*“Merece ser citado o seu descascador ‘Rápido’ que, sem quebrar o café, descasca 700 arrobas, em 10 horas e o brunidor ‘Mineiro’, que dá uma média de 500 arrobas, por 10 horas de trabalho.”*¹⁸⁶

O mesmo servindo para a Fundação George Grande, um dos mais importantes estabelecimentos do setor no município, que tinha “*especialidade em carros, bonds e máchinas para a lavoura*”¹⁸⁷.

É claro que este mercado de consumo é representado diretamente apenas em parte pela agricultura de exportação. *Além de outros produtos agrícolas, que avançam na medida em que o café paulatinamente encontra seus limites de expansão, processo do qual o setor de laticínios é emblemático*, o mercado representado pelo setor urbano, como vimos, é cada vez mais importante. É difícil estabelecer com precisão os limites entre os universos aqui considerados. Mas deve ser esclarecido que também este crescimento urbano está vinculado, de uma forma ou de outra, com a dinâmica do setor de exportação. Dessa forma surgem os *vínculos indiretos dos efeitos de encadeamento de consumo*¹⁸⁸, responsável em grande parte pela diversificação que caracteriza a estrutura industrial do município, em que pese um tamanho médio relativamente pequeno das unidades fabris. Assim, os setores de bebidas, curtume, cerâmica, sabão e velas,

¹⁸⁴ PH 04/02/1904

¹⁸⁵ PH 01/01/1901

¹⁸⁶ JC 03/01/1901

¹⁸⁷ PH 01/01/1901

¹⁸⁸ “(...) A demanda por produtos manufaturados, que levou ao desenvolvimento da indústria de transformação a partir da metade do século XIX provinha basicamente da expansão da economia de exportação. Em algumas indústrias é evidente a relação direta com a economia de exportação, como é o caso, por exemplo, das seguintes: produção de tecidos grosseiros de algodão para vestir a força de trabalho (...) e para ensacar os produtos agrícolas de exportação (...); sacos de juta para ensacar e enfardar produtos agrícolas de exportação (...); produção de maquinaria e implementos agrícolas simples, moendas de cana, moinhos para grãos, máquinas para beneficiar café e arroz, equipamento de transporte; etc. Em outros casos, entretanto, o crescimento da demanda por manufaturados foi indiretamente relacionado com a economia de exportação através dos efeitos gerais de alargamento do mercado causados pelo crescimento da renda de exportação e suas repercussões sobre o desenvolvimento do sistema de transportes, do comércio interno, dos bancos, da urbanização e da imigração promovidos pela economia de exportação. (...)” SUZIGAN, W. (1986). **Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento**. Op. cit. p. 117-18

móveis, além da própria diversificação da produção do setor têxtil (com tecidos mais elaborados) e mecânica (que além das máquinas agrícolas possui produção visivelmente vinculada à diversificação do consumo a que estamos nos referindo), ganham aqui seu significado.

Que o crescimento urbano do município é significativo no período em referência aqui o demonstra a elevação de sua população especificamente urbana, ou seja, desconsiderada a população da área rural do município e de seus distritos, como pode ser evidenciado a partir dos dados da tabela 21. Por estes dados percebemos que a população de Juiz de Fora cresceu, entre 1890 e 1920, perto de 131%, o equivalente a uma média anual de 4,35%, um número bastante sugestivo em si mesmo¹⁸⁹, principalmente se considerarmos que o seu cálculo ter sido fundamentado a partir do número de prédios urbanos existentes no município.

Tabela 21
Crescimento da População Urbana de Juiz de Fora
1890/1920
(períodos selecionados)

ANO	POPULAÇÃO URBANA*	ÍNDICE
1890	13.000	100
1895	15.000	115
1915	24.000	185
1920	29.988	231

FONTE: PIRES, A. *Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora*. Op. cit. p. 115, Tabela 33

* valores arredondados

Além disso, pudemos dispor de uma fonte que possibilitou uma análise comparativa da posição relativa da população urbana (calculada no documento ainda a partir do número de prédios) frente à população total para alguns dos principais municípios da zona da Mata referente ao ano de 1920 (tabela 22); estes dados tornam evidente o predomínio urbano de Juiz de Fora no contexto da região da Zona da Mata. Dentro do universo da amostra (que reúne 10 municípios), a população urbana de Juiz de Fora corresponde, isoladamente, a 42,20% da população urbana total (29.988 para 71.046); em termos da posição relativa desta população frente à população total, por município, a maior proporção é, de longe, a referente a Juiz de Fora (25,37%), o que obviamente reflete um processo de urbanização mais intenso¹⁹⁰.

¹⁸⁹ PIRES, A. (1993). Op. cit. p. 125

¹⁹⁰ id. Ib. p. 119

Tabela 22
 Proporção da População Urbana Frente à População Total
 para Alguns Municípios da zona da Mata -1920

Município	População Total	População da Sede do Município	%
A.Paraíba	39.8226	5.880	14,76
Carangola	86.675	6.000	6,92
Cataguases	62.206	4.284	6,88
Juiz de Fora	118.166	29.988	25,37
Leopoldina	53.368	4.920	9,21
Manhuassú	85.691	3.600	4,20
M. Espanha	37.246	2.628	7,05
Muriaé	69.943	4.200	6,00
Pomba	43.717	3.792	8,67
Ubá	62.425	5.754	9,21
TOTAL	659.263	71.046	100,00

FONTE: MINAS GERAIS. Secretaria de Agricultura. **Anuário Estatístico de Minas Gerais (1922-1925)**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929, pp. 423-32.

Ou, ainda, alguns dados sobre o movimento de construções urbanas no município entre 1897 e 1921, num total de 1.125 prédios urbanos distribuídos cronologicamente como na tabela número 23. Por estes dados, que não incluem as construções dos distritos, percebemos que houve um *crescimento médio* de 47 prédios urbanos por ano.

Tabela 23
 Número de Construções em Juiz de Fora – 1897/1921

Período	Número de Construções
1897-1899	15
1900-1904	58
1905-1909	122
1910-1914	592
1915-1919	320
1920-1921	18
Média anual para o período 1897/1921	47
Total	1.125

Fonte: O Dia 20/03/1921

Por outro lado, se considerarmos os dados do município como um todo (ou seja, incluindo seus distritos) para meados dos anos 1920, fornecidos por um articulista do mesmo jornal citado acima, verificaremos que a cidade possuía 6.006 prédios em 1924, número que se

eleva para 6.356 em 1925 e para 6.580 em 1926. Ainda pelo mesmo articulista são feitas as seguintes afirmações:

“Segundo o recenseamento do Brasil em 1º de setembro de 1920, a população de Juiz de Fora naquele ano era de 40 mil habitantes; em 1924, 46.846,8; em 1925, 49.676,8; e, em 1926, 51.324, tomando-se por média 7,8 por habitante para cada prédio coletado para o imposto predial.

Em outras cidades do Brasil, como por exemplo a de São Paulo, de população mais densa, a média de habitantes para cada prédio, foi naquele ano de 9,68.

*Assim, pois, dando para Juiz de Fora a média de 7,8 por habitante para cada prédio e adicionando-se neste cálculo 1.500 estudantes que aqui cursam nossos estabelecimentos de instrução durante o ano e as forças do Exército e Polícia aqui aparelhadas, temos uma população muito superior a 55 mil habitantes, mesmo porque, segundo o 2º volume do Anuário Estatístico de Minas Gerais, há pouco distribuído, já em 1920 a população era de 55.384 habitantes.”*¹⁹¹

Torna-se claro por estes números que o mercado urbano, representado aqui pelo crescimento do município de Juiz de Fora, acabará por se colocar paulatinamente como um importante elemento de sustentação da indústria local. Apesar das ressalvas feitas quanto às diferenças entre os dados dos censos de 1907 e 1920, já que “...os primeiros listam fábricas e os últimos arrolam profissões, que incluem, portanto, trabalhadores de pequenas oficinas e/ou desempregados...”, a profa. Silvia Vilela de Andrade, estudiosa do movimento operário em Juiz de Fora, nos fornece o seguinte quadro, bastante demonstrativo do crescimento urbano e industrial do município no período entre os Censos¹⁹².

¹⁹¹ **O Dia** (OD) 22/06/1926

¹⁹² ANDRADE, S. (1987). **A Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas – 1912/1924**. Ed. UFJF, Juiz de Fora, p. 37, quadro 6

Tabela 24
Juiz de Fora: População e Força de Trabalho em 1920

Ano	População		Número de Operários	Estrangeiros
	Distrito da Cidade ¹	Município ²		
1890	17.622	55.185	-	4.953
1907	28.553	85.450	1.516	-
1920	51.392	118.166	8.353	6.062

1. inclui a área rural do município
2. inclui o município e seus distritos

Pelos dados assim organizados percebemos que *o número de operários cresceu proporcionalmente bem mais que a população da cidade*. Se esta última cresceu em torno de 80% entre 1907 e 1920, o número de operários, na forma como foram discriminados, cresceu 451%¹⁹³. Estes números deixam bastante claro que um dos vetores mais importantes (senão o mais importante) do crescimento urbano de Juiz de Fora foi o processo de industrialização que o município sofreu no período.

Por outro lado, baseados ainda nos dados fornecidos pela autora, poderemos avaliar o número total de trabalhadores existentes no município em 1920, discriminados, desta feita, por setores da economia (tabela 25).

¹⁹³ Id. Ib. p. 37

Tabela 25
Juiz de Fora: Número de Operários por Setores da Economia -1920

Setor	Número de Operários
1. Trabalhadores Rurais	20.762
2. Indústria	8.353
3. Comércio	2.935
4. Transportes	985
5. Funcionários Públicos	499
6. Pedreiros e Minas	202
7. Total	33.733

Fonte: ANDRADE, S. *A Classe Operária em Juiz de Fora*. Op. cit. p. 38

É de se fazer notar, além do valor absoluto da população trabalhadora do município, a proporção ocupada pelos trabalhadores rurais (com pelo menos uma parcela remunerada em salários) e aqueles ocupados no setor de transportes (quase mil trabalhadores), e, principalmente, no comércio (com quase 3 mil trabalhadores) o que revela, uma vez mais, a função de capital regional que o município desenvolveu (e aprofundou) desde suas origens.

Apesar de ainda não podermos dispor de dados mais específicos sobre a indústria no município em 1920, algumas transformações são dignas de nota sobre a industrialização de Juiz de Fora neste período. Em 1922 um artigo de um jornal local traz o movimento geral da produção da cidade em 1921 (considerados no artigo como *dados oficiais*); de acordo com estes dados, existiam no município naquele ano *236 indústrias* distribuídas entre os mais diversos setores (como artefatos de tecidos, açúcar, bebidas, calçados, café, cigarros, etc.)¹⁹⁴. A produção industrial de Juiz de Fora já se encontra tão diversificada que um contemporâneo notou, em 1925:

“Quer o leitor uma folha de papel para embrulho? Aqui a tem, fabricada em Juiz de Fora. Uma bandeja, um copo de metal, uma jóia delicada, seda para camisa, uma colcha, um cobertor, uma toalha, uma gravata, um colarinho, uma maleta, um motor elétrico, plaina, um copiador, um piano?

*De tudo encontrará, feito em Juiz de Fora.”*¹⁹⁵

¹⁹⁴ OD 10/08/1922

¹⁹⁵ OD 18/01/1925

Poderíamos acrescentar à lista do observador produtos como manilhas, tubos de ferro, fitas de máquinas de escrever, tintas para impressão, artigos dentários, ferro, aço, formicidas, sabonetes finos, fogões, perfumes, fechaduras e dobradiças, entre outros.

Na verdade, todo este processo de industrialização gerou, aparentemente, um *parque industrial de importância suficiente para que, ele mesmo, gerasse uma demanda que vai servir como um elemento indutor relativamente importante de investimentos no próprio setor industrial*, ampliando sua capacidade, modificando e diversificando ainda mais sua estrutura, com o surgimento de indústrias voltadas para a produção de insumos industriais vários como embalagens, papel, produtos químicos, latas, rótulos, vidros, cimento, borracha, etc. Além disso, este processo de diversificação industrial ocorreu, em Juiz de Fora, mais ou menos na mesma época em que ocorreu em áreas tipicamente agrário-exportadoras, ou seja, depois da Primeira Guerra Mundial.

“As indústrias que começaram a se desenvolver a partir da Primeira Guerra Mundial têm características diferentes daquelas que se desenvolveram anteriormente. Elas representam o início da diversificação industrial e também da transição para um sistema econômico dominado pelo capital industrial, tanto em termos de acumulação de capital como de contribuição de crescimento do PIB (ou da renda). A formação do capital industrial e o crescimento do mercado interno ainda dependiam do desempenho da economia de exportação, pelo menos até o fim da década de 1920. (...) No entanto, o investimento industrial não se concentrava mais primordialmente em setores diretamente complementares da economia de exportação, orientando-se cada vez mais no sentido do setor de produção de bens intermediários, como cimento, ferro e aço, produtos químicos, fertilizantes, papel e celulose, etc., e bens de capital, incluindo máquinas e equipamentos.” ¹⁹⁶

Podemos vislumbrar a ocorrência, pelo menos parcial, deste movimento acompanhando as poucas, mas regulares, informações sobre as indústrias de Juiz de Fora presentes na imprensa local. Nossa fonte nem sempre traz as informações de que necessitamos (como a data de fundação das indústrias) e muitas vezes é impossível verificar se o empreendimento se tornou

¹⁹⁶ SUZIGAN, W. (1986). Op. cit. p. 246

duradouro ou se desapareceu em pouco tempo. Apesar disto, percebemos nitidamente que as indústrias identificadas com este movimento de diversificação industrial só começam a aparecer nos jornais do município a partir da Primeira Guerra. O setor de papel, por exemplo, encontra a sua primeira referência nos dados de que dispomos em 1919, com a presença de uma fábrica de papel acetinado, de propriedade da firma Walter e Cia.¹⁹⁷. Outra referência ocorre em 1922, com a abertura da Fábrica Santa Anna¹⁹⁸ (Berzocchini e Cia.), de caixas de papelão, da qual temos referências até 1929, quando notifica a saída de um sócio e acrescenta “...*a longa prática que cada um dos sócios tem deste ramo de negócio, habilitados, reunidos em sociedade, com os recursos de que dispõem, tanto morais como materiais, a bem de merecer o valioso auxílio de vossas senhorias.*”¹⁹⁹. Ou ainda para 1923, ano de fundação de uma fábrica de papel de embrulhos (Gomes, Alves e Cia.) que, em 1932, quando faz “grandes reformas” em suas instalações e inicia a fabricação de papel para a imprensa nestes termos:

*“A fábrica até aqui tem se ocupado apenas da produção de papel grosso para embrulhos, mas agora está ampliando grandemente o seu aparelhamento e dotando-o de modernos maquinismos, que já foram encomendados nos Estados Unidos, para a fabricação de papel para a imprensa, com a utilização de matéria prima nacional.”*²⁰⁰

Além destas, ainda temos referência de outra fábrica de caixas de papelão, “...*para meias, calçados, medicamentos etc.*”, fundada em 1925 e denominada Cartonagem Juiz de Fora (Fioravanti e Cia.)²⁰¹ e da Fábrica Dom Silvério (Osvaldo Griebel), de sacos de papel, aberta em 1928²⁰².

Também para o setor de química valem as mesmas observações. Em 1919, João Cruzeiro do Nascimento requer os favores de uma lei municipal para o fabrico de “*produtos em pó, pasta, líquidos e em blocos ou barras destinados à limpeza de metais*”²⁰³. Em 1925 um anúncio

¹⁹⁷ OD 10/08/1919

¹⁹⁸ DM 23/08/1923

¹⁹⁹ **Gazeta Commercial** (GC) 17/04/1929

²⁰⁰ DM 14/11/1932

²⁰¹ JC 30/07/1925

²⁰² DM 15/12/1928

²⁰³ DM 09/08/1919

comenta sobre o Laboratório Erbium (Almeida Júnior e Cia.) “*fundado mais ou menos há dois anos*” e destinado ao fabrico de artigos dentários como granito, porcelanas e massas para obturações; seus artigos vinham sendo preferidos aos estrangeiros e “*a melhor prova de excelência de seus produtos está na enorme procura, que têm tido o que obrigou os proprietários do laboratório a ampliá-lo e aumentar o número de operários.*” ²⁰⁴

A produção de artigos de borracha iniciou-se em 1917 como uma nítida consequência do processo de substituição de importações, se considerarmos a seguinte informação, veiculada à criação de uma Fábrica de Manufatura de Borracha (Felippe Dilly):

“A borracha manufaturada empregada em grande escala nas indústrias de toda a sorte são importadas dos Estados Unidos e Europa. Depois de declarada a Guerra, os diferentes utensílios de borracha subiram a preços exorbitantes, fato este que a cada dia mais se acentua. Agora porém um distinto industrial, o sr. Felippe Dilly, acaba de tomar a iniciativa de montar nesta cidade uma fábrica de manufatura de borracha.” ²⁰⁵

Seus vínculos com a indústria local podem ser percebidos com a seguinte notícia existente no mesmo jornal:

“Ainda ontem, na importante Companhia Fiação e Tecelagem Santa Cruz de propriedade do sr. coronel Severiano de Moraes Sarmiento, foram feitas experiências de um cilindro de fiação de borracha produzido pelo estabelecimento do sr. Dilly. Aquele aparelho funcionou regularmente, oferecendo os melhores resultados, crescendo a circunstância de poder ser ele vendido por preços muito menores que os importados do estrangeiro.” ²⁰⁶

Poderíamos continuar exemplificando com fábricas de vidro (João Scarlatelli e Sebastião Procópio) e de cimento (Antônio Levi e Cia. e Saint-Clair de Miranda Carvalho), das quais temos escassas informações; mas são os setores de litografia e mecânica que devem ser privilegiados neste momento da análise. Em ambos os casos seu desenvolvimento foi bastante

²⁰⁴ GC 08/10/1925 e 30/09/1925

²⁰⁵ DM 15/12/1917

²⁰⁶ Id.

razoável no município e suas articulações com o setor industrial e com o setor agrícola são bastante nítidos. No caso da indústria litográfica, em que pese algumas experiências anteriores, deve ser destacada a Estamparia Mineira (Accácio Teixeira e Alves), fundada em 1912, e que, já em 1917, com 120 operários, mantinha “*uma oficina completa de fundição de ferro aparelhada para a execução de qualquer serviço deste gênero.*” Seus maquinismos eram a maioria de procedência estrangeira “*sendo entretanto alguns de fabricação mesmo no estabelecimento, com ferro nacional da usina Esperança, deste estado*”. Sua produção era de latas de todos os feitios “*...para acondicionamento de cereais, manteiga, drogas, tintas, rótulos, vasilhame para leite, folhinhas e objetos de reclame....etc.*”²⁰⁷. Em 1923 a sociedade é refeita, com a inclusão de novos sócios e a fábrica passa a se chamar Estamparia Juiz de Fora; mantém um capital de 500:000\$²⁰⁸. Em 1927 o capital é elevado a mil contos de réis²⁰⁹.

Também merece destaque a Estamparia Universal (1919), de início produzindo espumadeiras estanhadas, mas posteriormente (1921), sob a firma Tardio, Alvarenga e Cia. começou a produção de baldes, latas para condução de leite e do “Irrigador Universal”, marca patenteada pela fábrica²¹⁰. Em 1925 “*dedica-se à fabricação de vasilhame para a indústria de laticínios...*” e o informe do jornal afirma que:

*“Há nas latas de leite da Estamparia Tardio a facilidade de sua lavagem, visto como seu interior é completamente liso, pois suas emendas são feitas pelo processo do oxigênio, não deixando saliência alguma. (...) Seus produtos rivalizam com seus congêneres estrangeiros, levando-lhes a vantagem de ser feitos de peças inteiriças, sem costura alguma e todo estanhado, de modo que evita a ferrugem.”*²¹¹

Outra empresa litográfica e mecânica importante é a de J.R. Ladeira, ex-fazendeiro de Santos Dumont²¹², cuja primeira referência nos jornais locais data de 1913, quando já possui uma indústria de laticínios e comunica a abertura de uma fábrica de baldes e galvanização que

²⁰⁷ DM 05/09/1917

²⁰⁸ OD 15/12/1923

²⁰⁹ DM 26/03/1927 e GC 29/03/1927

²¹⁰ DM 11/01/1921 e OD 12/01/1921

²¹¹ GM 14/10/1925

²¹² PROCÓPIO FILHO, J. (1979). **Salvo Erro ou Omissão: Gente Juiz-forana**. Edição do autor, Juiz de Fora. p.

mantém ferraria e oficina mecânica para reparos em maquinismos²¹³. Neste período já produz também diversos artigos como talheres, irrigadores, regadores etc. e avisa: *“futuramente, os srs. J.R. Ladeira e Cia. pretendem também fabricar folha de zinco, das comumente usadas para telhado, bem como vasilhame utilizado no transporte de leite por estrada de ferro. O consumo de latas para manteiga já é enorme e destinado a diversas fábricas do Estado.”*²¹⁴ Em 1916 se transforma em sociedade anônima, sob a denominação de Companhia Nacional de Indústrias Reunidas, com capital de 485 contos de réis²¹⁵. Neste período já trabalha com estamperia e litografia. Em 1919, uma visita do jornal Diário Mercantil informa, entre outras coisas, que a atividade da seção de litografia vai ser ampliada *“...em vista do considerável número de encomendas de latas para manteiga e outros produtos que a ‘Companhia Indústrias Reunidas’ recebe constantemente deste Estado...”*²¹⁶ O mesmo jornal informa que a Companhia possui três patentes: de irrigadores higiênicos, de um sistema aperfeiçoado de latas para manteiga e outros produtos, *“...único que garante a perfeita conservação do conteúdo...”* e de um aparelho de “extinção de formigas” denominado “Destruidor J.R. Ladeira” (sic), e acrescenta: *“a extraordinária procura que tem este engenhoso aparelho da parte dos fazendeiros constitui a sua maior recomendação.”*²¹⁷ Ainda em 1919, um anúncio do mesmo jornal noticia a construção, em teste, de dois *motores elétricos* de 6 HP, ressaltando: *“...tendo sido todo o material empregado na sua confecção exclusivamente nacional, com exceção apenas dos fios de cobre.”*²¹⁸

Após a abertura da seção de mecânica, houve uma reorganização da companhia, em 1920, com a nova denominação de Sociedade Anônima Lithográfica e Mechânica União Industrial, com capital de 1.100:000\$. Em 1925, com filiais em Barra Mansa e São Paulo, um anúncio informa a sua produção de *“latas litografadas de todos os formatos e tamanhos para manteiga, queijo, banha, leite condensado, balas, biscoitos, café, fumo, pomada, conservas, pós e outros produtos.”*²¹⁹ Além destes, se destaca também a presença de

²¹³ JC 04/04/1913

²¹⁴ OP 27/07/1913

²¹⁵ **Ata da Assembléia Constitutiva da Companhia Nacional de Indústrias Reunidas.** DM 29/06/1916

²¹⁶ DM 31/05/1919

²¹⁷ Id.

²¹⁸ DM 02/10/1919

²¹⁹ GM 10/03/1925

*“...grampos para caixão, baldes zincados sortidos e estanhados para medir leite, depósitos para leite, latas para conduzir leite com tampa de rosca e para mantimentos com letreiros e bisnagas para produtos farmacêuticos. (...) Máquinas em série para laticínios e funilarias, como salgadeiras rotativas, bateadeiras tipo barril, cravadeiras, máquina de pestana, cilindros, balancês e para colocar grampos em caixotes.”*²²⁰

O que estamos querendo destacar aqui são os evidentes *linkages* deste ramo da indústria de Juiz de fora com outras indústrias locais ou do estado de Minas, no caso no setor de embalagens, mas particularmente com o setor de laticínios, um dos mais antigos e importantes do estado e também de Juiz de Fora, para o qual produziu, como vimos, inclusive máquinas e implementos. Este efeito de encadeamento é importante pela sua singularidade, já que sendo uma atividade tradicionalmente associada com o declínio e decadência da produção cafeeira (a produção representativa do “produto principal”), da qual ocupa os espaços abandonados, é de se notar que tenha tido dinamismo suficiente para gerar impulsos de investimentos em atividades correlatas. Em nosso levantamento nos jornais temos referências, mais ou menos regulares, de fábricas de laticínios desde 1897 até 1928, inclusive uma sociedade anônima, organizada em 1909, a Sociedade Laticínios de Juiz de Fora. Algumas chegando mesmo, elas próprias, a internalizar a produção de latas e insumos, como é o caso de uma das mais importantes, a Fábrica e Laticínios Eugênio Teixeira Leite, fundada em 1905 e da qual temos referência até 1921. Num informe de 1908 a fábrica mantém, entre outras, uma seção especificamente para artefatos de folhas *“...não só para manteiga como para toda espécie de latas”*, que ocupa sozinha 5 operários²²¹.

Outra característica importante do setor é o fato de ter predominado entre seus “empreendedores” proprietários de terra, inclusive muitos fazendeiros de café, o que é natural tendo em vista que a matéria prima a ser elaborada vinha predominantemente de fazendas da região, muitas dos próprios industriais do setor. A necessidade de beneficiamento do leite e derivados gerou *elos prospectivos*, pelas *características “técnicas” do produto* (bastante complexas, já que incluem seu alto grau de perecimento, manuseio delicado e alta elaboração

²²⁰ id.

²²¹ OP 11/09/1908

para produção de derivados) que foram bastante significativos na região, tendo em vista a origem local de uma atividade industrial voltada diretamente para sua elaboração e de outra para o fornecimento de máquinas e insumos. Do ponto de vista do *universo social dos investimentos*, também estamos numa situação relativamente singular, caracterizada pelo que Hirschman chamou de *efeitos de encadeamento internos*²²², já que o nível da tecnologia envolvida ou mesmo a capacidade de iniciativa não impediram que os próprios produtores assumissem os empreendimentos em todas as fases constitutivas do processo de produção. Se relembrarmos o fato de que estamos diante de uma *atividade que veio substituir (ao menos parcialmente) o produto principal em seu processo de declínio*, são notáveis todos os efeitos em cadeia, diretos e indiretos, que conseguiu gerar.

Mas também na indústria especificamente mecânica são visíveis alguns traços desta nova fase da industrialização vinculada à atividade industrial já existente. Já tivemos oportunidade de verificar, no primeiro período, suas articulações com o setor agrário de exportação. No entanto, na medida em que avança a urbanização do município e o próprio parque industrial vai se estruturando, este setor aparentemente conseguiu acompanhar (ao menos em parte) as modificações na demanda que este movimento, visto em conjunto, conseguiu engendrar. Assim, por exemplo, em 1922 inaugurou-se uma Fábrica de Máquinas e Oficina Mecânica (Asdrúbal Teixeira de Souza) onde se produzia “...máquinas para instalações hidráulicas, tais como turbinas, rodas Pelton, engenhos, moinhos etc.” O mesmo jornal acrescenta que esta era

*“A primeira fábrica que no gênero se funda em Minas, tendo sido o sr. dr. Asdrúbal de Souza o iniciador da importante indústria no Brasil e tendo o conhecido engenheiro, durante a guerra, conseguido fabricar em Juiz de Fora, não sem muitos sacrifícios, os maquinismos hidráulicos cuja importação o conflito europeu sustou.”*²²³

²²² “(...) Por um lado, existem situações nas quais os mesmos operadores econômicos, já comprometidos com a atividade em andamento, são impelidos a assumir a atividade adicional; temos neste caso efeito em cadeia devido aos que estão dentro da situação ou ‘efeito em cadeia interior’. Por outro lado, o impulso na direção de assumir novas atividades pode ser experimentado não tanto por aqueles envolvidos na atividade em andamento como por outras pessoas.(...) Esse seria o caso de efeito em cadeia através de elementos externos ou ‘efeito em cadeia exterior.’ ” HIRSCHMAN, A. (1985). “Desenvolvimento por Efeitos em Cadeia: Uma Abordagem Generalizada.”

Op. cit. p. 52

²²³ GM 27/08/1922

Em 1919, a Camisaria Cysne (Gonçalves e Irmãos) informa a inauguração de uma máquina de cortar camisas de invenção do mesmo Asdrúbal de Souza: *“É a máquina uma combinação de rodas, com polias de isolamento e de uma lamina bem afiada, que circunda o molde e penetra numa fenda existente na mesa, podendo cortar, por hora, 100 camisas.”*²²⁴

Em 1916 fundou-se na cidade a Mecânica Central (Otto e Irmão), que produzia máquinas pesadas como tornos mecânicos de precisão, plainas, limadoras modernas, máquinas de aplinar ferro de grandes dimensões, máquinas automáticas para frisar engrenagens etc.²²⁵ Em 1924, quando a fábrica possui 60 operários, o mesmo jornal ainda afirma que

*“Só nesta cidade se encontram funcionando cerca de 37 máquinas fabricadas na Mecânica Central. De outros pontos do Estado tem o sr. Romão Otto recebido também várias encomendas, tendo as respectivas expedições ascendido o número de 200 máquinas, o que é muito apreciável dado o curto espaço de tempo em que funciona a Mecânica Central.”*²²⁶

Ainda em 1924, numa das raras entrevistas que conseguimos de industriais da cidade no período, o mesmo Romão Otto, após afirmar que suas máquinas *“...tinham grande aceitação em São Paulo...”* informa, com orgulho, que

*“(....) Muito tem concorrido minha fábrica para o desenvolvimento da lavoura em geral e o das pequenas oficinas mecânicas das cidades do interior. Situadas em todos os estados do Brasil há centenas de oficinas instaladas com máquinas muito modernas e perfeitas, todas de fabricação de minha casa, peças que convém aos proprietários de semelhantes estabelecimentos, pois que são vendidas a preço reduzidíssimo. (...)”*²²⁷

Também a Mecânica e Fundação George Grande, à qual já nos referimos anteriormente, merece ser destacada aqui. Fundada em 1875, se transformou em sociedade anônima em 1922,

²²⁴ OD 30/09/1919

²²⁵ DM 14/03/1924

²²⁶ id. Ib.

²²⁷ GM 14/12/1924

com capital de 400:000\$. Em 1917, uma enquete realizada pelo Diário Mercantil informa que a Fábrica de tecidos São João Evangelista, que possuía 86 operários, tinha “...seus teares e alguns outros aparelhos fabricados nesta cidade, nas oficinas de propriedade do sr. George Grande...”²²⁸. Em 1923, uma notícia sobre uma marmoraria existente na cidade afirma que

*“O sr. Lino Soranço, proprietário da marmoraria situada à rua Marechal Deodoro 101, inaugurou, hoje, em seu conceituado estabelecimento, às 13 horas, mais uma importante máquina (...). Trata-se de um aparelho para cortar mármore, fabricado nas conhecidas oficinas da Companhia Mecânica George Grande, o importante estabelecimento industrial, que com este produto mais ainda firma sua capacidade.”*²²⁹

Em 1925, a Companhia está fabricando tubos de ferro para a canalização de água de Juiz de Fora. A mesma fonte informa alguns dos artigos produzidos pela Companhia: máquinas para beneficiar arroz (separador, descascador, ventilador, transmissão etc.), engenho de serra, máquina de furar ferro, máquina para abrir chaveta, um torno universal, martelo mecânico, tornos regulares e pequenos, turbinas Pelton e Francis, fornos para fundição de ferro, bronze, alumínio e latão; moinho de fubá, máquina para fazer tubo de chapa, engenho de serra colonial, máquinas para fábricas de meias de tecidos, espuladeiras para fiação de tecidos e de juta, máquina para fazer rosca, cilindros para engenho de cana, debulhador de milho, espumadeira para manteiga, bateadeira de açúcar, cravadeira para latas de estamparia, entre outras.²³⁰

Todos estes exemplos vêm demonstrar que o processo de industrialização que sofreu o município de Juiz de Fora atingiu estatura e dinâmica suficientes para gerar, ao menos em parte, novos elos prospectivos e retrospectivos que induziram investimentos em novos empreendimentos industriais. Em se tratando de um espaço social e econômico que se caracterizava pela sua posição *periférica*, tanto frente aos principais centros econômicos do país e também frente ao conjunto da economia mineira, é de se surpreender a complexidade que tal movimento de industrialização atingiu e que tem sido tão renegada pela historiografia “mineira”.

²²⁸ DM 02/07/1917

²²⁹ DM 16/01/1923

²³⁰ GC 13/03/1925

Afirmações como a que se segue, se podem ser válidas para outras partes do território mineiro, deveriam ser, no mínimo, relativizadas para o caso de Juiz de Fora.

“...acreditamos que ainda na década de 1920 não se possa falar que exista em Minas um processo de industrialização, se entendermos por industrialização um todo articulado, integrando entre si os seus efeitos ‘para trás’ e ‘para frente’, e não uma porção de empreendimentos industriais isolados, atendendo a um mercado local ou, no máximo, sub-regional, sobrevivendo protegido por custos de transportes.”²³¹

No entanto, devido justamente a esta posição frente ao contexto geoeconômico no qual estava inserido é que temos que destacar que, mesmo presente, *este movimento de diversificação industrial esteve longe de se concluir e, portanto, de atender completamente as necessidades do parque industrial de Juiz de Fora*. Como outros centros de produção industrial, o suprimento de máquinas e insumos para a indústria dependia fundamentalmente de importações, principalmente no que se refere àqueles de aprimoramento tecnológico mais avançado. E também sob este aspecto, Juiz de Fora sofria o agravante de estar inserida no interior de um estado sem conexão direta com o mercado internacional, o que fazia com que dependesse de casas comerciais de importação ou de indústrias melhor aparelhadas e situadas em centros urbano-industriais destituídos desta restrição para o acesso a insumos e bens de capital mais aperfeiçoados, um outro componente que tem sido sublinhado para explicar o declínio industrial do município a partir dos anos 1930.

Esta visão, que tem sido destacada por autores que lidaram com o tema²³², pode ser relativizada, por um lado, pelo fato de que informações sobre aquisição de bens de capital sendo realizados *“diretamente com o exterior”* abundarem na imprensa local; por outro, pela própria presença do setor de máquinas e insumos industriais (que foi subestimado por esta historiografia) ou, ainda, pelo fato de que, em última instância, a dependência tecnológica do exterior também se estendia para os principais núcleos industriais do país. Mas, em seu sentido geral, nos parece válida, dada a posição periférica do município, que, aos poucos, vem se colocando como um dos maiores vetores determinantes de seu comportamento na linha de tempo conhecida como “longa

²³¹ COSTA, F.N. **Bancos em Minas Gerais (1889-1964)**. Op. cit. p. 67

²³² PAULA, M.C. (1976). **As Vicissitudes da Industrialização Periférica**. Op. cit.

duração”. Neste caso, as forças sociais, econômicas e políticas responsáveis pela “transição para um sistema de produção dominado pelo capital industrial”, como ressalta o autor citado acima, simplesmente transcendiam o espaço regional, como bem demonstra a posterior evolução econômica do estado de Minas e do país. Os componentes básicos que haviam dado vida à provinciana mas dinâmica “Manchester Mineira” tinham se esgotado. Juiz de Fora estava condenada a ser, a partir de então, como já disse um poeta, um pedaço de terra “cercada de pianos por todos os lados”.

3.3. Diversificação Agrícola e Estrutura Comercial

Já tivemos oportunidade de verificar a importância da formação de uma *rede hierarquizada de cidades*, senão no conjunto da zona da Mata pelo menos na área de influência próxima de Juiz de Fora, como um resultado natural do aperfeiçoamento e desenvolvimento de um sistema viário na região²³³. A integração de mercados, que se isolados constituiriam apenas espaços restritos para a efetivação do conjunto do processo de diversificação aqui considerado, se tornou um importante mecanismo de criação e formação de economias de escala que não só permitiram como *propiciaram* a concretização do referido processo no universo urbano de Juiz de Fora.

Por outro lado, também já observamos em páginas anteriores que a posição privilegiada do município ocorreu no contexto de uma economia de natureza essencialmente *exportadora*, mas basicamente limitada em sua inserção geográfica e político-administrativa a um espaço *interiorano*, o que lhe configurou uma contradição básica, concretizada pela *separação entre a estrutura de produção de exportação e aquela de sua comercialização externa*. Esta situação resultará em uma assimetria de fluxos de recursos que em grande parte se constituirá em um dos principais componentes de sua caracterização periférica frente ao conjunto das estruturas agrárias de exportação que vinham se desenvolvendo no país no período deste trabalho.

Ora, esta assimetria de fluxos de recursos terá no comércio, como também nas finanças, seu *modus operandi* mais importante e a estrutura comercial local, decorrente desta circulação de mercadorias entre espaços de produção e comercialização diferenciados, vai necessariamente refletir a condição que Juiz de Fora mantinha neste contexto. Assim, a articulação com o Rio de Janeiro como centro de importação e exportação, *ponto de contato em última instância da economia regional com o mercado externo*, era fundamental já que desta articulação resultava não só o acesso a insumos, máquinas e equipamentos, como também a canalização da produção agrária local para o mercado externo, dois dos componentes fundamentais do movimento de reprodução da estrutura agroexportadora regional. Sob este ponto de vista devem ser ressaltadas as funções que o município vai assumir *como parte*

²³³ VALVERDE, O. (1958). "Estudo Regional da zona da Mata de Minas Gerais." In **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XX, n. 01, jan.-mar., p. 60 ss.

*integrante de um eventual “circuito mercantil”, já delineado, que tenha integrado os principais espaços urbanos da região centro-sul do país, predominantemente agroexportadora em sua natureza, ou, mais do que isso, reforça mesmo a própria idéia da existência deste circuito*²³⁴.

Desta maneira, tendo em vista as articulações que o próprio município tinha no universo da economia regional, Juiz de Fora vai se colocar gradualmente como ponto de referência e intermediação entre esta mesma economia e o espaço final de convergência com o mercado externo representado pela cidade do Rio de Janeiro. A forma como se deu o desenvolvimento do sistema viário na região, já verificado, com a conseqüente posição privilegiada do município frente ao principal centro comercial externo do país, foi crucial, como sabemos, para a colocação de Juiz de Fora nesta condição. Além disto, e *sob este ponto de vista, deve ser ressaltado o eventual papel que a cidade, ela própria, que também era um grande centro industrial, assumiu como pólo urbano e entreposto mais importante de um circuito mercantil relativamente amplo e complexo*, não apenas no universo econômico regional da Mata, mas também articulando potencialmente alguns dos principais mercados de Minas.

Giroletti, ao avaliar o impacto do desenvolvimento do sistema de transportes em Juiz de Fora, através do surgimento da União e Indústria e das várias estradas de ferro que passam a entrecortar a região a partir do final do século XIX, afirma claramente

“A maior parte dos produtos importados ou exportados por Minas (Centro, Oeste, partes do Sul e da zona da Mata) tinha que, obrigatoriamente, passar por Juiz de Fora, por uma razão muito simples: utilização de um sistema rápido e eficiente de transporte. Isto permitiu o desenvolvimento do comércio de exportação e importação, de atacado e varejo. Para o produtor e consumidor, tornava-se mais barato e mais cômodo venderem sua produção em Juiz de Fora e ali mesmo se

²³⁴ “(...) A partir de 1830, já era indubitável o predomínio da lavoura do café ao longo do vale do Paraíba. (...) Esta atividade favoreceu a produção de gêneros de abastecimento e a integração do mercado interno. A organização da produção e comercialização dos gêneros de primeira necessidade na zona interior do Sudeste ao lado da ocupação e concentração de terras nas faixas em que emergia a economia cafeeira originaram um fluxo regular de mercadorias, integrando um conjunto de transformações capazes de subsidiar as bases estruturais de um circuito monetário integrado. (...)”. LEVY, M.B. (1994). **A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas**. Ed. UFRJ, Rio de Janeiro, p. 38 HABER, S. (1996). **The Efficiency Consequences of Institutional Change: financial market regulation and industrial productivity growth in Brazil, 1866-1934**. National Bureau of Economic Research (NBER), Historical Paper n. 94, Chicago.

abastecerem dos produtos de que precisassem sem necessariamente recorrer ao Rio de Janeiro. (...).”²³⁵

É importante esclarecer que em ambas as posições, ou seja, como ponto de articulação do fluxo comercial externo que vinha prover o espaço regional e como centro distribuidor e também fornecedor para a região e outros mercados do estado, a cidade mantinha plenas condições de reter e acumular capitais decorrentes destes fluxos mercantis, questão que, como veremos, será crucial para o próprio processo de industrialização da cidade.

A percepção destas características é importante na medida em que as análises historiográficas que se dedicaram direta ou indiretamente ao estudo do setor comercial como parte integrante das economias agroexportadoras²³⁶, em geral *dotadas de uma estrutura de comercialização externa no interior de seus espaços próprios*, têm dado ênfase aos agentes e unidades comerciais que se desenvolveram em torno deste circuito específico de comercialização, predominando assim, com algumas exceções²³⁷, uma visão até certo ponto *restrita* a estes casos.

Dessa forma (e apenas para tomar alguns exemplos ilustrativos), na evolução dos componentes tipificadores desta estrutura de comercialização são ressaltados aspectos como a presença dos comissários de café nas regiões interioranas, com a sua conseqüente incorporação como áreas “satélites”; a presença de casas de importação e exportação, com maior ou menor predomínio de agentes estrangeiros; ou, quando da crise que reverterá em definitivo esta mesma estrutura de circulação, o embate entre os seus principais intermediadores, o declínio do comissariado e/ou suas transformações como agente econômico, o avanço das casas de exportação cafeeira para o interior etc. Em outras palavras, têm predominado nestas visões o

²³⁵ GIROLETTI, D. (1980). **A Industrialização de Juiz de Fora**. Op. cit. p. 159

²³⁶ Ver STEIN, S. (1969). **Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba**. Brasiliense, São Paulo. MONTEIRO, A. M. (1985). **Empreendedores e Investidores na Indústria Têxtil no Rio de Janeiro: 1878-1895**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói. SWEIGART, J. (1980). **Financing and Marketing Brazilian Export Agriculture: the coffee factors of Rio e Janeiro, 1850-1888**. PhD. Thesis, University of Texas. FRANCO, M.S. (1983). **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 3 ed., Kairós, São Paulo. GREENHILL, R. (1977). “*The Brazilian Coffee Trade*.” In. PLATT, D.C. **Business Imperialism, 1840-1930**. Oxford University Press.

²³⁷ CASTRO, H.M. (1987). **Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. Brasiliense, São Paulo. MARCONDES, R.L. (1998). **A Arte de Acumular na Economia Cafeeira**. Ed. Stiliano, Lorena. Paulo. STEIN, S. (1969). Op. cit.

ponto de vista dos centros de comercialização externa e, por conseqüência, uma certa “passividade” das regiões que lhe seriam meramente “subsidiárias”.

Ora, no caso de Juiz de Fora, dadas as características delimitadas acima, abre-se uma *oportunidade relativamente singular* de verificação da forma de organização e evolução de um circuito de comercialização articulado a um pólo urbano de uma economia agroexportadora interiorana, situação que fatalmente lhe configurou, como já observamos, algumas particularidades frente aos casos estudados e que procuraremos destacar nesse momento da análise. Como parte integrante ativa dos “circuitos” delimitados acima, aspectos importantes vinculados à estrutura de circulação desta economia, tais como a possibilidade de surgimento de casas comerciais que negociavam diretamente com o “produto principal”; a forma concreta com que comissários e exportadores atuavam junto à estrutura de produção local; o surgimento eventual no município de agentes que intermediavam a comercialização desta produção com aqueles diretamente identificados com os núcleos de exportação; o desenvolvimento e as funções desempenhadas por um pólo comercial regional, vinculado à comercialização do café e de outros produtos agrícolas “secundários”, bem como a criação de redes comerciais em torno dele; ou a reação do conjunto desta economia quando das transformações estruturais configuradas em torno da já referida “crise dos comissários”; entre outros, colocariam questões que do nosso ponto de vista só podem ser devidamente analisadas a partir de uma *visão que tenha como ponto de partida o universo próprio desta economia*.

Não é difícil demonstrar o papel e as funções que Juiz de Fora desempenhou como *entreposto comercial na região*, posição esta já suficientemente reconhecida e analisada pela historiografia²³⁸. Assim, talvez não surpreenda àqueles observadores mais habituados com a história da cidade e região a dinâmica e crescimento do setor comercial do município. Vinculado como parte integrante ao movimento de reprodução da economia exportadora que caracterizou a cidade e região durante todo o período deste trabalho, voltado não só à mercantilização do produto principal, mas também à subsistência de uma população urbana em contínuo crescimento, Juiz de Fora viu crescer o número de seus estabelecimentos comerciais na mesma proporção de seu crescimento econômico, além de obviamente articulado a ele em sua essência e fundamentos.

²³⁸ MIRANDA, S. (1990) **Cidade, Capital e Poder**. Op. cit. GIROLETTI, D. (1980). **A Industrialização de Juiz de Fora**; VALVERDE, O. Op. cit. PIRES, A. **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1929)**. Op. cit.; GIROLETTI D. (1987). **A Modernização Capitalista em Minas Gerais**. Op. cit.

Tabela 26
Crescimento dos Estabelecimentos Comerciais de Juiz de Fora
1870/1925

(períodos selecionados)

Ano	Nº de Estabelecimentos	Índice
1870	153	100
1905	692	452
1925	716	467

Fonte: PIRES, A. *Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora*. Op. cit. p. 115, Tabela 33.

Os números demonstrados na tabela acima revelam por si mesmos qual foi o ritmo e o potencial associado ao crescimento comercial do município. Apesar de conter dados para os estabelecimentos comerciais *como um todo*, ou seja, incluindo o comércio *varejista e atacadista*, não deixa de ser expressivo o fato de que, por exemplo, entre 1870 e 1925 o número destes estabelecimentos tenha subido em torno de 300% (5,45% ao ano), o que representa uma *média anual de 9,56 estabelecimentos criados por ano*. Além disto, já foi visto que o setor, isoladamente, ocupava quase 9% dos trabalhadores assalariados no município em torno de 1920, representando 2.935 trabalhadores num universo total de 33.735 ou cerca de 35% daqueles radicados no setor industrial (8.353).

Mas outros dados fornecidos pela historiografia podem nos mostrar, além do relativo vigor deste setor da economia regional, a diferenciação de seu núcleo urbano de referência frente a outras importantes cidades que se desenvolveram na Mata. Assim, ainda no ano de 1905, quando o município registrava 692 estabelecimentos, *o movimento comercial da cidade atingia a cifra de 10.520 contos anuais*, um valor significativo quando se percebe que Leopoldina e Cataguases, dois dos principais municípios cafeeiros da região e do estado, movimentavam, também anualmente, as cifras de 3.360 e 2.894 contos, mantendo cada um 115 e 136 estabelecimentos comerciais respectivamente²³⁹. Mais que isso, *este montante corresponde a mais do que o conjunto do Estado arrecadava com os impostos de exportação também no ano de 1905 (7.587:440\$)*²⁴⁰.

²³⁹ Ver ALVES, M.R. (1988). *Mata Mineira: Passado e Presente – Dois Casos de Análise Econômica*. Cia. Força e Luz Cataguases-Leopoldina. p. 45; JACOB, R. *Minas Gerais no XXº Século*. Op. cit. p. 432

²⁴⁰ MINAS GERAIS. (1929) *Carteira Estatística de Minas Gerais*. Secretaria de Agricultura, Imprensa Oficial, Belo Horizonte.

Esta posição relativa do município aparentemente se manteve até o período final de nosso trabalho. A partir de dados mais abrangentes, mas restritos ao número de estabelecimentos comerciais (tabela 27), percebemos que, entre os municípios mais importantes da zona da Mata, Juiz de Fora ainda é, inquestionavelmente, aquele de maior importância comercial. Também é digno de nota que, como no caso anterior, constam na relação importantes municípios agrícolas e núcleos urbanos, chegando alguns, mesmo, a desempenhar a função de pólos de referência ao menos para as suas regiões de influência imediata, como parece ser o caso, por exemplo, de Cataguases²⁴¹, que, além de sua importância comercial, chegou a ser um importante centro industrial; ou ainda, Carangola²⁴², que vinha despontando no período como um dos primeiros produtores de café de Minas Gerais.

Tabela 27
Número de Estabelecimentos Comerciais para alguns Municípios da zona da Mata e Belo Horizonte - 1925

Municípios	Número de Estabelecimentos
1. Além Paraíba	207
2. Belo Horizonte	794
3. Carangola	500
4. Cataguases	330
5. Juiz de Fora	716
6. Leopoldina	231
7. Manhuassú	417
8. Mar de Espanha	146
9. Muriaé	338
10. Pomba	131
11. Ubá	305

Fonte: Silveira, V. (1926). **Minas Gerais em 1925**. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, pp. 1347-1349

Além disto deve ser notado que, na amostra, Juiz de Fora possui um número de estabelecimentos comerciais que só fica abaixo da capital, Belo Horizonte, neste período assumindo gradualmente suas funções de centro econômico efetivo do conjunto do estado de Minas Gerais.

Contudo, não basta para o nosso exame a verificação da condição de Juiz de Fora como núcleo urbano e *entrepoto comercial* meramente a partir do número de estabelecimentos

²⁴¹ ALVES, M.R. (1988) **Mata Mineira: Passado e Presente**. Op. cit.

²⁴² MERCADANTE, P. (1990). **Crônica de Uma Cidade Cafeeira – Carangola: o vale e o Rio**. Editora Itatiaia, Belo Horizonte.

comerciais. Tal condição traz em si mesma, por definição, “...a localização em eixos de redes comerciais, onde os bens são processados ou armazenados.”²⁴³; ou ainda “...um centro comercial onde bens são temporariamente reunidos, armazenados e enviados por terra, mar ou ar para serem vendidos em outros mercados.”²⁴⁴

Assim, se considerarmos os centros comerciais *atacadistas* do estado, um critério muito mais seguro para as questões que estamos considerando aqui, podemos também fazer algumas inferências importantes. O mesmo autor de cuja obra montamos a tabela acima assim se refere ao comércio atacadista de Juiz de Fora:

*“O comércio atacadista do Rio de Janeiro e de São Paulo, o primeiro com muito maior raio de ação e influência que o segundo, servindo de preferência às praças que lhes ficam mais próximas nas do Sul e do Triângulo e o comércio em grosso dos principais mercados mineiros, entre os quais Juiz de Fora, pelo seu desenvolvimento industrial e situação, tem posição destacada não só em relação à zona da Mata como a outros a que estende suas relações. (...)”*²⁴⁵

Ou ainda as observações de um brasileiro, em um capítulo de seu livro talvez excessivamente pessimista sobre a evolução do comércio em Minas e sua posição dependente em relação ao comércio do Rio, que afirma:

*“(...) O comércio atacadista se concentrava em Uberaba, Juiz de Fora e (após 1910) em Belo Horizonte. Os bens importados através do Rio e Santos eram distribuídos dessas cidades aos comerciantes das muitas pequenas cidades que formavam o fragmentado mercado de Minas. Mesmo o crescimento do comércio interno de produtos industriais nacionais após 1930 reforçou esses modelos tradicionais de mercado. (...)”*²⁴⁶

²⁴³ ODDEL, (1992). **Capital Mobilization and Regional Financial Markets**. Garland Publishing, New York and London. p. 31

²⁴⁴ ADAM, J.H. (1989). **Dictionary of Business English**. Longman/York Press, Essex, p. 203

²⁴⁵ SILVEIRA, V. (1926) **Minas Gerais em 1925**. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. p. 1343

²⁴⁶ WIRTH, J. (1982). **O Fiel da Balança: Minas Gerais na confederação brasileira – 1889/1937**. Paz e Terra, São Paulo, p. 99.

Também entre os contemporâneos podemos identificar alusões à posição de entreposto que o município mantinha na região. De acordo com um articulista de um jornal local, Juiz de Fora é, ainda em 1908, “... *geograficamente um centro para o qual tende todo o movimento comercial dos não menos ricos municípios de Mar de Espanha, Rio Novo, São João Nepomuceno, Rio Preto e outros. (...)*”²⁴⁷. Juiz de Fora teve uma função de centro comercial e pólo atacadista, redistribuidor de produtos para toda uma região que convém a uma análise como a nossa esclarecer não só pelo que essa situação representa em si mesma, mas também e principalmente porque integrava um setor extremamente importante da dinâmica da economia local, representativo das relações econômicas que a cidade e região mantinham com outros espaços de organização econômica, tanto em Minas quanto com o Rio de Janeiro e que vai refletir, necessariamente, muitas características importantes do complexo exportador que temos em mente nesta análise.

Mas é a verificação das casas atacadistas que marcaram a estrutura comercial da cidade, bem como o esclarecimento dos ramos de sua atuação, suas dimensões enquanto unidades econômicas, o âmbito de mercado que atuaram, a caracterização dos agentes que com elas se identificavam, entre outros, que vão nos trazer informações mais precisas sobre a importância do pólo comercial de Juiz de Fora. Para isso reunimos as distintas referências sobre o *comércio em grosso do município*, dispersas entre anúncios de jornais, inventários e falências, cabeçalhos de notas e contas de firmas comerciais presentes na documentação, dados diversos em fontes publicadas, além de informações fornecidas pela própria historiografia que fornecerão as bases para o avanço da análise que propomos neste momento.

Dado o número destas casas comerciais e o volume de informações a elas associadas, deixamos propositalmente de fora de nossa amostra todo o universo daquelas unidades que se caracterizavam por lidar com o *comércio varejista*, principalmente quando vinculadas aos setores de fazendas e armarinho, secos e molhados, bebidas, calçados etc., que, no mais, nossos limites de tempo e espaço nos impediriam de aprofundar. Alguns casos, no entanto, foram incluídos na amostra, quando junto de sua denominação apareciam funções que eventualmente se articulavam com a economia exportadora, (ferragens, formicidas, sacos de aniagem, entre outros), ou firmas com denominações ou sócios que posteriormente vão aparecer, expressamente, associados às casas atacadistas.

²⁴⁷ JC 03/09/1908

Além disto, consideramos as casas comerciais como atacadistas na medida em que se *autodenominavam como tal* na documentação, bem como aqueles casos em que afirmavam possuir *armazéns e depósitos*, o que, para nós, as colocariam na mesma condição. Por outro lado, não consideramos, neste momento, aquelas unidades comerciais que se declaravam *unicamente como comerciantes de café*, permitindo sua classificação como um setor *especializado no ramo*. Como parte integrante por excelência dos fluxos de comercialização externa da região, emblemáticas das articulações que o município manteve com o circuito comercial que envolveu a região centro-sul e permeadas por várias contingências responsáveis pelas assimetrias de recursos que as caracterizavam, as exportações de café, bem como a estrutura comercial que surgira em função de seu escoamento, merecem uma análise específica que deixaremos para uma oportunidade posterior neste mesmo capítulo.

Também não consideramos, de início, as casas *de representação comercial ou filiais de firmas de origem "externa"*, bem como *casas importadoras* e outras também representativas da posição nuclear do município, que serão objeto de análise própria específica também ainda nesse capítulo. No caso do comércio de café e casas importadoras incluímos na amostra somente aquelas firmas visivelmente associadas a outros ramos de comércio mas que também lidavam com o café e/ou importações, o que não é nada incomum, mas que preferimos diferenciar para facilitar nosso exame. Já os anos e períodos discriminados não devem ser confundidos com os aqueles de inauguração e falências das firmas, mas sim os anos em que obtivemos informações sobre elas em nossa documentação.

Os dados assim classificados foram reunidos na tabela 28, que assumiu dimensões bastante significativas para que o leitor tenha uma idéia da variedade, número, diversidade e complexidade que estas firmas representaram no contexto histórico da cidade. *Deve ficar claro que estamos longe de pretender ter agrupado todas as casas comerciais que se desenvolveram no município*, estando a amostra restrita ao universo das fontes que dispúnhamos e algumas omissões não devem ser descartadas. Por outro lado, não estamos propondo uma *História do Comércio* da cidade, tema que em si mesmo, pela sua importância e riqueza, exigiria um trabalho específico de pesquisa. Para nós, aqui, basta apenas integrar a estrutura comercial de Juiz de Fora ao nosso corpo teórico-analítico e às questões que fazem parte de nosso universo de pesquisa que estão longe de elucidar todas as reflexões envolvidas com um tema que está a merecer um estudo à altura de sua importância.

A partir destes dados poderemos fazer algumas inferências não só relativas ao comércio e da importância do entreposto que cidade assumiu, como centro de redes comerciais, mas também sobre aspectos importantes relativos à industrialização do município, seu papel como centro financeiro etc.

Tabela 28
Firmas Atacadistas em Juiz de Fora - 1877-1925
(Períodos Seleccionados)

Ano	Firma – Denominação	Observações
1877 1877-1883	<i>João Ulrico Schiess</i> <i>Brandi e Primo</i> <i>Brandi e Cia.</i>	Construtor de Máquinas Agrícolas e Venda das mesmas; comércio de importação e exportação das mesmas Estabelecido com armazém de secos, molhados e gêneros do país, com Importação direta de vinhos da Itália, comissões e consignações;
1877-1900	<i>Pinheiro Machado e Cia.</i>	Sociedade constituída para explorar o comércio de comissões e consignações em geral - Representantes da firma Pullen, Schmidt e Cia. Comissários de Café , borracha e outros gêneros; importadores de fazendas e calçados; <i>Depósito</i> de materiais de construção
1879-1891	<i>Correa e Cia.</i>	Armazém e comércio de móveis e colchoaria; fábrica de móveis
1878	<i>Christiano Schubert</i>	Construtor de máquinas e engenhos; Importa qualquer máquina para a lavoura e indústria
1878	<i>Freitas e Motta</i>	<i>Depósito</i> e comércio de charutos e cigarros
1881	<i>Casa de Confiança Depósito Normal</i>	<i>Depósito</i> e comércio de bebidas
1881-1913	<i>Baptista de Oliveira e Cia.</i> A Barateza	Fazendas e Armarinho; perfumarias; casa importadora; comissários e atacadistas; depositária dos calçados americanos Walkover; Seção de eletricidade, fazendas e armarinhos: Importação da Europa;
1882	<i>A. J. T. Tocantins</i>	<i>Depósito</i> e Comércio de Papéis Tintados
1882/1900	<i>Montreuil e Filho</i>	Armazém Geral; Casa de ferragens, venda de formicida;
1883-85	<i>A. J. Pereira Pontes Jr.</i>	Refinação de Açúcar
1884-1901 1886-88	<i>Augusto Lopes da Costa e Cia.</i> <i>Barbosa da Silva e Cia.</i>	Grande Armazém; Comércio e Armazém de secos e molhados – Atacado e varejo Armazém de molhados e de gêneros; Agentes de venda de querosene, azeite inexplorativo; comércio de roupas
1887-94	<i>Augusto Lopes da Motta</i>	Armazém de molhados e mantimentos, atacado e varejo
1887	<i>Martins, Castro e Cia.</i>	Refinação de Açúcar
1888	<i>Antônio Torres</i>	Armazém e comércio de batatas
1889	<i>Martins Castro e Cia</i>	Refinação de Açúcar
1890	<i>Bernardo e Menezes</i>	Secos e molhados, Atacado e varejo
1890	<i>J.J. Almeida Júnior</i>	Café e estabelecimento de ferragens e <i>Depósito</i> de gêneros para a lavoura e comissão de gêneros do país, madeiras, fumo; Importação de maquinismos, motores e aparelhos para café e cana
1889-1899	<i>A. Cardoso e Cia.</i>	<i>Casa da América</i> – Armazém e Importação de Ferragens
1891	<i>Francisco Nery Ribeiro</i>	Armarinho – Atacado e Varejo
1891	<i>Halfeld e Westphal</i>	Importação direta de maquinismos para lavoura e indústrias de cerveja, tecidos, papel etc.
1891	<i>Rei dos Alimentos</i>	Comércio atacadista e varejista
1892	<i>Alberto Alves e Cia.</i>	Atacado
1892	<i>Antônio Medina e Filhos</i>	Refinação de Açúcar e fábrica de café torrado
1892	<i>Domingos Antônio do Cruzeiro</i>	Armazém, mantimentos e louças – atacado e varejo

Ano	Firma – Denominação	Observações
1892	<i>Mariani, Ramos e Cia.</i>	Comércio de sacos para café
1892	<i>Sinval e Cia.</i>	<i>Depósito</i> de sacos da firma Ferraz, Serafime Cia. - Café e mais gêneros
1892-94	<i>Victorino e Coimbra</i>	<i>Depósito</i> de sacos da firma Castanheira e Vargas - Café e mais gêneros, na estação de Retiro
1893-94	<i>Fonseca e Lopes</i>	<i>Depósito</i> de farinha de trigo
1896	<i>Faustino, Moreira e Lima</i>	Comércio e <i>Depósito</i> de material hidráulico e sanitário
1896	<i>Ítalo Cavazza</i>	<i>Depósito</i> e comércio de vinhos; Importação direta e material para toilette
1896	<i>Sapataria Moderna</i>	Fábrica de calçado e <i>Depósito</i> de Biagio Betti e Cia.
1896-1911	<i>L. Barbosa e Cia.</i> <i>L. Barbosa</i>	Armazém de fazendas, modas, armarinho, novidades etc.; Importação direta de países europeus e comércio de artigos, chapéus etc.; Atacado e varejo
1897	<i>Francisco Antônio Brandi</i>	Estabelecido com armazém de secos, molhados e gêneros do país, com Importação direta de vinhos da Itália, comissões e consignações
1897	<i>Ribeiro e Filho</i>	<i>Agência Mercantil e Intermediária de negócios; comissões e consignações de café, gêneros do país; casa importadora; compra e venda de ouro, prata, brilhantes;</i>
1899	<i>Carvalho e Telles</i>	Armazém, atacado e varejo
1899	<i>Francisco Nataroberto</i>	<i>Depósito</i> para materiais de construção - Sucessor de Nataroberto e Filho
1899	<i>Ribeiro d'Almeida, Irmãos Marques e Cia.</i>	Comissários de gado em Santa Cruz
1899-1907	<i>Teixeira, Campos e Cia.</i>	Casa da América – Sucessores de A. Cardoso Cia. Armazéns de ferragens - Importação e Exportação-Atacado; Depositários da Fábrica de pregos São Nicolau; Importadores diretos de ferragens e latão para Café , feijão, fubá....
1899-1914	<i>Christovam de Andrade e Cia.</i>	Comércio de café , molhados e mantimentos; Refinaria de açúcar; Armazém, artigos em geral; Casa Comercial Geral e Torrefação de café; fundada em 1885
1901	<i>J.J. Pinheiro Machado</i>	Manteiga Especial – <i>Depósito</i> por atacado
1901	<i>Jacob Bechtloff e Irmão</i>	Grande <i>Depósito</i> de móveis - <i>Oficina de móveis</i>
1901	<i>Pantaleone, Arcuri e Spinelli</i>	Obras, construções, <i>Depósito</i> de materiais, carpintaria, marcenaria
1901-09	<i>Almeida, Sarmiento e Cia.</i>	Refinação de Açúcar , molhados e mantimentos por atacado; comissões; Casa Intermediária de Café; Fundada em 1902; há filial em Retiro
1901-16	<i>Bertoletti, Irmão e Cia.</i>	Fábrica de massas alimentícias, torração e moagem de café , fábrica de bebidas, <i>Depósito</i> de farinha de trigo e vinhos italianos; compra café , fumo, toucinho, feijão e milho;
1901-19	Almeida, Carvalho, Corrêa e Cia.	Refinação de Açúcar e comércio de gêneros e molhados; comissões e consignações; Atacado; Fundada em 1899; comércio de café – Fundada em 1899

Ano	Firma – Denominação	Observações
1903-07	<i>Eugenio de Montreuil Casa Montreuil</i>	Grande empório de louças Eugenio de Montreuil - Estabelecimento de louças e ferramentas; comércio de máquinas hidráulicas
1904-23	<i>João Teixeira Lopes</i>	Atacadista; Comissões e Consignações ; Armazém e Refinação de Açúcar , molhados e mantimentos por atacado; <i>Armazém Central – Mantimentos e Molhados por Atacado – Aguardente, Álcool e Açúcar</i>
1905	<i>J.F. Barreiros</i>	<i>Depósito</i> de calçados
1905-22	<i>Fraga e Costa</i>	Armazém de secos, molhados e gêneros; comissões e consignações; <i>Depósito de toucinho</i> -Atacadista, Comissões e Consignações
1906	<i>Christiano Gerheim</i>	<i>Grande Bazar de Benfica</i> - Armazém de molhados e mantimentos, comércio de fazendas, armarinho, moda, calçados, louças; Atacado
1906-11	<i>José Lobato - José Lobato e Calaes</i>	Negociante, <i>depósito</i> de toucinho e queijos ; importa vinho de Portugal; Atacadista, Comissões e Consignações; Molhados e Mantimentos
1906-13	<i>Thomaz Loureiro</i>	Comércio e <i>Depósito</i> de máquinas para indústria e lavoura, ferro e aço, tubos e materiais diversos; Casa de Ferragens; Máquinas para lavoura;
1906-24	<i>Antônio Passarela</i>	Molhados e Mantimentos; Comércio por atacado e varejo de fazendas, armarinho gêneros do país; <i>Depósito</i> de Querosene, Gasolina etc.
1907	<i>Antônio Correa da Silva</i>	Ferragens, Louças, armarinho – Atacado e varejo
1907	<i>Eugenio Teixeira Leite Jr.</i>	Fábrica de Manteiga Juiz de Fora - tem também seção de torrefação de café e <i>depósito de lenha serrada.</i>
1907	<i>Fábrica de Biscoitos</i>	Netto e Cia. – Atacado e varejo
1907	<i>Fábrica de Manteiga Juiz de Fora - Eugenio Teixeira Leite Jr.</i>	Movida a motor elétrico e a vapor. Anexa a fábrica, está montada uma completa oficina de folhas trabalhadas, feitas com precisão e sem emprego de solda; tem também seção e torrefação de café e depósito de lenha serrada.
1907-1911	<i>Campos, Bastos Cia.</i>	Casa da América - ferragens finas e grossas, louças, porcelanas, cristais, cristofles; Importação direta, <i>aceitando encomendas para Europa</i> ; Importação e exportação
1907-12	<i>Martins de Carvalho e Jorge Jr.</i>	Armazém de mantimentos e molhados por atacado; Refinação de Açúcar ; Atacadista; Comissões e Consignações;
1908-20	<i>Queiroz e Irmão</i>	Armazém de secos e molhados; <i>Depósito</i> de queijos e aguardente ; importador de vinhos estrangeiros e recebe consignação de gêneros; Armazém e comércio de fumo ;
1908-20	<i>Henrique Surerus e Irmão</i>	Fabrico e comércio de arreios, carroças e carrocinhas; mobília e sementes, carroças para estrada de ferro; vidros, ferragens, couros, tintas, cal, cimento, madeiras nacionais e estrangeiras ; <i>Fábrica de tecidos</i> de malha; <i>Depósito</i> de madeira para construção
1909-11	<i>Motta e Martins</i>	Armazém de mantimentos e molhados; Refinação de Açúcar ; <i>Incorporada ao grupo Cia.. Usinas Nacionais</i>
1909-1928	<i>Souzas, Antunes e Cia.</i>	Atacadista; Armazém de gêneros nacionais e estrangeiros; comissões e consignações; mantimentos, molhados, armarinho, roupas, perfumaria, calçados, chapéus, ferragens, louças, fazendas etc. Compra de Café
1910	<i>Antônio Passarella</i>	Comércio por atacado e varejo de fazendas, armarinho gêneros do país
1910	<i>Dias Cardoso e Cia.</i>	Papelaria, tipografia, comércio e ferragens, armarinho; consignação; atacado

Ano	Firma – Denominação	Observações
1910-11	<i>José Joaquim dos Santos</i>	Armazém de gêneros e molhados; Atacadista, Comissões e Consignações
1910-13	<i>Velloso, Cezar e Cia.</i>	Armazém de secos e molhados; comissões e consignações; Atacadista; Secos e Molhados por atacado
1910-34	<i>Fraga e Cia.</i>	Atacadista; Armazém de secos e molhados e gêneros do país; Importação de vinhos, comissões e consignações; café
1911	<i>Guilhermino Taveira</i>	Atacadista, Comissões e Consignações – café
1911	<i>José Joaquim dos Santos</i>	Atacadista, Comissões e Consignações
1911	<i>José Antônio e Irmão</i>	Molhados e Mantimentos – Atacadista; Fazendas e armarinho
1889-1911	<i>Manoel Faria de Oliveira Manoel Faria e Cia.</i>	Atacadista; fábrica de ferraduras ; Comissões e Consignações; 1889: Manoel Faria de Oliveira: comércio de gêneros do país, molhados, fumo, sal e ferro
1911-16	<i>Lucas José da Silva</i>	Molhados e Mantimentos - Aniagem e sacaria – vendas a dinheiro
1911	<i>Velloso, Cezar e Cia.</i>	Atacadista; Comissões e Consignações
1911-23	<i>Manoel da Cruz Barreto</i>	Molhados e Mantimentos; comércio em grosso de chapéus, rendas e mais artigos concernentes ao mesmo ramo de negócios
1911-25	<i>Rivelli e Cia.</i>	Mantimentos e Molhados por Atacado; Comissões e Consignações - Também possuía um curtume , na Três Pontes (Curtume Victória)
1913	<i>Cia. Mineira de Eletricidade</i>	Importação de material elétrico norte americano – aluguéis de aparelhos
1913	<i>Dias Cardoso e Cia.</i>	Importação direta – maquinismos á eletricidade , papelaria, fumos, tipografia, armarinho, livraria, tintas, ferragens e consignações
1913	<i>Marcaccini e Irmãos</i>	Grande <i>Depósito</i> de lenha e carvão
1913	<i>Renato, Laborão e Cia.</i>	Atacadista; Comissões, consignações e Refinação de Açúcar , balas, ferraduras, mantimentos e molhados
1913-28	<i>Antônio Pereira Maduro</i>	Mantimentos e molhados por atacado e varejo, Compra de café e outros

Ano	Firma – Denominação	Observações
1914	<i>José Augusto e Irmão</i>	Negociantes de secos, molhados, fazendas, armarinhos em geral, com armazém e filiais: Creosotagem e Maripá - fundada em 1912
1915-33	<i>Cia. Renato Dias S.A.</i>	Atacado de vários gêneros; Refinaria de açúcar ; <i>fabricação de ferraduras, balas, vassouras e outros.</i> Sociedade Anônima em 1915; filiais em Belo Horizonte e....
1915-17	<i>Casa Nathan</i>	SP e JF - Máquinas para lavoura e indústria – Importação da Europa e EUA - Seção de Bombons
1917	<i>Caetano, Netto e Marques Marques e Netto</i>	Atacado de secos e molhados; Comissão e consignação; com usina de arroz e fubá , armazém de comestíveis e molhados; comércio de gêneros mineiros, compradores de arroz e fumo
1917	<i>Casa Tardio</i>	Materiais e utensílios para laticínios – <i>Depósito</i>
1917	<i>Lobato, Souza e Cia.</i>	Armazém de molhados e mantimentos por atacado e <i>Depósito</i> de aguardente e toucinho , comissões e consignações em JF
1917-24	<i>J. Bisaglia e Cia. J. Bisaglia e Irmão</i>	Secos e Molhados por Atacado - Comissão e consignação, <i>Depósito</i> de trigo, banha, sal, velas, querosene, sabão, charque e vinhos importados diretamente
1918	<i>Santos, Carvalho e Cia.</i>	Armazéns – atacado
1919	<i>Lenha São Geraldo</i>	<i>Depósito</i> e comércio
1920	<i>Lobato, Álvares e Cia.</i>	Comissários com armazém de e mantimentos, atacado, nacionais e estrangeiros; comissões e consignações

Ano	Firma – Denominação	Observações
1920	<i>Mascarenhas, Bourdot e Cia.</i>	Comissões, representações e conta própria - Casa Cruz Vermelha – Atacado de Fazendas
1920	<i>Refinaria Juiz de Fora S.A.</i>	Refinação de Açúcar e Fábrica de Alcool
1920-24	<i>Vidal, Araújo, Fazollo e Cia.</i>	Atacadista; Secos e Molhados, comércio de café - Casas <i>Carcacenas</i> ;
1921	<i>J. Dutra e Irmão</i>	Donos de engenho e despachantes de gêneros pela E.F.C.B – café
1921	<i>Leal e Esteves</i>	<i>Depósito de farinha</i>
1921	<i>Moreira e Junqueira</i>	Fábrica de café moído
1922	<i>Antônio Rodrigues Cruzeiro</i>	Negociantes de secos e molhados– atacado e varejo
1922	<i>Carneiro e Cia.</i>	Renato da Silva Carneiro – Casa Comercial – Atacadista – Mantimentos e café
1922	<i>José Sabe</i>	Fazendas, armarinho, roupas – Atacado e varejo
1922	<i>Manoel Gonçalves da Silva e Cia.</i>	Comerciante, com armazém de cereais nesta cidade- Há Fábrica de Ferraduras
1922	<i>Caetano Beghelli</i>	Atacadista de gêneros
1922-25	<i>Luiz Mangoni</i>	Armazém de Cereais – Secos e Molhados
1923	<i>Cruzeiro, Araújo e Cia.</i>	Atacado; fazendas armarinho etc.

Ano	Firma – Denominação	Observações
1924	<i>Chelini e Cia.</i>	Destilaria
1924	<i>Alvarenga e Cia</i>	Cereais por Atacado, Aguardente e Alcool
1924	<i>Gonçalves, Franco e Cia</i>	Cereais por atacado
1924	<i>J. Toledo e Cia.</i>	Armazém de Mantimentos e Molhados. Atacado. Exportação de Açúcar e Cereais
1924-25	<i>Ottillio Galhardo</i>	Café. Vendas a Varejo e Atacado – Depósito de lenha
1912-25	<i>A. Ferreira do Amaral</i>	Armazém de Secos e Molhado - há fábrica de curtume – Atacado - Fundada em 1912
1925	<i>Carvalho Jr. e Cia.</i>	Comércio em Grosso e Varejo de Cereais, Artigos Nacionais e Estrangeiros. Comissões, Consignações e Representações
1925	<i>Joaquim Calaes</i>	Comércio de Açúcar em Grosso – JF
1926	<i>Almeida, Marques e Cia.</i>	Casa Comercial Atacadista - gêneros
1926	<i>Cia. Dias Cardoso</i>	Sociedade Anônima Comercial e Bancária - filiais no RJ, BH, Uberaba. comércio em grosso e a varejo de artigos de papelaria e outros e das operações bancárias; Manufatura de fumo ; tipografia, comércio e ferragens, armarinho; consignação
1926	<i>Vidal, Araújo, Fazollo e Cia. Manoel Vidal Leite Ribeiro</i>	Vidal, Araújo, Fazollo e Cia. – Atacadista – <i>Juiz de Fora</i> ; Martins da Matta e Cia. – Hotel JF; Monteiro de Barros e Cia. – Comerciantes de café ; <i>Cortez, Irmão e Cia.</i> – <i>Ponte Nova</i> ; Vidal e Araújo – <i>Angustura</i> ; Domingues Cortes e Cia. <i>Cataguases</i> ; Barros e Cia. – <i>Mirahy</i> ; Domingues e Cia. – <i>Carangola</i>
1928	<i>Ângelo Granato e Irmão</i>	armazém de secos, molhados, ferragens, louças, e mais gêneros – por atacado; Armarinho, calçados etc. Máquinas para beneficiar café e arroz – Pequery
1928	<i>Depósito Vulcano</i>	<i>Depósito</i> de Lenha
1928	<i>Faria e Cia.</i>	Atacado
1930	<i>Antônio Pereira de Rezende</i>	Casa Comercial - Atacado – café
1933	<i>Gaspar Lino e Cia.</i>	Negociante de gêneros alimentícios; há filial e matriz - atacadista de alimentos

Fonte: Jornais – vários anos; Inventários – Arquivo Histórico da UFJF – vários anos; Processos de Falência – Id. – vários anos

O quadro apresentado acima não parece se diferenciar, a primeira vista, de outros centros comerciais, vinculados ou não a economias de natureza agroexportadora²⁴⁸: há uma nítida concentração do setor atacadista da cidade no ramo de *mantimentos, fazendas/armarinhos e ferragens*, que, se representam já uma tendência de especialização, o universo de mercadorias que comercializavam é extremamente variado, não sendo incomum a existência de firmas que se dedicavam a mais de um ramo ou setor. Por outro lado, a diferenciação entre atacado e varejo não é muito nítida, mantendo as casas envolvidas com o comércio de atacado seções destinadas ao varejo, traço comum na época. Também devemos lembrar que muitas *empresas industriais* mantinham suas próprias seções de depósito e/ou atacado, mas que não se consideravam, com algumas exceções, propriamente como firmas atacadistas, o que ampliaria significativamente o espectro de atividades relativas ao comércio local.

A ausência de uma rede de setores especializados é muito importante, como veremos, pelas próprias transformações que o comércio do café vinha sofrendo no período e as empresas mais relevantes do setor de *mantimentos* vinham lidando, aparentemente com uma frequência regular, com a comercialização do “produto principal”.

Dentro deste mesmo setor de mantimentos, deve ser ressaltada também a presença de *refinarias de açúcar*, um ramo que assumiu proporções bastante significativas em se tratando de uma economia que tinha na produção cafeeira a base de sua estrutura, mas que, como já observamos em várias oportunidades, vinha sofrendo um importante processo de diversificação agrícola. Como no setor de laticínios, *a expansão desta atividade deixara marcas importantes na estrutura econômica da cidade, não apenas no que refere à comercialização em si, mas também na esfera da industrialização, como parte integrante de atividades envolvidas com o processamento de alimentos e bebidas*. A julgar pela frequência com que várias delas se referem como “refinações” de açúcar, foram *tão ou mais importantes do que a comercialização do café*, apesar de boa parte delas também se dedicar à comercialização do produto principal. Daremos um pouco mais de atenção a este componente específico do comércio local num momento posterior.

²⁴⁸ MARCONDES, R. (1998). *A Arte de Acumular na Economia Cafeeira*. Op. cit. STEIN, S. (1969). *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. Op. cit. VIOTTI DA COSTA, E. (1982). *Da Senzala à Colônia*. 2 ed. Ed. Ciências Humanas, São Paulo. CASTRO, H.M. (1987). Op. cit. GREENHILL, R. (1977). “*The Brazilian Coffee Trade*.” In. PLATT, D.C. *Business Imperialism, 1840-1930*. Oxford University Press. Op. cit.

Iniciaremos esta análise por uma das funções mais importantes desempenhadas pelo município, pela possibilidade que manteve de *interferir nos fluxos da circulação externa*, não pelas exportações do café, que como vimos, para maior comodidade deste trabalho, deixaremos propositalmente para um momento posterior. Interessa no momento *a verificação da intervenção do circuito de comercialização externa do ponto de vista das importações*, componente estratégico para a economia e responsável pela mobilização de um fluxo bastante significativo de produtos e recursos que terão na região e no estado seu destino final de consumo (produtivo ou não).

Assim, ainda na verificação dos dados da tabela 28, podemos vislumbrar uma grande quantidade de empresas que, mesmo vinculadas a outras atividades, afirmam desempenhar a função de *importação*, algumas chegando mesmo a realizar a função de *importação direta*. É muito difícil avaliar com segurança o verdadeiro papel destas empresas na função de importação, principalmente no que se refere ao verdadeiro significado do termo “importação direta” e de informações coligidas, entre outras, em fontes como anúncios de jornais. No entanto, alguns informes presentes nestes mesmos anúncios podem esclarecer um pouco esta função. Se considerarmos, por exemplo, a seguinte informação de uma das mais importantes firmas comerciais da cidade, a *Baptista e Cia.*, também conhecida como casa “*A Barateza*”, fundada em 1882²⁴⁹ e que teve como um dos sócios o comerciante Baptista de Oliveira, poderemos esclarecer um pouco mais o tipo de comércio que era realizado.

“Havendo-nos de há muito estabelecido diretamente relações com os principais mercados da Europa e Estados Unidos, estamos, por isso, em condições de servir vantajosamente àqueles que desejarem fazer-nos quaisquer encomendas. Afim de facilitá-las temos em nossa casa, à disposição do público, grande quantidade de catálogos com preços de toda sorte de máquinas e instrumentos agrícolas, aparelhos de eletricidade, motores, locomotivas, vagões de toda espécie e materiais para caminhos de ferro, ventiladores, serraria, moinhos, maquinismos para tecelagem e fiação, instrumentos de cirurgia, aparelhos hidrográficos e sanitários, máquinas para produtos químicos e farmacêuticos, ditas para o fabrico de tabaco e papel, material de desinfecção, cofres

²⁴⁹ GC 25/02/1926. Neste mesmo informe, o jornal afirma que a empresa passara já por vários proprietários, estando na época sob a firma Mendes, Campos e Cia., tendo como sócios Onofre Mendes (comanditário), José Martins Mendes e Carlos de Campos Bastos, solidários (os dois últimos eram antigos funcionários da empresa)

para dinheiro, bombas de toda a sorte, pára-raios, prelos e maquinismos para impressão e encadernação, pianos e instrumentos de música, máquinas para fotografia e lavanderia a vapor, livros sobre direito, medicina, literatura, etc. Encontram-se também orçamentos para instalação completa de fábricas de laticínios, destilação, açúcar, gelo, cerâmica, iluminação elétrica, etc.

*Outrossim nos encarregamos de exportar café para qualquer país estrangeiro. Tudo mediante módica comissão...*²⁵⁰

Ou ainda informações que dispomos sobre a “*Casa da América*”, estabelecimento de ferragens que aparece freqüentemente nos anúncios de jornais, muitas vezes tida como “*...não só a primeira casa, o mais importante estabelecimento comercial, no gênero, no Estado de Minas...*”²⁵¹, o que aparentemente não constituía propriamente nenhum exagero. Sua trajetória revela muito da história do comércio na cidade e o potencial de acumulação que ele gerou, mas também muito de *seus desdobramentos enquanto feição específica de capital*, já que essa firma constitui um dos vários exemplos que temos de *investimentos realizados no setor industrial com nítida origem no capital comercial* (no caso, a *Fábrica de pregos São Nicolau*). Assim,

“(...) Foi fundada, no século passado, em Paraíba do Sul, pelo sr. Antônio José da Costa Cardoso, com o ramo de ferragens em geral. Ainda no século passado foi instalada uma filial, onde hoje funciona a Farmácia Lessa, portanto, entre Getúlio Vargas e Batista de Oliveira. Com o desenvolvimento dos negócios, o sr. Cardoso separou-se da organização fluminense e ficou com a filial mineira. Associou-se com Francisco José de Almeida (...). O sr. Joaquim Augusto de Campos, casando-se com D. Alexandrina, filha do sr. Cardoso, foi admitido na firma exercendo as funções de guarda-livros. Passados anos, o sr. Cardoso montou a Fábrica de pregos São Nicolau, permanecendo como sócio comanditário na Casa da América, cuja gerência ficou a cargo de seu genro, sr. Campos, não só por este fato, como também em vista do outro sócio, sr. Almeida, ter-se retirado da firma, de regresso à pátria (...). O sr.

²⁵⁰ GC 25/02/1926

²⁵¹ GC 13/04/1924 para um histórico da firma; ver também LOPES, O. P. “*Comércio da Rua Halfeld*”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora**. IHGJF: Juiz de Fora, ano 7, nº 07, dezembro de 1973, pp. 123-4

Campos foi aos poucos indenizando seu sogro de seus haveres na firma, passando a ser o sócio principal. Por algum tempo teve como sócio o dr. Accácio Teixeira (firma Teixeira e Campos), que, com sua retirada, foi substituído na firma por Alfredo de Souza Bastos, procedente de Campo Belo. Firma Campos, Bastos e Cia. que permaneceu até o encerramento das atividades, embora neste longo lapso tenha falecido o sr. Campos, o sr. Bastos e tenham sido admitidos muitos outros sócios. (...) Durante anos foi o maior estabelecimento de louças e ferragens de todo o Estado de Minas. Importavam diretamente da Europa e foram distribuidores de diversos produtos, como as camas ‘Mormano’ e as lâmpadas ‘Edson’.”²⁵²

A constituição da sociedade Campos, Bastos e Cia. ocorreu em 1916 e a firma passou por outra reforma societária em 1923²⁵³; já a Fábrica de pregos São Nicolau foi *adquirida* (e não *montada*, como quer o autor do trabalho citado) ainda em 1896, pelo próprio sócio comanditário da empresa Antônio José da Costa Cardoso²⁵⁴, mantendo-se em funcionamento por muito tempo.

Outros relatos podem nos dar informações valiosas sobre o estabelecimento, tais como suas dimensões, área de atuação, mercados a que atendia, tipo de clientela, etc. Assim, se nos atermos aos informes do jornal aqui já citado percebemos que

*“(...) O desenvolvimento da Casa da América se foi acentuando de ano para ano, ampliando-se suas **relações comerciais com as principais praças do Brasil**, até transformá-la no grande estabelecimento que é hoje, graças ao esforço, trabalho, dedicação e perseverança de seus fundadores e sucessores destes.*

*O antigo prédio, em que se fundou, já não suportava o enorme ‘stock’ que a Casa da América era obrigada a manter para poder atender a sua numerosíssima **clientela não só da cidade e município, como de todo Estado de Minas e até de Estados vizinhos**. (...). Foi então que a firma adquiriu o prédio atual (...) este prédio é amplo e de vastíssima extensão (...). Uma linha de vagonetes conduz para o interior as mercadorias recebidas ou despachadas. Circunda o vastíssimo armazém uma varanda (espécie de camarote) em que se acumulam mercadorias, como na parte*

²⁵² LOPES, O. P. Op. cit, p. 123 (grifo nosso)

²⁵³ GC 13/04/1924

²⁵⁴ JC 01/01/1901

térrea do armazém. (...) Numerosíssimos empregados de balcão, dos escritórios, da seção de expedições e remessas, etc., movimentam-se desde as 7 horas da manhã às 7 da noite, atendendo solícitos a freguesia, quer ao freguês de balcão, quer ao comerciante, lavrador ou industrial de fora, de outras cidades, que aqui vêm abastecer-se. (...)

A Casa da América joga com um grande capital, sendo a mais lisonjeira possível sua situação financeira e invejável seu crédito no interior como no exterior, em todas as praças que mantém relações. De todos os pontos do Estado de Minas afluem fregueses que aqui se abastecem na Casa da América. Seu movimento de vendas, quer na seção de varejo, quer em grosso é enorme. Os créditos da Casa da América firmaram rapidamente graças à pontualidade em seus pagamentos, o que lhe valeu o invejável crédito que desfruta, a seriedade em suas transações e a qualidade dos produtos importados, que são adquiridos diretamente aos maiores e melhores fabricantes do mundo.’²⁵⁵

Também a empresa Henrique Surerus e Irmão, fundada em 1886²⁵⁶, indústria de ladrilhos, arreios e carroças, serraria a vapor etc., pode ser lembrada pela sua importância e dimensões. Apesar de visivelmente vinculada ao setor industrial, pois mantinha também um fábrica têxtil, inaugurada em 1917²⁵⁷, vai ter no setor comercial um importante ramo de suas atividades. Em 1917 é considerada como um

“...grande empório, com completo sortimento de materiais de construção, ferragens e tintas, maquinismos para a indústria de laticínios, solda a oxigênio, depósito de pinho...e madeiras nacionais, completo e variado sortimento de louças, cristais, porcelanas e artigos sanitários, sementes de capim, artigos de eletricidade e mobílias austríacas. Depositária das famosas bicicletas ‘Raleigh’ e agentes dos automóveis Renault e Berliet e dos pneumáticos Michelin.”²⁵⁸

²⁵⁵ GC 13/04/1924

²⁵⁶ OD 21/03/1917

²⁵⁷ OD 25/08/1917

²⁵⁸ OD 21/03/1917

Ou, ainda em 1919, quando temos referências da “Casa Surerus” em cabeçalhos de notas fiscais presentes em inventários, podemos confirmar a grande variedade de atividades em que se envolvia a empresa, no momento com destaque para aquelas comerciais, em que pese uma extrema dificuldade para avaliar com segurança uma diferenciação setorial no interior da mesma: *Serraria a vapor e eletricidade; Fábrica de arreios e carroças; Completo sortimento de vidros para vidraças, espelhos, molduras, ouro, prata, bronze; Couros, sola, camas de ferro, fogões, lâmpadas e mobílias austríacas; Ferragens para arreios de carros, chapas galvanizadas para telhado, cimento, vigas de ferro e aço; Tintas preparadas e esmalte, vernizes, óleos, alcatrão e lanternas para carros; Arame farpado, lonas, oleados e tapetes; Completo sortimento de louças, granitos, cristais, porcelanas, artigos sanitários etc.*²⁵⁹

Se associarmos a estes exemplos outros de empresas comerciais que, por seu porte, a natureza do setor com que lidavam, ou mesmo por se manifestarem como importadoras diretas poderemos ampliar bastante o quadro até agora descrito. Apenas no setor de ferragens, máquinas agrícolas, materiais e aparelhos elétricos, merecem destaque, por exemplo, João Ulrico Shiess, Pedro Schubert, Halfeld e Westphal, Cia. Mineira de Eletricidade, J.J. Almeida Jr., Cia. Mechânica Mineira, Cia. Dias Cardoso, entre outras. Se considerarmos os informes da Halfeld e Westphal, por exemplo, podemos verificar a seguinte afirmação

“Aos srs. Lavradores e Industriais

Tendo por longo tempo negociado com vários países da Europa, acham –se habilitados a importar diretamente não só da Europa como dos EUA, qualquer espécie de maquinismo para fundação de fábricas de cerveja, tecidos, destilação, de papel e etc.

Catálogos de preço para consulta. Importa também: cimento, cevada, lúpulo, molduras e qualquer material necessário para a lavoura.

O pedido será feito mediante razoável comissão, com o pagamento feito metade no pedido e metade na entrega.”²⁶⁰

Algumas outras grandes companhias comerciais e/ou industriais que se desenvolveram na cidade também poderiam estar se articulando de forma importante com a

²⁵⁹ Inventário – Id 2842 - 1919

²⁶⁰ PH 21/05/1891

atividade de importações; mais do que isso, a sua própria presença nos revela, ainda, a capacidade e amplitude de mercado que poderiam atingir e, como nos casos anteriores, nos esclarece bastante sobre a importância que Juiz de Fora estaria desenvolvendo como centro aglutinador e redistribuidor do fluxo de mercadorias que vinha alimentar o complexo regional.

Desta forma, firmas como a Cia. Renato Dias, Cia. Dias Cardoso, Pantaleone Arcuri, entre outras, por serem grandes conglomerados industriais e comerciais (se colocam entre as maiores firmas do município), estariam em condições de constituir *pela escala de sua movimentação comercial e financeira, importantes pontos de intervenção e retenção do fluxo de recursos e mercadorias estrangeiras* que vinham nutrir o crescimento econômico do complexo agroexportador regional, alocando estes recursos na cidade e região e disponibilizando-os, de uma forma ou de outra, para o próprio crescimento econômico local.

A Companhia Dias Cardoso seria, neste sentido, um exemplo emblemático. Além de se apresentar como importadora de material elétrico e atacadista de um sem número de produtos, foi também fabricante de fumo, artigos de papelaria, livros caixa, entre outros²⁶¹. Foi fornecedora “...de estradas de ferro, repartições públicas, estabelecimentos de ensino e do comércio em geral...”²⁶², além de manter um contrato de fornecimento com a administração dos correios. Em seu processo de *falência*, ocorrida em 1926 *com concordata*, no relatório dos síndicos, podemos observar os seguintes comentários sobre a Companhia:

“...Os síndicos da falência da Companhia Dias Cardoso vêm, em cumprimento de sua missão elevada e espinhosa, apresentar seu relatório (...) em uma causa que, pelo seu vulto e extensão, não comuns em nosso meio, empolgou os círculos mercantis do Estado, repercutindo muito além de nossas fronteiras. (...)

*(...) a oscilação cambial e a alta inesperada e rápida a seguir, trouxeram ainda mais a depressão dos produtos e sua desvalorização refletindo-se na própria **alma da instituição, onde os moldes importadores sempre se verificaram.** (...)*

Mas liquidações, falências e concordatas e todo o triste cortejo de acontecimentos, naturais nestes períodos aflitivos, foram outros tantos fatores a cooperar para a

²⁶¹ Quando da inauguração da filial de Belo Horizonte, em 1919, pode se ler o seguinte trecho de um informe publicado em um jornal local: “(...) A importante Companhia que vem de dotar o comércio da capital do estado com seu valioso concurso, mantém ali ‘stocks’ permanentes de todos os artigos dos ramos de negócio da casa Matriz, nesta cidade, como sejam de papelaria, livraria, tipografia, fazendas, ferragens, calçados, etc.” Ver DM 29/11/1919

²⁶² Falência – Cia. Dias Cardoso – Id. 5896 – 1926 f. 54

*quebra. Estes fenômenos se constatam em todos os grandes centros, vendo-se a queda fragorosa de organizações soberbas e de casas seculares. (...)*²⁶³

Mantinha filiais no Rio de Janeiro, Uberaba e Belo Horizonte, *articulando, assim, conjuntamente com sua matriz em Juiz de Fora, os principais centros atacadistas do estado.* Chegou a desenvolver uma importante casa bancária e se constituir como *representante na cidade e no estado de vários bancos estrangeiros* que tinham matrizes e filiais nos principais pólos financeiros do país. Em 1919, prestes a se organizar como sociedade anônima, era representante, *no estado de Minas*, dos seguintes bancos: Banco Nacional Ultramarino (Rio, São Paulo, Lisboa e Porto); The National City Bank of New York (Rio e São Paulo); Banco Aliança (Rio de Janeiro); Banque Française et Italienne pour L’Amérique du Sud (Rio e São Paulo); Banque Ítalo-Belgique (Rio); Banco Hollandez da América do Sul (Rio); American Foreign Banking Corporation (Rio); Banca Italiana di Sconto (São Paulo); Banco Alemão Transatlântico (Rio); Brasilanische Bank for Deutschland (São Paulo); Banco Pelotense (Rio)²⁶⁴. Como parte de suas atividades bancárias, os jornais anunciam continuamente que realizava “...cobranças, remessas de dinheiro e mensalidades fixas, nas principais praças do mundo. Adiantamentos de dinheiro, descontos, redescontos e câmbio.”²⁶⁵ Com esta rede de correspondentes bancários, visivelmente atrelada a bancos estrangeiros, as operações comerciais envolvidas com o comércio externo, no caso aquele vinculado às importações, ficariam bastante facilitadas para as empresas e firmas locais que muitas vezes vão realizar ali suas operações financeiras. Por outro lado, mantendo filiais nos principais pontos de concentração do comércio em grosso do estado, e deste com o Rio de Janeiro, *a sua própria atuação como Casa Comercial vai refletir o ponto de catalisação de recursos e mercadorias na cidade que temos enfatizado.*

Quando de sua organização em sociedade anônima, em 1919, seu capital *subscrito* era de 1.000 contos de réis (887:950\$ *realizados*), um valor significativo para os padrões locais, sendo que o capital *autorizado* era de 2.000 contos. Mantinha um ativo de 2.845:398\$834, dos quais 984:640:235 apenas em mercadorias na matriz e filiais e 753:576\$628 de devedores em geral²⁶⁶. Em 1922, três anos após a sua reestruturação como sociedade anônima, possuía quase

²⁶³ id. ib. f. 134-36

²⁶⁴ DM 20/09/1919

²⁶⁵ id. ib.

²⁶⁶ DM 05/02/1920

5.000 contos no ativo do balanço (4.972:306\$433) dos quais quase 2.000 contos em mercadorias e 1.560:992\$904 em débitos a receber *apenas na seção comercial*²⁶⁷, quantias estas que já haviam assumido a proporção de 10.250:731\$440, 5.200:000\$ e 4.155:000\$ em 1926²⁶⁸, uma elevação importante e extremamente significativa se considerarmos, por exemplo, entre os últimos números, que *o valor total do ativo da Companhia em 1926 correspondia, isoladamente, a cerca de 16% da renda total de exportação do Estado de Minas no mesmo ano (63.740:130\$008)*²⁶⁹.

O raio de atuação da empresa também constitui um importante componente das questões que estamos enfrentando aqui. *Se considerarmos os credores comerciais da Companhia como um exemplo dos mercados com os quais negociava*, encontramos uma verdadeira miríade de cidades localizadas em distintas regiões de Minas (Palmyra, Formiga, Tocantins, Lavras, São João Nepomuceno, Piraúba, Porto Novo, Montes Claros, Manhuassú, Araçá, Santa Bárbara, Lagoa Dourada, Alvinópolis, Rio Preto, Uberaba, Belo Horizonte, etc.), como também no estado Rio de Janeiro (Três Rios, Petrópolis, além, é claro, da própria cidade do Rio de Janeiro), São Paulo e até mesmo Porto Alegre²⁷⁰.

Além disto, constam na lista de credores importantes casas comerciais, entre as quais várias empresas *atacadistas e industriais* da cidade, onde podemos destacar, entre as empresas atacadistas, *Campos, Bastos e Cia., Vidal, Araújo, Fazollo e Cia., Cia. Industrial e Mercantil Renato Dias, J. Bisaglia e Irmão*, entre tantas; e, no caso das indústrias, *V. Cordialli, Construcci e Cia., Meurer e Irmãos, Surerus e Cia., Irmãos Surerus, Christiano Horn e Cia., Sociedade Anônima Lithográfica e Mechânica União Industrial, Cia. Fiação e Tecelagem Moraes Sarmiento, Cia. Pantaleone Arcuri, Jorge Miguel e Irmão* etc., elemento significativo porque demonstra que as próprias indústrias do município tinha nos canais de fluxos mercantis da Dias Cardoso um componente importante para atingir mercados alheios à cidade e região.

Mesmo grandes empresas exportadoras/importadoras e industriais do Rio (Edward Ashworth and C., Standard Oil Company of Brazil, Aliança Commercial de Anilinas, R. Petersen, Moinho Inglês, Bromberg e Cia., Hime e Cia., Wilson Sons e C., entre outras) e de São Paulo (Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, S.A. Casas Orion, Klabin, Irmãos e Cia., Cia.

²⁶⁷ DM 15/08/1922

²⁶⁸ Falência – Cia. Dias Cardoso – Id. 5896 – 1926 f. 06

²⁶⁹ MINAS GERAIS. **Carteira Estatística de Minas Gerais**. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1929, p. 69

²⁷⁰ Falência – Cia. Dias Cardoso – Id. 5896 – 1926 f. 24-27

Editora Nacional, Fábrica de Ferro Esmaltado Sílex, S.A Casas Reunidas Armbrust-Laport, Cia. Melhoramentos de São Paulo etc.) estão presentes e merecem destaque por acentuar a função das operações de importação e redistribuição que a Companhia vinha exercendo.

As informações analisadas até agora dispensam maiores comentários sobre as questões que estamos discutindo no momento aqui. A julgar por esta empresa e por aquelas que analisamos anteriormente, podemos adiantar o que pode ter sido um dos traços essenciais da estrutura comercial do setor atacadista em Juiz de Fora, *ao menos no que se refere às grandes empresas que se estruturaram na cidade*: suas dimensões chegaram a proporções bastante significativas, mesmo que este não tenha sido, necessariamente, um *padrão* para as empresas comerciais que caracterizaram o setor; seu raio de ação envolveu não só a própria região da zona da Mata como outras importantes praças do estado de Minas “...e até Estados vizinhos...”; sua clientela, extremamente diversa pelo fato de também atuar no varejo, se constituía, entre outros, por agentes nitidamente identificados com as distintas formas que assumiram a organização das estruturas produtivas e comerciais na região (“... *fazendeiros, comerciantes e industriais...*”); o montante de recursos envolvido em sua circulação, que não foi pequeno, teve na cidade um ponto de inflexão importante e representou um espaço bastante significativo de retenção e acumulação de capital.

A presença de importantes empresas importadoras e exportadoras localizadas nos principais centros urbanos e comerciais do país, bem como de grandes casas comerciais e indústrias locais, reforça a já mencionada função de Juiz de Fora como centro de confluência, redistribuição e também de *provisão* de mercadorias: em primeiro lugar, porque as conexões comerciais com as praças do Rio e de São Paulo permitiu o contato de importantes espaços e mercados do estado (associados não só à economia agroexportadora) ao imenso fluxo de mercadorias que caracterizavam o funcionamento deste circuito. Em segundo lugar, porque podemos perceber que *a cidade chegou a internalizar parte do fluxo de comercialização das “importações” adquiridas por Minas Gerais* (e acreditamos que outros centros de convergência comercial do estado se aproximariam bastante, neste sentido, com o caso aqui em questão).

Em outras palavras, em se tratando de *operações basicamente de natureza comercial*, uma parcela dos lucros da circulação das “importações” que envolvia o “fragmentado mercado de Minas” terá na cidade o seu ponto final de confluência de recursos, com todas as conseqüências que decorriam desta situação, o que já observamos, mas que permite que comecemos a delinear a

existência da forma específica do capital comercial, que desempenhou uma função essencial em todos os centros urbanos e pólos de referência de economias agroexportadoras. Sua presença na economia local e regional bem como a importância e envergadura que assumiu (que têm sido bastante *subestimadas por parte da historiografia referente ao nosso período*²⁷¹), para nós serão fundamentais não só para uma melhor compreensão e delineamento do complexo regional, mas principalmente pela função que vai assumir no interior da economia em seus desdobramentos mais importantes. Voltaremos a esta questão posteriormente.

De resto, se reunirmos as firmas que surgem *especificamente* com as funções de *representação comercial e/ou de importação* (Tabela 29) também poderíamos esclarecer melhor as funções que a cidade assumiu como centro e entreposto comercial da principal região produtora de café do estado de Minas Gerais. Pelos dados da tabela abaixo percebemos que a cidade, para além de suas próprias firmas comerciais, concentrou várias *firmas de representação e agências de empresas estrangeiras e nacionais* que tinham no comércio de importação suas operações mais significativas, o que também vem consolidar sua importância no interior da rede mercantil aqui em referência, apesar de também demonstrar os *limites impostos pela própria posição geográfica do município* para a retenção destes recursos.

²⁷¹ LIMA, J.H (1981). Op. cit.; COSTA, F.N. (1978). **Bancos em Minas Gerais.** Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, 2 vol.; DULCI, O. S. (1999). **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais.** UFMG, Belo Horizonte. WIRTH, J. **O Fiel da Balança.** Op. cit.; o mesmo não pode ser dito em relação a períodos anteriores em Minas, principalmente no que se refere ao século XVIII e o início século XIX, que têm sido objetos de inúmeros estudos que vêm destacando a presença de um vigoroso comércio de produtos agrícolas de mercado interno e a conseqüente importância da forma de capital a ele associado; ver, entre tantos: GRAÇA FILHO, A.A. (1998). **A Princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João Del Rei (1831-1888).** Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro.

Tabela 29
Firmas Importadoras e Representações Comerciais em Juiz de Fora
1878-1928

Ano	Representação em Juiz de Fora	Ramo/ Setor
1878	<i>Luiz Amâncio Alves</i>	Autorizado para a venda do Formicida Capanema
1881	<i>Francisco Elias Machado</i>	Berrini e Cia. também da firma Filgueira e Cia.; Formicidas
1900	<i>Pinheiro, Machado e Cia.</i>	Representantes da firma Pullen, Schmidt e Cia. <i>Comissários de café, borracha e outros gêneros; importadores de fazendas e calçados</i>
1883-90	<i>Charles Blanchard e Cia.</i>	C. Blanchard e Isid Haas: Representante em JF da Casa de Comissões, Importação e Exportação da Europa e Estados Unidos – RJ de Isid Haas; Comércio de fazendas, armarinho, roupas, chapéus, perfumaria, calçados, brinquedos e miudezas. Venda por atacado de vinhos.
1905	<i>Armazém de Couros</i>	Filial da Casa Guimarães Pinto e Cia.
1907	<i>Almeida, Carvalho, Corrêa e Cia.</i>	Depositários da cerveja Ypiranga
1911-13	<i>Broomberg e Cia.</i> <i>Broomberg, Hacker e Cia.</i>	Importadores de maquinários Máquinas para Indústria e Lavoura – RJ e JF
1913	<i>J.R. Ladeira e Cia.</i>	Fábrica de baldes, estamparia em relevo e artefatos diversos – importados da Alemanha e EUA - Marca Águia
1913	<i>Victor Uslander</i>	SP, BA, Porto Alegre, JF Engenheiros importadores de máquinas ; recebem da Europa artigos
1914-15	<i>Novaes e Mello</i>	Martins e Barros - fabricantes de máquinas agrícolas - SP Importação de polias e aço mole Máquina “Amaral” – Benefício de Café
1915	<i>Casa Nathan</i>	Máquinas para Lavoura e Indústria – Importação da Europa e EUA SP e JF
1915	<i>Cia. Comércio de Navegação</i>	JF - Importação de sal de Macau
1915	<i>Herm. Stoltz e C.</i>	Instalação completa de fábricas – RJ e JF
1915	<i>C.H. Clausen</i>	SKF – Rolamento de esferas - RJ e JF
1917	<i>Casa Pratt</i>	Comércio de máquinas de escrever
1922	<i>Damásio e Alvarenga</i>	Representantes dos srs. Martins Barra e Cia. Ltda., de São Paulo, de representação, comissão e consignação de máquinas para indústria e para lavoura
1925	<i>Senra, Monteiro e Cia.</i> <i>Casa do Rádio</i>	Instalações hidroelétricas; gozam de alto respeito no comércio do RJ; representam importantes casas daquela praça: elevadores nacionais Brasil; General Eletric; firma Byington e Cia.; Koutrup e Emoingt (fabricação de lustres e artefatos de metal finíssimos) <i>Especialistas em artigos de eletricidade, motores, dínamos, instaladores de pequenas usinas geradoras em fazendas</i>
1925	<i>Stadler e Cia.</i>	representante da Aliança Comercial de Anilinas Ltda. do RJ, por sua vez representante de uma série de fábricas químicas alemãs
1928	<i>Cia. Paulista de Material Elétrico</i>	Inauguração
1928	<i>Cia. de Calçados “Clark”</i>	Importadora - <i>Calçados e artigos de esporte</i>
1928	<i>Cia. Industrial e Importadora “Calçados Atlas”</i>	Importadora - <i>Calçados e chapéus</i>

1928	<i>Cia. Manufatora de Fumo “Veado”</i>	Importadora Fumo e cigarros em grosso
1928	<i>Cia. Singer</i>	Importadora - Máquinas de costura
1928	<i>Cia. Souza Cruz</i>	Importadora - Fumos e cigarros por atacado
1928	<i>General Eletric S.A.</i>	Importadora - <i>Artigos de eletricidade, fogões elétricos e aparelhos de uso doméstico</i>
1928	<i>Moinho Fluminense S.A.</i>	Importadora - Farinha de trigo em grosso
1928	<i>Motores Marelli S. A.</i>	Importadora - <i>Máquinas elétricas</i>
1928	<i>S.A. Casa Pratt</i>	Importadora - <i>Máquinas de escrever, de calcular, pianos</i>
O Comércio na Rua Halfeld	<i>Abílio Ferreira e Cia.</i>	<i>Eram representantes do sal “Macau” (Cia. Comércio e Navegação Conde Pereira Carneiro), dos fósforos marca “Olho” e “Pinheiro” (Cia. Fiat Lux), da farinha de trigo (Moinho Vera Cruz) e dos produtos da Cia. Importadora Mecânica e Importadora de São Paulo.</i>
O Comércio na Rua Halfeld	<i>Antônio Vicente Ferreira</i>	<i>Representante da Cia. de Cigarros e Fumo “Veado”, dos chocolates e demais produtos de Behring e Cia., das bebidas de A. Cardoso Gouveia e Cia. e sabão da indústria Castro Raguffe;</i>
O Comércio na Rua Halfeld	<i>Agência revendedora da Ford</i>	Primeira na cidade
O Comércio na Rua Halfeld	<i>Felício Ciuffo</i>	representante da Cia. Cervejaria Brahma Mais tarde, dono de um curtume

Fontes: Jornais – vários anos; LOPES, O. P. “Comércio da Rua Halfeld”. Op. cit.

Além disto, deve ser notada a presença de empresas envolvidas com o comércio de *bens de capital e insumos*. Não que os bens de consumo não estivessem presentes, o que é relativamente natural em se tratando de uma economia agroexportadora que vinha paulatinamente substituindo este tipo de produto pela própria produção local; nem muito menos retira a importância e as funções que a cidade desempenhou nos circuitos comerciais aqui em referência. Mas, no momento, é a presença da primeira linha de produtos que vem ressaltar a importância destas funções. Se considerarmos as casas filiais e de representações de empresas importadoras/exportadoras, estrangeiras ou não, temos uma clara tendência para esta linha de mercadorias; mais do que isso, estão nitidamente articuladas ao setor agrícola e cafeeiro, pela importação de máquinas para lavoura, além da própria indústria. Entre estas se destacam várias que, aparentemente, mantinham suas unidades apenas nos centros urbanos mais importantes e em Juiz de Fora, como Broomberg, Hacker e Cia, Herm Stoltz e C., C. H. Clausen, (que mantinham filiais no Rio e Juiz de Fora) e Casa Nathan, Damásio Alvarenga, Cia. Paulista de Materiais Elétricos (que tinham matrizes em São Paulo e filiais em Juiz de Fora).

Também é importante ressaltar, como veremos melhor posteriormente, que muitas delas estão presentes em diversas falências industriais que ocorreram no município, o que demonstra, pelo menos indiretamente, *a sua importância para o processo de acumulação de capital e de desenvolvimento industrial do município de Juiz de Fora* e entre as quais podemos destacar: Broomberg, Hacker e Cia., Victor Uslander, General Eletric, Motores Marelli, Stadler e Cia., etc., além das próprias empresas do município.

Alguns informes de jornais podem, ainda, revelar um pouco mais sobre as atividades destas firmas e sua importância para o processo de diversificação econômica local, como a que se segue, da “Casa Ercore Marelli” em 1923:

“A filial da ‘Casa Marelli’, nesta cidade, à rua Halfeld 604, acaba de expor em uma de suas vitrines um aperfeiçoadíssimo ‘Grupo Convertidor Marelli’, com motor corrente, alternada trifásica, de 220 volts, 60 ciclos, dínamo em derivação, 6 volts e 30 ampéres. Este grupo foi adquirido pelo hábil eletricitista sr. José Maria de Resende, para carga de baterias e trabalhos de galvanoplastia. De agora em diante os srs. proprietários de automóveis terão as baterias de seus carros carregadas com perfeição e garantia, dadas a competência do sr. José Maria e a perfeição do

*aparelho que acaba de adquirir. Juiz de Fora, com a enorme quantidade de automóveis que possui, não podia dispensar, por mais tempo, uma instalação dessa ordem, que tantas vantagens nos traz.*²⁷²

Mesmo firmas locais de representação estavam envolvidas com o fornecimento de máquinas para a lavoura e indústria. Se considerarmos, já em 1890, por exemplo, a firma de Charles Blanchard, empresa de representação de uma casa comissária e de exportação do Rio de Janeiro (de Isid Hass), encontramos a seguinte afirmação:

*“Recebe encomenda de qualquer gênero de maquinismo para indústria, lavoura, hidráulica, estradas de ferro, águas e esgotos, tipografias, destilações de cana e açúcar, tecelagens, locomoveis, eletricidade, guindastes, vagões, trilhos e ferragens em geral, porcelanas, mobílias, pianos, talheres de christofle, baixelas de prata, vidros e cristais para serviço de mesa, farmácias e drogarias, carros, plantas e animais de qualquer espécie, instrumentos de cirurgia, aeroterapia, elétricos, hidroterapia, música, lambrequins, mosaicos, cofres de ferro, perfumarias, linho para mesa e cama, santos, órgãos, vestimentas e artigos para igreja, lustres, livros, revistas, jornais, vinhos, comestíveis em geral, canos de barro, chumbo e ferro para águas e esgotos, etc., mediante módica comissão. (...) Exporta por conta do freguês, café, madeiras, couros e outros para o Havre.”*²⁷³

Ou as seguintes informações, de 1925, publicadas após a visita de um jornal local à Casa Rádio (Senra, Monteiro e Cia.):

“...visitamos a Casa Rádio, dos srs. Senra, Monteiro e Companhia, que apenas com dez meses de existência tem sabido manter-se em alto comércio. (...) As instalações hidro-elétricas de força e luz que já executou estão satisfazendo plenamente, funcionando com a regularidade exigida, como tivemos oportunidade de verificar

²⁷² DM 11/01/1923

²⁷³ OP 15/03/1890

*pelas últimas que fizeram para os srs. cel. Correa Netto, em Taboleiro do Pomba, e Domingo de Martini, em Mathias Barbosa. O alto conceito de que gozam os srs. Senra, Monteiro e Companhia no comércio do Rio de Janeiro é fácil de ser verificado pois representam importantes casas daquela praça; são, assim, os **representantes gerais para todo o estado de Minas**, dos acreditados elevadores nacionais Brasil, fabricados pela Sociedade Anônima Elevadores Brasil, do Rio de Janeiro e dos quais já instalaram quatro nesta cidade (...). São, ainda, os **distribuidores gerais, nesta cidade e em outras**, dos materiais da afamada General Eletric S.A., que como se sabe se impôs ao mundo inteiro pela eficiência das máquinas que fabrica. Confiando seus foros de firma acreditada, acabam de ser nomeados agentes exclusivos da importante firma da Capital da República Byington e Companhia (...). A Casa Rádio, homenageando seu próprio nome, mantém uma bem montada seção de radiotelefonia, com os possantes aparelhos da General Eletric S.A. Os interessados em câmbio, preços de café e outras cotações da bolsa encontrarão aí, diariamente, as mais recentes notícias irradiadas do Rio de Janeiro para o que a Casa Rádio põe à sua disposição seus receptores.”²⁷⁴*

Ora, é claro que do ponto de vista da retenção de recursos na cidade pela interferência nos circuitos comerciais de importações, a presença de filiais de companhias estrangeiras em Juiz de Fora se coloca como um importante fator *atenuante*, tendo em vista que num primeiro momento *os lucros obtidos em suas operações seriam transferidos para o Rio de Janeiro e, em última instância, para suas matrizes em seus respectivos países de origem*. Além do mais, como vimos insistindo no correr deste trabalho, cabe sempre lembrar a posição subordinada que o município adquiriu frente às funções que assumiram os centros mais importantes do circuito aqui em consideração: *sua posição de centro urbano e comercial vinculado a uma economia agroexportadora, mas limitado ao seu espaço essencialmente interiorano*. Quando lidarmos com o fluxo das exportações cafeeiras, perceberemos melhor a posição do município diante deste cenário econômico que estamos enfatizando neste momento da análise.

A importância de Juiz de Fora se revela na medida que temos em mente o contexto histórico e espacial de Minas, bem como a parcela que coube ao estado e à sua região de

²⁷⁴ GC 01/12/1925 (grifo nosso)

produção cafeeira mais importante no interior deste mesmo circuito. Neste sentido, *a presença destas firmas filiais de empresas importadoras e exportadoras (nacionais ou não) e de empresas industriais de centros como Rio e São Paulo, além daquelas do próprio município, permite vislumbrar cabalmente que, ao menos em parte, as mesmas funções que estes centros desempenharam para com o município de Juiz de Fora este também realizou para com a sua área de influência imediata e para o espaço econômico ao qual servia de referência.*

Se retomarmos a natureza dos produtos que vinham sendo comercializados como “importações” e a importância do fluxo de mercadorias tipicamente consideradas como insumos e bens de capital, verificamos que o *consumo produtivo, associado direta ou indiretamente com investimentos, teve uma importância fundamental na estrutura de demanda dos produtos importados. Desta forma, estes investimentos, que obviamente vão implicar numa melhoria e aperfeiçoamento das estruturas de produção do complexo agroexportador de Minas, num momento posterior vão trazer como consequência maiores ganhos por parte dos agentes identificados com estas mesmas estruturas e, em última instância, permitiria melhores condições de acumulação e retenção de capital nos próprios espaços de produção que vinham consumindo estes bens importados.*

Esta constatação também seria válida para boa parte do consumo de bens originados em empresas comerciais e industriais radicadas nos pontos mais importantes de convergência e produção de mercadorias do circuito que integrava a região cafeeira do país (Rio e São Paulo), como será observado com mais detalhes quando analisarmos o débito de algumas empresas industriais que se estabeleceram no município.

A presença de importantes empresas importadoras/exportadoras (estrangeiras ou não) originadas nos centros comerciais e industriais mais significativos do país e que buscavam *pontos importantes de articulação de mercados para a distribuição de seus produtos no interior*; a sua conexão com a distribuição de artigos diretamente relacionados com os movimentos de reprodução e acumulação de capital identificados com as distintas estruturas de produção localizadas na economia regional; e, principalmente, a participação de empresas industriais e comerciais do próprio município neste mesmo fluxo, só vêm reforçar a função de Juiz de Fora como empório comercial e centro de distribuição e provisão de mercadorias. *Os vínculos estabelecidos entre o espaço econômico local e aqueles que se inter-relacionavam diretamente com a economia internacional, do ponto de vista do fluxo das importações, foram assim*

extremamente complexos e bem mais significativos do que vêm considerando certas interpretações que apenas enfatizam suas funções de canalização de recursos para universos sociais e econômicos externos à região e ao estado de Minas.

Delineados os aspectos mais significativos da posição de Juiz de Fora frente ao circuito específico das importações, podemos avançar a análise para verificar a presença e importância daquelas firmas comerciais que vinham lidando com o setor de alimentos, outro importante componente da estrutura comercial local se tivermos em mente ainda os dados da tabela 29. Mais que isso, a análise deste setor vai permitir estabelecer os vínculos desta estrutura comercial, com as feições que assumiu, em relação às características mais importantes da economia local e regional.

A presença maciça de casas voltadas para o setor de secos e molhados é indissociável de uma economia de natureza agroexportadora por motivos diversos²⁷⁵ e, até certo ponto, mesmo óbvios. *A agricultura comercial não exportadora* (principalmente a produção de alimentos²⁷⁶) deve ser entendida, no interior do complexo, como parte integrante de *estruturas vinculadas à capacidade de acumulação interna de capital*, que como sabemos é condicionada pelo potencial de criação de demanda agregada no setor exportador, temas que já têm sido discutidos na literatura²⁷⁷. Sua presença, portanto, pode ser explicada como um dos *efeitos de encadeamento de consumo*, induzido pelo processo de diversificação econômica (no potencial de *crescimento urbano* que implicou) e de *transformações sociais* que vinham ocorrendo no âmbito do processo produtivo do produto principal (que teve na produção de alimentos por parte do trabalhador um componente estratégico da forma de reprodução econômica e social da estrutura agroexportadora)²⁷⁸.

Neste sentido, a parcela que lhe coube no interior do espaço econômico da produção cafeeira deve ser compreendida, especialmente no que se refere aos efeitos de encadeamento de

²⁷⁵ Ver CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Difel, São Paulo, 1977, pp. 57-68. MELO, H.P. (1993). **O Café e a Economia do Rio de Janeiro: 1888/1920**. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro.

²⁷⁶ Tema tratado com a devida atenção em recentes trabalhos da economia local. Ver, por exemplo, SOUZA, S. **Para Além dos Cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do século XIX**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 1998.

²⁷⁷ CÁRDENAS, H., OCAMPO, J.A. and THORPE, R. “Introduction”. In Id. **The Export Age: the Latin American economies in the late nineteenth and early twentieth centuries**. Palgrave, New York, 2000. HIRSCHMAN, A. “Linkages”. In EATWELL, J., MILGATE, M. and NEWMAN, P. **The New Palgrave: A Dictionary of Economics**. Macmillan Press: London, 1998, vol. 3 pp. 206-210.

²⁷⁸ STOLKE, V. (1986). **Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital**. Brasiliense, São Paulo. SARAIVA, L. F. (2001). **Um Correr de Casas, Antigas Senzalas**. Op. cit.

consumo, de forma paralela à presença de inúmeros outros setores, inclusive o industrial, com o qual, aliás, manteve analogias importantes, incluindo a presença do mecanismo de substituição de importações. Sendo assim,

“(...) uma questão particularmente relevante é se a crescente demanda para bens de consumo gerados direta ou indiretamente pela expansão exportadora foi satisfeita pela oferta doméstica. Neste sentido, um aspecto muito importante do modus operandi de uma economia exportadora está associado à oferta de alimentos para os mercados domésticos. (...) a dependência sobre a importação de alimentos se transformou com o tempo num grave ponto de vulnerabilidade em crises cambiais, às quais muitos países responderam com substituição de importações²⁷⁹.”

Nossa percepção da agricultura de mercado interno no interior da economia agroexportadora local, já esboçada em momentos anteriores, a coloca como parte integrante de um conjunto dinâmico do qual é *impensável* e recentes interpretações que buscam analisá-la de forma *independente e alternativa* ao seu contexto estrutural imediato *normalmente reduzem o complexo universo das relações sociais e econômicas articuladas ao mercado interno desta economia meramente à presença da agricultura de alimentos*, simplismo e ingenuidade dos quais nos afastamos nitidamente.

Ao mesmo tempo, apesar de representar uma parcela visivelmente secundária no conjunto da produção da região²⁸⁰, *a demanda e suprimento por este tipo de bens constituíram importante mecanismo no interior do circuito mercantil de Juiz de Fora e da zona da Mata* (além de outras regiões de Minas) permitindo e mobilizando um volume de recursos que fundamentou o surgimento e desenvolvimento das próprias firmas atacadistas que se dedicavam à

²⁷⁹ CÁRDENAS, H., OCAMPO, J.A. and THORPE, R. “Introduction”. In **The Export Age: The Latin American Economies in the Late Nineteenth and Early Twentieth Centuries**. Op. cit. p. 22

²⁸⁰ “A questão da estrutura agrária na região da Mata mineira vai ser importante em nosso trabalho, posto que a expansão da cafeicultura irá representar um grande crescimento a partir de meados do século XIX e o auge será na década de 1870, quando praticamente todas as atividades mercantis-agrícolas serão condicionadas pela expansão cafeeira e, no dizer de Ana Lanna, ‘abandonava-se as demais atividades produtivas (...) e o café assume ares de monocultura de exportação’. Embora discordando em parte desta afirmação, vemos que as demais atividades, como a pecuária e a produção de alimentos, se davam nos ‘poros da economia agroexportadora’ sendo, inclusive, (...) uma condição de controle que os grandes fazendeiros terão sobre a população à sua volta. (...)” SARAIVA, L.F. (2001). **Um Correr de Casas Antigas Senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora (1870-1900)**. Op. cit. p. 75

comercialização de mantimentos. De qualquer forma (e este é outro aspecto que tem que ser ressaltado) sua presença é fundamental porque dela depende muito não só a capacidade como também os custos de reprodução da própria economia de exportação, além de seu potencial ou limites de crescimento futuro²⁸¹.

Em outras palavras, a consideração da agricultura de mercado *interno* aqui não implica em qualquer contradição com o funcionamento e a forma de organização estrutural de economias agrícolas voltadas para o mercado *externo*. Sua presença é uma decorrência do mesmo processo de diversificação econômica em que se destacam os espaços urbanos da economia, e, exatamente, em função da provisão dos diversos grupos sociais envolvidos com esta diversificação (setores sociais médios e principalmente assalariados). Nesta perspectiva, se não confundirmos a agricultura de mercado interno com o conjunto dos distintos espaços de geração de demanda interna existentes no complexo, veremos que este setor constituiu um importante espaço de acumulação de recursos e capital.

Por outro lado, mesmo sendo inseparável das formas sociais de organização da produção e controle da força de trabalho, a necessidade de suprimento deste tipo de bens e outros para fazendas produtoras de café é bastante clara e não é difícil demonstrar tais relações, dada a presença bastante comum de *fazendas e/ou fazendeiros nas contas de débito das principais firmas envolvidas com este comércio*, muitas vezes a título de *fornecimento*. Além disto, como já observamos, estando a *expansão urbana* de Juiz de Fora (entre outros municípios da Mata) também nitidamente vinculada à dinâmica econômica do setor exportador, não é de surpreender o surgimento de um setor de comercialização na economia voltado para o abastecimento de populações que vinham crescendo em um ritmo elevado, além de relativamente integradas em um mesmo espaço econômico, o que seguramente garantiu um crescimento rápido e estável da demanda para produtos alimentícios.

Assim, por exemplo, se retomarmos alguns dados já analisados em páginas anteriores deste trabalho (tabela 14) poderemos verificar que em apenas 18 municípios direta ou indiretamente vinculados à área de influência de Juiz de Fora, podemos detectar a presença de quase *um milhão de pessoas* (entre a população rural e urbana) e uma *circulação de renda originada exclusivamente na produção de café de quase 90.000 contos*. Na suposição de que ao

²⁸¹ CÁRDENAS, H., OCAMPO, J.A. and THORPE, R. "Introduction". IN Id. **The Export Age: The Latin American Economies in the Late Nineteenth and Early Twentieth Centuries**. Op. cit. p. 20 ss.

menos parte destes recursos se destinasse ao consumo de gêneros, poderemos vislumbrar que o café gerou uma demanda que bem pode ter sido suficiente, como o foi, para gerar processos de acumulação de capital em setores envolvidos com a produção e comercialização de produtos agrícolas domésticos (o que, de resto, já foi verificado para a indústria).

Neste sentido, talvez seja ilustrativo, para nossos objetivos, a transcrição da justificativa do processo de falência de Bartollo Pigozzo²⁸², ocorrida em 1932, comerciante atacadista e varejista em São Pedro de Alcântara, distrito de Juiz de Fora, que argumenta:

*“(...) sua falência tem como causa, entre outras, as seguintes: o trancamento de seus créditos junto de seus fornecedores, bancos ou particulares; os seus fregueses, quase todos trabalhadores rurais, tornaram-se impontuais nos pagamentos de fornecimentos de mercadorias de seu negócio, alegando uns a paralisação dos trabalhos, outros a crise que assoberba as classes trabalhadoras, e, finalmente, porque, faltando-lhes ali o trabalho, a maioria deles se encaminharia para esta cidade (...); montam em mais de 16 contos o fornecimento a diversos, sendo que somente 8 contos de réis poderão ser apurados, isto mesmo por ocasião das colheitas da pequena lavoura.”*²⁸³

Ou na falência de Carvalho Jr. e Cia., em 1925, firma com “*comércio em grosso e varejo de cereais, artigos nacionais e estrangeiros, comissões, consignações e representações*”, um pequeno atacadista da cidade, com capital de 51:000\$, cuja clientela era de “*... pequenos comerciantes, famílias de pequenos recursos, operários, funcionários públicos e do comércio e proprietários de pensões. (...)*”²⁸⁴

Iniciaremos nossa análise das empresas atacadistas de gêneros em Juiz de Fora por aquela que dispomos de mais dados e que, no mais, se constituiu como uma das maiores empresas do setor em todo o período aqui considerado. Fruto de uma longa genealogia de firmas comerciais que se estabeleceram na cidade deste o século XIX²⁸⁵, onde não está ausente o surgimento de importantes unidades industriais que vão marcar a história econômica do

²⁸² Falência – Id. 1854 – 1932 – f. 02

²⁸³ Id. Ib. (grifo nosso)

²⁸⁴ Falência – Id. 1850 – 1925 – f. 02

²⁸⁵ LOPES, O. P. (1973). “*Comércio da Rua Halfeld*”. Op. cit.

município, a *Companhia Renato Dias* era uma grande refinaria de açúcar, além de importante casa de atacado e representação comercial (chegando a ser, como veremos, a representante na cidade da importante empresa de exportação americana de café Hard, Hand and Company, da Companhia de Seguros Sul América, entre tantas outras)²⁸⁶.

Em 1919, ano do inventário de Deolinda Barreiros Dias²⁸⁷, esposa do sócio principal da empresa, Renato Cordeiro Dias, a firma possuía um capital de 500:000\$, girava em seu ativo algo em torno de 1.300:000\$, cerca de 624:000\$ empatados em devedores de natureza diversa e 200:000\$ em mercadorias²⁸⁸, entre as quais podemos ressaltar “...açúcar (de diversos tipos), caixas, rolos de arame, sacos de arroz, pacotes de anil, alpiste, anilina, rodas, chumbo, barbante, batatas, creolina, cremor de tártaro, cerveja, carnes, farinha, feijão, formicida, ferraduras, graxa, garrafas, iscas, querosene, álcool, fumo, milho, magnésia, mate, laranjada, óleo, papel, fósforos, polvilho, sabão, sal, sacos de aniagem, tijolos, velas, vinagres...”²⁸⁹. Mantinha, além da refinaria, *Fábrica de balas e ferraduras, Carpintaria, Depósito de mercadorias e Vendas em Grosso*²⁹⁰, chegando a manter agências no Rio, e, embora por curto período, em Chiador (onde a empresa tinha uma fazenda), Rio Novo e em São Paulo²⁹¹.

Constituiu-se como sociedade anônima em 1920, com a denominação de *Companhia Industrial e Comercial Renato Dias*, com o capital de 1.000 contos, quando incorporou outra importante empresa atacadista da idade, a *Almeida, Carvalho, Corrêa e Cia.*²⁹² Ainda neste ano abre subscrição para o aumento de seu capital em mais mil contos (dos quais 500 foram

²⁸⁶ OD 25/12/1916

²⁸⁷ Inventário – Id 2718 - 1919

²⁸⁸ Id ib. f. 16-18

²⁸⁹ id. ib. f. 21

²⁹⁰ OP 11/09/1916

²⁹¹ DM 25/08/1921

²⁹² DM 14/04/1920; DM 05/05/1920, onde se pode ler, sobre a transação em questão, o seguinte trecho retirado do relatório da diretoria: “...embora não sendo pequeno o nosso capital, verificamos a sua insuficiência para o desenvolvimento de novas transações comerciais e aumento de nossas indústrias tornando-se indispensável que seja aumentado; e nos parece conveniente que seja elevado até a quantia de 2.000:000\$ (...) em virtude de termos encampado a firma comercial de Almeida Carvalho, Correia e Cia., desta praça, por intermédio de seu sócio remanescente, o nosso particular amigo, sr. Antônio Gonçalves de Almeida Carvalho e Silva, encampamento esse que nos fica por 300:000\$, como se verifica da correspondência trocada e do contrato feito entre esse sr. e a nossa diretoria, acentuou-se ainda mais a necessidade do aumento de capital, mesmo porque essa quantia, de acordo com o contrato, será paga em ações de nossa Companhia, das que se deve emitir para aumento de capital. Também compramos ao nosso amigo e já nosso sócio na fazenda do Chiador, o cel. Alberto Antônio da Costa, a sua parte nessa fazenda, fazenda que fica assim pertencendo inteiramente a esta Companhia. (...) A importância dessa compra, junta a de mais 25:000\$, com que entrará esse sócio, perfaz a de 100:000\$, importância que ele igualmente se comprometeu a receber em ações da nova emissão. Isto também aumenta a necessidade que temos de elevar o nosso capital. Há, por outro lado, pedidos de ações de nossa Companhia, que teremos de atender na medida do possível e com o maior critério. Acreditamos poder contar, de momento, com uma subscrição de 500:000\$....”

subscritos)²⁹³, e seu movimento atinge a cifra aproximada de 2.650:000\$, quantia esta que chega a 3.500 contos em 1926²⁹⁴, quando começa a declinar até 1930, ano em que a empresa foi incorporada a um grande grupo açucareiro do Rio de Janeiro, já como Refinaria Juiz de Fora S.A.²⁹⁵.

Apesar de termos informações relativamente regulares da empresa, principalmente no que se refere aos balanços, apenas para 1919 obtivemos dados sobre a origem de seus credores e devedores. Por estas informações vemos que, tal qual a Companhia Dias Cardoso, importantes mercados de Minas estavam vinculados a Juiz de Fora como centro comercial. Originados de uma contabilidade que demonstra bem a importância das *estradas de ferro* para os já citados “fragmentados mercados de Minas” e vindo absolutamente ao *encontro de nossa argumentação básica* que pressupõe uma rede articulada e hierarquizada de mercados e seus centros urbanos, os livros de credores e devedores da Renato Dias²⁹⁶ estão organizados *em função da rede ferroviária da qual Juiz de Fora era um ponto de interseção fundamental*; assim dos seis livros que registravam o fluxo de operações da Companhia, três são denominados pela rede ferroviária que servia a cidade: *Central, Leopoldina e Oeste*, além do *Urbano* (que registra as operações da Companhia na própria cidade), do *Interno e o Extra* (que registram contas particulares, principalmente bancos). Mais que demonstrativos, estes livros “concretizam” a posição e as funções que Juiz de Fora assumiu numa importante rede mercantil que se estendeu bem além da zona da Mata e aparentemente articulou muito mais do que se pensava os mercados mineiros.

No entanto, é o conteúdo desta escrituração contábil que interessa de imediato a este trabalho. Com seu fluxo de débito e créditos distribuídos na forma já descrita, verificamos, também aqui, uma verdadeira miríade de cidades localizadas em distintas regiões do estado de Minas; se verificarmos esta contabilidade do ponto de vista dos *créditos* (aqueles que se colocam como *devedores da Companhia*), no Livro de débitos “C” (*Central do Brasil*, que articulava o Centro e outras regiões de Minas à capital da República) estão presentes municípios como Belo Horizonte, Curvelo, Vespasiano, Villa Nova de Lima, Pedro Leopoldo, Sabará, Lafaiete, Diamantina, Pirapora, Itabira, Barbacena, Palmyra, Ouro Preto, Rio das Velhas, Mariana, Congonhas, Sete Lagoas, Cordisburgo, Porto Novo, Barra Mansa, Paraíba do Sul, Entre Rios,

²⁹³ DM 05/05/1920

²⁹⁴ GC 11/05/1926

²⁹⁵ GC 02/10/1930

²⁹⁶ Inventário – Id. 2718 f. 25-35

Barra do Parahy, Resende, Valença, Rio Preto, Paraibuna, Vassouras, Rio de Janeiro, São Paulo, entre outras²⁹⁷.

No livro “L” (*Leopoldina*, que articulava principalmente a região da zona da Mata com Juiz de Fora e Rio) encontramos cidades como Ubá, Pomba, São João Nepomuceno, Rio Novo, Mirahy, Cataguases, Leopoldina, Manhumirim, Lima Duarte, Mathias, Entre-Rios de Minas, Formoso, Recreio, Goianá, Coronel Pacheco, Tabuleiro, Oliveira Fortes, Rosário, Piau, Guarani, Mercês, Além Paraíba, São Paulo do Muriaé, Descoberto, Piraúba, Rio Branco, Dolores do Paraibuna, Angustura, Rio de Janeiro, etc.²⁹⁸. O Livro “O” (Oeste de Minas, que ligava o município, além de outras regiões, com o Sul de Minas) onde encontramos cidades como Lavras, Carmo da Mata, Formiga, Itapeçerica, Lagoa Dourada, Divinópolis, Bom Despacho, Pedra Negra, São João D’El Rey, Campo Belo, Candeias, João Pinheiro, Oliveira, Perdões, Itaúna, Bom Sucesso, Dolores do Campo, Ribeirão Vermelho, Prados, Barroso, Santa Rita, entre vários outros municípios²⁹⁹.

É claro que as redes de ferrovias não correspondem, necessariamente, às divisões regionais do estado que estamos considerando aqui, mas a presença deste universo de *mercados urbanos e regionais* que a Companhia articulou como parte integrante de suas operações (aqui devidamente podendo ser classificados como *mercados consumidores da Companhia*), deve ser destacada tendo em vista o espectro que chegou a atingir, a importância da rede ferroviária como elemento de articulação de espaços econômicos essencialmente diferenciados *em sua natureza* e a função da cidade numa rede de comercialização que aos poucos vai se delineando neste trabalho.

Assim, se aprofundarmos a análise e verificarmos também do *ponto de vista do débito* e sua origem (firmas e companhias com as quais a empresa vinha estabelecendo *relações comerciais de fornecimentos*) poderemos esclarecer mais ainda a função da empresa e da cidade, novamente, como ponto de confluência e distribuição de mercadorias. Na descrição de seus credores³⁰⁰, embora em muito menor proporção que no caso anterior, estão presentes cidades como Belo Horizonte, Carandahy, Barbacena, Diamantina e Curvelo, no livro da Central; além de várias cidades da zona da Mata no livro da Leopoldina; neste último caso, também percebemos a

²⁹⁷ id. lb. f. 26-29

²⁹⁸ id. lb. f. 30-32

²⁹⁹ id. lb. f. 33-35

³⁰⁰ id. lb. f. 38-39

presença de empresas industriais importantes, como a *Companhia Açucareira Vieira Martins*, de Ponte Nova, por exemplo, entre tantas firmas que não pudemos identificar a natureza e vários nomes particulares, *não sendo improvável a presença de firmas e agentes que operavam com alimentos, e, mesmo, de fazendeiros*, uma vez que a Companhia tinha na comercialização destes produtos (principalmente o açúcar) uma importante linha de operações, como verificado quando tivemos a oportunidade de descrever as mercadorias que continha em estoque.

Contudo, o universo de cidades mineiras no que se refere ao livro da Central se reduz drasticamente quando comparado ao fluxo de créditos; as contas destes municípios mantêm uma baixa frequência, invariavelmente com pequenas denominações e uma análise superficial desta parte da escrituração da Companhia ressalta de imediato (como a Dias Cardoso) *a grande presença de firmas comerciais e/ou industriais do Rio de Janeiro, indiscutivelmente ocupando a maior parcela dos débitos e dos fornecimentos para a Renato Dias*. Empresas como Avellar e Cia., Garcia e Cia.; Zenha, Ramos e Cia.; Henrique, Santos e Cia. (casas comissárias, mas não apenas de café) se fazem notar principalmente pelo volume dos recursos envolvidos. Mas, aqui também, algumas casas importadoras e exportadoras estão presentes: Clayton, Olsburg and C.; The Texas Company Ltd. (South America); Moinho Inglês etc. Da mesma forma, na *conta de obrigações a pagar*³⁰¹, apesar da presença de importantes comerciantes locais, encontramos situação semelhante, com a presença da Companhia Usinas Nacionais (futura incorporadora da Renato Dias) e mesmo a conhecida empresa industrial de São Paulo, Indústrias Reunidas F. Matarazzo. *Por esta estrutura de débito se verifica nitidamente a posição intermediadora que Juiz de Fora assumiu entre o pólo provedor por excelência da região e parte do estado (o núcleo comercial do Rio de Janeiro) e não apenas com o complexo agroexportador da Mata, mas também outras importantes regiões de Minas.*

Podemos fazer uma avaliação melhor *com o confronto entre os fluxos de débito e crédito da Companhia* a partir dos dados organizados na tabela a seguir (de número 30), fornecida pela própria documentação quando apresenta um resumo destas operações³⁰², sempre organizada em função da rede ferroviária que cobria os respectivos mercados. No fluxo de recursos para a Companhia (verificado na coluna de *devedores*) *apresenta uma nítida superioridade, pelo volume que assumiu*, as cidades que compunham a rede da Central do Brasil

³⁰¹ id. ib. f. 40

³⁰² id. ib. f. 39

(com destaque, como vimos, para cidades do Centro e Norte de Minas, estando presentes também várias cidades do estado do Rio) e da rede da Oeste de Minas. Juntos vão ser responsáveis por pouco mais de 60% do total dos créditos disponíveis para a Renato Dias no período, revelando *a importância destas cidades como mercados de consumo para a empresa*. Já aquela parcela que reflete a presença do mercado local (livro Urbano) e regional (Leopoldina) correspondem à cerca de 22%, não estando computado neste índice a conta do livro “Interno” que registra basicamente operações bancárias realizadas em Juiz de Fora.

Tabela 30
Balanco entre créditos e débitos da Firma Renato Dias e Cia.
1919

Livro	Devedores	Credores	Saldo	Débitos
Central	226:752\$160	121:481\$150	105:271\$010	-----
Leopoldina	68:325\$270	77:306\$200	-----	8:980\$930
Oeste	151:659\$510	-----	151:659\$510	-----
Urbano	68:370\$410	10:358\$910	58:011\$500	-----
Interno	108:823\$409	15:598\$850	93:224\$559	-----
Extra	100\$000	77\$900	22\$100	-----
Total	624:030\$759	224:823\$010	408:188\$679	8:980\$930

Fonte: Inventário – Id 2718- 1919 – f. 39 - AHUFJF

Por outro lado, *do ponto de vista dos recursos devidos pela Renato Dias*, disponíveis desta feita na *coluna de credores*, refletindo *dívidas da empresa principalmente com fornecimentos*, se destacam a Central e a Leopoldina, que perfaziam 54 e 34% respectivamente dos recursos totais devidos pela Companhia, atingindo em conjunto algo em torno de 88% deste montante. A rede da Central tinha no Rio de Janeiro, como já nos referimos, seu mercado mais importante: mantinha algo em torno de 103:000\$ dos 121:500\$ totais representantes desta parcela do mercado (correspondendo a 84% deste montante). Já a Leopoldina, o segundo mercado provedor em questão, contabilizando com seus 77:306\$ perto de 75% *daqueles débitos concentrados no Rio de Janeiro*, merece atenção pelo visível predomínio de cidades localizadas na zona da Mata (onde se destacam Ubá, São João Nepomuceno, Ponte Nova, Além Paraíba, Rio

Novo, Leopoldina etc.). Dentro deste universo também pode ser ressaltada a presença da já citada *Companhia Açucareira Vieira Martins*, de Ponte Nova, que isoladamente mantinha um crédito de 58:638\$, seguramente por fornecimento de açúcar. Também a já citada *Companhia Usinas Nacionais*, do Rio de Janeiro, na conta de obrigações a pagar da empresa indica algo no mesmo sentido.

A significativa presença de fornecimentos de açúcar na conta de débitos da Renato Dias pode revelar a importância deste produto para a economia de Juiz de Fora, ou pelo menos, para o setor atacadista da cidade. As operações envolvendo transações com açúcar são constantes e podemos avaliar sua importância se tivermos em mente o volume de recursos que envolveu, a julgar pelo vulto que assumia as denominações de suas contas; sua frequência era extremamente regular e, aparentemente, *mais importante que a do café*. A julgar pelos dados da Renato Dias e de outras refinarias da cidade, veremos que o setor era extremamente dinâmico e pode ter se constituído num importante espaço de acumulação de capital. Mantinha uma nítida feição industrial no que se refere ao *processamento de alimentos* o que vem aproximá-lo, em muito, do setor de laticínios e *ambos revelam o quanto as estruturas produtivas e comerciais envolvidas com a produção agrícola de mercado interno podem ter se desenvolvido no contexto de um economia essencialmente exportadora, mas que se viu tolhida, para todos os efeitos, da estrutura comercial de exportação do produto principal pela sua posição essencialmente interiorana*. Esta posição estrutural vivida pelo município, essencialmente limitadora *por sua própria natureza*, pode ter aberto espaços econômicos importantes talvez exatamente pela ausência de uma estrutura de comercialização externa *desenvolvida* e vinculada ao produto principal.

Mas algumas informações, presentes esparsamente na literatura, podem nos revelar aspectos importantes do funcionamento destas empresas, tais como operações, mercados provedores de matéria prima, sazonalidade, importância da rede ferroviária e dos viajantes para a distribuição das mercadorias etc. permitindo maior clareza no quadro até agora já esboçado sobre a presença do setor de refinarias da cidade. Assim, ainda sobre a Renato Dias, encontramos a seguinte passagem em um já citado trabalho sobre o comércio em Juiz de Fora e pelas informações que traz merece ser citado quase na íntegra.

“(...) Como curiosidade, passo a relatar como Renato Dias conseguiu dominar o mercado açucareiro da época. Soube ele da existência de dois conjuntos das mais

modernas máquinas para a refinação do açúcar, que estavam apreendidos na alfândega do Rio de Janeiro. Rematou-os. Mas não encontrando pessoa habilitada para montá-los e pô-los em funcionamento, viajou para a Europa contratando técnicos na França e em Portugal. No Rio de Janeiro vendeu um dos conjuntos por um preço tal que o outro ficou inteiramente de graça, além de dar para as despesas com a viagem e a instalação. Entre os contratados, havia o português Antônio Gomes Saraiva, cuja remuneração era de 1 libra esterlina diária, paga em moeda inglesa, uma vez que não aceitava o mil-réis, pelo câmbio do dia. Este cidadão transferiu-se mais tarde para a **Cia. Açucareira Vieira Martins em Ponte Nova**, onde faleceu anos depois. Na parte de química foi ele substituído pelo ilustre professor, dr. João Massena. Em face da grande produção e baixo custo da mesma, foi sobrepujada toda a correspondência, que se utilizava dos processos manuais, muito mais dispendiosos. **O movimento da firma era muito grande, atingindo a milhares de contos de réis, valor fabuloso para a época.** Tudo na base do conta-corrente. O viajante vendia e, na próxima viagem recebia o total ou parte, efetuando novas vendas. O pessoal do escritório tinha que se desdobrar. Tudo manuscrito e por cálculo mental, pois, não havia máquinas de escrever e de calcular. **Renato comprava das Usinas de Ponte Nova e Rio Branco o açúcar em bruto, em grande escala.** Eram despachados especiais de 15 e mais vagões. Nos períodos de alta do produto, as remessas se atrasavam bastante, não adiantando reclamações. Essas eram respondidas com desculpas: a Leopoldina não dispõe de vagões, aguarde alguns dias etc. Mas quando se dava a baixa, as remessas chegavam uma atrás das outras, trazendo sérias dificuldades para descarregar e armazenar a mercadoria e, principalmente, custeá-las. Renato Dias, procurando ainda expandir-se mais, adquiriu o fundo de negócio e prédio da Almeida, Carvalho, Corrêa e Cia. Um dos sócios desta, o sr. Antônio Gonçalves da Silva, veio a ser vice-presidente da sociedade. Não deu certo, pois não houve melhora nos negócios. Os negócios foram encerrados como notei atrás.”³⁰³

³⁰³ LOPES, O. P. (1973). “Comércio da Rua Halfeld”. Op. cit. p. 110 (grifo nosso)

É importante percebermos, entre tantas informações interessantes e reveladoras, o fato de que a Renato Dias e provavelmente outras empresas de refinação de açúcar de Juiz de Fora adquiriam o açúcar em bruto de cidades produtoras da zona da Mata (a região de maior produção do estado)³⁰⁴ para ser beneficiado na cidade e daí ser repassado para vários municípios de Minas e de outros estados. Como parte integrante de toda uma estrutura de circulação de gêneros alimentícios e outros nitidamente vinculados aos espaços de demanda interna, originados na economia exportadora, o comércio de açúcar e alimentos gerou toda uma rede de circulação que, se foi importante para o movimento de reprodução da economia exportadora, também contribuiu para a integração de espaços econômicos locais ao universo de Juiz de Fora, além de permitir um avanço na percepção das *feições que assumiu o capital comercial local que terá neste setor, mais do que naquele especificamente cafeeiro, um componente essencial da determinação de sua natureza.*

Contudo, podemos verificar ainda a partir das fontes até agora consideradas, as dimensões, características, raio de atuação, principais credores e devedores desta esfera específica da estrutura de comercialização local e sua posição frente aos circuitos mercantis que estamos considerando como componentes essenciais desta análise. E são os processos de falência e de inventários, além dos anúncios e informes de jornais, que de início conduziremos a análise. No que se refere às *dimensões das empresas*, vislumbramos montantes de capitais que vão variar entre 50 e 100 contos, que consideramos (frente aos nossos dados de pesquisa) como pequenas e médias empresas *atacadistas* e entre 100 e 500 contos, aquelas que consideramos como grandes empresas; levaremos em conta, neste primeiro momento, apenas as empresas para as quais tínhamos informações em *inventários*, dada a necessidade de verificarmos o movimento do ativo (tabela 31), que revela a importância dos montantes empatados em mercadorias e em devedores de uma forma geral.

Deve ser notado que os volumes dos ativos invariavelmente vão superar a quantia de 200:000\$, não sendo irregular aqueles que ultrapassam os 500:00\$ e estando presentes mesmo aqueles que somam mais de 1 mil contos, ainda no período de nossa pesquisa. Quantias estas que não devem ser subestimadas dado que boa parte destes volumes de recursos que compunham os ativos das companhias se constituía, como já observado, de mercadorias e de devedores em conta

³⁰⁴ GIROLETTI, D. *A Modernização Capitalista em Minas Gerais*. Op. cit. COSTA, F.N. *Bancos em Minas Gerais*. Op. cit.

corrente, evidenciando o fluxo de recursos que estas empresas vinham recebendo como resultado de suas operações. No mais, estas quantias não deixam de ser expressivas, especialmente para uma economia que tem sido constantemente considerada apenas como um espaço marginal de comercialização, ponto de partida para uma contínua vazão de recursos para seu centro de gravidade econômico mais importante na cidade do Rio de Janeiro.

Tabela 31
Capital e Movimento de Giro de algumas Empresas Atacadistas de Alimentos em Juiz de Fora
1903-1937
(períodos selecionados)

Ano	Firma	Capital	Setor	Movimento do Ativo
1903	<i>Almeida, Sarmiento e Cia.</i>	250:000\$	Comércio de gêneros do país e refinação de açúcar	368:691\$
1907	<i>Almeida, Carvalho, Corrêa e Cia.</i>	102:000\$	Comércio de gêneros do país e estrangeiros, molhados e mantimentos; refinação de açúcar	514:665\$
1910	<i>Carvalho, Corrêa e Cia.</i>	150:000\$	Comércio de gêneros e molhados por atacado, refinação de Açúcar; comissões e consignações	329:622\$
1913	<i>Medeiros e Martins</i>	100:000\$	Fabrico e comércio de calçados, bebidas e massas alimentícias	271:480\$
1919	<i>Renato Dias e Cia.</i>	500:000\$	Refinaria de açúcar e comércio de gêneros por atacado	1.229:616\$
1922	<i>Carneiro e Cia.</i>	45:000\$	Comércio de secos e molhados	158:768\$
1923	<i>João Teixeira Lopes e Cia.</i>	30:000\$	Comércio de gêneros do país por atacado; refinação de açúcar	182:204\$
1926	<i>Marques e Cia.</i>	150:000\$	Secos e molhados por atacado	382:939\$
1926	<i>Vidal, Araújo, Fazollo e Cia.</i>	225:000\$	Secos e molhados por atacado	880:718\$
1934	<i>Fraga e Cia</i>	40:000\$	Secos e molhados por atacado	1.106:800\$
1937	<i>Campos, Bastos e Cia.</i>	300:000\$	Ferragens finas e grossas por atacado	822:887\$

Fonte: Inventários – vários anos - AHUFJF

Por outro lado, se a presença do açúcar e alimentos foi importante em muitas delas, a gama de mercadorias e produtos com os quais estas empresas lidavam está longe de se restringir propriamente aos artigos alimentícios, estando presentes um sem número de produtos que vão constituir de forma mais ou menos importante as necessidades dos mercados que atendiam, tendo não só nos espaços de demanda urbanos, mas também naqueles rurais os seus fundamentos operacionais e a base de seus respectivos processos de acumulação de capital. Além disso, como

já verificado, a maioria destas empresas também atuava no varejo, o que seguramente trouxe como consequência uma grande diversificação das mercadorias com que negociavam.

Assim, se considerarmos o inventário de Manoel Corrêa de Souza, de 1907, sócio minoritário da firma *Almeida, Carvalho, Corrêa e Cia.*, casa comercial atacadista fundada em 1899³⁰⁵, encontramos no *armazém da empresa em Juiz de Fora* produtos como “...vinhos, arroz, bacalhau, manteiga, feijão, biscoitos, velas, café, ferraduras, fósforos, cerveja, sabão, azeitonas, farinha de mandioca, açúcar, banha, alho, condimentos diversos, milho, toucinho, resmas de papel, barbante, azeite, querosene, carvão, pólvora, lamparinas, doces, massa de tomate...” etc., totalizando 45:691\$³⁰⁶. A empresa tinha *depósito no Rio* onde estavam armazenadas 90 caixas de fósforos e 200 sacos de arroz vermelho (total de 8:745\$); além disso, mantinha no *engenho de Vieira Martins e Cia.* (o mesmo de Ponte Nova) 2.970 sacos de açúcar (totalizando 78:645\$), já deduzidos 5.000 sacos “...de açúcar cristal da compra de Barbosa, Albuquerque e Cia.” Também havia “*em viagem e já creditados*” cerca de 89 sacos de açúcar, 30 sacos de feijão, 150 sacos de sal, 140 “caixas” de querosene e “...à disposição da empresa em casa de fregueses...” 15 sacos de arroz e 2 de polvilho³⁰⁷.

Mas no que se refere ao *raio de ação* destas empresas, componente estratégico da argumentação aqui desenvolvida, há limites nas fontes que convém esclarecermos antes de avançar esta análise. Os *inventários* de firmas comerciais normalmente trazem balanços, contratos das sociedades comerciais e as listas nominativas de credores e devedores; no entanto, *na maior parte dos casos, as origens* destes não são reveladas, o que restringe bastante as possibilidades de avaliarmos o raio de atuação das empresas das quais dispomos de dados apenas nestas fontes. Já no que se refere aos processos de *falência*, pela sua própria natureza jurídica, são freqüentes as origens dos credores do falido, mas dada a sua própria condição falimentar (onde os devedores não compunham propriamente parte integrante significativa de sua posição financeira) invariavelmente não estão presentes.

Desta forma, temos muito mais condições de avaliar a origem dos credores destas firmas (e, portanto, a fonte de seus fornecimentos) do que aqueles mercados de consumo com os quais vinham negociando. No entanto, algumas exceções nos permitirão, ao menos, ter uma idéia mesmo que genérica destes aspectos. Por exemplo, a firma *Almeida, Sarmiento e Cia.*, que

³⁰⁵ Inventário – Id. 2027 – ano 1907

³⁰⁶ id. ib. f.08

³⁰⁷ id. ib. f. 09

começou a girar em 1902, mantinha (conforme tabela anterior) um capital de 250:000\$ e um ativo de 368:691\$, dos quais 94:289\$ na rubrica de seus devedores em conta corrente³⁰⁸ ou algo em torno de 26% do ativo total. Destes, cerca de 61:705\$ (mais ou menos 65%) foram discriminados como “*devedores de fora*” e 32:585\$ como “*devedores da cidade*”.

Não que esta discriminação represente exatamente a origem dos créditos da firma (como mercados de consumo de suas mercadorias), mas não nos afastaríamos muito da realidade se fizermos uma suposição de que os mercados mais importantes da Companhia que estavam localizados “fora” do município podem incluir cidades da zona da Mata (a firma tinha filial em Retiro, distrito da cidade e que pode ter servido de contato para articular mercados na região) ou do interior mineiro. Esta suposição, que pode ser secundada pelos dados até agora analisados, vem confirmar a importância de Juiz de Fora como um *entreposto comercial* e espaço urbano privilegiado de absorção dos recursos que vinham circulando nas redes comerciais que se estruturaram tendo em vista o abastecimento não apenas de seu pólo urbano, mas também de todo um conjunto de cidades que compunham a hierarquia urbana da zona da Mata.

Outro exemplo importante que dispomos em inventários é o de Manoel Joaquim Gonçalves Faria³⁰⁹, sócio comanditário da firma *Medeiros, Martins e Cia.*, que se destinava “...ao fabrico e comércio de calçados, bebidas e massas alimentícias, e outras negociações que convenham à sociedade...”³¹⁰. Também aqui, apesar de sua feição nitidamente fabril (a firma vai se tornar uma sociedade anônima produtora de calçados, com a denominação *Sociedade Anônima Calçados São João em 1926*³¹¹), apresenta no inventário as mercadorias da *seção comercial*, onde podemos encontrar: “...peles de pelica, camurça, peças de elástico, carretéis de linha, fivelas, botões, resmas de papel branco, metros de forro e brim, quilos de fio de algodão, calçados, chinelos, uva passa, sacos de farinha de trigo e de fubá, tábuas, novelos de fio para máquinas, fardos de alfafa, sacos de milho, biscoitos, cerveja, quilos de fio de arame, latas de creolina, tonéis de álcool, vinagres, barris de vinho, quilos de macarrão, sacos de açúcar, latas de graxa, litros de licor, sacos de carvão, metros de lona, resma de lixa, quilos de pregos e etc.”³¹²

O volume total de suas mercadorias atingia a cifra de 67:673\$, superior à soma dos valores empattados em maquinismos (19:382\$), móveis e utensílios (12:955\$) e, mesmo, das

³⁰⁸ Inventário – Id.1809 – ano 1903 - f. 75-76

³⁰⁹ Inventário – Id. 2378 – ano 1913

³¹⁰ id. Ib. f. 09

³¹¹ GC 31/03/1926

³¹² Inventário – Id. 2378 – ano 1913 f. 34

benfeitorias que incluíam os barracões onde funcionava a fábrica (9:958\$). Na discriminação de seus maquinários, além de uma grande quantidade de máquinas destinadas à fabricação de calçados e macarrão, podemos encontrar um moinho *Lidgerwood* para fubá, além de um torrefador e moinho de café³¹³.

Mas, como no caso anterior, a escrituração da empresa vai trazer seus devedores organizados em função dos mercados que vai atingir. Na descrição de seus créditos encontramos contas correntes do “interior” e da “cidade”; as primeiras num total de 133:088\$ e as segundas 26:833\$, evidenciando novamente a importância dos mercados do “interior” para as empresas locais e nos quais (em que pese um sem número de devedores que nos foi impossível identificar) encontramos nomes, por exemplo, como Mascarenhas e Cia. (Cedro e Nova Paraopeba). Já entre os devedores “da cidade”, para além de firmas do Rio de Janeiro, encontramos nomes de importantes industriais e comerciantes do município (Caetano Begheli e Irmão, Viúva Scoralick, Viúva Kremer de Castro, Laguardia e Magaldi, Carmello Sirimarco, Henrique Griese, Christiano Gerheim, Jorge e Cia., Dias Cardoso e Cia., Renato Dias e Cia., J. Bisaglia e Irmão, Fraga e Cia., Christovam de Andrade, Jorge José Uhebe, Rivelli e Cia., Souzas, Antunes e Cia., etc.).

A presença de casas comerciais e firmas industriais locais como devedores e credores de empresas atacadistas que se desenvolveram no município vai ser uma constante, e, para nós, será de extrema importância, não só porque *demonstra a mesma capacidade de internalização dos fluxos comerciais que temos considerado, mas também e principalmente porque revela a condição de Juiz de Fora como provedora de artigos industriais produzidos na própria cidade para seus mercados no “interior” (em especial a zona da Mata)*. Tal como o ponto de referência das redes comerciais aqui delineadas, importantes mercados de consumo da produção industrial da cidade terão nos espaços assim articulados uma das condições fundamentais para o processo de realização da produção de manufaturados em Juiz de Fora.

Sendo assim, se voltarmos o eixo desta análise para os *credores* destas companhias, encontraremos um quadro bastante revelador dos principais mercados que atuavam como fornecedores de produtos para o espaço local e regional. Como estamos lidando com firmas bem menores que a Renato Dias ou a Dias Cardoso é importante verificarmos, também para este grupo de empresas, a composição de seus débitos e a origem de seus fornecedores, o que seguramente vai aproximar esta análise da realidade que procura investigar.

³¹³ Id. ib. f. 53

Como já observamos, estando a documentação referente aos inventários restrita para nossos objetivos imediatos, lançaremos mão do grupo de empresas para as quais dispomos de processos de falência para averiguar a origem dos débitos das firmas comerciais do município. Aqui, no entanto, a dificuldade de avaliar com segurança as dimensões das firmas nos fez incluir alguns pequenos comerciantes, apesar da presença de outros de maiores dimensões e claramente vinculados ao comércio por atacado. Na tabela a seguir (de número 32) podemos verificar nome, ramo de comércio a que se dedicavam e classificação para o grupo de empresas para as quais temos informações mais seguras.

Tabela 32
Falências de Firms Comerciais em Juiz de Fora
1899-1933
(períodos selecionados)

Ano	Firma	Ramo	Classificação	Requerentes
1899	<i>Antônio Cândido de Souza</i>	Comerciante de produtos em geral	varejista	Antônio Souza e Cia. (comissários – RJ)
1906	<i>Cyro Casali</i>	Negociante de produtos em geral	Atacadista	Almeida, Carvalho, Corrêa e Cia. (atacadistas)
1914	<i>José Augusto e Irmão</i>	Negociantes de Secos, Molhados, Fazendas Armarinhos em geral	Atacadista	Os mesmos
1922	<i>Antônio Rodrigues Cruzeiro</i>	Negociante de Secos e Molhados	Varejista	Barros e Cia. (SP)
1924	<i>Herbert Neubauer</i>	Comerciante de secos, Molhados e Artigos do gênero	Varejista	Vidal, Araújo, Fazollo Cia. (atacadistas)
1925	<i>Carvalho Jr. e Cia.</i>	Comércio em Grosso e Varejo de Cereais, Artigos Nacionais e Estrangeiros; Comissões, Consignações e Representações	Atacadista	Os mesmos
1925	<i>A. Ferreira do Amaral</i>	Armazém de Secos e Molhados	Atacadista	Rivelli e Cia. (atacadistas)
1925	<i>Antônio S. Ganimi</i>	Negociante com o comércio de Fazendas, Armarinho e Seção de Alfaiataria	Atacadista	O mesmo
1928	<i>Mascarenhas e Procópio</i>	Sociedade Mercantil; comerciantes de Fazendas	Atacadista	Os mesmos
1929	<i>Pedro Lucci</i>	Negociante de Fazendas, Armarinho e Modas	Varejista	Paulo Guaraciaba
1933	<i>Simão Antônio</i>	Negociante de Fazendas	Atacadista	Salim Calil Estefan (industrial)

Fonte: Processos de Falência – AHUFJF – vários anos

É importante que iniciemos a análise do passivo destas empresas por algumas breves considerações sobre o *comércio varejista*, principalmente aquele identificado com o ramo de gêneros e fazendas e/ou armarinhos. Como é natural, uma breve verificação da estrutura de seus passivos demonstra que as empresas comerciais e industriais de Juiz de Fora e da própria zona da Mata vinham desempenhando claramente o papel de fornecedores mais importantes para estas firmas, normalmente pequenas mas que, como se sabe, têm um papel fundamental nos *circuitos de distribuição final* das mercadorias em circulação. Para além da área propriamente urbana do município, *muitas vão se localizar nos distritos da cidade*, próximas às áreas rurais (onde a produção de café ainda era importante) e servirão como importante *meio de acesso para trabalhadores, fazendeiros e pequenos proprietários de uma forma geral aos produtos que vinham sendo negociados pelas firmas de maior porte* (inclusive para o fluxo da produção agrícola e industrial local e regional)³¹⁴.

Além do mais, *algumas das firmas atacadistas do município encontrarão neste setor suas origens*, se colocando como um campo bastante propício para a acumulação inicial de capital e recursos que serão posteriormente aplicados no crescimento de seus negócios, implicando, até certo ponto, num processo relativamente natural de ampliação de operações, onde não esteve ausente a mobilidade de sócios e de capital acumulado.

Se tomarmos os débitos de Herbert Neubauer³¹⁵ por exemplo, comerciante da cidade, percebemos nitidamente a função que a cidade assumiu na provisão de comércio varejista local (tabela 33).

³¹⁴ SARAIVA, L. F. (2001). Op. cit. p. 174 ss.

³¹⁵ Falência – Id. 1846 – ano 1924

Tabela 33
Decomposição dos Débitos da Firma de Herbert Neubauer
1924

Credores	Ramo de negócio	Origem	Valor	Natureza do débito
<i>J. Bisaglia e Cia.</i>	Secos e Molhados por Atacado, comissões e Consignações	JF	8:463\$970	Nota promissória , duplicata, conta corrente
<i>Luiz Mangoni</i>	Secos e Molhados	JF	410\$200	Duplicata
<i>Manoel Camarinha</i>	S/ Id.	JF	5:925\$000	Título em favor do Banco Pelotense
<i>Alavarenga e Cia.</i>	Aguardente e Álcool por Atacado	JF	615\$000	Duplicatas
<i>Gonçalves Franco e Cia.</i>	Cereais por Atacado	JF	293\$860	Conta corrente e Duplicata
<i>Antônio Passarela e Cia.</i>	Mantimentos e Molhados; Depósito de Querosene, Gasolina etc.	JF	769\$330	Conta corrente
<i>Otilio Galhardo</i>	Café – Vendas a Varejo e em Grosso	JF	868\$600	Conta corrente
<i>Chelini e Cia.</i>	Industriais – Destilaria	JF	35\$200	Duplicata
<i>Hermann Herhardt</i>	S/ Id.	JF	8:925\$000	Avalista (pagamento de título ao Capitalista José Procópio Teixeira)
<i>Germano Neubauer</i>	S/ Id.	JF	5:000\$000	Idem
<i>Fontes, Garcia e Cia.</i>	Importação e Exportação – Ferragens, Ferramentas, materiais para EF, artigos para a Lavoura	RJ	1:191\$610	Duplicatas
<i>Vidal, Araújo, Fazollo e Cia.</i>	Secos e Molhados por Atacado	JF	2:518\$000	Nota promissória
<i>Jacob Stephan</i>	Açougue	JF	756\$400	Conta corrente
<i>J. Toledo e Cia.</i>	Armazém de Mantimentos e Molhados. Exportação de Açúcar e Cereais	JF	597\$400	Duplicata
<i>Pedro Christiano e Irmãos</i>	Armazém de Mantimentos, Fazendas, Armarinhos, Chapéus etc.	JF	2:311\$070	Duplicata

Fonte: Falência – Id. 1846 – ano 1924 – f. 128 - AHUFJF

Ou, ainda, nas falências de *Antônio Domingues do Cruzeiro*³¹⁶, de 1922, negociante de secos e molhados em Vargem Grande, distrito de Juiz de Fora, e a de *Bartolo Pigozzo*³¹⁷ (o mesmo que mantinha entre seus credores trabalhadores rurais) cujos débitos também se distribuem predominantemente pelo município, apesar de manterem um espectro bastante amplo

³¹⁶ Falência – Id. 1844 – ano 1922

³¹⁷ Falência – Id. 1854- ano 1932

de credores, quando comparado ao caso anterior, estando presentes também vários municípios da zona da Mata, além das cidades do Rio de Janeiro e de São (tabelas 34 e 35).

Tabela 34
Decomposição dos Débitos da Firma de Antônio Rodrigues do Cruzeiro
(1922)

Credor	Origem	Valor do débito
<i>Barros e Cia.</i>	SP	14:400\$000
<i>J. Feraz e Cia.</i>	RJ	2:000\$000
<i>Racke e Cia.</i>	RJ	3:053\$000
<i>Mascarenhas e Bourdot</i>	JF	2:400\$000
<i>Teixeira, Borges e Souza</i>	JF	283\$000
<i>Fraga e Cia.</i>	JF	126\$000
<i>Fernando Lobo Sobrinho</i>	JF	97\$000
<i>Santos, Carvalho e Cia.</i>	JF	1:044\$000
<i>N. Assad e Irmão</i>	JF	800\$000
<i>José Antônio e Irmão</i>	JF	380\$000
<i>Horta e Cia.</i>	JF	532\$000
<i>Carvalho e Cia.</i>	RJ	248\$000
<i>Antônio de Barros</i>	JF	360\$000
<i>Cervejaria Americana</i>	JF	160\$000
<i>Henrique Coimbra</i>	JF	1:000\$000
<i>Nemán Salomão</i>	JF	638\$000
<i>Luiz Eugenio e Almeida</i>	JF	6:580\$000
<i>Ozório Rodrigues e Almeida</i>	JF	1:620\$000
<i>Machado e Cia.</i>	Rio Novo	298\$000
<i>José Alves dos Reis</i>	JF	3:275\$000
<i>Antônio Joaquim de Souza</i>	JF	600\$000
<i>Custódio Vaz</i>	JF	286\$000
<i>Daibert e Irmão</i>	JF	422\$000

Fonte: Falência – Id. 1844 – ano 1922 – f. 34

Tabela 35
Decomposição dos débitos da Firma de Bartolo Pigozzo - 1932

Credor	Origem	Valor	Natureza do débito
<i>Christiano Ribeiro e Cia.</i>	JF	10:176\$300	Duplicatas
<i>S. A. Estabelecimento Ciampi</i>	JF	2:228\$400	Duplicatas
<i>Queiroz, Irmão e Cia.</i>	JF	4:556\$750	Duplicatas e vale
<i>Fazenda de Sant'Anna</i>	JF	2:237\$500	Nota de fornecimento
<i>Ferreira, Veiga Cia.</i>	JF	2:143\$000	Duplicatas
<i>Elias Bechara e Irmão</i>	JF	2:075\$000	Duplicatas e vale
<i>Casa Francalanza</i>	RJ	1:700\$000	Duplicata
<i>José Antonio e Irmão</i>	JF	1:489\$000	Duplicata
<i>Sebastião José Domingos</i>	JF	1:289\$000	Duplicata
<i>J. G. Almeida</i>	RJ	1:066\$000	Duplicata
<i>G. Moreira e Salheiro</i>	RJ	1:000\$000	Duplicata
<i>F.T. Pinheiro Jr.</i>	JF	775\$600	Duplicata
<i>Castro e Irmão</i>	JF	541\$000	Duplicata
<i>Faylum e Cia.</i>	São João Nepomuceno	680\$000	Nota
<i>Christovão Fernandes e Cia.</i>	RJ	637\$000	Duplicata
<i>Olívio de Castro e Cia.</i>	JF	541\$000	Duplicata
<i>F. Abranches e Cia.</i>	Barbacena	519\$000	Duplicata
<i>Polito e Filho</i>	JF	467\$500	Duplicata
<i>Netto e Moreira</i>	JF	448\$700	Duplicata
<i>B. Maia e Cia.</i>	RJ	413\$000	Duplicata
<i>Maria Cândida Conceição</i>	JF	400\$000	Promissória
<i>Costa e Cia.</i>	JF	328\$700	Duplicata
<i>Nicolau Ferreira dos Santos</i>	JF	283\$000	Duplicata
<i>Luis Eneas Mescolim</i>	JF	283\$300	Duplicata
<i>Cia. Progresso de Itajubá</i>	São Paulo	250\$000	Duplicata
<i>José Martins de Moraes</i>	JF	250\$000	Promissória
<i>José Magri e Filho</i>	Ubá	224\$000	Duplicata
<i>F. Leal</i>	RJ	226\$800	Duplicata

Decomposição dos débitos da Firma de Bartolo Pigozzo – 1932 (cont.)

Credor	Origem	Valor	Natureza do débito
<i>Jorge Miguel e Irmão</i>	JF	212\$000	Duplicata
<i>J. Pasquini</i>	JF	195\$500	Duplicata
<i>Martins e Irmãos</i>	Serraria	190\$000	Nota
<i>Luiz Figueiredo e Cia.</i>	Afonso Arinos	183\$300	Duplicata
<i>Martim Domingos</i>	JF	180\$000	Nota
<i>Sociedade Anônima Oscar Meurer</i>	JF	177\$000	Duplicata
<i>H.L. Lairise</i>	Itanhandú	127\$000	Duplicata
<i>Cia. Manufatura Veado</i>	RJ	170\$000	Duplicata
<i>Antonio Pontes</i>	JF	170\$000	Duplicata
<i>Augusto Brandão e Cia.</i>	JF	165\$000	Duplicata
<i>Souzas, Antunes e Cia.</i>	JF	157\$000	Duplicata
<i>Florêncio e Cia.</i>	JF	105\$000	Nota
<i>Manoel Baptista</i>	Carandahy	100\$000	Duplicata
<i>P. Scaldoferrri e Irmão</i>	Palmyra	95\$000	Duplicata
<i>J. L. Araújo</i>	RJ	90\$000	Duplicata
<i>Neder e Irmão</i>	JF	90\$000	Duplicata
<i>Tamancaria Malho</i>	JF	90\$000	Duplicata
<i>João Baptista Campos</i>	JF	64\$000	Duplicata
<i>Gomes e Pereira</i>	JF	70\$900	Duplicata
<i>Candido Martins Oliveira</i>	Ubá	81\$600	Duplicata
<i>Francisco Victor</i>	JF	62\$000	Duplicata
<i>Mario Braga e Cia.</i>	Piraúba	113\$000	Duplicata
<i>Ulderico Martoni</i>	Mercês	42\$000	Duplicata
<i>Guimarães e Filho</i>	Ubá	76\$500	Duplicata

Fonte Inventário – Id. 1854 – ano 1932 – f. 04

Contudo, são os fornecedores das empresas atacadistas aqui consideradas como de *menor porte* que interessa ressaltar. Se levarmos em conta as informações que dispomos para as empresas que podem ser colocadas nesta classificação, encontraremos uma situação relativamente diferenciada daquelas que consideramos anteriormente como grandes empresas atacadistas, nas quais a provisão de bens por parte dos grandes pólos dos circuitos comerciais aqui em questão tinha papel de destaque. Para efeitos de melhor visualização de seus débitos, organizamos a tabela 36 onde *agregamos as informações* e consideramos as parcelas referentes aos distintos espaços de provimento.

Tabela 36
Origem do Débito para algumas Empresas Atacadistas de Juiz de Fora
1906/1933
(períodos selecionados)

Ano	Empresa	Juiz de Fora	Zona da Mata	Rio de Janeiro	São Paulo	Minas Gerais	Outros/ N. Ident.
1906	<i>Cyro Casali</i>	8:162\$ (51,43)	3:312\$ (20,87)	870\$ (5,48)	2:033\$ (12,81)	1:452\$ (9,21)	-----
1914	<i>José Antônio e Irmão</i>	25:760\$ (37,82)	1:738\$ (2,55)	17:960\$ (26,37)	21:488\$ (31,55)	1:009\$ (1,48)	422\$ (0,61)
1925	<i>Carvalho Júnior e Cia.</i>	27:980\$ (53,06)	-----	1:753\$ (5,70)	9:203\$ (3,61)	13:795\$ (20,16)	-----
1925	<i>A. Ferreira do Amaral</i>	20:660\$ (60,09)	3:307\$ (9,61)	6:394\$ (18,59)	1:098\$ (3,19)	2:918\$ (8,48)	-----
1928	<i>Mascarenhas e Procópio</i>	467:948\$ (92,14)	22:433\$ (4,41)	5:372\$ (1,05)	-----	12:090\$ (2,38)	-----
1933	<i>Simão Antônio</i>	68:748\$ (75,83)	-----	12:027\$ (13,26)	8:038\$ (8,86)	1:840\$ (2,02)	-----
Médias Percentuais		61,72	9,36	11,74	12,00	7,35	

Fonte: Falências – vários anos – AHUFJF

Os dados da tabela acima só vêm confirmar a importância do espaço econômico local e regional para o fornecimento das empresas atacadistas que se desenvolveram em Juiz de Fora no período desta análise. Se considerarmos a cidade e a região, teríamos em média na mostra (naqueles casos em que cidades da zona da Mata estão presentes) cerca de 71% de todos os débitos apresentados, em que pese o fato da cidade ser, inquestionavelmente, o maior componente deste valor. Além disso, se associarmos as médias de Juiz de Fora e da Mata com aquelas que se originam em outras cidades de Minas teríamos um valor mais expressivo ainda, de cerca de 78,43%. É de se fazer notar que entre as cidades que computamos como sendo de Minas estão presentes, por exemplo, Barbacena, centro urbano bastante próximo a Juiz de Fora mas que,

para todos os efeitos, foi considerada como pertencente à região das Vertentes e não da zona da Mata. Já a participação dos centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo, conjuntamente, será apenas de 24%, em que pese o fato de que para algumas empresas consideradas isoladamente este cômputo poder ser maior ou, mesmo, constituir a parcela mais significativa dos débitos destas empresas.

Tais valores demonstram cabalmente que, ao menos para os circuitos comerciais aqui em questão, *a historiografia tem sido extremamente simplista* ao considerar a região da zona da Mata como unicamente “deficitária” para com o comércio com centros como o Rio de Janeiro. O que aparentemente podemos verificar é que houve uma *complexa rede de comercialização que articulou profundamente as estruturas de produção locais e regionais com circuitos mercantis que vão ser em grande parte responsáveis pela aproximação destas estruturas de produção com aquelas de consumo geradas pela própria dinâmica econômica da região*. O potencial de geração de recursos e de sua retenção nos espaços econômicos aqui considerados constitui, assim, um aspecto extremamente significativo, tendo em vista a delimitação do complexo regional e a configuração de seu centro urbano que acabou por desempenhar uma função tão importante nas redes e circuitos que vai interligar quanto os principais pólos urbanos do país com relação a economia à qual serviam de referência.

Mas falta a esta análise esclarecer outro componente essencial da participação do município nas redes de comercialização que caracterizaram o circuito maior que integrou os principais núcleos de produção agroexportadores do país. Como já verificamos, esta participação é de particular importância porque será exatamente no interior deste circuito que vão se manifestar muitas características que vão permitir a delimitação do *complexo exportador de Minas* no que esta estrutura vai possuir como potencial de produção e retenção de recursos gerados em seu espaço próprio e, ao mesmo tempo, limitado pela sua configuração geográfica e político-administrativa interiorana.

Vimos no que se refere ao componente das importações o potencial da economia agroexportadora da Mata na *internalização* dos principais fluxos de comercialização e sua importância para o processo de acumulação de capital vinculado às suas diversas estruturas de produção. Mas é quanto ao componente vinculado às *exportações* que boa parte dos *limites* que envolveram essa *estrutura essencialmente exportadora e interiorana* vão se manifestar. Como corolário natural desta situação, por sua proximidade com um dos principais portos de exportação

do país, ponto de articulação mais importante do espaço econômico regional com o mercado internacional, não seria de surpreender que os componentes mais importantes da *estrutura de comercialização externa vinculada às exportações estivessem apenas secundariamente vinculados* à economia agroexportadora da Mata. A distinção espacial entre a estrutura de produção exportadora regional e aquela de sua comercialização externa será um dos elementos mais importantes a determinar o que temos considerado aqui como *assimetrias dos fluxos de recursos* entre a economia da Mata e o Rio de Janeiro.

Se iniciarmos nossa análise com os dados que possuímos sobre empresas que vinham negociando principalmente com o café, teríamos um quadro bastante interessante desta estrutura de comercialização externa e da forma como concretamente se manifestou neste espaço marcado pela contraposição entre as esferas da produção e de circulação da economia (tabela 37)

Tabela 37
Comerciantes de Café em Juiz de Fora
(1883/1932)

Ano	Nome / Razão Social	Sede	Representação em JF	Observações
1883	J. Abraham e Filhos Paris	RJ	Almeida e Castro	Exportação direta de café; contém, descrição de detalhes da comercialização do café e das vantagens da exportação direta <i>...podendo os srs. lavradores sacarem, logo após a referida expedição, contra os mesmos Almeida e Castro, por 2/3 do valor de suas consignações, ficando o excedente por ser liquidado depois da conta da venda prestada, ou em dinheiro, ou em saques contra a dita casa, segundo aprover os remetentes.</i>
1885	Vianna, Teixeira e Cia.			Café e outros gêneros Sócios: Barão de Werneck, João Rodrigues de Castro e Custódio Teixeira Pinto
1885	Pereira, Neves e Cia.			Café e outros gêneros
1886	Teixeira de Castro e Cia.			Café, toucinho, queijos, fumo e demais gêneros
1887	Okell, Mourão e Wilson			Café, algodão, fumo e demais gêneros nacionais e estrangeiros, importadores de farinha de trigo
1888	Baptista, Belfort e Cia.	RJ		Café e demais gêneros do país
1888	Duarte, Lima e Cia.			Café, toucinho, fumo, queijos e demais gêneros nacionais e estrangeiros
1889	Souza, Gomes e Irmãos	RJ		Comissários de café e mais gêneros do país
1889	Joaquim Thomaz de Aquino Cabral e outros		Leopoldina	Formou-se na cidade de Leopoldina uma sociedade para compra de café, comissões e grande depósito de gêneros do país, entre os srs. Joaquim Thomaz de Aquino Cabral, Sérvulo de Souza Fontes e João Caetano de Almeida Gama
1890	Casa de Comissões	RJ	C. Blanchard	Exporta por conta do freguês, café, madeiras, couros e outros para o Havre Importação e Exportação da Europa e Estados Unidos - Isid Haas
1890/92	C. Blanchard	JF		Comissário de café
1890	J.J. Almeida Júnior	JF		Café e estabelecimento de ferragens e depósito de gêneros para a lavoura e comissão de gêneros do país, madeiras, fumo; importação de maquinismos, motores e aparelhos para café e cana
1891	Costa Mattos e Cia.			Café, fumo e demais gêneros
1891	Baptista e Cia.	JF		nos encarregamos de exportar café para qualquer país estrangeiro. Tudo mediante módica comissão.
1892	Ferraz, Serafime Cia.	RJ	Depósito de sacos na casa de Sival e Cia.	Café e mais gêneros
1892	Lemgruber, Moreira e Cia.			Café e mais gêneros; armazém de molhados e mantimentos

<i>1892/3</i>	<i>Guimarães e Lima</i>	RJ		<i>O engenheiro civil Julio Cezar Queiroz, Guimarães e o advogado Benjamim de Miranda Lima comunicam a seus amigos deste Estado que fundaram no RJ (...) uma casa de comissões de café e mais gêneros do país sob a firma Guimarães e Lima, ficando o primeiro na gerencia da mesma casa e o segundo no exercício de sua profissão em Ouro Preto.</i>
<i>1892</i> <i>1892</i>	<i>Guimarães Bastos, Barroso e Cia.</i> <i>Albino Duarte e Costa</i>			<i>Café e mais gêneros</i> <i>Sócios: Luis Felipe da Costa e Albino José Duarte</i>
<i>1892/94</i>	<i>Castanheira e Vargas</i>	RJ	Depósitos de sacos na estação de Retiro e m casa de Victorino e Coimbra	<i>Café e mais gêneros</i>
<i>1892</i>	<i>Francisco Sattamini e Cia.</i>	RJ	José Eugênio Monteiro de Castro	<i>Café e mais gêneros</i>
<i>1892</i>	<i>Mesquita, Coelho e Velasco</i>	RJ		<i>Café e mais gêneros</i>
<i>1892</i>	<i>Malafaia, Filho e Cia.</i>			<i>Café e mais gêneros do país; Pagamento à vista dos líquidos das contas de vendas ou saldo de contas correntes em seu poder. Fazem adiantamentos de dinheiro sobre conhecimento de gêneros. Fornecimento de gêneros nacionais ou estrangeiros a preços de primeira mão, recebidos diretamente e de conta própria dos estados do Sul e da Europa</i>
<i>1892</i>	<i>Almeida e Paiva</i>			<i>Café e outros gêneros</i>
<i>1892</i>	<i>Pinheiro, Ribeiro e Cia.</i>	Rio Novo		<i>Café e depósito de sacos em Rio Novo</i>
<i>1893</i>	<i>Baptista, Andrade e Cia.</i>	RJ		
<i>1893</i>	<i>Castro, Rodrigues e Cia.</i>	RJ		<i>Comissários de café e mais gêneros do país</i>
<i>1893</i>	<i>Cia. União dos Lavradores</i>	RJ	Depósito de sacos em Lima Duarte	<i>Comissários de café</i>
<i>1893</i>	<i>Dias, Barcellos e Cia.</i>	RJ		<i>Antiga Casa Cornélio e Cia. - Comissários de Café</i>
<i>1893</i>	<i>Mariani, Ramos e Cia.</i>	RJ		<i>Comissários de café e mais gêneros do país</i>
<i>1893</i>	<i>Lima e Cia.</i>	RJ		<i>Comissários de café e mais gêneros do país</i>
<i>1894</i>	<i>Magalhães, Barroso e Nogueira</i>	RJ		<i>Comissários de café, açúcar e demais gêneros do país</i>
<i>1894/95</i>	<i>José Affonso Fontainha Sobrinho</i>	RJ	Eugênio Fontainha	<i>Paga-se contas de venda e adianta-se dinheiro sob conhecimento</i>

1894	Ignácio Guimarães e Cia.	RJ	Representante em JF para amostras e comércio de sacos Miguel Ferreira de Carvalho	Comissários de café e mais gêneros do país
1894	Bento Xavier e Andrade	RJ		Comissários de café
1895	Juppert, Barros e Cia.	RJ		Comissários de café
1895	L. Baeta e Cia.	RJ		Comissários de café e outros gêneros do país; importação e exportação
1896	Terra e Cia.	RJ		Comissários-importadores, recebendo consignações de café, fumo, toucinho, queijo, cereais, carnes, etc.
1897/99	Pinheiro, Machado e Cia.	JF		Compram qualquer quantidade em coco, casquinha ou preparado pagando à vista pelos preços do mercado do Rio
1897	Castello Branco, Corrêa e Cia.	RJ		Comissários de café e outros gêneros
1897	Victorino Cardozo e Cia.			Representantes de Hard, Hand e Cia. - Exportadores de café
1897	Jovelino Barbosa e Cia.	JF	No "O Pharol"	Comissários de café com venda direta a exportadores
1897	Augusto Lopes da Motta	JF	Cerqueira e Soares	Correspondentes no RJ, para o sr. Augusto Lopes da Motta, estabelecido em JF com armazém de secos, molhados e gêneros do país e café para exportação
1897	Charles Purcell	JF		Comprador de café, representante de "Pecher e Cia."
1897	Ribeiro e Filho	JF		Agência Mercantil e Intermediária de negócios; comissões e consignações de café, gêneros do país; compra e venda de ouro, prata, brilhantes; casa importadora
1898	Onofre Mendes	JF		Agente Comercial e Financeiro - Comprador de Café
1898	Pinheiro, Ribeiro e Cia.	RJ	Depósitos de sacos em JF na casa de Pedro Ribeiro do Nascimento	Comissário de Café
1899	Gonçalves, Pereira e Cia.	RJ	Depósito geral no estado de MG em JF – Leon Aníbal	Fábrica na Ilha do Governador Comissários de café e gêneros do país
1900	Antônio Souza e Cia.	RJ		Comissários de café e consignação de gêneros alimentícios
1900	J. Camarão e Cia.	RJ		Comissários de café e mais gêneros do país
1900	Eduardo Araújo e Cia.	RJ	Onofre Mendes	Antiga Casa A. M. Gonçalves Jr. E Cia., comissários de café e mais gêneros do país
1900	Coelho Bastos e Cia.	JF		Compra de café e consignação de gêneros

1900	Aguiar e Cia.	RJ		Comissários de café, fumo e mais gêneros
1900	Oliveira, Carvalho e Cia.	RJ	Representante em Sobragy sr. Joaquim Rodrigues do Cruzeiro	Comissários de café e mais gêneros; (...) faz adiantamentos de 60% sob o líquido provável do café despachado.
1900/01	Guimarães Campos e Ribeiro	RJ		Comissões e consignações de café, fumo, queijos, toucinho e mais gêneros do país
1900	Theodor While e Cia.	RJ		Sucessores de "While, Schmilinski e Cia." compradores de café
1900	Adolpho Lisboa Guimarães e Cia.	RJ		Comissários de café. Fazem adiantamentos proporcionais ao valor dos cafés despachados
1900	Pullen, Schmidt e Cia.	RJ	Pinheiro Machado e Cia	Comissários de café, borracha e outros gêneros; importadores de fazendas e calçados
1900	Miranda, Velloso e Cia.	RJ		Comissários de café e mais gêneros do país
1900	Vilmont e Cia.	RJ		Comissários de café e mais gêneros
1900	Miranda Júnior e Cia.	RJ		Comissários de gêneros nacionais e consignação de café
1900/01	Fonseca Costa e Cia.	RJ		Importação e exportação de fazendas por atacado, comissão de café e mais gêneros do país
1900/04	Eduardo Araújo e Cia.	RJ		Comissários de café e mais gêneros do país
1900	Mario de Almeida e Cia.	RJ		Comissários e café e mais gêneros nacionais; sucessores de Souza. Almeida e Cia.
1901	Duarte Dau e Cia.	RJ		Adiantam aos seus amigos que os honrarem com suas consignações qualquer quantia proporcional ao valor de suas remessas
1901	E. Johnston e Cia	RJ	B. Penna e Cia.	Café – compram e pagam à vista qualquer quantidade. Pagam 80% dos cafés consignados à casa exportadora E. Johnston e Cia - RJ
1901/02	Pedro Ribeiro e Cia.	RJ	Almeida, Sarmiento e Cia	Comissários de café e mais gêneros do país Os líquidos de contas de venda de nossos fregueses desta zona serão pagos nesta cidade aos que assim desejarem pelos nossos sócios Almeida, Sarmiento e Cia.
1901	Barbosa e Marini	RJ		Café e demais produtos
1901	Francisco Valverde de Miranda	RJ		Café
1901	Montes e Cia.	RJ	Agente local: Capitão Carlos Machado	Café e demais gêneros
1901	Souza, Guimarães e Cia.	RJ	Representante no interior: Antônio Martins de Souza Araújo	Café e demais gêneros
1901	Fonseca Machado e Irmãos	RJ		Comissários de café

1902	Henrique Costa Reis, Irmão e Cia.	RJ	Benjamin Rezende	Café
1902	Guimarães, Dantas e Cia.	RJ		Comissões de café, fumo e mais gêneros do país. Importadores de armarinhos e ferragens
1902	Luiz Antônio Garcia Jr.	RJ	Gabriel Garcia da Rocha Pinto	Comissões de café. Há mais de 30 anos
1902	Araújo, Maia e Cia.	RJ		Recebem café a consignação
1902	J. Montes e Cia.	RJ		Comissários de café e mais gêneros do país
1903/04	Hard, Hand e Cia.	RJ	Representante direto: M. Dubourco da Silva	Exportadores de café
1903	Hard, Hand e Cia.	RJ	José Maria de Carvalho Jr.	Exportadores de café
1903	Severo, Jorge e Cia.			Comissários de café
1903	Almeida, Sarmiento e Cia.	JF		Casa intermediária de café e mais gêneros do país
1903	Celestinos e Cia.	RJ	Representante neste estado José C. Pimentel	Comissários de café e gêneros do país
1903	Hime e Cia.	RJ		Comissários de café, cereais e demais produtos
1905	A. Santos Moreira e Cia.	RJ	Representante na zona: Libânio Vaz	Adiantam 70% do valor das remessas consignadas
1905	Lopes, Ribeiro e Cia.	RJ		Negociantes e comissários de gêneros do país e demais produtos e com armazém de secos e molhados
1906	Nascimento Costa e Cia.	RJ		Comissários de café, fumo, toucinho, queijos e demais gêneros do país
1906	Ribeiro, Ferreira e Cia.	RJ		Comissão e consignação de café, açúcar, banhas, fumo, gado, óleo, toucinho, vinhos, charque, etc., nacionais e estrangeiros
1906	Dias Garcia e Cia.	RJ		Comissários de café e cereais, importadores de ferragens, artigos para a lavoura e material para canalização de água e gás
1906	Américo Machado e Cia.	RJ		Comissários de café, cereais, fumo, toucinho, borracha, etc., também por consignação
1906	Dennis R. Andrews	RJ		Comprador de café de Hard, Hand e Cia.
1906	Avellar e Cia.	RJ		Comissários de café e mais gêneros do país
1907	Oliveira, Carvalho e Cia.	RJ		Comissários de café
1907	Chistovam de Andrade e Cia.	JF		Compram qualquer quantidade de café nesta cidade, nas estações das estradas de ferro da Central e mesmo nos estabelecimentos agrícolas, oferecendo vantagens nos preços
1907	Viúva Albuquerque e Cia.	JF		Comissões e Consignações; recebem a consignação: café, milho, feijão, toucinho, carne salgada e toda sorte de mantimentos. Compram-se e vendem-se galinhas, ovos e frangos. Boas contas de vendas. fazem adiantamentos sobre as remessas de gêneros

1907	<i>Hard, Hand e Cia.</i>	RJ	Escritório e armazém em JF	<i>Compras de café – Hard, Hand Cia.</i>
1907	<i>Lopes, Filgueiras e Costa</i>	RJ		<i>Recebem café consignação e mais gêneros, nacionais; Armazém por atacado. Açúcar, sal, charque, cereais e molhados</i>
1907	<i>Luiz Corrêa, Velloso e Cia.</i>	RJ	São representantes nas zonas da E.F. Piau por Dutra e Velloso , residentes na estação de Cel. Pacheco, com os quais poderá ser tratado qualquer negócio	<i>Comissários de café, cereais e outros gêneros do país</i>
1908	<i>Lopes, Filgueiras e Costa</i>	RJ		<i>Consignação de café e demais gêneros nacionais; armazém para atacado</i>
1908	<i>Gomes, Silva e Cia.</i>	RJ		<i>Comissões e consignações, armazém de molhados e outros produtos, gêneros importados</i>
1908	<i>Rodrigues e Cia.</i>	Rio Novo		<i>Escritório de compra de café Arthur Pereira Rodrigues e H. Letayff tem a honra de comunicar a todos senhores fazendeiros e compradores de café que nesta data organizaram entre si uma sociedade sob a razão social de Rodrigues e Cia., para a compra em grosso de qualquer quantidade de café. Devido ao contrato que firmaram com os importantes exportadores de café Ornstein e Cia., acham-se habilitados para nas melhores condições possíveis poderem diariamente pagar o café pelo máximo das cotações do mercado do RJ - Escritório no Engenho Central – da Cidade de Rio Novo</i>
1909/17	<i>Lage e Irmãos</i>	RJ		<i>Entrepasto de café, recebendo consignação de cafés, transporte e ensacagem do produto; cobram 700 réis por saca; comércio de máquinas para beneficiar café</i>
1909	<i>Francisco do Amaral Camargo Sobrinho</i>	SP		<i>Comissão e consignação de café, milho, feijão e arroz</i>
1910	<i>Galeno Gomes e Cia.</i>	RJ		<i>Comissões de café e mais gêneros do país</i>
1910	<i>Sizenando de Almeida e Cia.</i>	RJ		<i>Comissários de café e mais gêneros</i>
1910	<i>Café e Cereais</i>	JF		<i>Compram-se e vendem-se de qualquer qualidade no escritório intermediário de negócios à rua Halfeld 155</i>
1910	<i>José Teixeira de Carvalho e Cia.</i>	JF		<i>Comprador de café em JF</i>
1911	<i>Armando José Fernandes</i>	JF		<i>Comprador de café em JF</i>
1912	<i>Dias, Garcia e Cia.</i>	RJ		<i>Comissários de café e mais gêneros do país; importadores de louças, ferragens, óleos, cimento, canos de ferro, telhas, arame; artigos para construção de estradas; artigos para a lavoura, formicida, creolina, etc.</i>

1913	Hard, Hand e Cia.	RJ	Agência em JF com o representante D.R. Andrews	Compradores de café
1913	Hard, Hand e Cia.	RJ	Agência JF: Renato Dias e Cia.	Compradores de café
1913	Antônio Pereira Maduro	JF		Mantimentos e molhados por atacado e varejo, Compra de Café e outros – Mathias Barbosa
1914/18	Souza, Antunes e Cia	JF		Compra de café - Comissão e consignação, depósito de trigo, banha, sal, velas, querosene, sabão, charque e vinhos importados diretamente
1915	Dias, Garcia e Cia.	RJ		Exportadores e comissários de café e mais gêneros do país
1915	Pinto e Cia.	RJ e JF	(Mathias Barbosa)	Ensacadores e exportadores de café
1916	Cooperativa Agrícola de JF	JF		Consignação, remessa de café para o Rio e estrangeiro; máquinas para beneficiar café e arroz Remete cafés para o Rio e estrangeiro – consignação e a custo de frete – máquinas para beneficiar café e arroz – Armazéns Gerais – Presidente: Luiz de Souza Brandão
1916	Casa Christovam de Andrade	JF		Casa Comercial geral e de café
1916/17	Luiz Welisch	RJ		Comissões e consignações de qualquer gênero do país
1917/18	Brazilian Warrant Company Limited	SP		Consignação de cereais
1917	Lobato, Souza e Cia.	JF		Armazém de molhados e mantimentos por atacado e depósito de aguardente e toucinho, comissões e consignações em JF
1917	J. Bisaglia e Irmão	JF		Café e cereais
1917	Caetano, Netto e Marques	JF		Comissão e consignação – café com usina de arroz e fubá, armazém de comestíveis e molhados; comércio de gêneros mineiros, compradores de arroz e fumo
1918	João Ernesto Barra	SP		Comissões, consignações e representações
1918	Almeida Carvalho, Corrêa e Cia.	JF		Comissões e consignações; comércio de açúcar refinado, mantimentos e molhados por atacado; sede em JF com caixa no RJ
1919/20	Rocha Faria e Cia.	RJ		Comissários de café
1919/20	Agência Commercial do Banco Popular de Minas Gerais	RJ		Comissários de café Rio e Santos para consignações
1920	Pinto, Lopes e Cia.	RJ		Comissários de café
1920	Lobato, Álvares e Cia.	JF		Com armazém de molhados e mantimentos, atacado, nacionais e estrangeiros; comissões e consignações
1921	Rocha Faria e Cia.	RJ		Comissários de café

1921/22	Andrade, Lemos e Cia.		Representante em JF Geraldo Filgueiras de Rezende	Comissários de café
1922	Rocha Faria e Cia.	RJ		Sede – Matriz: Rio de Janeiro - Filial: Santos
1922	Andrade Lemos e Cia.	RJ	Único representante: Geraldo Filgueiras de Rezende	Comissários de café
1922	Bechtinger e Cia.	RJ		Compras mediante comissão e consignações de fazendeiros e negociantes
1922/24	Esteves, Rezende e Cia.	RJ	Geraldo Filgueiras de Rezende	Nova casa comissária organizada pelos srs. Graciano Esteves Areal e Geraldo Filgueiras de Rezende, com sede no RJ para comércio, comissão e consignação de café tendo como único representante em JF o sr. Geraldo Filgueiras de Rezende - Cobra \$700 por saca de comissão
1922	Martins Barra e Cia. Ltda.	SP	Damásio e Alvarenga	representação, comissão e consignação de máquinas para indústria e para lavoura
1923/24	Andrade Lemos e Cia.	RJ		Comissários de café
1923/24	Esteves, Rezende e Cia.	RJ	Representante em JF Geraldo Filgueiras de Rezende	
1924	Carneiro, Bastos e Cia.	RJ		Fundada no Rio pelos srs. Victor Garcia, fazendeiro em Porto das Flores, Nicolau Bastos Filho, comerciante e industrial em Itaperuna e Aristides de Castro Carneiro, ex-sócio da firma Garcia, Bastos e Carneiro; comercializa também gêneros do país Comissários de café, madeiras e mais gêneros do país
1925/26	Andrade Lemos e Cia.	RJ		Comissários de Café
1926	Antônio Pereira Maduro	JF		Compra qualquer quantidade de café; pagamentos diante os documentos de embarque – aceita amostras de café casquinha para oferta oportuna
1927	Andrade Lemos e Cia.	RJ		Comissários de Café
1932	Esteves, Rezende e Cia.	RJ	Geraldo Filgueiras de Rezende	Capital: 1.000:000\$000 Esteves, Rezende e Cia. Comissários de café, estabelecidos no RJ

Percebe-se nitidamente pelos dados organizados na tabela 37 o delineamento da estrutura comercial exportadora de café que se organizou em Juiz de Fora. *Os comissários de café originados no Rio de Janeiro tiveram uma expressiva maioria no comércio cafeeiro e, mais do que isso, aparentemente mantiveram esta maioria em todo o período aqui considerado.* A sua presença é uma constante em vários documentos e por sua posição, regularidade e importância demonstra muito bem que os fluxos de exportação cafeeira estiveram sempre sobre o controle de agentes econômicos alheios à estrutura de produção local.

Mas se o comércio cafeeiro sempre teve nos agentes do Rio de Janeiro seu ponto de referência mais importante, isso não quer dizer que ele tenha sido feito sempre da mesma forma. A cidade viveu visivelmente todos os aspectos e conseqüências do longo e tortuoso processo conhecido como “crise dos comissários”, muitos a ter fortes impactos na própria estrutura comercial de Juiz de Fora. Se considerarmos parte da análise que realizamos em nosso trabalho anterior³¹⁸, verificaremos que um intenso processo de diversificação econômica na cidade trouxe como conseqüência uma gradual modificação no esquema comercial de relacionamento entre comissários e fazendeiros da região.

De um lado, a estrutura comercial da cidade já tinha evoluído o suficiente para que as próprias casas comerciais do município, principalmente as atacadistas, por suas dimensões internas, articulação com o comércio de importação e exportação, escala de operações, relativa especialização de funções etc., se colocassem gradualmente como os principais pontos de fornecimento e provisão de produtos que as fazendas necessitavam no correr de seu período de produção; assim, poderiam também se colocar como intermediadoras de operações comerciais com o café, mesmo que estas não tenham representado um componente importante do conjunto de suas operações. Ao mesmo tempo, a crise que vivia o comissariado de café no Rio de Janeiro trouxe como reação imediata a retração de várias funções até então realizadas por este grupo de comerciantes, incluindo o financiamento da produção e fornecimento de bens para as fazendas de café que estavam escapando da escala que vinham podendo operar. *O comércio do Rio de Janeiro havia perdido a posição de principal espaço de provisão direta de produtos e recursos financeiros para o processo de reprodução econômica da economia agroexportadora local, apesar de manter ainda a condição de principal espaço de exportação de sua produção.*

³¹⁸ PIRES, A. (1993) **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1929.** Op. cit. Cap. 3

Mais que isso, o comércio do café sofria uma concorrência tenaz com a presença das firmas exportadoras, que, com uma rede de agências e casas de representação em mercados estratégicos no interior, vinham se colocando como importante alternativa para a comercialização do produto; a manutenção de representantes ou a abertura de agências no interior vinham sendo, mais que nunca, uma necessidade crucial para a manutenção de mercados fornecedores de café. Ora, tanto melhor se neste mercado já houvesse uma rede de comercialização relativamente desenvolvida e que vinha lidando diretamente com o universo agrário da economia como fornecedora de produtos diversos.

A articulação com a estrutura comercial local seria, neste ponto de vista, relativamente natural e várias empresas do município (se destacando entre elas várias grandes firmas atacadistas e algumas exportadoras diretas) vão se colocar diretamente ou não na rede de captação e distribuição do café do interior para empresas comissárias e exportadoras do Rio. É de se destacar, neste sentido, empresas como *Baptista e Cia.*, *Renato Dias e Cia.*, *Almeida, Sarmiento e Cia.*, *Pinheiro, Machado e Cia.*, *Almeida, Carvalho, Corrêa e Cia.*, *J.J. Almeida Jr.*, *Augusto Lopes da Motta etc.*

Além disso, algumas casas comissárias associadas a agentes visivelmente originados na cidade também são dignas de nota, mesmo que algumas estivessem localizadas no Rio, mantendo na cidade apenas um representante que poderia ser mesmo um dos sócios da empresa. Este parece ter sido o caso, por exemplo, da *Baptista, Belfort e Cia.*, *José Affonso Fontainha Sobrinho, Pinheiro, Machado e Cia.*, *José Teixeira de Carvalho e Cia.*, *Armínio José Fernandes, Antônio Pereira Maduro, Pinheiro Ribeiro e Cia.*, *Caetano, Netto e Marques, Esteves, Rezende e Cia. etc.*

Também seria digno de nota o fato do município ter sediado agências e/ou representantes de grandes firmas exportadoras estrangeiras de café como foi o caso da *Hard, Hand and C.*, *E. Johnston, Theodor While, Pullen Schmidt e Cia.*, *Hime e Cia.*, *Brazilian Warrant Company*, entre outras, indicando a posição central que eventualmente o município assumiu também no que se refere às redes de comercialização de café e aos circuitos que representavam as exportações dos fluxos de produção da região.

Em síntese, parece ter sido esta a parcela que coube ao município na estrutura de comercial de exportação do café da região: a presença de grandes e médias casas atacadistas, principalmente do setor de alimentos e refinarias que se punham como representantes, agentes ou

mesmo comerciantes diretos de café; algumas agências de empresas exportadoras estrangeiras; alguns “comissários” de café que terão na cidade sua composição societária principal, mas no Rio a área de atuação efetiva no negócio que se propunham realizar.

Estes casos demonstram que, à sua forma, o núcleo urbano da Mata internalizara alguma parte dos fluxos de comercialização de sua produção de café: a participação nos recursos que lhes cabiam como intermediadores entre os agentes da produção e aqueles representantes da comercialização final do produto pode ter-se constituído num canal *potencialmente* importante de retenção de recursos localmente. Mas seus limites são notórios. As firmas que vinham lidando regularmente com a comercialização do café também o faziam com vários outros produtos, principalmente alimentos, como de resto também é válido para as empresas atacadistas em geral e para várias empresas comissárias do Rio que se viram forçadas, desde a crise dos preços do início do século, a diversificar profundamente a linha dos produtos com os quais comercializavam como condição de sua sobrevivência³¹⁹. De qualquer forma, o café não deve ter se constituído como o produto principal de suas atividades; suas referências na documentação são bem menos regulares do que a de outros produtos (como o açúcar, por exemplo) e mesmo aqueles comerciantes que se apresentam sistematicamente como comerciantes de café terão nas operações com outros produtos uma importante parcela de seus ganhos.

Os dados que dispomos para a firma *Christovam de Andrade e Cia.* são, neste sentido, reveladores. Fundada em 1885 e tendo como sócio principal um importante capitalista, comerciante e fazendeiro local³²⁰, suas referências são constantes quanto ao comércio de café. No entanto na descrição de suas atividades destaca-se a presença de outros produtos e artigos, principalmente alimentos, que também constituíam um importante (senão o mais importante) setor com o qual comercializava. Numa das primeiras referências que temos sobre a firma, em 1901, a descrição de suas atividades já incluía, por exemplo, a refinação de açúcar e o processamento de outros produtos nestes termos: “(...) *Torração de café em grande escala, refinação de açúcar e sal , excelentes moinhos para fubá comum e de arroz (...)*”³²¹. Em outro informe, já em 1904, são reveladas as origens dos artigos que comercializava, se destacando as próprias fazendas que possuía seu sócio mais importante

³¹⁹ SWEIGART, (1980). **Financing and Marketing Brazilian Export Agriculture: the coffee factors of Rio e Janeiro, 1850-1888.** Op. cit. 205 ss.

³²⁰ JC 01/011901; PROCÓPIO FILHO, J. (1979). **Salvo Erro ou Omissão.** Op. cit. p. 84

³²¹ JC 01/011901

“(...) Os gêneros comprados pelos estimáveis negociantes para serem preparados nos aperfeiçoados maquinismos são adquiridos uns neste município e outros vindos de fazendas do sócio principal da casa.”³²²

No mesmo jornal, temos descrições de seus maquinismos uma demonstração cabal dos vários produtos que processava, mesmo sendo o café visivelmente um dos mais importantes; possui um motor de 20 cavalos com o qual punha em funcionamento vários maquinismos, entre os quais

“(...) Máquina de descascar arroz com produção diária de 8 sacos; 01 moinho de fubá de milho com produção de 10 sacos; moinho de arroz de 200 litros; máquina de beneficiar café com capacidade para 100 arrobas diárias; máquina de brunir sal, quebrar milho e pulverizar sal; torrador de café com produção de 200 quilos diários (...).”³²³

Tais dados são reveladores porque se trata de uma das mais importantes empresas que vinham se identificando sistematicamente com o comércio cafeeiro. Seu exemplo é emblemático porque em vários casos os anúncios de jornais fazem referência a casas comerciais de café invariavelmente associadas também à comercialização de cereais, açúcar e produtos alimentícios em geral. Assim, pelo seu exemplo e pelo que já foi dito anteriormente, podemos fazer importantes inferências sobre o quadro do comércio em geral do município e daquele que se articulou com o produto principal. Na ausência de um espaço efetivo responsável pela exportação de café, a cidade sempre utilizou uma estrutura de comercialização que se organizara exogenamente e que se concentrara no principal porto do país; em seu lugar Juiz de Fora organizou uma importante e complexa estrutura de comercialização que, se envolveu a comercialização de café, o fez de forma *relativamente limitada*, voltando-se para outros produtos necessários para a reprodução da estrutura agroexportadora local.

Mais que isso, a ausência de uma estrutura de comercialização externa abriu espaço para que oportunidades, recursos e capitais fossem canalizados para uma rede de comercialização

³²² JC 25/05/1904

³²³ id. Ib.

que esteve envolvida direta ou indiretamente com a demanda criada pela renda e pelo movimento geral de reprodução da estrutura agroexportadora, permitindo a acumulação de capital na esfera local e regional de circulação e originando firmas de proporções notáveis quando observadas suas dimensões, os mercados que chegaram a atingir e a posição central que o município assumiu como centro e entreposto regional de comércio.

É importante, neste sentido, observar que como parte das próprias transformações que vivia o comércio do café no período³²⁴ *houve um nítido recuo das funções que o comissariado vinha realizando em relação à estrutura produtiva local*, principalmente a partir da abolição da escravidão e o avanço de relações de natureza capitalista na economia: não se colocavam mais como provedores de produtos para os fazendeiros locais, que gradualmente encontravam na própria região os artigos necessários às suas atividades; como consequência, também deixaram de desempenhar a função de provedores de recursos financeiros para a estrutura de produção local, estando já demonstrado que o sistema bancário de Juiz de Fora e diversos agentes individuais assumiram esta função.

O fluxo de recursos que se originava localmente e que era transferido para outro espaço econômico (tema constante e exagerado pela historiografia da região ou de “Minas”), se viu assim extremamente reduzido, permanecendo retido e, mais, *disponibilizado* na economia local e regional. *Se houve saída de recursos originados na cafeicultura local para o Rio de Janeiro, este se restringiu gradual e exclusivamente aos lucros da comercialização externa do café, que, como se sabe, não era tão prejudicial aos fazendeiros, se reduzindo a taxas que permitiam não só a continuidade da produção como também a acumulação do capital agrário local.* A suposta “*hegemonia do capital comercial*”³²⁵ vem sendo objeto de inúmeras críticas por parte da historiografia³²⁶ e os dados por nós organizados e analisados só vêm fundamentar estas qualificações.

O delineamento das feições que assumiu o capital comercial local encontra, neste momento, a possibilidade de um desfecho dadas todas as características aqui analisadas:

³²⁴ FERREIRA, M. (1977). **A Crise dos Comissários de Café do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói., p. 82-86

³²⁵ PIRES, A. (1993). op. cit.

³²⁶ MARCONDES, R. **A Arte de Acumular na Economia Cafeeira**. Op. cit. MELO, H. P. (1993). **O Café e a Economia Fluminense – 1870/1920**. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro. “*Apesar do fato de que devido às suas diversas funções o comissário estar podendo ganhar mais do que 3% de comissão, nos não iríamos tão longe e afirmar categoricamente que ele ganhava correspondentemente a maior parcela dos lucros da monocultura em relação ao fazendeiro de café.*” SWEIGART, J.E. (1980). **Financing and Marketing Brazilian Export Agriculture: The Coffee Factors of Rio de Janeiro, 1850-1888**. Op. cit. p. 63-63 nota 40.

visceralmente vinculado ao mercado interno, revela por si mesmo que estímulos originados pela renda do setor exportador podem se constituir em poderosos instrumentos de acumulação de capital, o que de resto vem ao encontro e explica a existência de grandes empresas vinculadas ao setor; a parte que lhe coube no fluxo comercial de exportações, *secundária mas imanente à estrutura anterior*, permite-lhe uma configuração essencialmente *híbrida pelo que possui de capital cafeeiro*; neste sentido *representa todo o potencial e os limites impostos pela natureza interiorana da economia que o cercava*, sua evolução enquanto espaço específico de acumulação de capital vai implicar, como em várias economias agrárias de exportação, muitas vezes em um processo de transformação de feições onde invariavelmente o capital industrial encontrou suas origens.

Mas resta ainda um componente importante para finalizarmos o quadro da organização comercial e mercantil vinculada ao complexo agroexportador mineiro. Sua inserção no circuito comercial do Rio de Janeiro, pela importância que assumiu no que se refere às redes de comercialização externa do café, precisa ser mais aprofundada do *ponto de vista da economia do Rio de Janeiro*, que vivia uma lenta mas irreversível crise na produção de café no estado. Assim, a quantidade de café originado no espaço do estado e exportado pelo porto do Rio de Janeiro vinha declinando bastante, em que pese certa recuperação da produção, por exemplo, na região norte do Rio ³²⁷. A tabela 38 vem demonstrar o que estamos querendo dizer aqui.

Tabela 38
Exportações de Café pelo Porto do Rio de Janeiro
1870/1924
(em sacas de 60 quilos)

Período	Exportação Total pelo Porto do RJ	Produção do estado do RJ	%	Produção de outros estados	%
1870/79	2.850.000	1.819.766	63,85	1.030.234	36,14
1880/89	3.605.000	1.942.831	53,69	1.662.169	46,10
1890/99	3.113.000	1.365.451	43,86	1.747.549	56,13
1900/09	3.572.000	1.086.646	30,42	2.485.345	69,57
1910/19	2.701.700	777.169	28,76	1.924.531	71,23
1920/24	3.185.200	999.601	31,38	2.185.599	68,61

Fontes: para o período 1870/1889: MELLO, P. C. (1984). *A Economia da Escravidão nas Fazendas de Café*. Vol 1. p. 41
Para o restante dos períodos: *O Café no Segundo Centenário de sua Introdução no Brasil*. Vol. 1 p. 165 e vol. 2 p. 785

³²⁷ MELO, H.P. (1993). *O Café e a Economia do Rio de Janeiro*. Op. cit. FERREIRA, M. (1997). Op. cit. p. 103

Sabe-se que o porto do Rio servia para o escoamento da produção de alguns outros estados, mas indiscutivelmente um dos mais importantes (pelo volume de sua produção e pela proximidade com o centro comercial e portuário carioca) era Minas Gerais, ou, mais especificamente, a sua região produtora mais importante. Desta forma, *a contribuição da produção mineira no conjunto das exportações de café pelo porto do Rio foi extremamente significativa*, podendo mesmo ser considerada o estado de maior participação nestas exportações. Segundo uma autora que se debruçou sobre os efeitos de encadeamento na economia fluminense:

“A zona Rio viveu, no decorrer destas primeiras décadas republicanas, da expansão cafeeira ocorrida nas terras mineiras e em menor proporção do crescimento da produção de café do Espírito Santo, isto explica a pujança comercial da cidade do Rio de Janeiro, na medida que intermediava o comércio de café da região, além de ser o maior porto importador do país (...). A concentração da riqueza na região também pode ser demonstrada pela distribuição do PIB regionalmente. O Rio de Janeiro e Minas Gerais respondiam em 1900 por 57% deste (...).

A importância da zona Rio cafeeira foi assegurada nas primeiras décadas republicanas pelo crescimento das lavouras de café dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. O café mineiro foi majoritariamente escoado pelo porto do Rio de Janeiro e o de Angra dos Reis (RJ) e o capixaba com a construção da ligação ferroviária de sua região produtora no sul do estado (...). No entanto, cerca de 20% da produção cafeeira capixaba continuou a ser comercializada na zona Rio. Até a Segunda Guerra Mundial o porto do Rio de Janeiro manteve embarques de café oriundos de São Paulo e Espírito Santo, além do tradicional café mineiro. Nos anos 1930 um pouco mais da metade do café embaçado pela zona Rio era mineiro, 26% em grãos fluminenses e cerca de 10%, respectivamente, paulistas e capixabas.”³²⁸

³²⁸ MELO, H.P. (1993). Op. cit. p. 78. “A construção de estradas de ferro encorajou a produção onde o café já era plantado e trouxe sua expansão para as áreas mais novas. A província do Rio de Janeiro cresceu principalmente devido à exportação de café através da cidade do Rio. A expansão das estradas de ferro, no entanto, permitiu uma maior expansão da fronteira para a região da Zona da Mata de Minas Gerais que no final do século ultrapassaria a província do Rio em produção.” SWEIGART, J.E. (1980). **Financing and Marketing Brazilian Export Agriculture**. Op. cit. pp. 21-23

A percepção das funções do município no interior das redes que se voltaram para as exportações de café foi assim de importância crucial para a economia do Rio de Janeiro. Serviu como um novo sustentáculo para pelo menos parte da estrutura comercial que havia se desenvolvido na cidade em função das exportações da rubiácea, principalmente se tivermos em mente a aguda crise que sofreu o setor a partir do final do século XIX. A continuidade de algumas casas comissárias, no que lhe restou no comércio do café, terá na região da Mata um de seus espaços de provimento mais importantes do produto principal, contribuindo decisivamente para a dinâmica econômica de seu porto e da cidade.

Algumas outras pesquisas vêm revelando cada vez mais esta questão. Para além da referência acima podemos, ainda, incluir a seguinte observação de um outro trabalho, também acerca da evolução e crise do comércio de café no Rio de Janeiro:

“Embora fosse menor que a de São Paulo, a economia cafeeira do Rio não entrou em um colapso após a expansão e contração dos anos 1890. Até esta década o Rio havia exportado a maior parte das colheitas do país, tendo satisfeito de um terço à metade da demanda mundial. A fronteira cafeeira do Rio agora vinha avançando para o interior de Minas Gerais e Espírito Santo. Em torno dos anos 1920, as exportações do Rio quase retomaram seu alto patamar de quarenta anos antes. No entanto, sua atividade parecia pequena comparada àquela de Santos; por esta razão os historiadores têm injustamente ignorado o comércio do Rio.”³²⁹

Mas não deixa de ser curioso o fato de que a avaliação efetiva da importância da participação da região no circuito mercantil de exportação de café que tinha como base o centro comercial e portuário do Rio só poderia ser apreendida quando vista de forma exógena à região. Assim a Mata de Minas é colocada sempre e meramente como uma região “tributária”, parte da “fronteira” da cafeicultura fluminense ou ainda constitutiva da assim chamada “Zona Rio”³³⁰, em geral desconsiderada em suas feições básicas de espaço econômico regional delimitado e constitutivo de uma importante economia de exportação que internalizou parte significativa dos benefícios da produção local para o mercado externo. Enquanto espaço efetivo de produção

³²⁹ SWEIGART, J. E. (1980). Op. cit. p. 222

³³⁰ MELO, H.P. op. cit. p. 18; 25; 72

agroexportadora e constituindo um pólo urbano de referência no interior deste mesmo espaço, a zona da Mata e o município de Juiz de Fora continuam em grande parte desconhecidos pelas principais tendências de produção historiográfica do país, com tudo que representaram em seu universo histórico específico de diversificação econômica, industrialização, estruturação comercial-financeira e, principalmente, no que este universo implica como possibilidade de expansão capitalista que em vários aspectos vai acabar por demonstrar a riqueza e a complexidade da História Regional no Brasil.

4. Efeitos de Encadeamento e Finanças

4.1. O Financiamento Agrícola e o Mercado Hipotecário

Estabelecidas as linhas gerais do processo de diversificação e crescimento econômico experimentado pela região no período aqui considerado, orientado pelo fio condutor das “induções aos investimentos” gerados pela estrutura de produção do produto principal, resta ainda a esta análise verificar as características mais importantes das *relações de financiamento* que, em última instância, tornaram possível a ocorrência deste mesmo processo. Tal análise se impõe aos nossos objetivos como uma condição fundamental pelo menos em dois sentidos importantes. Em primeiro lugar, porque as relações de financiamento são *parte constitutiva* de qualquer movimento de diversificação econômico-social, na forma como o entendemos aqui, uma vez que sem elas as categorias de investimento, acumulação de capital, disponibilidade de recursos e sua transferência entre os distintos setores da economia (para ficar em apenas algumas categorias) seriam impensáveis e a própria compreensão do referido processo irremediavelmente comprometida³³¹. Em segundo lugar (e no que se refere especificamente à nossa temática de pesquisa), porque a própria posição que a economia regional assumiu diante do conjunto do sistema econômico agroexportador existente no país, no período em questão, *exige*, para sua caracterização como um “complexo” cafeeiro, o esclarecimento da forma e conteúdo fundamentais que assumiram, em âmbito local e regional, as referidas relações de financiamento.

É natural que assim seja. Como já tivemos oportunidade de observar, o *deslocamento espacial* entre o centro de produção agroexportador regional e o núcleo de comercialização externa desta produção criou uma *assimetria, também espacial, entre os fluxos de renda e investimentos originados na região da zona da Mata e o Rio de Janeiro*, em benefício deste último, cuja concretização e consolidação, ou seja, cuja manutenção como *elemento estrutural* a caracterizar as relações entre ambas regiões, inviabilizaria a definição da própria Mata mineira

³³¹ Há uma recente e abundante literatura sobre o tema, podendo o leitor consultar os seguintes trabalhos, entre tantos: CROUZET, F. (1972). “Introduction.” In MATHIAS, P. **Capital Formation in the Industrial Revolution**. Methen and Co., London. CAMERON, R. (1992). “Theoretical Bases of a Comparative Study of the Role of Financial Institutions in the Early Stages of Industrialization.” In CAMERON, R. **Financial Industrialization**. GURLEY, J. and SHAW, E. (1992). *Financial Aspects of Economic Development*. In CAMERON, (1992). GOLDSMITH, R. (1987). **Premodern Financial Systems: a historical comparative Study**. Cambridge University Press. KINDLEBERGER, C. (1993). **A Financial History of Western Europe**. 2 ed., Oxford University Press., BASKIN, P. and MIRANTI, J. (1997). **A History of Corporate Finance**. Cambridge University Press.

como espaço próprio e delimitado. Assim como o comércio, as finanças vão refletir, por excelência, a questão estratégica da transferência de fundos na economia cafeeira regional.

No entanto, antes de avançarmos a análise neste sentido, convém esclarecer alguns aspectos teóricos básicos que venham jogar alguma luz sobre os eventuais condicionantes entre as características físicas e sociais do produto principal e a estrutura financeira que predominou nos “complexos” por ele criados, ou, para mantermos o instrumental analítico desenvolvido pela teoria, a existência também de eventuais “*linkages financeiros*”.

Os trabalhos que temos tomado como referência teórica da abordagem do produto principal pouco consideram a questão³³². No entanto, é relativamente fácil vislumbrar que *da mesma forma que o produto básico condiciona ou determina o processo de desenvolvimento econômico regional, seria natural que também sua dimensão financeira estivesse aí determinada, nos seus aspectos básicos, limites e possibilidades.*

A produção cafeeira, meramente por ser uma produção agrícola, mas também por suas especificidades físicas ou agrônômicas, já impõe uma *estrutura de demanda de recursos financeiros* cuja não satisfação pode comprometer, naquelas economias em que predominou, todo o seu processo de reprodução e acumulação de capital, envolvendo o conjunto do sistema que nela se fundamenta. Por outro lado, na medida em que também se constitui no elemento determinante da formação e distribuição de renda destas economias, condiciona não só a própria possibilidade da existência de recursos disponíveis para empréstimos³³³, como também o seu volume e propensão de sua transferência para outros setores do sistema, o que delimitaria, em suas linhas gerais, também a *estrutura de oferta de recursos financeiros*. Na medida em que a estrutura da procura e também a da oferta de recursos monetários estariam determinadas, direta ou indiretamente, pela organização de produção do produto principal, poderíamos caracterizá-las como *linkages*, ou *efeitos de encadeamento financeiros*.

Iniciemos pelo universo das forças determinantes da demanda por financiamento. Já foi observado que os proprietários agrícolas são “notoriamente suscetíveis” ao endividamento³³⁴. Em qualquer economia baseada na agricultura existe uma defasagem entre a renda decorrente da

³³² HIRSCHMAN (1985) numa nota de pé de página, referindo-se a um trabalho sobre a Espanha, fala em um “efeito de repercussão bancário”; preferimos o termo “efeito de encadeamento (ou de repercussão) financeiro” porque, como esta análise irá demonstrar, os elos de encadeamento desta natureza, no caso específico, não se restringirão à esfera bancária, encontrando outros importantes “intermediários” ou “agentes individuais” de financiamento.

³³³ BALDWIN, R. (1977). “*Padrões de Desenvolvimento nas Regiões de Colonização Recente.*” Op. cit. p. 357

³³⁴ WATKINS, M. (1977). “*Teoria do Crescimento Econômico Baseado no Produto Primário.*” Op. cit. p. 261

comercialização da safra (que ocorre em períodos delimitados do ano) e as necessidades correntes dos produtores (que se estendem pelo conjunto do ano agrícola). Tal defasagem, que também caracteriza a produção de café, além de criar uma sazonalidade típica nas economias agrícolas, só pode ser satisfeita, na ausência de reservas mantidas pelos proprietários, por crédito: neste caso, crédito de curto prazo³³⁵. “...Em um mundo onde as estações são incertas e seis meses decorrem entre o período da sementeira e o da colheita, a necessidade de empréstimos não é uma invenção do Homem, ela é inerente à natureza das coisas” , afirmou um autor que estudou as relações de crédito da Inglaterra Moderna³³⁶. Dessa forma, é natural que surja nestas economias toda uma estrutura de fornecimento de crédito de natureza comercial, seja através de adiamentos de mercadorias de consumo corrente diretamente por comerciantes (eventualmente não produzidas pelos próprios proprietários agrícolas), ou através de algum intermediário como foi o caso do comissário em algumas culturas de exportação³³⁷.

No entanto, não é apenas esta característica que viria a determinar a demanda de curto prazo por financiamento na produção cafeeira. Como característica própria do cultivo da rubiácea, havia grandes oscilações entre uma colheita e outra³³⁸, chegando a variação a atingir a metade da produção anual, com as conseqüentes oscilações na renda dos produtores e a instabilidade para o saldo de seus compromissos correntes, o que criava, novamente, a necessidade de crédito de curto prazo ou a renovação dos antigos.

Mas as características físicas do café e sua estrutura de produção vão impor ainda novas demandas por financiamento³³⁹. Como se sabe, o café é uma cultura perene e necessita em média 5 anos para que as novas colheitas resultem efetivamente em ampliação da produção, fazendo com que a cultura se caracterize por uma elevada inelasticidade-preço de oferta. Sendo

³³⁵ ver também SWEIGART, J. (1980). Op. cit. p. 111

³³⁶ TAWNEY, R. (1965). “Introduction.” In WILSON, T. **A Discourse of Usury**. Frank Cass and C., London. p. 21

³³⁷ SWEIGART, J. (1980). Op. cit., STEIN, S. (1969). Op. cit. COSTA, E.V. (1982). Op. cit. FRANCO, G. B. (1983). **Reforma Monetária e Instabilidade durante a Transição Republicana**. BNDES, São Paulo. RIDINGS, E. (1994). **Business Interest Groups in Nineteenth-Century Brazil**. Cambridge University Press. MARCONDES, R. (1998). **A Arte de Acumular na Economia Cafeeira**. Ed. Stiliano, Lorena; para o caso dos Estados Unidos ver principalmente: GREEN, G. (1972). **Finance and Economic Development in the Old South**. Stanford University Press e KILBOURNE, H. (1995). **Debt, Investment, Slaves: credit relations in east Feliciana Parish**. University of Alabama Press, Tuscaloosa and London.

³³⁸ BACHA, E. (1992). “Política Brasileira do Café: uma avaliação centenária.” In JOHNSTON, E. e MARTINS, M. **150 Anos de Café**. Salamandra Editorial, São Paulo, p. 31-32; “(...) A natureza errática da produção de café requeria a intermediação de crédito. Na maioria das plantações, os cafezais variavam muito em termos de idade e produtividade, um resultado das sucessivas novas plantações. Além disto a volatilidade do clima significava que as colheitas das plantas mais antigas variassem grandemente de ano para ano.(...)” SWEIGART, J.E. **Financing and Marketing Brazilian Export Agriculture**. Op. cit. p. 111.

³³⁹ SWEIGART, J. (1980). Op. cit.; BACHA, E. (1992). Op. cit.; RIDINGS, E. (1994). Op. cit.

assim, a estrutura do capital das unidades era marcadamente dominada pelos investimentos fixos: algo em torno de 75% dos seus custos eram fixos e apenas 25% variáveis, oscilando estes últimos em função da colheita³⁴⁰. Tais características faziam com que se originassem, a partir da estrutura de produção cafeeira, fortes demandas por *financiamento de longo prazo*, tanto para que se efetivassem novos investimentos na produção, como também quando se estabelecia as regulares e longas quedas de preço no mercado internacional, em grande parte, mas não apenas, determinadas pela própria propensão aos desequilíbrios entre oscilações de preço e produção que lhe eram característicos.

Esclarecidos os fatores determinantes do surgimento de forças de demanda por crédito de curto e longo prazo, também pelo *lado da oferta* podemos identificar “elos de encadeamento” gerados a partir da produção do produto principal. Sob esta ótica são os componentes envolvidos com a distribuição de renda, determinada principalmente pela distribuição da propriedade da terra, que podemos, de início, conduzir a análise. É uma unanimidade o reconhecimento da concentração de renda numa sociedade escravista³⁴¹, que, no mais, mantém escassas oportunidades de acesso a terra. Numa estrutura sócio-econômica como esta *a propensão à poupança seria elevada e com ela aumentaria a disponibilidade de capital interno*³⁴², mesmo que tal disponibilidade não corresponda necessariamente em maiores níveis de investimento. Aqui nos defrontaríamos com aspectos sócio-econômicos, culturais e institucionais (de resto estreitamente associados à estrutura de produção principal) tais como a diversificação da estrutura social e a presença de setores mais inclinados ao empreendimento, o comportamento dos grandes proprietários de terra, sua maior propensão ao consumo ou às atitudes empresariais, o predomínio de uma mentalidade de “rentier”, padrões morais, o próprio vigor e dinamismo com que se dão as oportunidades de investimento geradas pela economia, seu grau de diversificação

³⁴⁰ id. Ib.; BACHA, E. (1992). Op. cit. p. 30

³⁴¹ GORENDER, J. (1984). **O Escravismo Colonial**. 4 ed., Ed. Ática, São Paulo. FRAGOSO, J. (1983). **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul**. Op. cit. MARCONDES, R. (1998). Op. cit. ALMICO, R. (2001). **Fortunas em Movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora – 1870/1914**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas.

³⁴² ODELL, K. (1992). **Capital Mobilization and Regional Financial Markets, 1850-1920**. Op. cit. p. 154. Crouzet, embora fazendo diversas ressalvas baseadas na tendência ao consumo conspícuo das classes mais abastadas no período, afirma que: “(...) *Diversos escritores têm observado que a distribuição de renda na Inglaterra do século XVIII foi favorável à poupança, uma vez que ela era extremamente desigual (...) com uma grande parcela da renda nacional sendo apropriada pelos setores de maior renda, (...) com poucas restrições, como impostos, operando no sentido de diminuir esta concentração. Esta desigualdade é geralmente considerada como criadora de alta propensão, absoluta ou marginal, para poupança.* (...)” CROUZET, F. (1972). “Introduction.” In MATHIAS, P. **Capital Formation in the Industrial Revolution**. Op. cit. p. 41

interna etc³⁴³. De acordo com Watkins: “...*apenas quando há muitas oportunidades nos mercados internos à disposição dos investidores é que o montante da poupança local definirá, de maneira significativa, a taxa de investimento.*”³⁴⁴ Julgamos ser este o caso para algumas regiões produtoras de café no país, inclusive a zona da Mata mineira.

Em outras palavras, é precisamente a *coexistência numa mesma economia de pressões na demanda por financiamento e de recursos disponíveis na forma de poupança*, mesmo que como consequência da concentração de renda, que produzirá como corolário os elos de encadeamento financeiros que queremos ressaltar aqui. Os agentes sociais que irão se envolver com as oportunidades de ganho geradas pelas distintas demandas de crédito originadas pela produção de café podem ser inúmeros, incluindo vários tipos de grandes comerciantes, “capitalistas” de várias matizes, comissários, bancos, além dos próprios produtores do produto principal; ou seja, setores ou grupos sociais que, de uma forma ou de outra, vão se privilegiar da concentração de renda da economia³⁴⁵ e do controle dos escassos níveis de liquidez que lhe caracterizam.

A presença maior ou menor destes setores vai depender, como afirmamos acima, da maior ou menor consolidação da própria cultura de exportação, do grau de diversificação interna da economia e, na medida que representam formas particulares de relações de crédito, do nível de desenvolvimento e institucionalização do sistema bancário. Aqui entrarão em cena vários fatores que representarão distintas condições históricas e regionais que caracterizam o conjunto da área produtora de café no país. Uma maior participação de comerciantes e, mesmo, de proprietários agrícolas *parece* estar associada a uma diversificação econômica decorrente do desenvolvimento de alguma atividade anterior à expansão da cafeicultura e a presença dos comissários, ao período de introdução e consolidação da produção cafeeira e/ou à proximidade maior ou menor dos centros comerciais aonde se aglutinavam. Naqueles casos em que não se desenvolveu nenhuma atividade econômica anterior e, seja pelo período de expansão e consolidação da cafeicultura ou por uma maior distância dos centros de exportação, a presença dos próprios produtores de café parece ter sido mais significativa, mesmo que nem sempre esta situação represente um predomínio.

³⁴³ WATKINS, M. (1977). “*Teoria do Crescimento Econômico Baseado no Produto Primário.*” Op. cit. p. 265

³⁴⁴ id. ib.

³⁴⁵ Ver, entre outros, MARCONDES, R. (1998). **A Arte de Acumular na Economia Cafeeira.** Op. cit., SAES, F. (1986). **Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista.** Op. cit. STEIN, S. (1969). Op. cit. ALMICO, R. (2001). Op. cit.

Um leitor mais atento poderia acusar nossa análise de tautológica, advertindo que, afinal de contas (e no que se refere especificamente à participação direta dos produtores de café no processo), os mesmos atores sociais que estão a demandar financiamento seriam os mesmos a prover os recursos financeiros. Esta crítica seria válida se considerássemos a classe dos grandes proprietários de terra como uma massa invariável, inerte, de comportamento uniforme³⁴⁶, e, principalmente, destituída de níveis significativos de *diferenciação em sua posição financeira, grau de endividamento, níveis variados de lucratividade* etc.

Quando levamos em conta esta situação marcada por importantes disparidades na condição financeira destes agentes é que podemos constatar que, na verdade, estamos diante de um dos *pressupostos mais elementares para o surgimento do que pode ser considerado um “mercado financeiro”*: a existência, em um mesmo espaço econômico, de unidades ou agentes superavitários e unidades e agentes deficitários, em torno dos quais vão se efetivar os fluxos de recursos de empréstimos³⁴⁷. Além do mais, deve ser lembrado que muitas vezes tais situações ocorrem entre agentes com níveis próximos de *conhecimento pessoal, relações de amizade ou parentesco*³⁴⁸, o que vem consolidar o “acordo”, ou, suponho que possa ser chamado *negócio*, com o devido fundamento da *confiança e segurança* –elementos essenciais quando se leva em conta a natureza específica das relações de financiamento em mercados de capitais ainda em gestação³⁴⁹. Deixaremos para um momento posterior uma avaliação mais sistemática da eventual existência destes mercados no seio das economias agroexportadoras.

³⁴⁶ Como parece ser o caso da maior parte dos autores que temos como referência teórica aqui. Por exemplo, ver BALDWIN, R. (1977) Op. cit. p.261; CROUZET, F. (1972). Op. cit. p. 41

³⁴⁷ GURLEY, J. and SHAW, E. (1992). “*Financial Aspects of Economic Development.*” In CAMERON, R. **Financing Industrialization.** Edward Elgar Publishing, Cambridge, p. 01

³⁴⁸ Ver, entre outros, STEIN, S. (1969). **Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba.** Op. cit. SWEIGART, J. (1980). Op. cit. MARCONDES, R. (1998). **A Arte de Acumular na Economia Cafeeira.** Op. cit. FIRTH, R. (1964). “*Capital, Saving and Credit in Peasant Societies: a viewpoint from economic anthropology.*” In **Capital, Saving and Credit in Peasant Societies.** Aldine Publishing Company, Chicago. “(...) *Por anos os estudiosos têm visto a persistência de instituições sociais tradicionais, e especialmente negócios orientados pelo parentesco, como grandes obstáculos ao desenvolvimento econômico. Esta visão, no entanto, tem mudado atualmente. De fato, alguns especialistas das economias do terceiro mundo têm ressaltado que as operações dos grupos de parentesco podem realmente facilitar o desenvolvimento compensando os altos níveis de risco e a falta de mercados organizados que caracterizam as sociedades pré-industriais. (...).*” LAMORAEUX, N. (1986) “*Banks, Kinship and Economic Development: the New England Case.*” In **Journal of Economic History.** Vol. XLVI, n. 3, set. p. 666.

³⁴⁹ LAMORAEUX, N. (1986). Op. cit.; ROTHEMBERG, W. (1985). “*The Emergence of a capital Markets in Rural Massachusetts.*” In **The Journal of Economic History.** Vol. XXII, December; ANDERSON, B.L. (1972) “*The Attorney and the Early Capital Market in Lancashire.*” In CROUZET, F. **Capital Formation in the Industrial Revolution.** London, Methuen and Co. BASKIN, J. and MIRANTI, P. (1997). **A History of Corporate Finance.** Cambridge University Press. COTTRELL, P. (1993). **Industrial Finance, 1830-1914.** Gregg Revivals, Methuen. HANLEY, A.G. (1995) **Capital Markets in the Coffee Economy: financial institutions and economic change in**

No momento basta registrar que a partir destes elementos é que podemos entender um pouco mais a posição de alguns grupos sociais, se distinguindo entre eles o dos fazendeiros, como emprestadores “compulsivos” em suas respectivas comunidades de negócios. Uma historiografia mais recente já tem destacado para várias regiões esta situação quando, analisando a estrutura da riqueza de grandes proprietários de terra, revelam que o ítem “dívidas ativas” invariavelmente ocupa uma posição de evidência, quando não representa aquele ativo de maior importância no montante total do patrimônio³⁵⁰. Mesmo que para muitos casos *a função de “capitalista” (que tem sido aleatoriamente confundida com a de “usurário”)* não signifique mais que uma atividade secundária, não deixa de ser significativo a existência de recursos na forma de poupança disponível para empréstimos na riqueza de fazendeiros de café. Além de representar a existência dos elos de encadeamento financeiros que estamos caracterizando, sua presença vem colocar em evidência o quanto o crédito e o financiamento (e, portanto, o *endividamento*), entendidos como relações de natureza não só econômica mas também social, constituíam parte integrante do funcionamento e dinâmica das economias que vão se fundamentar na produção de café³⁵¹.

Estas observações são importantes porque se levarmos em conta uma produção historiográfica mais antiga, outras serão as considerações sobre a natureza do débito e do financiamento do fazendeiro de café. A seguinte afirmação, por parte de Gorender, *em que pese várias considerações em contrário por parte do mesmo autor*, talvez possa ser considerada emblemática desta posição:

Sao Paulo, Brazil, 1840-1905. PhD Dissertation, Stanford University. HOFFMAN, P.T., POSTEL-VINAY, G. and ROSENTHAL, J.L. **Priceless Markets: The Political Economy of Credit in Paris, 1660-1870.** University of Chicago Press, 2000. HYLAND, R. (1992). “*A Fragile Prosperity: Credit and Agrarian Structure in the Cauca Valley, Colombia, 1851-1887.*” In **Hispanic American Historical Review.** 62(3), 369-406. KINDLEBERGER, C. (1992). **A Financial History of Western Europe.** Oxford University Press, entre outros.

³⁵⁰ Ver, por exemplo, MARCONDES, R. (1998). Op. cit. especialmente os cap. 5 e 6 e a bibliografia aí em referência. MELLO, Z.M.C. (1983). **As Metamorfoses da Riqueza.** Hucitec, São Paulo; MARCONDES, R. (1999). **O Financiamento Hipotecário da Cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista.** Mimeo. Para o caso de Minas e da zona da Mata ver VERSIANI, M.T. (1991). **The Cotton Textile Industry of Minas Gerais, Brazil: beginnings and early development, 1868-1906.** Op. cit. OLIVEIRA, M.R. (1999). **Negócios e Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870.** Op. cit. ALMICO, R. (2001). **Fortunas em Movimento.** Op. cit. e PIRES, A. (1993). **Capital Agrário, Investimentos e Crise a Cafeicultura de Juiz de Fora.** Op. cit.

³⁵¹ O que, de resto, vem sendo amplamente reconhecido pela historiografia aqui em referência. Ver MARCONDES, R. (1999). Op. cit. Id. (1998). Op. cit. OLIVEIRA, M. (1999). Op. cit.; SWEIGART, (1980). Op. cit. CASTRO, H.M. (1987). Op. cit.

“...a acumulação, em termos de sistema, se fazia acompanhar do endividamento individual de muitos plantadores e, no final de contas, dos escravistas como classe. O endividamento vinha pela acumulação de escravos, cuja compra representa forte dedução da renda apropriada; vinha pelo entesouramento, que tirava à riqueza congelada a possibilidade de servir à criação de novas riquezas; vinha pelo consumo ostentatório, na medida que assumia o caráter de fim autônomo; vinha pela usura do capital mercantil. (...) Em suma, pode-se dizer que a acumulação engendrava o seu contrário –o endividamento.”³⁵²

Como se pode perceber, predomina nestas interpretações um ponto de vista que associa o *endividamento com uma situação falimentar* ou de insolvência por parte do fazendeiro, ou, mesmo, que a organização da economia cafeeira levava o fazendeiro a uma situação crônica de endividamento. Normalmente, de acordo com este ponto de vista esta situação se explica por alguns fatores tipicamente identificados com o *comportamento econômico* dos agentes aqui em questão, tais como: o excessivo nível das taxas de juros cobradas pelos fornecedores de recursos, tendência ao entesouramento por parte do fazendeiro, sua posição subordinada à “hegemonia do capital comercial”, consumo ostentatório como um fim autônomo etc³⁵³. Gastos ostentatórios não são uma exclusividade da aristocracia cafeeira e podem ser encontrados em toda sociedade que dispõe de uma elite, inclusive a capitalista, e muitas vezes compõem uma parte importante de sua reprodução enquanto tal³⁵⁴. Por outro lado é difícil imaginar que o envolvimento com débitos de longo prazo, em montantes avultados de capital e com compromissos pesados com os serviços do débito por 10 ou 20 anos, tenha sido realizado, *como regra*, para gastos meramente de consumo. Quanto ao entesouramento, também prática comum em vários sistemas econômicos, com racionalidades diversas³⁵⁵, é razoavelmente conhecido, como demonstramos acima, a transformação de instrumentos de entesouramento e poupança da aristocracia cafeeira cada vez mais assumindo formas financeiras, ou seja, se concretizando em títulos ou empréstimos que

³⁵² GORENDER, J. (1984). **O Escravismo Colonial**. Op. cit. p. 575-576

³⁵³ Ver também FRANCO, G.B. (1983). **Reforma Monetária e Instabilidade durante a Transição Republicana**. Op. cit. STEIN, S. (1969). Op. cit.; FERREIRA, M. (1977). **A Crise dos Comissários de Café do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, entre outros.

³⁵⁴ GORENDER, J. (1984). Op. cit.

³⁵⁵ Kindleberger assim se refere à prática do entesouramento em economias pré industriais: “...este era uma forma de segurança contra crises de colheita, o que pode ser considerado racional numa região próxima dos níveis de subsistência, grandes variações na produção agrícola e primitivas instituições para empréstimos de consumo.” KINDLEBERGER, C. (1992). **A Financial History of Western Europe**. Op. cit. p. 25.

representam liquidez e o “descongelamento da riqueza”³⁵⁶. Por fim, é estranho verificar, perante esta situação, que a classe dos fazendeiros de café, considerada de maneira generalizada como cronicamente endividada, possa aparecer, especialmente em âmbito local, como uma importante fonte de empréstimos particulares para os próprios fazendeiros e outros agentes da economia.

Não se trata aqui de querer negar uma *eventual* posição subsidiária do fazendeiro no processo de financiamento, nem, muito menos, a possibilidade de endividamento e insolvência de sua parte, mas apenas ressaltar que a mera identificação *necessária* do débito com a insolvência, muito próxima de uma posição que um autor chegou a chamar de “*moralista*”³⁵⁷, constitui uma redução do imenso potencial de análise envolvido, sob nosso ponto de vista, com os processos de endividamento. De início podemos revelar que o débito do fazendeiro pode não estar necessariamente associado com o consumo conspícuo, mas a gastos de capital. Assim, na medida em que em um período futuro tal dispêndio resulte numa ampliação de seus ganhos correntes, nada impede, em princípio, que o débito inicial seja plenamente saldado³⁵⁸, o que nos parece natural pelo mero fato de que, na ausência de pagamentos, toda a estrutura de relações de adiantamento de recursos-endividamento estaria comprometida³⁵⁹, fazendo a economia entrar em colapso.

Além disso, a consideração do endividamento em *termos agregados* (para ficarmos apenas em um exemplo) pode estar envolvido com o processo de aceleração da formação de capital na economia ou com seus processos de crises³⁶⁰, o que por si só torna o acompanhamento deste comportamento agregado de fundamental importância, principalmente se vier acompanhado

³⁵⁶ MELLO, J M. (1982). Op. cit., PIRES, A. (1993). Op. cit. ALMICO, R. (2001). Op. cit. MARCONDES, R. (1999). **A Arte de Acumular na Economia Cafeeira**; Op. cit. MELLO, Z.M.C. (1983). Op. cit.

³⁵⁷ “(...) *Uma segunda visão ingênua é aquela em que o débito, em qualquer de suas formas, é indesejável e oneroso. Esta abordagem normalmente pressupõe que o débito é realizado em períodos de emergência (depressões, quebras de colheitas, etc.) ou que o débito financia gastos improdutivos com bens de consumo e que os juros cobrados são, de alguma forma, uma exploração do desespero do devedor por parte do credor. (...)*” GREEN, G. (1972). **Finance and Economic Development in the Old South**. Op. cit. p. 41-42

³⁵⁸ id. Ib.; SWEIGART, J. (1980), KILBOURNE, H. (1995). **Debt, Investment, Slaves: credit relations in east Feliciana parish, 1825-1885**. Op. cit. WIEMERS, E. (1985). “*Agriculture and Credit in Nineteenth-Century Mexico: Orizaba and Cordoba.*” In **Hispanic America Historical Review**. 65(3), p.539. “*O endividamento em si não é problema, desde que o projeto financeiro gere receita futura suficiente para pagar o empréstimo tomado. O problema surge quando escasseiam as melhores fontes de financiamento, que dispõem de recursos com prazos de carência maior e taxas de juros mais compatíveis.*” COSTA, F.N. (1999). **Economia Monetária e Financeira**. Makron Books, São Paulo, p. 256

³⁵⁹ WIEMERS, E. (1985). Op. cit. p. 538 ss. SWEIGART, J. E. (1980). Op. cit. p. 228

³⁶⁰ GURLEY, E. and SHAW, E. (1992) “*Financial Aspects of Economic Development.*” Op. cit. GREEN, G. (1977). **Finance and Economic Development in the Old South**. Op. cit. HOFFMAN, P.T., POSTEL-VINAY, G. and ROSENTHAL, J-L. **Priceless Markets: the political economy of credit in Paris, 1660-1870**. Op. cit.

com as próprias flutuações que caracterizam o conjunto do sistema econômico³⁶¹. Tem razão o autor acima quando afirma que o processo de acumulação da economia levava inevitavelmente ao endividamento, mas não “como o seu contrário” e sim como uma de suas *condições*, como parte integrante das relações sociais e econômicas que ocorriam no interior do sistema que o integrava³⁶².

Contudo, não é só a existência dos elos de encadeamento financeiros que as relações de crédito realizadas no interior das economias agroexportadoras parecem representar. Para além de sua mera ocorrência, o seu significado vai indicar, como já mencionamos acima, a existência de *mercados financeiros* que, na medida em que representam a confluência de forças de oferta e procura de recursos monetários em um mesmo espaço econômico, podem ser considerados como seu corolário natural. A presença destes mercados tem sido reconhecida pela historiografia em geral e no dizer de um dos principais estudiosos do tema

*“Por décadas os historiadores têm ou subestimado, ou ignorado o crédito rural na Europa Pré-Industrial. Alguns presumem que não houve qualquer esquema de crédito rural digno de estudo antes da chegada dos bancos no século XIX. Outros vêem o débito meramente como um mecanismo pelo qual os camponeses perdiam sua propriedade. Em anos recentes, no entanto, uma diferente visão tem surgido fundamentada em novas evidências empíricas. Economistas e historiadores têm descoberto sistemas de crédito rurais bastante dinâmicos desde o sul da Itália até o norte da Alemanha. Estes sistemas de crédito têm em comum o fato de que, ao menos em parte, todos se baseiam em registros de tabeliães que mantinham cópias de contratos privados. Assim muitos dados sobre a atividade de crédito sobreviveram. (...)”*³⁶³

³⁶¹ O que tem sido crescentemente considerado (apesar de não constituir propriamente uma novidade) nas Teorias “financeiras”, aqui tomadas como uma alternativa às análises meramente “monetárias”. Ver BORDO, M. (1992). **Financial Crises**. Edgar Elgar Publishing, Cambridge, 2 vol.; MULINEAUX, A.W. **Business Cycles and Financial Crises**. (1990). University of Michigan Press.; GURLEY, J. and SHAW, E. (1992). “*Financial Aspects of Economic Development*.” Op. cit.

³⁶² “(...) O fazendeiro certamente tinha suas obrigações financeiras, mas elas não impediam a acumulação de capital. Ao contrário, a possibilidade de tomar fundos de empréstimos sobre a garantia de rendas de vendas futuras de café promoveu a acumulação de capital. (...). Se a agricultura de plantation tivesse apenas devorado investimentos de capital sem retornos substanciais toda a economia teria sofrido um colapso (...).” SWEIGART, J. (1980). Op. cit. p. 227

³⁶³ ROSENTHAL, J.-L. (1994) “*Rural Credit Markets and Aggregate Shocks*.” In **Journal of Economic History**. Vol. 54, n. 2., jun. , p. 288.

Ou ainda, um outro importante autor representante desta tendência da História Financeira, que após destacar que *pensadores como Marx e Weber estariam nas raízes da “visão tradicional”* (que restringe as relações de crédito ao capitalismo), afirma em relação ao sistema financeiro existente em Paris do Antigo Regime:

*Embora nossa evidência se limite a uma única cidade, ela aponta na mesma direção de outras pesquisas sobre a Ásia, as Américas e outras partes da Europa. Em todos estes lugares os pesquisadores estão redescobrendo a importância do crédito em sociedades pré-industriais e questionando a tradicional dicotomia entre as relações impessoais sobre o capitalismo e os laços pessoais e estruturas financeiras tradicionais em sociedades pré-industriais. (...)*³⁶⁴

Ora, mais do que concordar *é parte integrante deste trabalho a convicção de que, assim como para outros vários países da América Latina*³⁶⁵, *aqui também se estruturou um mercado financeiro pré-capitalista*, com todas as características que têm marcado estas estruturas financeiras (inclusive a realocação de recursos, maleabilidade e flexibilidade em conjunturas de crise, natureza essencialmente local e regional, possibilidade de transferências de recursos da agricultura para a indústria etc.); *ou o que este mercado teria de específico, por estar diretamente vinculado a uma estrutura econômica periférica, de natureza agroexportadora e em transformação para um sistema que será marcado pelas relações capitalistas.*

Também a historiografia brasileira tem reconhecido, no universo da economia cafeeira, a existência destes “mercados” quando chega a afirmar a existência de “redes de financiamento”, principalmente quando as relações de crédito se reduzem às esferas locais, em especial até a primeira metade do século XIX³⁶⁶. A partir daí, seja pela consolidação da produção cafeeira, pelo avanço de agentes comerciais e financeiros identificados com os principais centros de comercialização externa (comissários e bancos) ou pela ampliação das oportunidades de

³⁶⁴ HOFFMAN, P.T., POSTEL-VINAY, G. and ROSENTHAL, J.-L. (2000). **Priceless Markets: The Political Economy of Credit in Paris, 1660-1870**. University of Chicago Press, p. 01-02.

³⁶⁵ MARICHAL, C. (1997). “*Obstacles to the Development of Capital Markets in Nineteenth-Century Mexico.*” Op. cit. WIEMERS (1985) “*Agriculture and Credit in Nineteenth-Century Mexico: Orizaba and Cordoba, 1822-1871.*” Op. cit. HYLAND, R. (1992). “*A Fragile Prosperity: Credit and Agrarian Structure in the Cauca Valley, Colombia, 1851-1887.*” In **Hispanic America Historical Review**. 62(3), 369-406.

³⁶⁶ Para outros casos e realidades históricas ver: WIEMERS (1985). Op. cit. ROSENTHAL, J.-L. (1994). Op. cit.; HYLAND, R. (1992). Op. cit. 369-406; LAMORAEUX, N. (1986), “*Banks, Kinship and Economic Development: the New England Case*” Op. cit., entre outros.

investimento que desviou os recursos locais para aplicações “externas” (como ações de companhias várias, títulos da dívida pública, etc.), tais redes teriam se dissolvido e descaracterizado os circuitos financeiros locais³⁶⁷. Nas palavras de um autor que caracterizou o processo:

“(...) No interior do Brasil, as relações de financiamento fora da órbita local ou regional mostraram-se relativamente reduzidas até meados do século XIX. (...) Uma rede de financiamento parece ter sido constituída. De um lado, a população como um todo tomava, inclusive alguns escravos, pequenos empréstimos de comerciantes locais para a compra de seus produtos, contas de livro ou rol. Por outro lado os negociantes de grosso trato da cidade do Rio de Janeiro detinham, em geral, dívidas ativas com os comerciantes locais, principalmente lojistas de fazendas secas, em função do comércio atacadista, à exceção da elite mercantil da região. Os grandes financiadores da região controlavam o crédito para a produção agrícola e, parcialmente, para o comércio local. A expansão das casas comerciais e, posteriormente, bancárias permitiu o crescimento do crédito de fora da órbita dos municípios para a cafeicultura. Paralelamente, o desenvolvimento do sistema bancário e das ferrovias ajudou, também, no deslocamento dos recursos locais para novos investimentos além da esfera regional, especialmente títulos públicos, casas comerciais e bancárias, ações etc. De fato, ao longo do terceiro quarto do século XIX, houve uma mudança na alocação de riqueza dos indivíduos, especialmente para os detentores das maiores fortunas.”³⁶⁸

Esta parece ter sido uma regra para aqueles núcleos de produção agroexportadores que se desenvolveram no Vale do Paraíba fluminense e paulista. De início, no alvorecer do século XIX, no período de gestação da economia cafeeira, teria predominado o financiamento local, por parte de comerciantes e grandes agricultores da economia de exportação, a denotar a existência de uma diversificação econômica e de uma “rede de crédito” na região. Com o passar do século a região foi incorporada ao circuito comercial e financeiro que se expandiu a partir dos grandes centros de comercialização, principalmente o Rio de Janeiro, com suas conseqüências imediatas de

³⁶⁷ Ver principalmente MARCONDES, R. (1998). Op. cit. p. 220 ss.

³⁶⁸ Id. Ib. p. 226

intermediação financeira externa da produção local e canalização de seus recursos para oportunidades de investimentos também externos³⁶⁹. O rompimento das redes locais de crédito significou, na verdade, a incorporação dos diversos municípios numa *rede maior de financiamento*, nucleada pelo Rio de Janeiro, ao qual tais municípios vão orbitar como pólos satélites. Uma situação muito próxima do que ocorreu em outras economias de exportação³⁷⁰.

Na verdade, a situação descrita acima se assemelha bastante, guardadas as devidas proporções de tempo e espaço, com a que um autor considerou como *critérios* para avaliar a existência e expansão de um mercado de capitais regional em economias ainda basicamente pré-capitalistas³⁷¹: em primeiro lugar, “*o desenvolvimento de um mercado financeiro altera os elementos estruturais do processo de transferência de capital; as taxas de juros são liberadas para se comportarem como preços de mercado, instrumentos de crédito são cada vez mais facilmente negociados e novas oportunidades aparecem, acompanhadas por novos intermediários financeiros...*”; em segundo lugar, “*...o desenvolvimento do mercado de capitais corresponde tanto a um aumento de sua densidade quanto amplia o âmbito de sua atuação, como é demonstrado pelo seu crescente tamanho e o alargamento da área geográfica de atuação das redes individuais de crédito...*”; e, por fim, “*...o desenvolvimento do mercado de capitais amplia a liquidez dos instrumentos financeiros e, portanto, a propensão dos portadores de riqueza agrícola para substituí-la por aqueles instrumentos; esta pode ser a mais importante função que o mercado de capital desempenhou na transformação de uma economia agrícola.*”

Tais critérios são visivelmente percebidos na situação experimentada pelos pólos de produção agroexportadores do Vale do Paraíba quando da expansão pela região do aparelho comercial e financeiro-bancário do Rio de Janeiro a partir de meados do século XIX. Nossa consideração da existência de mercados financeiros locais, para nós de fundamental importância, se dá por diversos fatores, especialmente pelo fato de que, como esta análise irá demonstrar, os principais critérios acima delineados também vão estar presentes (talvez com mais propriedade ainda) para o caso que temos aqui em mente: o comportamento das taxas de juros a partir de forças de mercado (refletindo as condições, prazos e riscos envolvidos nas transações de

³⁶⁹ MARCONDES (1999). **O Financiamento Hipotecário da Cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista**. Op. cit. p. 09.

³⁷⁰ Ver GREEN, G. (1977). Op. cit. para o caso da Louisiana, KILBOURNE, H. (1995). Op. cit., para o caso de Nova Orleans e ODELL, K. (1992). Op. cit., para o caso de São Francisco.

³⁷¹ ROTHEMBERG, W. (1985) “*The Emergence of a Capital Market in Rural Massachusetts, 1730-1838.*” Op. cit. p. 782

crédito³⁷²); a transferência de recursos entre os distintos setores da economia e o surgimento e diversificação de ativos e intermediários financeiros a consolidar esta transferência de recursos e canalizar uma poupança de origem predominantemente local.

Já observamos no início desta análise, como parte de nossa pesquisa anterior, que a economia regional da zona da Mata manteve condições de retenção de excedente em seu espaço próprio tanto em nível “microeconômico” (pela predominância das grandes propriedades) quanto em nível “macroeconômico” (pelo desenvolvimento de um setor financeiro e bancário *próprio* que assumiu o predomínio das relações de financiamento que se efetivaram em âmbito local)³⁷³. Apenas para consolidar estas questões, desenvolveremos algumas observações para aproximar esta análise das considerações acima feitas e que procuram vincular as relações de oferta e demanda de recursos de financiamento não só com o desenvolvimento de eventuais elos de cadeia financeiros, mas como parte integrante de um circuito ou mercado de capitais que se desenvolveu na região (de início envolvendo o setor agrícola de exportação e, num momento posterior, responsável pelo financiamento senão do processo de industrialização em si, pelo menos de uma parte significativa de seu movimento de expansão e diversificação).

É interessante observar que a própria região da Mata mineira acompanhou, em certa medida, o destino dos pólos de produção que se desenvolveram no Vale do Paraíba fluminense e paulista. Antes da expansão cafeeira, a região não tinha aparentemente qualquer atividade econômica ou comercial de peso, mantendo, como já tivemos oportunidade de observar, uma escassa e dispersa população e alguns poucos núcleos populacionais mais significativos restritos à atividade de fornecimento de gêneros para as tropas que trafegavam pelo Caminho Novo. O financiamento da produção agroexportadora, portanto, não teve qualquer participação mais significativa de comerciantes locais, ocorrendo na verdade por fluxos de recursos que se originaram da acumulação de capital decorrente do comércio e produção de alimentos realizados a partir da região das Vertentes (São João D’El Rei e, principalmente, Barbacena) inicialmente com a região de produção de ouro e, com o declínio desta, com o Rio de Janeiro³⁷⁴. O fluxo de

³⁷² SWEIGART, J. (1980). **Financing and Marketing Brazilian Export Agriculture**. Op. cit. HANLEY, A.G. (1995). **Capital Markets in the Coffee Economy: Financial Institutions and Economic Change in São Paulo, Brazil, 1840-1905**. PhD. Dissertation, Stanford University; WIEMERS, E. (1985). Op. cit.

³⁷³ PIRES, A. (1993). Op. cit. Cap. 3

³⁷⁴ Ver OLIVEIRA, M. R. (1999). **Negócios e Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870**. op. cit.

capitais responsável pela expansão da cultura da rubiácea na região foi, assim, externo à zona Mata, mesmo que se originando no interior do território mineiro.

No entanto, em torno de meados do século XIX, a consolidação da produção, a melhoria do sistema de transportes entre a região e o Rio de Janeiro, o declínio da produção desta província, entre outros fatores, fizeram com que a região fosse “incorporada” (especialmente a partir das décadas de 1860 e 1870) ao sistema comercial e financeiro localizado na Corte, bem aos moldes do Vale do Paraíba fluminense, com todas as decorrências que tal situação implicava, inclusive a canalização de recursos gerados localmente e o investimento em ativos financeiros de empresas localizadas no Rio ³⁷⁵. A verificação da origem dos capitais de empréstimo para grandes fazendeiros da região, já realizada em nosso trabalho anterior e aqui reproduzida a título de ilustração, deixa tal situação bastante clara (tabela 39).

Tabela 39
Origens do Capital de Empréstimo para as Unidades
Agroexportadoras de Juiz de Fora
1870/1919 – valores agregados
(em mil-réis)

PERÍODO	PROP.	LOCAL	%	R.J.	%	N. IDENT	%	TOTAL
1870/1889	24	330:623\$	24,81	913:126\$	68,53	88:640\$	6,85	1.332:389\$

FONTE: Inventários - Juiz de Fora - 1870/1889. Dados compilados a partir da tabela 02 acima.

No entanto, ao contrário do conjunto do Vale do Paraíba fluminense, uma série de fatores indissociáveis do processo de transição escravista-capitalista, fez com que estes vínculos que representavam a subordinação da região à estrutura comercial e financeira do Rio de Janeiro se rompessem. Em primeiro lugar, a abolição da escravidão e a posterior crise dos preços do café que se estende pelo início do século XX, com o golpe fatal que provocaram sobre a cafeicultura do Vale, arrastaram consigo toda a estrutura comercial e financeira personalizada na figura do comissário, o que senão provocou o seu desaparecimento completo³⁷⁶, alterou significativamente o processo de comercialização e financiamento que, na verdade, eram típicos de uma estrutura de produção escravista. Como já observamos, a partir de então houve uma tendência da própria estrutura comercial da cidade assumir a função de provedora das mercadorias necessárias às

³⁷⁵ O que de resto, como também já observamos, a historiografia local tem ressaltado.

³⁷⁶ SWEIGART, J. (1985). Op. cit.

fazendas e ao próprio sistema financeiro local (entre bancos, emprestadores individuais, comerciantes, etc.) a função da provisão dos recursos financeiros necessários à continuidade da produção.

Em segundo lugar (e neste aspecto em particular deve ser destacada a diferença com o Vale do Paraíba³⁷⁷), como a região manteve condições objetivas suficientemente favoráveis para a expansão cafeeira, com a conseqüente dinamização da economia e sua significativa diversificação de natureza urbano-industrial, *criaram-se várias oportunidades de investimentos para os recursos gerados pela produção agroexportadora (mas não apenas aí) no espaço da própria economia regional*, revertendo em grande parte um fluxo de excedente econômico para o próprio processo de dinamização da economia local que *incluía ativos de natureza financeira sobre empresas de vários tipos* como bancos, serviços públicos, transportes, indústrias várias etc., situação que vem denotar a abrangência de um mercado financeiro local e sobre a qual nos dedicaremos com detalhes num segundo momento desta análise³⁷⁸.

Que a região conseguiu romper com os laços de financiamento que representavam uma canalização significativa de excedente gerados na economia local para o centro comercial e financeiro localizado no Rio de Janeiro pudemos verificar, novamente, pela *origem dos recursos de financiamento da cafeicultura local* disponível nos mesmos inventários que já tivemos a oportunidade de analisar (tabela 40). Em que pese o número de propriedades da amostra, já que selecionamos apenas os “médios” ou “grandes” proprietários de café (ou seja, aqueles com propriedades entre 100 e 200 ou mais alqueires de terra), os dados da tabela abaixo deixam claro a internalização de boa parte dos fluxos de financiamento que eram responsáveis pelo processo de reprodução e acumulação de capital no setor agroexportador.

³⁷⁷ “(...) A deterioração das condições de reprodução da economia cafeeira (queda dos preços do café e os problemas de disponibilidade de mão de obra e de terras de qualidade) impunha limites a concessão de crédito.(...)” MARCONDES, R. (1999). Op. cit. p. 05

³⁷⁸ PIRES, A. (1993). Op. cit. ALMICO, R. (2001). **Fortunas em Movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora – 1870/1914**. op. cit.

Tabela 40
 Origens do Capital de Empréstimo para as Unidades
 Agroexportadoras de Juiz de Fora
 1890/1919 – valores agregados
 (em mil-réis)

PERÍODO	PROP.	LOCAL	%	R.J.	%	N. IDENT	%	TOTAL
1890/1919	49	770:936\$	83,55	77:342\$	8,38	74:444\$	8,06	922:722\$

Fonte: ver tabela 39. Dados compilados a partir da tabela 02 acima.

É de se fazer notar que a participação dos recursos locais no processo de financiamento da cafeicultura, mesmo quando vinculada ao circuito comercial-financeiro do Rio de Janeiro, não era de se desprezar³⁷⁹. Na década de 1870-1879, por exemplo, os recursos originados na própria economia local chegam a representar perto de 42% dos recursos disponíveis na amostra, num total de 129:488\$, um volume muito próximo daquele originado no Rio de Janeiro (através de comissários e bancos), que atinge a cifra de 144:477\$. Deve ser destacado que boa parte destes recursos originava-se na própria agricultura de exportação. A julgar pelos dados de um almanaque da província de Minas Gerais para o ano de 1870³⁸⁰, a atividade dos “capitalistas” locais era desempenhada predominantemente por fazendeiros (se destacando entre eles importantes produtores de café) conforme podemos perceber pela tabela 41.

³⁷⁹ PIRES, A. (1993). Op. cit.

³⁸⁰ MINAS GERAIS (1870). *Almanack Administrativo, Civil e Industrial de Minas Gerais para o ano de 1870*. Typographia do Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Tabela 41
Atividade Econômica Desenvolvida pelos Capitalistas do Município de Juiz de Fora
1870

DISTRITOS	CAPITALISTAS	DESIGNAÇÃO
JUIZ DE FORA	Antônio Dias Tostes	fazendeiro
	Barão de Bertioga	fazendeiro
	José Carlos F. Pinto	---
	José Antônio Henriques	fazendeiro
	Manoel Vidal B. Lage	fazendeiro
	Manoel de C. Guimarães	fazendeiro
PIAU / S.PEDRO DE ALCÂNTARA	Albino Cerqueira Leite	fazendeiro
	Francisco Damasco Costa	fazendeiro
SANT' ANNA DO DESERTO	José Ribeiro de Rezende	fazendeiro
	Belysário Nóbrega	fazendeiro
	M. Brito Pereira Andrade	fazendeiro
CHAPÉU D'UVAS	Francisco J. Miranda	fazendeiro
S.FRANCISCO DE PAULA	Albino da Costa Freitas	fazendeiro
	J.Anastácio Costa Lima	---
	Manoel Gonçalves Pereira	fazendeiro

FONTE: Almanack Administrativo, Civil e Industrial de Minas Gerais para o ano de 1870. pp. 438-454.

Mais do que isso, podemos verificar a composição da riqueza do município de Juiz de Fora, estudada detidamente em um trabalho recente³⁸¹, que o ítem “dívida ativa” constituía, conjuntamente com os escravos, o ativo de maior importância num período em que os principais detentores da riqueza local eram fazendeiros de café. Na amostra, onde foram analisados 283 inventários³⁸², percebe-se também que o mesmo ativo se mantém como um dos mais representativos do conjunto da riqueza para o período 1870/1888 e também para o período 1889/1914, considerados de forma agregada por parte da autora.

³⁸¹ ALMICO, R. (2001). **Fortunas em Movimento**. Op. cit. p. 102

³⁸² id. ib. p. 104

Tabela 42
Médias de Participação dos Ativos no Montante Total da Riqueza por Períodos
1870/1888, 1889/1914 e 1870/1914
(em porcentagens)

Ano	Escravos	Café	Animais	Terras	Casas	Benf	Objetos	Alim.	Dívida Ativa	Títulos	Ações	Terrenos
1870/1888	24,80	16,28	2,42	16,20	7,51	2,84	2,05	0,61	17,44	6,14	3,39	0,30
1889/1914	-----	9,23	2,54	19,12	18,50	2,19	5,12	0,28	15,58	16,55	10,00	0,89
1870/1914	10,47	12,21	2,49	17,89	13,86	2,47	3,82	0,42	16,36	12,15	7,21	0,64

Fonte: ALMICO, R *Fortunas em Movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora – 1870/1914*. Op. cit. p. 102

Devemos levar em conta o declínio relativo deste componente da riqueza local se também considerarmos períodos desagregados³⁸³; no entanto, este declínio se deu em função de outros ativos que também denotam uma participação direta ou indireta dos agentes com o processo geral de financiamento e endividamento que vinha ocorrendo na economia, se efetivando no mesmo período em que ativos tais como “títulos” e “ações”³⁸⁴ ganham a maior participação, exatamente num momento em que o município testemunha um significativo processo de crescimento urbano-industrial e que a cafeicultura de exportação, apesar de seus limites, ainda condicionava boa parte do dinamismo existente na economia regional. Nas palavras da autora:

“Ao longo do trabalho, acompanhamos uma verdadeira ‘dança da riqueza’. Se num primeiro momento esta se constituía de forma extremamente ‘tradicional’, com escravos, café e dívidas ativas como os principais ativos do período (1870/1888), no final desse período o crescimento de ativos como títulos e ações já nos apontava ‘traços’ de uma modernização, o que também indica uma racionalidade por parte dos abastados fazendeiros de Juiz de Fora em manterem-se atrelados às oportunidades de investimentos que se descortinavam com a crise provocada pela transformação do trabalho, mesmo que estes investimentos fossem uma forma de assegurar o patrimônio (como os títulos da dívida pública e os dotes). Por outro lado, o fim da escravidão provocou profundas mudanças nos investimentos da região, potencializando tendências como o

³⁸³ id. ib. pp. 123-125

³⁸⁴ Id. ib. p. 125 ss.

*aparelhamento bancário e equacionando a maior demanda por capital por parte da cidade, papel que seria cumprido principalmente por particulares, ficando para os bancos uma parcela menor de participação. Este crescimento do setor urbano já vinha ocorrendo a partir de 1888, mas percebemos uma ‘aceleração’ a partir daí que indica novamente a percepção de novas relações econômicas e sociais.”*³⁸⁵

Estariam assim delineados os componentes fundamentais da estrutura financeira aqui em consideração, todos indissociáveis da forma que vai assumir o processo de transição e consolidação capitalista na região: por um lado, dadas as condições de distribuição da propriedade da terra e a natureza das relações sociais escravistas na sua exploração, a possibilidade não só de retenção de recursos na órbita produtiva do sistema, como também sua natureza concentrada, um elemento fundamental a condicionar a estrutura de oferta do mercado financeiro local. Por outro, a tendência à atrofia dos agentes sociais e econômicos envolvidos com o esquema comercial e financeiro radicado no Rio de Janeiro, que encontraram seu ocaso conjuntamente com aquele do sistema que representavam e do qual faziam parte. Por fim, um forte processo de diversificação econômica que acabou por provocar a internalização de boa parte das condições financeiras (oferta e procura) geradas no seio da economia local e regional, já que ele mesmo chegou a implicar no surgimento e na institucionalização de um *sistema bancário próprio* com a criação do Banco de Crédito Real em 1889 e a expansão de sua rede de agências no período deste trabalho³⁸⁶.

É importante esclarecer a participação do sistema bancário no processo. Em que pese algumas afirmações em contrário, como a da própria autora citada acima e outras baseadas na experiência de distintos sistemas bancários³⁸⁷ (o que pode refletir variações de natureza regional em seu comportamento), as relações do Banco de Crédito Real com a produção de café sempre foram muito estreitas. Em primeiro lugar, cabe destacar que o empreendimento que resultou na

³⁸⁵ Id. ib. p. 139

³⁸⁶ Sobre o Banco de Crédito Real de Minas Gerais ver: PROCÓPIO FILHO, J. (1966). “A História Bancária de Juiz de Fora” In **Retalhos do Passado**. s. ed. Juiz de Fora; ALVARENGA FILHO, J.T. (1987). “Alguns Eventos da História Bancária de Juiz de Fora” In: **História Econômica de Juiz de Fora**. s. ed., Juiz de Fora. Id. (1976). **A Criação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e o Relacionamento de seus Fundadores com o Imperador D. Pedro II**. s. ed., Juiz de Fora. SÁ, A.L. (1992). **Origens de um Banco Centenário**. Edição Comemorativa do Banco de Crédito Real. Juiz de Fora. RIBEIRO, J. (1990) “Banco de Crédito Real de Minas Gerais.” In: **Um Banco de todos os Tempos - Credireal 101 anos**. Edição Comemorativa (original de 1925).

³⁸⁷ Principalmente SAES, F. (1986). **Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista – 1850/1930**. p. 122 ss.

abertura do Crédito Real de Minas Gerais foi uma iniciativa predominantemente de fazendeiros de café³⁸⁸, sendo relativamente nítidos os vínculos de suas origens com o capital especificamente agrário, seja pela participação acionária ou pela composição de suas primeiras diretorias (tabelas 43 e 43a). Entre seus 12 principais acionistas, 7 são importantes fazendeiros de café do município, possuindo 600 das 1.050 ações (57,14%) mantidas entre eles³⁸⁹.

Tabela 43
Relação dos maiores Acionistas do Banco de Crédito Real de Minas Gerais
Juiz de Fora
1889

Acionistas	Ações	Ocupação
Barão de Monte Mário	200	fazendeiro
Barão de Sta. Helena	100	fazendeiro
Prudente Augusto Resende	100	fazendeiro
Bernardo Mascarenhas	100	industrial
Joaquim R. de Oliveira	100	comerciante
Francisco B. de Oliveira	100	comerciante
Azarias José de Andrade	50	médico e industrial
Francisco E. de Resende	50	fazendeiro
Espiridião R. de Oliveira	50	fazendeiro
José S. Valente Vieira	50	fazendeiro
João Pimentel Barbosa	50	fazendeiro
Bento Xavier	100	comerciante e industrial

FONTE: Ata da primeira reunião dos acionistas do Banco de Crédito Real, apud GIROLETTI, D. op. cit., p. 85, tab. 18.

³⁸⁸ PIRES, A. (1993). Op. cit. p. 60 ss. "Em que pese as dívidas lançadas anteriormente, a partir da análise do café mineiro (...), de que poderia originar-se o capital aplicado em bancos, constatamos que boa parte do capital social inicial do Banco de Crédito Real de Minas Gerais pertencia à aristocracia cafeeira da Zona da Mata. (...)". COSTA (1978). **Bancos em Minas Gerais**. op. cit. p. 43. "Os recursos vertidos no Banco tiveram como origem a atividade rural. Uma rápida verificação da lista dos acionistas subscritores leva-nos a constatar que 60% do dinheiro provinham de fazendeiros. Os barões de Monte Mário e Santa Helena e Prudente Augusto de Resende formavam, só eles, quase 40% de todo o capital subscrito pelos 12 acionistas fundadores. O Banco nascia para socorrer a região, rica em produção agrícola e pastoril, e era natural, portanto, que aquelas atividades oferecessem os meios.(...)". SÁ, A.L. (1992). **Origens de um Banco Centenário**. Edição Comemorativa do Banco de Crédito Real. Juiz de Fora, p. 22

³⁸⁹ PIRES, A. (1993). Op. cit. p. 64, tabela 12

Tabela 43a
Lista dos Presidentes do Banco de Crédito Real de Minas Gerais
(1889-1937)

Nome	Período
1. Visconde de Monte Mário	1889 a 1893
2. Barão de Santa Helena	1893 a 1898
3. Bernardo Mascarenhas	1898 a 1900
4. Cândido Teixeira Tostes	1900 a 1901
5. Leônidas Detzi	1901 a 1902
6. Fernando Lobo Leite Pereira	1902 a 1908
7. Antônio Gomes de Lima	1908 a 1913
8. Américo Gomes Ribeiro da Luz	1913 a 1927
9. José Joaquim Monteiro de Andrade	1927 a 1937

Fonte: FILHO, J.T. Alvarenga. (1971). "De Monte Mário a Maurício Bicalho". In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora*. IHGJF, ano 6, num. 6, Juiz de Fora, jan. p. 48-49.

Além disso, os dados de que analisamos sobre a estrutura do débito de grandes fazendeiros do município³⁹⁰ demonstram que desde a sua fundação, em 1889, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais manteve o predomínio da intermediação financeira da agricultura local (tabela 44), mesmo sendo a existência de emprestadores individuais (em geral de origem local) uma constante no correr de todo o período. Em grande parte este predomínio pode ser explicado por uma íntima proximidade entre o Banco, como instrumento de financiamento, e o aparelho de Estado, tanto do governo imperial como principalmente no que se refere ao governo do estado de Minas Gerais.

Tabela 44
Participação do Banco de Crédito Real na Distribuição de Capital para a Lavoura Cafeeira de Juiz de Fora 1890/1919
(valores em mil-réis)

DÉCADA	DIV. TOTAL	B.C.R.	%	R.J.	%
1870/79	309:819	---	---	144:477	46,63
1880/89	1.022:570	---	---	768:649	75,16
1890/99	199:209	143:939	72,46	1:211	0,60
1900/09	613:996	438:776	71,46	73:868	12,63
1910/19	109:517	73:000	66,65	2:263	2,06

FONTE: Inventários Juiz de Fora - 1870/1929.

³⁹⁰ id.ib. Cap. 3

O município que temos como objeto de pesquisa aqui pouco testemunhou a experiência de surgimento e crescimento que o setor bancário viveu no país principalmente a partir da segunda metade do século XIX³⁹¹. Incrustado no interior do território mineiro e destituído de um centro próprio de comercialização externa, o município de Juiz de Fora desconheceu o processo de emergência do sistema bancário ocorrido no país no período em que, como se sabe, salvo a experiência com os Bancos Hipotecários nas décadas de 1860 e 1870, esteve em grande parte condicionado ao surgimento de Bancos Comerciais (nacionais e estrangeiros) que restringiam suas operações ao financiamento de curto prazo principalmente ao comércio exterior³⁹². Além disso, a proximidade da Corte sempre possibilitava o acesso à estrutura financeira e de crédito que lá se desenvolvia. As experiências com Casas Bancárias que Juiz de Fora vivenciou em meados do século, das quais temos escassas referências³⁹³, foram relativamente de pequena importância, a julgar pelo seguinte relato, de 1910, encontrado em um artigo denominado “*O Teatro em Juiz de Fora*” em um importante jornal da cidade³⁹⁴.

“(...) Um empréstimo não seria impossível de ser lançado e coberto, mas, falava-se em prejuízos dos acionistas da União e Indústria e isso havia produzido retraimento em nossos capitalistas.

Convém mesmo dizer, não havia em Juiz de Fora grandes notícias de operação de crédito. As facilidades de circulação que promanam do instituto bancário eram quase desconhecidas entre os juiz-de-forenses.

A casa bancária de Joaquim Vidal Leite Ribeiro, primeiro estabelecimento que tivemos no gênero, e que funcionava no prédio, hoje dos herdeiros do coronel João Vieira, edificado por Joaquim Vidal, operava sobre descontos e empréstimos a particulares, exclusiva e limitadamente.

³⁹¹ Ver LEVY, M.B. (1994). **A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas**. Ed. UFRJ, Rio de Janeiro; SAES, F. (1986). **A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira**. Op. cit.; SWEIGART, J. (1980). Op. cit. TRINER, G. (1996). **Banks and Economic Development: 1906-1930** PhD. Dissertation, Columbia University.

³⁹² JONES, C. (1977). “*Commercial Banks and Mortgage Companies*.” In PLATT, D.C.M. **Business Imperialism – 1840/1870**. Clarendon Press, Oxford. LEVY, M.B. (1977). **História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro**. IBMEC, Rio de Janeiro, LEVY, M.B. (1994) **A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas**. Op. cit., entre outros.

³⁹³ ESTEVES, A. (1915) **Álbum do Município de Juiz de Fora**. op. cit. p. 63

³⁹⁴ **OP** 20/11/1910

Prestando-nos bons serviços o Banco Vidal, especialmente por haver iniciado a idéia dos benefícios que estas instituições proporcionam, pela guarda segura, colocação e movimento de valores em espécie, não se desenvolveu, entretanto de modo a facilitar capitais a empresas.

Sem querer rememorar, minuciosamente, nossa história local nesse ramo comercial, deixo aqui algumas notas a respeito.

Após o Vidal banqueiro tivemos os banqueiros Jordão e Gomes, ali na casa em que está a repartição dos telégrafos.

Este banco fundiu-se mais tarde em um outro dirigido pelo inteligente baiano Ricardo de Araújo, com capitais de Marcellino de Brito Pereira de Andrade, depois visconde de Monte Mário e de outros, dando prejuízo aos acionistas, na liquidação. Tinha sede em casa de Manoel de Castro Guimarães, mais tarde Barão de Cataguases, um bom homem, roceiro de belo físico e maneiras atraentes. Na mesma casa que é o atual Colégio Mineiro, boa instituição de ensino dirigido por distintas educadoras da América do Norte, fundaram-se o Banco Territorial e Mercantil de Minas, de que foi cabeça dirigente Manoel de Mattos Gonçalves, português e segunda edição de Ricardo de Araújo, e o nosso colossal Banco de Crédito Real de Minas Gerais, filho estremecido de João Ribeiro de Oliveira e Souza, dos finados Barão de Santa Helena, Baptista de Oliveira e de outros.

Além destes bancos tivemos um outro, no prédio em que está o Petit café. Este, de duração efêmera, era denominado Banco de Crédito Popular, e porque esperava jogar com quarenta mil contos, foi apelidado Banco Onça pela sátira popular. Foram seus diretores um estudante de medicina, o dr. Luiz de Souza Brandão e meu pobre amigo e compadre, Antônio Mendes Barreto, que na povoação da pobreza leva o penoso fim da existência palmilhando descalço as ruas de Juiz de Fora, de cujo progresso tanto sonhou, cuidou, e para o qual procurou ardorosamente contribuir! Foi ele, entre outros serviços, que conseguiu dos poderes públicos a feira de Benfica.”

Assim sendo, foi apenas com o estímulo à criação de bancos, decorrente das transformações sociais da agricultura de exportação, e, principalmente, como política deliberada do governo central, já na transição republicana, que o município encontrará as suas principais

experiências com a atividade bancária: a criação do *Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais*, fundado em 1887 e sugado pela voragem da especulação bursátil do Encilhamento já em 1892³⁹⁵, e do próprio *Banco de Crédito Real de Minas Gerais* em 1889.

No entanto, mesmo antes de entrar em operações, ainda no período monárquico, o Banco já realiza um contrato para financiamento agrícola com o governo que previa o adiantamento de um montante corresponde a quatro vezes o valor de seu capital (dois mil contos para quinhentos de capital nominal) que seriam repassados em dobro para a lavoura. Contudo, segundo um de seus fundadores, o governo republicano, ainda na gestão de Rui Barbosa e após o Banco ter recebido apenas 800:000\$ do total previsto, rescinde o contrato, restando ao Banco o pagamento dos recursos num prazo de 17 anos³⁹⁶.

Em 1891 o Banco ganha autorização para trabalhar também com operações comerciais, o que deve ter contribuído para a elevação de seu capital para 3 mil contos, um montante seis vezes superior ao capital quando de sua fundação. Já em 1894, um acordo com o governo de Minas dá ao Banco a função de recebedoria de impostos no Rio de Janeiro e sua transferência para a agência da capital Ouro Preto (fundada em 1891). Em 1897, uma lei estadual (Lei 212 de 09/07/1897)³⁹⁷ concede garantia de juros às letras hipotecárias emitidas pelo Banco e, ainda em 1898, é celebrado um acordo com o Crédito Real no qual seu capital foi elevado a 7.000:000\$, dos quais 6.000:000\$ da carteira hipotecária; sobre estes valores o banco poderia emitir até o quántuplo em letras, ou seja até 30.000:000\$, cujos recursos passaria para a lavoura e indústria sobre taxas de 9,5%. Este contrato foi prorrogado na gestão Delfim Moreira, em 1917, por mais 20 anos³⁹⁸.

Ainda em 1908 foi realizado novo contrato entre o Crédito Real e o governo do estado de Minas, desta feita em função das necessidades da política de valorização do café. Caberia ao Banco a realização de operações várias, tais como descontos, saques, notas promissórias,

³⁹⁵ Sobre o processo de falência do Banco Territorial e Mercantil ver: RIBEIRO, J. op. cit., p. 6-7; MASCARENHAS, N.L. (1954). **Bernardo Mascarenhas: o surto industrial de Minas Gerais**. ed. Aurora, Rio de Janeiro, pp. 131 -7.

³⁹⁶ "(...) O Banco de Crédito Real empregou em empréstimos a longo prazo (15 anos) mais de 60% da quantia recebida do Estado. (...) em vez do que praticaram outros bancos, que distraíram as quotas recebidas, para diversos fins, sem excetuar as aleatórias operações de Bolsa. (...)" RIBEIRO, J. (1990). "*Banco de Crédito Real de Minas Gerais*." in **Um Banco de todos os Tempos: Credireal 101 anos**. Edição Comemorativa. pp. 3-5

³⁹⁷ COSTA, F.N. (1978). Op. cit. p. 38-39

³⁹⁸ Id, Ib.; PIRES, A. Op. cit. (1993) p. 64; SÁ, A.L. Op. cit. (1992). **Origens de um Banco Centenário**. Op. cit. p. 33

warrants, empréstimos por penhor ou hipoteca etc. Para tal foram adiantados ao Banco 10.000:000\$ sobre juros de 5% ao ano a serem repassados, para a lavoura e indústria, a taxas de 8%. Estes recursos originariam-se da *sobre-taxa imposta ao café* como resultado da própria política de valorização. Em 1912, como parece natural, o estado adquire o controle acionário do Banco e, em 1919, o Crédito Real se torna uma instituição oficial. O Banco de Crédito Real também esteve presente como um importante instrumento financeiro nas valorizações de 1917 e 1921.³⁹⁹

É evidente que o Banco foi utilizado pelo governo do estado como um importante *instrumento de política econômica de apoio à lavoura*, em especial, mas não apenas, a de exportação. Por outro lado, pelo período em que surgiu e pelas articulações que vai possuir com o núcleo que vai lhe servir de referência imediata, o Crédito Real possui profundas analogias, guardadas as devidas proporções, com os chamados *Bancos do Interior*, ou Provinciais (“*Country Banks*”), *uma instituição financeira tipicamente identificada com o universo local da economia (normalmente agrária) no que se refere à iniciativa dos empreendimentos, captação de recursos locais (depósitos) e seu re-direcionamento, através de operações várias, para outros setores da economia, inclusive o próprio setor industrial*⁴⁰⁰. Sendo suas operações basicamente de natureza local e regional e tendo no desconto de títulos de curto prazo uma de suas funções mais importantes, além daquelas envolvidas com a renovação de papéis e empréstimos de longo prazo, *sua presença constitui um importante mecanismo de captação de poupanças locais e sua aplicação naqueles setores que mais demandavam recursos de curto e longo prazo*. Num período em que as unidades industriais e comerciais tinham no capital de giro sua maior parcela de débito e que a reinversão de lucros era a tônica do crescimento das firmas, o desconto de notas se tornou

³⁹⁹ PIRES, A. (1993). Op. cit. p. 66 ss.

⁴⁰⁰ “(...) A maior inovação financeira da Revolução Industrial foi o surgimento dos bancos do interior após 1750. Duas das principais funções desempenhadas por estas instituições foram a provisão de meios de pagamentos através da emissão de notas e a geração de oferta de crédito pelo desconto de títulos. Estas duas atividades fundiam-se quando as notas eram colocadas em circulação como resultado de descontos. (...) COTTRELL, P. (1993). **Industrial Finance, 1830-1914**. Gregg Revivals, Methuen, p. 13-16; HANLEY, A.G. (1995). **Capital Markets in the Coffee Economy: financial institutions and economic change in São Paulo, Brazil, 1840-1905**. Op. cit. p. 73; POWELL, E. (1966). **The Evolution of the Money Market, 1385-1915**. Frank Cass and Co. Ltd., London, p. 117-24, pp. 285-86; MATHIAS, P. (1993). “*Financiando a Revolução Industrial*”. In id. **As Primeiras Revoluções Industriais**. Publicações D. Quixote, Lisboa. p. 122. “...Em suma, eles [os bancos do interior] exerciam uma função mais ampla de intermediação em uma área local entre os poupadores (como os grandes proprietários de terra) e investidores (como os artesãos das manufaturas) do que realmente seria realizado por indivíduos com limitadas opções de contrato, como escritvães e tabeliães. (...)” NEAL, L. (1997). “*The Finance of Business during Industrial Revolution*.” In FLOUD, R. and McCLOSKEY, D.N. (1997). **The Economic History of Britain since 1700**. Cambridge University Press. Vol. 1, p. 168

um componente estratégico para o próprio crescimento industrial, entre outros, dotando a economia de um importante mecanismo de financiamento do próprio crescimento econômico. De acordo com um estudioso do processo de financiamento da Revolução Industrial:

“(...) por meio de letras de desconto, ou de facilidades concedidas a contas bancárias, os bancos estavam a executar a função vital do crédito, libertando assim os recursos internos das firmas e outros capitais que pudessem angariar de outras fontes, para o investimento a longo prazo. Desta forma o sistema bancário inglês contribuiu para as forças de expansão, pois o banco de província não era por esta altura, principalmente um intermediário entre os que emprestavam (os depositantes) e os que pediam empréstimos, mas sim um “motor de crédito” que, mesmo que minúsculo, bombeava uma corrente de dinheiro novo, quer emitindo-o, quer criando depósitos, dinheiro bancário, quer sobre saques sobre empréstimos e cheques.”⁴⁰¹

Em que pese também a existência de *significativas diferenças* decorrentes do fato do Banco estar inserido em um contexto histórico substancialmente diferente (um amplo apoio do Estado, a ausência da função de emissão de notas, as dimensões que o Banco assumiu e sua área de atuação chegar a romper os limites estritamente regionais, etc.) veremos, no correr desta análise, que suas principais funções e, principalmente, seus impactos nas economias locais foram essencialmente parecidos, quando comparamos as atividades do Crédito Real na economia de Juiz de Fora. Iremos dimensionar a importância do processo de desconto de notas, sua renovação e dos empréstimos hipotecários para o financiamento industrial local num momento posterior deste trabalho.

De qualquer forma, o Crédito Real reuniu as funções de banco comercial e banco hipotecário e estava localizado numa região que, apesar de ter na agricultura de exportação o eixo básico de sua economia, estava deslocada dos grandes centros de exportação do país. Dessa forma, não seria impossível perceber na sua origem uma alternativa às fontes “tradicionais” de crédito (assim consideradas aquelas que se originavam no Rio de Janeiro) e uma visível sobreposição com o universo agrário exportador, para além dos capitais e agentes responsáveis

⁴⁰¹ MATHIAS, P. (1993). **As Primeiras Revoluções Industriais**. Publicações D. Quixote, Lisboa.

pelo empreendimento, também como provedor de financiamento tanto de curto prazo (desconto de notas, penhor, empréstimos em conta corrente etc.) quanto principalmente daquele de longo prazo (hipotecas). De acordo com um relatório ainda na fase inicial de existência do Banco, em 1892:

“A prosseguir segundo as normas até hoje adotadas, de rigorosa economia e de inteiro escrúpulo, de razoável seguridade nas transações, limitando-se às operações bancárias propriamente ditas, esta prestimosa instituição, além de ter assim seu capital garantido e amparado seus depósitos, produzirá as maiores utilidades, ou como intermediário do interior para o litoral, e até para o estrangeiro, ou como auxiliar direto da lavoura e da indústria, operando demais como instrumento de descentralização de capitais para constituir com os anos, fora da cidade do Rio de Janeiro, um centro de força e atividade econômica.”⁴⁰²

No entanto, deve ser observado que se a agricultura de exportação serviu, de início, como um canal importante de captação de recursos, é claro que com o desenvolvimento do município aqueles recursos provenientes do próprio universo urbano da economia assumiam uma proporção cada vez mais significativa, mas sua importância varia de acordo com o próprio crescimento das atividades urbanas e industriais de Juiz de Fora, que vão se desenvolver especialmente a partir do final da década de 1890.

A abrangência das operações realizadas pelo Banco com a cafeicultura pode ser vislumbrada pelos dados que dispomos em balanços que discriminam a *Carteira de Auxílios para a Lavoura*, que traduzem, o mais próximo possível, os valores que o Crédito Real vinha repassando principalmente para a agricultura de exportação e a indústria.

⁴⁰² BANCO DE CRÉDITO REAL. **Relatório Apresentado à Assembléia dos Acionistas em 1892.** Juiz de Fora, Typographia Pereira, p. 05-6 (grifo nosso)

Tabela 45
Operações Realizadas pelo Banco de Crédito Real
pela Carteira de Auxílios à Lavoura – 1890/1913
(períodos selecionados)

OPERAÇÕES	1890	1909	1910	1911	1912	1913
<i>Por penhor agrícola</i>	-----	55:000\$	82:000\$	-----	-----	95:000\$
<i>Por hipotecas rurais</i>	511:617\$	2.020:199\$	2.483:417	1.967:715	1.090:446\$	1.012:200\$
<i>Valores Hipotecados</i>	-----	4.932:310\$	6.347:860	5.941:400\$	3.926:990\$	4.542:530\$
<i>Letras descontadas</i>	221:940\$	2.427:577\$	2.313:100\$	2.342:767	2.497:713\$	1.427:289\$
<i>Contas correntes</i>	-----	817:437\$	2.270:228\$	3.034:653\$	3.093:711\$	4.626:472\$

Fonte: *Relatórios do Banco de Crédito Real de Minas Gerais* – 1890, 1909, 1910, 1911, 1912 e 1913. Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

É claro que a historiografia tem dado ênfase a esta próxima relação entre o Banco de Crédito Real e o governo de Minas. Alguns autores procuram reduzir a própria experiência do surgimento de um instrumento institucional de crédito na região ao aparato público⁴⁰³, desconhecendo que *o banco mantinha entre seus recursos, como instituição de crédito comercial, para além daqueles de origem pública, muitos de origem privada, obtidos através de vários tipos de depósitos na cidade e região*, secundado por uma política de abertura de agências que acompanhou de perto os próprios acordos com o governo (tabela 46)⁴⁰⁴. São estes recursos obtidos através de depósitos que vão sustentar, em grande parte, as operações comerciais do Banco e que, desde sua autorização em 1891, assumiriam a maior parte de suas transações (tabela 47). De resto, deve ser lembrado que boa parte das operações apoiadas pelo estado, implicavam na concessão de juros e *emissão de letras hipotecárias*, tornando o financiamento da operação dependente também da captação de recursos na economia, o que vem ao encontro da existência do mercado financeiro local, aonde estes títulos vinham sendo realizados, a julgar pela presença constante deste ativo financeiro na composição da riqueza local. Um resumo das operações do Banco, por períodos selecionados, pode ser encontrado na tabela abaixo, onde devem ser destacados o crescimento dos depósitos e do desconto de letras e uma certa morosidade, frente a estas últimas operações, dos empréstimos realizados em hipotecas.

⁴⁰³ “(...) Os primeiros bancos comerciais foram fundados em Juiz de Fora, no final da década de 1880. Um deles, o Territorial, faliu em pouco tempo e ou outro, o de Crédito Real –uma instituição semi-oficial designada a fazer empréstimos agrícolas- sobreviveu negociando contas estaduais. Dos sete bancos ativos em 1895, apenas um não se localizava em cidades de café da zona da Mata. (...)”. WIRTH, J. (1982). **O Fiel da Balança: Minas gerais na confederação brasileira**. Op. cit. p. 101.

⁴⁰⁴ PIRES, A. (1993). Op. cit. p. 68; SÁ, A.L. (1992) Op. cit.

Tabela 46
Expansão das Agências do Banco de Crédito Real de Minas Gerais
(1891/1928)

ANO	MUNICÍPIOS
1891	Ouro Preto
1894	Rio de Janeiro
1898	Cataguases
1909	Ouro Fino, Lavras e Uberaba
1912	Ponte Nova
1918	Uberlândia
1920	S.J. D'El Rey
1921	Muzambinho
1922	Viçosa, Oliveira, Muriaé e Diamantina
1928	Araguari, Carangola e Itanhandu

FONTE: SÀ, A.L. "Origens..." op. cit., várias páginas.

Tabela 47
Evolução dos Depósitos, Letras Descontadas e Hipotecas
Banco de Crédito Real
1891-1925

ANO	DEPÓSITOS	LETRAS DESCONTADAS	HIPOTECAS
1891	34:900\$	14:662\$	1.216:933\$
1899	2.740:794\$	1.390:900\$	2.002:426\$
1905	11.436:716\$	1.208:497\$	2.009:047\$
1915	15.024:570\$	19.645:385\$	3.673:938\$
1920	20.972:108\$	15.833:142\$	3.182:986\$
1925	67.194:875\$	40.173:556\$	3.426:994\$

Fonte: Relatórios do Banco de Crédito Real – diversos anos

É reconhecida a importância dos depósitos bancários como ativos financeiros e como instrumentos de captação de fundos principalmente por parte dos Bancos do Interior⁴⁰⁵. Sua presença é fundamental no desempenho das operações bancárias, bem como para sua estabilidade

⁴⁰⁵ "...Os passivos destes bancos não eram usados largamente como meio de pagamento. Estes bancos eram, preferencialmente, depositários de poupadores, e, por outro lado, as transações interbancárias não atingiam montantes relevantes. Estas características, por seu turno, implicavam no fato da expansão dos empréstimos acarretar substancial perda de reservas, mesmo para o sistema como um todo. Os bancos dependiam dos depósitos para recomposição das reservas e as reservas estabeleciam a capacidade de empréstimos. Depósitos neste estágio eram poupanças. Esta era a forma institucional do sistema de crédito predominante. (...)".COUTINHO, C.S. (1997). **Rentismo e Capitalismo: um estudo sobre as trajetórias da riqueza financeira**. Tese de Doutorado, Unicamp., Campinas, p. 31; HANLEY, A. (1995). **Capital Markets in the Coffee Economy**. Op. cit. pp. 160 ss

e colocação de recursos captados no mercado local e regional e sua disponibilização também para as atividades produtivas locais e de forma crescente, se consideramos o potencial do *multiplicador dos meios de pagamento e criação de moeda bancária* implícito na relação depósitos/crédito. Saes define bem a noção e afirma:

*“Há, ainda, motivo de ordem teórica da maior importância, para incluirmos em nossa discussão alguns elementos referentes à moeda. Trata-se do poder que os bancos têm, sob certas condições, de criar moeda –um certo tipo de moeda, a moeda bancária. Não nos referimos ao poder de emissão de moeda de curso legal concedido a alguns bancos, por períodos limitados de tempo no século passado. Pensamos na capacidade que os bancos têm de multiplicar o valor de empréstimos e depósitos a partir de um valor inicial depositado em seus cofres por um cliente.”*⁴⁰⁶

Também Hanley, quando compara o sistema bancário de São Paulo àquele da Inglaterra, ressalta a importância dos depósitos bancários nas operações dos bancos nas economias regionais:

*“Os depósitos têm o benefício de relacionar o uso local de fontes locais, reduzindo a necessidade de lançar mão de outros mercados para cobrir a necessidade de crédito; isto, por sua vez, fornece estabilidade ao sistema financeiro regional. Os bancos regionais na Inglaterra baseavam-se cada vez mais sobre os depósitos para financiar operações de crédito locais durante o século XIX.”*⁴⁰⁷

O crescimento dos depósitos do Crédito Real é visível pelos dados apresentados acima. Na proporção em que ocorreram, resultaram numa crescente capacidade do Banco atuar no seio da economia local e regional como uma grande fonte de captação e distribuição de recursos, sempre tendo em vista o potencial do multiplicador dos meios de pagamentos. Assim, se associarmos ao crescimento dos depósitos a proporção da expansão do crédito (aqui representado apenas para o desconto de letras) e à intervenção do Banco nos distintos setores em que se

⁴⁰⁶ SAES, F. (1986) **Crédito e Bancos no desenvolvimento da Economia Paulista**. Op. cit. p. 15

⁴⁰⁷ HANLEY, A. Op. cit. p. 160

organizava a estrutura produtiva e comercial local, percebemos que *o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, como forma de organização bancária extremamente análoga aos “Country Banks”, chegou bem perto de desempenhar a função de “motor de crédito” na economia regional, se não o fez de forma completa.* Deixaremos para uma próxima seção uma discussão mais apurada desta questão.

De qualquer forma, o Banco, na verdade, apesar de ter atuado visivelmente como instrumento público de apoio e concessão de serviços financeiros para a agricultura, também foi, durante boa parte de sua existência, uma *instituição privada*, e mesmo quando passou para o controle do estado de Minas, mantinha uma política administrativa aparentemente bastante independente. Apesar disto, o Crédito Real atuou num ambiente que lhe deu as características e limites de qualquer aparelho bancário no período, inclusive a ausência de qualquer instituição que viesse a desempenhar, ao menos de forma regular, as funções de um Banco Central (principalmente as operações de redesconto), com todas as conseqüências e instabilidades que esta situação poderia provocar⁴⁰⁸.

Mas resta, ainda, verificar a *presença do aparelho de Estado*, pelo seu significado e importância, no processo de financiamento da cafeicultura local, sempre tendo em vista os objetivos básicos que temos em mente aqui: *a existência de elos de encadeamentos financeiros e o mercado de crédito e capitais que teria se estruturado na região.* Para nós, trata-se de uma questão fundamental na medida em que ela atinge o cerne de nosso referencial de delimitação do espaço econômico identificado com a região e que, como vimos, historicamente se marca pela presença de continuidades e descontinuidades, simetrias e assimetrias que em grande parte caracterizam a posição da região não só frente ao conjunto do território mineiro, como também frente às principais regiões produtoras de café do país.

Já consideramos no corpo deste próprio trabalho que uma das características a marcar a natureza específica e periférica do complexo regional foi, justamente, o deslocamento do aparelho de Estado para um espaço exterior àquele que define a região. Poderia ser também observado que, na verdade, boa parte dos capitais responsáveis pelo financiamento da agricultura de exportação local teria se originado, assim, *fora do espaço regional*, o que inviabilizaria não só a existência do mercado financeiro local que queremos demonstrar, como também do próprio

⁴⁰⁸ LEVY, M.B. (1977). **História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.** IBMEC, Rio de Janeiro. TRINER, G. (1996). **Banks and Economic Development.** Op. cit.

complexo econômico do qual constitui um dos componentes mais importantes. A historiografia tem destacado este aspecto, implícita ou explicitamente, quando ressalta ou os vínculos financeiros que as regiões cafeeiras mantinham com o Rio de Janeiro⁴⁰⁹ (que já afastamos acima), ou a origem predominantemente estatal dos recursos de empréstimo para a lavoura⁴¹⁰, invariavelmente não levando em conta a importância dos impostos de exportação do café, entre outros impostos, na constituição da base fiscal do aparelho público mineiro⁴¹¹. De qualquer forma, um autor chegou a considerar esta como uma situação específica de Minas, quando afirma:

*“Concluimos, portanto, que o Estado cumpriu em Minas Gerais um papel semelhante ao do capital comercial em São Paulo, de apropriação, centralização e diversificação do capital cafeeiro, amparando diversas atividades agrícolas (inclusive o próprio café), através do Banco de Crédito Real e Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais.”*⁴¹²

Ou ainda:

*“Sem dúvida, em que pese o fato de que fazendeiros, comerciantes, industriais e mesmo estrangeiros aplicaram seus capitais tentando implantar um sistema bancário em Minas, foi o Estado que, dando-se conta da fragilidade desse ‘embrião’, tutelou-o: amparando e comandando seu crescimento. O que constitui uma peculiaridade frente ao ocorrido no Rio e em São Paulo.”*⁴¹³

Outros vão ainda mais longe, identificando nesta função do Estado, em Minas, uma substituição dos pré-requisitos do desenvolvimento nos moldes de Gerschenkron:

“Nessa função articuladora do Estado, que em outros contextos coube ao capital comercial, tem-se um exemplo marcante do fenômeno da substituição de pré-requisitos

⁴⁰⁹ “(...) Os bancos foram atraídos pelo ritmo acelerado do comércio, embora com certo atraso, pois os mineiros de maneira geral faziam suas transações bancárias no litoral. O isolamento entre os centros comerciais, a falta de um porto, e o fato das zonas cafeeiras estarem ligadas à rede bancária do Rio constituía um reforço desta prática. (...)”

WIRTH, J. (1982). **O Fiel da Balança: Minas Gerais na confederação brasileira –1889/1937**. Op. cit. p. 100

⁴¹⁰ Id. ib.; DULCI, O. S. (1999). **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Op. cit. p. 49-50.

⁴¹¹ Uma exceção talvez constitua o caso de COSTA, F.N. (1978). **Bancos em Minas Gerais**. Op. cit.

⁴¹² Id. Ib. p. 43

⁴¹³ id. ib.

*do desenvolvimento que Gerschenkron identifica nos processos de industrialização tardia.”*⁴¹⁴

Nossa visão do processo é um tanto ou quanto diferenciada, mesmo porque a participação do Estado no processo de industrialização em Juiz de Fora, o principal centro industrial de Minas durante boa parte da República Velha, esteve longe de ser marcante, o que torna *para o período e para a região* as aplicações de Gerschenkron um pouco deslocadas⁴¹⁵. Por outro lado, *a presença do capital comercial neste mesmo processo de industrialização (e provavelmente para o de outras regiões de Minas) também é visivelmente subestimada por esta visão*. Quanto ao processo de surgimento e expansão do aparelhamento bancário no país, não foi o capital comercial o responsável exclusivo do processo, estando o capital agrário (de natureza diversa, dependendo da região) presente em maior ou menor grau⁴¹⁶.

Já no que no que se refere ao crédito hipotecário e ao sistema bancário que a ele se dedicava, *a presença do Estado está longe de ser uma especificidade mineira*. As dificuldades de levantamento de recursos de longo prazo para empréstimos hipotecários para a lavoura são reconhecidas pela literatura⁴¹⁷ que já tem identificado, neste aspecto, um problema de *natureza estrutural do sistema financeiro e bancário do país no período* e que pode ser explicado pela maior velocidade e lucratividade do crédito comercial; pelos limites e pequeno desenvolvimento de instrumentos institucionais, como os problemas de garantia da propriedade agrícola decorrentes do sistema de registro de propriedades e as dificuldades de execução falimentar, entre outros; pelos riscos inerentes à produção agrícola, principalmente aquela de exportação; pela instabilidade financeira crônica de um sistema dependente de exportações de produtos agrícolas,

⁴¹⁴ DULCI, O.S. (1999). **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Ed. UFMG, Belo Horizonte, p. 50

⁴¹⁵ Sobre a inadaptação da aplicação do modelo de Gerschenkron ao caso brasileiro ver também: HABER (1997). “*Financial Markets and Industrial Development: a comparative study of governmental regulation, financial innovation, and industrial structure in Brazil and Mexico, 1840-1930.*” In HABER, S. (1997). **How Latin America Fell Behind**. Op. cit. HANLEY, A. (1995). Op. cit. TRINER (1996). **Banks and Economic Development: 1906-1930**. op. cit.

⁴¹⁶ SAES, F. (1986). **Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista – 1850/1930**. IPE/USP, São Paulo.; LAGEMANN, E. (1985). **O Banco Pelotense e o Sistema Financeiro Regional**. Mercado Aberto, Porto Alegre; SWEIGART, J. (1980). **Financing and Marketing Brazilian Export Agriculture: the coffee factors of Rio e Janeiro, 1850-1888**. Op. cit.

⁴¹⁷ Ver, entre outros, TRINER, G. (1996). **Banks and Economic Development: 1906-1930**. PhD. Thesis, Columbia University. HANLEY, A.G. (1995). Op. cit. SWEIGART, J. (1980). Op. cit. RIDINGS, E. (1994). **Business Interest Groups in Nineteenth-Century Brazil**. Op. cit. SAES, F. (1986). op. cit. LAGEMAN, E. (1985). Op. cit.; MARCONDES, R. (1999). **O Financiamento Hipotecário da Cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista**. Op. cit.

em especial do café, com suas inevitáveis flutuações monetárias e cambiais que tornavam qualquer perspectiva de longo prazo extremamente problemática, etc.

Na verdade, por si só, ou seja, *contando com forças exclusivamente de mercado e agentes individuais ou institucionais a coordenar suas ações, o que se poderia chamar de “sistema financeiro” do país foi virtualmente incapaz de equacionar o problema*, a menos quando se leva em conta o sistema dos comissários e de emprestadores individuais, que, apesar de importantes, estiveram longe de solucioná-lo. Daí a presença constante do aparelho de Estado nas tentativas de sua solução: no Império com as reformas hipotecárias dos anos 1860 e 1870 e com a atuação do Banco do Brasil e, na Primeira República, com os governos estaduais. São conhecidas, neste último período, as experiências de apoio, direto ou indireto, para satisfazer a demanda de crédito de longo prazo de produtores agrícolas. Saes, numa passagem de seu texto, afirma:

*“Em 1909 foi fundado, ainda, o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola de São Paulo: este banco nasce de concessão do Governo do Estado de São Paulo (inclusive com garantias de juros) para uma sociedade que fornecesse crédito sob hipoteca, em especial para a agricultura. O banco foi concedido para uma sociedade francesa que o organiza e o mantém até 1926 quando é encampado pelo próprio Governo do Estado.”*⁴¹⁸

Já Lagemann, com relação aos bancos do Rio Grande do Sul, também informa:

“Desde o século passado era reconhecida a necessidade da organização do crédito hipotecário. Os governos apoiavam a sua criação pela iniciativa privada, ora oferecendo-lhes garantias de remuneração e de amortização de letras hipotecárias (...), ora isentando de impostos as carteiras hipotecárias instaladas pelos bancos comerciais. Se a iniciativa privada já não obtivera êxito nessa proposta durante as duas primeiras décadas do século, na década de 20, quando da acentuação da crise econômico-financeira em âmbito nacional e regional, a hipótese de atuação na área do crédito de longo prazo foi inteiramente afastada. Assim, nada mais restava ao Estado senão instituir, por ação própria, o tão exigido banco de crédito real. O governo paulista lhe servia de modelo ao se tornar, em 1927, o principal acionista do Banco de Crédito

⁴¹⁸ SAES (1986). Op. cit. p. 105

*Agrícola e Hipotecário, agora denominado de Banco do Estado de São Paulo, buscando, dessa forma, apoiar a sua principal riqueza, o café.”*⁴¹⁹

O autor ainda faz referência à criação dos bancos estatais de natureza hipotecária no Piauí, em 1926 e no Paraná, em 1928.⁴²⁰

A participação do governo de Minas no apoio ao seu sistema bancário, principalmente no que se refere ao crédito agrícola, assim, *nada tem de específico*. O que parece dar, principalmente à região da Mata mineira, uma certa especificidade é a *precocidade* com que tal apoio ocorreu e a pequena diversificação da atividade bancária no município, o que concedeu ao Banco de Crédito Real um virtual monopólio da atividade em Juiz de Fora praticamente desde a sua fundação até 1918, quando se abre uma agência do Banco do Brasil, situação que, seguramente, também contribui para explicar uma maior proximidade entre o Banco e a economia de exportação na região⁴²¹.

A questão assume outra perspectiva e apresenta novas possibilidades se a considerarmos a partir do ponto de vista dos *linkages de natureza fiscal*. Definido como “...a habilidade do Estado em regular o fluxo de rendimento decorrente do produto primário de exportação, orientando-o para as diversas facções ou grupos...”⁴²², este conceito da teoria dos Efeitos de Encadeamento é particularmente fértil não só para o caso da zona da Mata mineira, como também para o próprio estado de Minas Gerais no período em que o café constituía seu principal produto de exportação. Mais que isso, aproxima-se bastante da situação do crédito hipotecário, tendo em vista o que foi dito acima, porque normalmente este tipo de efeito de encadeamento surge quando, sendo a produção realizada por vários produtores individualmente, existe por insucesso das forças de mercado a necessidade de uma força aglutinadora e coercitiva, superior à ação individual (ou mesmo em grupo) dos agentes identificados com a estrutura da produção⁴²³.

Quando se dimensiona conjuntamente a importância dos rendimentos do café como base de arrecadação fiscal do Estado (refletindo sua capacidade de intervir nos fluxos de recursos

⁴¹⁹ LAGEMANN (1985). Op. cit. p. 59

⁴²⁰ Id. ib. nota 65

⁴²¹ Além da abertura de uma agência do Banco do Brasil na cidade; posteriormente existem referências à fundação da Casa Bancária Dias Cardoso, Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, Banco Pelotense, Caixa Econômica Federal, e a primeira agência de um banco estrangeiro em Minas: a do **Bank of London and South América**. Ver PROCÓPIO FILHO, J. (1966). “A História Bancária de Juiz de Fora” op. cit., p. 123-4.

⁴²² HIRSCHMAN, A. (1985). “Desenvolvimento por Efeitos em Cadeia: uma abordagem generalizada.” Op. cit. p.

40

⁴²³ Id. p. 57 ss.

gerados na produção agroexportadora) e seu deslocamento em relação ao espaço de produção identificado com a Mata é que a questão da origem pública e “externa” dos recursos para financiamento da produção cafeeira local pode ser efetivamente equacionada. Já vimos que o café se constituiu no componente mais importante da arrecadação do aparelho de Estado mineiro no período aqui em questão⁴²⁴. Se avaliarmos a sua importância no conjunto das exportações de Minas (tabela 48), podemos aquilatar o vulto da intervenção do estado nos “fluxos dos rendimentos” da agricultura de exportação, adicionada aqui também com os impostos que incidiam especificamente sobre o café (além do *ad valorem*, as sobre-taxas de 3 francos e a de 1\$ sobre a saca exportada). Os números disponíveis na amostra devem ser avaliados não só por seu valor relativo (que falam por si mesmos), como também em termos absolutos, ambos a destacar a capacidade de catalisação de recursos por parte do aparelho público.

⁴²⁴ “Se bem que tenha caído ao longo da década (...), é fundamental a participação do imposto de exportação na receita do governo do Estado de Minas nos anos 20. Chega, na primeira metade da década, a corresponder à metade do total da arrecadação pública. Neste período em torno de 70% desse imposto é pago pelo café (...). Se agregássemos a esse tributo as outras arrecadações que incidem sobre o café (...), constataríamos que, sem dúvida, a maior fonte de receita do governo do Estado nessa época era constituída pelo café, a ponto de se afirmar que a situação do orçamento estadual era extremamente dependente do ciclo cafeeiro.” COSTA, F.N. **Bancos em Minas Gerais**. Op. cit. p. 71

Tabela 48
Participação dos Impostos sobre Exportações de Café sobre o Conjunto do Imposto de Exportações do Estado de Minas Gerais (1896-1927)

Ano	Arrecadação com a Exportação Total	Impostos sobre as Exportações de Café				
		Imposto Ad Valorem	Sobre-Taxa de 3 Francos	Sobre-Taxa de 1\$/Saca	Total	% das Exportações Totais
1896	15.560:569	14.304:049	-----	-----	14.304:049	91,92
1897	16.740:923	15.153:331	-----	-----	15.153:331	90,52
1898	13.791:017	11.553:953	-----	-----	11.553:953	83,78
1899	14.429:026	11.317:565	-----	-----	11.317:565	78,54
1900	10.474:054	7.916:202	-----	-----	7.916:202	75,57
1901	11.366:907	8.698:373	-----	-----	8.698:373	76,52
1902	10.107:673	7.502:477	-----	-----	7.502:477	74,23
1903	9.792:060	6.992:306	-----	-----	6.992:306	71,41
1904	10.533:361	7.231:484	-----	-----	7.231:484	68,65
1905	7.587:441	4.950:251	-----	-----	4.950:251	65,24
1906	8.530:561	5.808:584	-----	-----	5.808:584	68,09
1907	13.999:619	5.691:447	5.159:398	-----	10.850:844	77,51
1908	11.704:178	4.413:618	4.478:711	-----	8.892:323	75,98
1909	13.094:556	5.928:397	4.042:780	-----	9.971:177	76,15
1910	12.957:903	6.651:835	4.154:772	-----	10.806:607	83,40
1911	13.639:588	5.928:397	2.926:480	-----	8.854:877	64,92
1912	17.306:199	9.475:841	3.577:602	-----	13.053:443	75,43
1913	17.042:323	8.412:197	3.997:437	-----	12.409:634	72,82
1914	12.548:826	6.381:201	2.299:598	-----	8.680:799	63,33
1915	23.716:584	9.891:401	8.553:475	-----	18.444:876	77,77
1916	18.807:076	7.703:485	3.893:864	-----	11.597:349	61,66
1917	21.464:818	6.631:966	4.907:531	-----	11.539:497	53,76
1918	21.989:344	7.088:790	4.248:059	-----	11.336:849	51,56
1919	28.146:142	12.039:269	4.338:934	-----	16.378:203	58,19
1920	27.386:359	11.922:634	3.341:335	-----	15.263:968	55,74
1921	35.894:657	17.961:504	6.381:689	-----	24.343:193	67,62
1922	33.154:712	17.624:779	5.602:971	-----	23.227:749	70,06
1923	39.384:776	21.089:552	5.153:915	-----	26.243:467	66,64
1924	57.120:502	35.023:903	6.601:985	-----	41.625:888	72,87
1925	67.553:453	39.370:131	4.904:391	7.242:326	51.516:847	76,26
1926	63.740:130	35.249:243	9.675:611	11.600:594	56.525:449	88,68
1927	68.857:552	37.769:429	4.758:346	13.598:434	56.126:209	81,51

Fonte: MINAS GERAIS. Carteira Estatística de Minas Gerais. Serviço de Estatística Geral. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1929, p. 69

Ora, se esta instância aglutinadora de tal volume de recursos originados *grosso modo* no espaço regional se estruturou no *âmbito externo* à região, na verdade representou um poderoso *instrumento de canalização e distribuição de recursos originados localmente para outros espaços econômicos de Minas*. Daí representar, como visto acima, um dos principais

componentes da *posição periférica* do complexo aqui em consideração porque na medida em que implicou em inúmeros instrumentos de indução a investimentos e crescimento econômico (através de políticas públicas, construção de infra-estrutura, geração de mercados etc.) ao mesmo tempo, *retirou da região estas oportunidades, restringido o potencial do seu próprio crescimento*, situação que destoava significativamente, também como já observamos, de outros núcleos urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo. Deve ser destacado que *uma capital* foi criada no período em que o café apresentava uma de suas posições mais significativas no conjunto das exportações mineiras. De qualquer forma, Aristóteles Alvim sintetiza bem toda esta situação quando afirma:

*“As taxas representando a princípio 3% do valor do produto assumiram sucessivamente as seguintes percentagens: 4%, 3,5%, 4%, 11%, 9%, 8,5%, descendo depois a 7%, a taxa que conserva ainda hoje. Além desta porcentagem ad valorem, o Estado arrecada ainda, desde 1907, a taxa fixa de 3 francos, ouro, por saca de café exportada, a taxa também fixa de 1\$000, ouro, desde 1925 e a taxa de viação, representando um adicional de 1% sobre o total de todos os impostos, desde 1916. Com exceção da taxa de 1\$000, ouro, que é destinada a custear as despesas de propaganda e valorização do café, e viação, que se destina ao desenvolvimento da rede de estradas de rodagem do Estado, os demais impostos entram indistintamente no orçamento público e não interessam senão indiretamente à lavoura do café.”*⁴²⁵

Ou Giroletti, enfatizando a questão da transferência de recursos, informa:

“Ao aplicar a receita –em educação, obras públicas, infraestrutura, pagamento da burocracia, de juros, etc.- o governo provincial e depois o republicano, atendendo às necessidades da várias regiões mineiras, tornou-se instrumento de distribuição geográfica da renda monetária proveniente da arrecadação de impostos sobre exportação, na maior parte gerada pelo café que era produzido numa área muito

⁴²⁵ ALVIM, A. (1929). **Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil – 1727/1927**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, p. 70 apud COSTA, (1978). Op. cit. p. 97 (grifo nosso).

circunscrita, para todas as zonas indistintamente. Os efeitos desencadeadores desta redistribuição espacial da renda monetária feita pelo estado via aplicação dos impostos coletados atuaram na ampliação da base monetária das economias das regiões não cafeeiras e no crescimento da circulação de mercadorias e do mercado interno. Esta redistribuição foi, sem dúvida, mais um fator positivo a estimular a economia como um todo e a aumentar e diversificar o mercado para as fábricas de tecidos em particular. O estado, além de consumidor direto de tecidos para prisões, escolas, hospedarias, ao pagar seus funcionários, contribui na diversificação dos segmentos consumidores e ao investir em obras públicas ou em garantir juros para projetos de construção de ferrovias em solo mineiro, está ampliando o mercado, pela criação de novos empregos diretos ou, indiretamente, pelo aumento da demanda de produtos à agricultura, às indústrias e ao comércio já existentes ou que as novas iniciativas passavam a requerer.”⁴²⁶

Ou, ainda, algumas considerações sobre a situação do município frente aos impactos da política de integração que teve na construção da capital um ponto de inflexão importante:

“(...) O crescimento da zona Metalúrgica e da região de Belo Horizonte se deu em detrimento do crescimento regional da Mata mineira e de Juiz de Fora, sob os auspícios do governo estadual que passou a estabelecer uma política econômica visando promover a propalada ‘integração estadual’, inviável enquanto o principal centro dinâmico da economia estadual se mantivesse ligado a Juiz de Fora, ligada historicamente em termos comerciais, produtivos e intelectuais à cidade do Rio de Janeiro. Em nome desta integração é que se deu a transferência da capital do estado para Belo Horizonte em um momento em que Juiz de Fora matinha o ‘status’ de mais importante economia do estado e melhores condições em termos de infraestrutura urbana, comparando-se com as demais cidades analisadas para ser a capital.”⁴²⁷

É claro que não estamos dizendo que a região não recebeu recursos obtidos pelo estado predominantemente a partir de sua estrutura produtiva de exportação. As despesas do governo de

⁴²⁶ GIROLETTI, D. (1987). *A Modernização Capitalista em Minas Gerais*. Op. cit. p. 73

⁴²⁷ MIRANDA, S. (1999). *Cidade, Capital e Poder*. Op. cit. p. 137

Minas com construção de estradas de ferro, infra-estrutura e com a política de valorização do café foram substanciais, mas dependiam de uma delicada conjugação de forças políticas de uma unidade onde a cafeicultura não conseguiu predominar no conjunto do território, fazendo surgir elites agrárias e outras que não se identificavam com a produção cafeeira e que, muitas vezes, não privilegiava a região de produção agroexportadora. A sua própria posição neste sentido era oscilante, vendo-se na contingência de reinvestir na região que mais lhe produzia rendimentos ou alocá-los naqueles que necessitavam de maior presença estatal para seu crescimento econômico⁴²⁸.

Dessa forma, deve ficar claro que *os capitais de natureza pública que se destinaram ao financiamento da lavoura agroexportadora e ao apoio aos bancos locais tinham na verdade no fluxo de recursos gerados na própria região a sua origem mais importante*. Sua passagem pelo crivo do Estado demonstra a existência de um ponto de catalisação de recursos que só foi possível pela montagem de uma estrutura tributária que não é senão o *resultado de elos de encadeamento de natureza fiscal* e que tinham na própria região seu pólo de apoio fundamental. Assim, são recursos que se originam *diretamente* na própria região cafeeira. *O circuito ou mercado financeiro delineado a partir de forças de oferta e demanda por recursos de financiamento se efetivando no mesmo espaço econômico, portanto, pouco se altera do ponto de vista da origem do capital*. Se há necessidade deste “ponto de catalisação de recursos” representado pelo Estado intervir em parte destas relações (aquelas que demandam o longo prazo), esta característica *não deve ser restrita ao caso mineiro; o que é, sim, específico de Minas é o fato do referido “ponto de catalisação” se localizar em um espaço externo àquele que representava o seu principal centro de produção agroexportador*. É este aspecto, entre outros, que impõe à Mata a condição de um complexo, este sim, *específico* porque *periférico do ponto de vista da própria unidade política da qual fazia parte*.

Já vimos a importância destes fluxos de recursos fornecidos pelo estado de Minas para o financiamento da cafeicultura na região. Mas resta ainda verificar se houve alguma interferência do Banco no circuito de comercialização externa do café. Temos alguns indícios de que, se a comercialização final do produto era feita por agentes identificados com o Rio de Janeiro, o

⁴²⁸ BLASENHEIM, P. (1982). “Uma História Regional: a zona da Mata mineira.” In **V Seminário de Estudos Mineiros**. UFMG/PROEP, Belo Horizonte.

próprio Banco de Crédito Real, através de sua agência e depois sucursal do Rio⁴²⁹, vinha interferindo no desconto de notas e adiantamentos de recursos para os agentes que lidavam com o comércio e exportação do café mineiro.

Um destes indícios é a *presença regular de comerciantes e casas comissárias do Rio como acionistas do Crédito Real de Minas Gerais*, o que, seguramente, lhes abririam o acesso à rede de crédito do Banco tendo em vista exatamente o ponto estratégico que a capital do país tinha no escoamento da produção mineira. Assim, nomes como Gonçalves Pinto e Cia., S. Levy e Cia., Nunes e Silva, José Ignácio de Avellar Werneck, Barros e Lima, Araújo Maia e Cia., M. Campos e Cia., todos comerciantes e comissários no Rio de Janeiro, aparecem como acionistas. Além disto, alguns comerciantes locais com nítidos vínculos com o comércio de café e com contatos próximos com comissários do Rio de Janeiro também estão presentes, tais como: Baptista de Andrade e Cia., Christovam de Andrade, Geraldo Filgueiras de Rezende, Pinheiro, Machado e Cia., Baptista de Oliveira e Cia., entre outros⁴³⁰.

Também outras fontes podem confirmar e dar uma idéia do volume das operações que vinham sendo feitas pela sucursal do Rio e pelo qual podemos verificar que o Banco estava de forma regular e significativa interferindo nos fluxos comerciais de exportação do café mineiro, restrito ao espaço do Rio. A seguinte informação, transcrita do Relatório do Presidente do estado em 1928 e publicada em um jornal local, vem confirmar nossas observações:

“Por conta da Carteira de defesa do café foram feitos empréstimos aos lavradores de café, no ano passado, na importância de 12.517:303\$000.

*Concomitantemente, a sucursal do Rio de Janeiro, no mesmo período, fez aos fornecedores e compradores de café adiantamentos em dinheiro, no total de 14.146:637\$350, por conta do governo do estado.”*⁴³¹

Desta forma, *mesmo estando o elo final do circuito comercial de exportações do café mineiro nas mãos de comerciantes do Rio de Janeiro, a atuação do Banco como agente de financiamento neste circuito representou, ao menos potencialmente, a internalização de parte*

⁴²⁹ BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS. **Relatório apresentado à Assembléia Geral de Acionistas.** Juiz de Fora, Cia. Dias Cardoso, 1926, p. 06.

⁴³⁰ Id. **Relatório apresentado à Assembléia Geral de Acionistas.** Vários anos.

⁴³¹ GC 26/07/1928 (grifo nosso)

dos fluxos de recursos destas operações, pressupondo a origem regional destes recursos e a incorporação pelo Banco dos lucros associados às mesmas operações.

A existência de um mercado financeiro ou de capitais na região parece-nos, agora, um complexo de relações sociais e econômicas relativamente coeso, pelo menos do ponto de vista do financiamento da produção agrícola. As origens locais tanto da procura quanto da oferta parecem-nos claras, principalmente se as vislumbrarmos a partir dos elos de encadeamento financeiros e/ou dos elos de encadeamento fiscais. Em outras palavras, *a estrutura agroexportadora ao mesmo tempo que criava oportunidades de investimento através das necessidades de adiantamento de recursos geradas pelas características e forma como organizou a sua produção, também gerou, a partir destas mesmas características, um montante de poupança interna que, conjuntamente com os recursos reunidos pelo estado, foi suficiente para atender em parte estas necessidades, permitindo assim a acumulação de capital pelo aproveitamento dos investimentos que elas representavam.*

Que este mercado assumiu proporções consideráveis, em termos de mobilização de recursos, podemos perceber pelo volume que assumiram as transações que ocorreram apenas no *mercado hipotecário*, do qual temos possibilidade de avaliar o montante anual, agregado por quinquênios e por décadas, número de contratos, além das respectivas médias das dívidas e as taxas de juros envolvidas. Estes números falam por si mesmos se os considerarmos como expressões de relações de natureza exclusivamente financeira, neste caso de longo prazo, que vinham ocorrendo *unicamente no mercado de Juiz de Fora.*

Tabela 49
Quadro Geral do Mercado Hipotecário – Juiz de Fora
(1853-1939)

Nº de contratos	Ano	Total por ano	Média Ano	Média do prazo	Média Juros	Nº de Contratos	Ano	Total por ano	Média Ano	Média do prazo	Média Juros
11	1853	389447	35404,27273	23,375	1,321428571	94	1897	1423595	15144,62766	36,60674157	0,935230682
27	1854	368286	13640,22222	28,08	1,12905	66	1898	990660	15010	33,3968254	0,966670159
32	1855	114307	3572,09375	22,27586207	1,018863636	87	1899	1415219	16266,88506	34,8372093	1,042707857
7	1856	120246	17178	21,42857143	1	55	1900	1232331	22406,01818	45,4	0,95014
13	1857	35545	2734,230769	17,61538462	1,378727273	65	1901	1158215	17818,69231	34,25	1,001536452
25	1858	109082	4363,28	16,34782609	1,136318182	58	1902	956910	16498,4482 8	46,375	0,974893704
14	1859	66817	4772,642857	16,84615385	1,217923077	51	1903	506281	9927,078431	42,15686275	0,917504583
48	1860	265698	5535,375	19,2173913	1,212710526	37	1904	769069	20785,64865	45,38888889	0,904127059
40	1861	669000	16725	18,05	1,122352941	43	1905	432140	10049,76744	30,80952381	0,981502439
17	1862	143595	8446,764706	14,71428571	1,196428571	30	1906	414264	13808,8	42,46428571	0,947814815
39	1863	650082	16668,76923	20,51428571	1,0239	50	1907	377485	7549,7	37,70833333	0,918967391
114	1864	1249416	10959,78947	22,71134021	1,19831	44	1908	466857	10610,38636	47,69047619	0,903908293
44	1865	903535	20534,88636	22,12820513	1,260065	104	1909	3043621	29265,58654	34,46601942	0,706672475
18	1866	195782	10876,77778	20,4	1,0666	55	1910	1251835	22760,63636	37,5	0,778783333
15	1867	164574	10971,6	24	0,873846154	78	1911	889988	11410,10256	42,25641026	0,8298288
8	1868	68467	8558,375	22,5	0,9666	68	1912	683905	10057,42647	39,60294118	0,843600909
13	1869	159298	12253,69231	20,25	1,0159	80	1913	2108760	26359,5	34,1375	0,875576709
14	1870	221590	15827,85714	37	0,9493	78	1914	1575168	20194,46154	30,53246753	1,04275974
14	1871	77666	5547,571429	20,14285714	1,019176923	119	1915	2622323	22036,32773	36,49152542	1,047969043
12	1872	114622	9551,833333	22	0,969	102	1916	1892967	18558,5	47,91176471	0,935631485
12	1873	121441	10120,08333	21,66666667	0,984727273	80	1917	1960920	24511,5	49,2	0,872555
13	1874	74028	5694,461538	20	0,9165	65	1918	863900	13290,76923	43,78461538	0,864303443
13	1875	98623	7586,384615	30	0,867416667	66	1919	1351726	20480,69697	45,28787879	0,832449355
22	1876	520807	22643,78261	21,52173913	0,964842105	6	1920	27887	4647,833333	53	0,9152
35	1877	468076	13373,6	26,35294118	0,938366667	6	1921	209000	34833,33333	66	0,806932
34	1878	353064	10384,23529	24,75757576	0,913260606	9	1922	382500	42500	79,33333333	0,8592475
31	1879	1207433	38949,45161	24,70967742	0,979803448	5	1923	271229	54245,8	26,4	0,874886667
32	1880	385402	12043,8125	21,80645161	0,902466667	10	1924	777600	77760	42,6	0,803888889
25	1881	876449	35057,96	29,95454545	0,883695652	4	1925	94000	23500	63	0,69444
40	1882	305557	7638,925	24,60526316	0,920605263	75	1926	4120113	54934,84	37,52	1,016814324
42	1883	657723	15660,07143	29,3	0,883981081	88	1927	3123523	35494,57955	37,06818182	1,08305814
43	1884	959266	22308,51163	34,51282051	0,84494878	102	1928	4729650	46369,11765	38,26470588	1,218985567
27	1885	432295	16010,92593	29,59259259	0,85964	115	1929	3371546	29317,7913	30,92105263	1,172074245
23	1886	241692	10508,34783	30,57142857	0,871714286	112	1930	4059956	36249,60714	39,39285714	1,079688113
20	1887	386634	19331,7	41,33333333	0,743777778	35	1931	2265300	64722,85714	42,11428571	1,048579
49	1888	551518	11255,46939	27,34782609	1,163663864	24	1932	1804500	75187,5	42,85	1,138011111
39	1889	486634	12477,79487	71,53846154	0,858889474	14	1933	613500	43821,42857	24,28571429	0,851369231
53	1890	457570	8633,396226	100,8113208	0,723062745	9	1934	98558	10950,88889	41,875	0,833
36	1891	611727	16992,41667	104,6944444	0,817245714	7	1935	252262	36037,42857	29,57142857	0,71386
58	1892	1546781	13500	81,56363636	0,888666667	14	1936	329250	23517,85714	42,76923077	0,764416667
46	1893	771795	16778,15217	54,10869565	0,847688636	7	1937	128673	18381,85714	50,4	0,7465
92	1894	1565253	17013,61957	53,96629213	0,850606897	4	1938	194000	48500	26,5	0,7915
52	1895	811459	15910,96078	28,71153846	0,897791667	3	1939	76500	25500	22,66666667	0,66
76	1896	989440	13018,94737	33,2	1,026004167	2	1942	285000	142500	36	0,833

Fonte: Registros de Hipotecas - 1853-1939 - AHPJF

Tabela 50
Hipotecas em Juiz de Fora – Médias Quinquenais – 1853/1939

Quinquênio	Valor Total	Número de Contratos	Valor Médio	Média das Taxas de Juros – mês	Média das Taxas de Juros – ano
1855-1859	445:997\$	91	6:524\$	1,15	13,80
1860-1864	2.977:791\$	258	11:667\$	1,15	13,80
1865-1869	1.491:656\$	98	12:639\$	1,03	12,36
1870-1874	609:347\$	65	9:348\$	0,96	11,52
1875-1879	2.648:003\$	135	18:587\$	0,93	11,16
1880-1884	3.184:397\$	182	18:541\$	0,88	10,56
1885-1889	2.098:773	158	13:916\$	0,89	10,68
1890-1894	4.953:126	285	14:583\$	0,82	9,84
1895-1899	5.630:373	375	15:070\$	0,97	11,64
1900-1904	4.622:806	266	17:487\$	0,94	11,28
1905-1909	4.734:367	271	14:526\$	0,89	10,68
1910-1914	6.509:656	359	18:156\$	0,87	10,44
1915-1919	8.691:836	432	19:775\$	0,91	10,92
1920-1924	1.668:216	36	42:797\$	0,85	10,20
1925-1929	15.438:832	384	37:923\$	1,03	12,36
1930-1934	8.841:814	194	46:186\$	0,99	11,88
1935-1939	980:685	35	30:387\$	0,73	8,76

Fonte: Registros de Hipotecas - 1853-1939 - AHPJF

Tabela 51
Hipotecas em Juiz de Fora - Valor Total Agregado por Década
1853-1939

Decênio	Valor Total	Número de Contratos	Valor Médio	Média das Taxas de Juros – mês	Média das Taxas de Juros – ano
1853-1859	1.203:730\$	129	11:666\$	1,17	14,04
1860-1869	4.469:447\$	356	12:153\$	1,09	13,08
1870-1879	3.257:350\$	200	13:967\$	0,95	11,40
1880-1889	5.283:170\$	340	16:229\$	0,89	10,68
1890-1899	10.583:499\$	660	14:826\$	0,89	10,68
1900-1909	9.357:173\$	537	15:872\$	0,92	11,04
1910-1919	15.201:492\$	791	18:985\$	0,89	10,68
1920-1929	17.107:048	420	40:360\$	0,94	11,28
1930-1939	9.822:499\$	229	38:286\$	0,86	10,32

Fonte: Registros de Hipotecas - 1853-1939 - AHPJF

Sabe-se que as hipotecas estão entre as primeiras formas de empréstimos e transações financeiras realizadas em distintas economias⁴³². Além de sua importância para o desenvolvimento de um mercado de capitais, há que ser considerado as diversas oportunidades que criaram tanto para quem tomava recursos emprestados, quanto para aqueles que os forneciam sob juros. Mesmo que restrita à esfera local e regional, a possibilidade de se levantar recursos invariavelmente em montantes elevados e a prazos longos sem que isto implicasse, necessariamente, na perda dos direitos da propriedade, deu grande mobilidade financeira para distintos proprietários, principalmente agrícolas, que passaram a ter neste instrumento uma importante forma de financiamento para fins diversos⁴³³. A continuidade, o desenvolvimento e a regularidade desta prática têm sido consideradas as bases para a estruturação dos mercados de

⁴³² “(...) Instrumentos de longo prazo assumiram principalmente três formas: hipotecas garantidas por propriedades de imóveis (normalmente rurais); títulos ou instrumentos similares emitidos por algum tipo de unidade governamental (...); e anuidades. Enquanto as hipotecas apareceram ainda na Antiguidade Clássica, embora permanecessem raras, os títulos governamentais e anuidades ficaram restritos à Europa e ao período que se inicia com o século XIII. (...)”. GOLDSMITH, R. (1987). **Premodern Financial Systems: a historical comparative study**. Op. cit. p. 2. “(...) Contratos para receber somas fixas de dinheiro em datas futuras (feitos sem provisão, para possíveis mudanças no valor real do dinheiro naquelas datas) devem ter existido desde que se passou a emprestar dinheiro. Na forma de arrendamentos e de hipotecas, e também de empréstimos a governos e umas poucas entidades provadas, tais como a Companhia das Índias Orientais, eles já eram freqüentes no século XVIII. Durante o século dezoito, no entanto, assumiram uma maior importância e, no começo do século vinte, dividiram as classes proprietárias em dois grupos –os ‘homens de negócios’ e os ‘investidores’- com interesses parcialmente divergentes(...). Com este sistema, a ativa classe empresarial poderia chamar em apoio de suas empresas não apenas sua própria riqueza, mas as poupanças de toda a comunidade. De outro, as classes profissionais e proprietárias poderiam encontrar um emprego para seus recursos que lhes traria poucos problemas, nenhuma responsabilidade e (acreditava-se) pequeno risco (...). Por cem anos o sistema funcionou na Europa, com extraordinário sucesso, facilitando o crescimento da riqueza em escala sem precedente. Poupar e investir rapidamente se tornou a obrigação e a delícia de uma grande classe. As poupanças eram raramente sacadas (...). A atmosfera assim criada harmonizou as exigências dos negócios em expansão (...) com o aumento de uma confortável classe de não negociantes (...). Os investimentos se espelharam e se multiplicaram até que, para as classes médias no mundo, os seguríssimos títulos chegaram a tipificar o que havia de mais permanente e mais garantido.” KEYNES, J.M. “Ensaio de Persuasão”. Parte II: “Inflação e Deflação”. Abril Cultural, São Paulo, 1976, p. 11-12. Apud COUTINHO, C.S. (1997). **Rentismo e Capitalismo: um estudo sobre as trajetórias da riqueza financeira**. Op. cit. p. 129

⁴³³ “... um dos mais importantes e eficientes mercados de capitais era o mercado hipotecário. (...) A prática da hipoteca era muito generalizada em Lancashire e o hábito do débito e do empréstimo tinha penetrado em todas as classes da sociedade muito cedo, envolvendo um complexo padrão de movimentos de capital entre indivíduos e negócios. (...)”. CROUZET, F. (1972). “Introduction”. In Id. **Capital Formation in the Industrial Revolution**. Op. cit. p. 51-52; ANDERSON, B.L. (1972). “The Attorney and the Early Capital Market in Lancashire”. In CROUZET, F. (1992), **Capital Formation in the Industrial Revolution**. Op. cit. p. 227. TAWNEY, R.H. (1965). “Introduction.” In WILSON, T. **A Discourse of Usury**. Frank Cass and Co. Ltd. London. pp. 35-38; HOFFMAN, P.T., POSTEL-VINAY, G. and ROSENTHAL, J-L. (2000). **Priceless Markets: the political economy of credit in Paris, 1660-1870**. Op. cit. p. 257 ss.

capitais pré-industriais e uma fonte de financiamento relativamente importante, inclusive, para distintos setores industriais⁴³⁴.

Em outras palavras, esta forma de financiamento esteve no cerne dos mercados financeiros pré-capitalistas concentrando em boa parte suas operações de longo prazo, principalmente em áreas interioranas e provinciais⁴³⁵. Mais que isso, representou uma *inovação financeira* que foi fundamental em todas as economias pré-capitalistas onde funcionou regularmente. Se tomarmos a agricultura como um exemplo típico, ativos físicos que representavam grandes imobilizações de capital (terra, benfeitorias, etc.) poderiam ser liberados mediante antecipações de recursos líquidos que tinham no valor destes ativos (ou na sua possibilidade de geração de renda) exatamente a referência do empréstimo, uma vez que constituíam a garantia do re-pagamento da operação. Por outro lado, poupanças disponíveis na sociedade, que de outra forma seriam entesouradas e imobilizadas, encontrariam a partir deste instrumento um importante espaço de investimentos e inversões, uma vez guardadas as condições de garantia e remuneração. *Formava-se, assim, um mecanismo de financiamento em que recursos imobilizados e ativos físicos encontravam sua dimensão e devida mobilidade financeira e passavam a contribuir, tanto por parte do credor quanto do devedor, para um maior dinamismo da economia.* Desta maneira, projetos de investimentos, pagamento de dívidas com terceiros ou sua renovação, o adiantamento de recursos em períodos de instabilidade econômica e financeira (que poderia garantir a solvabilidade de muitos) ou mesmo para fins de consumo (normalmente imobiliário, contribuindo para a dinamização deste mercado) e a própria possibilidade de transferência intersetorial de recursos na economia vão ter neste mercado sua referência mais importante⁴³⁶.

É difícil, assim, não perceber o impacto que este mecanismo de financiamento provocou sobre o processo de desenvolvimento no espaço de economias locais e regionais⁴³⁷, o que obviamente depende das possibilidades de crescimento e diversificação destas economias e da riqueza existente em seus espaços, condições estas que estão presentes de forma notória na economia da Mata mineira no correr de todo o período deste trabalho. O estudo do

⁴³⁴ Id. Ib.; CROUZET, F. (1972) "Introduction". Op.cit. p. 31. COTTRELL, P. (1993). **Industrial Finance, 1830-1914**. Op. cit. p. 21, 35-38

⁴³⁵ ANDERSON, B.L. (1972). "The Attorney and the Early Capital Market in Lancashire". Op. cit. p. 128

⁴³⁶ TAWNEY, R.H. (1965). "Introduction." Op. cit. p. 35; ANDERSON, B.L. (1972). Op. cit. p. 227-229.

⁴³⁷ CROUZET, F. (1972). p. cit p. 51 ss. NEAL, L. (1997). "The Finance of Business During the Industrial Revolution." Op. cit. p. 153; COTTRELL, P. (1993). **Industrial Finance, 1830-1914**. Op. cit.

comportamento dos elementos básicos do mercado hipotecário local vai se constituir, assim, em um importante componente de sua estrutura financeira em geral e nele poderemos observar características importantes desta estrutura.

Vamos de início realizar uma análise genérica dos dados que dispomos e que refletem os componentes mais evidentes do comportamento deste mercado e de sua estrutura. É de se destacar, principalmente na série quinquenal, o volume de recursos que este mercado negociava, valores substanciais quando percebemos a presença de montantes que chegavam a ultrapassar quantias como mais de quatro, cinco, seis ou mesmo quinze mil contos de réis, valores que em termos absolutos ou relativos falam por si próprios.

É certo que, invariavelmente, não só refletem os empréstimos relacionados com a agricultura, envolvendo em grande parte também empréstimos urbanos (feito com agentes que se designaram como “proprietários”, comerciantes, industriais etc.). Mesmo assim, se tomarmos alguns padrões comparativos existentes, podemos ter uma idéia mais precisa do volume de crédito envolvido com o mercado local. Renato Marcondes⁴³⁸, estudando o mercado hipotecário de Lorena e Guaratinguetá, encontra para o conjunto do período de 1865-1887 um total de 914 registros (347 para Lorena e 567 para Guaratinguetá), envolvendo um total de 3.804 e 5.927 contos respectivamente; o valor médio transacionado foi, também respectivamente, de 10:962\$934 e 10:452\$912⁴³⁹, volumes *relativamente inferiores* aos que vinham sendo realizados no município de Juiz de Fora se considerarmos, por exemplo, os quinquênios de 1875-1879 e de 1880-1884 (nos quais, aliás, as transações envolvendo fazendeiros predominam). Se admitirmos, como faz corretamente o autor, uma *relação entre o volume do crédito e o patrimônio*, teríamos uma riqueza mais substancial no município da Mata na época, o que vem ao encontro das diferenças entre as condições históricas e evolução econômico-financeira entre as regiões do Vale do Paraíba e zona da Mata mineira que delineamos acima⁴⁴⁰. De resto, cabe salientar que os recursos envolvidos nas negociações de crédito de longo prazo, *principalmente naquele período*

⁴³⁸ MARCONDES, R. (1999). **O Financiamento Hipotecário da Cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista**. Mimeo. Op. cit.

⁴³⁹ Id. Ib. p. 05

⁴⁴⁰ Desta forma a mera continuidade das relações de financiamento em questão, principalmente no que se refere ao financiamento agrícola, já vem demonstrar a capacidade e dinâmica do setor agroexportador regional frente àquelas realidades presentes no conjunto do vale do Paraíba. De acordo com Marcondes: “...A deterioração das condições de reprodução da economia cafeeira (queda dos preços do café e os problemas de disponibilidade de mão de obra e de terras de qualidade) impunha limites à concessão de crédito. Em 1878, o Banco do Brasil recebeu 88% das amortizações devidas, porém estes pagamentos só alcançaram 54% em 1884. Dessa forma, o banco deixou de realizar hipotecas rurais. (...)” MARCONDES, R. (1999). Op. cit. p. 05

em que os agentes do Rio já não se faziam presentes de forma significativa, dão uma idéia da dimensão que pode ter assumido o mercado financeiro local, sempre ressaltando a predominância da confluência entre oferta e procura de recursos financeiros em um mesmo espaço econômico.

Também a *regularidade* destas negociações tem que ser ressaltada. Em que pese grandes diferenças entre o número de contratos realizados em cada período e uma certa exigüidade quando considerarmos a série anual (o que pode ser explicado, como veremos, por variações conjunturais da economia e mudanças de orientação da política monetária), quando percebemos a série quinquenal vemos que o número de contratos realizados foi bastante significativo, indicando que este espaço de financiamento da economia foi utilizado de maneira bastante generalizada, sejam quais fossem as funções que este mesmo espaço de financiamento vinha realizando de forma predominante no interior da economia local.

Além disto esta regularidade demonstra muito bem que, como já observamos, *o pagamento dos débitos vinha sendo feito de forma também bastante regular, o que afasta, definitivamente, a associação entre débito e insolvência* que tem marcado certos setores da historiografia relativa ao tema. Para além dos dados específicos do mercado hipotecário, algumas outras fontes vêm indicar esta situação. Os relatórios do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, um dos maiores provedores de recursos neste mercado, muitas vezes fazem referência sobre o pagamento de dívidas por hipotecas e em geral confirmam esta orientação. Assim, no relatório de 1894 podemos encontrar a seguinte afirmação:

“Os empréstimos hipotecários rurais montam em 1.297:918\$374 e os urbanos em 302:703\$366, garantidos por hipoteca de prédios rústicos e urbanos avaliados em 4.069:684\$500. As prestações semestrais têm sido saldadas com a pontualidade desejável, o que aliás não constitui motivo de admiração, atenta a extraordinária valorização da propriedade territorial e elevação de preço de todos os gêneros de produção agrícola.” ⁴⁴¹

Como é natural entender, o pagamento destas prestações hipotecárias dependia em muito da conjuntura econômica que vivia o país e a região, do comportamento dos preços do café e de

⁴⁴¹ BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS. **Relatório** apresentado à Assembléia Geral de **Acionistas**. Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger, 1894, p. 09.

distintas situações financeiras particulares. Neste sentido, em 1897, ano de reconhecida dificuldade por parte dos fazendeiros de café dado o início do que seria uma longa fase de declínio dos preços do produto, encontramos a seguinte afirmação no relatório do Banco:

*“As prestações semestrais em débito sobem a 409:164\$034, compreendendo as vencidas em 30 de junho último. O pagamento das anuidades nem sempre é realizado com a prontidão desejável; entretanto a administração procura condescender sempre que não são atingidos os valiosos interesses sob sua guarda. Evitamos por sistema o emprego dos meios violentos e só em dois casos, desde a fundação do Banco, fomos obrigados a recorrer à autoridade judicial para compelir os devedores remissos ao cumprimento de seu dever.”*⁴⁴²

Ou ainda para o ano de 1902, um dos mais conturbados da história financeira do país, como o próprio relatório indica, encontramos referências de que *o fato dos empréstimos serem feitos com base apenas em 1/3 do valor efetivo da propriedade, garantia o devido retorno no longo prazo dos recursos adiantados*, mesmo que em algumas conjunturas *naturalmente* (como também afirma o próprio relatório) algumas prestações estivessem em atraso.

“(...) Dos empréstimos hipotecários foi amortizada até 30 de junho último apenas a soma de 26:346\$269. Não deve causar impressão fato tão natural. Em primeiro lugar deve-se atender a que as quotas afetadas à amortização nos primeiros anos dos empréstimos a longo prazo são de fato reduzidas, aumentando-se progressivamente até a completa extinção da dívida na época prefixada.

Em segundo lugar não se pode esperar do lavrador atualmente o mesmo rigor e pontualidade no cumprimento de suas obrigações, que teria direito em exigir em quadras normais.

É certo que o banco temporiza com os devedores em atraso, pensando assim zelar melhor os seus interesses e os do próprio lavrador.

⁴⁴² Id. **Relatório Apresentado à Assembléia Geral de Acionistas**. Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger, 1897, p. 09

Confiando com segurança na garantia dos imóveis hipotecados, que representam o triplo do valor da dívida, tem margem para esperar e prefere este caminho seguro a lançar-se na voragem das soluções violentas.” ⁴⁴³

É de se destacar que o limite dos empréstimos ao valor de 1/3 da propriedade se obviamente limitava a capacidade de levantamento de recursos por parte de proprietários em geral e de fazendeiros de café em particular, limitava da mesma forma o nível de endividamento dos agentes e, na medida em que as prestações e amortizações refletiam o valor dos empréstimos, também facilitava o próprio pagamento do débito, pressupondo que as fazendas retomassem seus rendimentos normais, seja pelas condições favoráveis no mercado cafeeiro ou pela existência de terras férteis em seu interior. Além disso, deve ser lembrado que outros estudos sobre os mercados pré-industriais vêm ao encontro do que estamos querendo dizer aqui. De acordo com um autor que se dedicou ao estudo de mercado de crédito e capital no México do século XIX:

“A visão convencional do pagamento de débitos é a de que o devedor era negligente e de que a cobrança era cara e difícil. (...). Nesta visão as hipotecas simplesmente acumulavam-se, movendo-se de mãos em mãos e constituíam um fardo cada vez maior para a agricultura. Além do mais, o atraso nos pagamentos seria mesmo maior se não houvesse uma contínua dedicação do devedor em receber seus créditos. Quando o pagamento de empréstimos tem sido examinado, o consenso é o de que os débitos encontravam-se em atraso ou os devedores em insolvência.

A noção de que o devedor fosse negligente é problemática. Se a expectativa do credor fosse de ausência de pagamentos, teria havido poucos empréstimos em primeiro lugar. [Além do mais], (...) tanto para hipotecas agrícolas quanto para os empréstimos em geral, o atraso no pagamento seguia padrões similares para grandes e pequenos proprietários e não era substancialmente diferente para os devedores em geral. Este padrão no atraso de pagamentos sugere que, mais do que o comportamento dos devedores, as condições de mercado constituíam os principais obstáculos para o re-

⁴⁴³ Id. **Relatório Apresentado à Assembléia Geral dos Acionistas.** Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger, p. 14.

*pagamento de débitos e que estas condições eram as mesmas para grandes e pequenos proprietários.”*⁴⁴⁴

Mas a regularidade das transações do mercado hipotecário também demonstra que *se as taxas de juros, normalmente consideradas não só altas como usurárias*⁴⁴⁵, *limitavam o volume de negociações, não impediram que se efetivassem, nem muito menos inviabilizou o re-pagamento dos recursos tomados como empréstimos, permitindo a continuidade das operações e a reprodução do mecanismo de crédito de longo prazo e do processo de acumulação de capital a ele vinculado.* Esta situação tem que ser destacada porque o nível dos juros cobrados, estando certa a tendência historiográfica aqui em questão, inviabilizaria o funcionamento regular destas operações, caracterizando o que um autor chamou de sua “natureza casual” ou sua “inadaptabilidade a um sistema”⁴⁴⁶. Uma visão como esta, em última instância, acabaria por retirar das economias em questão a importância que o espaço de financiamento representava e, assim, a própria história financeira não seria um objeto propriamente relevante como temática de

⁴⁴⁴ WIEMERS, E. (1985) “Agriculture and Credit in Nineteenth-Century Mexico: Orizaba and Cordoba, 1822-1871.” In **Hispanic American Historical Review**. Op. cit. p. 538-543.

⁴⁴⁵ Ver, entre outros, STEIN, S. (1969). Op. cit. FRANCO, M.S. (1983). **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. Op. cit. FRANCO, G.B. (1983). **Reforma Monetária e Instabilidade durante a Transição Republicana**. Op. cit. GREENHILL, R. (1977). “The Brazilian Coffee Trade.” Op. cit.; RIBEIRO, B. e GUIMARÃES, M.M. (1967). **História dos Bancos e do Desenvolvimento Financeiro do Brasil**. Pro-Service Editora, Rio de Janeiro; HASENBALG, C.A., BRIGAGÃO, C. e COSTA, F. (1970). **O Setor Financeiro no Brasil: aspectos históricos**. Edição dados, Rio de Janeiro.

⁴⁴⁶ Tawney, analisando as condições de crédito da Inglaterra Moderna, principalmente para as classes mais populares, afirma que “...a característica típica destes arranjos [de crédito] é o que pode ser chamado de crédito casual. (...) E exceto nas grandes cidades, não existe uma classe especializada de emprestadores de dinheiro e nem uma estrutura organizada. O empréstimo de dinheiro não é uma profissão, mas atividade secundária estando inter-relacionada, e freqüentemente anulada, por outras transações econômicas. Ou ainda: “(...) O empréstimo de dinheiro que envolvia nove décimos da população é espasmódico, irregular, desorganizado, uma série de relações pessoais e, as vezes, sutis relações entre vizinhos. (...)” TAWNEY, R.H. (1965). “Introduction.” Op. cit. p. 21-23. Goldsmith também partilha a mesma visão, quando afirma: “...o sistema financeiro da Inglaterra Elizabetana era caracterizado menos pelo volume das transações financeiras, que já era substancial, do que por seu caráter desorganizado, evidenciado pela natureza esporádica das transações, pelo seu uso para o consumo mais do que para facilitar a produção ou distribuição, e pela ausência de emprestadores especializados (...)” Ou ainda: “... havia um substancial, embora esporádico, uso do crédito de curto prazo. Este ocorria freqüentemente sob a forma de pagamentos adiantados por mercadores para os produtores, normalmente necessários para as suas operações entre uma colheita e a próxima, podendo ser estendido entre os camponeses, entre eles e seus senhores ou os mercadores que compravam a sua produção, e freqüentemente envolviam taxas de juros (implícitas se não explícitas) muito altas. Já que o sistema legal não reconhecia contratos de período superior a seis meses, qualquer crédito efetivamente de longo prazo era realizado apenas com caras e onerosas operações de adiamentos e estava limitado à aristocracia, excluindo os rendeiros.(...)” “(...) Os empréstimos nos sistemas pré-modernos eram uma atividade esporádica e não especializada, exercida por comerciantes, proprietários de terra, coletores de impostos e pessoas ricas. Estes empréstimos eram feitos principalmente para o consumo com altas taxas de juros, exceto aqueles feitos entre comerciantes para o financiamento do comércio de longa distância, e predominava esmagadoramente aqueles feitos em curto prazo.(...)” GOLDSMITH, R. (1987). **Premodern Financial Systems**. Op. cit. p. 183; 251.

pesquisas. É interessante lembrar que a própria *renovação das análises das estruturas de financiamento em economias pré-industriais tem neste aspecto, entre outros, um ponto de referência fundamental.*

É importante que aprofundemos esta questão. Como já afirmamos, sabe-se que as taxas de juros cobradas em um mercado refletem de uma forma geral o contexto de sua economia⁴⁴⁷, estando indissociável das condições de risco, expectativas, balanço entre oferta e procura por financiamento, remuneração das operações e da presença de títulos que servissem de aplicação alternativa, por oferecerem melhores condições de risco, remuneração e segurança⁴⁴⁸. No entanto, as taxas cobradas no país são consideradas altas ou mesmo usurárias explícita ou implicitamente tendo em vista as economias de países que se constituiriam, hoje, como economias desenvolvidas e que mantinham condições extremamente diferentes no que se refere a qualquer determinante das taxas de juros aqui consideradas. Assim, o contexto histórico do país poucas vezes é levado em conta como componente evidente de determinação das “elevadas” taxas de juros, e, como já vimos, o contexto de uma economia tipicamente agroexportadora no início do século XX não propiciava um ambiente propriamente estável em qualquer aspecto macroeconômico importante (política monetária, cambial, equilíbrio fiscal, comportamento da balança comercial, perfil institucional da economia, restrições legais e de transmissão de informações, entre tantos aspectos), o que seguramente contribuía para gerar taxas de risco sistêmicas elevadas no caso brasileiro⁴⁴⁹.

Por outro lado, os critérios para se avaliar a “usura”⁴⁵⁰ são absolutamente aleatórios (não se percebendo nenhuma análise mais aprofundada para a utilização do conceito) e não é

⁴⁴⁷ Para uma análise dos elementos componentes das taxas de juros ver SWEIGART, E.J. (1980). **Financing and Marketing Brazilian Export Agriculture.** Op. cit. p. 151; “(...) *Os ‘altos’ juros cobrados pelos comissários refletiam a escassez de crédito e capital numa região de fronteira em expansão, a incerteza de colheitas futuras e riscos decorrentes da própria intermediação do comissário. Se estes juros significavam menor renda para o fazendeiro, o seu pagamento tornava-se renda para o comissário, banqueiro ou qualquer outro intermediário.* (...)”

GREEN, G. (1972). **Finance and Economic Development in the Old South.** Op. cit. p. 66. WIEMERS, E. (1985). “*Agriculture and Credit in Nineteenth-Century Mexico: Orizaba and Cordoba, 1822-1871.*” Op. cit. p. 538

⁴⁴⁸ HANLEY, A. (1997). **Capital Markets in The Coffee Economy: financial institutions and economic change in São Paulo, Brazil, 1850-1905.** op. cit. p. 96. “...há que se reconhecer os fatos econômicos básicos de que (1) o emprestador individual preenche uma função necessária de empréstimo sob determinadas condições de garantia, condições que não seriam contempladas pelos bancos; (2) que as assim chamadas taxas ‘exorbitantes’ cobradas por eles não se constituem de juros apenas, mas incluem também os riscos que eles incorrem na transação. (...)” POWELL, E. (1966). **The Evolution of the Money Market, 1385-1915.** Frank Cass and Co. Ltd., London. pp. 133-6.

⁴⁴⁹ HANLEY, A. (1997). Op. cit. p. 95-102.

⁴⁵⁰ SHEINKMAN, J. and GLAESER, E. (1994). **Neither a Borrower nor a Lender Be: an economic analysis of interest restrictions and usury laws.** Nation Bureau of Economic Research (NBER), Cambridge, Working Paper

incomum encontrar na historiografia a denominação de “usurária” para *qualquer atividade financeira* que venha ocorrer na economia, o que torna, por definição, os provedores de recursos (principalmente os particulares) em meros *agiotas* e seus tomadores em endividados desesperados procurando a qualquer custo o retorno à situação de solvência. Este ponto de vista reduz o conjunto de relações de financiamento que vinha ocorrendo em uma economia, parte integrante de uma estrutura que deveria ser entendida como tal, à *especificidade* de um fenômeno que, aliás, pode ser encontrado, em épocas distintas, na maioria das sociedades do mundo ocidental (incluindo a atual).

Sabe-se que a consideração de “usura” para as taxas de juros está associada à existência de *limites legais* sobre sua cobrança, situação relativamente generalizada, por exemplo, em alguns países europeus⁴⁵¹, mas que foi desconhecida em nossa experiência histórica. “*Crescentes taxas de juros não são, em si mesmas, usurárias e só o são quando ultrapassam o limite legal estabelecido para elas. (...)*” afirma um autor que investigou a formação do mercado financeiro nos Estados Unidos.⁴⁵² Mais do que isso, alguns autores que estudaram mais profundamente o mecanismo do débito entre os fazendeiros de café chegaram a conclusões essencialmente convergentes com o argumento que estamos desenvolvendo aqui, pressupondo que a usura implicaria também na cobrança de juros bem superiores às taxas de retorno da economia:

“*Contrair um débito não era, em si mesmo, um mau negócio para o fazendeiro, na medida em que ele tivesse expectativas sensatas sobre a sua possibilidade de realizar um lucro que fosse maior do que as taxas de juros.*”⁴⁵³

4954; ROCKOFF, H. (2003). **Prodigals and Projectors: an economic history of usury laws in the United States from colonial times to 1900**. NBER, Cambridge, Working Paper 9742. GUGGENHEIM, T. (1989). **Preclassical Monetary Theories**. Pinter Publishers, London; POWELL, E. (1966). **The Evolution of the Money Market, 1385-1915**. Op. cit.; TAWNEY, R.H. (1965). “*Introduction.*” In WILSON, T. **A Discourse of Usury**. Op. cit. MARSHALL, A. (1965). **Money Credit and Commerce**. Augustus M. Kelley, New York. pp. 68 ss.

⁴⁵¹ KINDLEBERGER, C. (1993). **A Financial History of Western Europe**. Op. cit. p. 43-44; HOFFMAN, P.T., POSTEL-VINAY, G. and ROSENTHAL, J-L. (2000). **Priceless Markets: The Political Economy of Credit in Paris, 1660-1870**. Op. cit. p. 14 ss. “*(...) Havia uma outra razão para o estabelecimento de um teto de 5% sobre as taxas de juros: a saber, a política. Antes da Revolução, o Estado era um imenso devedor e temia a competição com o mercado privado devido ao seu histórico de insolvências. A limitação das taxas individuais era uma forma de reduzir a competição, mesmo se os limites fossem justificados como um alívio para o crédito privado. (...)*” id. lb. p. 21.

⁴⁵² ROTHENBERG, W. (1985). “*The Emergence of a Capital Market in Rural Massachusetts, 1730-1838.*” Op. cit. p. 790

⁴⁵³ SWEIGART, J. E. **Financing and Marketing Brazilian Export Agriculture: The Coffee Factors of Rio de Janeiro, 1850-1888**. Op. cit. p. 121

Ou referindo-se à importância que as fontes locais de crédito ainda mantinham para o financiamento dos fazendeiros no Vale do Paraíba fluminense, em especial de Vassouras

*“Em muitos aspectos, Vassouras era extremamente representativa de outros municípios cafeeiros na Província (...). Durante os primeiros doze anos da existência dos Bancos Hipotecários no Rio, os fazendeiros de Vassouras ainda mantinham cerca de 40% de seu crédito em fontes locais para satisfazer suas necessidades de capital. A maioria de destes credores tradicionais eram outros fazendeiros ou comerciantes. Comissários de café forneciam 20% do total do capital em empréstimos garantidos por hipotecas rurais. Este capital era de médio prazo, pagável ou renovável entre dois e quatro anos, a taxas que variavam de 10 a 12%. Em apenas quatro casos dos mais de duzentos existentes na década, os credores cobraram taxas usurárias: 15, 18 ou 24%.”*⁴⁵⁴

Mas é a verificação do nível e comportamento das taxas praticadas neste mercado que vai oferecer as bases de uma análise mais detida. Se examinarmos o gráfico 03 podemos observar uma nítida tendência de queda das taxas de juros entre os primeiros e os últimos anos da amostra (de resto evidenciado pela linha de tendência), um sintoma nítido de que, na medida em que as relações de crédito iam se estabelecendo e o mercado se consolidando, os juros estavam refletindo crescentemente sua própria essência como mecanismo e categoria econômica, o “valor monetário do tempo”, elemento fundamental no desenvolvimento de qualquer mercado financeiro.⁴⁵⁵

Além disso, podemos também verificar que as taxas cobradas no mercado hipotecário de Juiz de Fora estão estreitamente associadas às tendências conjunturais mais importantes que marcaram a economia brasileira: seus picos mais importantes se referem a períodos de crise (como em 1857, 1864, 1888, 1913) e/ou de aguda escassez de numerário, invariavelmente seguindo as repentinas mudanças na política monetária como foi o caso do período que se inicia

⁴⁵⁴ Id. Ib. p. 146 (grifo nosso)

⁴⁵⁵ (...) Foi durante a Revolução que os homens de negócios subitamente começaram a falar dos juros como um retorno para a moeda (...). Com a perspectiva deste retorno, o empréstimo de dinheiro perdeu sua característica de ‘ajuda mútua entre homens expostos a riscos comuns...’ (...) e se transformou em investimento, ou seja, o retorno do uso produtivo de um recurso. Também em 1783, e novamente pela primeira vez, surgem evidências dos juros como o valor monetário do tempo. (...). ROTHEMBERG, Op. cit. p. 789. HOMER, S. and SYLLA, R. (1996) **A History of Interest Rates**. Rutgers University Press, New Brunswick.

em 1898 e em 1926⁴⁵⁶. Se associarmos estes dados àqueles do número de contratos hipotecários realizados em cada ano (gráfico 04), veremos uma nítida *tendência entre o aumento das taxas de juros e o número de contratos realizados, uma clara demonstração que o mercado hipotecário de Juiz de Fora vinha realizando uma função anti-cíclica na economia*, aumentando suas operações naqueles períodos em que, mesmo que historicamente delimitadas, crises econômicas de uma maneira geral se abatiam sobre o espaço econômico local e regional.

⁴⁵⁶ FRITSCH, W. (1988). **External Constraints on Economic Policy in Brazil, 1889-1930**. University of Pittsburgh Press, Pittsburgh. VILLELA, A. e SUZIGAN, W. (1973). **Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira**.

Gráfico 03
Mercado Hipotecário de Juiz de Fora
Comportamento Anual das Taxas de Juros
(1853-1939)

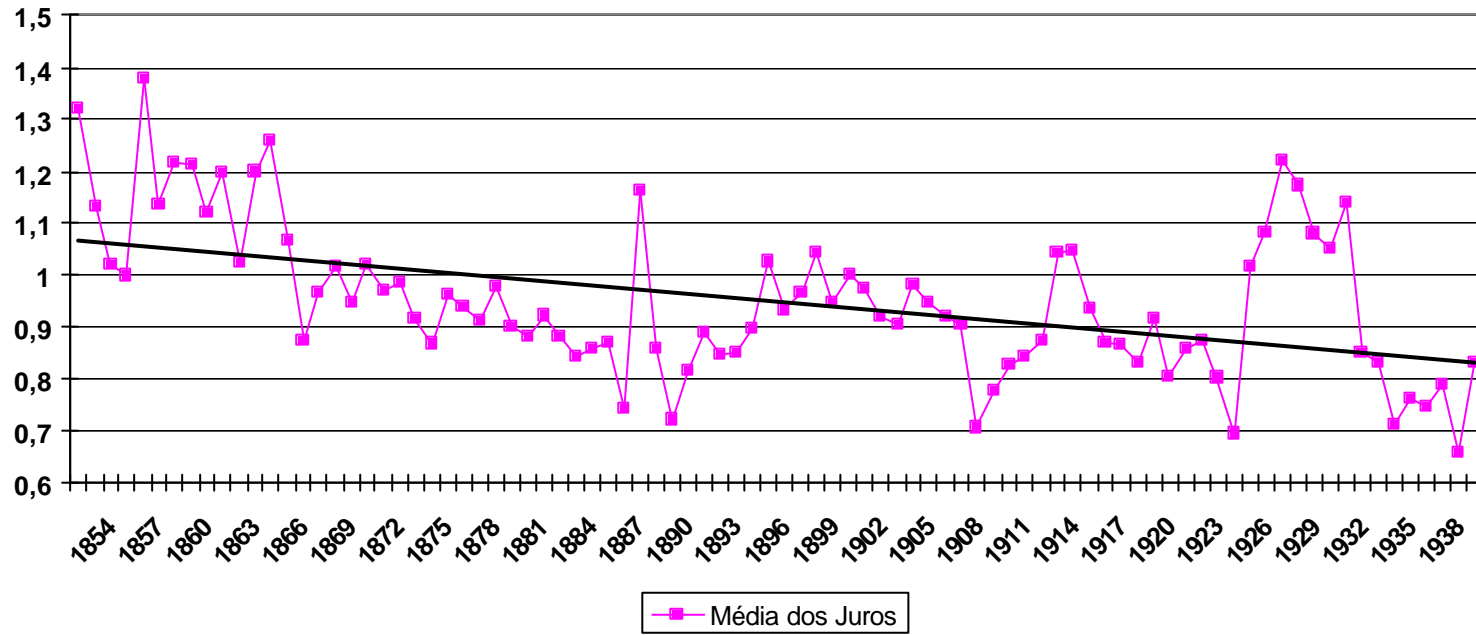
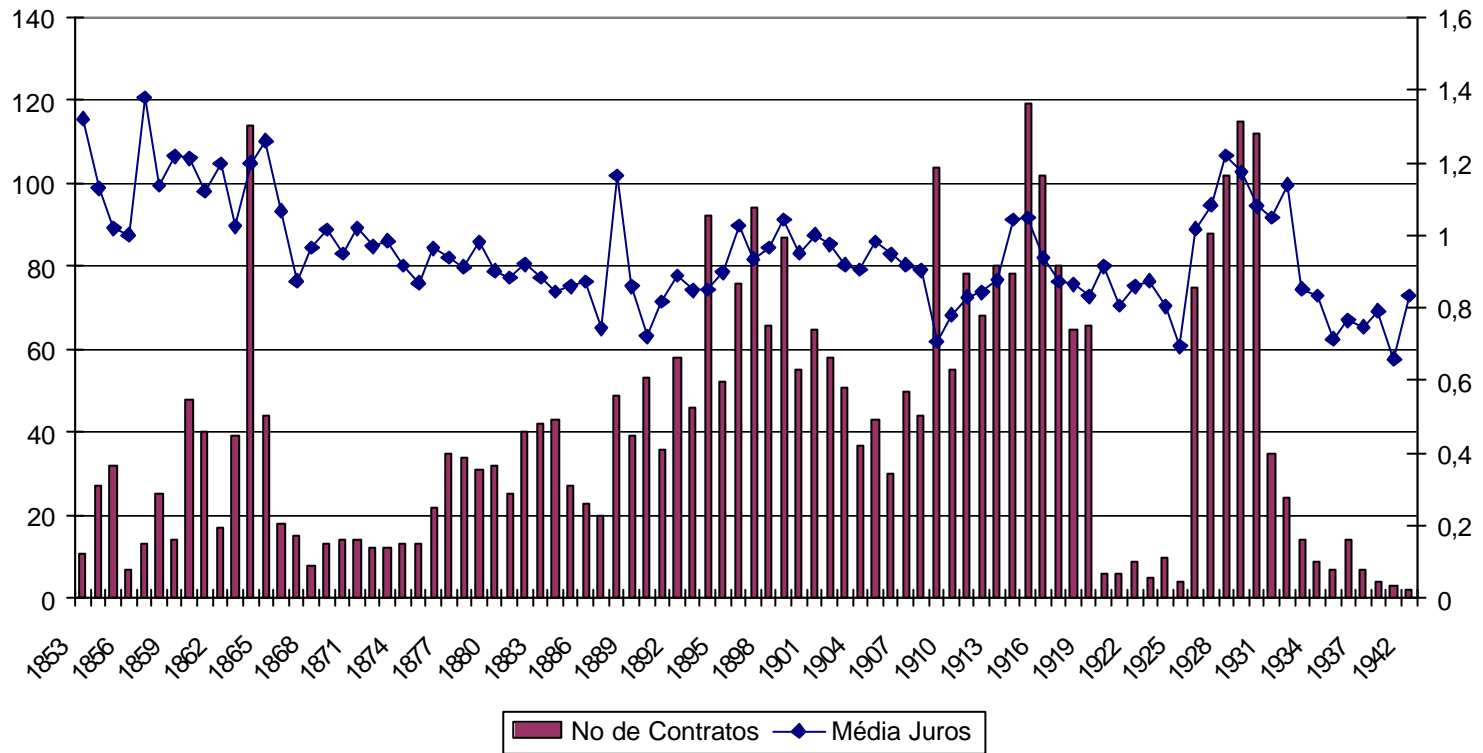


Grafico 04
 Mercado Hipotecário de Juiz de Fora - Variação entre Número de Contatos e das Taxas de Juros-
 1853/1939



É importante lembrar que, no que diz respeito aos limites cronológicos da pesquisa, tais crises se refletiam principalmente na solvabilidade dos agentes e unidades, de resto extremamente dependentes do pagamento das dívidas que tinham a receber para pagarem, eles próprios, seus débitos. Como veremos posteriormente, *o capital de giro constituía a mais importante fração do capital das unidades econômicas no período e, dentro deste, as dívidas a receber se colocavam como o mais importante ativo*. O padrão básico de financiamento nos mercados pré-capitalistas aqui em referência implicava exatamente na formação de *cadeias de débitos* que muitas vezes as crises econômicas ou políticas monetárias restritivas vão tratar de romper, criando efeitos muitas vezes catastróficos na economia e a insolvabilidade ou falência de uns encontravam condições ideais de transmissão para o restante da cadeia. Falências sucessivas, como efeito em cascata, marcam assim estes períodos de retração econômica e escassez de numerário⁴⁵⁷ (tabela 52).

⁴⁵⁷ Em um artigo de um jornal local, denominado “Falências e Concordatas. Mais Algumas...”, pode ser lido:“(…) Vinha estranhando às pessoas que lidam no seio do comércio local a sucessão de falências e concordatas observadas neste primeiro trimestre do ano de 1922. De fato, duas falências e uma concordata haviam influído sensivelmente no curso dos negócios do comércio juizdeforano. A concordata dos senhores J. Ribeiro & Cia., principalmente causou séria apreensão em nossos homens de negócios, prevendo-se que outras “débaçes” se lhe sucederiam. E na realidade assim foi. Sábado último a firma Moreira Cruz & Cia., fornecedora de papéis e artigos de papelaria, ferragens etc., (...) requereu a sua falência. E hoje, os Srs. J. Madeira & Cia., estabelecidos com tipografia e papelaria (...), solicitaram (...) concordata preventiva aos seus credores, propondo-lhes pagar 40% dos débitos com o prazo de dois anos. Segundo se diz nas rodas comerciais, anunciam-se iminentes novos insucessos de firmas locais. DM 17/04/1922. Referindo-se à Inglaterra no período pré-industrial, afirma Neal: “(...) o aumento das falências é facilmente explicável pela interdependência de firmas inseridas em uma complicada rede de crédito que havia se desenvolvido no início do século xviii e que se tornou mais complexa na medida em que o século avançava; qualquer ruptura nesta rede de crédito, causada por uma falência de uma firma que estivesse no eixo das relações em Londres, poderia ter uma repercussão contínua por diversos anos na medida em que seus efeitos poderiam atingir um ou mais componentes desta rede de crédito baseados em Londres. (...)” NEAL, L. (1997). “The Finance of Business during Industrial Revolution.” Op. cit. p. 180

Tabela 52
Número de Falências no Mercado de Juiz de Fora – Médias Quinquenais
(1885-1934)

Quinquênio	Ocorrências	Índice	% Frente ao Total
1885-1889	17	100	1,82
1890-1894	23	135,29	2,46
1895-1899	165	970,58	17,70
1900-1904	158	929,41	16,95
1905-1909	46	270,58	4,93
1910-1914	36	211,76	3,86
1915-1919	98	576,47	10,51
1920-1924	82	482,35	8,79
1925-1929	158	929,41	16,95
1930-1934	104	611,76	11,15
1935-1939	45	264,70	4,28
Total	932	-----	99,99

Fonte: Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF)

Desta maneira, este mercado financeiro desempenhou uma função importante no seio da economia regional não só fornecendo liquidez, mas também *reestruturando temporalmente débitos pela conversão de dívidas típicas de curto prazo naquelas de longo prazo ou, mesmo, renovando aquelas de longo prazo*. De qualquer forma, este padrão demonstra que o mercado financeiro local e regional serviu como um ponto de apoio fundamental para os agentes e unidades econômicas dando a eles fôlego naqueles períodos mais difíceis e *a liquidez e reestruturação temporal de dívidas se colocava como componente central numa estrutura em que o débito constituía, talvez, a principal expressão das relações econômicas e sociais entre os agentes*. Se as falências aumentam nestes períodos, seguramente seu número seria bem maior na ausência deste espaço de financiamento no interior da economia.

Mas existem outros componentes importantes deste mercado que convém a uma análise como esta aprofundar. Se considerarmos *o universo dos credores* e fizermos uma avaliação de suas origens geográficas e sociais poderemos esclarecer aspectos importantes deste mercado (tabelas 53 e 54), de resto em alguns casos já analisados. Se atentarmos para a participação relativa dos montantes de empréstimos é de se destacar, em primeiro lugar, a posição relativamente exígua de credores de outros mercados (da zona da Mata e de Minas), *o que só vem confirmar a natureza local, sob o ponto de vista da oferta de recursos, do mercado de hipotecas de Juiz de Fora*.

Em segundo lugar, como os inventários, *os contratos hipotecários deixam claro o processo de interiorização das relações financeiras na economia local e regional em relação ao seu centro de exportação*. A participação de credores originados no Rio de Janeiro, na sua maioria comerciantes e comissários (mas estando presentes nos primeiros períodos fazendeiros localizados no Vale do Paraíba e computados como do Rio e Janeiro), encontram sua expressão mais importante entre os quinquênios de 1860-64 e 1885-89 (excetuando aquele de 1875-79). *Genericamente falando*, esse período marcaria a participação do município no circuito comercial e financeiro do Rio de Janeiro, refletindo a incorporação produtiva efetiva da região ao que alguns autores, como vimos, denominaram de “Zona Rio”, exatamente na época em que o aperfeiçoamento do sistema de transportes permitiu um contato mais rápido e ágil da economia de Juiz de Fora com o Rio de Janeiro. É importante notar, *confirmando a análise dos inventários*, que esta participação cai abruptamente a partir do quinquênio de 1890-95 adiante, quando a inauguração do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (1889) modifica o eixo de financiamento dos comissários de café para a área bancária, comercial e *individual* da própria economia de Juiz de Fora e região. A partir deste período, o montante total dos contratos passa a ter na cidade uma média que varia que varia de 97 a 81%, excetuando o último quinquênio considerado à parte já que se afasta bastante de nosso período de análise⁴⁵⁸.

Desta forma, quando ocorre o início das atividades do Banco de Crédito Real há um nítido predomínio de suas operações no mercado hipotecário, apesar de grandes variações entre alguns quinquênios. Na verdade, o Banco tem suas maiores participações naqueles períodos em que vigoraram contratos com o governo do estado, incluindo os planos de valorização do café (1890-94, 1906-1924) e *grosso modo* sua presença cai significativamente nos períodos de crises e contrações monetárias, como fica nítido pela queda de sua participação relativa no conjunto dos anos de 1895 a 1904 e no quinquênio de 1925 a 1929. Assim, *se o mercado como um todo atuou de forma anti-cíclica este comportamento não deve ser generalizado para todos os agentes que atuavam como provedores de recursos no seu interior e o Banco de Crédito Real (pelos próprios*

⁴⁵⁸ Poderia-se argumentar que contratos hipotecários vinham sendo realizados e registrados no Rio, a partir do período aqui em referência, o que tem de ser afastado na medida em que os próprios processos de inventários apontariam esta situação, o que não ocorre, como já verificado anteriormente.

limites que uma instituição bancária tinha na época⁴⁵⁹), se chegou a desempenhar esta função, também contraiu a oferta de recursos em algumas fases problemáticas da economia.

É importante notar que *as contrações da oferta de recursos de longo prazo por parte do Banco foram relativamente compensadas pela presença de emprestadores individuais e, de forma menos importante, por “comerciantes”*. Os primeiros estão listados como “fazendeiros”, “capitalistas”, “proprietários” e “outros” (que inclui profissões diversas como advogados e profissionais liberais e um sem número de pequenos empréstimos que tinham como credores operários, pedreiros, costureiras etc.). Já os comerciantes têm uma participação visivelmente subestimada na amostra, uma vez que muitos se autodenominavam simplesmente como capitalistas ou proprietários e raros são os contratos que registravam como credores firmas comerciais, mas sim os seus sócios, que provavelmente vinham empregando seus próprios recursos (e não das firmas que constituíam sociedade) como forma de ampliação de sua riqueza. O capital comercial local, já delineado, teve sua devida participação como provedor de recursos no mercado de débito de longo prazo da cidade, em que pese o fato de ser difícil, a partir dos dados que dispomos e na forma em que estão organizados, avaliar sua importância efetiva nestas relações de financiamento.

⁴⁵⁹ “(...) A propósito da notícia que anteontem demos, sobre a suspensão das transações bancárias, informou-nos alguém em nome do Banco Pelotense que esta medida foi tomada por precaução e não por falta de numerário. Folgamos com a notícia, que prova haver dinheiro nos bancos, ou pelo menos no Banco Pelotense. Mas a causa da suspensão das transações bancárias em nada altera a situação da praça, uma vez que cessaram, por falta de numerário ou por precaução apenas, todas as transações bancárias, exceto as ordinárias de contas correntes e depósitos. O que é certo é que os bancos cessaram de fazer transações na carteira de descontos e de empréstimos, não tendo o comércio a quem recorrer para solver seus compromissos. (...)”. GC 18/07/1924; TRINER, G. (1996). **Banks and Economic Development: 1906-1930**. PhD. Thesis, Columbia University.

Tabela 53
 Quadro Geral do Mercado Hipotecário
 Participação dos Credores por Origem Geográfica
 Médias quinquenais
 (1853-1939)

Participação de Credores de Juiz de Fora					Participação de Credores do Rio de Janeiro				Participação de Credores da zona da Mata				Participação de Credores do Centro e Vertentes			
Quinq.	Juiz de Fora	% JF	Mont JF	%Mt JF	Rio	% Rio	Mont Rio	%Mt Rio	Zona da Mata	% ZM	Mont ZM	%Mt ZM	Centro	% Centro	Mont Centro	%Mt Centro
1853-1854	17	44,7%	511311	67,5%	4	10,53%	10301	1,36%	0	0,00%	0	0,00%	5	13,16%	22847	3,02%
1855-1859	60	65,9%	351821	78,9%	2	2,20%	17175	3,85%	0	0,00%	0	0,00%	7	7,69%	10379	2,33%
1860-1864	130	50,4%	923130	31,0%	40	15,50%	1437564	48,28%	8	3,10%	121977	4,10%	29	11,24%	90263	3,03%
1865-1869	59	60,2%	453578	30,4%	22	22,45%	839900	56,31%	5	5,10%	99757	6,69%	7	7,14%	19836	1,33%
1870-1874	60	92,3%	449430	73,8%	2	3,08%	90167	14,80%	3	4,62%	69750	11,45%	0	0,00%	0	0,00%
1875-1879	124	91,9%	2228776	84,2%	8	5,93%	179318	6,77%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,74%	2600	0,10%
1880-1884	147	80,8%	1324480	41,6%	18	9,89%	1044674	32,81%	3	1,65%	30600	0,96%	4	2,20%	311000	9,77%
1885-1889	135	85,4%	1365978	65,1%	11	6,96%	413315	19,69%	2	1,27%	31498	1,50%	1	0,63%	9000	0,43%
1890-1894	268	94,0%	4503503	90,9%	5	1,75%	145263	2,93%	3	1,05%	65000	1,31%	2	0,70%	7450	0,15%
1895-1899	345	92,0%	4916105	87,3%	22	5,87%	503923	8,95%	4	1,07%	135000	2,40%	0	0,00%	0	0,00%
1900-1904	242	91,0%	3758572	81,3%	8	3,01%	260173	5,63%	6	2,26%	27500	0,59%	2	0,75%	70000	1,51%
1905-1909	255	94,1%	4554563	96,2%	6	2,21%	38866	0,82%	4	1,48%	43600	0,92%	1	0,37%	20000	0,42%
1910-1914	346	96,4%	6320187	97,1%	5	1,39%	90169	1,39%	2	0,56%	18000	0,28%	3	0,84%	41800	0,64%
1915-1919	407	94,2%	8132036	93,6%	11	2,55%	251300	2,89%	3	0,69%	81000	0,93%	3	0,69%	33000	0,38%
1920-1924	32	88,9%	1374487	82,4%	1	2,78%	70000	4,20%	2	5,56%	12500	0,75%	0	0,00%	0	0,00%
1925-1929	372	96,9%	14453466	93,6%	5	1,30%	118966	0,77%	1	0,26%	20000	0,13%	2	0,52%	166000	1,08%
1930-1934	184	94,8%	7356002	83,2%	5	2,58%	220312	2,49%	2	1,03%	50500	0,57%	0	0,00%	0	0,00%
1935-1939	23	65,7%	521250	53,2%	8	22,86%	337173	34,38%	1	2,86%	20000	2,04%	1	2,86%	50000	5,10%
TOTAL	3206	87,5%	63498675	83,2%	183	5,00%	6068559	7,96%	49	1,34%	826682	1,08%	68	1,86%	854175	1,12%

Tabela 54
 Quadro Geral do Mercado Hipotecário – Juiz de Fora
 Participação dos Credores por Categoria Social
 Médias Quinquenais
 (1853-1939)

Participação de Credores Agrícolas					Participação do BCR				Participação dos Proprietários e Capitalistas				Participação dos Comerciantes				Participação de “Outros”			
Quinq.	AG	% AG	Mont Agri	% Mont Agri	BCR	% BCR	Mont BCR	% Mt BCR	PC	% PC	Mont PC	% Mon PC	Com	% Com	Mont Com	% Mt Com	Outros	% Outros	Mont Outr.	% Mt Outr
1853-1854	12	31,58	346:239	45,69	0	0,00	0	0,00	1	2,63	560	0,07	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
1855-1859	32	35,16	267:817	60,05	0	0,00	0	0,00	2	2,20	5604	1,26	5	5,49	36175	8,11	0	0,00	0	0,00
1860-1864	54	20,93	415:114	13,94	0	0,00	0	0,00	4	1,55	29265	0,98	37	14,34	1412585	47,44	4	1,55	5297	0,18
1865-1869	39	39,80	497:186	33,33	0	0,00	0	0,00	6	6,12	11400	0,76	28	28,57	867738	58,17	4	4,08	14700	0,99
1870-1874	33	50,77	364:665	59,85	0	0,00	0	0,00	11	16,92	66457	10,91	15	23,08	142220	23,34	2	3,08	5050	0,83
1875-1879	68	50,37	2.044:669	77,22	0	0,00	0	0,00	28	20,74	102414	3,87	30	22,22	302369	11,42	3	2,22	6000	0,23
1880-1884	63	34,62	982:667	30,86	0	0,00	0	0,00	60	32,97	690180	21,67	37	20,33	1007069	31,63	5	2,75	7868	0,25
1885-1889	38	24,05	544:943	25,96	13	8,23	326500	15,56	51	32,28	337415	16,08	29	18,35	438515	20,89	11	6,96	33692	1,61
1890-1894	62	21,75	1.154:755	23,31	104	36,49	2208700	44,59	70	24,56	563817	11,38	29	10,18	232163	4,69	7	2,46	108000	2,18
1895-1899	84	22,40	1.741:323	30,93	21	5,60	869500	15,44	127	33,87	1191027	21,15	87	23,20	1018525	18,09	35	9,33	478769	8,50
1900-1904	68	25,56	1.196:686	25,89	29	10,90	1296791	28,05	86	32,33	1328042	28,73	43	16,17	428101	9,26	30	11,28	208333	4,51
1905-1909	45	16,61	435:528	9,20	70	25,83	3242750	68,49	100	36,90	597912	12,63	29	10,70	224703	4,75	15	5,54	109965	2,32
1910-1914	48	13,37	539:717	8,29	66	18,38	4429055	68,04	160	44,57	1000776	15,37	27	7,52	175278	2,69	40	11,14	238486	3,66
1915-1919	50	11,57	445:250	5,12	86	19,91	5471512	62,95	170	39,35	1609736	18,52	72	16,67	703108	8,09	37	8,56	180400	2,08
1920-1924	2	5,56	8:000	0,48	17	47,22	1264937	75,83	9	25,00	163000	9,77	3	8,33	15250	0,91	3	8,33	4600	0,28
1925-1929	46	11,98	3.164:190	20,50	31	8,07	3323000	21,52	235	61,20	6618365	42,87	38	9,90	745996	4,83	23	5,99	698373	4,52
1930-1934	11	5,67	348:900	3,95	9	4,64	1663632	18,82	100	51,55	2679712	30,31	17	8,76	281000	3,18	16	8,25	274000	3,10
1935-1939	2	5,71	85:000	8,67	0	0,00	0	0,00	12	34,29	377600	38,50	5	14,29	265000	27,02	10	28,57	43150	4,40
TOTAL	757	20,67	14.582:649	19,12	446	12,18	24096377	31,59	1232	33,64	17373282	22,77	531	14,50	8295795	10,87	245	6,69	2416683	3,17

Mas são os credores agrícolas que vão merecer a partir deste momento uma análise mais acurada. No que se refere à posição relativa nos montantes totais dos empréstimos, sua participação como fornecedores de recursos é extremamente significativa até o quinquênio de 1900-1904, quando a crise dos preços do café iniciada em 1896 atinge um dos seus momentos mais agudos. A partir de então sua participação declina visivelmente, em grande parte devido a uma confluência de fatores que convém ressaltar. Inicialmente cabe esclarecer que, apesar da renda e dos recursos decorrentes da produção de café se recuperarem como consequência do primeiro plano de valorização, a crise deixou marcas profundas na estrutura produtiva local. A produção agrícola se diversificou nitidamente e o eixo da produção cafeeira na Mata se deslocou definitivamente para sua área mais ao norte e nordeste, mais distantes da área de influência imediata de Juiz de Fora⁴⁶⁰.

Além disto, vimos como a economia da cidade vinha se urbanizando crescentemente, estando os agentes associados aos setores urbano-industriais com uma parcela cada vez maior no montante geral da riqueza gerada no município. Também os próprios fazendeiros estavam, em muitos casos, acompanhando este processo e suas riquezas individuais também vinham se associando nitidamente ao movimento de urbanização e industrialização que o município sofria. Muitos deles estavam se desvinculando da economia rural e se vinculando nitidamente a atividades que tinham no seio do setor urbano seu ponto de referência fundamental. Vários se transformavam em grandes proprietários de imóveis urbanos, ativos financeiros locais (inclusive títulos de débitos como hipotecas, notas promissórias, debêntures, etc.), “capitalistas” de uma maneira geral, e, em menor escala, industriais e comerciantes⁴⁶¹. Também aqui muitos se

⁴⁶⁰ “(...) Os efeitos da crise em Minas Gerais foram, aparentemente, consideráveis. A queda dos preços e a conseqüente depreciação dos lucros na atividade agroexportadora provocaram de imediato, um abandono dos cafezais velhos e a manutenção apenas daqueles considerados novos, os únicos cuja produtividade garantia alguma remuneração ao produtor. Desta forma assiste-se, por um lado, a uma tendência à queda da produção agroexportadora verificada (...) entre os quinquênios de 1905/09 e 1910/14, quando a produção cai em torno de 21% (...), uma queda razoável se tivermos em mente o movimento geral ascendente da série. Obviamente, o impacto da crise, com o agravamento do diferencial de produtividade que implicou, deve ter sido maior nas regiões de incorporação produtiva mais antiga do que naquelas de incorporação mais recente, o que vai provocar um maior contraste dos níveis da produção entre as regiões: data da década de 1890 uma maior aproximação da produção da região sul de Minas Gerais em relação a zona da Mata e, no interior desta, a área ‘sul’ perde a primazia da produção para a área ‘norte’ e ‘nordeste’, de incorporação produtiva mais recente (...).” PIRES, A. (1993). **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1929)**. Op. cit. p. 91

⁴⁶¹ Ver como exemplo o seguinte relato, de um dos mais importantes fazendeiros e capitalistas da cidade: “(...) Meu pai(...) nesta amargurada etapa de luta com seu coração, resolve dedicar-se à faina agrícola como cafeeiro, no que, aliás, não falhou ao sangue de seus antepassados, adquirindo com seu cunhado, Antonio Caetano de Andrade,

autoclassificavam como “proprietários” e/ou “capitalistas”, com seu devido efeito na subestimação de sua participação no mercado. Diversos emprestadores individuais presentes no mercado local ou ainda eram fazendeiros de café, ou tinham seu patrimônio estreitamente associado à riqueza agrária de exportação, mesmo que esta tenha sofrido mudanças em função da sucessão de gerações e a respectiva alteração na forma que assumia.

Assim, os recursos disponíveis para empréstimos hipotecários originados entre os fazendeiros de café decaem *relativamente* na medida em que avançamos para o final de nosso período, em que pese a regularidade no que se refere ao número de contratos, estando o quinquênio de 1925-29 como uma espécie de exceção que confirma a regra. De qualquer maneira, sua participação como credores reflete nitidamente os *efeitos de encadeamento financeiros* que temos ressaltado aqui e *não deixa de ser importante verificar a aplicação de recursos originados na produção de exportação como um mecanismo típico de inversão de poupanças individuais em oportunidades de investimentos geradas no seio da dinâmica da economia de exportação local e regional*. O volume de recursos empatados originados no setor foi extremamente significativo e *quando percebemos que as próprias transformações da estrutura econômica da cidade geravam oportunidades de empréstimos que estavam também abertas para estes agentes, podemos entender a importância dos recursos identificados, direta ou indiretamente, com excedentes agrícolas locais e o potencial de serem transferidos para aqueles setores mais identificados com a expansão capitalista da economia*.

Contudo, resta outro componente importante e extremamente elucidador do mercado hipotecário local que é o *universo dos devedores*, suas origens geográficas e posições sociais no contexto da estrutura sócio-econômica local e regional. A partir destes dados vemos, por exemplo, que *a distribuição espacial dos empréstimos realizados tendo como origem dos recursos a cidade de Juiz de Fora foi relativamente regionalizada*, estando outras regiões do estado de Minas (Centro, Vertentes e Sul) e do Rio de Janeiro (principalmente cidades

a ‘Fazenda do Recreio’ (...). Desejoso de proporcionar à família uma vida mais confortável (...) meu pai transferiu em 1903 a sua residência para a cidade de Juiz de Fora, conservando, entretanto a ‘Recreio’. (...) Homem de contínuos empreendimentos e de extraordinária capacidade de ação (...) iniciou a construção de pequenas casas para operários, trazendo muitos materiais de sua fazenda. Assim foi até quase completar uma centena delas (...). E foi com este amigo [dr. Hermenegildo Villaça] e outro também que muito prezava, o dr. José Hermogeneo Dutra, que fundou, por volta de 1909, a Companhia Laticínios de Juiz de Fora (...). Estes três devotados amigos da cidade idealizaram dotá-la de uma usina de laticínios o que de mais moderno houvesse no mundo. E assim importaram toda a maquinaria diretamente da Alemanha, o que veio constituir então o melhor equipamento do país. (...) Ver PROCÓPIO FILHO, J. (1966). **Retalhos do Passado**. s.ed. Juiz de Fora. p. 10-12.

localizadas no Vale do Paraíba) pouco representadas tanto em número como no montante total dos empréstimos, principalmente no que se refere ao período desta pesquisa.

No entanto, ao contrário da origem dos credores, a distribuição dos devedores é bem mais disseminada, principalmente pelas cidades da zona da Mata mineira. Aqui, não só Juiz de Fora (indiscutivelmente o mais importante centro de demanda destes recursos), mas também a zona da Mata, serão os principais espaços de distribuição de recursos originados no mercado do próprio município. Se considerarmos de forma agregada os montantes envolvidos, veremos que eles chegam a atingir níveis superiores a 90% em vários períodos, o que nos fornece uma idéia da proporção que assumiram estas operações que vão ter, portanto, no mercado local e regional a sua configuração mais importante.

Tabela 55
 Quadro Geral do Mercado Hipotecário – Juiz de Fora
 Participação dos Devedores por Origem Geográfica
 1853-1939
 (médias quinquenais)

Participação dos Devedores com Origem em Juiz de Fora					Participação de Devedores com Origem na zona da Mata				Participação dos Devedores com Origem no Rio de Janeiro				Participação dos Devedores com Origem no Centro de Minas e Vertentes				Participação de Devedores com Origem no Sul de Minas			
Quinq.	Juiz de Fora	% JF	Mont.JF	%Mt JF	Zona da Mata	% ZM	Mont ZM	%Mt ZM	Rio	% Rio	Mont Rio	%Mt Rio	Centro	% Centro	Mont Centro	%Mt Centro	Sul	% Sul	Mont Sul	%Mt Sul
1853-1854	15	39,47	100721	13,29	16	42,11	396905	52,38	2	5,26	240000	31,67	3	7,89	10289	1,36	0	0,00	0	0,00
1855-1859	42	46,15	108940	24,43	9	9,89	44048	9,88	0	0,00	0	0,00	11	12,09	86773	19,46	2	2,20	10900	2,44
1860-1864	124	48,06	1713660	57,55	42	16,28	774828	26,02	6	2,33	133783	4,49	29	11,24	77003	2,59	0	0,00	0	0,00
1865-1869	54	55,10	877003	58,79	23	23,47	443718	29,75	2	2,04	5417	0,36	9	9,18	42725	2,86	0	0,00	0	0,00
1870-1874	55	84,62	459403	75,39	8	12,31	138173	22,68	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
1875-1879	110	81,48	2230072	84,22	15	11,11	355958	13,44	4	2,96	18720	0,71	1	0,74	7500	0,28	0	0,00	0	0,00
1880-1884	168	92,31	2636689	82,80	8	4,40	220392	6,92	3	1,65	182056	5,72	0	0,00	0	0,00	1	0,55	18956	0,60
1885-1889	134	84,81	1331543	63,44	17	10,76	619670	29,53	3	1,90	117060	5,58	1	0,63	9000	0,43	0	0,00	0	0,00
1890-1894	207	72,63	2339949	47,24	58	20,35	1375090	27,76	6	2,11	819227	16,54	5	1,75	81450	1,64	0	0,00	0	0,00
1895-1899	301	80,27	4046932	71,88	48	12,80	1073537	19,07	12	3,20	139915	2,49	4	1,07	89501	1,59	1	0,27	3200	0,06
1900-1904	202	75,94	2722189	58,89	45	16,92	1362458	29,47	8	3,01	127883	2,77	9	3,38	326000	7,05	0	0,00	0	0,00
1905-1909	200	73,80	2494408	52,69	45	16,61	1281459	27,07	5	1,85	243000	5,13	5	1,85	141500	2,99	9	3,32	305000	6,44
1910-1914	299	83,29	2689260	41,31	39	10,86	3279225	50,37	5	1,39	169870	2,61	7	1,95	225000	3,46	3	0,84	69701	1,07
1915-1919	341	78,94	3870570	44,53	45	10,42	2311000	26,59	8	1,85	1077446	12,40	12	2,78	579000	6,66	16	3,70	668820	7,69
1920-1924	21	58,33	611779	36,67	4	11,11	284500	17,05	1	2,78	8000	0,48	4	11,11	29937	1,79	4	11,11	639000	38,30
1925-1929	322	83,85	10816182	70,06	24	6,25	1774000	11,49	11	2,86	813650	5,27	11	2,86	687000	4,45	2	0,52	145000	0,94
1930-1934	167	86,08	7084814	80,13	12	6,19	301000	3,40	8	4,12	547000	6,19	2	1,03	135000	1,53	0	0,00	0	0,00
1935-1939	32	91,43	849185	86,59	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	2,86	100000	10,20	0	0,00	0	0,00
TOTAL	2794	76,30	46983299	61,59	458	12,51	16035961	21,02	84	2,29	4643027	6,09	114	3,11	2627678	3,44	38	1,04	1860577	2,44

Este aspecto demonstra muito bem que tivemos a formação de *circuitos e redes financeiras que se estenderam por boa parte da região cafeeira do estado e que teve como centro de polarização, novamente aqui, o próprio município de Juiz de Fora*. A cidade, assim, se colocou no centro de um espaço de financiamento que desempenhará um papel central no processo de reprodução da estrutura econômica e social da região.

São conhecidos os limites locais e regionais dos mercados financeiros que se desenvolveram em contextos históricos anteriores ao capitalismo, principalmente aqueles destinados a transações de recursos no longo prazo⁴⁶². Alguns autores chegam, mesmo, a afirmar que há uma *“regionalidade implícita”* nestes mercados⁴⁶³, condição fundamental para sua reprodução enquanto instância específica de operações de natureza financeira, ou seja, de transações que envolvem a transferência de recursos no tempo. Desta forma, *problemas de assimetria de informações, custos de transações, garantia dos negócios só poderiam ser resolvidos, a contento, mediante o conhecimento interpessoal dos agentes envolvidos*, onde o parentesco possuiu um papel fundamental, mas declinante, estando presentes também relações tão sutis e subjetivas como a amizade, o conhecimento pessoal, a vizinhança, a reputação no mercado ou na “praça”, entre outros, como base para a transmissão de informações e garantia muitas vezes imprescindíveis à concretização das operações. Segundo um autor,

“...laços pessoais e outros meios informais de transmissão de informações sobre tomadores e fornecedores de empréstimos podem substituir os mecanismos formais

⁴⁶² ODDEL, K. (1992) **Capital Mobilization and Regional Financial Markets**. Op. cit. COTTRELL, P.L. **Industrial Finance, 1830-1914**. Op. cit. p. 269; ROSENTHAL, J. (1994) *“Rural Credit Markets and Aggregate Shocks.”* Op. cit. p. 305 ss., ANDERSON, B.L. (1972) *“The Attorney and the Early Capital Market in Lancashire”*. Op. cit. p. 232; 246-248; KINDLEBERGER, C. **A Financial History of Western Europe**. Op. cit. pp. 192 ss. KILBOURNE, H. (1995). **Debt, Investment, Slaves: credit relations in east Feliciana parish, 1825-1885**. Op. cit.

⁴⁶³ *“(…) Quanto mais fácil a acumulação, transferência e avaliação de informações sobre oportunidade de investimentos, mais fácil será para as conexões financeiras atingirem poupadores de alguma distância. Ao contrário, a maior dificuldade na coleta e avaliação de informações aumenta a probabilidade dos investidores dependerem de capitais locais e domésticos. Desta forma, há uma regionalidade implícita nos mercados de capitais, definida pela locação de investimentos e poupanças e pelos padrões dos fluxos de informações. (...)”* ODDEL, K. Op. cit. p. 30

*dos bancos e bolsas de valores, senão contribuir pra que estes próprios mecanismos se originem. Tudo depende das circunstâncias históricas. (...)*⁴⁶⁴

Ou como referência específica às condições do Vale do Paraíba Paulista no século XIX:

*“A assimetria de informações era menor para o fornecedor local do que o bancário da praça carioca ou paulistana. A presença na região e o conhecimento das pessoas permitiam os credores da região uma melhor posição para a tomada da decisão de financiamento, sem necessidade de intermediários. Assim, o empréstimo assumia um caráter eminentemente pessoal, reforçado por relações de parentesco e amizade.”*⁴⁶⁵

Por outro lado, já notamos a importância de uma rede comercial integrada por centros urbanos em uma hierarquia de cidades como elemento fundamental no desenvolvimento dos mercados financeiros: *“(...) Os elementos fundamentais de uma região que parecem determinar o desenvolvimento de um mercado financeiro são as características dos laços comerciais no seu interior. (...) Uma região limitada por um comércio localizado e pequenos centros urbanos dispersos, não conectados por uma hierarquia metropolitana, não desenvolverá o potencial para a formação de um mercado financeiro.”*⁴⁶⁶

Ora, analisamos em capítulos anteriores a posição central que o município desempenhou em circuitos comerciais que, através de Juiz de Fora, articulavam boa parte dos fluxos de importações, exportações e produção industrial e agrícola de mercado interno dentro do complexo agroexportador regional. Suas funções de pólo urbano, historicamente consolidadas, lhe colocavam no topo de uma hierarquia metropolitana senão do conjunto do espaço da Mata, pelo menos em sua área de influência imediata. Dessa maneira, *o município criou as condições mais importantes para se tornar o principal centro de*

⁴⁶⁴ HOFFMAN, P.T., POSTEL-VINAY, G. and ROSENTHAL, J-L. **Priceless Markets**. Op. cit. p. 02. Ver também p. 52

⁴⁶⁵ MARCONDES, R. (1999). **O Financiamento Hipotecário da Cafeicultura Paulista**. Op. cit. p. 01

⁴⁶⁶ ODELL, K. Op. cit. p. 29

articulação e distribuição dos fluxos financeiros gerados principalmente no interior do espaço econômico regional.

Aqui, novamente, cabe destacar o papel desempenhado pelo Banco de Crédito Real, que mantinha uma rede de agências relativamente bem distribuídas pelas principais zonas cafeeiras do estado (incluindo o Sul de Minas), em grande parte acompanhando, como observado, os acordos realizados com o governo e que previam a abertura de agências pelo interior para melhor agilidade dos negócios, distribuição de liquidez e crédito⁴⁶⁷. Através desta rede de agências, os recursos originados nos impostos sobre o café e que eram destinados ao crédito agrícola e aos planos de valorização em geral encontraram uma estrutura institucional de distribuição que em grande parte é responsável, juntamente com inúmeros empréstimos individuais, pela estruturação e disseminação espacial deste mercado de capitais. Assim, a região conseguiu constituir um *sistema bancário próprio* que, além de desempenhar suas funções básicas de captação de recursos através de depósitos e sua distribuição por meios distintos (descontos de notas, empréstimos em conta corrente, renovações de débitos etc.) com seu conseqüente impacto nas economias locais⁴⁶⁸, também serviu como um grande *instrumento de obtenção de informações e sua centralização e monitoramento no centro de coordenação das operações desta rede, comandado pela matriz localizada em Juiz de Fora*⁴⁶⁹.

Não que os empréstimos realizados a partir de Juiz de Fora, através do Banco ou por agentes individuais, tivessem necessariamente uma participação majoritária no conjunto dos empréstimos efetivados nas inúmeras cidades que compunham a rede aqui em consideração. Como já verificado, a oferta de recursos para empréstimos de longo prazo tem em suas raízes locais um importante componente e apenas pesquisas de âmbito local e

⁴⁶⁷ Ver, por exemplo, "(...) Durante o ano foram inauguradas quatro agências, em pontos distantes do Estado, e assim facilitada nessas zonas a circulação monetária, com grande vantagem para os industriais e sobretudo lavradores (...)". BANCO DE CRÉDITO REAL. **Relatório Apresentado à Assembléia dos Acionistas em 1923**. Companhia Dias Cardoso, Juiz de Fora, p. 03; PIRES, A. Op. cit. p. 31 ss.

⁴⁶⁸ LAGEMANN, E. (1985). **O Banco Pelotense e o Sistema Financeiro Regional**. Op. cit. HANLEY, A.G. (1995). **Capital Markets in the Coffee Economy: financial institutions and economic change in São Paulo, Brazil**. Op. cit.

⁴⁶⁹ É sintomático, neste sentido, a criação da Inspeção de Agências por parte do Banco em 1918, nestes termos: "(...) A Diretoria criou o lugar de Inspetor das Agências, à semelhança do que é feito em outros institutos bancários, por julgar esta medida necessária, atendendo que o Banco tem sete agências, todas bastante afastadas da matriz. Foi convidado para inspetor o sr. Joaquim Americano, que neste cargo técnico e de alta confiança tem prestado bons serviços, desempenhando sua missão de modo a satisfazer a diretoria. (...)". BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS. **Relatório apresentado à Assembléia de acionistas em 1918**. Juiz de Fora, Estabelecimento Gráfico Dias Cardoso e Cia, 1918, p. 06.

regional poderiam demonstrar o efetivo significado destes empréstimos em contraste com aqueles que teriam como origem o centro financeiro a que se subordinavam.

De qualquer forma, não deixa de ser extremamente significativo a percepção e o delineamento deste sistema bancário e seu circuito financeiro não só para a demonstração do mercado de capitais que objetivamos aqui, mas também para tornar nítida a interiorização dos fluxos financeiros que vinham alimentar a reprodução da estrutura de produção agroexportadora da região e, por esta via, mais uma vez, fundamentar e consolidar a existência do complexo agroexportador regional.

No entanto, *uma das funções mais importantes deste mercado foi a transferência de recursos entre os distintos setores da economia*. No caso de uma economia de exportação que conseguiu realizar em seu espaço próprio uma significativa expansão da divisão do trabalho através de um não menos importante processo de expansão urbano-industrial, cabe ainda verificar como se deu o financiamento deste processo, ou se o suposto mercado financeiro regional adquiriu complexidade e maleabilidade suficientes para desempenhar esta função. Deixaremos para a próxima seção uma análise mais detida desta e de outras questões.

4.2. O Financiamento Industrial

4.2.1 Firmas Individuais e Sociedades Simples: O Financiamento de Curto Prazo

Já vimos em páginas anteriores as características mais significativas do processo de industrialização de Juiz de Fora e suas articulações com a economia cafeeira na forma como ela se organizou na região da Mata mineira, ou seja, condicionado ao mesmo tempo pela capacidade de dinâmica e diversificação geradas na estrutura de produção local e por seus limites enquanto área de produção agroexportadora periférica. Desta forma, por um lado, ao refletir o potencial gerado na produção agrária de exportação, a industrialização de Juiz de Fora foi direta ou indiretamente o resultado inevitável dos elos de encadeamento originados na produção cafeeira, tanto na sua dimensão prospectiva quanto retrospectiva; por outro, ao refletir os limites impostos por sua posição periférica, a estrutura industrial gerada por esta produção agroexportadora (mesmo se considerarmos sua significativa diversificação setorial interna) se marcou por características próprias, específicas, principalmente se compararmos sua dimensão média frente à de outros parques industriais originados como efeitos de cadeia da produção cafeeira dos principais núcleos de produção agroexportadores existentes no país.

No entanto, há outros componentes do processo de industrialização local que devem ser destacados neste momento da análise. A forma como se deu a *origem do capital e o financiamento do processo* deve ser investigada para averiguarmos suas eventuais articulações com os fluxos de recursos originados na própria economia regional, considerando, também para este caso, a confluência dos determinantes mais importantes (mas não exclusivos) das forças de oferta e demanda de recursos de financiamento no âmbito econômico local e regional como fundamento para a constituição de um mercado de crédito e capitais na região e, a partir dele, do delineamento desta economia como espaço econômico delimitado e próprio.

Naquele que talvez seja ainda o mais importante trabalho sobre a industrialização de Juiz de Fora, Domingos Giroletti⁴⁷⁰ nos fornece alguns elementos que podemos, aqui,

⁴⁷⁰ GIROLETTI (1980). *A Industrialização de Juiz de Fora*. Op. cit. p. 172 ss.

tomar como ponto de partida de análise, em que pese várias discordâncias. No seu entender, o processo de industrialização do município pode ser dividido em duas fases, a saber: uma primeira, que se estende desde suas origens até o final dos anos 1880, foi marcada pelo predomínio das pequenas unidades, com escassos níveis de mecanização da produção, limitada produtividade e pouco investimento de capital, pequeno número de operários etc.; uma fase em que *o proprietário mal se distinguia do produtor direto*, podendo ser considerada como o próprio autor reconhece, na verdade, mais como uma fase de constituição de *oficinas e manufaturas* do que de indústrias propriamente ditas. A segunda fase teria surgido no final da década de 1880 e início da de 1890, onde predominaram estabelecimentos maiores, com significativo nível de investimento de capital, maior produtividade e economias de escala, sendo a produção mais mecanizada e envolvendo um número bem maior de operários em unidades que, neste momento, podem ser consideradas propriamente como *unidades fabris*. Nesta fase, teriam surgido as sociedades anônimas, em grande parte como resultado da necessidade de reunião de um maior volume de capital em torno do processo de produção.

Já no quadro traçado pelo autor para a origem do capital industrial e dos agentes sociais do processo de industrialização, em que pese uma excessiva ênfase dada aos imigrantes de origem alemã portadores de uma suposta mentalidade “*self made man*”⁴⁷¹, teríamos uma situação bastante próxima daquela que predominou em outros núcleos de produção agroexportadores: a presença maior ou menor do capital comercial e de comerciantes, de imigrantes de origens várias (e não apenas alemã), de profissionais liberais, da reinversão de recursos acumulados na própria atividade manufatureira e/ou industrial e do capital agrário, que tem participação significativa mais em investimentos de infra-estrutura e serviços, mas que não deixa de ter também sua presença na constituição de unidades fabris⁴⁷².

Interessa a esta análise, neste momento, mais como ocorreu o processo de evolução da estrutura industrial de Juiz de Fora do que suas origens propriamente ditas. Em outras

⁴⁷¹ Id. ib. p. 172

⁴⁷² Id. Ib. Ver também MONTEIRO, A.M. (1985). **Empreendedores e Investidores na Indústria Têxtil no Rio de Janeiro: 1878-1895**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói.; SUZIGAN, W. (1986). **Indústria Brasileira: origens e desenvolvimento**. Op. cit. SILVA, S. (1977). **Expansão Cafeeira e as Origens da Indústria no Brasil**. Ed. Alfa-Ômega, São Paulo; LEVY, MB. (1994). **A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas**. Op. cit.

palavras, interessa-nos mais como se deu a passagem de uma fase à outra, ou como pequenas unidades fabris cresceram ou se constituíram em médias ou “grandes” unidades no município, com origem local ou como resultado de investimentos de recursos acumulados em outras regiões de Minas ou do país.

Não que esta tenha sido, necessariamente, a regra geral a caracterizar o processo. Já observamos como várias unidades fabris vão se originar em torno da Primeira Guerra Mundial concretizando o início de um processo de diversificação setorial da indústria do município; muitas tinham dimensões que poderiam ser consideradas como grandes, mesmo se compararmos com padrões predominantes em centros como Rio e São Paulo⁴⁷³, enquanto outras, originadas na fase anterior, ainda mantinham um padrão basicamente de oficinas e manufaturas. Esta talvez seja uma das principais críticas feitas a esta cronologia da industrialização de Juiz de Fora, já que pressupõe, mesmo que *implicitamente*, uma evolução gradual e retilínea que esteve longe de caracterizar o processo, bastante complexo se considerarmos os distintos condicionantes locais e regionais a lhe configurarem, em vários aspectos, uma constituição específica. Na verdade, não só existem grandes unidades na primeira fase como também muitas pequenas e médias na segunda, sendo o predomínio de uma ou outra dependente do setor da indústria, do período em que surge a unidade industrial, suas maiores ou menores possibilidades de ganho de escala, acesso a mercados “externos” (a Minas) etc.

Se avaliarmos o quadro a partir destas considerações, teríamos já alguns elementos a indicar a forma como se deu o financiamento da evolução industrial de Juiz de Fora, sendo importante ter em mente a importância das pequenas e médias unidades fabris a caracterizar a estrutura industrial local, não apenas na sua primeira fase, como quer o autor em referência, mas também durante todo o seu processo constitutivo⁴⁷⁴. A partir deste aspecto podemos já inferir que, analogamente a outras experiências de industrialização⁴⁷⁵, *o volume de capital inicial para a abertura de um firma industrial não era grande; que a reunião de*

⁴⁷³ SILVA, S. (1977). Op. cit.

⁴⁷⁴ LIMA, J.H. (1980). **Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)**. Op. cit. SINGER, P. (1977). **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. Op. cit. WIRTH, J. (1982). **O Fiel da Balança: Minas Gerais na Confederação Brasileira. (1889-1937)**. Op. cit., entre outros

⁴⁷⁵ COTTRELL, P. (1993). **Industrial Finance, 1830-1914**. Op. cit, MATHIAS, P. (1972). **Capital Formation in the Industrial Revolution**. Methuen and Co., London; CAMERON, R. (1992). **Financing Industrialization**. Edgar Elgar Publishing, Cambridge, 2 vol.; COLLINS, M. (1991). **Banks and Industrial Finance in Britain, 1800-1939**. Cambridge University Press, Cambridge.

*poucos sócios, entre parentes e amigos principalmente, bastava para iniciar o empreendimento; que normalmente o crédito comercial de curto prazo era a mais importante fonte de financiamento; e que, de uma forma geral, a reinversão dos lucros da empresa será a tônica de seu processo de investimento, crescimento, amadurecimento e eventual diversificação*⁴⁷⁶.

A verificação destas questões impõe, inicialmente, que relembremos alguns aspectos relacionados às redes comerciais que já delineamos em outras partes deste trabalho: como ponto de confluência dos fluxos comerciais que interligavam o interior da zona da Mata e esta a outros centros industriais e comerciais como o Rio de Janeiro e também São Paulo, Juiz de Fora vai se colocar como pólo importante de uma rede mercantil que vai permitir sua articulação com os principais mercados de consumo e de fornecimento de bens intermediários e de capital, tanto para a agricultura como também e principalmente para a indústria. Além disso, *como parte integrante desta rede de comercialização, funcionava de forma típica entre os diversos agentes envolvidos nas transações de compra e venda de mercadorias, a concessão de crédito, muitas vezes tida como uma condição fundamental para a própria realização das transações.*

Numa economia em que os níveis de liquidez eram não só escassos, mas também condicionados pela sazonalidade da produção agrícola e onde a posição dos agentes na rede comercial muitas vezes era intermediária, como elos de uma longa cadeia, a concessão deste tipo de crédito era fundamental: o varejista o concedia para seus clientes em conta corrente, o que fazia com que ele próprio necessitasse de prazo para liquidar suas obrigações com seus fornecedores, fossem atacadistas ou industriais, por exemplo; estes, por sua vez, também recorriam a prazos para a liquidação de obrigações de seus fornecedores, fossem de mercadorias acabadas ou de matérias primas e insumos industriais. O crédito comercial era, assim, não só um componente do processo geral de circulação de mercadorias na economia, mas muitas vezes representava a possibilidade de maiores ou

⁴⁷⁶ “...Parte destas indústrias (...) surgiram da associação de capitais, esforços, conhecimentos técnicos de dois ou mais imigrantes e de outras condições favoráveis como o mercado consumidor e de trabalho (...). Outras indústrias foram criadas pelo desfazer-se de uma associação, mediante a formação de uma nova ou simplesmente pela ampliação dos elementos da sociedade.(...) Há, entretanto, outras duas maneiras de formação de capital que vão permitir a fundação de novas indústrias. A primeira é a acumulação de capital mediante o comércio. A segunda forma consiste na transferência de capital acumulado num setor industrial e sua reaplicação no mesmo setor, provocando uma concentração vertical, ou em setores diferentes, uma concentração horizontal. (...)” GIROLETTI, D. (1980). Op. cit. p. 175

menores vendas e, portanto, componente importante para o próprio nível de lucratividade que alguns setores poderiam obter⁴⁷⁷.

Já tivemos oportunidade de verificar como as redes e circuitos comerciais envolvendo hierarquias de cidades são importantes para a consolidação de centros financeiros regionais. Para além disto, resta ainda lembrar que as redes comerciais são muitas vezes o ponto de partida de transações financeiras mais complexas e diferenciadas, principalmente se tivermos em mente os *instrumentos financeiros* que acabaram por desenvolver (além do crédito em conta corrente, contas assinadas, notas promissórias, letras de câmbio e outras) e a *abrangência geográfica* implícita nestas negociações, colocando em contato agentes e unidades econômicas muito distantes entre si, um componente fundamental quando se pensa em integração de mercados de crédito regionais⁴⁷⁸. Se somarmos a isso suas características de *transferência e negociabilidade*⁴⁷⁹, importantes para a mobilidade de qualquer instrumento financeiro, pela flexibilidade que fornece às transações de crédito, poderemos perceber a importância que tiveram não só como elementos de dinamização das transações econômicas, mas também do próprio desenvolvimento financeiro que podem implicar numa economia com as características que tinha a economia brasileira no século XIX e início do século XX⁴⁸⁰. Quando se aventou a possibilidade de se abrir uma agência bancária do Banco de Brasil no município, em 1910, o “Jornal do Comércio” local lembrava que:

⁴⁷⁷ CROUZET, F. (1972). “Introduction.” In MATHIAS, P. **Capital Formation in the Industrial Revolution** pp. 45-46; NEAL, L. (1997). “The Finance of Business during Industrial Revolution.” In FLOUD, R. and McCLOSKEY, D.N. **The Economic History of Britain since 1700**. Cambridge University Press, Cambridge, vol. 1. p. 152 ss.

⁴⁷⁸ ODDEL, K. (1992). **Capital Mobilization and Regional Financial Markets, 1850-1920**. op. cit.

⁴⁷⁹ “O mais interessante aspecto das letras de câmbio padronizadas pelo Título XVI [do Código Comercial] era sua transferenciabilidade mediante um simples endosso e as sérias obrigações legais que implicavam para todas as partes envolvidas no seu aceite, transferência e pagamento. O comerciante que recebia primeiro a letra poderia, com seu endosso, transferi-la para qualquer outro agente. Este poderia, de forma típica, vendê-la ou descontá-la em um banco mediante desconto. O portador final da letra, por sua vez, poderia apresentá-la ao seu emissor na época do vencimento recebendo seu valor total, realizando o lucro. Esta prática, conhecida como desconto, tinha sido utilizada há muito tempo por comerciantes europeus, e foi, efetivamente, um elemento central nas operações dos primeiros bancos na Inglaterra. **O interessante é que, como no caso inglês, o Código Comercial brasileiro reconhecia e legitimava esta prática, estimulando o aceite dos títulos comerciais como uma forma de moeda.**” HANLEY, A.G. (1995). **Capital Markets in the Coffee Economy: financial institutions and economic change in Sao Paulo, Brazil, 1840-1905**. p. 54 (grifo nosso). Para o caso inglês ver, entre outros, COTTRELL, P. (1993). Op. cit. p. 06 ss.

⁴⁸⁰ LEVY, M.B. (1994). Op. cit. p. 39; HANLEY, A.G. (1995). Op. cit.; TRINER, G. (1996). Op. cit.

*“(...) Nenhum município do Estado e cidade como o de Juiz de Fora dará tanta margem de negócio ao Banco do Brasil, não só por si como os de Rio Novo, São João Nepomuceno, Pomba, Cataguases, Ubá e Ponte Nova, ligados a Juiz de Fora pela Leopoldina, via Piau e Entre Rios e bem assim os municípios de Palmyra, Barbacena e Queluz, ligados pela Central, com os quais as grandes casas de atacado daqui, refinarias de açúcar e fábricas de tecidos, calçados, massas, móveis, mecânicas, etc., mantêm grandes transações, sendo enormíssimo o movimento de contas assinadas e letras promissórias que terão na agência do Banco desconto com grande vantagem mútua.”*⁴⁸¹

Ou ainda em 1900, quando da implantação de um imposto sobre o desconto de letras e outras operações, o mesmo jornal criticava:

“Não é estranhável a nossa insistência em combater o imposto de 8\$800 por conto de réis, nas letras e nos outros títulos de mútuo.

O comércio de Juiz de Fora, dada a importância desta praça, na qual a existência de um banco torna mais freqüente as transações de crédito, é, talvez em todo o estado, o que mais padece desta exigência do fisco.

Assim a lavoura, que como o comércio, nesta época em que o numerário escasseia, vive do crédito, sustenta-se com o desconto de letras, lançado sobre o lucro de colheitas futuras.

Esta praça é, sob o ponto de vista do movimento dos descontos, a mais importante do estado, sem contestação.

*O comércio local e a lavoura do município sofrem, assim, em toda a sua intensidade, a dureza do novo imposto a que o fisco dá denominação de novos e velhos direitos (...).”*⁴⁸²

São estas propriedades de transferência e negociabilidade que vão permitir que os bancos atuem no *desconto destes títulos*, provendo aos seus portadores a *liquidez*

⁴⁸¹ JC 30/06/1910

⁴⁸² JC 13/10/1900 (grifo nosso)

imprescindível para que todo o sistema funcionasse e se reproduzisse, articulando esta esfera das relações financeiras com outras e possibilitando a canalização de poupanças realizadas por estas instituições para onde a demanda de recursos era mais necessária, uma das principais funções que uma instituição bancária pode realizar em qualquer economia e, naturalmente, sem a qual o potencial do multiplicador dos meios de pagamento não se efetivaria. De resto, cabe lembrar que a demanda e os lucros envolvidos com este tipo de instrumento acabaram por tornar as operações de desconto aquelas mais importantes das instituições bancárias no período⁴⁸³. De acordo com Levy:

“(...) *As notas promissórias ou letras assinadas pelos varejistas, mesmo no auge da movimentação financeira [do Encilhamento], continuaram sendo o ativo mais negociado na economia e a operação de desconto a mais importante no mercado bancário (...).*”⁴⁸⁴

Podemos aquilatar a importância desta forma de crédito comercial e suas implicações na economia local e regional através da análise de dados contábeis de indústrias de Juiz de Fora presentes em inventários de industriais. Este tipo de informação é extremamente raro, dado o fato de que como as pequenas, médias e muitas vezes grandes unidades industriais se organizavam como sociedades simples ou individuais, não estavam sujeitas a demonstrações financeiras, ao contrário das sociedades anônimas, sendo sua contabilidade confinada à própria empresa e perdida na quase totalidade dos casos. Dessa maneira, apenas com a morte de um dos sócios industriais (ou de sua cônjuge) e sendo a fábrica parte do patrimônio do inventariado, havia o levantamento e a demonstração contábil do estabelecimento, incluindo seu balanço, relação de credores e devedores, contrato da sociedade etc.

Iniciaremos a análise verificando a *estrutura do capital* de algumas unidades industriais para termos uma idéia da *proporção do capital fixo e circulante* nestas unidades,

⁴⁸³ HANLEY, A.G. (1995). Op. cit. TRINER, G. (1996). Op. cit. SAES, F. (1986). **Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista**. Op. cit. LAGEMANN, E. (1985). **O Banco Pelotense e o Sistema Financeiro Regional**. op. cit.

⁴⁸⁴ LEVY, M.B. (1994). **A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas**. p. 150. Ver também TRINER, G. (1996). **Banks and Economic Development: 1906-1930**. Op. cit. HANLEY, A.G. (1995). Op. cit.

e, a partir daí, inferirmos os elementos que pretendemos neste momento da análise. As empresas em questão são: *Viúva Tortoriello e Irmão* (Curtume), *Costa e Irmão* (Fábrica de banha e produtos suínos), *Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas* (Têxtil), *Estamparia Universal* (Tardio e Cia., Fábrica de produtos de folhas de flandres), *Fábrica Stiebler* (Malhas e meias) e *Jorge Miguel e Irmão* (Fábrica de massas alimentícias, bebidas alcoólicas, secos e molhados). Os balanços se encontram organizados nas tabelas abaixo.

Tabela 56
Balanço da Firma Costa e Irmão - 1916

Fábrica Costa e Irmão – Balanço em 31 de janeiro de 1916 - Ativo	
Devedores em conta corrente.....	45:606\$920
Títulos a receber (saques em cobrança – Banco de Crédito Real).....	51:559\$300
Caixa (dinheiro em moeda corrente).....	9:387\$080
Móveis e utensílios.....	5:166\$447
Bens de raiz (prédio da fábrica e dependências).....	35:270\$380
Benfeitorias.....	1:018\$204
Maquinismos.....	17:370\$144
Semoventes.....	1:071\$500
Mercadorias.....	96:230\$005
<i>Total</i>	<i>262:679\$980</i>
Capital fixo (Bens de raiz; Benfeitorias e Maquinismos).....	53:658\$728
% do total.....	20,42
Capital Circulante (Devedores em c/c; Títulos a receber; Caixa; Mercadorias).....	202:783\$305
% do total.....	77,19
Devedores (em c/c e Títulos a receber).....	97:166\$220
% do total.....	36,99

Fonte: Inventário ID 2531 Cx. 311B – Arquivo da UFJF

Tabela 57
Balanco da Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas - 1916

Cia. Têxtil Bernardo Mascarenhas – Balanço em 2 de fevereiro de 1916 - Ativo	
Móveis e Utensílios.....	1:000\$000
Matéria Prima.....	35:000\$000
Mercadorias.....	180:000\$000
Maquinismos.....	180:000\$000
Prédio da Fábrica.....	130:000\$000
Devedores em c/c.....	349:569\$399
Devedores por títulos	
Cia. Cedro e Cachoeira.....	1:052\$469
Banco Mercantil do Rio de Janeiro.....	32:542\$430
Banco de Crédito Real de MG.....	43:598\$218
Cia. Mineira de Eletricidade.....	12:100\$000
Coletoria Federal.....	3:000\$000
<i>Total.....</i>	<i>967:862\$516</i>
Capital fixo (Maquinismos e Prédio).....	310:000\$000
% do total.....	32,02
Capital Circulante (Móveis; Matéria-Prima; Mercadorias; Devedores).....	657:862\$516
% do total.....	67,97
Devedores (em c/c e por títulos).....	441:862\$516
% do total.....	45,55

Fonte: Inventário ID 2536 Cx. 312B – Arquivo da UFJF

Tabela 58
Balanco da Fábrica Stiebler - 1918

Fábrica Stiebler	
Balanço em 09 de outubro de 1918 - Ativo	
Casa onde funciona a fábrica.....	30:000\$000
Móveis, utensílios e máquinas.....	66:000\$000
Semoventes.....	360\$000
Devedores em conta corrente.....	55:345\$300
Devedores por títulos.....	210\$000
Caixa	
Saldo em dinheiro.....	5:401\$800
Saldo em Bancos.....	76:168\$600
<i>Total.....</i>	<i>233:485\$700</i>
Capital Fixo (Casa; Móveis, utensílios e máquinas).....	96:000\$000
% do total.....	41,11%
Capital Circulante (Devedores em c/c; Caixa).....	137:125\$700
% do total.....	58,72%
Devedores (em c/c e títulos).....	55:555\$300
% do total.....	23,79%

Fonte: Inventário ID 2659 Cx. 323B – Arquivo da UFJF

Tabela 59
Balço da Fábrica Viúva Tortoriello e Irmão - 1919

Fábrica Viúva Tortoriello e Irmão – Balço em 28 de fevereiro de 1919 – Ativo	
Maquinismo.....	6:500\$000
Móveis e Utensílios.....	1:430\$000
Mercadorias.....	45:593\$900
Caixa.....	283\$520
Devedores.....	23:489\$440
<i>Total.....</i>	<i>77:296\$860</i>
Capital fixo (Maquinismo).....	6:500\$000
% do total.....	8,40
Capital circulante (Móveis e Utensílios; Mercadorias; Caixa)	
Devedores.....	70:796\$860
% do total.....	91,59
Devedores	23:489\$440
% do total.....	30,38

Fonte: Inventário ID 2777 Cx. 333B – Arquivo da UFJF

Tabela 60
Balço da Fábrica Jorge Miguel e Irmão - 1920

Fábrica Jorge Miguel e Irmão – Balço em 14 de agosto de 1920 - Ativo	
Mercadorias.....	168:497\$700
Semoventes.....	500\$000
Maquinismos.....	46:997\$000
Móveis e Utensílios.....	9:355\$000
Imóveis	107:009\$900
Devedores.....	276:161\$460
Dinheiro em cofre.....	17:668\$636
<i>Total.....</i>	<i>626:189\$696</i>
Capital fixo (Imóveis e Maquinismos).....	154:006\$900
% do total.....	24,59
Capital circulante (Mercadorias; Móveis e Utensílios)	
Devedores; Dinheiro em cofre.....	471:682\$796
% do total.....	75,32
Devedores	276:161\$460
% do total.....	44,10

Fonte: Inventário ID 2818 Cx. 338B – Arquivo da UFJF

Tabela 61
Balço da Fábrica Estamparia Universal – Tardio e Cia. – 1920

Estamparia Universal – Balço em 12 de julho de 1920 – Ativo	
Máquinas, Acessórios, Móveis e Utensílios.....	23:390\$000
Mercadorias.....	34:173\$090
Devedores em c/c.....	25:051\$062
Caixa.....	100\$000
Combustíveis.....	160\$000
Seção elétrica.....	4:358\$800
Seguro contra fogo.....	131\$250
Privilégios.....	200\$000
Imóveis.....	12:000\$000
<i>Total.....</i>	<i>99:565\$002</i>
Capital fixo (máquinas, acessórios, móveis e utensílios; Instalação elétrica, Imóveis).....	39:748\$800
% do total.....	39,92
Capital circulante (Mercadorias, Devedores em c/c, Combustíveis, Privilégios).....	59:684\$952
% do total.....	59,94
Devedores em c/c.....	25:051\$062
% do total.....	25,16

Fonte: Inventário ID 2814 Cx. 337B – Arquivo da UFJF

Percebe-se nitidamente pelo balanço das empresas que *o montante do capital fixo nunca supera a metade dos ativos das mesmas*, variando entre 10 e 40% no máximo. Por outro lado, *o capital circulante apresenta uma proporção sempre majoritária*, variando por sua vez entre 60 e 90% dos ativos das firmas do conjunto da amostra. As implicações desta situação para o financiamento das empresas também são nítidas⁴⁸⁵: há uma maior necessidade de crédito de curto prazo (associado ao fornecimento de matérias-primas, insumos, financiamento dos estoques de mercadorias etc.) do que de financiamento de longo prazo (normalmente vinculado às necessidades de investimento em máquinas, edificações, benfeitorias etc.)⁴⁸⁶. Além disso, pode-se verificar que, junto com o ativo

⁴⁸⁵ CROUZET (1972) “Introduction.” In MATHIAS, P. **Capital Formation in the Industrial Revolution**. Op. cit. pp. 44-46; HABER, S. (1997). “Financial Markets and Industrial Development: a comparative study of governmental regulation, financial innovation, and industrial structure in Brazil and Mexico, 1840-1930.” Op. cit. p. 149-150

⁴⁸⁶ Ver também, entre outros: CAMERON, (1974). **La Banca en las Primeras Fases de la Industrialización**. Editorial Tecnos, Madrid; id. (1992). “Theoretical Bases of a Comparative Study of the Role of Financial Institutions in the Early Stages of Industrialization.” In CAMERON, R. **Financing Industrialization**. Op. cit.

“mercadorias”, as quantias envolvidas com os devedores (em conta corrente ou por títulos) sempre têm também uma participação muito importante, invariavelmente compondo a maior parte do capital circulante, o que significa que *a parcela mais importante dos fluxos de recursos para estas unidades industriais se encontrava também sob a forma de crédito de curto prazo*, o que vem ao encontro da participação das unidades e da própria cidade nas redes de crédito que explicitamos acima.

Mas outra dimensão para esta análise surge quando consideramos que, na medida em que estamos numa cadeia de crédito, se as empresas concedem crédito de curto prazo, elas também o recebem para o seus gastos correntes. O passivo das unidades industriais do município será aprofundado posteriormente, mas podemos afirmar pelos elementos de que dispomos que *será a partir desta cadeia de crédito e débitos que estas indústrias vão conseguir realizar seus projetos de investimentos a partir de recursos internos*⁴⁸⁷. *Em outras palavras, na medida em que conseguem adiar seus dispêndios monetários com gastos correntes, estes poderão ser canalizados para gastos de investimentos*⁴⁸⁸, *conjuntamente com aqueles recursos que se originam a partir dos lucros retidos*. Tal situação se torna mais visível ainda se tivermos em mente que, *na existência de um sistema bancário que permita a realização regular da operação de desconto de títulos de curto prazo*, há uma concessão geral de liquidez no interior da economia que tornará estes gastos possíveis⁴⁸⁹. Desta forma, o processo de reinversão de recursos originados internamente nas unidades fabris para objetivos de ampliação e melhoria da produção e investimentos ganha novas dimensões a partir da existência destas redes de crédito – incluído nelas o aparelhamento bancário. De acordo com Triner:

⁴⁸⁷ CROUZET, F. (1972). Op. cit. NEAL, L. (1997). “*The Finance of Business during Industrial Revolution.*” Op. cit. MATHIAS, P. (1972) **Capital Formation in the Industrial Revolution**. Methuen and Co. Ltd., London. e Id. (1993). **As Primeiras Revoluções Industriais**. Op. cit.

⁴⁸⁸ “...o desenvolvimento do sistema de crédito ajudou também à formação de capital no setor industrial: a obtenção de matérias primas sob crédito e a obtenção de adiantamentos de comerciantes permitia o acesso ao capital circulante reservando seus próprios recursos para a aplicação em capital fixo.” CROUZET, F. (1992). “*Capital Formation In Great Britain during the Industrial Revolution.*” In CAMERON, R. **Financing Industrialization**. Op. cit. p 64

⁴⁸⁹ TRINER, G. (1996). Op. cit. p. 60 ss. “(...) com a nova visão da importância do capital circulante e do crédito comercial, o financiamento de curto prazo ganhou ênfase e aqui está indubitavelmente a principal contribuição dos bancos para o processo de industrialização.(...)” CROUZET, F. (1972). Op. cit. p. 46

“(...) *As demonstrações financeiras dos bancos brasileiros sugerem que a estrutura bancária contribuiu para a estabilidade e crescimento econômico durante a Primeira República. Por todas as medidas, o sistema bancário cresceu rapidamente. Ele apoiou um crescente nível de transações financeiras de uma forma economicamente racional. A função dos bancos como intermediários na acumulação e alocação de capital aumentou durante o período. Os bancos contribuíram para o crescimento econômico aumentando a eficiência das transações, e, no mínimo, fornecendo uma fonte crescente de crédito de curto prazo que liberou recursos para a formação de capital. O volume real dos saldos bancários cresceu a uma taxa mais rápida do que aquela da economia, indicando que o sistema bancário serviu para acumular e re-alocar uma crescente parcela dos recursos financeiros do país.*”⁴⁹⁰

Ora, além de sua importância para o setor industrial em si, *este processo de financiamento adquire um significado maior ainda quando percebemos que foi ele que permitiu que um dos principais mecanismos de gênese e formação do capital industrial na cidade se efetivasse: a acumulação, expansão e transformação de feições do capital comercial.* O processo é conhecido⁴⁹¹ e já foi descrito em algumas oportunidades para a própria realidade de Juiz de Fora⁴⁹². Basicamente, como este processo de crescimento via reinversão de lucros para algumas *unidades comerciais* ocorria num ambiente marcado por grandes oscilações na taxa de câmbio, choques e restrições de oferta de produtos importados etc., agravado como foi pela própria *posição interiorana* do município (problemas com o sistema de transporte e o seu custo extremamente elevado, tributos diversos, impostos interestaduais, entre outros), criavam-se inúmeras oportunidades de investimentos na produção local de manufaturados a custos competitivos, mesmo que em escalas mínimas, implicando em pequenos gastos com aquisição de bens de capital e permitindo que mesmo pequenas firmas comerciais pudessem realizar o investimento.

⁴⁹⁰ TRINER, G. (1996). Op. cit. p. 60

⁴⁹¹ MONTEIRO, A.M. (1985). **Empreendedores e Investidores na Indústria Têxtil no Rio de Janeiro: 1878-1895.** Op. cit. SILVA, S. (1977). **Expansão Cafeeira e as Origens da Indústria no Brasil.** Op. cit.

⁴⁹² GIROLETTI, D. **A Industrialização de Juiz de Fora.** Op. cit.

Se a evolução posterior da firma resultou no surgimento de uma média ou grande empresa industrial ou na sua manutenção meramente como um reforço da atividade comercial mais importante, diversos fatores envolvendo esta ou aquela empresa ou este ou aquele setor teriam que ser levantados para uma completa explicação. Inúmeras indústrias, entre pequenas e grandes, tiveram dessa forma a sua origem, cabendo lembrar: *Cia. Têxtil Moraes Sarmiento* (Almeida, Sarmiento e Cia. – atacado de gêneros); *Antônio Meurer* (malharia); *Rivelli e Cia.* (atacadista de gêneros e fábrica de curtume); *Pantaleone, Arcuri e Spinelli* (produção e comércio de materiais de construção); *Fábrica Santa Elvira* (vassouras, massas alimentícias e ferraduras); *S.A. Têxtil Sedan* (Gerheim e Cia. – atacado de fazendas e gêneros); *Cia. Renato Dias* (refinaria de açúcar); *Fábrica de Pregos São Nicolau* (Casa da América – atacado de ferragens); *Cia. Dias Cardoso* (fumo, tipografia e atacado em geral); *Beghelli e Irmãos* (atacadista de gêneros e moagem); *Costa e Irmão* (fábrica de banha); *A. Ferreira do Amaral* (atacadista de gêneros e fábrica de curtume); *Manoel Gonçalves Faria e Cia.* (atacadista de gêneros e fábrica de ferraduras), para ficarmos entre poucas.

O certo é que *o mecanismo concreto de transformação do capital comercial em capital industrial, na forma como ocorreu no município, tornou-se particularmente adaptado ao sistema de crédito aqui em questão.* Mais que isto, esteve *implícito* nele, pois o próprio crescimento e consolidação da empresa como unidade industrial encontrou neste sistema de crédito (com a devida participação do aparelho bancário local e as origens predominantemente endógenas dos recursos) seu fundamento mais importante. Em se tratando de um capital comercial que mantém sua natureza estreitamente vinculada à produção agrícola de mercado interno (e que tem sido sistematicamente desconsiderado pela historiografia), não deixa de ser importante verificar que *o capital comercial com a configuração que assumiu no contexto da economia agroexportadora regional desempenhou uma função imprescindível no processo de industrialização do município, principalmente se lembrarmos que sua articulação com o capital especificamente cafeeiro, de certa forma, foi apenas secundária e tangencial.*

Contudo, é a análise do *passivo* de algumas indústrias do município que vai revelar importantes aspetos das relações de crédito que estamos destacando aqui. Para tal podemos dispor de uma documentação relacionada às *falências* de unidades industriais de Juiz de

Fora (instrumentos de agravo, revisões de crédito, além dos próprios processos de falência), material que, por sua própria natureza, traz detalhes das referidas transações. Dispomos ao todo de algo em torno de 50 processos, sendo *21 de firmas industriais*, inclusive algumas sociedades anônimas. A partir deles veremos principalmente a *participação dos bancos locais*⁴⁹³ no processo de financiamento de curto prazo e também a questão da *origem do fluxo de recursos*, que em última instância, foi o responsável pelas relações de crédito em apreço.

No que se refere à questão da origem dos recursos deve ficar claro que, em se tratando de uma rede de crédito inter-regional, *há várias empresas que se localizam fora do município e região*, o que reflete o contato comercial e financeiro entre praças distintas. Não é de surpreender, portanto, uma presença *maciça* de firmas radicadas em espaços econômicos “externos” ao da região, com predomínio do Rio de Janeiro e São Paulo, cidades com as quais Juiz de Fora mantinha contatos comerciais constantes, como já foi observado, não só no que se refere ao fornecimento de insumos, bens intermediários e bens de capital, mas também como importantes mercados consumidores. Algumas empresas destas praças aparecem em diversos processos, a demonstrar a regularidade das transações: é o caso, por exemplo, de empresas como Richard Wichelo e Cia., Comptoir Technique Brésilien, Edwards e Cia., Cia de Anilinas e da Cia. Têxtil S.A (todas do Rio); ou da Cia. Melhoramentos, Theodor While e Cia., Altieri e Irmãos, Klabin, Irmão e Cia, entre outras de São Paulo. É natural que seja assim. A presença de empresas de fora do âmbito regional e local só demonstra a participação freqüente e ativa do município, como provedor ou comprador de mercadorias, em um circuito já devidamente analisado e que articulava os principais municípios da região Centro-sul, além de outras regiões do país⁴⁹⁴.

Além disso, também já observamos a “dependência” do município em relação a estes centros no que diz respeito à aquisição de insumos e maquinário, uma decorrência de sua posição periférica frente a estes núcleos. Sendo assim, repetimos, não é de se surpreender que surjam empresas de outras regiões: o crédito comercial, obtido normalmente pelo adiantamento da mercadoria e concessão de prazo de pagamento, surge

⁴⁹³ Uma autora já afirmou que “(...) talvez a melhor forma de discernir a próxima conexão entre os bancos e as indústrias seja através das falências industriais...” LAMOREAUX, N. (1986). “Banks, Kinship and Economic Development: the New England Case”. Op. cit. p. 685

⁴⁹⁴ LEVY, M.B. (1994). Op. cit. HABER, S. (1996). **The Efficiency Consequences of Institutional Change: financial market regulation and industrial productivity growth in Brazil, 1866-1934**. Op. cit. p. 33

com a própria atividade da troca, se ampliando no espaço na medida da própria expansão dos mercados, do qual Juiz de Fora fez parte, a menos que se pense o município e região como economicamente isolados no interior do país. A delimitação dos mercados de crédito de curto prazo que se quer realizar aqui, que fique claro, não implica na auto-suficiência de Juiz de Fora e da zona da Mata.

Portanto, há indústrias que obtiveram desta forma o grosso de seu financiamento e aparentemente há uma relação entre o tamanho da indústria e o acesso aos mercados “externos” como fonte supridora de matérias primas, bens de capital etc. A firma Oscar Rodrigues e Irmão⁴⁹⁵, classificada como *negociantes de tecidos e proprietários da Fábrica de Tecidos São João Evangelista*, mantinha um passivo de 512:476\$400 envolvendo um total de 62 credores distribuídos entre cidades como Rio, São Paulo, Cataguases, Paraíba do Sul, além de Juiz de Fora e outras. A distribuição geográfica destes débitos deixa clara a importância de centros como Rio e São Paulo na rede de crédito em referência.

Tabela 62
Origem do Crédito Comercial da Firma Oscar Rodrigues e Irmão –
Fábrica de Tecidos São João Evangelista - 1922

Relação de Obrigações a Pagar por Oscar Rodrigues e Irmão em 30 de abril de 1922		
Cidade	Valor	% do total
Juiz de Fora	192:429\$600	37,54
Cataguases	28:829\$000	5,62
Recreio	1:463\$000	0,28
Rio de Janeiro	94:963\$600	18,53
São Paulo	193:705\$500	37,79
Outras	1:085\$700	0,21
TOTAL	512:476\$500	99,97

Fonte: Falência – Processo ID 1842 65B24 - ano 1922 f. 07 AHUFJF

Se considerarmos os recursos originados no Rio e São Paulo de forma agregada, perceberemos que algo em torno de 288:669\$100 ou 56,32% do débito total tiveram como origem estas praças, enquanto aqueles recursos com origem local e regional (de Juiz de Fora, Cataguases e Recreio) somam 222:721\$600 ou 43,44% do total. Deve ser considerado também, no entanto, que se tomarmos os valores de forma não agregada, a participação de Juiz de Fora é quase igual àquela de São Paulo e bem superior à do Rio de

⁴⁹⁵ Falência – Processo ID 1842 65B24 – Cx. 1462 – ano 1922 – Arquivo Histórico da UFJF

Janeiro, o que não deixa de ter importância, se consideramos que traduzem relações entre indústrias e casas comerciais exclusivamente no espaço local e regional.

O mesmo, basicamente, pode ser dito da firma de Álvaro Izento⁴⁹⁶, designado como *industrial, estabelecido com fábrica de tecidos de malha*, cujos débitos se acham discriminados abaixo (tabela 63).

Tabela 63
Origem do Crédito Comercial da Firma Álvaro Izento – Fábrica de Tecidos de Malha -1929

Quadro Geral dos Credores Admitidos à falência de Álvaro Izento – 12 de novembro de 1929		
Cidade	Valor	% do total
Juiz de Fora	33:973\$350	12,77
Rio de Janeiro	209:486\$230	78,77
São Paulo	22:481\$600	8,45
TOTAL	265:941\$180	99,99

Fonte: Falência – Processo ID 1795 – ano 1929 – Arquivo Histórico da UFJF – f. 33

Mas o predomínio do crédito comercial de origem externa não parece ter sido tão marcante como aparenta a primeira vista, pelo menos no que se refere ao universo dos dados em questão. Talvez pelo tamanho das empresas, no cômputo geral o volume de operações entre unidades de Juiz de Fora e região é mais importante do que pode parecer. Podemos analisar alguns casos específicos e tomá-los como exemplo da importância que assumiram estas operações. Assim, Judith Fernandes de Carvalho⁴⁹⁷, também proprietária de uma fábrica de tecidos de malha, possuía um passivo de 135:828\$590, assim distribuídos:

Tabela 64
Origem do Crédito Comercial de Judith Fernandes de Carvalho
Fábrica de Tecidos de Malha - 1929

Cidade	Valor	% do total
Juiz de Fora	97:021\$930	71,42
Rio de Janeiro	16:831\$600	12,39
São Paulo	21:975\$060	16,17
TOTAL	135:828\$590	99,98

Fonte: Falência – Processo ID 1809 – Cx. 1439 – ano 1929 – f. 10

⁴⁹⁶ Falência – Processo ID 1795 – Cx. 1431 – ano 1929 – Arquivo Histórico da UFJF

⁴⁹⁷ Falência – Processo ID 1809 – Cx. 1439 – ano 1929 – Arquivo Histórico da UFJF

Pode-se perceber, nesta firma, que nem a soma dos valores originados no Rio e São Paulo é suficiente para cobrir os créditos de origem na cidade. Também é este o caso com a Fábrica de Tecidos de Malha São Pedro⁴⁹⁸. Seus débitos totais assumiam o montante de 314:421\$084, dos quais 181:764\$898 (57,80%) originados em Juiz de Fora; a segunda praça a ter destaque no montante total dos débitos é o Rio de Janeiro (126:987\$406 ou 40,38%) seguido de Valença (4:000\$ ou 1,27%), São Paulo (com apenas 903\$200 ou 0,28%), Salvador (559\$300) e Recife (206\$300).

Também há casos fora do setor têxtil em que se mantém este padrão. Borges de Mattos e Cia.⁴⁹⁹, firma com *indústria e comércio de tamancaria e chinelaria*, de um passivo de 36:682\$390, cerca de 78,97% (28:968\$890) são de Juiz de Fora e região e apenas 21,02% (7:713\$500) do Rio de Janeiro. A firma Jorge Miguel e Irmão, com balanço analisado acima, designada como *fábrica de massas alimentícias, bebidas e vassouras e o comércio das mesmas*⁵⁰⁰ também mantém uma parcela significativa de seu débito na cidade de Juiz de Fora. Do passivo total de 425:334\$950, cerca de 53,86% (229:113\$950) originaram-se no município; a participação do Rio é de 22,50% (95:704\$600), enquanto a de São Paulo é de apenas 10,28% (43:740\$600), entre outras cidades, como Vespasiano e Pedro Leopoldo, ambas em Minas Gerais, que somam 56:775\$800 (13,34%).

Há outros exemplos, mas julgamos estes suficientes para constatarmos que, *mesmo com a possibilidade de os créditos de origem externa terem predominado em alguns casos, uma boa parte da origem dos recursos de curto prazo a financiar a indústria local ocorreu no circuito comercial de Juiz de Fora e região*. A dimensão das empresas, a interferência das relações pessoais, a diversificação do parque industrial local e regional, além da assimetria de informações entre as praças, podem ser considerados como elementos importantes a explicar esta situação. Como já foi observado, num universo social e econômico onde o nome, a pontualidade no pagamento das obrigações, ou a tradição da firma na praça eram fundamentais na concessão de financiamento, as relações de crédito tendem a se reduzir entre agentes com conhecimento pessoal recíproco, fundamentado em laços como os de parentesco e amizade e, assim, o universo local e regional tende a delinear o espaço fundamental onde elas vão ocorrer, sendo este um dos traços mais característicos

⁴⁹⁸ Falência – Processo ID 1803 – Cx. 1451 – ano 1926 – Arquivo Histórico da UFJF

⁴⁹⁹ Falência – Processo ID 1804 – Cx. 1452 – ano 1927 – Arquivo Histórico da UFJF

⁵⁰⁰ Falência – Processo ID 1896 – Cx. 1436 – ano 1931 – Arquivo Histórico da UFJF

dos mercados financeiros aqui em consideração⁵⁰¹. Quando uma letra poderia ser emitida e pagável em um mesmo lugar, por exemplo, a prática do endosso era muito mais simplificada, já que a letra circularia numa área local onde todos os endossantes se conheciam⁵⁰².

O que não deixa de ser surpreendente, principalmente se consideramos o quadro traçado pela historiografia, é encontrar tamanho volume de indústrias com a maior parte de seu financiamento de curto prazo sendo realizado principalmente com empresas locais. Se considerarmos a importância deste crédito como ativo (como débitos a receber) conjuntamente com a presença predominante de várias empresas de Juiz de Fora e região a se financiarem reciprocamente, poderemos, novamente, afirmar que talvez haja certo exagero na historiografia quando dá tanta ênfase à dependência de Juiz de Fora em relação aos mercados do Rio e São Paulo como provedores de insumos e bens de capital⁵⁰³.

É claro que o não desenvolvimento de um setor desta natureza com capacidade suficiente de satisfazer a demanda local *delineia um traço de “dependência” que assumimos aqui quase como um pressuposto do trabalho*; no entanto, *um mínimo de reflexão sobre estas afirmações traz questões que ainda estão longe de ser resolvidas*: por exemplo, os gastos de indústrias locais com aquelas do Rio e São Paulo estão visivelmente vinculados a dispêndios de investimentos e, na suposição que a operação represente ampliação da produção e/ou melhoria na sua organização, com os conseqüentes aumentos dos lucros, é presumível que o investimento não só cubra seus gastos iniciais como também internalize os maiores fluxos de recursos dele decorrentes. Deve ser lembrado, além de tudo, que ao menos *uma parcela destes lucros pode ter sido realizada nos próprios mercados do Rio e São Paulo, principalmente se considerarmos sua importância como mercados de consumo para várias indústrias do município*. Assim, se num primeiro momento há transferência de recursos da economia local para aqueles centros, como pagamento de maquinário, insumos etc. (acrescido ou não de juros), num segundo momento a tendência é de reversão destes fluxos, tanto quanto estes mesmos centros se colocaram como espaços de demanda da produção industrial local.

⁵⁰¹ LAMOREAUX, N. (1986). Op. cit.

⁵⁰² NEAL, L. (1997). “*The Finance of Business during Industrial Revolution.*” Op. cit. p. 162 ss.

⁵⁰³ GIROLETTI, D. (1980). **A Industrialização de Juiz de Fora**. Op. cit. PAULA, M.C. (1976). **As Vicissitudes da Industrialização Periférica: o caso de Juiz de Fora –1930/1970**. Op. cit.

Mas é quanto à participação dos bancos nestes fluxos de financiamento de curto prazo, o segundo aspecto a ser considerado na análise, que veremos que, em última instância, mesmo a concessão externa de crédito comercial acabou por ser em grande parte internalizada. As *demonstrações de crédito dos processos de falência* invariavelmente trazem as operações bancárias realizadas com este ou aquele título, o que nos permite vislumbrar qual e como teria sido a interferência do aparelhamento bancário no processo. Para isso vamos reproduzir algumas *declarações de crédito*, em um universo relativamente variado no que diz respeito ao tamanho, período, setores e vínculos maiores ou menores com outras praças ou com o mercado regional e local, mas que, de qualquer forma, deixam evidente a relação entre o financiamento industrial e o sistema bancário existente no município no período aqui em questão.

Neste sentido, pelos dados que pudemos dispor, salta aos olhos o fato de que *boa parte das operações de crédito comercial entre praças distintas ou da mesma praça ser objeto de descontos bancários em um volume significativo*. Já vimos a importância destas operações para firmas com base de financiamento em recursos internos, já que ela libera recursos de outra forma represados em títulos com vencimentos futuros, recursos estes que serão utilizados no próprio movimento de giro da firma e/ou para eventuais gastos de investimento. Por outro lado, percebe-se que, na praça de Juiz de Fora, todos os bancos aí presentes participam regularmente das operações, tanto aqueles que tinham suas matrizes no município (Crédito Real e Dias Cardoso) quanto aqueles que aí mantinham agências (Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, Pelotense e Bank of London and South America).

Tabela 65
Declarações de Crédito da Faência de A. Costa – Indústria e Comércio de Tipografia e
Papéis Impressos - 1929

Praça	Nome	Título	Valor
RJ	Herm Stoltz e Cia.	1 duplicata, paga pelo The National City Bank of New York, do RJ, e pelo Banco Pelotense, de JF	609\$500
SP	C. Fuerst e Cia. Ltda.	6 duplicatas, 5 pagas pelo Banco Brasileiro Alemão, de SP e pelo Banco Pelotense de JF; 1 paga pelo Banco Alemão Transatlântico, de SP e pelo Banco Pelotense, de JF	3:056\$908
RJ	Alexandre Ribeiro e Cia.	3 notas promissórias, pagas pelo Banco do Brasil, do RJ, e pelo Banco do Brasil, de JF	825\$900
JF	Hartman e Cia.	1 duplicata (não paga)	340\$400
RJ	Silva Ferreira e Rocha	2 duplicatas, pagas pelo Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais, do RJ, e pelo Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais, de JF	834\$500
SP	Oscar Flues e Cia.	2 duplicatas, 1 paga pelo banco Alemão Transatlântico, de SP, e pelo banco Pelotense, de JF e outra pelo banco Brasileiro Alemão de SP e pelo Banco Pelotense, de JF	2:184\$600
JF	Edgard Victor Foureaux e F. Lobo Sobrinho	2 notas promissórias, 1 paga pelo banco de Crédito Real de Minas Gerais, de JF, e outro pelos avalistas da massa falida	2:800\$000
SP	Cia. Melhoramentos de São Paulo	1 duplicata, paga pelo banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas, de SP e pelo Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas, de JF	867\$000
RJ	Max Krause e Cia. Ltda.	2 duplicatas, pagas pelo Banco Germânico da América do Sul, no RJ, e pelo Banco do Brasil, de JF	2:193\$000
JF	Edgard Victor Foureaux	1 vale, de Arequinto Costa, e 1 nota promissória paga pelo Banco do Brasil, de JF	1:900\$000
RJ	Heitor Ribeiro e Cia.	1 duplicata paga pelo Banco Mercantil, do RJ, e pelo Banco de Crédito Real de Minas Gerais, de JF	931\$300
RJ	Oswaldo Martins Ferreira	19 notas promissórias (não pagas)	19:202\$000
JF	Alvaro Braga de Araújo	1 nota promissória (não paga)	1:989\$000
RJ	Moreira Macedo e Cia.	3 letras de câmbio, pagas pelo Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, do RJ, e pelo banco Pelotense, de JF; ainda pela seção bancária da Cia. Dias Cardoso, em JF	1:383\$200
JF	Abril de Araújo Esteves	1 nota promissória, resgatada por Arequinto Costa e recibo a pagar	3:050\$000
JF	João Nunes Lima	1 nota promissória (não paga)	900\$000
RJ	Bromberg e Cia.	3 duplicatas, 2 pagas pelo banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais, no RJ, e pelo Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas, de JF. A outra não foi paga	548\$100
RJ	Ch. Lorilleux e Cia.	2 duplicatas, pagas pelo Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais, no RJ, e pelo Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais de JF	385\$050
JF	F. Lobo Sobrinho	3 notas promissórias, 2 pagas pelos avalistas da massa e 2 sem pagar	
JF	Albertino Marcellos Ribeiro	2 notas promissórias sem pagar	4:000\$000
JF	Barbosa, Ribeiro e Cia.	1 duplicata sem pagar	1:132\$800
JF	Mário Nogueira da Gama	Os títulos estão nos autos da ação executiva	12:058\$000
SP	Godinho, Braune e Cia.	1 duplicata no valor de 1:233\$000, uma parte foi paga pelo Banco do Brasil, de SP, e outra pelo banco do Brasil de JF. Ficou um saldo de 616\$500 não pago	616\$500
JF	Sebastião Jordão	1 nota com o total do ordenado a receber	768\$000
JF	Dionísio de Aquino	1 nota com o total do ordenado a receber	700\$000

Fonte: Faência – Processo ID 1832 – ano 1926

Tabela 66
Declarações de Crédito da Falência de Álvaro Izento - 1929

Praça	Nome	Título	Valor
JF	Estado de Minas Gerais	Imposto de indústria e profissão	202\$600
JF	Cia. Fiação de Algodão	Custas de ação executiva; 3 duplicatas, 1 paga pelo Bank of London & South América e 2 pelo Banco de Crédito Real, ambos de JF	159\$000 5:325\$000
SP	Glanstoff do Brasil Ltda.	1 duplicata paga pelo Banco Alemão Transatlântico, de SP	4:407\$600
SP	G. Tallia e Cia. (tinturaria, mercerização e alvejamento – fiação de lã)	1 duplicata paga pelo The Royal bank of Canadá de SP e pelo Banco de Crédito Real de Minas Gerais, de JF	1:521\$500
SP	Cia. Fiação e Tecelagem de Pirassununga	4 duplicatas pagas pelo Banco de São Paulo, SP, e pelo Banco Pelotense, em JF	12:387\$800
RJ	Aliança Comercial de Anilinas Ltda.	1 duplicata paga pelo Banco Brasileiro Alemão, do RJ e pelo Bank of London, de JF	293\$500
JF	Manoel Jorge Fernandes	Aluguéis vencidos	3:480\$000
RJ	Maurílio de Araújo e Cia. (importador de anilinas, produtos químicos etc.)	1 duplicata	382\$000
JF	Berzocchini e Cia. (fábrica de caixas de papelão e tipografia)	4 duplicatas, 1 paga pelo banco Pelotense e 1 paga pelo Bank of London, ambos de JF	
RJ	John Jurgens e Cia.	1 duplicata paga pelo The National City Bank of New York, no RJ, e pelo Banco Pelotense, em JF	607\$500
SP	Cotonificio Adelina SA	1 nota promissória, paga pela Banca Francesa e Italiana Per América Del Sul, de SP, e pelo Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas, de JF	1:414\$700
SP	Antônio J. Cunha (fábrica de meias)	2 duplicatas, pagas pelo Banco Germânico da América do Sul, SP, e pelo Banco Pelotense, JF	2:750\$000
JF	Luiz Rocha e Cia.	4 duplicatas, 1 paga pelo Banco Pelotense, em JF, 2 pagas pelo Bank of London and South América Ltda., de JF	3:875\$000
RJ	Comptoir Technique Brésilien	25 duplicatas, 1 paga pelo Banco Pelotense, JF	169:670\$960
RJ	Têxtil SA	21 duplicatas, 1 paga pelo Bank of London, no RJ, e pelo Bank of London em JF, 1 paga pelo Bank of London, no RJ, e pelo Banco Pelotense, em JF	77:862\$370

Fonte: ver Tabela 63

Tabela 67
Declarações de Crédito da Falência da Companhia Mercantil de Juiz de Fora S.A. - 1931

Praça	Nome	Título	Valor
JF	Abraão Moysés e Irmão (malharia)	2 duplicatas, uma paga pelo Banco do Brasil, de JF, e outra pelo Banco de Crédito Real de Minas Gerais, de JF	5:000\$000
RJ	Bally do Brasil	1 duplicata paga pelo Banque Italo-Belgique, do RJ e pelo Banco do Brasil, de JF	1:473\$900
Itajubá	Edílio Alves	Dividendo favorável junto a Cia. Mercantil de JF	70\$000
JF	Irmãos Surerus	1 duplicata paga pelo Bank of London, de JF	8:250\$000
RJ	C.F. Queiroz e Cia. (comércio de papéis por atacado)	2 duplicatas, uma paga pelo Banco do Comércio e da Indústria de Minas Gerais, do RJ e uma pelo Banco do Brasil do RJ e de JF	1:110\$549
RJ	J.G. Pereira e Cia.	1 duplicata, uma paga pelo Banco Noroeste do Estado de São Paulo, no RJ e pelo Bank of London, de JF	1:100\$000
JF	Severino Costa e Irmão	Dividendo favorável junto à Cia. Mercantil de JF	148\$825
JF	Malharia Sedan S.A.	2 duplicatas, uma paga pelo Banco Pelotense de JF e outra pelo Banco de Minas, de JF	3:134\$600
RJ	Carlos Ferreira e Cia. (comissões, consignações e conta própria)	Uma duplicata, paga pelo Banco Boavista, do RJ e pelo Banco do Brasil, de JF	3:134\$600
JF	S.A. Oscar Meurer	6 notas promissórias, pagas pelo Bank of London, de JF	12:797\$520
JF	Carlos Hugo Becker	1 duplicata, paga pelo Banco Pelotense, de JF	521\$500
JF	Ferreira e Machado (malharia de meias)	1 saldo em conta corrente, 1 vale e 2 promissórias, sendo uma paga pelo Banco de Crédito Real, de JF	2:196\$100
SP	A. Behmer e Filhos (produtos químicos)	1 duplicata paga pelo Banco Alemão Transatlântico, de SP e pelo Banco Pelotense, de JF	1:008\$000
JF	João Alves (fábrica de chinelos de couro e tamancos)	2 duplicatas	1:140\$000
JF	Segen Gabriel e Irmão	8 duplicatas, quatro pagas pelo Bank of London, de JF e uma nota promissória	26:796\$000
RJ	Alberto Gomes e Cia.	1 duplicata paga pelo Banco do Brasil, do RJ e de JF	
JF	Pedro Gonçalves de Oliveira (gu arda-livros)	Pagamento por serviços profissionais (800\$000); 2 duplicatas cujo crédito de Rodolfo Freez (Malharia São José) lhes foram transferidas; uma está paga pelo Banco de Crédito Real, de JF	1:520\$000
JF	Francisco Merhy (fornecimento de meias)	1 duplicata	515\$000
JF	Henrique Surerus S.A. (serraria e carpintaria, fábrica de tecidos de malha)	1 letra de câmbio ao Banco do Brasil; 4 duplicatas	6:288\$500
SP	Companhia Melhoramentos de São Paulo	3 duplicatas, uma paga pelo Banco Brasileiro Alemão, de SP e pelo Banco de Crédito Real, de JF	1:749\$500
SP	Pirelli S.A. (Cia. Nacional de Condutores Elétricos)	3 duplicatas, pagas pelo Banco Alemão Transatlântico, de SP e pelo Banco Pelotense, de JF	10:885\$464
JF	Braga e Cia. (fábrica de meias)	6 duplicatas	6:912\$000
JF	Cia. Fiação e Tecelagem São Vicente	1 duplicata	1:306\$000

Tabela 67
Declarações de Crédito da Falência da Companhia Mercantil de Juiz de Fora - S.A.
1931 - (cont.)

Praça	Nome	Título	Valor
Rio Novo	Said Calil (fábrica de chinelos)	2 duplicatas, uma paga pelo Banco Pelotense, de Rio Novo	3:753\$000
JF	Luiz Pansini	2 duplicatas	5:530\$000
JF	Banco Pelotense	Saldo em conta corrente	2:583\$640
JF	Salim Calil Stefen (fábrica de meias)	1 duplicata paga pelo Banco de Crédito Real, de JF	800\$000
JF	José Marques de Almeida (proprietário)	4 duplicatas	17:342\$400
JF	Antônio M. de Souza	Saldo em conta corrente	9:361\$803
JF	Souza Germano (perfumaria)	1 duplicata	963\$900
JF	Bechara Calil Stefen	2 duplicatas pagas pelo Bank of London, de JF	
SP	Cia. Paulista de Papéis e Artes Gráficas	5 duplicatas pagas pelo Bank of New York, de SP e pelo Banco de Crédito Real, de JF, conforme saldo em conta corrente	4:124\$200
JF	Fiscal de rendas	Imposto de indústria e profissões	790\$000
JF	Antônio Luiz de Barros	1 duplicata	564\$000
JF	D. Amélia da Silva Alves	Proveniente de dívidas vencidas em ações	1:065\$000

Fonte: Falência – Id. 1927 – Cx. 1446 – ano 1931

Tabela 68
Declarações de Crédito de Amaro Albuquerque – Industrial – Caixas de Papelão - 1927

Praça	Nome	Título	Valor
RJ	Comptoir Technique Bresilien	80 duplicatas, duas pagas pelo Banco Pelotense, de JF	530:143\$716
RJ	Têxtil S.A.	53 duplicatas, uma paga pelo Bank of London, no RJ e pelo Banco Pelotense, em JF. Uma paga pelo Bank of London, no RJ e pelo Bank of London, de JF. Uma paga pelo Banco Germânico da América do Sul, do RJ e pelo Banco do Brasil, de JF. Uma paga pelo Bank of London, no RJ e pelo Bank of London, de JF	406:050\$178
Itajubá	J. Braz e Cia. Ltda.	2 notas promissórias	1:000\$000
JF	Stadler e Cia.	1 duplicata e uma nota com saldo em conta corrente	601\$000
Mogy das Cruzes	Sociedade Industrial Mogy Ltda. (fábrica de cola e adubo)	1 duplicata	230\$700
RJ	International Machinery Co.	1 duplicata paga pelo Banco Pelotense, de JF	120\$000
RJ	Alfredo Altermann e Cia.	4 duplicatas, 2 pagas pelo Banco de Brasil, do RJ e pelo Banco do Brasil, de JF; 2 pagas pela seção bancária da Cia. Dias Cardoso, de JF	2:660\$800
RJ	H. Rosa e Filhos	1 duplicata, paga pelo Banco do Brasil, no RJ e pelo Banco do Brasil, de JF	4:525\$400
RJ	S.A. Longorica (?)	1 duplicata paga pelo Banco Alemão Transatlântico, do RJ e pelo Banco Pelotense, de JF	439\$300
JF	Cia. Dias Cardoso	Saldo em conta corrente	196\$100
JF	A. J. Guedes	2 notas promissórias	1:053\$600
SP	Ribeiro, Parada e Cia.	5 duplicatas, quatro pagas pelo The Royal Bank of Canada, de SP e pelo Banco de Crédito Real, de JF	
JF	Luiz Rocha e Cia.	2 duplicatas	503\$100
JF	M. Gonçalves e Cia.	Não declarado	-----
JF	Fausto Machado	1 nota fiscal	250\$000
JF	Irmão Surerus (industriais)	1 duplicata	13:521\$600
JF	Adalberto Trindade (comerciante)	1 duplicata	2:889\$000
JF	Massa falida de Manoel Correia	Saldo em conta corrente	54:100\$900
JF	Pedro Machado da Rocha (mecânico)	-----	3:000\$000
JF	Brasilina Silva (operária)	-----	259\$400
JF	Câmara Municipal de Juiz de Fora	Imposto de indústria e profissões	342\$600

Fonte: Inventário Id. 1800 – Cx. 1461 – ano 1927

Tabela 69
Declarações de Crédito de S.O. Cherem – Indústria de Tecidos de Malha - 1928

Praça	Nome	Título	Valor
JF	2ª Coletoria Municipal	Imposto de indústria e profissões	134\$640
JF	Alfredo M. de Oliveira	Nota por serviços pessoais prestados	250\$000
RJ	A Têxtil S.A.	3 duplicatas pagas pelo Bank of London, do RJ e pelo Bank of London, de JF	19:000\$600
RJ	F. de Siqueira e Cia. Ltda. (comércio de importação e exportação de fios)	2 duplicatas, 2 pagas pelo Banco Alemão Transatlântico, do RJ e pelo Banco Pelotense de JF	4:580\$800
JF	Luiz Rocha e Cia.	6 duplicatas, 2 pagas pelo Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, do RJ e 4 pelo Banco Pelotense	4:067\$100
RJ	E. Vella	2 duplicatas pagas pelo Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, do RJ e pelo Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, de JF	2:136\$100
JF	Gerheim Irmãos (industriais)	2 duplicatas, paga uma pelo Banco do Brasil e outra pelo Banco Pelotense, ambos em JF	2:136\$500
SP	Altieri e Irmãos	1 duplicata paga pelo The Royal Bank of Canada, de SP e pelo Bank of London, de JF	1:929\$100
JF	Adalberto Trindade	1 duplicata paga pelo Banco Pelotense, do RJ e pelo Banco Pelotense, de JF	868\$400
Pará de Minas	Cia. Melhoramentos Pará de Minas	1 duplicata paga pelo Banco Pelotense, de Belo Horizonte e pelo Banco Pelotense, de Juiz de Fora	814\$000
JF	Ovídio Evangelista de Paula	2 notas promissórias	1:500\$000

Fonte: Falência – Id. 1798 – Cx. 1437 – ano 1928

No entanto, talvez o aspecto mais significativo demonstrado nas tabelas seja as operações que ocorriam entre bancos e agências de distintas praças. Nelas podemos perceber, também nitidamente, através da forma como estavam sendo liquidados os títulos, que as *operações de redesconto* eram *relativamente* comuns, principalmente quando se tratava de bancos com agências nas praças em que ocorriam as liquidações.

A presença e importância das operações de redesconto já têm sido reveladas por uma historiografia mais recente sobre os bancos e o sistema financeiro no Brasil⁵⁰⁴. Por um lado, estas operações permitiam aos bancos um ajuste de suas carteiras em bases regionais,

⁵⁰⁴ TRINER, G. (1996). Op. cit. p. 106 ss.; “a entrada da década de 1920 trazia consigo, novamente, as dificuldades financeiras geradas pela oscilação acentuada, pela superabundância e falta de numerário no complexo bancário regional. Uma estabilização maior foi obtida com a criação, em anexo ao Banco do Brasil, da carteira de redescontos, a qual serviria de garantia aos bancos, permitindo-lhes colocar em circulação quantias que de outra forma teriam de reter em caixa.” LAGEMANN, E. (1985). **O Banco Pelotense e o Sistema Financeiro Regional**. Op. cit. p. 35

sendo os títulos de fora da praça de um banco trocados por aqueles de sua própria praça⁵⁰⁵, o que lhes fornecia, por outro lado, maior capacidade de monitoramento do devedor, diminuição dos custos e riscos da operação, além de despesas muito menores numa possível cobrança judicial. Além disso, com o redesconto, os bancos poderiam diminuir um eventual excesso de títulos em carteira, fornecendo-lhes liquidez e liberação de recursos para novas aplicações e, dessa maneira, melhorando o nível da própria liquidez e crédito de toda economia.

“Os bancos de modestos capitais e fracos depósitos, para obterem fundos disponíveis a fim de aplicá-los prudentemente em negócios correntes, valem-se do redesconto, que é o desconto passivo. Na operação ativa, adquirem títulos dos clientes mediante o desconto; na passiva, redescontam os mesmos títulos em outros bancos de igual ou maior capacidade monetária. Deste modo, entram na posse de somas antecipadas e ganham a diferença entre os dois juros.

O redesconto de títulos proporciona, portanto, aos bancos que nele operam o meio de renovar incessantemente a disponibilidade absorvida pelos descontos, mobilizando o direito de crédito.

(...) O redesconto faz-se a uma taxa menor que a do desconto, não somente porque o banco descontador supõe-se ter bastos recursos, como porque, a responsabilidade que assume o banco descontário por meio do endosso, é uma garantia a mais que adquire o título.

(...) Algumas vezes, os bancos visam com o redesconto reduzir somente as despesas de cobrança das letras de câmbio ou notas promissórias fora da praça (...).”⁵⁰⁶

Importa a esta análise, contudo, ressaltar que títulos de débito da cidade e região, quando financiados por operações e agentes externos ao espaço regional, estavam em

⁵⁰⁵ “...os bancos redescotavam notas entre eles mesmos sobre bases regionais de forma a ajustar seus portfolios antes do estabelecimento da Carteira de Redescoto. O Banco de Crédito de Minas Gerais comprava notas de pequenos bancos no estado de Minas Gerais (...). As mesmas práticas provavelmente ocorreram no Rio Grande do Sul e São Paulo. O Banco do Brasil também continuou a comprar notas de bancos regionais após a Carteira de Redescoto ter sido fechada.” TRINER, G. (1996). Op. cit. p. 107

⁵⁰⁶ CARVALHO DE MENDONÇA, J.X. (1952). **Tratado de Direito Comercial Brasileiro**. 4 ed., Livraria Freitas Bastos, Rio de Janeiro, vol. 6, 3ª parte, pp. 162-163; ver também CARVALHO, C. (1920). **Estudos de Contabilidade**. 5 ed., Empresa Editora Brasileira, São Paulo, vol. 4 pp. 895-896

grande medida retornando ao seu espaço de origem através das operações de redesconto bancário. Desta forma, ao representar a concessão final de crédito e de liquidez para estes devedores, o sistema bancário local vinha assumindo ao menos uma parte deste financiamento, *internalizando, assim, o fluxo de crédito de curto prazo para as indústrias locais mesmo quando sua origem era externa*. A ausência de um “emprestador de última instância” (oficial) só indica que as operações eram feitas com recursos próprios dos bancos, enfatizando a importância da captação local, como de resto para todo o sistema, dos recursos mobilizados nestas operações. Por outro lado, sabe-se que as agências bancárias deste período perseguiram uma nítida estratégia de captação e manutenção de saldos monetários, a serem transferidos para suas matrizes ou para outras agências onde eventualmente suas aplicações seriam mais lucrativas e/ou envolviam menores riscos, em detrimento da região de origem dos recursos, o que foi o caso de Juiz de Fora, pelo menos no que se refere ao Banco Pelotense⁵⁰⁷.

Evidencia-se, por tudo isso, um dos traços mais importantes da participação dos bancos no processo de financiamento industrial de curto prazo. Na contabilidade das empresas, pelo lado do *ativo*, a presença de contas e títulos a receber se torna um de seus principais componentes, revelando a concessão de crédito comercial por parte das fábricas locais cuja liquidez foi garantida com certa regularidade pelo sistema bancário local a partir do desconto de títulos representativos de débito cujos portadores eram as próprias unidades fabris do município, não importando se o débito tinha origem local ou “externa” ao espaço regional. Já pelo lado do *passivo*, quando as unidades industriais do município se constituíam como devedores e, portanto, com operações sendo financiadas por outros agentes, se o crédito se originasse localmente, o próprio sistema bancário local descontava as obrigações, sendo o circuito encerrado no próprio espaço local. No caso de uma origem “externa” do crédito, a estrutura bancária da praça do detentor do título, no caso da efetivação do desconto, era a provedora inicial da liquidez da operação, financiando a unidade fabril da mesma praça; no entanto, no universo interbancário, com a operação de redesconto, a tendência era dos próprios bancos e agências locais assumirem o financiamento final da operação com a aquisição dos títulos representativos de dívidas

⁵⁰⁷ LAGEMANN, E. (1985). Op. cit. p. 106 tabela 17, onde a agência de Juiz de Fora apresenta um “déficit” de aplicações de 55% em relação aos depósitos.

vinculadas às unidades fabris do município e região, constituindo-se, portanto, pelo menos *indiretamente*, como os provedores finais da liquidez e financiamento destas operações. *Estamos, assim, diante de mais uma assimetria de fluxos inter-regionais de recursos que pelo próprio contraste que representa ressalta a importância do circuito de crédito do espaço local e regional da zona da Mata.*

Também no que diz respeito ao *financiamento direto* dos bancos em relação à indústria podemos aqui fazer algumas referências. A presença de contas correntes e obrigações de indústrias em débito com os bancos representa também a possibilidade de crédito de curto prazo que, como no caso dos descontos, são importantes para o financiamento do movimento de giro das unidades industriais por liberar recursos que eventualmente podem ser aplicados na expansão da produção e investimentos de uma forma geral. Neste caso, no entanto, o circuito do crédito é de origem exclusivamente local, tendo em vista que são os depósitos captados pelos bancos no âmbito da cidade e região os recursos fundamentais que serão aplicados nestas operações. Apenas para demonstrar a existência e certa amplitude destas relações entre bancos e indústria, sem querer esgotar aqui a análise destas relações, elaboramos a tabela 70, onde estão sintetizadas informações como o ano, nome da indústria, a natureza das operações e o nome do próprio banco, utilizando como fontes exclusivamente os inventários e os documentos de falência.

Por estes dados percebemos que a possibilidade de financiamento direto dos bancos (ou seja sem a interferência de títulos de terceiros) também assumiu proporções que podem ter sido significativas, principalmente em se tratando de firmas industriais que muitas vezes podem ser consideradas pequenas.

Tabela 70
Relação entre Bancos e Algumas Indústrias em Juiz de Fora – Períodos Seleccionados

Ano	Indústria	Operação	Banco
1891	Bernardo José de Castro	Letra	Banco Territorial e Mercantil
1891	Cia. Chímico Industrial Mineira	Conta Corrente	Banco de Crédito Real
1899	C. T. Bernardo Mascarenhas	Conta Corrente	Banco de Crédito Real
1899	Cia. Construtora Mineira	Conta Corrente	Banco de Crédito Real
1900	Corrêa e Corrêa	Letras	Banco de Crédito Real
1901	Bernardino Gomes de Figueiredo (Fábrica de Cerveja)	Letra	Banco de Crédito Real
1906	José Eloy Araújo (Fábrica de Sabão)	Conta Corrente	Banco de Crédito Real
1912	Pedro Antônio Freez	Conta Corrente	Banco de Crédito Real
1915	Antônio Meurer	Nota promissória	Banco de Crédito Real
1916	Costa e Irmão	Conta corrente	Banco de Crédito Real
1916	C.T. Bernardo Mascarenhas	Conta corrente	Banco de Crédito Real
1916	Cia. Fabril de Juiz de Fora	Conta Corrente	Banco de Crédito Real
1916	Cia. F. T. Moraes Sarmento	Hipoteca	Banco de Crédito Real
1918	Fábrica Stiebler	Conta corrente (saldo em bancos)	Banco de Crédito Real e outros (?)
1919	Viúva Tortoriello e Irmão	Conta corrente Conta Corrente	Cia. Dias Cardoso Banco de Crédito Real
1920	Jorge, Irmão e Couri	Conta corrente	Banco do Brasil
1920	Estamparia Universal	Conta corrente	Banco de Crédito Real
1920	Renato Dias e Cia.	Conta Corrente Conta corrente Conta corrente Conta corrente	Cia. Dias Cardoso Banco de Crédito Real Banco Hipotecário e Agrícola de MG Banco do Brasil
1921	Francisco Nataroberto	Nota promissória Nota promissória	Banco Pelotense Banco do Brasil
1922	Oscar Rodrigues e Irmão	Conta corrente e Obrigações Obrigações	Banco de Crédito Real Banco Pelotense
1926	Indústrias de Malha São Pedro	Promissórias Promissórias Conta corrente Promissórias Conta Corrente	Banco Hipotecário e Agrícola Banco do Brasil Cia. Dias Cardoso Banco Pelotense Banco Pelotense
1927	Borges de Mattos e Cia.	Conta corrente	Banco de Crédito Real
1929	Álvaro Izento	Conta Corrente	Banco Pelotense
1931	Jorge Miguel e Irmão	Conta corrente Conta corrente	Banco Pelotense Bank of London
1931	Cia. Mercantil de Juiz de Fora	Conta corrente Conta corrente Conta corrente	Bank of London Banco Hipotecário e Agrícola de MG Banco pelotense

Fontes: Inventários e Falências – Vários anos.

Mas há um componente desta forma específica de financiamento industrial que deve ser destacada neste momento da análise. *Os empréstimos diretos do setor bancário para as indústrias, tanto pela forma de notas promissórias, como na de contas correntes ou obrigações, podem ter seus pagamentos postergados*⁵⁰⁸, transformando assim o que era inicialmente um crédito de curto prazo em crédito de médio e, mesmo, longo prazo, com evidente importância para indústrias que pretendem realizar projetos de investimentos e que não dispõem de instrumentos de captação de recursos diretos no mercado de capitais, como era o caso das sociedades anônimas.

Além do mais, na medida em que os recursos para o financiamento estejam sendo obtidos no espaço local e regional, através da rede bancária, temos outra evidência da internalização dos fluxos de crédito destinados à expansão industrial no mercado financeiro que paulatinamente vai se estruturando nesta análise. Neste sentido, é importante verificarmos os dados da tabela 71, computados *aleatoriamente* a partir das Atas das Reuniões da Diretoria do Banco de Crédito Real⁵⁰⁹ e onde estão presentes empresas comerciais e industriais não apenas de Juiz de Fora e região, mas para todas as partes do estado onde o Banco mantinha agências. Por estes dados, que complementam a idéia da extensão das articulações do setor bancário com o setor industrial no período, podemos perceber dentro das atividades normais do Banco inúmeras operações que indicam a presença de reforma e renovações de títulos (inclusive a concessão de contas correntes garantidas e a descoberto), com seu conseqüente impacto e dinamização da economia e do processo de industrialização local e de outras regiões.

⁵⁰⁸ Ver, entre outros, COTTRELL, P. (1993). **Industrial Finance, 1830-1914**. Op. cit. p. 228; KILBOURNE, H. (1995). **Debt, Investment, Slaves: credit relations in east Feliciana parish, 1825-1885**. Op. cit. p.68-71; COLLINS, M. (1991). **Banks and Industrial Finance in Britain, 1800-1939**. Op. cit. p. 21; "(...) Em geral, pode-se distinguir três tipos de empréstimos de longo prazo por parte dos bancos. O mais comum é o empréstimo de longo prazo puro e simples, garantido mediante hipotecas ou outros ativos (...). A segunda categoria consiste naqueles empréstimos que eram de curto prazo quanto a sua forma, mas que por um acordo prévio entre o banqueiro e o devedor, podiam ser renovados periodicamente, na medida em que o último necessitasse de recursos e o primeiro não. Aparentemente, esta era a forma mais comum de empréstimos de longo prazo. (...) A terceira categoria de empréstimos de longo prazo era do tipo "involuntário": um empréstimo de curto prazo em que o devedor não podia pagar na data do vencimento e, desta forma, tinha que ser prolongado. (...)." CAMERON, R. (1974). **La Banca en las Primeras Fases de la Industrialización**. Op. cit. p. 71-72.

⁵⁰⁹ BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS. **Livros de Atas de Reuniões da Diretoria**. Manuscrito, 2 vol. Juiz de Fora, Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

Tabela 71
Renovações e Outras Operações do Banco de Crédito Real de Minas Gerais
(períodos selecionados)

Data	Empresa	Operação	Observações
29/04/1915	<i>Cia. Industrial e Agrícola Rio das Velhas e Cia. Industrial Casa Vivaldi</i>	Reforma de promissória	Valor: 350:000\$
20/02/1915	<i>J. Pinto Mascarenhas</i>	Transformação de débito em hipoteca	Fábrica de tecidos em Sete Lagoas
26/06/1915 10/07/1915	<i>Otto Pheiferr (?) e Cia. José Domingos Machado</i>	Reforma de títulos Crédito em conta corrente com garantia de hipoteca	Poços de Caldas Caução: imóveis, apólices e ações da Cia. Açucareira Vieira Martins Valor: 383:000\$
21/08/1915	<i>Cia. Fiação e Tecelagem Moraes Sarmiento</i>	Contrato de conta corrente garantida	Para a regularização de compromissos já existentes Juiz de Fora
16/10/1915	<i>Cia. F. T. Cataguases</i>	Elevação de empréstimo hipotecário	Elevação de 600:000\$ para 700:000\$
18/12/1915	<i>Cia. Industrial Rio das Velhas</i>	Concessão de crédito em conta corrente	Valor: 83:000\$ Penhor de certificados da E.F. Central do Brasil
26/12/1915	<i>Cia. Industrial Casa Vivaldi</i>	Reforma de promissória	
08/01/1916	<i>Ligaud e Luhman (?)</i>	Reforma de promissória	Belo Horizonte Valor: 50:000\$
08/04/1916	<i>Eduardo de Andrade</i>	Prorrogação de prazo	Juiz de Fora
27/05/1916	<i>Cia. Industrial Sul Mineira</i>	Reforma de promissória	Valor: 500:000\$
10/06/1916	<i>Cia. F.T. de Minas Gerais</i>	Empréstimo hipotecário	Valor: até 117:000\$ Belo Horizonte
17/06/1916	<i>Cooperativa Agrícola Pontenovense</i>	Redesconto de títulos	Para socorrer os pagamentos de sua prestação hipotecária neste banco
24/06/1916	<i>Otto Pheiferr (?) e Cia.</i>	Reforma de compromisso	Ouro Fino
08/07/1916	<i>Cia. Fiação e Tecelagem Santa Cruz</i> <i>Cia. Fabril de Juiz de Fora</i>	Empréstimo em conta corrente Empréstimo em conta corrente	Valor: até 10:000\$ Valor: até 50:000\$ Juiz de Fora
05/08/1916	<i>Cia. Renato Dias</i>	Novo desconto	Valor: 50:000\$ Juiz de Fora
12/08/1916	<i>Francisco Ignácio Monteiro de Andrade</i>	Transformação em notas promissórias de seu aval do débito hipotecário da Cia. F. T. Santa Cruz	Juiz de Fora
02/09/1916	<i>Cia. Fiação e Tecelagem Santa Cruz</i>	Elevação de crédito aberto em conta corrente	Para 20:000\$ Juiz de Fora
30/09/1916	<i>Cia. Açucareira Vieira Martins</i>	Novo empréstimo agrícola	Valor: 50:000\$ num prazo de 10 anos Ponte Nova
14/10/1916	<i>Cia. F.T. Moraes Sarmiento</i>	Empréstimos hipotecários e comerciais	
28/10/1916	<i>Cia. Agrícola Rio das Velhas</i> <i>Cia. Fiação Industrial Minas Gerais</i> <i>Cia. F.T. Moraes Sarmiento</i>	Reforma de promissória Novo desconto Empréstimo hipotecário	Valor: 60:000\$ Valor: 12:500\$ Valor: 165:000\$ (para liquidação de seus atuais compromissos)
16/12/1916	<i>Cooperativa Agrícola Pontenovense</i>	Redescontos	Valor: até 20:000\$

Tabela 71
Renovações e Outras Operações do Banco de Crédito Real de Minas Gerais
(períodos selecionados – cont.)

Data	Empresa	Operação	Observações
20/01/1917	<i>Cia. Renato Dias</i>	Contratar operações em conta corrente	Valor: até 50:000\$
23/02/1917	<i>Cia. Agrícola Rio das Velhas</i>	Nova reforma de promissória	Valor: 40:000\$
19/04/1917	<i>Cia. Renato Dias</i>	Desconto de promissória	Valor: 50:000\$
19/05/1917	<i>Cia. Eletricidade e Viação Urbana</i>	Reforma de promissória	Valor: 240:000\$
30/06/1917	<i>Cia. F.T. de Minas Gerais</i> <i>Cia. Açucareira Vieira Martins</i>	Reforma de nota promissória e aumento de empréstimo hipotecário Desconto agrícola	Valores: 33:000\$ e 150:000\$ respectivamente Valor: até 75:000\$
06/10/1917	<i>Cia. F.T. Minas Gerais</i>	Concessão de novo empréstimo	Valor:30:000\$
13/10/1917	<i>Cia. Açucareira Vieira Martins</i>	Novo desconto	Valor: 75:000\$
10/11/1917	<i>G. Gonçalves e Cia.</i> <i>A. Rômulo e Cia.</i> <i>Martins Brandão e Cia.</i>	Empréstimos em conta corrente	Valor: 30:000\$ Valor: 30:000\$ Valor: 20:000\$ Todos de Ponte Nova
01/12/1917	<i>Moraes Sarmiento e Cia.</i>	Crédito em conta corrente	Valor: 25:000\$
08/12/1917	<i>Cia. Eletricidade e Viação Urbana</i>	Reforma de promissória	Valor: 216:000\$
09/03/1918	<i>Cia. Fabril de Juiz de Fora</i>	Concessão de crédito em conta corrente garantida	Valor: 100:000\$
30/03/1918	<i>Alfredo Villela e Cia.</i>	Crédito em conta corrente	Valor: até 30:000\$
06/06/1918	<i>Cia. Tecidos Santa Bárbara</i>	Concessão de crédito em conta corrente	Valor: até 50:000\$
17/08/1918	<i>Renato Dias e Cia.</i>	Reforma de contrato de conta corrente	Valor: até 50:000\$
05/10/1918	<i>Corrêa e Pinto</i>	Desconto	Valor: 30:000\$ Juiz de Fora
18/01/1919	<i>Cia. F.T. Sarmiento</i>	Crédito em conta corrente	Valor: 250:000\$ São João Nepomuceno
08/03/1919	<i>Moraes Sarmiento e Cia.</i>	Desconto	Valor: 20:000\$ Juiz de Fora
15/03/1919	<i>Dutra e Cia.</i>	Crédito em conta corrente	Valor: até 30:000\$
12/04/1919	<i>Renato Dias e Cia.</i>	Crédito em conta corrente	Valor: 50:000\$
14/06/1919	<i>Fábrica de Tecido Leste de Minas</i>	Crédito em conta corrente e desconto	Valor: 100:000\$
17/06/1919	<i>Cia. Industrial Viação de Pirapora</i>	Desconto de promissória	Agencia Rio de Janeiro
26/07/1919	<i>Cia. Dias Cardoso</i>	Crédito em conta corrente	Valor: 50:000\$
23/08/1919	<i>Brazilian Warrants</i>	Desconto de cheques pagáveis em Santos	
07/02/1920	<i>Cia. São João Fabril</i>	Desconto de promissória	Valor: 50:000\$ Juiz de Fora
10/04/1920	<i>Cia. Renato Dias</i>	Crédito em conta corrente	Valor: 100:000\$
15/05/1920	<i>Cia. Fabril de Minas Gerais</i>	Desconto	Valor: 50:000\$
12/06/1920	<i>Cia. Renato Dias</i> <i>Cia. Açucareira Vieira Martins</i>	Desconto de 2 promissórias Crédito por desconto	Valor: 100:000\$ Valor: 200:000\$
24/12/1921	<i>Cia. Têxtil Bernardo Mascarenhas</i>	Crédito em conta corrente	Valor:150:000\$
21/01/1922	<i>Cia. Açucareira Vieira Martins</i>	Desconto de 2 promissórias	Valor: 100:000\$
11/02/1922	<i>S.A. O Dia</i>	Crédito em conta corrente	Valor: 60:000\$ Juiz de Fora
11/03/1922	<i>Henrique Surerus e Filhos</i>	Crédito em conta corrente	Valor: 300:000\$
08/07/1922	<i>S.A. Lithográfica e Mechânica União Industrial</i> <i>Vidal, Araújo, Fazollo e Cia.</i>	Desconto Crédito em conta corrente	Valor: 100:000\$ Juiz de Fora Valor 150:000\$ Firma atacadista – JF
18/11/1922	<i>Cia. Renato Dias</i>	Desconto de promissória	Valor: 100:000\$
06/01/1923	<i>Cia. Açucareira Vieira Martins</i>	Crédito em conta corrente	Valor: 100:000\$

Tabela 71
Renovações e Outras Operações do Banco de Crédito Real de Minas Gerais
(períodos selecionados – cont.)

Data	Empresa	Operação	Observações
03/02/1923	<i>Cia. F.T. Moraes Sarmento</i>	Crédito em conta corrente	Valor: 80:000\$
01/09/1923	<i>Cia. Dias Cardoso</i>	Desconto de promissória	Valor: 100:000\$
02/02/1924	<i>Cia. F.T. Moraes Sarmento</i>	Renovação de conta corrente de depósitos à vista	Valor: 80:000\$
01/03/1924	<i>Cia. F.T. São Francisco</i>	Desconto de título emitido pela Companhia	Valor: 60:000\$ Juiz de Fora
22/03/1924	<i>Cia. Manufatura São José</i>	Empréstimo na forma de depósito à vista	Valor: 60:000\$
31/03/1924	<i>Cia. F.T. Santa Cruz</i>	Empréstimo em conta corrente de depósito à vista	Valor: 50:000\$
	<i>Cia. Laticínios Alberto Boecke</i>	Empréstimo em conta corrente de depósito à vista	Valor: 400:000\$
	<i>Henrique Surerus e Filhos</i>	Empréstimo em conta corrente de depósito à vista	Valor: 300:000\$ Juiz de Fora
17/05/1924	<i>Cia. Renato Dias</i>	Empréstimo em conta corrente de depósito à vista	Valor: 50:000\$
	<i>Cia. Açucareira Vieira Martins</i>	Empréstimo em conta corrente de depósito à vista	Valor: 100:000\$
09/06/1924	<i>Francisco de Moraes Sarmento</i>	Desconto de promissória	Valor: 124:326\$400
28/06/1924	<i>Cia. F.T. Moraes Sarmento</i>	Empréstimo em conta corrente	Valor: 200:000\$
23/08/1924	<i>Cia. Dias Cardoso</i>	Desconto	Valor: 100:000\$
20/09/1924	<i>Cia. Elétrica e Viação Urbana</i>	Empréstimo em conta corrente à vista	Valor: 250:000\$
01/11/1924	<i>Krambeck e Irmãos</i>	Desconto de duplicata	Valor: 200:000\$
14/11/1924	<i>Cia. Cervejaria Brahma</i>	Abertura de conta corrente caucionada	Valor: até 200:000\$ Rio de Janeiro

Fonte: BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS. Livros de Atas de Reuniões da Diretoria. Manuscrito, 2 vol. Juiz de Fora, Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Várias páginas.

Os dados de que dispomos sobre o financiamento das empresas industriais organizadas como firmas individuais ou sociedades simples demonstram que se seu processo de crescimento e desenvolvimento se vinculou à aplicação de recursos na forma de lucros retidos, este processo não esteve, de forma alguma, dissociado das formas de crédito disponíveis na economia agroexportadora regional no período da industrialização. Vinculadas a redes comerciais, tão extensas quanto a amplitude do espaço dos mercados que muitas vezes interligou, as empresas industriais do município participavam tanto como credores como devedores, num elo de endividamento onde o adiamento dos gastos correntes era favorável a todos, principalmente em se tratando de uma economia com os escassos níveis e variações sazonais de liquidez como foi o caso da economia brasileira no período.

Como invariavelmente estas operações implicavam, para garantia e consolidação de obrigações e direitos mútuos, no surgimento de instrumentos de crédito, a presença de um

sistema bancário local foi fundamental, pois através dos descontos destes títulos forneceu a liquidez imprescindível a todo o esquema, adiando gastos correntes, liberando recursos represados, *ajustando, enfim, o desequilíbrio no tempo entre obrigações e direitos à liquidez implícitos em qualquer relação de crédito e financiamento (seja de curto ou longo prazo)*⁵¹⁰. Dessa forma, a presença do sistema bancário permitiu que qualquer esforço de autofinanciamento por parte das unidades industriais ganhasse um impulso bastante significativo, provavelmente maior do que qualquer tendência à austeridade, implícita na visão que valoriza a existência do estilizado e pasteurizado “*self made man*” que tem predominado em certas interpretações da historiografia local⁵¹¹, principalmente em se tratando de uma experiência de industrialização que tem na imigração de alemães um de seus pontos de referência mais importantes⁵¹². Também deve ser lembrado seu significado para a participação do *capital comercial* em seu processo típico de acumulação e conversão em capital industrial, mecanismo importante de constituição do capital industrial no processo geral de industrialização do município.

Até que ponto toda esta rede de concessão recíproca de financiamento foi internalizada no circuito ou mercado local e regional de crédito é difícil de dizer, mas evidenciamos indícios seguros de que foi muito maior do que se pensava. Desconsiderando o volume e importância das relações que se estabeleciam entre unidades e agentes comerciais e industriais radicados na própria economia da região, a insuficiência do setor produtor de insumos e bens de capitais locais tornou o município estruturalmente dependente dos principais pólos da rede comercial em referência (Rio de Janeiro e São Paulo), mas este é um componente da assim chamada “*economia real*” que reflete a posição marginal do espaço econômico da Mata mineira, com evidentes reflexos no “*véu monetário*” desta mesma economia, quando se pensa nas assimetrias espaciais de fluxos de recursos que pode ter criado.

No entanto, o desenvolvimento de instrumentos operacionais interbancários, especificamente a prática do redesconto, que representava em última instância uma

⁵¹⁰ MINSKY, H. (1982). “*Finance and Profits: the changing nature of American business cycles.*” In MINSKY, H. **Can “It” Happen Again?** M. E. Sharpe, Inc., New York; COSTA, F.N. (1998). **Bancos em Minas Gerais.** Op. cit.

⁵¹¹ ARANTES, L.A. (1991). **As Origens da Burguesia Industrial em Juiz de Fora.** Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói; GIROLETTI, D. (1980). **A Industrialização de Juiz de Fora.** Op. cit.

⁵¹² Id. Ib. STEHLING, L. (1979). **Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os Alemães.** Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

tentativa de equilíbrio entre saldos devedores e credores entre distintos espaços regionais, demonstra que este fluxo de recursos que inicialmente foi canalizado para aqueles centros, num segundo momento retornou para o próprio espaço da região, na medida em que os devedores liquidassem seus títulos e obrigações, encerrando assim o circuito do financiamento acrescido de juros. Além disso, o sistema bancário também concedeu à indústria recursos de forma direta, através de instrumentos como notas promissórias, empréstimos em conta corrente e outros, concessão de liquidez que funcionava no mesmo sentido dos descontos de instrumentos de débito, com a singularidade de, sendo possível a postergação contínua das obrigações das fábricas para com os bancos, se constituir em financiamento de longo prazo com origem exclusiva na economia local.

Deixaremos para um momento posterior uma análise mais detida das formas de financiamento industrial de longo prazo, restando por hora apenas ressaltar que, diante dos dados apresentados, também para o processo de financiamento de curto prazo das empresas industriais e comerciais de Juiz de Fora, estruturou-se um mercado local e regional que em grande parte (mas não exclusivamente), conseguiu se efetivar em seu espaço próprio os principais mecanismos de seu funcionamento, com tudo o que significou para o crescimento das unidades industriais locais com base na acumulação, retenção e reaplicação de recursos internos.

4.2.2. As Sociedades Anônimas: O Financiamento de Longo Prazo

A presença das sociedades anônimas se delineia como um dos componentes mais importantes da constituição estrutural de qualquer mercado financeiro. Por sua própria composição e forma de organização institucional elas dependem da existência de recursos locais e poupanças disponíveis para aplicações de natureza financeira, seja pelo fato de seu capital ser representado por um título financeiro (as próprias ações), seja porque, normalmente a legislação comercial lhe concede o direito de realizar empréstimos e levantar recursos no mercado através da emissão de títulos de débito. Em geral, estas seriam as duas formas principais (mas não únicas) de ampliação de capital e de recursos de investimentos por parte destas sociedades: através de novas emissões de ações (com a possibilidade de fragmentação da propriedade da empresa) ou através da emissão de títulos de débito (também conhecidos como debêntures)⁵¹³, ambos representando importantes instrumentos financeiros cuja presença em um mercado de capitais traz como consequência um aumento de sua profundidade, de seu potencial de servir de veículo do processo de acumulação de capital, uma maior capacidade de financiamento das empresas, ampliação de suas operações e maior mobilização de recursos na forma de instrumentos de financiamento⁵¹⁴. Minsky, fazendo referência a esta forma de organização empresarial, afirma:

“As formas legais que as empresas assumem determinam os débitos que podem ser utilizados para financiar a propriedade de ativos de capital. A empresa acionária moderna é essencialmente uma organização financeira. As alternativas às sociedades anônimas como forma legal de organização dos negócios são apenas a propriedade individual e a sociedade simples. Nestas formas alternativas, os débitos da organização são débitos do proprietário individual ou de sócios e a vida da organização é limitada à vida dos sócios. Como resultado disso, a propriedade

⁵¹³ LEVY, M.B. (1977). **História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro**. IBMEC, Rio de Janeiro. e Id. (1994). **A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas**. Op. cit.; MONTEIRO, A.M. (1985). Op. cit. HANLEY, A.G. (1995). Op. cit; TRINER, G. (1996). Op. cit.

⁵¹⁴ Ver entre outros: BASKIN, J. and MIRANTI, P. (1997). **A History of Corporate Finance**. Op. cit. KINDLEBERGER (1993). Op. cit. HANNAH, L. (1976). **The Rise of Corporate Economy**. Methuen and Co. Ltd., London.

*individual e as sociedades simples são pobres instrumentos para endividamento e operações de longo prazo que objetivem especialmente ativos de capital. Há uma relação simbiótica entre a forma acionária de organização das empresas e a emergência de uma estrutura comercial e industrial na qual o débito é utilizado para financiar a formação e determinar o controle de ativos de capital complexos e de longo prazo.”*⁵¹⁵

Iniciaremos nossa análise com um painel geral sobre o número e o período de constituição de sociedades anônimas em Juiz de Fora, independente se estavam vinculadas a empresas industriais ou não, para estabelecermos o ponto de partida e os marcos mais importantes que hão de conduzir esta mesma análise. Se estendermos nosso período de investigação de meados do século XIX até o início da década de 1930, teremos o seguinte quadro geral da constituição da forma acionária de organização empresarial no município (tabela 72).

⁵¹⁵ MINSKY, H. (1982). “*Finance and Profits: the changing nature of American business cycles.*” Op. cit. p. 19

Tabela 72
Sociedades Anônimas Fundadas em Juiz de Fora – 1854/1933

Companhia	Capital Nominal	Fundação	Liquidação	Setor
1. Companhia União e Indústria	5.000:000\$	1854	1872	Transporte
2. Companhia Estrada de Ferro Juiz de Fora a Piau	1.200:000\$	1871	1898	Estrada de Ferro
3. Companhia Estrada de Ferro União Mineira	----	1878	1884	Estrada de Ferro
4. Empresa dos Lavradores	80:000\$	1882	1885	Agrícola
5. Companhia Ferrocarril Bonds de Juiz de Fora	100:000\$	1882	1897	Transporte Urbano
6. Companhia Industrial Mineira	1.200:000\$	1883	1933	Têxtil
7. Estrada de Ferro Carril Parahybuna e Porto das Flores	-----	1884	1888	Estrada de Ferro
8. Associação Promotora de Imigração	400:000\$	1887	n.d.	Imigração
9. Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais	1.000:000\$	1887	1892	Financeiro
10. Companhia de Gás de Juiz de Fora	200:000\$	1887	n.d.	Serviço público
11. Companhia Pastoril Mineira	1.000:000\$	1888	1896	Agrícola
12. Companhia Mineira de Eletricidade	150:000\$	1888		Energia
13. Companhia Organização Agrícola Mineira	300:000\$	1889	1896	Agrícola
14. Companhia Estrada de Ferro Santa Izabel do Rio Preto	-----	1889	1899	Estrada de Ferro
15. Banco de Crédito Real de Minas Gerais	500:000\$	1889		Financeiro
16. Academia de Comércio	200:000\$	1890/91		Ensino
17. Companhia Construtora Mineira	500:000\$	1890	1902	Construção Civil e Industrial
18. Companhia Industrial de Juiz de Fora	1.000:000\$	1890	1897	Couro e materiais graxos
19. Companhia Indústria Mineira	300:000\$	1890	1892	Calçados
20. Companhia Agrícola de Juiz de Fora	2.200:000\$	1891	1896	Agrícola
21. Companhia Chímico Industrial Mineira	500:000\$	1891	1900	Química e farmácia
22. Companhia Mechânica Mineira	500:000\$	1891	1895/96	Mecânica
23. Banco de Crédito Popular de Minas Gerais	1.400:000\$	1891	1893	Financeiro
24. Companhia de Tecidos de Juta	----	1894	1901	Têxtil
25. Empresa Tipográfica de Juiz de Fora – “O Pharol”	300:000\$	1899	1901	Jornalismo
26. Companhia Steárica Nacional	-----	1907	n.d.	Velas e sabão
27. A Garantia das Famílias	60:000\$	1908	n.d.	Pecúlios e Pensões
28. Companhia Laticínios de Juiz de Fora	60:000\$	1909	1919	Laticínios
29. A Minas Gerais	600:000\$	1910		Pecúlios e Pensões

Tabela 72
Sociedades Anônimas Fundadas em Juiz de Fora – 1854/1933 (cont.)

Companhia	Capital Nominal	Fundação	Liquidação	Setor
30. Companhia Fabril de Juiz de Fora	500:000\$	1911	1929	Têxtil e calçados
31. Companhia Usinas Nacionais	-----	1912	n.d.	Refinaria
32. Companhia Fiação e Tecelagem Moraes Sarmento	363:000\$	1913		Têxtil
33. Companhia Fiação e Tecelagem Santa Cruz	200:000\$	1914		Têxtil
34. Companhia Fiação e Tecelagem Mascarenhas	800:000\$	1916		Têxtil
35. Companhia Nacional de Indústrias Reunidas	485:000\$	1916		Litografia e Mecânica
36. Companhia de Força e Luz de Ewbanck – Companhia Força e Luz de Lima Duarte	80:000\$	1917		Energia elétrica
37. Companhia Dias Cardoso – Sociedade Anônima Comercial e Bancária	2.000:000\$	1919		Casa Bancária, Comércio e indústria
38. Sociedade Anônima Lithográfica e Mechânica União Industrial	1.100:000\$	1920		Litografia e Mecânica
39. Companhia Industrial e Mercantil Renato Dias	1.000:000\$	1920	1933	Refinação de açúcar e Comércio de Cereais e Gêneros de Secos e Molhados
40. Companhia Siderúrgica Brasileira	-----	1921	n.d.	Siderúrgico
41. Companhia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri	600:000\$	1921		Materiais de construção – Comércio e Indústria
42. Cervejaria Americana	800:000\$	1922	1937	Cerveja
43. Companhia Mechânica George Grande	400:000\$	1922	1936	Mecânica
44. Companhia Fiação e Tecelagem São Francisco	400:000\$	1923	1930	Têxtil
45. Companhia Fiação e Tecelagem São Vicente	400:000\$	1924		Têxtil
46. Companhia Fiação e Tecelagem Juiz de Fora	500:000\$	1925	1928	Têxtil
47. Companhia Mercantil de Juiz de Fora	500:000\$	1926	1931	Comércio
48. Companhia de Laticínios Santa Amélia	200:000\$	1926	n.d.	Laticínios
49. Sociedade Anônima Industrial Calçados São João	550:000\$	1926	1931	Calçados
50. Companhia Comercial de Artigos de Malha	100:000\$	1927	n.d.	Comércio

Tabela 72
Sociedades Anônimas Fundadas em Juiz de Fora – 1854/1933 (cont.)

Companhia	Capital Nominal	Fundação	Liquidação	Setor
51. Sociedade Anônima Curtume Krambeck	2.150:000\$	1927		Curtume
52. Banco Juiz de Fora	-----	1927	1933	Financeiro
53. Sociedade Brasileira de Tecidos – Fábrica Santa Maria	660:000\$	1928		Têxtil
54. Companhia Industrial e Comercial América	250:000\$	1928		Têxtil
55. Companhia Fiação e Tecelagem Santa Terezinha	400:000\$	1928		Têxtil
56. Banco de Minas	2.000:000\$	1928	1936	Financeiro
57. Malharia Sedan Sociedade Anônima	600:000\$	1929		Têxtil
58. Sociedade Anônima Henrique Surerus	1.200:000\$	1929		Têxtil
59. Companhia Fiação e Tecelagem de Malha Antônio Meurer	1.700:000\$	1929		Têxtil
60. Companhia Agrícola Villela de Andrade	400:000\$	1930	n.d.	Agrícola
61. Refinaria Juiz de Fora	1.500:000\$	1930	1931	Refinaria
62. S. A. Estabelecimento Ciampi	1.000:000\$	1931		Comércio
63. Sociedade Anônima Fazenda da Floresta	700:000\$	1932		Agrícola
64. Fábrica São João Evangelista	700:000\$	1932		Têxtil

Fonte: Jornais locais – vários anos

Disponhamos, como pode ser percebido na tabela, de cerca de 64 companhias ou sociedades anônimas num período que se estende de 1854 até 1932. Consideramos aqui as sociedades que chegaram efetivamente a funcionar no município, seja no ramo industrial, agrícola ou de serviços, dispensando de antemão aquelas tentativas de formação de sociedades que implicaram em subscrição de ações mas que, por um motivo ou por outro, não chegaram ao termo do empreendimento.

Por outro lado, nem sempre o capital nominal constitui efetivamente o capital inicial dos empreendimentos, já que algumas vezes não dispúnhamos da informação do capital quando da constituição da companhia; quando foi este o caso, lançamos mão do valor do

capital na época mais próxima da constituição da companhia. Já aqueles casos em que não dispomos de nenhuma informação sobre o capital são relativamente poucos para modificar as tendências que queremos ressaltar aqui. Sobre o período de liquidação, quando não dispúnhamos da informação, acrescentamos o “não disponível” (n.d.) na coluna em questão e preferimos deixar em branco aqueles casos em que a falência, liquidação ou a incorporação da sociedade ocorreu posteriormente ao período de análise (a rigor, após 1933) e que, portanto, não temos informações pela pesquisa das fontes (sendo que algumas vão perdurar até um período relativamente recente).

Feitas essas ressalvas podemos agregar os dados e verificar as tendências mais importantes da formação de sociedades anônimas e mobilização de capital na forma acionária no município de Juiz de Fora no período em questão (tabela 73 e 74). Procuramos agregar os dados de acordo com os principais marcos e flutuações que caracterizam a economia brasileira no conjunto do período, subdividindo-o em períodos menores assim delimitados: um primeiro, que abrangeria praticamente a década de 1870 e meados dos anos 1880, que pode aqui ser chamado de período “pré-encilhamento”, se estendendo até 1884; o período do Encilhamento, de 1887 a 1899, incluindo sua conjuntura imediatamente posterior; um período anterior à Guerra, que se estenderia desde o Convênio de Taubaté até às vésperas do conflito mundial; o período da Guerra propriamente dito, até 1917; a década de 1919 a 1929 e o período posterior à Crise de 1929.

Tabela 73
Formação de Sociedades Anônimas em Juiz de Fora – 1854/1932
(períodos selecionados)

Período	Número de Companhias	Capital Nominal
1854-1884	07	7.580:000\$
1887-1899	18	10.450:000\$
1907-1912	06	1.220:000\$
1913-1917	05	1.928:000\$
1919-1929	23	17.510:000\$
1930-1933	05	4.300:000\$
TOTAL	64	42.988:000\$

Fonte: ver tabela 72

Por estes dados verificamos uma nítida concentração dos investimentos acionários no município em dois períodos distintos. O primeiro é aquele vinculado com o

Encilhamento, quando a cidade testemunhou a abertura de 18 sociedades anônimas envolvendo um capital de 10.250 contos; e um segundo, localizado nos anos 1920, quando Juiz de Fora viu se estabelecer 23 companhias acionárias, envolvendo um capital de 17.510:000\$. Além deles devem ser sublinhados os períodos nos quais os empreendimentos envolvendo sociedades anônimas foram menores, com destaque para aquele de 1900 a 1906, quando a cidade não registrou qualquer empreendimento do tipo e aqueles de 1907 a 1912 e de 1913 a 1917 que, juntos, apesar de constituírem 11 sociedades acionárias, seu capital chega a apenas 3.148 contos, a menor quantia envolvida na constituição de sociedades anônimas em todo o período. Nota-se por estes dados, de uma maneira geral, que a formação de empresas acionárias em Juiz de Fora seguiu um padrão que acompanhou a própria formação de capital no conjunto economia do país, com destaque para o final dos anos 1880 e início da década de 1890 e, principalmente, para a própria década de 1920.

Contudo, existe também uma distribuição setorial e por atividade que deve ser destacada. Há uma visível concentração em empresas de transporte e companhias agrícolas no primeiro período, que perfazem a quase totalidade de empresas fundadas (com exceção da Industrial Mineira), e das próprias empresas agrícolas, instituições financeiras e de serviços públicos no segundo período, que testemunha a fundação de 07 companhias industriais, em setores distintos e que atingem 3.100 contos (29,66%) do total do período. A partir de então predominam as sociedades industriais (em que pese a fundação de companhias de seguros no período anterior à Guerra e de alguns bancos na década de 1920) e, dentro destas, há uma diversidade setorial notória, com a presença de ramos e atividades como calçados, curtume, laticínios, mecânica, cervejaria, em que pese um também nítido predomínio do setor têxtil.

Tabela 74
Formação de Sociedades Anônimas por Setor de Atividade em Juiz de Fora
1854-1932
(períodos selecionados)

Período	Transportes e Estradas de Ferro (%)	Financeiro (%)	Agrícolas (%)	Serviços públicos/ Seguros (%)	Indústria (%)	Comércio (%)	Total
1854-1884	6.300:000\$ (83,11)	-----	80:000\$ (1,05)	-----	1.200:000\$ (15,83)	-----	7.580:000\$
1887-1899	-----	2.900:000\$ (27,75%)	3.900:000\$ (37,32)	550:0000\$ (5,26)	3.100:000\$ (29,66)	-----	10.450:00\$
1907-1912	-----	-----	-----	660:000\$ (54,09)	560:000\$ (45,90)	-----	1.220:000\$
1913-1917	-----	-----	-----	80:000\$ (4,14)	1.848:000\$ (95,85)	-----	1.928:000\$
1919-1929	-----	4.000:000\$ (22,84)	-----	-----	11.910:000\$ (68,01)	1.600:000\$ (9,13)	17.510:00\$
1930-1932	-----	-----	1.100:000\$ (25,58)	-----	2.200:000\$ (51,16)	1.000:000\$ (23,25)	4.300:000\$
TOTAL	6.300:000\$ (14,65)	6.900:000\$ (16,04)	5.080:000\$ (11,81)	1.290:000\$ (3,00)	20.818:000\$ (48,41)	2.600:000\$ (6,04)	42.998:000\$

Fonte: tabela 72

Desta forma, *aparentemente*, a constituição de um eventual mercado de capitais local seguiu os padrões de formação de outros mercados financeiros⁵¹⁶, iniciando-se com empresas de infra-estrutura e, particularmente, transportes, que envolvem por sua própria natureza a necessidade de aglutinação de grandes volumes de capitais, possível apenas com a organização acionária. O impulso local que representam, *conjuntamente com a presença em maior ou menor grau do Estado*, estimula os primeiros investidores (em geral agricultores locais) a deslocar riqueza de bens tangíveis (escravos, terras etc.) para papéis *representativos* de riqueza, patrimônio intangível. Já vimos que esta é uma das principais funções de um virtual mercado de capitais, responsável pelo descongelamento da riqueza e

⁵¹⁶ ROTHEMBERG, W. (1985). "The Emergence of a Capital Market in Rural Massachusetts, 1730-1838." Op. cit. KINDLEBERGER, C. (1993). **A Financial History of Western Europe**. Op. cit. BASKIN, P. and MIRANTI, P. (1997). Op. cit. "(...) se há aumento no estoque de capital durante a industrialização, sua composição muda: nos primeiros estágios do crescimento econômico as maiores demandas por capital se originam da urbanização e do desenvolvimento do sistema de transportes; nesta fase a demanda da indústria por investimentos é relativamente pequena e uma grande parcela de seus investimentos consiste em estoques com a diminuição dos gastos com construção e o desenvolvimento do sistema de transportes (e o correspondente ganho de escala) e a integração da economia que acarreta, o volume dos equipamentos dos produtores aumenta substancialmente. (...)". COTTRELL, P. (1993). **Industrial Finance, 1830-1914**. Op. cit. p. 01

sua colocação em circulação para financiamento de outras atividades⁵¹⁷. Assim, posteriormente, os próprios títulos e instrumentos financeiros de outras empresas acionárias, principalmente as industriais, passam aos poucos a fazer parte do patrimônio dos investidores, com a conseqüente expansão do mercado e possibilidade de financiamento industrial⁵¹⁸.

O mesmo talvez possa ser dito em relação às empresas agrícolas. Em Minas Gerais, nos dois primeiros períodos aqui delimitados, normalmente estão associadas a alguma atividade de natureza semi-pública, implicando na concessão de privilégios estatais e a complementação de recursos particulares através da organização acionária: suas funções, como o caso dos transportes, em geral representam algum benefício local e regional, *envolvendo diretamente os interesses dos próprios fazendeiros que, com o apoio do Estado, se dispõem a converter riqueza em títulos representativos de riqueza*. Foi este o caso da Associação Promotora da Imigração (encarregada da vinda de imigrantes para o município e região⁵¹⁹); da Empresa dos Lavradores (transporte de produtos agrícolas⁵²⁰); Companhia Pastoril Mineira (criação e comércio de gado⁵²¹), Companhia Organização Agrícola Mineira⁵²², entre outras.

Voltaremos à questão da cronologia da formação de sociedades anônimas em Juiz de Fora posteriormente. No momento, interessa mais a esta pesquisa a verificação da origem do capital responsável pelo financiamento desses empreendimentos. Por outro lado,

⁵¹⁷ ROTHEMBERG, W. (1985). "The Emergence of Capital Market in Rural Massachusetts." Op. cit. p. 788-789

⁵¹⁸ "(...) Embora amplos, os mercados financeiros impessoais, que surgiram para facilitar a venda de títulos de débito público, apenas lentamente se tornaram acessíveis a títulos de empresas no início do século XIX e [mesmo assim] por causa da natureza semi-pública das primeiras instituições emissoras – empresas de canais e estradas de ferro. (...) As primeiras estradas de ferro e empresas de canais na Inglaterra e Estados Unidos eram vistas como melhorias públicas que eram vitais para aumentar a riqueza local. Esta visão freqüentemente motivou proeminentes líderes locais a encorajar os empreendedores a estabelecer as melhorias em suas cidades e a persuadir seus habitantes a apoiar estes projetos através da compra dos títulos destas companhias. (...) O governo desempenhou um papel chave no estabelecimento das primeiras estradas de ferro e canais. (...) A estrita pré-condição imposta pelo parlamento para a aquisição de uma autorização aumentava a confiança pública. (...) Esta associação com o bem público criou uma aura de estabilidade econômica, o que ajudou estas companhias a ganhar aceitação entre os investidores quando as primeiras oportunidades de investimentos em ativos financeiros estavam restritas ao débito público, às hipotecas e, na Inglaterra, a umas poucas companhias acionárias do comércio, bancos ou de seguros. (...)"

BASKIN, J. and MIRANTI, P. (1997). **A History of Corporate Finance**. Op. cit p. 132-134.

⁵¹⁹ OP 12/12/1887

⁵²⁰ OP 16/07/1882

⁵²¹ **Diário de Minas (DMG)** 03/07/1888

⁵²² OP 25/04/1890

são os empreendimentos acionários de natureza especificamente industrial que se tornam o alvo principal. Aqui, como em toda a análise, cabe distinguir até que ponto estes recursos de financiamento se originaram no próprio espaço da economia local e regional ou em espaços e economias “externas”. A formação de um *mercado acionário e de títulos de débito de sociedades industriais* é nosso objetivo principal e se considerarmos o conjunto do período aqui em questão há importantes diferenças a ressaltar.

Já observamos como, no primeiro período, houve um predomínio de capitais locais, em geral vinculados à riqueza agrária, na constituição das empresas de transportes que se desenvolveram então (tanto a União Indústria como as empresas ferroviárias), sendo esta uma questão que se coloca quase como uma unanimidade por parte dos autores que se debruçaram sobre o assunto. Lamentavelmente, dispomos de muito pouca informação sobre este período, mas as que dispomos vêm confirmar esta afirmação. Numa lista de acionistas da *Companhia Estrada de Ferro Juiz de Fora – Piau*, presente em um relatório de 1885⁵²³, de um total de 1.896 ações, 1.202 ou 63,39% são de acionistas da cidade e região, existindo ainda em comisso, para re-emissão, 1.044 ações. Deve ficar claro que a lista inclui nomes que não conseguimos identificar a origem, mesmo utilizando como auxílio uma bibliografia específica⁵²⁴ e a própria documentação, sendo a participação local e regional possivelmente maior do que esta. Da mesma forma, a *Companhia Organização Agrícola Mineira* apresenta uma lista de seus principais acionistas, numa assembléia extraordinária realizada em abril de 1889⁵²⁵, com um total de 1.036 ações das quais 812 (78,37%) apropriadas por pessoas da cidade e região.

Mas a presença de investidores do Rio de Janeiro também é uma constante, neste como no segundo período, e nem sempre com uma participação minoritária. Neste sentido deve ser lembrado, por exemplo, que a *Companhia Industrial Mineira*, (o único empreendimento industrial acionário do primeiro período) apesar da instalação fabril se localizar em Juiz de Fora, mantinha sua sede no Rio de Janeiro, onde realizava os contatos comerciais e financeiros mais importantes. Sendo organizada por um grupo de comerciantes de origem inglesa radicados no Rio de Janeiro (e, por isso, erroneamente

⁵²³ OP 03/03/1885

⁵²⁴ PROCÓPIO FILHO, J. (1966). *Retalhos do Passado*. Op. cit.; Id. (1973). *Aspectos da Vida Rural de Juiz de Fora*. s. ed., Juiz de Fora e Ib. (1979). *Salvo Erro ou Omissão: Gente Juiz-forana*. Edição do autor, Juiz de Fora.

⁵²⁵ *Gazeta da Tarde (GT)* 28/04/1889

confundida com um investimento de origem estrangeira⁵²⁶) destoa em vários sentidos da trajetória da indústria local: pelo período em que foi fundada (ainda em 1883), por seu tamanho (durante a maior parte do tempo foi a maior indústria têxtil do município) e por sua origem. Além disso, não mantém nenhuma informação financeira publicada regularmente nos jornais locais, o que reforça seus laços financeiros com o mercado do Rio e, aqui, por tudo isso, será considerada como uma exceção.

No entanto, é principalmente no segundo período que a presença de investidores do Rio de Janeiro se tornará mais visível. A proximidade do que era então o maior mercado financeiro do país, com toda a capacidade de mobilização de recursos que representava, conjuntamente com a aceleração dos negócios com títulos e ações decorrente da conjuntura e crise do Encilhamento, a cidade se tornou alvo de inúmeros investimentos, de iniciativa local ou externa, especulativos ou não. Assim, o *Banco de Crédito Popular de Minas* afirma, num relatório de 1892 que:

*“(....) Regularizadas as chamadas de capital até 30 de novembro do ano passado, resolveu esta administração, à vista do estado pouco lisonjeiro da praça do Rio, onde este Banco tem seus maiores acionistas, demorar as chamadas de capital, embora necessárias para o desenvolvimento do Banco. (...) Como ainda não fosse suficiente o recolhimento da terceira chamada, lançamos mão de algumas operações de crédito com outros bancos – compromissos estes que têm sido regular e devidamente satisfeitos.”*⁵²⁷

Que Juiz de Fora participou em algum grau do processo de especulação que caracterizou o período, não resta dúvida. A própria falência do Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais demonstra que a cidade não ficou imune à febre especulativa⁵²⁸. Além disso, indícios da participação local no episódio pululam na imprensa do município no período. Ainda em setembro de 1889, o “Diário de Minas” afirmava:

⁵²⁶ VERSIANI, M.T. (1991). **The Cotton Textile Industry of Minas Gerais, Brazil: beginnings and early development, 1868-1906**. Op. cit.

⁵²⁷ OP 14/08/1892 (grifo nosso)

⁵²⁸ MASCARENHAS, N.L. (1954). **Bernardo Mascarenhas e o Surto Industrial de Minas Gerais**. Editora do Autor, Rio de Janeiro, Cap. XVIII.

*“Com as ações do Banco Nacional do Brasil (...) realizaram-se enormes lucros, havendo pessoas que com elas ganharam somas avultadíssimas. Ouvimos ontem citar-se o nome de um fazendeiro deste município que ganhou 30 contos...”*⁵²⁹

Ou em 1899, já em pleno período recessivo, Dunshee de Abranches, em um artigo publicado no *“Jornal do Comércio”* local comentava, não sem um certo exagero:

*“Poucas cidades, como Juiz de Fora, sentiram mais as conseqüências do desequilíbrio geral que se deu na circulação monetária do país, nestes últimos anos. Município dos mais ricos do estado, o dinheiro jorrou dali aos borbotões para a voragem da bolsa. O capital deslocou-se (...), já pelo produto da venda ou hipoteca das propriedades rurais ser empregado em títulos, que se desvalorizaram subitamente, já pelo excesso de construções de prédios que cedo ficaram sem locatários...Para ali de toda a parte imigrou, durante as revoltas que se sucederam durante os primeiros tempos da República, uma população ambulante e abastada. E esta, viciada nas fantasias da jogatina da praça, começou logo a intrometer-se nos negócios locais e a animar os empreendimentos que por toda a cidade se imaginaram....”*⁵³⁰

Contudo, como ocorreu no próprio cenário do fenômeno da especulação bursátil, o estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal, *nem todos os investimentos tiveram uma natureza especulativa*, tendo muitos se efetivado para aproveitar as facilidades de crédito e de financiamento característicos do período⁵³¹. Além disso, *a participação majoritária de investidores do Rio nos empreendimentos locais está longe de constituir a regra*, mesmo no período do Encilhamento, como demonstram os vários casos de empreendimentos industriais e mesmo bancários (o setor mais vulnerável às especulações). Para além dos casos do Banco Territorial e Mercantil e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, ambos formados com capitais exclusivamente locais, a *Sociedade Anônima Escritório Comercial Crédito Mineiro*, por exemplo, à qual já nos referimos em páginas anteriores, mesmo

⁵²⁹ DMG 24/09/1889

⁵³⁰ JC 20/08/89

⁵³¹ LEVY, M.B. (1977). Op. cit. e Id. (1994). Op. cit. MONTEIRO, A.M. (1985). Op. cit.

mantendo sede no Rio, tinha entre seus financiadores 14 acionistas, sendo pelo menos 12 (85,71%) de origem de Juiz de Fora, entre os quais estão presentes nomes tão conhecidos como os de Bernardo Mascarenhas, Francisco Baptista de Oliveira, João Ribeiro de Oliveira e Souza, Aprígio Ribeiro de Oliveira, entre outros⁵³². Também na constituição da *Companhia Mineira de Eletricidade*, um dos mais importantes empreendimentos ocorridos no município, das 1.500 ações iniciais pelo menos 1.077 (71,80%) foram adquiridas por investidores locais, sendo identificados investidores de outras regiões de Minas, principalmente da família Mascarenhas, mas nenhum investidor do Rio de Janeiro⁵³³.

Mas são as empresas *industriais* fundadas neste período que devemos privilegiar neste momento da análise. Possuímos dados relativamente regulares para pelo menos quatro delas, a saber: *Companhia Construtora Mineira*, *Companhia Industrial de Juiz de Fora*, *Companhia Chímico Industrial Mineira* e *Companhia Mechânica Mineira*. Se verificarmos seus acionistas, veremos que *sua grande maioria se constitui de investidores radicados no município de Juiz de Fora*, mesmo que em geral não dispomos do número de ações de cada acionista. Para aquela que dispomos desta informação, a Companhia Construtora Mineira, de suas 2.500 ações, cerca de 2.365 (94,60%) estavam com acionistas de Juiz de Fora, sendo os mais importantes (digamos, com mais de 100 ações) João Ribeiro Mendes (120 ações), João Ribeiro de Oliveira e Souza (135 ações), Roberto Sabiniano de Barros (100 ações), Barão de Santa Helena (105 ações), Gustavo Penna (200 ações), *Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais* (100 ações), Alfredo Ferreira Lage (100 ações), entre outros⁵³⁴.

Já para aquelas que dispomos apenas do nome dos acionistas, a Companhia Industrial de Juiz de Fora, a Companhia Chímico Industrial Mineira e a Companhia Mechânica Mineira, englobamos os dados na tabela 75 para verificarmos a origem do capital dos respectivos empreendimentos.

⁵³² MG 13/07/1892

⁵³³ OLIVEIRA, P. (1969). *Companhia Mineira de Eletricidade*. Tipografia Lar Católico, Juiz de Fora, p. 27

⁵³⁴ *Relatório da Companhia Construtora Mineira* - OP 27/01/1893

Tabela 75
 Origem dos Acionistas das Companhias Chímico Industrial Mineira, Mechânica Mineira e Industrial de Juiz de Fora

Companhia	Número de acionistas	Origem local	%	n.d.	%
Companhia Chímico Industrial Mineira	82	54	65,85	28	34,14
Companhia Mechânica Mineira	50	41	82,00	09	18,00
Companhia Industrial de Juiz de Fora	39	29	74,35	10	25,64

Fontes: para a Companhia Chímico Industrial Mineira - ML 06/09/1891
 para a Companhia Mechânica Mineira - OP 06/09/1892
 para a Companhia Industrial de Juiz de Fora - OP 18/01/1892

Além da origem predominantemente local do capital acionário destas companhias, outros elementos comuns vêm consolidar a limitação de seu espaço de financiamento no âmbito do mercado local e regional. Por exemplo, *a presença dos bancos locais nas operações destas companhias é evidente em todos os casos*, já que recebem as chamadas de capital, realizam suas assembléias em seus prédios e, principalmente, vinham recebendo financiamento de curto prazo através tanto do Banco Territorial e Mercantil (de resto importante acionista da Companhia Construtora) e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, quando em seus balanços e relatórios normalmente aparecem débitos ou saldos em conta corrente com os referidos bancos⁵³⁵. Além disso, todas mantêm um capital relativamente pequeno, possível de ser subscrito e realizado no mercado local, sendo o mercado do Rio, mesmo que presente, visivelmente secundário. No mais, todas surgiram no período entre 1890 e 1891 e vão apresentar dificuldades financeiras logo na conjuntura recessiva que se segue imediatamente ao Encilhamento, entrando em liquidação no aprofundamento do período recessivo decorrente da crise dos preços do café que se inicia em 1896 e da política deflacionária de Joaquim Murinho (1898-1902)⁵³⁶.

Este período de “vida útil” destas companhias industriais pode revelar qual foi, afinal, *o impacto regional do Encilhamento*⁵³⁷, um tema que tem sido sistematicamente

⁵³⁵ Ver por exemplo **Balancete da Companhia Chímico Industrial Mineira** – ML 06/09/1891; **Relatório da Companhia Mechânica Mineira** – OP 09/09/1892; **Balanco da Companhia Construtora Mineira** – JC 16/03/1899 e **Balanco da Companhia Industrial de Juiz de Fora** – OP 19/08/1892

⁵³⁶ VILLELA, A. e SUZIGAN, W. (1973). **Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira**. Op. cit., p. 16-22; LUZ, N.V. (1980). “*Joaquim Murinho e o Darwinismo Econômico*” In **Idéias Econômicas de Joaquim Murinho**. Senado Federal/Fundação Casa de Rui Barbosa/MEC, Rio de Janeiro.

⁵³⁷ CROCE, M.A. (2003). **O Encilhamento e a Economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura (1885-1895)**. Projeto de Pesquisa, UFJF, Juiz de Fora.

renegado pela historiografia referente à cidade e região. Se a origem destas companhias ocorre justamente na conjuntura imediata da especulação, seu declínio e desaparecimento se dão num período bem posterior à quebra da Bolsa, o que vem indicar que seu surgimento esteve mais associado às oportunidades de crédito existentes na época do que à especulação em si (seu escasso capital acionário já vinha a indicar isso) e seu ocaso se liga diretamente às conjunturas recessivas que tiveram que enfrentar e que efetivamente inviabilizaram sua continuidade por tudo que representaram (extremas flutuações cambiais, inflação, diminuição da demanda de produtos, retração de capitais, elevação de juros, deflação etc.), agravadas que foram pelo fato de serem ainda indústrias novas, com necessidade de consolidação de mercados, ampliação e aperfeiçoamento da produção, precisão de financiamento de curto e longo prazo etc. Um comentário presente no *Parecer do Conselho Fiscal da Companhia Industrial de Juiz de Fora*, em dezembro de 1896, dá uma idéia do impacto destas conjunturas:

*“Observa o Conselho Fiscal que, longe de tomar incremento a indústria explorada pela Companhia, tem pelo contrário escasseado a procura de seus produtos e artefatos, a ponto de passarem-se meses sem encomendas algumas, como atualmente se sucede; não pode atribuir o fato senão ao retraimento determinado pela crise financeira que o país atravessa e que assoberba todas as indústrias; à carestia de materiais e de mão de obra; à deficiência dos capitais que busquem colocação nas edificações; às dificuldades que experimentam todas as classes de nossa sociedade por efeito da retração do crédito e capitais; os preços pouco favoráveis de nossas exportações, o câmbio desastroso, o receio de dificuldades ainda mais deprimentes, tais podem ser os motivos do fenômeno que se observa.”*⁵³⁸

⁵³⁸ **Balço da Companhia Industrial de Juiz de Fora – JC 30/12/1896**

Ou ainda pelas seguintes afirmações presentes em dois relatórios da Companhia Mechânica Mineira, de 1892 e 1893 respectivamente⁵³⁹:

“A febre de empreendimentos e a confiança nas empresas que se organizavam não faziam prever, então, o retraimento que, logo depois, surgiu, correspondente, em efeitos contrários, à exuberante expansão de outrora. Entendia-se a esse tempo que o aumento do capital autorizado podia ser levado a efeito logo que se fizesse necessário. (...) A temerosa crise econômica, em que se debate o país, vai para dois anos, surpreendeu-nos no início de nossas operações e ao encetarmos a reconstrução de nossa fábrica (...).”

“(...) a administração, urgida pelas necessidades do pagamento do maquinismo a que aludiu e do custeio da reconstrução, cujas despesas, até o final, deverão exceder em muito o cômputo em que foram orçadas, pelos motivos de vós conhecidos, quais – depressão extraordinária do câmbio, alta considerável do preço dos materiais e mão de obra; a administração (...) julgou preferível levantar um empréstimo com garantia em condições vantajosas, a anuidar as chamadas de capital, como seria indispensável, sem este recurso, para acudir os gastos correntes.”

Mais uma última palavra a respeito desta fase ou período de constituição de sociedades anônimas e do mercado de capitais em Juiz de Fora. Apesar das várias evidências de que as empresas acionárias estavam sendo financiadas, na sua constituição e funcionamento, pelo circuito de crédito e disponibilidade local de capitais, este financiamento não vinha se completando, de qualquer forma, *exclusivamente* no referido “circuito” local. A presença de acionistas do Rio de Janeiro nesta fase, como vimos, mesmo que minoritária, é uma constante, a julgar pelos anúncios de chamada de capital e pagamento de dividendos e convites para assembleias gerais presentes, por exemplo, na Companhia Chímico Industrial Mineira.

⁵³⁹ Relatórios da Companhia Mechânica Mineira – OP 09/09/1892 e OP 20/10/1893

“Estando subscrito todo o capital desta Companhia, são convidados os srs. acionistas a realizarem no Banco de Crédito Real de Minas ou no Rio de Janeiro, à rua da Alfândega 71, Crédito Mineiro, até o dia 30 do corrente, a 1ª entrada de capital, na razão de 10% ou 20\$ por ação.

*Os Incorporadores.”*⁵⁴⁰

A mesma situação pode ser vislumbrada no seguinte anúncio, da exígua Companhia Indústria Mineira

“Havendo os srs. drs. José de Andrade Pinto e George Francisco Grande, diretores da Companhia Indústria Mineira, resignado o cargo de gerentes da dita Companhia, em Juiz de Fora, faço público que assumi hoje a gerência da mesma Companhia, nomeando meu mandatário, com poderes para gerir os negócios da Companhia em Juiz de Fora, ao sr. José Paulo de Magalhães Costa.

*Rio de Janeiro, 24 de junho de 1892 – Dr. F. Simões Corrêa, presidente.”*⁵⁴¹

No entanto, são principalmente alguns *débitos hipotecários originados no Rio de Janeiro*, através do Banco da República, os elementos a indicar os limites do mercado financeiro local no período. Tais débitos estão presentes em pelo menos duas das companhias aqui analisadas, a Companhia Química Industrial Mineira, que tinha um débito por hipoteca de cerca de 90:000\$⁵⁴² e a Companhia Mecânica Mineira, com débito hipotecário de 130:000\$ com o referido Banco⁵⁴³. Em ambos os casos estes débitos acabaram por colocar as companhias, na época de sua liquidação, como propriedade do

⁵⁴⁰ OP 26/04/1891 (grifo nosso); também para 30/05/1891, 07/08/1891, 20/04/1892, 22/03/1893 etc.

⁵⁴¹ OP 30/06/1892 (grifo nosso)

⁵⁴² **Balanço da Companhia Química Industrial Mineira** – JC 27/02/1897

⁵⁴³ **Relatório da Companhia Mecânica Mineira** – OP 16/09/1894

Banco, sendo posteriormente vendidas e organizadas como sociedades simples e individual por industriais e fazendeiros da cidade⁵⁴⁴.

Dessa maneira, além dos acionistas, ainda uma parte do financiamento destas companhias acionárias vinha sendo realizada por bancos localizados no Rio de Janeiro, o que demonstra, apesar do delineamento já neste período de um mercado financeiro local, que sua fase é ainda de *constituição*. Se pensarmos no referido mercado financeiro como espaço de financiamento de outras atividades, como por exemplo a própria agricultura de exportação, percebemos que ele ainda encontra em agentes e instituições originados no Rio de Janeiro sua referência mais importante, sendo nestes anos (a década de 1890) exatamente aqueles em que ocorre o início da internalização de seus fluxos de crédito e financiamento. Os dados já analisados por nós no mercado hipotecário também evidenciam a definição dos contornos básicos do mercado financeiro local no mesmo período. *A presença do mercado financeiro do Rio de Janeiro como origem importante de recursos a financiar os diversos setores constitutivos da economia de Juiz de Fora parece ter, efetivamente, no final do século XIX seu ponto de inflexão mais importante.*

Mesmo porque, ao que tudo indica, outras serão as bases do processo de constituição e financiamento das sociedades anônimas do município a partir daí. No período recessivo experimentado pela economia brasileira desde 1896 até aproximadamente 1909 ou 1910 (anos em que se começam a sentir, de fato, os benefícios da valorização do café de 1906), praticamente não se funda nenhuma sociedade anônima no município, com apenas algumas exceções que resultaram em empreendimentos breves e insignificantes. Isto deve ter sua razão de ser. Já tivemos oportunidade de avaliar o impacto da crise dos preços do café na região, com sua conseqüente redução de renda e capacidade de consumo e investimento. A presença de títulos na carteira de grandes fazendeiros se reduziu dramaticamente, ao mesmo tempo em que o volume dos débitos frente à riqueza dos mesmos assumia proporções consideráveis⁵⁴⁵; na medida em que a renda decorrente das exportações estivesse condicionando o conjunto da renda da economia, houve uma retração geral dos recursos disponíveis para aplicações financeiras. Se associarmos a isto *a aversão*

⁵⁴⁴ A Companhia Mechânica foi adquirida pelos industriais Abelardo de Aquino Leite e Belisário de Assis Fonseca, sob a firma Leite & Fonseca (OP 28/05/1903 e 04/02/1904). Já a Companhia Chímico foi adquirida por um conhecido fazendeiro local, Manoel Honório de Campos (OP 11/06/1903).

⁵⁴⁵ PIRES, A. (1993). **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora**. OP. cit. p. 142, Tabela 40.

*natural dos investidores aos títulos e ações de empresas, uma consequência psicológica do período de especulação e quebra da Bolsa*⁵⁴⁶, principalmente numa cidade em que a falência de um banco teve ares de escândalo e deu prejuízos a muitos, podemos ter uma idéia do cenário existente para este tipo de inversão.

Mas, como observado, a partir daí o movimento assume dimensões e características bastante distintas daquelas dos períodos anteriores. A principal delas foi a tendência da concentração de formação de sociedades acionárias no setor industrial, em proporções bastante consideráveis e numa variação bastante significativa no que diz respeito às atividades industriais envolvidas (tabela 74). Mas também a *estrutura do capital* de muitas empresas havia se alterado. Já analisamos a composição do ativo de algumas indústrias em páginas anteriores, quando destacamos um grande predomínio do capital circulante em detrimento do capital fixo. Contudo, no que se refere às sociedades anônimas industriais, o quadro é bastante diferenciado, havendo uma nítida propensão de crescimento (não necessariamente o predomínio) do capital fixo em relação ao circulante (tabela 76).

Por estes dados, que englobam empresas de diversos setores e em períodos distintos de constituição acionária, tornam-se nítidas as tendências de maior investimento fixo por parte destas empresas industriais. Deve estar claro que procuramos retirar os dados do *laudo de avaliação* quando da constituição da sociedade anônima e, na ausência desta informação, dos primeiros balanços disponíveis; daí algumas diferenças do valor total da soma do capital fixo e circulante com relação ao capital acionário em algumas companhias.

⁵⁴⁶ FERGUSON, N. (2001). **The Cash Nexus: money and power in the modern world**. Basic Books, New York. p. 170-175; HOFFMAN, P.T., POSTEL-VINAY, G. and ROSENTHAL, J-L. **Priceless Markets: the political economy of credit in Paris, 1660-1870**. Op. cit. p. 44, 207.

Tabela 76
 Proporção do capital Fixo e Circulante para algumas Empresas Industriais Acionárias do
 Município de Juiz de Fora
 (períodos selecionados)

Empresa	Ano	Capital Fixo	%	Capital Circulante	%	Total
<i>C.F.T. Moraes Sarmento</i>	1913	352:625\$250	65,88	182:551\$730	34,11	535:176\$980
<i>C.F.T. Santa Cruz</i>	1914	241:640\$570	74,00	84:897\$067	25,99	326:537\$637
<i>Cia. Nacional de Indústrias Reunidas</i>	1916	389:500\$000	88,86	52:800\$000	11,93	442:300\$000
<i>Cervejaria Americana</i>	1922	534:000\$000	67,91	252:302\$468	32,08	786:302\$468
<i>Cia. Mechânica G. Grande</i>	1922	294:472\$150	56,03	231:063\$642	43,96	525:535\$792
<i>C.F.T. São Francisco</i>	1923	287:507\$870	46,52	330:468\$400	53,57	617:976:270
<i>C.F.T. São Vicente</i>	1924	380:738\$320	65,14	203:673\$478	34,85	584:411\$798
<i>C.F.T. Juiz de Fora</i>	1925	359:200\$560	53,59	311:048\$370	46,40	670:248\$930
<i>S.A. Industrial Calçados São João</i>	1926	779:985\$754	50,85	753:809\$705	49,14	1.533:795\$459
<i>Curtume Krambeck</i>	1927	1.199:471\$351	43,41	1.563\$149\$376	56,58	2.762:620\$727
<i>Malharia Sedan S.A.</i>	1929	422:985\$410	50,18	419:854\$069	49,81	842:839\$479

Fonte: Jornais – vários anos

Em termos de demanda de crédito, sabe-se que este predomínio de investimentos fixos no interior das unidades industriais tende a transformar a necessidade de recursos de médio e longo prazo *proporcionalmente* mais significativa, em que pese o fato das contas correntes e títulos a receber ainda terem uma participação importante. Este, talvez, seja um fator explicativo para a tendência de concentração de formação de sociedades anônimas nos períodos aqui em questão. Como na maioria das vezes estas sociedades surgiram a partir de empresas industriais pré-existentes, seria até certo ponto natural que após anos de financiamento interno, pelo esquema já esclarecido, estas empresas tenham acumulado paulatinamente uma maior proporção de seu patrimônio em ativos fixos até o ponto em que, para a continuidade da expansão dos negócios, a forma de financiamento até então predominante tenha se esgotado, em especial quanto à sua possibilidade de reunião de recursos. Como a nova forma de organização empresarial implicava, por definição, na possibilidade de levantamento “externo” de recursos de longo prazo (ações e debêntures),

este pode ser considerado (e o tem sido por parte da historiografia sobre o tema ⁵⁴⁷) um dos principais fatores da tendência aqui em questão.

Justificativas de proprietários de algumas fábricas no período de sua conversão em sociedade anônima vêm ao encontro desta explicação. Em um anúncio e comunicação à imprensa sobre a inauguração da Companhia Fiação e Tecelagem São Francisco, seu maior sócio e incorporador, Alcides Rodrigues, proprietário da então Malharia São Francisco assim se refere sobre a mudança na forma de organização de sua empresa:

“O intuito desta nova organização obedeceu, tão somente, ao fito de se angariar maior capital –o que efetivamente se conseguiu com relativa facilidade- tanto assim que a nova Companhia, confortavelmente instalada em prédio próprio e dispendo de maquinismos os mais aperfeiçoados, acha-se agora convenientemente aparelhada para atender, com toda solícitude e presteza, a todos aqueles que quiserem honrar com a sua valiosa preferência.”⁵⁴⁸

Ou, ainda, num relatório da Cervejaria Americana comentando a posição de sua proprietária, Catharina de Castro, sobre a transformação da constituição jurídica da fábrica:

“(…) em virtude da resolução da ex-proprietária da Cervejaria Americana, a exma. sra. D. Catharina de Castro, que, querendo melhor dilatar o raio e ação da respectiva fábrica, julgou mais acertado transformar sua firma comercial em sociedade anônima.”⁵⁴⁹

E também o “Jornal do Comércio”, em observação sobre a mesma conversão empresarial da fábrica têxtil Moraes Sarmiento:

⁵⁴⁷ Ver, entre outros, COTTRELL, P. (1993). **Industrial Finance, 1830-1914**. Op. cit. COLLINS, M. (1991). **Banks and Industrial Finance in Britain, 1800-1939**. Op. cit; CAMERON, R. (1992). Op. cit. CROUZET, F. (1972). Op. cit. HABER, S. (1997). “*Financial Markets and Industrial Development: a comparative study of governmental regulation, financial innovation, and industrial structure in Brazil and Mexico, 1840-1930.*” In HABER, S. **How Latin America Fell Behind: essays on the economic histories of Brazil and Mexico, 1800-1914**. Stanford University Press; MONTEIRO, A.M. (1985). **Empreendedores e Investidores na Indústria Têxtil no Rio de Janeiro: 1878-1895**. Op. cit. HANLEY, A.G. (1995). **Capital Markets in the Coffee Economy: financial institutions and economic change in Sao Paulo, Brazil, 1840-1905**. Op. cit.

⁵⁴⁸ DM 16/12/1923

⁵⁴⁹ DM 14/11/1922

“Devido a extraordinária aceitação que têm tido os produtos da Fábrica Fiação e Tecelagem Sarmiento, nesta cidade, resolveu seu proprietário, o sr. Severiano Sarmiento, incorporar uma companhia com capital de 500 contos, elevando o mesmo em breve a 1.000:000\$000. Esta transformação tem por fim o grande movimento pelo qual vai passar a fábrica. Quase todas as ações já estão tomadas, pois o espírito ativo e gênio empreendedor do seu gerente muita confiança inspiram. Além disso é um estabelecimento que já oferece boa e certa remuneração ao capital nele empatado. (...)”⁵⁵⁰

O mesmo podendo ser dito em relação à Sociedade Anônima Industrial Calçados São João, cuja conversão acionária foi objeto do seguinte comentário:

“[A empresa] vem destarte dia a dia crescendo, o que obrigou à criação de uma sociedade anônima industrial com o fito de melhorar as condições de negócio com o aumento de capital, que passou a ser de 900:000\$, com o acréscimo de 500:000\$ com que fazem a organização da referida sociedade. A deliberação da fábrica encontrou da parte do público franca solidariedade, tanto assim que o capital está todo subscrito e dentro de poucos dias estará a nova sociedade em franco desenvolvimento. (...)”⁵⁵¹

É de se destacar, nas informações acima, além do vínculo entre a necessidade de se expandir os negócios e a decisão de conversão das unidades em sociedades anônimas, o fato de que para algumas delas o lançamento das ações ter sido rapidamente coberto e, aparentemente, no mercado local, um tema que voltaremos num momento posterior desta análise. Por outro lado, deve ser ressaltado também que a necessidade de levantamento de recursos com a organização acionária se torna evidente, pelo menos em alguns casos, porque logo após a conversão das empresas elas se lançavam no mercado angariando

⁵⁵⁰ JC 07/12/1912

⁵⁵¹ GC 25/02/1926

recursos para investimentos⁵⁵². Foi assim, por exemplo, com a própria *Cervejaria Americana* que após a formalização de sua constituição em sociedade anônima em novembro de 1922, quando são publicados seus estatutos, já em dezembro realiza uma emissão de debêntures de 300:000\$ para o financiamento de diversas melhorias que vinham ocorrendo na fábrica, inclusive reforma no prédio e aquisição de novos maquinismos⁵⁵³. O mesmo ocorre com a *Companhia Moraes Sarmiento* que, organizada em sociedade anônima em março de 1913, delibera por uma emissão de debêntures (não efetivada) no valor de 242:000\$ na sua primeira assembléia extraordinária, realizada em setembro de 1913. Também a *Sociedade São João* lança um empréstimo por debêntures em agosto de 1926⁵⁵⁴, quando sua conversão em empresa acionária havia sido formalizada em maio do mesmo ano⁵⁵⁵.

Mas não foi apenas a necessidade de canalizar recursos disponíveis para investimentos de longo prazo o único fator explicativo da transformação jurídica de firmas industriais em sociedades anônimas. Algumas vezes a conversão do patrimônio do proprietário de uma fábrica em títulos acionários era extremamente conveniente para a divisão de *herança*, seja porque dava maleabilidade à partilha do patrimônio, ou porque a dissolução de uma sociedade comercial/industrial pela morte de um dos sócios poderia representar grandes perdas, tendo em vista que a liquidação da sociedade e dos bens da fábrica teriam que ser realizados em hasta pública. O seguinte requerimento, retirado do processo de inventário de Deolinda Barreiros Dias⁵⁵⁶, esposa de Renato Cordeiro Dias, grande comerciante e industrial do município, é esclarecedor neste sentido:

“Diz Renato Cordeiro Dias (...) que se acham pagos os impostos devidos à Fazenda Estadual de acordo com o cálculo (...), e cumprindo proceder-se a partilha, acontece que, o que de mesma deve ser objeto consiste principalmente nos haveres da sociedade comercial que gira nesta cidade sob a firma de Renato Dias & Cia. –consistentes em bens constantes do balanço social junto aos autos de

⁵⁵² Ver também MONTEIRO, A.M. (1985). **Empreendedores e Investidores na Indústria Têxtil no Rio de Janeiro: 1878-1895**. Op. cit.

⁵⁵³ DM 04/12/1922

⁵⁵⁴ DM 28/08/1926

⁵⁵⁵ DM 11/05/1926

⁵⁵⁶ Inventário – Processo ID 2718 – Cx. 3285 – ano 1919

inventário- e, como da dita sociedade não possam fazer parte os menores herdeiros, e a sua liquidação para se apurar o que lhes cabe em moeda corrente não se possa e nem se deve fazer em prazo breve, a menos que se arroste sério e inevitável prejuízo –sendo de toda conveniência para si e para todos os herdeiros interessados que à situação atual se imprima uma nova feição jurídica- que facilite a partilha –assegurando os direitos e interesses dos menores de par com os do requerente e mais interessados, sugere a organização de uma sociedade anônima- de que possam fazer parte os ditos menores, dando-lhes ações na proporção do que lhes caiba no líquido verificado no referido balanço –aproveitando-lhes proporcionalmente quaisquer valorizações que na avaliação que se fizer, se verificar, e propondo a levar a efeito a organização da aludida organização, digo, aludida sociedade anônima, requer à V. Exa. que ouvidos os interessados e o Dr. Promotor de justiça –e não se opondo eles, se digne autorizar o suplicante por alvará a organizar a mencionada sociedade anônima, cujo capital se constituirá com todos os haveres que lhe pertencem e a seus filhos –constantes do balanço ajuizado, ficando sobrestada a partilha até que a mesma sociedade legalmente se organize –em prazo que V. Exa. fixará, e isto feito, partilhando-se entre seus filhos as ações que lhe couberem, relativos ao quantum que lhes cabe no líquido do aludido balanço, acrescido das possíveis valorizações proporcionalmente.”⁵⁵⁷

Da mesma forma é elucidador o texto de um outro requerimento, desta vez extraído do inventário de Amélia Mascarenhas⁵⁵⁸, viúva de Bernardo Mascarenhas:

“Dizem os Drs. Enéas Guimarães Mascarenhas e Agenor Barboza (...), por seu procurador constituído, que possuindo todos os suplicantes partes ideais em terrenos e prédio (...) onde se acha localizada a ‘Fiação e Tecelagem Mascarenhas’, e desejando fazer parte da Sociedade Anônima Têxtil Bernardo Mascarenhas, em constituição, vem requerer a V. Exa. que ouvindo o Decurado de Órfãos se digne consentir na expedição de alvará autorização para a transferência

⁵⁵⁷ id. ib. fl. 65

⁵⁵⁸ Inventário – Processo ID 2536 – Cx. 312B – ano 1916

de três partes dos referidos imóveis, que constituirão o capital subscrito na mencionada sociedade anônima.

Como semelhante transferência e conseqüente organização da sociedade anônima, único meio de continuação do funcionamento da fábrica, os menores poderão receber os lucros provenientes da exploração de tais indústrias e recebendo em pagamento da transferência ações nominativas e integralizadas, cessará a comunhão existente entre os mencionados menores e os demais condôminos de semelhantes imóveis.

Nestes termos pedem deferimento.....”⁵⁵⁹

Em todo o caso, não deixa de ser importante que o período de maior constituição de sociedades anônimas industriais tenha coincidido, em suas linhas gerais, com a fase da industrialização local que assistiu a diversificação do parque industrial de Juiz de Fora. Ao mesmo tempo em que o setor industrial do município evoluiu e se consolidou a ponto de criar efeitos encadeadores suficientes para estimular o surgimento de unidades destinadas não mais a satisfazer a demanda imediata de bens de consumo assalariados, mas aquela de bens intermediários e de capital, sofreu internamente uma modificação na estrutura de seu patrimônio com uma imobilização crescente de seu capital em ativos fixos, a ponto do *fluxo circular de crédito* ao qual havia se inserido, apesar de ainda importante, não ser mais suficiente para financiar futuros investimentos.

Além disso, a consolidação do parque industrial do município refletia e era uma das principais responsáveis pelo crescimento das *formas urbanas de riqueza* que (conjuntamente com *aquelas de origem rural*) passarão a constituir o fundamento das reservas locais de recursos disponíveis para investimentos que servirão para suprir as insuficiências das formas até então utilizadas para obtenção de financiamento. Esta confluência de fatores se torna ainda mais importante na medida em que, se ampliou a demanda por recursos de longo prazo para a expansão industrial, esta demanda poderia ser satisfeita a partir de capitais e poupanças acumulados endogenamente.

A verificação da origem dos capitais aplicados nas ações de companhias locais é evidente neste sentido. De uma maneira geral, seu capital original era pequeno, assim como

⁵⁵⁹ id. ib. fl. 122

o número de acionistas, permitindo a absorção local do investimento. Muitas se constituíram, como vimos, a partir de firmas industriais já estabelecidas, sendo que abertura de seus capitais implicava na absorção de amigos e/ou parentes como sócios acionários; outras eram quase que exclusivamente familiares e mantinham o capital encerrado na rede de parentesco mais próxima. De qualquer forma, a imensa maioria do capital canalizado para investimento de ações e títulos de débito de empresas industriais em Juiz de Fora encontrou na própria cidade e região seu ponto de origem fundamental, o que vem demonstrar a existência de um *mercado acionário* na cidade, pelo menos um mercado *primário* de ações e também de títulos industriais, questão que também retomaremos posteriormente.

Os dados de que dispomos não deixam dúvida com relação a isso. Se considerarmos as empresas para as quais dispomos da origem dos acionistas e o número de ações (tabela 77) podemos perceber claramente a configuração básica deste mercado.

Tabela 77
Origem do Capital Acionário para Algumas Sociedades Anônimas de Juiz de Fora
(períodos selecionados)

Empresa	Ano	Número de ações	Juiz de Fora	%	Outros / n.d.	%
<i>Cia. Fabril e Juiz de Fora</i>	1911	2.485	2.294	92,31	191	7,68
<i>Cia. Nacional de Indústrias Reunidas</i>	1916	445	275	61,79	170	38,20
<i>S.A. Têxtil Bernardo Mascarenhas</i>	1916	4.000	2.900	72,50	1.100	27,50
<i>Cia. Renato Dias</i>	1920	5.000	5.000	100	-----	-----
<i>Cervejaria Americana</i>	1922	4.000	4.000	100	-----	-----
<i>Cia. Mec. George Grande</i>	1922	2.000	1828	91,40	172	8,60
<i>C.F.T. São Francisco</i>	1923	2.000	2.000	100	-----	-----
<i>S.A. Curtume Krambeck</i>	1927	2.150	2.150	100	-----	-----
<i>Cia. Industrial e Comercial América</i>	1928	1708	99,29		12	0,70
<i>Sociedade Brasileira de Tecidos</i>	1928	3.300	3.300	100	-----	-----
<i>Cia. Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri</i>	1928	2.840	2.840	100	-----	-----
<i>S.A. Henrique Surerus</i>	1929	1.200	1.200	100	-----	-----
<i>C.F.T. Antônio Meurer</i>	1929	9.488	9.488	100	-----	-----
<i>Malharia Sedan S.A.</i>	1929	592	586	98,98	06	1,01
<i>S.A. Fábrica de Tecidos São João Evangelista</i>	1932	3.500	3.500	100	-----	-----

Fonte: Jornais – vários anos

Poderia-se argumentar que, na verdade, este mercado não teria se constituído porque, afinal de contas, como se tratava de uma mera conversão de ativos existentes das plantas industriais em títulos acionários, nenhuma intervenção de forças de mercado propriamente ditas estariam interferindo no processo, argumento que estaria correto em princípio. No entanto, a partir dele se desconsidera que, mesmo ocorrendo em maior grau uma “mera” substituição de formas de riqueza ou patrimônio existente, a transformação da constituição jurídica das firmas industriais implicou, na maior parte dos casos, na ampliação do capital da empresa e, portanto, no acesso a recursos disponíveis no espaço econômico local como forma de financiamento. Por outro lado, boa parte destas empresas

ampliou seu capital através de novas emissões de ações e, muitas vezes, lançaram títulos de débito de longo prazo como forma de financiamento de investimentos e outras operações. Como exemplo, podemos citar o caso da Companhia Fiação e Tecelagem Moraes Sarmiento, que manteve uma agressiva política de levantamento de recursos externos como forma de financiamento, principalmente através de títulos de débito, mas também através de aumentos de capital. Assim, podemos dispor da distribuição original de seu capital acionário quando de sua constituição (em 1913) e da mesma distribuição de capital em 1926, quando há um lançamento de ações (tabela 78 e 79).

Tabela 78
Companhia Fiação e Tecelagem Moraes Sarmiento – Lista de Subscritores
(1913)

Nome	Número de ações	Valor	Residência
1. Severiano de Moraes Sarmiento (incorporador)	1240	248:000\$	JF
2. Antônio Passarella	25	5:000\$	JF
3. Albino Lopes de Abreu	20	4:000\$	JF
4. Belmiro Braga	10	2:000\$	JF
5. Cia. Fiação e Tecelagem Sarmiento (A. Lobão)	100	20:000\$	S.J.Nepomuceno
6. Afonso Alves Pereira	250	50:000\$	Mirai
7. Francisco Daniel de Moraes Sarmiento	25	5:000\$	JF
8. Manoel Corrêa Esteves	5	1:000\$	JF
9. Antônio Moraes Sarmiento	25	5:000\$	JF
10. Justino Alves Pereira Jr.	25	5:000\$	Mirai
11. Francisco Vaz e Magalhães	10	2:000\$	
12. Nagem José Assad	20	4:000\$	JF
13. Eduardo Weiss	5	1:000\$	JF
14. Pedro Marques de Almeida	5	1:000\$	JF
Total	1815	363:000\$	
Cidade	No. Ações	%	
Juiz de Fora / S.J. Nepomuceno	1480	81,53	
Mirai	275 (15,15%)	15,15	

Fonte: Ata de Assembléia de Instalação da Companhia Fiação e Tecelagem Moraes Sarmiento – DM 21/03/1913

Tabela 79
Cia. Fiação e Tecelagem Moraes Sarmento – lista de subscritores
Aumento de Capital
(1926)

Nome	Número de ações	Valor	Residência
01. Maria do Carmo Moraes Sarmento	863	172:600\$	JF
02. Afonso Alves Pereira	421	84:200\$	Mirai
03. Cyrene Sarmento Marques de Almeida – Pedro Marques de Almeida	215	43:000\$	JF
04. Eduardo Weiss	163	32:600\$	JF
05. Justino de Moraes Sarmento	162	32:400\$	JF
06. José Carlos de Moraes Sarmento	162	32:400\$	JF
07. Antônio Moraes Sarmento	156	31:200\$	RJ
08. Justino Alves Pereira	30	6:000\$	Mirai
09. Pedro Marques de Almeida	6	1:200\$	JF
10. Dinorah de Moraes Sarmento, A. M. Sarmento	6	1:200\$	RJ
11. Zaira Mello e Silva – José Custodio S. Junior	1	200\$	Petrópolis
Total	2.185	437:000\$	
Cidade	No. ações	%	
Juiz de Fora	1571	71,89	
Mirai	451	20,64	
Rio de Janeiro	163	7,45	

Fonte: DM 27/04/1926

OBS.: De acordo com a resolução da Assembléia todo o capital subscrito foi pago no ato da subscrição

Mas o delineamento do mercado financeiro regional para ações e títulos de débito de empresas industriais e, portanto, da internalização dos fluxos de financiamento de longo prazo dos investimentos industriais locais pode também ser realizado a partir de outros elementos. Os lançamentos de ações ou títulos de débito eram feitos principalmente no mercado local, a julgar pelos anúncios presentes na imprensa do município. Ao contrário dos períodos anteriores, as aberturas de capital e pagamentos de dividendos eram realizados sem nenhuma referência ao Rio de Janeiro ou qualquer outra praça, sendo o escritório das companhias ou os bancos do município, principalmente o Banco de Crédito Real, os lugares indicados para estas operações. Além disso, alguns estatutos deixavam claro os limites locais das operações acionárias, como é o caso desta disposição estatutária da Companhia Fabril de Juiz de Fora:

“A transferência das ações, quer nominativas integradas, quer de capital realizado em parte, mas de valor fixado pela lei como necessário para que possam ser validamente alienadas, se efetuará na sede da sociedade e no livro competente, por termo assinado pelo cedente e cessionário, ou por procuradores com poderes especiais para o ato.”⁵⁶⁰

No que se refere aos títulos de débito (debêntures), uma das mais importantes formas de financiamento das empresas industriais acionárias, uma disposição legal já limitava o registro dos empréstimos nos Registros Hipotecários das próprias comarcas⁵⁶¹. Além disso, os anúncios do lançamento dos títulos e outras informações presentes na imprensa do município também deixam claro a realização local dos empréstimos. Assim, por exemplo, a *Companhia de Laticínios de Juiz de Fora*, lançou no mercado local um empréstimo por debêntures na importância de 100:000\$ em 1913⁵⁶²; poucos dias depois o Jornal “O Pharol” assim comentava a operação de crédito:

“A Companhia Laticínios de Juiz de Fora (...) acaba de levantar nesta praça um empréstimo da quantia de 100:000\$, para melhoramento e desenvolvimento de seus importantes serviços. A operação realizou-se ontem, sendo aberta a subscrição no escritório da Companhia, encerrando-se às duas horas da tarde. Foi grande o sucesso alcançado. O empréstimo foi coberto nada menos que 3 vezes. É o caso de darmos parabéns aos acionistas da Companhia de Laticínios por esta prova de sua solidez e bom nome que goza. Sabemos que, com o empréstimo ora levantado a Companhia desenvolverá bastante o seu estabelecimento, que, no gênero, já é um de maior importância em nosso estado.”⁵⁶³

⁵⁶⁰ **Estatutos da Companhia Fabril de Juiz de Fora** (Cap. 2 parágrafo único) – DM 13/04/1911

⁵⁶¹ **Lei n. 177 A de 15 de setembro de 1893, art. 4º**. In FARIA, B. (1912). **Código Commercial Brasileiro**. 2 ed., Jacintho Ribeiro dos Santos - editor, Rio de Janeiro, p. 1.130.

⁵⁶² **Manifesto de Emissão de Debêntures – Companhia de Laticínios de Juiz de Fora** – DM 19/03/1913

⁵⁶³ OP 25/03/1913

Também esta notícia de 1924, veiculada à “Gazeta Commercial”, comentando outro empréstimo realizado pela Companhia Renato Dias é elucidativa:

*“Sabemos que o empréstimo de 600 contos há dias levantado pela Companhia Renato Dias foi inteiramente coberto dentro do prazo de 48 horas que lhe fora marcado. Este auspicioso fato vem claramente mostrar a pujança de nosso meio comercial e o extraordinário desenvolvimento de nossas indústrias, as quais já podem dispor de capitais relativamente grandes.”*⁵⁶⁴

Além do mais, a Companhia Mineira de Eletricidade tem várias de suas operações de financiamento comentadas pela imprensa local. Apesar de não se constituir numa empresa propriamente industrial, as informações disponíveis servem bem para a delimitação do mercado local como o principal espaço de captação de recursos de longo prazo para empresas acionárias existentes no município. Assim, para uma emissão feita em 1914⁵⁶⁵ o relatório da Companhia, publicado em 1915 afirmava que:

*“Apesar das dificuldades do momento, em que o país se via a braços com sérias dificuldades financeiras agravadas pela conflagração européia, o nosso empréstimo teve uma procura que excedeu, em muito, a nossa expectativa, não nos sendo possível atender a todos os subscritores. Com o mais legítimo desvanecimento, registramos esta circunstância, que demonstra, de modo bem eloquente, o crédito que goza a Companhia.”*⁵⁶⁶

Outras informações disponíveis em diversos relatórios da Companhia são esclarecedores do que queremos demonstrar aqui, como por exemplo aqueles dos anos de 1917 e 1918.

⁵⁶⁴ GC 02/06/1924

⁵⁶⁵ Companhia Mineira de Eletricidade – Manifesto para Emissão de Debêntures – DM 18/10/1914

⁵⁶⁶ Relatório da Companhia Mineira de Eletricidade – DM 28/08/1915

*“Deixamos aqui consignado que as nossas debêntures são procuradas com grande empenho, obtendo sempre cotação superior ao seu valor nominal, o que é eloqüente testemunho do crédito que goza a Companhia.”*⁵⁶⁷

*“Em dezembro do ano passado, foram sorteadas 167 debêntures da 1ª emissão e 70 debêntures da 2ª emissão, temos, portanto, atualmente em circulação, 50 debêntures da 1ª emissão, 4.700 da segunda e 5.664 debêntures da terceira emissão. Os nossos títulos continuam muito bem **cotados nesta praça**, onde são vendidos por preço superior ao seu valor nominal.”*⁵⁶⁸

As alusões a cotações e negociações realizadas na praça local e, portanto, no mercado financeiro regional devem ser destacadas, especialmente se tivermos em mente o fato de que, pelo menos até onde sabemos, *não havia um mercado formal na região*, ou seja, não temos referência da existência de uma *bolsa de valores* que viesse a representar um espaço oficial de negociação destes títulos. Além disso, a *Bolsa do Rio de Janeiro também não estava sendo utilizada para estas operações*, pelo menos de maneira regular, existindo em inventários diversos requerimentos solicitando cotação de títulos locais e outros que não possuíam cotação oficial. O exemplo abaixo é bastante expressivo neste sentido:

*“Verifica-se que as cotações da Companhia Dias Cardoso e as do Banco de Crédito Real não foram computadas pela cotação por não haver cotação oficial. Para igualdade de fato (...) requereu, por isso, que sejam avaliados e que o cálculo se reforme neste fato.....”*⁵⁶⁹

“...pelo dito procurador foi dito que os bens a avaliar são: 63 ações nominativas do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, com sede nesta cidade, no valor nominal de 200\$000 cada uma e 67 ações nominativas da Companhia Dias Cardoso, com sede nesta cidade, no valor nominal de 200\$000 cada uma; pelos

⁵⁶⁷ Id. DM 30/08/1917

⁵⁶⁸ Id. DM 30/08/1918 (grifo nosso)

⁵⁶⁹ Inventário – Processo ID 3084 – Cx. 360 B – ano 1923, f. 72

*louvados foi dito que em vista das informações por eles obtidas na praça, avaliam todos os referidos títulos pelos seus valores nominais, valendo, portanto, as 63 ações (...) do Banco de Crédito Real a quantia de 12:600\$000 e as 67 ações da Companhia Dias Cardoso a quantia de 13:400\$000 (...)*⁵⁷⁰

Ou ainda os seguintes relatos, todos retirados de inventários que tivemos oportunidade de consultar:

“...só estavam registradas cotações das apólices gerais e estaduais e das letras hipotecárias de 6% do Banco de Crédito Real e a elas apenas se reportou a certidão da Câmara Sindical dos Corretores, que foi negativa em relação às ações e às letras hipotecárias de 7% do mesmo Banco e às apólices municipais de Juiz de Fora.

Não existindo cotação oficial destes últimos títulos, deviam estes ser avaliados no juízo do inventário, pelos louvados já aprovados ou por outros, se assim entendesse V. Exa., mas, em todo caso, por pessoas desta praça e que estivessem, por isso, em condições de avaliar o preço que nela podem alcançar tais títulos.

Ao invés disto, porém, e excedendo embora suas funções, os procuradores da requerente entenderam de requerer à mesma Câmara Sindical a nomeação de avaliadores para estes títulos e por eles foi feita uma avaliação arbitrária que se vê à f. 81 pela qual dados os seguintes preços aos aludidos títulos....

Tais preços excedem, alguns em muito, às cotações que tem na praça esses títulos e já nessa previsão os avaliadores, na certidão á f. 81, ressalvam os direitos das partes interessadas a qualquer reclamação.

*É o que vêm fazer estes, devidamente representados pela requerente, pedindo a V. Exa. que se digne mandar proceder à nova avaliação desses títulos, antes do cálculo, evitando-se assim, o aumento injusto do imposto de herança a pagar pelos menores. (...)*⁵⁷¹

⁵⁷⁰ Id. ib. 73-74 (grifo nosso)

⁵⁷¹ Inventário – Processo ID 1881 – ano 1907; fls. 106 ss.

“(...) Em cumprimento do presente mandato, **fomos colher informações na praça**, a respeito do valor das ações da Companhia Fabril de Juiz de Fora, e concluímos que a cotação, agora, é de 90\$000 cada uma ação, assim, avaliamos as de números 253 a 257, por 450\$000.

Juiz de Fora, 26 de novembro de 1921.”⁵⁷²

“(...) Outrossim requerem à V. Ex. se digne mandar proceder à avaliação do prédio e imóveis situados nesta cidade e de 90 ações da Companhia Indústrias Reunidas, sendo 75 de números 1019 a 1093 de valor nominal de 200\$ e 15 de números 466 a 480 de valor nominal de 100\$000 cada uma, visto não terem cotação oficial, e de um quinhão do Club Juiz de Fora.”⁵⁷³

“...abaixo nomeado, perante os louvados (...) pelo juiz lhe foi ordenado que, sob seus juramentos prestados, avaliassem os diversos títulos pertencentes ao espólio de D. Carolina de Assis Isabel de Campos, que foram descritos pelo inventariante cel. Theodorico Ribeiro de Assis, dos quais não consta cotação oficial; em cumprimento de que preparam os ditos louvados a fazerem as respectivas avaliações pelo modo seguinte.

194 debêntures da 1ª série da Companhia Mineira de Eletricidade, de juros de 7% ao ano, pelo seu valor nominal de 200\$000 cada uma, em 38:800\$000; 441 da 2ª série da mesma Companhia, de juros de 7% ao ano pelo seu valor nominal de 100\$000 cada uma em 44:100\$000; 3.575 ações da mesma Companhia, pelo seu valor nominal de 200\$000 cada uma em 714:400\$000; 111 letras hipotecárias do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, do valor nominal de 100\$000 cada uma e juros de 6% ao ano, a 98\$000 cada uma, em 10:878\$000; 716 letras hipotecárias do mesmo Banco, juros de 7% ao ano, pelo seu valor nominal de 100\$000 cada uma, em 701:600\$000; 100 debêntures da Empresa Fluminense de Força e Luz. De juros de 10% ao ano, pelo seu valor nominal de 100\$000 cada uma, por 10:000\$000; 100 ações do Banco Mercantil de Rio de Janeiro, do valor nominal de

⁵⁷² Inventário – Processo ID 2672 – Cx. 325 B – ano 1921; fl. 113 (grifo nosso)

⁵⁷³ Inventário – Processo ID 2842 – Cx. 341 B – ano 1920; fl. 78

200\$000 cada uma, pela sua cotação (...) conforme o Diário Oficial junto a estes autos, de 235\$000 cada uma, em 23:500\$000 e 400 apólices da dívida pública federal, uniformizadas, do valor nominal de 1:000\$000 cada uma e juros de 5% ao ano, cotadas na referida data (....) a 912\$000 cada uma, em 374:800\$000. (...).”⁵⁷⁴

É certo, contudo, que há também referências de ações locais sendo negociadas na Bolsa de Valores do Rio. Triner chega mesmo a dizer que o único banco a negociar letras hipotecárias regularmente na Bolsa foi o Banco de Crédito Real de Minas Gerais⁵⁷⁵. Também uma lista de *empresas locais com cotação na Bolsa do Rio* foi publicada durante todo o ano de 1920⁵⁷⁶, desaparecendo subitamente a partir de então. Mais do que isso, *as cotações não variam para a maior parte das empresas*, que mantêm o preço das ações de acordo com o valor nominal, o que demonstra que *se houve cotação naquele mercado, as negociações não eram muito freqüentes ou regulares*. Também deve ser destacado que muitas aparecem nos exemplos acima, para um período posterior, sem referência à cotação oficial. De resto, o próprio “Jornal do Comércio” do Rio, que traz mensalmente ou quinzenalmente todos os títulos negociados naquela bolsa⁵⁷⁷, não apresenta títulos ou ações de empresas localizadas em Juiz de Fora (exceto para o Crédito Real), pelo menos para os anos que tivemos oportunidade de consultá-lo⁵⁷⁸.

São conhecidos, a partir de estudos recentes⁵⁷⁹, os *limites* da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, principalmente no que se refere ao número de empresas que negociavam títulos e abrangência espacial que assumiu. Triner faz uma observação taxativa neste sentido quando afirma:

⁵⁷⁴ Inventário – Processo ID 2389 – Cx. 299 B – ano 1915; fls. 32-33

⁵⁷⁵ TRINER, G. (1996). **Banks and Economic Development: 1906-1930**. Op. cit. p. 65. “Na praça do Rio de Janeiro as letras hipotecárias do Banco de Crédito Real foram cotadas, no dia 21 do corrente, a 85\$, fechando o mercado com compradores a 95\$. Felicitamos a zelosa administração do Banco pela prova de confiança que inspira à praça esse acreditado estabelecimento mineiro.” OP 25/03/1890

⁵⁷⁶ Ver, por exemplo, OP 07/01/1920, 25/03/1920, 30/07/1920 e 19/12/1920

⁵⁷⁷ MONTEIRO, A.M. (1985). Op. cit. p. 22

⁵⁷⁸ Jornal do Comércio anos 1910, 1913, 1917, 1932

⁵⁷⁹ HANLEY, A.G. (1995). Op. cit. TRINER, G. (1996). Op. cit. HABER (1996). **The Efficiency Consequences of Institutional Change: financial market regulation and industrial productivity growth in Brazil, 1866-1934.**, Op. cit. e Id. (1997). “*Financial Markets and Industrial Development: a comparative study of governmental regulation, financial innovation, and industrial structure in Brazil and Mexico, 1840-1930.*” Op. cit.

“A comparação entre o crescimento da produção total e o crescimento das atividades na Bolsa sugere que, entre 1906 e 1930, uma proporção cada vez menor do setor produtivo estava sendo capitalizada através do mercado de títulos. A diferença entre o volume de transações, ajustado pela inflação, efetivamente realizadas na Bolsa e o crescimento econômico é muito acentuada. O valor real do capital registrado na Bolsa e o volume de títulos comercializados eram menores em 1930 do que do que no início da década. De 1906 até o fim da Primeira República dois curtos e fortes surtos na comercialização de títulos ocorreram, ambos durante períodos de crescimento na produção. Um primeiro entre 1910 e 1912 e um outro de 1917 a 1919. Ambos foram seguidos imediatamente por fortes declínios, responsáveis pela diminuição do volume comercializado para os níveis anteriores ou mesmo menos. (...) Em 1930, o nível real da produção estava alto e os níveis de capital registrado ou de títulos públicos comercializados estavam crescendo. Entretanto, nem o volume das ações comercializadas, nem o seu valor demonstraram crescimento similar. (...) O valor das ações comercializadas (ajustadas pela inflação) em 1930 era menor que a metade de seus níveis em 1906. (...)”⁵⁸⁰

Haber vai ainda mais longe, pois pressupõe a existência de mercados alternativos àquele representado pela Bolsa do Rio de Janeiro:

“Dados dos censos de 1905 e 1915 indicam que existiam outros mercados para debêntures além do Rio de Janeiro. O censo de 1905 enumera 31 firmas que indicaram o financiamento por débito (...) das quais apenas 13 estavam listadas na Bolsa do Rio de Janeiro. O valor do débito das 18 firmas não listadas na Bolsa do Rio era quase tão grande quanto o valor das 13 firmas que vinham negociando seus títulos ali (43% do débito listado no censo eram de firmas que não os estavam negociando no Rio). O censo de 1915 indica um padrão similar; das 53 firmas que listaram débito de longo prazo, apenas 14 vinham comercializando-os no Rio de

⁵⁸⁰ TRINER, G. (1996). Op. cit. pp. 174-175; ver também páginas 185 e 187 ss.

*Janeiro. O débito de firmas não comercializado no Rio de Janeiro era de 48% do total do débito de longo prazo enumerado no censo.”*⁵⁸¹

De qualquer forma, o mercado do Rio pode ter sido utilizado (se o foi de forma significativa), em especial pelas maiores companhias, na medida em que aumentava a necessidade por maiores volumes de recursos a serem mobilizados, o que parece ter sido o caso do próprio Banco de Crédito Real. Mas aparentemente sua principal função foi a de servir, na medida em que as ações e títulos eram lançados no mercado local, como um *mercado secundário*⁵⁸², ou seja, como um *mercado para títulos financeiros já realizados no município*. Em outras palavras, eram títulos que obtinham sua liquidez inicial no espaço local sendo posteriormente e *ocasionalmente* negociados no Rio. A importância da distinção entre mercados financeiros primários e secundários se torna nítida a partir da seguinte afirmação, feita por M.B. Levy no seu já clássico livro sobre a História da Bolsa do Rio de Janeiro:

“A trajetória das ações no mercado tem duas etapas distintas, porém interligadas. A etapa inicial, bem definida, compreende os procedimentos voltados para emissão e colocação de ações no mercado primário. Apenas nesta etapa o mercado de ações existe como fonte de financiamento de empresas. A etapa final da trajetória, cujo cenário é a Bolsa, envolve um conjunto de transações entre os tomadores finais das ações que alteram as posições de suas carteiras. A empresa não obtém recursos com a negociação de suas ações em Bolsa; ela simplesmente se interessa pelo grau

⁵⁸¹ HABER, S. (1997). “*Financial Markets and Industrial Development: a comparative study of governmental regulation, financial innovation, and industrial structure in Brazil and Mexico, 1840-1930.*” Op. cit. p. 174 nota 22. A seguinte afirmação, do mesmo autor, também é ilustrativa: “*O uso da Bolsa do Rio de Janeiro como o principal meio de financiamento de novas companhias começou a diminuir após 1915, quando o número de firmas que estavam vendendo ações atingiu 32. Em torno de 1924 o número destas empresas tinha caído para 27. Isto ocorreu ao mesmo tempo em que a capacidade instalada da indústria aumentou em torno de 45% e o número total de empresas aumentou de 180 para 202. Esta tendência perdurou por toda a década de 1920. Entre 1924 e 1927 apenas uma nova empresa vendeu ações na Bolsa do Rio, ao mesmo tempo em que a capacidade instalada crescia mais 21% e 68 novas firmas foram abertas. Durante este período de três anos, novas emissões de empresas já existentes chegaram virtualmente à metade.*” Id. ib. p. 156

⁵⁸² Para uma definição de mercados de ações primários e secundários ver: PEARCE, D.W. (1992). **The MIT Dictionary of Modern Economics**. 4 ed., The MIT Press, Cambridge; GURLEY, J. and SHAW, E. (1992). “*Financial Aspects of Economic Development.*” Op. cit.

*de liquidez alcançado, o qual constitui variável importante para seu sucesso nos lançamentos seguintes. (...)”*⁵⁸³

Mas mesmo um mercado secundário pode ter se desenvolvido no município. Seus principais indicativos são os freqüentes anúncios de vendedores e compradores de ações e outros títulos e, principalmente, o surgimento de uma rede de *intermediários financeiros* (corretores) que também anunciavam freqüentemente na imprensa local. A presença destes anúncios ocorre para todo o período, sendo algumas firmas com prática relativamente longa. Podemos selecionar, a título de exemplo, alguns destes anúncios, distribuídos cronologicamente pelo conjunto de tempo desta análise.

“Banco de Crédito de Minas Gerais

Vendem-se ações deste banco com 20% a 45\$000. Para informação em casa de

Baptista e Cia.

*Rua Direita 51”*⁵⁸⁴

“Memorial

*Escritório de negócios de Manoel L. Couto Silva, rua Direita, n. 120 – intermediário para compra e venda de letras hipotecárias, ações de todos os bancos e companhias, casas, terrenos, fazendas, liquidações amigáveis e judiciais, inventários etc.”*⁵⁸⁵

⁵⁸³ LEVY, M.B. (1977). **História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro**. Op. cit. p. 165; Ver também HOFFMAN, P. T., POSTEL-VINAY, G. and ROSENTHAL, J-L. **Priceless Markets**. Op. cit. p. 273 ss.

⁵⁸⁴ OP 11/11/1891

⁵⁸⁵ JC 19/02/1911

“Agência Intermediária

Colucci & Cia.

Rua Marechal Deodoro, 571

Telefone, 456

Em vista das dificuldades encontradas para o estabelecimento de uma casa de penhores, nesta cidade, de propriedade da firma acima, a mesma resolveu fundar em seu lugar uma Agência Intermediária, que se incumbirá da colocação de capitais contra promissórias, hipotecas, penhores mercantis, recebimento de aluguéis, juros de apólices, venda de casas, terrenos, letras hipotecárias, ações de bancos e companhias, representações e demais negócios inerentes à mesma.”⁵⁸⁶

“Debêntures.

Compram-se. Informações com Kemper. Rua Cezário Alvim, n.181

Ações.

De bancos e companhias. Compram-se. Informações com Kemper, à rua Cezário Alvim, n. 181.”⁵⁸⁷

Até que ponto estes intermediários vinham efetivamente operando com ações e títulos de companhias (e, portanto, provendo liquidez aos portadores de títulos locais) é difícil dizer. Percebe-se claramente que não desempenhavam essa função de forma especializada, estando invariavelmente envolvidos com negócios imobiliários e outros. Contudo, a frequência com que aparecem e o número de firmas envolvidas indicam que estas operações podem ter sido mais regulares do que se pensa. É de se notar que também em São Paulo, mesmo que para um período anterior, também já foi demonstrada a existência deste tipo de intermediários financeiros, igualmente não especializados e envolvidos com negociações com imóveis⁵⁸⁸. Além disso, sua própria presença está a indicar a possibilidade de realização local de venda e compra de ações e títulos de companhias.

⁵⁸⁶ OD 30/07/1924

⁵⁸⁷ GC 17/11/1932

⁵⁸⁸ Ver HANLEY, A.G. (1995). **Capital Markets in the Coffee Economy: financial institutions and economic change in Sao Paulo, Brazil, 1840-1905.** Op. cit p. 183

Estabelecido este contorno geral do mercado de ações e títulos de débito da economia local, onde tinha seu espaço mais importante, característica própria dos mercados de capitais em sua fase de constituição⁵⁸⁹, cabe ainda a esta análise verificar sua *importância para o processo de expansão e crescimento industrial do município* no período em questão. Para isso, reunimos todas as informações sobre lançamento de ações, debêntures e empréstimos hipotecários ou outras operações bancárias que pudemos detectar por parte destas companhias para verificarmos em que medida o mercado de capitais de Juiz de Fora serviu como ponto de apoio para o financiamento de investimentos e acumulação de capital (tabela 80).

⁵⁸⁹ BILLICK, J.R. and THOMAS, W.A. (1970). “*The Provincial Stock Exchanges, 1830-1870.*” In **Economic History Review**. XXIII.

Tabela 80
Movimento Financeiro das Sociedades Anônimas de Juiz de Fora – Lançamento de Ações e
Debêntures
(períodos selecionados)

Data/fonte	Operação	Valor
Companhia Mineira de Eletricidade		
OP 15/01/1888	Subscrição de capital	150:000\$
OP 27/09/1890	Aumento de capital	150:000\$
OP 17/05/1894	Aumento de capital	500:000\$
JC 19/02/1905	Emissão de debêntures	350:000\$
JC 23/06/1911	Emissão de debêntures	470:000\$
OP 05/01/1912	Aumento de capital	600:000\$
DM 18/10/1914	Emissão de Debêntures	580:000\$
DM 02/02/1916	Aumento de capital	1.100:000\$
DM 09/02/1926	Aumento de capital	2.000:000\$
Total	Em ações – 76,27%	4.500:000\$
5.900:000\$	Em debêntures – 23,72%	1.400:000\$
Companhia Industrial de Juiz de Fora		
OP 09/10/1890	Subscrição de capital	70:000\$
OP 15/01/1892	Aumento de capital	130:000\$
Total 200:000	Em ações - 100%	200:000\$
Companhia Construtora Mineira		
OP 30/07/1890	Subscrição de capital	500:000\$
OP 16/09/1894	Hipoteca	130:000\$
Total	Em ações – 79,36%	500:000\$
630:000\$	Em hipotecas – 20,53%	130:000\$

Companhia Chímico Industrial Mineira		
ML 14/06/1891	Subscrição de capital	400:000\$
JC 27/02/1897	<i>Hipoteca</i>	90:296\$
Total 490:296\$	<i>Em ações – 81,58%</i>	400:000\$
	<i>Em hipoteca – 18,41%</i>	90:296\$
Companhia Mechânica Mineira		
OP 08/05/1891	Subscrição de capital	300:000\$
OP 09/09/1892	Empréstimo por hipoteca	50:000\$
OP 16/09/1894	Empréstimo por hipoteca	130:000\$
Total 480:000\$	Em ações – 62,50%	300:000\$
	Em hipotecas – 37,50	180:000\$
Companhia Laticínios de Juiz de Fora		
JC 22/09/1909	Subscrição de ações	50:000\$
OP 23/04/1910	Aumento de capital	50:000\$
JC 02/07/1911	Débito hipotecário	10:000\$
DM 19/03/1913	Emissão de debêntures	100:000\$
Total 210:000\$	Em ações – 47,61%	100:000\$
	Em debêntures – 47,61%	100:000\$
	Em hipotecas – 4,76%	10:000\$

Companhia Fiação e Tecelagem Moraes Sarmento		
DM 21/03/1913	Subscrição de ações	137:000\$
DM 21/09/1913	Emissão de debêntures	(não realizada)
DM 19/03/1914	Débito hipotecário	23:100\$
DM 28/04/1915	Emissão de debêntures	242:000\$
OD 28/03/1917	Empréstimo por hipoteca	165:000\$
	Empréstimo garantido	20:000\$
DM 19/03/1920	Título emitido	125:000\$
DM 06/04/1926	Aumento de capital	437:000\$
GC 21/06/1928	Emissão de debêntures	800:000\$
GC 25/03/1931	Aumento de capital	400:000\$
	Emissão de debêntures	400:000\$
Total 2.349:100\$	Em ações – 41,46%	974:000\$
	Em debêntures – 44,35%	1.042:000\$
	Em hipotecas / outros – 14,17%	333:100\$
Companhia Fiação e Tecelagem Santa Cruz		
DM 03/05/1914	Subscrição de capital	200:000\$
DM 28/01/1916	Hipoteca	60:000\$
DM 08/07/1916	Emissão de debêntures	200:000\$
DM 23/04/1924	Aumento de capital	400:000\$
DM 06/05/1924	Emissão de debêntures	400:000\$
Total 1.260:000\$	Em ações – 47,61%	600:000\$
	Em debêntures – 47,61%	600:000\$
	Em hipoteca – 4,76%	60:000\$

Companhia Nacional de Indústrias Reunidas		
DM 29/06/1916	Subscrição de capital	80:000\$
DM 04/08/1917	Empréstimo hipotecário	150:000\$
DM 12/06/1918	Aumento de capital	48:000\$
Total 278:000\$	Em ações – 46,04%	128:000\$
	Em hipotecas – 53,95%	150:000\$
Companhia Força e Luz de Ewbanck – Companhia Regional de Força e Luz		
n.d.	Subscrição de capital	50:000\$
DM 26/07/1917	Empréstimo	20:000\$
DM 29/07/1918	Aumento de capital	40:000\$
Total 110:000\$	Em ações – 81,81%	90:000\$
	Em empréstimo – 18,18%	20:000\$
Sociedade Anônima Têxtil Bernardo Mascarenhas		
DM 14/07/1920	emissão de debêntures	500:000\$
GC 07/04/1925	Aumento de capital	800:000\$
	Emissão de debêntures	1.100:000\$
Total 2.400:000\$	Em ações – 33,33%	800:000\$
	Em debêntures – 66,66%	1.600:000\$
Sociedade Anônima Lithográfica e Mechânica União Industrial		
DM28/08/1920	Débito por hipoteca	93:600\$
DM 12/03/1921	Aumento de capital	400:000\$
Total 493:600\$	Em ações – 81,03%	400:000\$
	Em hipoteca – 18,96%	93:600\$

Companhia Industrial e Mercantil Renato Dias		
DM 03/05/1920	Aumento de capital	1.000:000\$
DM 10/07/1920	Créditos bancários	450:000\$
DM 02/06/1924	Emissão de debêntures	600:000\$
DM 29/09/1924	Caução – Banco Pelotense	110:000\$
GC 13/02/1927	Emissão de debêntures	950:000\$
GC 21/10/1928	Resgate de debêntures	
Total 3.110:000\$	Em ações – 32,15%	1.000:000\$
	Em debêntures – 49,83%	1.550:000\$
	Operações bancárias – 18,00%	560:000\$
Companhia Dias Cardoso		
DM 12/10/1920	aumento de capital	1.000:000\$
DM 04/03/1921	aumento de capital	600:000\$
DM 14/05/1924	aumento de capital	400:00\$
GC 30/09/1925	Aumento de capital	1.000:000\$
GC 08/06/1926	aumento de capital	1.200:000\$
Total 4.200:000\$	Em ações – 100%	4.200:000\$
Companhia Cervejaria Americana		
DM 04/12/1922	Emissão de debêntures	300:000\$
DM 22/10/1931	lançamento de debêntures	200:000\$

DM 28/07/1932	Títulos caucionados	150:000\$
Total 650:000\$	Em debêntures – 76,92%	500:000
	Títulos caucionados – 23,07%	150:000
Companhia Mechânica George Grande		
DM 28/02/1922	Subscrição de capital	106:000\$
DM 28/12/1927	Hipoteca	57:000\$
DM 27/02/1929	Emissão de debêntures	200:000\$
DM 12/01/1935	Débito hipotecário	97:700\$
Total 460:700\$	Em ações – 23,00%	106:000\$
	Em debêntures – 43,41%	200:000\$
	Em hipotecas – 33,57%	154:700\$
Companhia Fiação e Tecelagem São Francisco		
DM 28/11/1923	Subscrição de capital	280:000\$
DM 14/03/1925	Aumento de capital	300:000\$
	Título Caucionado	81:654\$
DM 16/09/1926	Empréstimo por hipoteca	140:760
GC 22/04/1928	Debêntures	100:000\$
Total 902:714\$	Em ações – 64,25%	580:000\$
	Em debêntures – 11,07%	100:000\$
	Em hipoteca – 24,67%	222:714\$
Companhia Fiação e Tecelagem São Vicente		
GC 12/12/1924	Subscrição de capital	400:000\$
DM 01/07/1926	Aumento de capital	400:000\$
DM 22/03/1928	Emissão de debêntures	500:000\$
GC 24/03/1936	Aumento de capital	400:000\$
Total 1.700:000\$	Em ações – 70,58%	1.200:000\$
	Em debêntures – 29,41%	500:000\$
Sociedade Anônima Industrial Calçados São João		
GC 25/02/1926	Subscrição de capital	200:000\$
DM 20/07/1926	Emissão de debêntures	550:000\$
DM 28/08/1926	Débito hipotecário	20:000\$
Total 770:000\$	Em ações – 25,97%	200:000\$
	Em debêntures – 71,42%	550:000\$
	Em hipotecas – 2,59%	20:000\$

Curtume Krambeck		
MG 13/04/1927	Subscrição de capital	10:000\$
Total 10:000\$	Em ações	10:000\$
Companhia Laticínios Santa Amélia		
n.d.	Subscrição de capital	200:000\$
GC 10/07/1927	emissão debêntures	-----
GC 29/11/1928	Aumento de capital	200:000\$
Total 400:000\$	Em ações 100%	400:000\$
Companhia Pantaleone Arcuri		
DM 21/04/1928	aumento de capital	400:000\$
Total 400:000\$	Em ações - 100%	400:000\$
Sociedade Brasileira de Tecidos – Fábrica Santa Maria		
GC 19/04/1928	Aumento de Capital	340:000\$
Total 340:000\$	Em ações – 100%	340:000\$
Companhia Industrial e Comercial América		
GC 27/12/1928	Subscrição de capital	100:000\$
GC 28/06/1930	Débito hipotecário – Banco de Crédito Real	130:556\$
	Débito hipotecário – Bank of London and South America	121:200\$
Total 351:756\$	Em ações – 28, 42%	100:000\$
	Em Hipotecas – 71,57%	251:756\$

Sociedade Anônima Henrique Surerus		
DM 15/04/1929	Subscrição de capital	93:000\$
DM 19/07/1931	Aumento de capital	350:000\$
Total 443:000\$	Em ações – 100%	443:000\$
Sociedade Anônima Fábrica de Tecidos São João Evangelista		
GC 05/05/1932	Subscrição de ações	4:000\$
Total 4:000\$	Em ações – 100%	4:000\$
Malharia Sedan Sociedade Anônima		
MG 08/05/1929	Subscrição de capital	174:386\$
GC 28/04/1931	Emissão de debêntures	200:000\$
GC 06/11/1934	aumento de capital	400:000\$
Total 774:386\$	Em ações – 74,17%	574:386\$
	Em debêntures – 25,82%	200:000\$
<p>Ações: 19.123\$772 – 65,22%</p> <p>Debêntures: 8.342:000\$ - 28,45%</p> <p>Hipotecas / outros: 1.851:780 – 6,31%</p> <p>Total 29.317:552</p>		

Fonte: Jornais – vários anos

Há que se observar, também aqui, que a subscrição de capitais invariavelmente não corresponde ao capital inicial das empresas, já que *o montante computado se refere apenas à entrada de recursos quando da transformação de uma firma antiga em sociedade anônima, não sendo registrado aquele montante representativo da conversão dos ativos anteriores em capital acionário*; dessa forma, o que temos indicado é aquele capital que efetivamente foi acrescentado quando da modificação da constituição jurídica da empresa, além das novas ações que foram lançadas e colocadas em circulação.

Por outro lado, *percebe-se nitidamente que a maior parte das empresas utilizou amplamente os recursos disponíveis na economia local na forma de poupança para realizarem investimentos*. Tanto as emissões de ações quanto o lançamento de debêntures estão visivelmente envolvidos com gastos de ampliação da produção, melhoramento na planta, aquisição de máquinas, de novas unidades fabris etc., sendo esta informação geralmente veiculada às decisões de assembléias extraordinárias regularmente publicadas pela imprensa, podendo posteriormente ser confirmadas pelos respectivos balanços, que apresentam sistematicamente os novos gastos com melhorias. De qualquer forma, resolvemos reproduzir algumas destas informações, que aqui, novamente, devem ser consideradas como típicas.

Assim, por exemplo, em 1905, a Companhia Mineira de Eletricidade, justificava a emissão de 350 contos em debêntures “...para a compra da empresa de bondes e a substituição da respectiva tração pela elétrica e à montagem da terceira máquina geradora da usina de eletricidade (...).”⁵⁹⁰ Ou a Companhia Mechânica Mineira que em 1892, após adquirir um empréstimo de 50:000\$ com uma conhecida aristocrata local, a Baronesa de Juiz de Fora, justificava a operação:

“(...) Reconhecendo a necessidade de aquisição de novas máquinas que habilitassem a, no interesse da empresa, aumentar a produção, na medida sempre crescente das encomendas que recebe, mandou a diretoria vir da Europa e Estados Unidos da América do Norte, e já se acham recolhidas no nosso estabelecimento,

⁵⁹⁰ JC 10/02/1905

*devendo em breve ser montadas, dez máquinas aperfeiçoadas, cujo custo, compreendendo transporte e direitos, teve importância em 29:483\$640.”*⁵⁹¹

Ou ainda a Companhia Cervejaria Americana que assim se refere à necessidade de realização de um empréstimo de 300 contos através de emissão de debêntures:

*(...) Usando a palavra o diretor presidente disse que: necessitando a Companhia de aumentar sua capacidade de produção para satisfazer a aceitação crescente e preferência que tem sido dispensada a seus produtos pelos consumidores e para desenvolver os negócios em novas zonas, será indispensável para isso a instalação de novos maquinismos e respectivas adaptações, que tornam a produção maior, mais rápida e menos onerosa; que, para tal fim dificilmente se apresentará tão propícia oportunidade como a atual em que se acha em viagem de excursão pela América do Norte e Europa o digno e proveitoso gerente técnico, sr. Carlos Hugo Becker, que se desempenhará cabalmente da escolha dos aparelhos e maquinismos necessários ao fim desejado; que entretanto, uma ampliação desse vulto carece de ser amparada por uma operação financeira, que, produzindo os meios necessários à sua realização mediante reembolso a prazo longo, assegure desde logo o êxito das transações, o que conseguirá por meio de um empréstimo por debêntures com as garantias definidas em lei.(...)”*⁵⁹²

Também a seguinte exposição de motivos e justificativa de emissão de um empréstimo por debêntures da Malharia Sedan S.A., bastante elucidativo pelo que contém:

“A expansão natural dos negócios de nossa sociedade, decorrentes principalmente da última e importante seção instalada em nossa fábrica –a seção ‘cotton’, para o fabrico de finíssimos produtos retilíneos- tem exigido de nós uma crescente inversão de capitais, aplicação esta, aliás, considerada deveras compensadora e proveitosa, sobretudo que seus resultados estejam colhidos. A inesperada situação cambial, com o sucessivo e rápido declínio das taxas cambiais, coagiu-nos a

⁵⁹¹ **Relatório da Companhia Mechânica Mineira – OP 09/09/1892**

⁵⁹² **Ata de Assembléia Extraordinária da Companhia Cervejaria Americana – DM 04/12/1922**

tomarmos medidas imediatas, tratando de liquidar com antecipação nossos compromissos em moeda estrangeira e realizando, com tal medida de prudência, uma economia resultante do aproveitamento de melhores taxas, ao mesmo tempo que eliminamos os riscos de agravamento do câmbio, imprevisível na época de assumirmos tais compromissos. (...) Há conveniência e necessidade de atrair, sob uma feição de crédito prolongada e estável, capitais interessados numa alocação rendosa e perfeitamente garantida. Para nós, as vantagens primordiais dessa operação serão as de melhormente prosseguirmos dedicados a nossa obra, consolidando-a ainda mais, dentro da segurança do financiamento ora proposto e visando atravessarmos a época atual com ampla margem para não ficarmos à mercê de embaraços tais como o das imprevistas flutuações cambiais, e justificando-se tal operação não só pelo referido desdobramento industrial de nossas instalações, mas também para pagamentos antecipados em moeda estrangeira. Para isso, a solução mais aconselhável, no momento, parece-nos, a julgar pelo que temos colhido de informações sobre o estado atual dos mercados, uma emissão de duas mil debêntures do valor de 200\$, cujo valor é inferior ao do capital social, e que vencerão juros à taxa de 10% ao ano, pagáveis por semestres vencíveis (...). Para o serviço dos juros e amortização podem reservar-se anualmente 61:585\$ de modo que todas as obrigações estarão resgatadas ao fim de 12 anos.

(...) Deve também investir-se a diretoria de poderes para emitir e conservar em carteira todas ou parte das debêntures e vendê-las pelo valor nominal depois de encerrado o prazo de subscrição à medida das conveniências sociais; como a ele deve cometer-se a faculdade de antes ou depois de encerrada a subscrição caucionar os títulos para garantia de quaisquer débitos sociais e permitir que os credores respectivos façam as vendas das debêntures pelo valor nominal para amortização dos saldos de suas contas.”⁵⁹³

Claro que existem casos em que o lançamento de títulos ou ações esteve vinculado ao pagamento de débitos, sendo a Companhia George Grande, entre outras, um dos

⁵⁹³ GC 28/04/1931

principais exemplos neste sentido⁵⁹⁴. Mas, em geral, os empréstimos aqui verificados representam investimentos; e é a conseqüente melhoria no sistema de produção, ganhos de escala e aumento dos lucros que vão garantir o pagamento destes empréstimos, ou os ganhos de dividendos, cujos anúncios também são extremamente regulares na imprensa local. É de se notar que, no caso de emissão de debêntures, invariavelmente era criado um fundo especial de reserva, normalmente chamado “*fundo de amortização de empréstimos*”, retirado como porcentagem da conta de lucros e que destinava especialmente para este fim (o pagamento dos juros e amortização dos empréstimos).

Uma outra informação em relação à tabela diz respeito ao fato de haver um predomínio do lançamento de ações no mecanismo de financiamento, tanto em termos agregados como por parte de algumas indústrias específicas. É importante entendermos o processo de financiamento através das ações. Invariavelmente as empresas faziam o lançamento com aquisição de novos sócios ou com os acionistas já existentes, com a conseqüente absorção de novos fundos para inversões. Mas há também um instrumento de transferência de recursos dos fundos de reserva (desta feita estatutário e destinado a suprir gastos com depreciação de maquinário, despesas inesperadas etc.) que, sendo realocados e utilizados como gastos de investimentos, poderiam ser confundidos com uma *forma de financiamento interno por parte das companhias*, o que não deixa de ter sua razão de ser.

Mas o processo não se esgotava aí. Quando as reservas atingiam um nível considerado seguro, sua transferência e conseqüente ampliação como capital da empresa implicavam numa maior capacidade de mobilização *externa* de recursos através de lançamento de títulos de débito, cujos limites eram estabelecidos por lei exatamente na proporção do capital da sociedade⁵⁹⁵. Muitas foram as companhias que logo após a

⁵⁹⁴ “(...) fizemos o empréstimo com o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, desta praça (...). Como sabeis, devido à crise do comércio e indústria nacional, e não a pequenos prejuízos que sofremos. (...)”. **Relatório da Companhia Mechânica George Grande** – DM 28/12/1927. É importante notar que, no inventário de George Grande, um dos principais protagonistas das interpretações historiográficas que ressaltam a mentalidade “*self made man*”, encontramos a seguinte afirmação: “Aceitamos os preços do balanço, porque verificamos que estão razoáveis. Alguns objetos constantes do mesmo já não existem, pelo que deixamos de os avaliar. Certa parte do material constante do dito balanço acha-se reduzida em sua quantidade ou peso, pelo natural gasto ou consumo no funcionamento das oficinas. Alguns maquinismos estão funcionando há mais de 30 anos, portanto, levando-se em conta a depreciação nesse longo espaço de tempo, verifica-se que está razoável a avaliação...” Inventário – Id. 3496 – ano 1922 f. 28-32.

⁵⁹⁵ “O valor total das emissões [de debêntures] de uma companhia não excederá ao do capital estipulado em seus estatutos.” **Decreto 177-A de 15 de novembro de 1893, Art. 1º par. 3º** In FARIA, B. (1912). **Código Commercial Brasileiro**. Op. cit. p. 1129

transferência, ampliação e distribuição do capital entre antigos acionistas, lançaram debêntures na nova proporção do capital, estando entre elas a Companhia Mineira de Eletricidade, a Companhia Fiação e Tecelagem Moraes Sarmiento, a Companhia Santa Cruz e Bernardo Mascarenhas. Desta forma, conseguia-se uma particular combinação entre acumulação interna de fundos, ausência de dispersão excessiva da propriedade acionária, distribuição dos novos lucros para os acionistas e *acesso ampliado ao financiamento externo* para novas inversões, um mecanismo que só poderia existir perante a existência de um mercado de títulos e capitais.

Além de tudo, se atentarmos para os valores levantados, seja pela emissão de ações e debêntures ou pelas operações bancárias, ainda com relação à tabela número 80, poderemos ter uma idéia do montante mobilizado pelo mercado de capitais local para as operações. Talvez, numa avaliação comparativa, estes recursos possam parecer pequenos frente àqueles que eram levantados em mercados de maior envergadura, como São Paulo ou Rio de Janeiro⁵⁹⁶, mas o leitor deve estar atento, como já observamos, que *a menor proporção destes empréstimos é que permitia que a liquidação dos títulos que representavam fosse realizada, na sua parte mais significativa, nos limites da economia local e regional*. Além disso, *são montantes correspondentes às necessidades de investimento, expansão e capacidade de pagamento de indústrias muitas vezes bem menores, em sua média, do que aquelas presentes nos maiores parques industriais do país*. Estes argumentos adquirem maior significado ainda se atentarmos para o predomínio das indústrias têxteis na amostra, um setor cuja eficiência mínima de escala era pequena o suficiente para que fossem financiadas por mercados de capitais pessoais e regionalizados⁵⁹⁷.

De qualquer forma, empresas que conseguiram levantar, no conjunto do período da amostra, montantes correspondentes a 2.400:000\$ (*Companhia Fiação e Tecelagem Moraes Sarmiento*), 3.100:000\$ (*Companhia Industrial e Mercantil Renato Dias*), 4.200:000\$ (*Companhia Dias Cardoso*) ou mesmo a 6.000:000\$ (*Companhia Mineira de Eletricidade*), apenas para citar alguns exemplos, não devem ser subestimadas,

⁵⁹⁶ Para o caso do Rio ver MONTEIRO, A.M. (1985). Op. cit. e LEVY, M.B. (1977). **História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro**. Op. cit.

⁵⁹⁷ HABER, S. (1996) **The Efficiency Consequences of Institutional Change: financial market regulation and industrial productivity growth in Brazil, 1866-1934**. Op. cit. p. 9

especialmente se considerarmos o fato de que foram empréstimos mobilizados com o fim de financiar a expansão e melhoria de sua estrutura produtiva (em alguns casos extremamente significativa) e obtidos principalmente pela capacidade de *canalização de poupanças locais*⁵⁹⁸ por parte das empresas acionárias, industriais ou não.

É esta capacidade de mobilização de recursos na esfera da economia local e o mecanismo utilizado para tal que esta análise deve destacar agora. Na medida que representavam financiamento de longo prazo, que resultaram invariavelmente na ampliação de sua base de acumulação de capital (função precípua de qualquer mercado financeiro) e que envolveram capitais acumulados endogenamente, Juiz de Fora conseguiu estruturar um espaço econômico e financeiro que teve um papel essencial no seu processo de expansão industrial e econômica. Formava-se, assim, um *circuito de financiamento de longo prazo*, principalmente para empresas industriais, sem o qual todo o processo de industrialização do município estaria comprometido. Se verificarmos o *grau de alavancagem* que este espaço tornou possível para as sociedades industriais do município poderemos ter uma idéia de sua importância para o crescimento e diversificação econômica e industrial local.

Sabe-se que a *alavancagem financeira* é um conceito que procura relacionar o nível de financiamento que uma firma mantém frente aos seus gastos correntes e/ou gastos de capital⁵⁹⁹. Através dele podemos mensurar em que medida uma empresa específica utiliza-se das operações de financiamento e de crédito disponíveis na economia e o âmbito em que ela se articula com os mercados de crédito e de capital. A nós, no momento, interessa mais a verificação do grau de inserção das empresas acionárias de Juiz de Fora com o mercado de longo prazo, ou seja, aquele destinado ao financiamento de inversões e expansão das operações empresariais. Para tal utilizaremos um índice (conhecido como “*debt-equity ratio*” ou relação débito-capital) que procura medir o nível de *endividamento* de empresas acionárias (debêntures e hipotecas) frente às suas disponibilidades, entendidas aqui como o

⁵⁹⁸“(…) a existência e atividade destes mercados de capitais, rudimentares mas flexíveis, a mobilização de fundos potencialmente inativos (principalmente poupanças agrárias) e a grande possibilidade de empréstimos que resultou deles não podem ter sido pouco importantes para a formação do capital agrícola ou industrial e para o crescimento econômico provincial (...)”.CROUZET, F. (1972). “Introduction.” In MATHIAS, P. **Capital Formation in the Industrial Revolution**. Op. cit. p. 52-53

⁵⁹⁹ Ver, entre outros, MINSKY, H. (1982). “*Finance and Profits: the changing nature of American business cycles*.” Op. cit. PEARCE, D.W. (1992). **The MIT Dictionary of Modern Economics**. Op. cit. HANLEY, A.G. (1995) **Capital Markets in the Coffee Economy: financial institutions and economic change in Sao Paulo, Brazil, 1840-1905**. Op. cit. HABER, S. (1996). **The Efficiency Consequences of Institutional Change: financial market regulation and industrial productivity growth in Brazil, 1866-1934**. Op. cit.

capital e suas reservas⁶⁰⁰. Assim, quanto mais próximo ou superior a 1:1 maior será o nível de inserção da empresa no mercado de capitais, sendo um índice igual a 0:1 um indicativo de que a empresa não vem utilizando o mercado como fonte de financiamento de suas operações de investimento, predominando, neste caso, o financiamento interno.

⁶⁰⁰ HABER, S. (1996). Op. cit. e Id. (1997). Op. cit.

Tabela 81
Relação Débito-Capital para as Sociedades Anônimas de Juiz de Fora
(períodos selecionados)

Data/fonte	Companhia	Capital	Reservas	Debêntures	Hipotecas Outros	Debt-equity ratio	Média
JC 10/02/1905	Companhia Mineira de Eletricidade	800:000\$	72:176\$	350:000\$	-----	0.40:1	0.71:1
JC 23/06/1911	Companhia Mineira de Eletricidade	800:000\$	98:534\$	790:000\$	-----	0.87:1	
DM 18/10/1914	Companhia Mineira de Eletricidade	1.400:000\$	141:443\$	1.360:000\$	-----	0.88:1	
OP 16/09/1894	Companhia Construtora Mineira	500:000\$	16:108\$	-----	130:000\$	0.25:1	0,25:1
OP 09/09/1894	Companhia Mechânica Mineira	300:000\$	-----	-----	130:000\$	0.43:1	0.43:1
JC 02/07/1911	Companhia Laticínios de Juiz de Fora	100:000\$	-----	-----	10:000\$	0.10:1	0.55:1
DM 19/03/1913	Companhia Laticínios de Juiz de Fora	100:000\$	-----	100:000\$	-----	1:1	
DM 19/03/1914	C.F.T. Moraes Sarmento	363:000\$	-----	-----	23:100\$	0.06:1	0.57:1
DM 28/04/1915	C.F.T. Moraes Sarmento	363:000\$	7:903\$	242:000\$	27:636\$	0.72:1	
OD 28/03/1917	C.F.T. Moraes Sarmento	363:000\$	-----	-----	185:000\$	0.50:1	
DM 19/03/1920	C.F.T. Moraes Sarmento	363:000\$	386:554\$	-----	146:470\$	0.19:1	
GC 21/06/1928	C.F.T. Moraes Sarmento	800:000\$	570:525\$	800:000\$	-----	0.58:1	
GC 25/03/1931	C.F.T. Moraes Sarmento	1.200:000\$	187:285\$	1.200:000\$	-----	0.86:1	
DM 28/01/1916	C.F.T. Santa Cruz	200:000\$	1:881\$	-----	60:000\$	0.29:1	0.53:1
DM 08/07/1916	C.F.T. Santa Cruz	200:000\$	41:372\$	200:000\$	-----	0.82:1	
DM 06/05/1924	C.F.T. Santa Cruz	600:000\$	618:676\$	600:000\$	-----	0.49:1	
DM 04/08/1917	Companhia Nacional de Indústrias Reunidas	485:000\$	-----	-----	150:000\$	0.30:1	0.30:1
DM 26/07/1917	Companhia Força e Luz de Ewbanck	50:000\$	-----	-----	20:000\$	0.40:1	0.40:1
DM 14/10/1920	SA Têxtil Bernardo Mascarenhas	800:000\$	741:449\$	500:000\$	-----	0.32:1	0.36:1
DM 07/04/1925	SA Têxtil Bernardo Mascarenhas	1.600:000\$	2.233:410	1.600:000\$	-----	0.41:1	
DM 28/08/1920	SA Lithográfica e Mechânica União Industrial	1.100:000\$	41:139\$	-----	93:600\$	0.08:1	0.08:1

Tabela 81
Relação Débito-Capital para as Sociedades Anônimas de Juiz de Fora
(períodos selecionados) – cont.

DM 10/07/1920	Companhia Industrial e Mercantil Renato Dias	1.000:000\$	-----	-----	450:000\$	0.45:1	0.56:1
DM 02/06/1924	Companhia Industrial e Mercantil Renato Dias	1.500:000\$	-----	600:000\$	-----	0.40:1	
DM 29/09/1924	Companhia Industrial e Mercantil Renato Dias	1.500:000\$	-----	600:000\$	110:000\$	0.47:1	
CG 13/02/1927	Companhia Industrial e Mercantil Renato Dias	1.500:000\$	-----	1.288:000\$	110:000\$	0.93:1	
DM 04/12/1922	Companhia Cervejaria Americana	800:000\$	-----	300:000\$	-----	0.37:1	0.43:1
DM 22/10/1931	Companhia Cervejaria Americana	800:000\$	-----	409:800\$	-----	0.51:1	
DM 28/07/1932	Companhia Cervejaria Americana	800:000\$	-----	195:000\$	150:000\$	0.43:1	
DM 28/12/1927	Companhia Mechânica George Grande	400:000\$	47:396\$	-----	57:000\$	0.12:1	0.44:1
DM 27/02/1929	Companhia Mechânica George Grande	400:000\$	60:576\$	200:000\$	48:000\$	0.53:1	
DM 12/01/1935	Companhia Mechânica George Grande	400:000\$	-----	180:000\$	97:700\$	0.69:1	
DM 16/09/1926	C.F.T. São Francisco	700:000\$	19:600\$	-----	222:214\$	0.30:1	0.22:1
GC 22/04/1928	C.F.T. São Francisco	700:000\$	-----	100:000\$	-----	0.14:1	
DM 22/03/1928	C.F.T. São Vicente	800:000\$	51:003\$	500:000\$	-----	0.58:1	0.58:1
DM 20/07/1926	SA Industrial Calçados São João	550:000\$	-----	550:000\$	20:000\$	1.03:1	1.03:1
GC 28/06/1930	Companhia Industrial e Comercial América	250:000\$	7:837\$	-----	251:756\$	0.97:1	0.97:1
GC 28/04/1931	Malharia Sedan	600:000\$	64:734\$	200:000\$	-----	0.30:1	0.30:1

Tabela 82
Relação Débito-Capital para as Sociedades Anônimas de Juiz de Fora – Movimento Anual
(períodos selecionados)

OP 09/09/1894	Companhia Mechânica Mineira	300:000\$	-----	-----	130:000\$	0.43:1	0.34:1
OP 16/09/1894	Companhia Construtora Mineira	500:000\$	16:108\$	-----	130:000\$	0.25:1	
JC 10/02/1905	Companhia Mineira de Eletricidade	800:000\$	72:176\$	350:000\$	-----	0.40:1	0.40:1
JC 23/06/1911	Companhia Mineira de Eletricidade	800:000\$	98:534\$	790:000\$	-----	0.87:1	0.48:1
JC 02/07/1911	Companhia Laticínios de Juiz de Fora	100:000\$	-----	-----	10:000\$	0.10:1	
DM 19/03/1913	Companhia Laticínios de Juiz de Fora	100:000\$	-----	100:000\$	-----	1:1	1:1
DM 19/03/1914	C.F.T. Moraes Sarmento	363:000\$	-----	-----	23:100\$	0.06:1	0.47:1
DM 18/10/1914	Companhia Mineira de Eletricidade	1.400:000\$	141:443\$	1.360:000\$	-----	0.88:1	
DM 28/04/1915	C.F.T. Moraes Sarmento	363:000\$	7:903\$	242:000\$	27:636\$	0.72:1	0.72:1
DM 28/01/1916	C.F.T. Santa Cruz	200:000\$	1:881\$	-----	60:000\$	0.29:1	0.55:1
DM 08/07/1916	C.F.T. Santa Cruz	200:000\$	41:372\$	200:000\$	-----	0.82:1	
OD 28/03/1917	C.F.T. Moraes Sarmento	363:000\$	-----	-----	185:000\$	0.50:1	0.40:1
DM 26/07/1917	Companhia Força e Luz de Ewbanck	50:000\$	-----	-----	20:000\$	0.40:1	
DM 04/08/1917	Companhia Nacional de Indústrias Reunidas	485:000\$	-----	-----	150:000\$	0.30:1	
DM 19/03/1920	C.F.T. Moraes Sarmento	363:000\$	386:554\$	-----	146:470\$	0.19:1	0.26:1
DM 10/07/1920	Companhia Industrial e Mercantil Renato Dias	1.000:000\$	-----	-----	450:000\$	0.45:1	
DM 28/08/1920	SA Lithográfica e Mechânica União Industrial	1.100:000\$	41:139\$	-----	93:600\$	0.08:1	
DM 14/10/1920	SA Têxtil Bernardo Mascarenhas	800:000\$	741:449\$	500:000\$	-----	0.32:1	
DM 04/12/1922	Companhia Cervejaria Americana	800:000\$	-----	300:000\$	-----	0.37:1	0.37:1
DM 06/05/1924	C.F.T. Santa Cruz	600:000\$	618:676\$	600:000\$	-----	0.49:1	

Tabela 82
Relação Débito-Capital para as Sociedades Anônimas de Juiz de Fora – Movimento Anual
(períodos selecionados) – cont.

DM 02/06/1924	Companhia Industrial e Mercantil Renato Dias	1.500:000\$	-----	600:000\$	-----	0.40:1	0.45:1
DM 29/09/1924	Companhia Industrial e Mercantil Renato Dias	1.500:000\$	-----	600:000\$	110:000\$	0.47:1	
07/04/1925	SA Têxtil Bernardo Mascarenhas	1.600:000\$	2.233:410	1.600:000\$	-----	0.41:1	0.41:1
DM 20/07/1926	SA Industrial Calçados São João	550:000\$	-----	550:000\$	20:000\$	1.03:1	0.66:1
DM 16/09/1926	C.F.T. São Francisco	700:000\$	19:600\$	-----	222:214\$	0.30:1	
CG 13/02/1927	Companhia Industrial e Mercantil Renato Dias	1.500:000\$	-----	1.288:000\$	110:000\$	0.93:1	0.52:1
DM 28/12/1927	Companhia Mechânica George Grande	400:000\$	47:396\$	-----	57:000\$	0.12:1	
DM 22/03/1928	C.F.T. São Vicente	800:000\$	51:003\$	500:000\$	-----	0.58:1	0.43:1
GC 22/04/1928	C.F.T. São Francisco	700:000\$	-----	100:000\$	-----	0.14:1	
GC 21/06/1928	C.F.T. Moraes Sarmento	800:000\$	570:525\$	800:000\$	-----	0.58:1	
DM 27/02/1929	Companhia Mechânica George Grande	400:000\$	60:576\$	200:000\$	48:000\$	0.53:1	0.53:1
GC 28/06/1930	Companhia Industrial e Comercial América	250:000\$	7:837\$	-----	251:756\$	0.97:1	0.97:1
GC 25/03/1931	C.F.T. Moraes Sarmento	1.200:000\$	187:285\$	1.200:000\$	-----	0.86:1	0.55:1
GC 28/04/1931	Malharia Sedan	600:000\$	64:734\$	200:000\$	-----	0.30:1	
DM 22/10/1931	Companhia Cervejaria Americana	800:000\$	-----	409:800\$	-----	0.51:1	
DM 28/07/1932	Companhia Cervejaria Americana	800:000\$	-----	195:000\$	150:000\$	0.43:1	0.43:1
DM 12/01/1935	Companhia Mechânica George Grande	400:000\$	-----	180:000\$	97:700\$	0.69:1	0.69:1

Fonte: Jornais – vários anos

A tabela 81 demonstra a relação débito-capital por empresa acionária do município e a tabela 82 demonstra a mesma relação a partir de seu movimento anual. Em ambos os casos percebe-se que, salvo para empresas ou períodos específicos, os índices assumem proporções importantes, não sendo raras as empresas que mantêm entre 25-55% do seu capital representado por endividamento de longo prazo e não estando ausentes empresas que mantêm a relação próxima de 90% ou mais em relação às suas disponibilidades. Estes números em si já estão a demonstrar que a inserção das empresas acionárias no mercado de capitais locais foi bastante significativa, evidenciando a importância do segmento financeiro local para o processo de crescimento e expansão econômica e industrial do município.

Mas é apenas a partir de uma análise comparativa que estes números vão expressar todo o seu significado. Haber, estudando a mesma relação para as empresas acionárias têxteis do país, a partir de cálculos bastante parecidos, nos fornece índices que poderão nortear nossa própria análise, com a vantagem de conseguirmos dados para o conjunto das empresas acionárias (não apenas para o setor têxtil), o que vem aproximar os critérios comparativos aqui em questão, e, mais, para distintas regiões do país. Reunimos seus dados na tabela 83 e deixaremos para o próprio leitor as conclusões a que levam estes números.

Tabela 83
Relação Débito-Capital para outras regiões do país
(períodos selecionados)

Ano	Área	Debt-Equity Ratio
1905	Companhias acionárias do Rio de Janeiro	0.174
	Companhias acionárias de São Paulo	0.683
	Companhias acionárias de outros estados	0.062
	Total das companhias acionárias	0.196
1915	Companhias acionárias do Rio de Janeiro	0.399
	Companhias acionárias de São Paulo	0.196
	Companhias acionárias de outros estados	0.297
	Total das companhias acionárias	0.311
1925	Companhias acionárias do Rio de Janeiro	0.188
	Companhias acionárias de São Paulo	0.105
	Companhias acionárias de outros estados	0.130
	Total das companhias acionárias	0.144
1934	Companhias acionárias do Rio de Janeiro	0.272
	Companhias acionárias de São Paulo	0.415
	Companhias acionárias de outros estados	0.235
	Total das companhias acionárias	0.325

Fonte: HABER (1996). Op. cit. Tabela 4 – Anexo Estatístico

Contudo, resta ainda uma última questão a ser discutida neste momento da análise. Já tivemos oportunidade de observar que uma das funções mais importantes de um mercado de capitais é a *transferência intersetorial de recursos monetários* dentro do espaço econômico no qual atua. Este aspecto dos mercados financeiros assume particular importância no caso da zona da Mata de Minas no período em que estamos estudando, já que esta região se encontra diretamente relacionada com o *processo de transição de uma economia agrário-exportadora para uma predominantemente urbano-industrial, processo*

este onde a transferência de recursos e capitais não só esteve presente, como deve ter sido fundamental para que ocorresse.

Já vimos em momentos anteriores deste trabalho que a estrutura produtiva da economia cafeeira condicionou em grande parte a oferta e a demanda por recursos financeiros no interior do próprio universo da economia cafeeira. Também já verificamos como a *sazonalidade* típica desta produção também determinou o ritmo desta demanda por crédito, delimitando tanto suas necessidades de financiamento de curto quanto de longo prazo. Mas existem outros elementos desta dimensão financeira que *podem ser devidamente incluídos como efeitos de encadeamento financeiros*, convergindo diretamente com a forma que assumiu o mercado de capitais da região e que convém retomarmos para esclarecermos, do *ponto de vista dos fluxos de crédito e financiamento*, as relações que se estabeleceram entre a economia cafeeira e o processo de industrialização.

O primeiro e um dos mais importantes foi *o desequilíbrio na distribuição de renda* que marcou o conjunto da estrutura sócio-econômica forjada pela economia cafeeira. A partir dela, formou-se inicialmente uma classe privilegiada pela distribuição da propriedade da terra e que dispunha de recursos excedentes que vão representar boa parcela da poupança interna disponível para investimentos na economia. A inversão desta poupança na própria produção agrícola de maneira *regular ou automática* constituía elemento extremamente problemático, dada as flutuações de preço do produto no mercado internacional, estando seus detentores quase sempre entre avaliações de risco e retorno que nem sempre implicavam na sua conversão e expansão da produção cafeeira, mas sim em alguma forma de ativo financeiro⁶⁰¹.

Outro componente importante foi o impacto das discontinuidades do volume de produção e da própria oscilação dos fluxos de lucro e renda dos agentes identificados com a produção agroexportadora. Como conseqüência destas variações havia uma grande discontinuidade destes fluxos, sendo este um dos *principais determinantes da estrutura de demanda por alguns ativos financeiros* que pudessem representar alguma regularidade na

⁶⁰¹ “Estes investimentos se materializaram sempre que os lucros oriundos do café não encontravam aplicação no núcleo básico, dado o caráter ‘natural’ da acumulação nos cafezais requerer um tempo de maturação e uma expansão da fronteira agrícola que se move defasada em relação aos movimentos cíclicos dos preços internacionais do café. A própria aceleração da urbanização promovida pela expansão do complexo cafeeiro torna, pois, atrativas as oportunidades de investimento industrial, mesmo quando, inicialmente, sua taxa de rentabilidade possa ter sido inferior a do café.” TAVARES, M.C. (1985). **Acumulação de Capital e industrialização no Brasil.**, Unicamp, Campinas, p. 98

renda destes agentes. De acordo com um autor que pesquisou as relações financeiras na economia escravista do Sul dos Estados Unidos:

*“(...) a chave da compreensão da mentalidade do rentier é reconhecer que o lucro do cultivo dos produtos agrícolas de grande valor no mercado [staples] era extremamente irregular; o sucesso do plantador em grande parte estava em saber se reinvestia na ampliação da produção ou em ativos que representavam fluxos seguros de renda e pouco risco.”*⁶⁰²

Também M. B. Levy ressalta a importância da irregularidade no fluxo de recursos na produção cafeeira e, sobre os títulos da dívida pública, comenta:

*“(...) constituíam um ativo muito adequado às necessidades dos grandes produtores. Recebendo em períodos anuais determinados pela venda das safras, investiam em títulos do governo, dos quais poderiam desfazer-se ao longo do ano, na medida do fluxo de seus gastos correntes. (...) Os únicos títulos que não haviam se depreciado com a crise do final dos anos 1850 e início dos 1860 foram os títulos da dívida pública. Por esta razão gozavam de mercado firme, preferidos que eram por fazendeiros e rentiers urbanos. (...) Dotados de liquidez, facilitava a venda caso fosse necessário ao seu portador; seus portadores podiam contar com a segurança do governo, prazos flexíveis e liquidez garantida –todas as qualidades de um ativo financeiro para compor uma carteira conservadora.”*⁶⁰³

Entende-se, desta forma, o “apego” da aristocracia agrária em relação a títulos que pudessem representar alguma *regularidade em seu retorno*, normalmente ativos financeiros de renda fixa e com poucos riscos (como seria o caso típico dos títulos da dívida pública, entre outros) e a inserção da demanda deste tipo de ativos como *decorrência* da dinâmica e forma de organização da produção da própria economia de exportação.

⁶⁰² KILBOURNE, H. (1995). *Debt, Investment, Slaves: credit relations in east Feliciana parish, 1825-1885*. Op. cit. p. 06.

⁶⁰³ LEVY, M.B. *A Indústria no Rio e Janeiro Segundo as Sociedades Anônimas*. Op. cit. p. 89.

Em outras palavras, o que estamos querendo demonstrar aqui é que *boa parte da poupança local disponível para investimentos potenciais em ativos industriais estava na mão de um grupo social cuja propensão para o investimento era determinada pela constituição social e produtiva da economia cafeeira*. Se alguns destes investimentos (como os títulos públicos) são considerados social e economicamente como “conservadores” ou “tradicionais”, tema recorrente em alguns setores da historiografia⁶⁰⁴, tal caracterização resulta de uma visão um tanto ou quanto estreita e simplista do mecanismo financeiro envolvendo este tipo de ativos, para além de uma identificação absolutamente aleatória entre a aristocracia cafeeira e aquela que teria marcado o Antigo Regime europeu⁶⁰⁵.

Os *títulos da dívida pública*, como observamos, podem ser considerados uma das primeiras formas de canalização de *riqueza tangível* para *riqueza intangível* e, por isso, sua presença, segurança, natureza, negociação, variação de preço e referência como *custo de oportunidade* para detentores de poupança em geral, na verdade constituem componentes determinantes da formação e estruturação de mercados financeiros e de capitais em uma economia⁶⁰⁶. Além disso, *sua presença como ativo financeiro constitui um dos principais pré-requisitos para investimentos em outros ativos mais arriscados, inclusive débitos e outros ativos de origem industrial*, o que contribui decisivamente para o desenvolvimento do mercado financeiro e criação de canais de transferência intersetorial de recursos no seu

⁶⁰⁴ Ver, entre tantos, GRANZIERA, R. (1979) **A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil**. Hucitec, São Paulo. TANNURI, L.A. **O Encilhamento**. São Paulo: Hucitec, 1981.

⁶⁰⁵ “(...) *Em verdade, as relações entre os membros da grande fazenda estão bem longe de organizar-se segundo o modelo clássico em que se opõem, de um lado, senhores liberados do exercício de funções econômicas e que levam a dispendir seu tempo e as contribuições recebidas em atividades bélicas e lúdicas e, de outro, dependentes e escravos sobre os quais pesa com exclusividade a produção dos meios de vida. Mais de um observador do século XIX teve a sua visão do grande proprietário de terras no Brasil e da vida em seu estabelecimento parcialmente deformada por este esquema de percepção, fornecido pelo quadro das existências senhoriais européias, não se dando conta de que só poderia existir uma analogia formal entre os elementos materiais e humanos que entraram na constituição das propriedades fundiárias do velho e do novo mundo. (...)*”. FRANCO, M.S. (1983). **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 3 ed., Kairós, São Paulo, p. 181

⁶⁰⁶ MARICHAL, C. (1997). “*Obstacles to the Development of Capital Markets in Nineteenth-Century Mexico*.” Op. cit. p. 119 In HABER, S. (1997). Op. cit. É reconhecido pela historiografia o papel dos títulos públicos na formação dos primeiros mercados de capitais. Ver, por exemplo, DICKSON, P.G.M. (1967). **The Financial Revolution in England: a study in the development of public credit – 1688/1756**. Macmillan, New York; KINDLEBERGER, C. (1993). **A Financial History of Western Europe**. Op. cit.; BASKIN, J. and MIRANTI, P. (1997). **A History of Corporate Finance**. Op. cit.

interior. Desta maneira, entende-se o potencial que podem desenvolver em uma economia em transição para o capitalismo⁶⁰⁷.

Outro aspecto vinculado à interpretação da presença dos títulos públicos no portfolio de agentes identificados com a produção agrícola de exportação é o fato de que os recursos empatados na aplicação destes títulos são considerados, em geral, como *recursos “desviados”* de aplicações mais representativas na economia local. Mas, para isso, o pressuposto é que esta economia tenha que possuir uma dinâmica tal que permita o surgimento de setores diferenciados em seu interior, cujas demandas financeiras impliquem em oportunidades viáveis para a aplicação de sua poupança, e as estruturas de produção agroexportadoras do país não se marcam, como temos visto, propriamente pela homogeneidade quanto aos elementos determinantes desta dinâmica. De qualquer forma, onde ela esteve presente, como é o caso do município de Juiz de Fora, os títulos da dívida pública aparecem apenas como mais uma entre tantas aplicações existentes na própria economia do município (hipotecas, títulos de dívida de curto prazo, ações, títulos municipais, letras hipotecárias, depósitos bancários, debêntures), várias delas envolvendo a dinamização de distintos e importantes setores desta economia.

Por outro lado, ressaltar a “esterilização” destes recursos é subestimar a verdadeira *dimensão financeira* envolvida no instrumento. De início cabe lembrar a *sua função no interior do mecanismo de transmissão de riqueza no tempo, como um dos instrumentos mais importantes de preservação de valores e ganhos de longo prazo das heranças de menores*⁶⁰⁸, o que torna sua presença relativamente disseminada em vários e distintos

⁶⁰⁷ “(...) Num contexto como este, predominante na atividade agroexportadora local, a presença dos títulos da dívida pública - principalmente as apólices federais, que constituíam a significativa maioria nos patrimônios por nós analisados - mantém um papel importante para a manutenção das articulações que se estabelecem entre o setor agroexportador e o setor financeiro, que juntos vão representar, seguramente, boa parte da oferta e demanda de recursos gerados no sistema regional. Articulação que, em si mesma, nada tem de arcaico ou tradicional, já que por sua própria natureza vai ao encontro do processo geral da expansão capitalista que então se verificava: dela depende, em grande parte, a colocação do mercado como elemento intermediador do processo da produção agroexportadora, principalmente no que diz respeito à reestruturação das relações de produção, cujo resultado implicou numa grande ampliação do potencial do consumo interno e dos próprios níveis de mercantilização da economia. Em outras palavras, a presença dos títulos da dívida pública apresenta uma funcionalidade no interior das relações econômicas que se efetivavam no sistema agroexportador regional cuja apreensão ultrapassa, em muito, um eventual comportamento “tradicional” ou apego da aristocracia fundiária local ao passado. (...)” PIRES, A. (1993). **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora**. Op. cit. p. 148

⁶⁰⁸ SIQUEIRA, A. (1922). **Código Civil Brasileiro**. Livraria Acadêmica, São Paulo, título VI, seção VI, p. 175 ss. “(...) Diz o menor púbere Luiz Felipe de Oliveira Penna, no inventário de seu finado avô ... que achando-se o mesmo em termos de se proceder à partilha, e constando o monte de alguns móveis e

grupos da estrutura social vigente, incluindo não apenas fazendeiros, mas também industriais, pequenos e grandes comerciantes, profissionais liberais e, mesmo, grupos que não vinham propriamente se privilegiando da distribuição de renda vigente nesta estrutura social e econômica.

Além do mais, deve ser lembrada sua função como *instrumento de garantia e caução para inúmeras operações financeiras*, principalmente com o setor bancário (contas garantidas, empréstimos em conta corrente, garantia de pagamento de prestações hipotecárias ou como simples instrumento de depósito)⁶⁰⁹, com toda a dinamização econômica que as atividades de crédito podem representar e o eventual retorno dos recursos mobilizados neste tipo de ativo para a esfera dos circuitos financeiros locais e regionais. Em nosso trabalho anterior, pudemos observar a importância deste aspecto para a economia agrária de exportação local:

“(...) Fazemos referência especificamente ao fato dos títulos da dívida pública terem substituído os escravos, de forma complementar à terra, como objeto daquilo que alguns autores chamam “renda capitalizada”, modificação fundamental já que

semoventes, terras, apólices da dívida pública e dinheiro, vem respeitosamente requerer a V. Exa. se digne mandar que lhes sejam adjudicadas apólices da dívida pública, atendendo a idade e condições especiais do suplicante, pois sendo o mesmo um colegial de 16 anos e residindo em companhia de seu tio e tutor em município diferente, muito prejudicial lhe seria, como é intuito, receber seu quinhão em terras e lavouras de café cuja exploração lhe é de todo impossível. Parece-lhe que assim se consultará à sua comodidade sem prejuízo dos demais co-herdeiros –seus tios- já senhores por herança de sua avó, de fazendas contíguas às terras a dividir, e obedece-se à praxe e à lição dos mestres.(...)” Inventário – Id. 2560 – ano 1917. Ou ainda: “(...) A requerente pode hoje bem afirmar o enorme aumento em preços que houve no material porque em 21 casas de operários edificadas nos cento e tantos alqueires de terras da “Estância Comendador Procópio” estas foram inteiramente reformadas depois de concluído o inventário, reforma esta exclusivamente administrada pela mesma.(...) Infelizmente, o nosso dinheiro continua desvalorizado de dia para dia. O giro do papel moeda nacional no ano passado esteve representado na importância total de 4.002.322:977\$500 – isso é ainda o que sabemos. ‘Terra é dinheiro plantado’ e quase toda a herança que recebeu João Evangelista, foi em papel –140 apólices federais, (...), recebeu de seu pai na doação que fez em vida dos 100:000\$ a cada filho. Por ocasião do inventário, recebeu mais 116 apólices da dívida pública, ações do Banco de Crédito Real, debêntures, ações da Cia. Laticínios de Juiz de Fora, boa parte nas hipotecas: Cia. Pantaleone Arcuri, Cia. Central de Diversões, sr. Hugo Becker, a dívida do sr. Natalino Modesto de Almeida e 116\$ em dinheiro. (...)” Inventário – Id. 4289 – ano 1934.

⁶⁰⁹ *“(...) O espectro de ativos com que contavam as fazendas e que podia servir como garantia para operações, compreendia diversos itens, alguns mais, alguns menos líquidos, incluindo escravos, instrumentos agrícolas, frutos pendentes, títulos da Dívida Pública, e a Terra. Cada um desses ativos prestava-se como garantia a uma modalidade diversa de operação de crédito. Via de regra tinha base nos frutos pendentes o crédito para financiamento da safra, ao passo que o crédito de médio e longo prazo tinha como garantia a hipoteca da terra e/ou dos escravos, o penhor dos instrumentos agrícolas e caução dos títulos da dívida pública.” FRANCO, G.B. Reforma Monetária e Instabilidade Durante a Transição Republicana Op. cit. p. 77*

*permite não só vincular a presença destes títulos ao sentido geral da transição escravista-capitalista, mas, também, como corolário desta mesma modificação, entender a colocação dos títulos públicos, novamente de forma conjunta com a terra, como base para aquisição de crédito, principalmente o de médio e longo prazos, junto ao sistema financeiro, operação que durante a vigência do regime escravista tinha no próprio escravo seu suporte fundamental. Esta garantia de crédito representada pelos títulos públicos se torna particularmente significativa se tivermos em mente, por um lado, que as necessidades de monetização do capital de giro das unidades - vinculadas a emergência de relações de trabalho com remuneração monetária - e as próprias variações de rentabilidade decorrentes das flutuações do preço do café tornaram o acesso ao crédito estratégico para a reprodução das unidades e, por outro, que estamos diante de uma economia agroexportadora em crescente estado de degradação, ou seja, com uma parcela razoável dos solos esgotados, o que fazia com que a terra perdesse seu valor de mercado e restringia sua colocação com base para empréstimos bancários. (...)*⁶¹⁰

Neste sentido (e saindo do âmbito específico da economia agrária de exportação) é importante verificarmos, a título de exemplo, em alguns contratos hipotecários a presença de títulos públicos como caução de empréstimos, feitos com agentes individuais ou com o Banco de Crédito Real. Assim, em um contrato feito no ano de 1915 entre Albino da Silva Paes, como credor e, como devedores, Francisco Ventura e a família Freez (industriais), no valor de 25 contos, foram caucionados 5 prédios, 1 terreno e “...como reforço, os outorgantes dão seis apólices da dívida pública nacional, do valor nominal de um conto de réis e juros de 5% (...) e dez apólices emitidas pelo Estado de Minas, do valor nominal de um conto de réis e juros de 5%...”⁶¹¹. Ou, ainda em 1915, no contrato de conta corrente garantida no valor máximo de 100:000\$ realizado entre o Banco de Crédito Real e José Domingos Machado, fazendeiro e comerciante de Ponte Nova, onde foram dados em garantia uma fazenda e o penhor mercantil de 2.000 ações da Cia. Açucareira Vieira

⁶¹⁰ PIRES, A. (1993). Op. cit. p. 148

⁶¹¹ Cartório do 2º Ofício - Livro de Escritura n. 153 – Cx. 10 – f.57

Martins, 37 apólices federais e 3 títulos do estado de Minas, que foram arquivadas no Banco⁶¹². Também no contrato de conta corrente garantida, realizado entre o Banco de Crédito Real e Emílio Schnoor, comerciante no Rio de Janeiro, no valor máximo de 150:000\$, verificamos entre outras garantias a presença de apólices federais atreladas aos certificados de medição da Diretoria da Estrada de Ferro Oeste de Minas, sobre as quais o devedor tinha direito⁶¹³.

Por fim, se os recursos assim “esterilizados” representam um fluxo financeiro “externo” à economia, *há que se compreender o conjunto da operação que, se num primeiro momento representa o empate e desvio de recursos da economia local, num segundo, o pagamento dos juros deste capital vai representar um refluxo regular de recursos monetários que, quando considerados na sua totalidade, podem ter assumido uma proporção significativa e desempenhado um importante papel do ponto de vista da economia local e regional. É claro que, em parte, o significado deste influxo de recursos, decorrentes de ganhos de juros das apólices, vai estar determinada pela forma como eram despendidos, mas se estimarmos seu montante agregado (pelos dados que dispomos), devidamente equacionado aos parâmetros da economia local e regional, não seria difícil imaginar uma substancial contribuição destes recursos monetários, principalmente se tivermos em mente que estamos diante de uma economia que padecia, sazonalmente, de problemas de escassez de meios de pagamentos, não importando, em princípio, o seu destino final: se para consumo, investimentos ou, mesmo, a aquisição de novos títulos como forma de poupança.*

Desta forma, quando as inversões neste tipo de títulos são entendidas no contexto geral das estruturas financeiras e de circulação monetária que caracterizavam o país no período, e, especialmente, quando verificado o potencial de *rendimentos* que estas próprias inversões representavam, é que se pode aquilatar, devidamente, o potencial de recursos redirecionados para os limites da economia local e regional, com a conseqüente contribuição para a economia como um todo dada *a ampliação geral de liquidez que estas remunerações representavam*. Além disso, obviamente, tão maior será este potencial

⁶¹² Cartório do 2º Ofício – Livro de Escritura n. 154 – Cx. 10 – fls. 51-52

⁶¹³ Cartório do 2º Ofício – Livro de Escritura n. 154 – Cx. 10 – fls. 54-56

quanto maior for o empate da riqueza local e regional na aplicação neste instrumento específico de inversão econômica.

Utilizaremos alguns exemplos tópicos para dar ao leitor uma idéia do volume de recursos que envolveu o pagamento de juros de títulos da dívida pública, aqui considerados com outros ativos presentes. No inventário do coronel João Gualberto de Carvalho⁶¹⁴, grande fazendeiro de café, entre inúmeros títulos de empresas locais, temos um total de 772:000\$ aplicados em títulos da dívida pública. No mesmo inventário se vê que o fazendeiro tinha entre *dinheiro e juros de apólices da dívida pública, depositados no Banco de Crédito Real*, a quantia de 120:549\$, mais da metade do valor total de seus 210 alqueires de terra da Fazenda Salvaterra (225:000\$). Também no inventário de José Martins Ferreira⁶¹⁵, proprietário por herança de 7 alqueires de terra (2:200\$), 9.750 pés de café (2:931\$) e de 530 apólices da dívida federal (395:910\$), os juros dos títulos públicos (referentes apenas ao segundo semestre de 1924) atingiram 13:250\$ representando uma proporção de seus rendimentos que dispensa comentários. Poderíamos também lembrar o pagamento de juros da dívida pública de outro conhecido fazendeiro local, o comendador Pedro Procópio Rodrigues Valle⁶¹⁶ que com suas 1.124 apólices federais, representando 933:140\$, entre outros tantos títulos de empresas industriais locais, mantinha, apenas como *rendimentos referentes a apólices*, a quantia de 25:355\$, valor pouco inferior ao de um de seus vários sítios, o de São Geraldo com 11 alqueires de terra que valiam 29:250\$.

Entre tantos inventários (de fazendeiros ou não) que fazem alusões a pagamentos de juros, escolhemos um de 1929 por encontramos uma passagem do processo bastante ilustrativa, para além da própria questão do volume de juros percebidos pelos títulos públicos, uma vez que se refere também à importância das apólices como mecanismo de transmissão de herança, à operação hipotecária como forma de acumulação e ganho (mesmo entre parentes), à presença de depósitos envolvendo a riqueza agrária no Banco de Crédito Real e ao mecanismo que implicou o limite do empréstimo a apenas uma parcela do valor da garantia. Assim, no inventário de João Rodrigues de Almeida⁶¹⁷, proprietário de 210 alqueires de terra e de 25 mil pés de café, encontramos a seguinte informação:

⁶¹⁴ Inventário – Id. 3626 - 1928

⁶¹⁵ Inventário – Id. 3279 - 1925

⁶¹⁶ Inventário – Id. 4289 - 1934

⁶¹⁷ Inventário – Id. 3749 – 1929

“De fato examinando-se os autos sobre “venda de apólices”, no cartório do 2º Ofício de Órfãos e Ausentes, se verifica que os menores chegaram, em 1927, a possuir 234 apólices, entre uniformizadas e de diversas emissões.

Delas foram vendidas 128 em 1931 (...) afim do produto ser aplicado em um empréstimo hipotecário aos irmãos dos aludidos menores.

Em 1932, havendo estes devedores alienado o imóvel dado em garantia, puderam, e só por isso, solver o débito, sendo a respectiva importância de 103:000\$ depositada no Banco de Crédito Real, nesta cidade, à prazo de 1 ano, depósito que, no vencimento, foi reformado por mais 1 ano.

Além desta quantia ficaram os menores com 106 apólices.

Destes autos e daqueles se constata que os rendimentos das apólices, do empréstimo hipotecário e do dinheiro em depósito têm sido usufruídos pela requerente, como usufrutária que é dos bens de seus filhos.

Calculando-se, sem exagero, tais rendimentos, podemos concluir atingirem eles, desde 1927 até 1934, a vultosa importância de 60:000\$. (...)

(...) é praxe dar o credor apenas um terço do valor do bem hipotecado, por dever ter-se em consideração a possível desvalorização do imóvel, a falta de pagamento dos juros, as despesas com a execução e a multa penal, fora outros encargos que os devedores podem deixar de solver, como impostos, etc.⁶¹⁸

Mas a presença de proprietários de terra na constituição de empresas acionárias também é notória em Juiz de Fora. Já observamos sua importância na formação de empresas de estradas de ferro, transportes urbanos, bancos, infra-estrutura, entre outros, na primeira fase da estruturação das sociedades anônimas no município. Também vimos que não estiveram ausentes de empreendimentos especificamente industriais como as Companhias Chímico Industrial Mineira, Mechânica Mineira ou da Construtora Mineira, onde nomes como os de Visconde de Monte Mário, Barão de Santa Helena, Luiz de Mello Brandão, Barão de Juiz de Fora, Francisco Mariano Halfeld, Barão do Retiro, Manoel

⁶¹⁸ id. ib.

Honório, Alfredo Ferreira Lage, Luiz de Souza Brandão, entre tantos outros, *muitos a compartilhar vários empreendimentos acionários a ponto do conceito do “grande capital cafeeiro”, idealizado por Flavio Saes⁶¹⁹, não estar distante deste grupo de empreendedores*. Igualmente, em fases posteriores, sua presença se faz notar, em que pese uma visível diminuição de sua participação devido ao próprio crescimento industrial e das riquezas urbanas a ele associadas.

A encampação da *Companhia Mineira de Eletricidade* por um grupo de fazendeiros em 1911 pode ser considerada emblemática. O mesmo grupo fundou uma sociedade anônima têxtil em 1932. As *Companhias Têxteis Santa Cruz e São Vicente* também tinham participações importantes de fazendeiros (alguns ocupando cargos de diretoria). As *sociedades anônimas de laticínios Santa Amélia e de Juiz de Fora* também tiveram iniciativa por parte de fazendeiros de café e outros. O mercado acionário, como visto, foi um importante canal de investimentos para os recursos gerados na cafeicultura, como o demonstra alguns inventários de fazendeiros de café, analisados em nosso trabalho anterior⁶²⁰ e que apontaram para a seguinte conclusão:

*“...a percepção dos setores específicos que foram objeto das inversões do capital agrário local é bastante esclarecedora da variedade que estas inversões atingiram. Ao mesmo tempo revela que, para uma cafeicultura que tem sido considerada como incapaz de reter de forma significativa o excedente econômico em sua órbita e de ter reduzido a aplicação de seu capital à própria atividade agroexportadora, sua participação no processo de expansão urbano-industrial de Juiz de Fora foi bastante significativa, estando presente, com maior ou menor importância, em diversos setores estratégicos do crescimento urbano do município, onde pode ser destacado o setor financeiro (como o Banco Territorial e Mercantil e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais), o setor de energia elétrica (Companhia Mineira de Eletricidade), o setor de transportes urbanos, construção civil, além do próprio setor industrial.(...)”*⁶²¹

⁶¹⁹ SAES, F. (1986). **A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira**. Op. cit.

⁶²⁰ PIRES, A. (1993). Op. cit. p. 140 ss.

⁶²¹ Id. Ib. p. 152

Mais que as ações, as debêntures são particularmente reveladoras das nuances e potencial de transferência intersetorial de recursos no mercado de capitais local. Em primeiro lugar, porque *são títulos que representam demandas de investimentos industriais*, sendo este um espaço privilegiado para onde irá se convergir a potencial transferência intersetorial de recursos que permitirá *a efetiva mobilização de capital e financiamento do crescimento industrial a partir de poupanças agrícolas*. Em segundo lugar, porque *constituindo um título de renda fixa, transferível e com tratamento privilegiado em caso de falência, com evidente atenuação dos riscos, vai se adequar particularmente à procura de investimentos por parte da elite cafeeira*. Em terceiro lugar, porque *vai refletir a distribuição extremamente desigual de renda da economia, uma herança inevitável dos efeitos em cadeia financeiros aqui em pauta, trazendo como consequência imediata uma elevação bastante significativa no valor nominal dos referidos títulos*, cuja emissão a 200\$, 500\$ e mesmo a 1 conto de réis serão a regra. Com tudo isso, a decorrência necessária será a concentração destes títulos nas mãos de poucos investidores, detentores de volumes substanciais de poupanças na economia local, incluindo grandes fazendeiros de café. Esta última questão é importante porque, *ao reduzir o universo de investidores, as relações, contatos pessoais e de confiança recíproca poderão atuar como canais de transmissão de informações, um componente essencial em mercados financeiros em emergência, caracterizados justamente pela informação assimétrica*⁶²².

Os dados que possuímos nos inventários e alguns processos de falência vêm confirmar estas questões. No inventário de Carolina de Assis, esposa de um dos acionistas majoritários da Companhia Mineira de Eletricidade, ele próprio grande fazendeiro de café, a propriedade de debêntures da Companhia é extremamente alta, chegando a atingir ao todo 635 debêntures, atingindo um valor total de 82:944\$000, um valor por si mesmo bastante considerável. Outro inventário de fazendeiro que possui uma participação significativa em debêntures é o do cel. *João Gualberto de Carvalho*, que possuía 300 debêntures da

⁶²² (...) *Com muitas pessoas envolvidas amplia-se a dificuldade de comunicação entre os negociadores e em consequência, a intensidade de interação no interior dos grupos tenderá a ser uma função negativa declinante de seu tamanho.* (...). MIZRUCHI, M. and STEARNS, L.B. (1994). "Money, Banking and Financial Markets." In SMELSER, N. and SWEDBERG, R. **The Handbook of Economic Sociology**. Op. cit. p. 323. Ver também KOHN, M. (1999). **Finance Before the Industrial Revolution: an introduction**. Department of Economics, Dartmouth College, Hanover, Working Paper 99-01, p. 18 ss.

Companhia Fiação e Tecelagem Bernardo Mascarenhas, num total de 100:000\$000, além de mais 100 debêntures da Companhia Americana (20:000\$000) e 10 da Companhia Fiação e Tecelagem São Vicente (com valor nominal de 1:000\$000) cada uma, totalizando 10:000\$000. No total, o valor das debêntures de sua carteira de títulos somava 130:000\$000, ou 98,48% de seus ativos financeiros.

Também no patrimônio de *Pedro Procópio Rodrigues Valle*, encontramos a presença de 100 debêntures da Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas (19:500\$), o mesmo ocorrendo para alguns grandes capitalistas da cidade, como Gabriel Villela de Andrade. Em seu inventário⁶²³, na relação de títulos *sonogados* (há inúmeros outros ativos financeiros) encontramos um total de 485:000\$ empatados em debêntures, assim distribuídos: 150 da Companhia Moraes Sarmiento (150:000\$); 668 da Companhia Mineira de Eletricidade (66:800\$); 377 da Bernardo Mascarenhas (186:600\$); 30 da São Vicente (30:000\$) e 230 da Companhia. Santa Cruz (46:000\$).

Na falência da Companhia Americana, ocorrida em 1937, temos uma idéia efetiva do que pode ter representado o investimento de fazendeiros de café no financiamento de empresas industriais. No Quadro Geral dos Credores Admitidos à sua falência⁶²⁴, percebemos que o dr. *Francisco Ignácio Monteiro de Andrade*, com patrimônio nitidamente vinculado à riqueza agrária (foi proprietário da Fazenda São Luiz em Sarandira)⁶²⁵, possuía isoladamente 76% das debêntures da 1ª série emitidos pela Companhia e 80,71% das debêntures da 2ª série. Conjuntamente com um crédito privilegiado presente na mesma falência, provavelmente hipotecário, o valor total de seus recursos empatados na fábrica chegava a 280:799\$ ou aproximadamente 75,57% do total da massa. É importante notar que o mesmo investidor participou durante vários anos como membro do conselho fiscal da Companhia, se tornando acionista em 1933, o mesmo ano em que é colocado como um de seus diretores⁶²⁶. Além disto, tinha sido presidente da Companhia Santa Cruz e da Companhia de Laticínios de Juiz de Fora, ainda em 1913⁶²⁷.

Também o mercado de hipotecas se constituiu em um importante canal para a transferência intersetorial de recursos no seio da economia local, talvez porque mantinha

⁶²³ Inventário – Id. 4410 - 1935

⁶²⁴ GC 07/07/1937

⁶²⁵ PROCÓPIO FILHO, J. (1979). *Salvo Erro ou Omissão: gente juiz-forana*. Op. cit. p. 120.

⁶²⁶ GC 06/06/1933

⁶²⁷ PROCÓPIO FILHO, J. (1979). Op. cit. p. 120

como característica importante inversões que resultavam em fluxos regulares de renda. A seguinte descrição, retirada de um relatório da Companhia Mechânica Mineira demonstra bem a natureza desta forma de operação de crédito: *a transferência direta de recursos e poupanças geradas na produção agrária de exportação para o setor industrial através do mercado de capitais estruturado na região.* Em 1892

“(...) a Companhia contraiu com a exma. Baronesa de Juiz de Fora um empréstimo de 50:000\$, reembolsável dentro de 5 anos, em prestações anuais de 10:000\$ e a juros de 8% ao ano (...) garantindo este empréstimo com hipoteca do prédio de nossas oficinas.”⁶²⁸

Empréstimos hipotecários e outros realizados entre industriais com fazendeiros de café são relativamente comuns, principalmente nos processos de falência. Ainda em 1900, na falência da *Fábrica de Móveis e Calçados Corrêa e Corrêa*, aparecem como credores hipotecários, além do Banco de Crédito Real, Joaquim Monteiro, fazendeiro em Mathias Barbosa⁶²⁹ e, como credor quirografário, Visconde de Monte Mário⁶³⁰. Na falência de Judith Fernandes de Carvalho o credor hipotecário era Christovam de Andrade, conhecido capitalista e fazendeiro local. José Procópio Teixeira e Zeferino de Andrade, ambos capitalistas e fazendeiros, também são credores hipotecários das massas falidas da Companhia Fiação e Tecelagem São Francisco⁶³¹ e Barroso, Araújo e Cia. Ltda.⁶³². Também foi este o caso da Empresa “O Pharol”, que teve como credor hipotecário Alfredo Ferreira Lage⁶³³. No já conhecido inventário de Pedro Procópio Rodrigues Valle encontramos quantias substanciais empatadas em dívidas ativas com industriais: 300:000\$ com *Procópio, Ladeira e Cia., 300:000\$ com a Cia. Industrial e Construtora Pantaleone e Arcuri, 350:000\$ com a Companhia Central de Diversões* e, por fim, 100:000\$ com José Weiss (totalizando um volume total de 1.050 contos em créditos praticamente apenas com o setor industrial).

⁶²⁸ **Relatório da Companhia Mechânica Mineira** – OP 09/09/1892

⁶²⁹ PROCÓPIO FILHO, J. (1979). Op. cit. p. 174

⁶³⁰ Falência – Processo ID 1778 30 A 02 – Cx. M1456 – ano 1900

⁶³¹ Falência – Processo ID 1801 – Cx. 1439 – ano 1929

⁶³² Falência – Processo ID 1747 – Cx. 1437 – ano 1929

⁶³³ Falência – Processo ID 187/360 A 04 – Cx. 1455 – ano 1897

Como vamos perceber, *tanto no mercado hipotecário quanto no mercado de debêntures houve uma particular confluência entre as características e interesses dos agentes que representavam as forças de oferta de recursos para investimentos (renda fixa e baixos riscos) e aquelas que marcaram os instrumentos financeiros relacionados às forças que representavam a demanda de investimentos.*

No *mercado hipotecário*, o volume, a regularidade, os montantes, entre outros tantos elementos, tornam visível a *importância da poupança agrícola na provisão de recursos de longo prazo para o setor industrial*, quando este é colocado em foco como tomador de recursos ou como devedor (tabela 84). Sobre os dados de mostrados a seguir, deve ficar claro, de início, que não incluímos na amostra empréstimos feitos com indústrias de outras cidades e *as transações descritas representam apenas aqueles realizados em Juiz de Fora*. É claro, portanto, que estes empréstimos refletem senão parcela do conjunto de empréstimos para a indústria, já que estão representados apenas aqueles empréstimos realizados com os fazendeiros, o Banco de Crédito Real e apenas alguns capitalistas e proprietários mais importantes no município.

Tabela 84
Mercado Hipotecário
Transferência de Recursos do Setor Agrícola e Bancário para o
Setor Industrial Via Empréstimos
1887-1931
(períodos selecionados)

Ano	Nome Devedor(es)	Cidad (Dv)	Nome Credor(es)	Função Social (Cd)	Cidade (Cd)	Mont. da Dívida	Prazo da Dívida	Valor dos Juros	Caução
1887	Schubert, Irmaões & Hass	Juiz de Fora	Azarias José de Andrade	Lavrador	Juiz de Fora	20000	60	0,833	1 prédio e máquinas
1888	Christiano Schubert	Juiz de Fora	Barão de Monte Mário	Fazendeiro	Juiz de Fora	2500	24	1	1 prédio
1888	Dettlef Krambeck	Juiz de Fora	João d'Ávila	Médico e Fazendeiro (?)	Juiz de Fora	4500	4	0,833	Para pagamento de uma letra de 4:000\$000 descontada no Banco Territorial com endosso do credor, e 500\$000 para pagamento de serviços médicos prestados à sua esposa. Caução: 1 prédio.
1892	Companhia Mechânica Mineira	Juiz de Fora	Baronesa de Juiz de Fora	Fazendeiro	Juiz de Fora	50000	60	0,66	1 Prédio (da Companhia).
1893	Francisco José Kascher	Juiz de Fora	Cândido Teixeira Tostes	Fazendeiro	Juiz de Fora	6000	24	0,833	1 prédio com oficina
1893	Carlos Haas	Juiz de Fora	Cândido Teixeira Tostes	Fazendeiro	Juiz de Fora	3000	48	1	1 prédio com terreno
1897	Kascher e Irmãos	Juiz de Fora	Pedro Augusto Rodrigues da Costa	Capitalista	Juiz de Fora	13000	36	1	1 Fábrica: 1 barracão (70 palmos de frente e 200 de fundo), 1 motor de 6 cavalos, 1 copiador de raios, 1 máquina de furar fusos, 2 menores, 1 máquina de pouçar, 1 de atarrachar, 1 de furar madeira, 1 serra de fita sem fim, 1 torno mecânico para ferro, 1 dito pequeno, 1 para ladrilhar madeira, 1 máquina de enrolar, 1 de archiar, 1 de enrolar canos, 1 de furar peneiras, 1 armação de ferro para rebolho e esmeril, 1 moinho de ferro para barro e carvão e o mais existente na fábrica.
1898	Ernesto Augusto de Medeiros Seura		Thomaz de Mello Seura	Lavrador	Juiz de Fora	20000	24	0,5	Parte de 1 prédio

1898	Carlos Haas	Juiz de Fora	Visconde de Monte Mário	Fazendeiro	Juiz de Fora	12000	36	1,25	1 prédio em terreno próprio. OBS: Pagamento de 10% de amortização sobre o capital devido quando forem feitas as prestações de juros. Seguro dos bens caucionados por parte dos devedores dentro de 30 dias. Os bens se acham gravados em hipoteca com o dr. Cândido Teixeira Tostes em escritura feita em 20/02/1893, e que foi paga no ato desta escritura.
1899	Hilário Rodrigues Teixeira	Juiz de Fora	Visconde de Itatiaia	Fazendeiro	Juiz de Fora	120000	18	1	1 Fazenda com 74 alqueires de terras, benfeitorias; 1 Fazenda com 210 alqueires de terras e benfeitorias; 1 sítio com 31,5 alqueires de terras e benfeitorias; 1 sítio com 38 alqueires de terras e benfeitorias; 1 sítio com 64 alqueires de terras; 1 Fazenda com 87 alqueires de terras e benfeitorias; 1 Fazenda com 125 alqueires de terras, cafezais e benfeitorias.
1912	Angelo Crivellari	Juiz de Fora	João José Vieira	Fazendeiro	Juiz de Fora	1600	12	1	1 casa em construção e respectivo terreno.
1913	Felicissimo Antunes de Siqueira e Joaquim Camillo Monteiro	Juiz de Fora	Banco de Crédito Real de Minas Gerais	Banco	Juiz de Fora	25000	24	1	1 prédio com seu terreno e seus maquinismos de tecelagem e pertences, mais 1 abridor, 1 batedor, 4 cardas, 1 banco de estiragem, 1 indicador, 1 massaroqueira grossa, 1 massaroqueira intermediária, 2 massaroqueiras finas, 4 filatórios, acessórios de fiação e 1 motor de 50 cavalos = 200:000\$000. OBS: Obrigação de realização de seguro dos bens no valor nunca menor ao estipulado aos bens. Bens dados em segunda hipoteca.
1913	Carlos Stiebler	Juiz de Fora	Azarias de Andrade	Fazendeiro e Capitalista	Juiz de Fora	30000	72	1	6 casas e seus terrenos e mais uma casa em construção e seu terreno. OBS: Faculdade de pagamento antecipado para resgate da dívida, após o segundo ano do contrato.
1914	Companhia Fiação e Tecelagem Santa Cruz	Juiz de Fora	Banco de Crédito Real de Minas Gerais	Banco	Juiz de Fora	29402	60	0,833	Bens da fábrica de tecidos Siqueira & Monteiro. OBS: Dívida constituída do débito da firma Siqueira & Monteiro (ora adquirida pela Companhia) para com o mesmo Banco, no valor de 27:086\$110 e de mais 2 letras da mesma firma de valor 2:315\$990. Direito de pagamento antecipado da dívida por parte dos devedores com a indenização de 5% do que for pago.
1914	Pedro Antônio Meurer	Juiz de Fora	José Gomes Fraga	Comerciante e Capitalista	Juiz de Fora	50000	60	1	5 prédios com seus terrenos. OBS: Pagamento antecipado em prestações nunca inferiores a 5:000\$000.
1914	Pedro Antônio Meurer	Juiz de Fora	Banco de Crédito Real de Minas Gerais	Banco	Juiz de Fora	100000	12	1	1 prédio com seu terreno, onde está instalada a fábrica de meias, com um outro prédio em construção para instalação da fiação, da secção de espulagem, da tinturaria, das prensas, caldeiras etc., 1 barracão para deposito de algodão, um outro para instalação de máquinas de camisas, e mais um outro com a instalação de um motor de gás pobre de força de 140 H.P., o terreno onde estão localizados estes prédios; todos os maquinismos da fiação, espulagem, de tecelagem de meias, de camisas, de costuras, de tinturaria, acabamento, motores, dynamo, prensas, caldeiras, arcos voltaicos, compressores para ar, oficina de concertos, instalação hidráulica, serra. OBS: Dívida contraída por nota promissória, emitida nesta data. Obrigação de seguro dos bens caucionados, bem como a possibilidade de renovação anual da promissória.

1915	Luíz de Sousa Brandão	Juiz de Fora	Banco de Crédito Real de Minas Gerais	Banco	Juiz de Fora	96000	60	0,833	1 prédio com seu terreno onde se encontra instalada a fábrica de tecidos de juta, com 34 teares, 2 máquinas de espular, 2 ditas de carretéis, 1 motor elétrico de 40 cavalos, 1 dynamo elétrico, instalação elétrica completa, 1 calandra, 1 motor a vapor de 45 cavalos, 1 engomadeira e 1 urdideira, transmissões, eixos e polias, acessórios, 20 casas de para operários, bens estes dados em primeiro lugar; 3 prédios em segundo lugar, hipotecados ao mesmo Banco em 30/08/1911 = 200:000\$000. OBS: Indenização de 5% ao Banco no caso de não cumprimento de nenhuma das cláusulas do contrato, alienação total ou parcial dos bens, não conservação dos bens, ocultação dos fatos que contribuírem para a depreciação dos bens e falta de pagamento dos impostos estaduais e municipais. Obrigação de seguro dos bens caucionados por parte dos devedores, no valor mínimo de 96:000\$000.
1915	Companhia Fiação e Tecelagem Moraes Sarmento	Juiz de Fora	Banco de Crédito Real de Minas Gerais	Banco	Juiz de Fora	120000	12	0,833	Penhor de 1.050 debêntures da mesma Companhia Fiação e Tecelagem Moraes Sarmento, da emissão que totalizou 1.210 debêntures, do valor nominal de 200\$000 cada uma, representadas pelas cautelas de números 4 a 14, na soma de 210:000\$000; mais o penhor de 650 ações da mesma Companhia, do poder do sr. coronel Severiano de Almeida Moraes Sarmento, de valor nominal de 200\$000 cada uma, sendo estes títulos, tanto quanto as debêntures acima, transferidas ao Banco credor; 1 casa com seu terreno do mesmo Coronel Severiano Sarmento, no valor de 40:000\$000. OBS: Empréstimo em conta corrente, com uso total ou parcial da quantia. Obrigação da Companhia de realizar seguro da casa caucionada por 20:000\$000 no mínimo e da fábrica e de seus maquinismos no valor mínimo de 120:000\$000. Comissão de 0,5% sobre a conta corrente em favor do Banco. Autorização da Companhia ao Banco de resgatar este as notas promissórias por ela emitidas e com aval do sr. Severiano Sarmento e outros, sendo uma de 18:000\$000 e com vencimento em 11/08/1915.
1915	Martinho Gonçalves	Juiz de Fora	José Gomes Fraga	Comerciante Capitalista	Juiz de Fora	35000	48	1	1 chácara com benfeitorias, armazém, 3,5 alqueires de terras, pomar, nascente de água e 2 avenidas de casas, e mais uma fábrica de cerâmica, com 8 alqueires de terras, 5 fornos modernos, barracões com 3.000 fardos de zinco, maquinismos para tijolos e manilhas, motor elétrico, 900 metros de linhas com wagonetes, 8 casas em construção e 4 casas para operários.
1915	Pedro Bertoletti	Juiz de Fora	Banco de Crédito Real de Minas Gerais	Banco	Juiz de Fora	17000	73	0,833	1 prédio com seu terreno e mais um puchado com 2 casinhas com coberta de zinco e um barracão = 20:000\$000. OBS: As prestações serão de 1:000\$000 no 1º ano, a segunda de 2:000\$000 no 2º ano, a terceira de 3:000\$000 no 3º ano, a quarta de 4:000\$000 no 4º e 5º anos e a sexta no 6º ano de 3:000\$000. Os devedores autorizam o Banco credor a pagar ao sr. Justino R. Sampaio a quantia de 12:000\$000 para solver a dívida que possuíam com este. Como fiadores da dívida os srs. Vicente Cordiali e Roberto Corrieri, da quantia de 4:500\$000 e 2:000\$000 respectivamente.

1916	Francisco José Kascher e Henrique Kascher	Juiz de Fora	Banco de Crédito Real de Minas Gerais	Banco	Juiz de Fora	36000	120	0,7916	1 terreno (Villa Matheus Kascher) com 1 casa com 8 moradas, 1 casa com 7 moradas, 1 casa, 1 casa com 10 moradas, 5 casas para operários, 8 casas e mais 7 casas, outro grupo de 10 casas; 1 barracão com cocheira e os seguintes maquinismos: 2 engenhos de serra, 1 guindaste, 1 serra de fitar e outra circular, 3 máquinas de aplainar madeira, 1 tupia, 2 máquinas de furar, 1 dita de respigar, 1 torno automático para raios de carroças, 1 dito de madeira e 1 rebolso com aparelhos para pedras de esmeril de grande dimensão, prensa de ferro para placas, máquina de furar e seus pertences, 2 tornos novos mecânicos de grande dimensão, 1 máquina de aplainar ferro também de grande dimensão, 1 dita menor, 2 máquinas sendo uma de atarrachar, 1 grande máquina de furar, 1 forja, diversos tornos, 1 máquina de molar chapas grandes, 3 forjas com ventiladores, 3 bigornas de grande dimensão, 1 máquina de arquear ferro, 1 dita de malhar, serra de cortar aço, grande máquina de cortar ferro, 2 fornos forrados de tijolos, 1 guindas
1916	Companhia Fiação e Tecelagem Moraes Sarmiento	Juiz de Fora	Banco de Crédito Real de Minas Gerais	Banco	Juiz de Fora	165000	120	0,833	O terreno onde está instalada a Companhia: 1 barracão onde funciona a tinturaria e a engomagem; outro barracão onde funciona o enfardamento, depósitos de anilinas, de resíduos e a estufa; outro barracão onde está o depósito de algodão; outro barracão onde está a serra circular; 1 prédio e 1 caixa d'água de 60.000 litros; todos os maquinismos da fábrica, sendo eles 1 bripador (?), 1 batidor com abridor de caixas, 1 motor de 30 cavalos, 6 cardas, 1 parador, 1 massaroqueira de 606 fusos, 4 filatórios cada um com 320 fusos, 1 máquina de abrir estopas, 4 máquinas de (?), 1 máquina de conocais, 1 motor elétrico de 50 cavalos, 3 meiodeiras, 1 máquina de fazer cardão, 1 dita de dobrar fios com 200 fusos, 1 dita de dobrar fios com 20 fusos, 1 dita de enfileirar cardas, 67 teares, 2 máquinas de passar fios, 1 dita de passar fios de meiadadas para espulas, 1 urdideira, 1 calandra, 1 máquina de urdir e dobrar panos, 1 motor de 55 cavalos, 2 engomadeiras, 1 caldeira de 20 cavalos, 1 turbina a vapor para secar, 1 estufa.
1917	Frederick Lindsey e Felipe Dilly	Juiz de Fora	José Procópio Teixeira	Fazendeiro	Juiz de Fora	3000	12	0,833	1 sítio com benfeitorias, 2 alqueires de terras e uma fábrica de artefatos de borracha, com 4 máquinas para referiar (?) e lavar borrachas, uma turbina movida a água, 1 motor a vapor de 3 cavalos, 1 moinho de fubá e demais pertences da fábrica.
1917	Companhia Nacional de Industrias Reunidas	Juiz de Fora	Banco de Crédito Real de Minas Gerais	Banco	Juiz de Fora	117000	120	0,7916	1 edifício com instalação elétrica e terreno próprio, água canalizada, maquinismos para artefatos de folha, litografia, artefatos de folhas de flandres e acessórios de carpintaria e mecânica e demais utensílios = 351:000\$000. OBS: Pagamento antecipado da dívida, percebe o Banco 3% sobre o que for pago.
1917	Corrêa & Corrêa	Juiz de Fora	Banco de Crédito Real de Minas Gerais	Banco	Juiz de Fora	12823	12	0,833	Penhor de todos as máquinas e utensílios das fábricas de móveis e de calçados.
1918	Hermann Erhardt	Juiz de Fora	Banco de Crédito Real de Minas	Banco	Juiz de Fora	20000	120	0,833	1 prédio com seu terreno e com máquinas da oficina = 60:000\$000. OBS: Pagamento antecipado da dívida, com indenização ao Banco de 3% do que for pago.

1918	Manoel Marques Laurino	Juiz de Fora	Luiz Francisco de Barros	Lavrador	Juiz de Fora	5000	12	1	1 máquina de granpear, 1 máquina de cortar papel, 2 máquinas de "Phênix" (?), 1 máquina de encadernação, 1 motor eléctrico de 2 H.P., 1 máquina de picotar.
1919	Carlos Grande	Juiz de Fora	Banco de Crédito Real de Minas Gerais	Banco	Juiz de Fora	8000	120	0,7916	1 prédio com seu terreno = 30:000\$000. OBS: Pagamento antecipado da dívida pelos devedores, indenização ao Banco de 3% do que for pago. Obrigação de seguro dos bens contra fogo.
1922	Virgílio Bisaggio	Juiz de Fora	Banco de Crédito Real de Minas Gerais	Banco	Juiz de Fora	70000	120	0,833	1 fábrica com 1 prédio, 1 casa, 36 teares, 1 prensa a vapor, 3 espadadeiras, 3 motores, 4 transformadores, 1 hydroexteacto, 1 caldeira com 10 H.P., 6 malhadeiras; 1 prédio = 220:000\$000. OBS: Pagamento total ou parcial antecipado da dívida, indenização de 3% sobre o montante pago efetuado pelo Banco aos devedores.
1926	Virgílio Bisaggio	Juiz de Fora	José Procópio Teixeira	Fazendeiro	Juiz de Fora	70000	60	1	3 prédios. OBS: Seguro dos bens no valor de 100:000\$000.
1926	Eduardo Weeis	Juiz de Fora	Pedro Procópio Rodrigues Valle	Lavrador	Juiz de Fora	100000	36	1	1 Fábrica de cerveja com 2 máquinas de gelo, 1 motor eléctrico, 1 motor eléctrico de 35 cavalos, 1 bomba centrífuga, transformadores, 2 bombas de pressão para água, 1 caldeira com 2 injectores, 1 motor a vapor, 1 serra circular, 1 compressor de ar, 1 máquina completa para águas gazosas, 1 máquina para lavar garrafas, 1 máquina para engarrafar, 1 máquina para arrolhar, 1 máquina para cortar capim, 1 tacho de ferro, 1 tacho de cobre e demais utensílios, o prédio da fábrica, 4 câmaras frigoríficas; 1 prédio; 2 terrenos (sendo 1 com 4 alqueires em pastos e capoeira), 1 prédio. OBS: Seguro dos bens no valor de 100:000\$000.

1926	Carlos Grande	Juiz de Fora	Banco de Crédito Real de Minas Gerais	Banco	Juiz de Fora	30000	36	0,833	1 prédio mais direitos em espólio da mãe da esposa devedora = 90:000\$000. OBS: Pagamento total ou parcial antecipado da dívida, indenização de 3% sobre o montante pago efetuado pelo Banco aos devedores.
1927	Daibert & Cia.	Juiz de Fora	Lindolpho José da Costa	Lavrador	Juiz de Fora	6000	24	1	1 sítio com 1 turbina de jacto livre, 1 gerador de 40 cavalos, 1 gerador de 1 1/2 cavalos, 1 tubulação de cimento armado, 6 metros de tubos de ferro, 1 quadro de manobras, 1 jogo de pára-raios, 2 tubos de cimento armado, 1 moinho de fubá, 680 kilos de fios de cobre nu (em linhas para luz), diversas benfeitorias, 210 isoladores de pino reto, 52 postes de madeira de lei, 1 pulia de ferro torneador, 1 carreia para gerador, 52 crusetas de madeira para postes.
1927	Cia. Mechânica George Grande	Juiz de Fora	Banco de Crédito Real de Minas Gerais	Banco	Juiz de Fora	60000	120	0,833	1 prédio com barracões anexos para as instalações da empresa, instalações eléctricas, machinismos e demais benfeitorias = 200:000\$000. OBS: Pagamento total ou parcial antecipado da dívida, indenização de 3% sobre o montante pago efetuado pelo Banco aos devedores.
1927	Salvador Nataroberto	Juiz de Fora	José Gomes Fraga	Proprietário	Juiz de Fora	40000	60	1	3 prédios. OBS: Pagamento antecipado nunca inferior a 5:000\$000.
1927	Salvador Nataroberto	Juiz de Fora	Christovam de Andrade	Fazendeiro Proprietário e Capitalista	Juiz de Fora	30700	60	1	4 prédios
1928	Cia. Fiação Tecelagem " Juiz de Fora"	Juiz de Fora	Francisco Azarias Vilela	Fazendeiro e Proprietário	Juiz de Fora	50000	12	1	1 prédio que contém 1 depósito geral de fios, 1 depósito para 2 máquinas de limpeza de resíduos, 1 terreno = 130:479\$070. OBS: Pagamento antecipado, indenização de 1:500\$000 ao credor.

1928	Avellar Werneck & Cia.	Juiz de Fora	José Procópio Teixeira	Fazendeiro	Juiz de Fora	130000	60	0,833	2 prédios; 1 terreno; 1 malharia com 20 máquinas de tecer, 10 complementares, tinturaria, caldeira, tanques, força motora. OBS: Seguro dos bens no valor mínimo de 120:000\$000.
1928	Companhia Industrial e Mercantil Renato Dias	Juiz de Fora	Banco de Crédito Real de Minas Gerais	Banco	Juiz de Fora	180000	36	0,833	1 terreno com barracão, 2 casas, 1 forno para fabrico de carvão, 1 britador, 1 motor eléctrico de 3 H.P., 1 moinho, 1 forno grande, 1 tanque de ferro, 1 caixa d'água, 1 cobertura de telha, 1 terreno murado, 1 casa, = 440:000\$000. Reforço de hipoteca: 1 prédio = 100:000\$000. OBS: Pagamento total ou parcial antecipado da dívida, indenização de 3% sobre o montante pago efetuado pelo Banco aos devedores.
1930	Carlos Grande	Juiz de Fora	Christovam de Andrade	Fazendeiro, e capitalista	Juiz de Fora	30000	48	1,25	1 prédio com terreno e bens do espólio de D ^a Amélia Augusta de Rezende. OBS: Pagamento antecipado da dívida, indenização de 3:000\$000 ao credor. Seguro dos bens no valor mínimo de 30:000\$000. Multa contratual de 20% em caso de não cumprimento de alguma das cláusulas do contrato.
1930	Justino Moraes Sarmiento	Juiz de Fora	José Procópio Teixeira	Fazendeiro	Juiz de Fora	60000	120	1	1 prédio com terreno. OBS: Seguro dos bens no valor mínimo de 50:000\$000.
1931	Companhia Industrial e Comercial " America"	Juiz de Fora	Francisco Azarias Vilela	Fazendeiro e Capitalista	Juiz de Fora	300000	72	0,833	1 prédio com 13 moradas de casas, 3 barracões, 1 terreno, 28 máquinas para tecer, 21 máquinas de elástico para punhos, 1 máquina para cortar camisas, 1 máquina para embainhar meias, 2 calandras, 1 máquina para empacotar camisas, 1 máquina para embainhar meias, 2 máquinas para coser camisas, 1 máquina para pregar botões, 2 aparelhos para afiar facões, 1 turbina, 2 transformadores de 5 H.P., 4 transformadores de 10 H.P., 1 caldeira, 2 prensas, 1 máquina para encher camisas, 3 motores de 3 H.P., 1 espuladeira, 89 mancaes, 90 mesas, 30 centímetros de ferro, 77 polias de ferro, 1 motor de 10 H. P., 1 motor de 1 H.P., 1 bomba centrifuga, 2 vigas de ferro, 1 aparelho para encher formas de água, 1 aparelho para transportar o gelo, 1 máquina compressora para ácido sulfúrico, 1 serpentina, 3 mancaes de esferas, 1 caldeira, 3 polias, 1 mancal, instalações de água e luz; 1 prédio com terreno, 1 barracão, 34 máquinas de elástico, 3 balanças, 1 prensa, 1 motor de 2 H.P., 1 motor de 3 H.P., 1 turbina, 1 máquina de escrever

A inclusão do Banco de Crédito Real na amostra é explicável pelo fato de que, estando a oferta de recursos hipotecários inevitavelmente vinculada aos acordos realizados com o estado, na sua grande maioria prevendo empréstimos para a indústria, *se tornam nítidas as origens agrárias dos recursos transferidos para a indústria via o mercado hipotecário local*, que é o que desejamos demonstrar.

Além disso deve ser notado que, apesar do Banco possuir presença significativa na amostra, salta aos olhos também pela presença, regularidade e o volume de recursos movimentados, *os emprestadores particulares*, não apenas alguns capitalistas e proprietários, mas principalmente os fazendeiros de café que, ao que tudo indica, já vinham englobando o setor industrial em suas operações particulares de crédito desde o final do século XIX. Ora, quando se lembra que sua propensão a títulos de renda fixa estava estreitamente associada à sua função social e econômica como produtores de nossa principal “commodity”, evidencia-se uma importante conseqüência da noção de efeitos de encadeamento financeiros aqui enfatizada: por este mecanismo *os recursos identificados com a poupança agrícola e disponibilizados no mercado de longo prazo tiveram uma origem predominante local e regional permitindo a transferência direta do capital cafeeiro para o setor industrial*.

O mesmo pode ser dito, basicamente, em relação ao *Banco de Crédito Real*, estando claras as origens dos recursos hipotecários nos acordos com o governo do estado: *representam efeitos de encadeamento financeiros uma vez que seus fundos são diretamente recolhidos na economia agrícola de exportação regional e indiretamente repassados para o setor industrial* (permeado, neste caso, pelo necessário crivo dos encadeamentos fiscais e da rede institucional e de monitoramento do Banco).

Outra questão importante a ser levantada é a que se refere às taxas de juros. Deve ser destacado, principalmente para o caso de emprestadores particulares de recursos, que *praticamente nenhum contrato foi realizado pelo que tem sido considerado “taxas usurárias” (acima de 1% ao mês, por exemplo⁶³⁴)*, mesmo sendo uma boa proporção deles efetuada em períodos de recessão econômica e contrações monetárias. Estes aspectos vêm ao encontro do que temos tentado enfatizar aqui: *os provedores particulares de recursos têm sido erroneamente identificados, em sua generalidade, como “usurários” e, partindo de uma noção nitidamente*

⁶³⁴ SWEIGART, J. E. (1980). **Financing and Marketing Brazilian Export Agriculture: the coffee factors of Rio de Janeiro, 1850-1888**. Op. cit. p. 146.

*pejorativa e que leva a uma concepção equivocada sobre a natureza de suas operações, a historiografia tem desconsiderado sua importância em alguns mercados de capitais pré-industriais*⁶³⁵.

O perfil do seu desempenho, pelo menos no *mercado financeiro local* (ao qual restringimos nossas conclusões), é extremamente revelador: *transferiram recursos originados no setor exportador para o setor industrial* de maneira regular, significativa e, ao que tudo indica, em momentos bastante oportunos; e pelo nível das taxas de juros que *em média* cobravam nas operações, demonstram nitidamente que *a presença de capitais particulares disponíveis para empréstimos não se reduz a arranjos de “extorsão” realizados por meros “agiotas” presentes na economia, mas sim um elemento regular que denota a estrutura específica de um mercado e representa a disponibilidade de poupanças significativas, mas “pulverizadas” no seu interior e em montantes suficientes para que aproveitassem as oportunidades de demandas financeiras geradas em distintos setores da economia sob custos que não comprometiam os processos de acumulação de capital destes mesmos setores.*

É claro que se reportarmos às informações existentes, por exemplo, nos jornais encontraríamos um sem número de reclames quanto à disponibilidade de crédito e taxas de juros cobradas no sistema financeiro e sobre os quais tem se fundamentado certas interpretações da historiografia relativa ao tema. Mas, em geral *representam o universo de atores diretamente envolvidos com a estrutura geral de produção da economia e que, na verdade, resultam do confronto de expectativas entre as condições vigentes no mercado financeiro do período com aquelas que considerariam ideais para a realização de suas operações de crédito.* Confundir este universo com a complexa realidade dos mercados financeiros vigentes então, não seria, julgamos, um bom ponto de partida para uma análise que pretenda abranger, dentro do possível, parte desta complexidade. Preferimos algumas percepções mais abrangentes e objetivas, que ressaltam a

⁶³⁵ “(...) O termo ‘rentier’, numa conotação restrita, se referia, no passado, ao indivíduo que vivia de rendimentos recebidos como compensação pelo empréstimo de dinheiro de sua propriedade (...). Hoje o termo, assumindo uma conotação mais abrangente, se refere aos detentores da riqueza na forma de ativos financeiros, transacionados nos modernos mercados financeiros com elevado grau de organização, os quais geram rendimentos a seus detentores ao longo do tempo. Assim, o ‘rentier’ (o agente) e o rentismo (sua atividade fim) constituem características intrínsecas ao movimento da expansão da riqueza financeira.(...) A abrangência no tratamento teórico do rentismo denota a relativa autonomia do investimento na expansão da riqueza financeira. Esta autonomia, por sua vez, **coloca o rentismo no centro das decisões sobre a expansão da riqueza financeira.** Se considerarmos o rentismo a partir desta concepção geral, ele é visto como um processo de acumular riqueza financeira (formar um estoque de ativos geradores de rendimentos, liquidez) como meio de obter rendimentos num futuro incerto. (...)COUTINHO, C.S. (1997). **Rentismo e Capitalismo: Um Estudo sobre as Trajetórias da Riqueza Financeira** Op. cit. p. 07-08 (grifo nosso).

presença de uma *estrutura* dotada de seus devidos contornos e cuja dinâmica, extremamente regular em seu ritmo próprio e voltada para a organização das relações que envolviam a transferência de recursos no tempo, desempenhou um importante papel em suas articulações com a totalidade sócio-econômica na qual se inseria, mesmo que dotada de várias “*imperfeições*”, como as próprias interpretações que vêm secundando este trabalho têm, aliás, destacado.

Por outro lado, *não se trata aqui de demonstrar que os recursos originados de poupanças agrícolas foram aqueles mais importantes a financiar o processo de investimento e crescimento industrial em Juiz de Fora*. Por mais de uma vez afirmamos no corpo do trabalho que a riqueza urbana, originada pelo próprio desenvolvimento do setor industrial, talvez tenha sido aquela predominante na disponibilização de recursos para a expansão industrial do município. Mas a presença do mercado financeiro e de capitais, na forma como se organizou, permitiu que recursos acumulados em outros setores da economia, importantes na composição da poupança agregada local, fossem canalizados em maior ou menor proporção para o mesmo processo. Como já salientado, esta canalização de recursos do setor agrícola para o setor industrial adquire um significado particular quando lembramos que estamos diante de uma estrutura sócio-econômica em vias de passagem de um fundamento agroexportador para um urbano industrial. Sua presença, portanto, foi imprescindível para a consolidação das formas de produção capitalistas na região.

Sabe-se que uma das funções mais importantes de um mercado financeiro é justamente a canalização de poupanças e recursos de setores em declínio, com baixa rentabilidade e menores taxas de retorno, para aqueles setores em expansão e desenvolvimento, com maiores níveis de lucratividade. Tal função aparentemente foi desempenhada pelo emergente mercado financeiro local. Além disso, este mercado permitiu que todo um processo, senão de industrialização, mas de expansão e acumulação industrial viesse a se desenrolar, surgindo como um espaço onde unidades fabris e outras tivessem acesso a fundos de investimentos de longo prazo exatamente em um momento em que o financiamento a partir de seus próprios recursos começava a demonstrar seus limites no que se refere ao volume necessário para que este processo se efetivasse. *O importante a destacar é que todo este movimento ocorreu a partir do próprio processo de diversificação setorial interna da economia local, que acabou resultando no surgimento de espaço onde demanda e oferta de capitais de longo prazo confluíam através de instrumentos financeiros e permitiram que a acumulação de capital do setor industrial fosse redimensionada, trazendo como consequência um novo impulso ao processo de industrialização*

local. Além disso, este mesmo movimento foi realizado em grande medida a partir de capitais e poupanças locais, revelando a existência de um circuito financeiro que se originava e se encerrava na própria economia local e regional. Se existe um componente que possa ser utilizado para delimitar e delinear espaços econômicos, este, seguramente, é um dos mais significativos.

5. Observações Finais

A consideração da realidade da economia da zona da Mata mineira em seu período marcado pelo predomínio da atividade agrícola de exportação impõe uma análise final em que tentaremos sintetizar, no espaço mais breve possível, alguns dos elementos que julgamos mais importantes revelados no trabalho, esclarecidos, talvez, muito mais como ponto de partida para futuras pesquisas do que propriamente pretendendo encerrar a discussão de aspectos por si só controversos e, assim, marcados por distintas interpretações presentes em trabalhos relativos à historiografia sobre o tema ou a região.

Constituindo-se em um espaço social e econômico que só recentemente vem sendo objeto de estudos sistemáticos, com base em fontes cuja natureza e estrutura permitem uma aproximação muito maior com a realidade empírica a ser investigada, a região da zona da Mata tem demonstrado uma relevância histórica bastante significativa, seja pela diversidade de sua dinâmica social e econômica ou pelas particularidades que contém, principalmente quando inserida no quadro de estudos regionais que, explicitamente ou não, tem assumido algumas interpretações mais recentes na historiografia.

Se sua base de exportação permite sua inserção no quadro geral das economias de feições agroexportadoras que se desenvolveram no país, o contexto político-administrativo e o espaço econômico em que se estruturou configuraram uma natureza interiorana que vai condicionar boa parte de suas especificidades, aqui entendidas, de início, por assimetrias diversas decorrentes da ausência de uma estrutura de comercialização externa em seu espaço próprio. Além disso, o quadro geral de sua articulação com o próprio universo político do estado de Minas, permeado não menos por contradições e assimetrias quando visto na sua evolução geral, também lhe impôs sérios condicionantes em seu processo próprio de evolução estrutural. Marcada por ser uma das regiões mais ricas e economicamente dinâmicas de Minas Gerais, no período aqui em questão, os limites espaciais em que se desenvolveu a produção agroexportadora da Mata destoam significativamente, quando comparada à vastidão do estado, de seu potencial econômico e os impactos e disseminação da produção cafeeira estiveram longe de constituir uma base homogênea a caracterizar o conjunto da “unidade” de Minas, contrariamente a outros centros de produção.

Ora, em ambos os casos temos a formação de vetores que, em grande parte, vão impor ao espaço econômico em questão uma posição periférica implícita em qualquer análise que tenha na própria zona da Mata seu objeto principal. Em outras palavras, a ausência de um núcleo comercial de exportação e o deslocamento definitivo da estrutura do poder político estadual, com todas as conseqüências que poderiam trazer, selaram os limites no interior dos quais esta economia iria se organizar e desenvolver.

É importante perceber que boa parte da bibliografia referente à cidade e região terá neste cenário o ponto de referência fundamental de suas interpretações. Seja para secundar conclusões relativas ao contexto do conjunto da província e futuro estado (assumido como uma entidade constituída equivocadamente de uma homogeneidade sócio-econômica interna) ou de parâmetros que, se são importantes para a compreensão de sua evolução histórica, definitivamente não são capazes de abranger toda a complexidade que marcou esta mesma evolução, tais interpretações têm em comum o fato de limitar a economia da Mata à sua natureza periférica. Assim, esta economia seria uma espécie de estrutura amorfa e inativa, destituída de contornos e condições que lhe imprimissem uma delimitação enquanto espaço regional e econômico próprio, no interior do qual teria se verificado as condições suficientes de um importante processo de acumulação de capital e da efetivação da transição capitalista que teria marcado outras regiões de produção agrária de exportação no país. A consideração desta estrutura como uma economia de enclave (que tem predominado em vários estudos presentes na historiografia “mineira”, mesmo que restritos ao século XIX) é emblemática neste sentido porque, para além da sua completa ausência de conteúdo e de sua desconsideração de importantes regiões para a formação histórica de Minas, não tem se colocado como um ponto de vista propriamente estimulante para futuros estudos sobre a região.

É certo que esta historiografia deu suas contribuições para o universo histórico regional. No entanto, uma visão mais apurada tem revelado o quanto estas mesmas interpretações têm se distanciado da realidade histórica do município e região. Partindo de um ponto de vista que integra, *a priori*, o universo interno das categorias e estruturas que caracterizaram Juiz de Fora e região ao seu arsenal explicativo, outra tem sido a percepção de sua natureza histórica e seus padrões de crescimento, ritmo, dinâmica social e econômica (além de sua evolução estrutural) têm revelado uma experiência de desenvolvimento econômico relativamente singular quando

confrontada com aquela de outros centros de produção agroexportadores existentes no país no mesmo período.

Em primeiro lugar, seu ciclo básico de produção (implantação, expansão e declínio) ocorrera dentro dos marcos cronológicos deste trabalho, dotando o núcleo agroexportador desta economia de uma dinâmica suficiente para gerar inúmeros efeitos de encadeamento cuja efetivação acabou por constituir-lhe uma diversificação setorial digna de qualquer “complexo agroexportador cafeeiro” que tenha surgido no período, desde que saíamos de modelos que se pretendam tipificadores do conjunto da realidade brasileira. A constituição de uma rede de transportes a partir de meados do século XIX, neste sentido, é significativa: eminentemente vinculada à forma de expansão do cultivo da rubiácea, envolveu agentes econômicos, iniciativas empresariais e (em sua grande maioria) recursos locais, gerados na própria produção cafeeira; dentre seus inúmeros impactos deve ser destacada a integração efetiva do espaço regional à economia de exportação, permitindo a disseminação do cultivo e um amplo crescimento da produção, que acabará colocando a Mata como uma das principais regiões de produção cafeeira do país; além disso, o desenvolvimento do sistema viário possibilitou a consolidação de um centro urbano de referência e de uma hierarquia de cidades que lhe era imanente e que aos poucos foi se delineando na região. A consolidação de uma capital regional e entreposto urbano deve ser entendida como aspecto central na constituição de qualquer complexo regional porque representa, *a priori*, todo o potencial de internalização de investimentos e de fluxos de recursos financeiros gerados na economia da cidade e região, se colocando como ponto de articulação e espaço privilegiado do desenvolvimento de atividades tipicamente associadas ao movimento de reprodução e à expansão capitalista da economia.

Desta forma, também seria digno de nota a emergência de um segmento financeiro-bancário como parte dos efeitos de encadeamento gerados pela produção cafeeira (com destaque para o Banco de Crédito Real de Minas Gerais). Para além do impacto imediato da constituição de um aparelho bancário em qualquer economia, representou uma nítida expansão das formas de acumulação do capital agrário da região, envolvendo, como no caso dos transportes, iniciativas e recursos gerados na própria produção cafeeira.

No entanto, em se tratando da dimensão financeira da economia, (aquela que envolve as transações de recursos no tempo) manteve importância estratégica nas questões enfrentadas no trabalho. Como foi demonstrado, sua estruturação implicou na ruptura de um importante canal de

afluência de recursos para o Rio de Janeiro, ao qual a região tinha até então se inserido como área de financiamento principal; por sua própria natureza institucional constituiu um importante instrumento de captação e retenção de recursos gerados no espaço desta economia e, pelas articulações que manteve como instrumento de crédito do setor produtivo, atuou bem próximo dos “motores de crédito” que alguns bancos regionais ou do interior chegaram a desempenhar em outras experiências de diversificação urbana e industrial. As condições principais para internalização dos movimentos de captação, retenção e inversão de recursos no espaço econômico do complexo regional estavam criadas, sendo elas próprias importantes componentes de sua definição enquanto tal.

Além disto, deve ser lembrado que o núcleo deste sistema bancário coincidiu com o centro urbano de referência da região, consolidando e contribuindo com sua função de pólo articulador de recursos desta economia. Neste sentido, são merecedores de destaque, dentro do desempenho do Banco de Crédito Real, o comportamento e o ritmo de crescimento da rubrica depósitos, em primeiro lugar, e, em segundo, sua capacidade de reunir recursos disseminados pela região através da expansão de sua rede de agências não só pela Mata, mas também de outras regiões de Minas. É importante relembrar que a abertura de agências muitas vezes esteve envolvida como contrapartida do Banco aos inúmeros acordos realizados com o governo do estado e sua consequência foi um importante movimento de expansão de crédito para a produção cafeeira disseminada pelo interior da região da zona da Mata mineira.

É sob este universo das relações do Banco com o estado de Minas que se percebe a importância do surgimento do sistema bancário local como uma das formas em que concretizou também os efeitos de encadeamento fiscais na região. Parte integrante importante das assimetrias acima consideradas, o fluxo de recursos obtidos pelo estado com a estrutura tributária que incidia sobre o café envolvia, como se sabe, um volume bastante significativo e, dada a feição regional extremamente desigual de Minas no período, era inevitável o deslocamento entre o espaço principal de captação e aqueles de destino destes mesmos recursos.

No entanto, esta constituição bastante singular dos efeitos de encadeamentos fiscais para a região, pelo contraste, só corrobora a idéia de estruturação de um complexo agroexportador regional na zona da Mata. A estreita relação mantida entre o próprio estado e o aparelho institucional de crédito representado pelo Banco possibilitou que os recursos obtidos predominantemente na economia regional (mas catalisados e reunidos fora de seu espaço

econômico) pudessem retornar para a própria economia local, ao menos aquela parcela dedicada à concessão de crédito para a lavoura cafeeira, fosse de curto ou longo prazo, envolvido ou não com os planos de valorização que caracterizam o período.

Quando se pensa na capacidade do Banco em reunir recursos (públicos e privados) que foram disponibilizados para suprir demandas financeiras específicas, determinadas pela forma de organização da produção de agroexportação e sua natureza essencialmente endógena do ponto de vista regional, percebemos a importância da confluência dos efeitos de encadeamento fiscais e aqueles de natureza financeira a caracterizar a estrutura de financiamento de Juiz de Fora e região. A partir dela consolida-se um circuito financeiro em que oferta, demanda e transações de recursos e valores no tempo vão se efetivar no mesmo espaço econômico, denotando a existência de um mercado financeiro no interior do *complexo agroexportador de Minas*, questão à qual retomaremos ainda neste momento final da análise.

Mas a dinâmica do núcleo agroexportador também tornou possível a transformação das relações sociais que caracterizavam a estrutura de produção desta economia, envolvendo rearranjos que resultaram numa gama relativamente diferenciada de relações sociais de produção tipificadas pela articulação da força de trabalho em níveis variados com o mercado. Mesmo assim, estas novas relações sociais vão permitir que uma parcela relativamente importante da renda gerada das exportações (aquela destinada à reprodução da força de trabalho) se transformasse em recursos monetários disponíveis para consumo. Desta forma, os efeitos de encadeamento de consumo, um dos principais vetores da transformação urbano-industrial nas economias aqui em consideração, ganharam uma nova dimensão e puderam desempenhar no seio da economia regional todo o potencial de diversificação e dinamização econômica que pode produzir: a monetização generalizada das relações envolvidas na economia, um grande impulso por demanda monetária e a constituição de um mercado de consumo de massa, voltado basicamente para satisfazer a demanda e a reprodução da força de trabalho radicada no complexo.

O corolário imediato desta última transformação do universo social da estrutura de produção agroexportadora local foi a criação de condições para o desenvolvimento de um parque industrial pequeno de início, mas que acabou por assumir uma proporção e diversidade tais que colocaram o seu pólo urbano de referência como o mais importante núcleo industrial de toda a unidade administrativa da qual fazia parte. A industrialização mineira, que teve no século XIX um importante momento de crescimento e expansão (principalmente em seu ramo têxtil e nas regiões

Centro e Norte do estado), conheceu no final do mesmo século um sintomático movimento de deslocamento para aquela região que representava seu “apêndice agroexportador” e, como foi ressaltado, constituiu resultado de estruturas econômicas fundamentalmente regionalizadas, dotadas de contornos e ritmos próprios, fundamentando assim movimentos de acumulação de capital bastante diferenciados entre si. O distanciamento entre o processo de industrialização e a estrutura agrícola de mercado externo não deve ser validado para o conjunto da experiência mineira.

Além de seu porte, o processo de industrialização da cidade resultou numa estrutura industrial significativamente diversificada, onde além da produção de uma gama extremamente variada de bens de consumo, não estiveram ausentes setores como mecânica, química, embalagens, papelão, metalurgia, cimento, papel, entre outros. A presença destes setores só indica que a industrialização local se deu em um ritmo tal e atingiu proporções suficientes para gerar induções a investimentos em outras indústrias que, por sua natureza, implicavam na produção de insumos e bens de capital para o próprio setor industrial. Neste sentido, é importante lembrar que os setores de mecânica e litografia (para além da produção de tornos, prensas, teares, turbinas, máquinas, fornos, etc.) chegou a produzir motores elétricos que foram colocados em teste para produção em série, um refinamento em se tratando de uma industrialização “periférica”. Esta simbiose, onde distintos setores industriais se articulam e complementam, mesmo que não tenha se definido no interior do espaço econômico em questão, não é comum a todos os processos de industrialização e afasta definitivamente aquelas visões que procuram reduzir a experiência de industrialização local a um mero surto industrial.

É certo que setores como o de mecânica marcavam presença já nas primeiras fases da industrialização do município, dado seus estreitos laços iniciais com a produção de exportação, autêntico representante, que foi, dos efeitos retrospectivos dentro do complexo. Além disso, sempre esteve articulado à economia agrícola de mercado interno (outro componente extremamente importante do complexo regional) acompanhando o crescente significado da agricultura de alimentos *pari passu* ao desenvolvimento de centros urbanos de importância na Mata. Assim, a presença de máquinas de beneficiamento de arroz, milho, cana, fumo, além de engenhos diversos, moinhos, arados, irrigadores vão assumindo uma proporção cada vez mais significativa entre os produtos do setor.

O universo agrícola vinculado ao mercado interno também desencadeou outros importantes efeitos multiplicadores na economia local, contribuindo decisivamente para seu processo de diversificação econômica e a própria definição do complexo agroexportador da Mata. A produção de leite, a indústria de laticínios e o seu correlato setor produtor de insumos e máquinas para a elaboração do produto e derivados constituem um excelente exemplo das dimensões e potenciais envolvidos no processo de acumulação de capital fundamentado na produção agrária de mercado interno da economia. Mais, revela uma estratégia específica de manutenção econômica de parte da elite agrária local, que aos poucos assistia a diminuição das possibilidades produtivas de suas fazendas de café, principalmente as mais antigas. Assim, como uma alternativa à produção cafeeira, constituiu o destino de inversões de recursos bastante volumosos (acumulados ainda na atividade que pretendia substituir) e seu nível de capitalização, além de sua própria importância econômica, têm sido bastante subestimados por parte da historiografia local.

O entrelaçamento destas distintas atividades econômicas revela também as dimensões sociais envolvidas no processo de diversificação implícito na idéia de complexo e de efeitos de encadeamento. Os atores sociais identificados na produção do artigo (nos referimos aos grandes produtores, é claro) foram também os principais agentes da implantação e desenvolvimento da indústria de sua elaboração. Entre tantas sociedades simples, deve ser lembrado que o setor chegou a organizar pelo menos duas sociedades anônimas, marcando sua importância na evolução do mercado financeiro da cidade e evidenciando a natureza de *empreendimento* associado aos seus investidores. Contudo, a importância do setor só se revela completamente quando percebemos que foi capaz de gerar uma estrutura de demanda que sustentou a produção de diversas indústrias do município, um exemplo claro de induções a investimentos gerados pelo parque industrial de Juiz de Fora e região. Ainda aqui são os setores de litografia e mecânica que devem ser destacados, pois entre o universo de mercadorias que produziam, aquelas referentes à produção de leite e derivados (desnatadeiras, salgadeiras, batadeiras, latões de transporte, etc.) se destacam até para o observador mais desavisado. É importante ainda lembrar que pelo menos em um caso (J.R. Ladeira) o *empreendedor* originou-se na produção de leite, implantou uma fábrica de laticínios e, posteriormente, se tornou o principal incorporador e acionista daquela que fora uma das mais importantes empresas da cidade: *A Sociedade Anônima Lithográfica e Mechânica Indústrias Reunidas*.

Mas talvez seja a estrutura comercial do município de Juiz de Fora aquela que mais represente o potencial gerado pelo mercado interno criado no complexo agroexportador da Mata. Por este mesmo motivo incorporou, por sua própria natureza e funções desempenhadas na economia, as assimetrias decorrentes da identidade exportadora do complexo e sua natureza interiorana. Mantendo uma importância dentro do complexo regional que dispensa comentários, a evolução da estrutura comercial de Juiz de Fora possui um significado que vai transcender os próprios limites espaciais na qual estava inserida. Primeiro porque a estrutura de *comercialização externa* do produto principal sempre esteve deslocada em relação ao espaço da produção exportadora, componente essencial, como já observado, da natureza periférica da economia aqui em consideração. Segundo porque sintetizou o conjunto da demanda gerada nesta economia por distintos bens de consumo e produção e, pela proximidade com o Rio de Janeiro, manteve posição privilegiada como centro de articulação e distribuição de produtos, por exemplo, importados, os únicos a satisfazer durante boa parte do período as demandas geradas não apenas no complexo regional como também de outras tantas regiões de Minas.

Criavam-se, assim, as condições mais importantes para o desenvolvimento de um empório comercial e forte centro atacadista, ponto de contato e articulação de parte de Minas com o circuito maior que veio integrar as principais regiões econômicas do centro-sul do país. Nos quadros do universo histórico de Minas Gerais, este pólo comercial desempenharia, *em parte*, as mesmas funções que o Rio de Janeiro veio a desempenhar para outras importantes regiões do país: centro comercial por excelência, canalizador e distribuidor de um fluxo de mercadorias que, produzidas domesticamente ou importadas, constituíam parte integrante fundamental para a reprodução de economias regionais, agroexportadoras ou não.

Para além do universo constituído pelos bens de consumo, deve ser ressaltado que boa parte dos fluxos de mercadorias que caracterizava este circuito comercial se compunha de bens de produção, insumos, instrumentos, máquinas e matérias primas que viriam alimentar ou aumentar inversões produtivas realizadas na economia, resultando nos respectivos aperfeiçoamentos de suas distintas estruturas de produção, aumento da planta e produtividade, capacidade de concorrência, acesso a mercados e economias de escala etc.

Quanto aos recursos envolvidos é importante salientar, antes de mais nada, o posicionamento secundário ocupado pelo município no conjunto deste circuito dada sua impossibilidade de contato direto com o mercado internacional. Mas sua colocação como empório comercial de

mercados que se disseminavam pelo interior, alguns importantes porque alimentados por rendas geradas por exportações, permitiu, também parcialmente, a internalização dos fluxos de recursos que tiveram na própria cidade um de seus pontos de confluência mais importantes. O resultado foi a criação de uma estrutura comercial extremamente forte e diversificada, que correspondeu à colocação do município como um dos principais centros atacadistas do estado com o correspondente crescimento da riqueza comercial e mercantil de Juiz de Fora. Ora, o capital comercial constitui presença marcante em qualquer complexo econômico porque tem em seu processo de acumulação e reprodução um importante mecanismo de constituição do capital industrial, regra à qual o município não constituiu exceção, dados os inúmeros casos de plantas industriais surgidas em decorrência da acumulação de capital no comércio, como a historiografia local já tem revelado o suficiente.

Contudo, a parcela relativa ao comércio de exportação de café não destoa como poderia se esperar em relação à estrutura comercial anterior, visceralmente vinculada a produtos envolvidos com o mercado interno, incluindo alimentos e outros produtos agrícolas. Como vimos, a permanência do Rio de Janeiro como principal espaço de comercialização externa da produção cafeeira da região impôs sérios limites ao crescimento deste setor específico no interior da estrutura comercial de Juiz de Fora. Marcada pela presença significativa de inúmeras unidades de comércio em grosso, (envolvidas principalmente com secos e molhados, ferragens em geral e instrumentos agrícolas, bebidas, têxteis, destilarias etc.), o comércio do café foi realizado parcialmente no interior da estrutura acima considerada e, se chegou a constituir um ramo especializado na economia, este se marca visivelmente por agências e casas de representação e de firmas comissárias *localizadas no Rio de Janeiro*.

Deve ficar claro que a cidade também viveu as diversas formas de aproximação do capital agrário com este tipo de comércio: fazendeiros entrando em sociedade em firmas comerciais comissárias, através de relações de parentesco com agentes comissários, ou eles próprios abrindo casas comerciais de café; mas em todo caso, estas firmas tinham também no Rio de Janeiro seu espaço principal de atuação e localização.

Não que o município não conhecesse inúmeras empresas comissárias de café, radicadas na própria cidade e invariavelmente envolvidas com o setor de exportações/importações, muitas importantes por sua própria presença ou proporções que assumiram no contexto em que se desenvolveram. Mas esta presença está longe de constituir a disseminação e envergadura

suficientes para marcar o conjunto do setor comercial de Juiz de Fora no período aqui considerado. O deslocamento do espaço de exportação em relação àquele de produção na economia regional condicionou, de forma importante, a evolução das estruturas de distribuição do produto básico do complexo regional da Mata mineira.

Poderia argumentar-se, convergindo com a historiografia vigente, que esta assimetria teria sido responsável por substanciais canais de transferência de excedente gerado na economia local para o Rio de Janeiro. Mas esta questão encontra na própria evolução e crise do comércio comissário uma resistência intransponível. A partir dela é que se percebe, em primeiro lugar, a substituição deste comissário como agente fornecedor de produtos envolvidos com o *movimento de giro* das unidades de produção pela estrutura comercial local, e, em segundo, do próprio setor financeiro da cidade no financiamento de curto e longo prazo do processo de produção local. A evolução das estruturas internas inviabilizou boa parte dos mecanismos de transferência de recursos originados na economia da Mata. Se a parcela relativa da produção agregada da região que foi transferida como pagamento da intermediação do comissário puder ser relativa e grosseiramente identificada com aquela normalmente paga a título de comissão (entre 3 e 5%), percebe-se que há um nítido exagero da historiografia em atribuir a este mecanismo uma descapitalização, em âmbito *estrutural*, para a economia da Mata. Mais importante que isso, quaisquer que tenham sido suas proporções, esteve longe de interferir na natureza *endógena* e na capacidade de geração de recursos e criação de oportunidades para as inversões destes mesmos recursos no próprio processo de dinâmica e diversificação econômica do complexo regional.

Contudo, de todos os aspectos da análise e demonstração da existência de um complexo agroexportador na região da Mata mineira, aqueles relativos à existência de uma dimensão financeira colocou-se, como devidamente observado, como um dos mais importantes. Dotada das condições mais significativas para a constituição de uma *estrutura de financiamento* e um correlato *mercado de capitais*, a mera presença de um setor agrário de exportação já incluía um perfil delineado nas condições de oferta e procura por recursos de crédito e financiamento, implicando em forças de indução a investimentos que denominamos aqui de *efeitos de encadeamento financeiros*: ou seja, enlaces de natureza financeira e de crédito em que tanto os componentes da estrutura de oferta quanto da procura por recursos estejam sendo gerados na órbita de produção agroexportadora e se efetivando no interior desta mesma economia.

Por outro lado, a cidade passara por um significativo processo de diversificação urbano-industrial que, desde suas origens, contou com recursos e poupanças acumulados endogenamente. Sua própria efetivação no interior do espaço regional implicou em uma imensa capacidade de catalisação e redistribuição de recursos financeiros que teve neste mercado um importante ponto de referência, inclusive vários canais de transferência de riqueza agrícola para o dinamismo dos setores urbanos da economia. As oportunidades de investimento e o próprio dinamismo econômico criado nestes mesmos setores urbanos geraram uma infinidade de forças de demanda por ativos monetários e financeiros que tiveram neste espaço seu contexto mais imediato e nas formas de riqueza urbana importante fonte de oferta, “enlaces” como no caso da economia de exportação. Quanto maior a conjunção e convergência destes enlaces para o interior da economia, maior o delineamento, diversidade e complexidade do mercado financeiro que irá surgir.

Em outras palavras, Juiz de Fora reuniu dentro da economia que representava recursos significativos, constituídos por fortunas agrárias, financeiras, mercantis e urbanas, disponíveis para inversões e investimento de capital ao mesmo tempo em que sofria uma transformação estrutural que tinha, exatamente, na capacidade de transferência de recursos no tempo não só um de seus fundamentos, mas também uma de suas condições mais importantes de efetivação. A confluência destas forças em um mesmo pólo urbano fez surgir, paulatinamente, um espaço específico na economia voltado para a regulação, controle e legitimação destas atividades que mantinham como essência um *desequilíbrio cronológico no ato de troca*.

É interessante lembrar que este mercado se marcava por importantes características comuns com outras experiências de formação e estruturação de sistemas e mercados financeiros que se desenvolveram em *economias essencialmente pré-industriais*, em que pese a variedade da constituição histórica destas estruturas: sua natureza predominantemente agrícola; a escassez e sazonalidade dos fluxos monetários; concentração de renda; a configuração essencialmente local e regional destes mercados; a importância das fortunas agrárias e mercantis; formas de organização, sistemas e operações bancárias; a presença significativa de agentes individuais a influenciar o próprio comportamento do mercado; a importância das hipotecas; o domínio do capital de giro e das formas de crédito a ele associado; um perfil de demanda visivelmente atrelado a um retorno de rendimentos fixos; cadeias de débito e endividamento; a *assimetria de informações* e grande importância de *instituições informais* (regras de conduta da comunidade, costumes, tradições, boatos, relações pessoais e de parentesco, vizinhança, etc.) como

componentes fundamentais de regulação, legitimação, garantia e funcionalidade *essenciais* à estrutura e comportamento do mercado; entre outros. Todos estes componentes tipificadores de formas de mercados financeiros e de capitais pré-industriais encontrados em outras experiências históricas estão presentes, em maior ou menor grau, no universo financeiro da cidade e região no período desta análise.

É claro que esta estrutura estava, por definição, longe da forma de organização de mercados e instituições financeiras atuais, mas as semelhanças também poderiam surpreender aqueles que se prendem a concepções de mercado que pressupõem conceitos como equilíbrio, eficiência, perfeição ou, mesmo, uma *estrutura capitalista* a fundamentar seus contornos e funcionamento. Nem, tampouco, sua presença significa a constituição de sistemas de crédito e financiamento “adequados”, sob qualquer critério que venha a ser adotado. No entanto, como tem ressaltado a historiografia, valeria muito mais nestas estruturas sua *maleabilidade* (principalmente em períodos de crises econômicas) do que sua eventual “racionalidade” e “equilíbrio” e, como visto, muitas vezes sua *natureza informal* é que se tornará a tônica das relações que tinha que coordenar.

Inadequações, altos custos de transação e de informações, deficiências no sistema legal e institucional, a presença em graus e níveis variados do Estado, “altas” taxas de juros, assimetria de informações, entre outros, são assumidos como *parte integrante* do funcionamento destes mercados de crédito e capital. Mas o que tem marcado a historiografia e surpreendido historiadores do tema é exatamente como estruturas assim delineadas superaram estes “limites” e reuniram condições de realizar, à sua forma, boa parte das funções que os mercados financeiros capitalistas vêm desempenhando em suas próprias economias. O resultado tem sido a descoberta de outros verdadeiros universos de organização e estruturação de sistemas financeiros e mercados de capitais, em muitos casos tão dinâmicos e complexos na diversificação de seus agentes e instrumentos que a concepção que identificava crédito e capitalismo (percebida em autores como Marx) ficou definitivamente combalida. Mais que isso, o estudo destes mercados tem ensinado bastante sobre a forma de comportamento dos próprios mercados contemporâneos e as noções como equilíbrio, eficiência e racionalidade, talvez, sequer estejam presentes nas economias capitalistas contemporâneas.

Também a *dinâmica e funcionalidade* destas estruturas de financiamento tidas como “arcaicas” estiveram presentes de forma bastante nítida no mercado financeiro local. Desta

forma, se percebermos a natureza das forças que deram sustentação e delineamento a este espaço da economia, tomando ainda como exemplo o setor bancário, entre inúmeras operações financeiras, veremos uma particular identidade entre as formas predominantes de financiamento e aquelas que vinham ocorrendo no núcleo básico do processo de acumulação de capital desta mesma economia. Dotada de uma escassez crônica de numerário, a postergação de pagamentos tornou-se condição fundamental para os negócios; os títulos de crédito de curto prazo, os instrumentos mais importantes de representação financeira; e as *cadeias de débito* bem como a proporção destes títulos no ativo de firmas e empresas constituíram o resultado natural do processo. Se associarmos esta forma de financiamento com aquela que moldava o processo *predominante* de acumulação de capital (a retenção de lucros para reinversões), podemos perceber a importância de características como transferência e negociabilidade na efetivação do movimento geral deste processo de acumulação.

São características como estas (garantidas por *instituições formais*, como o sistema legal) que vão permitir que operações comerciais de desconto de notas, empréstimos em conta corrente, renovações de empréstimos, entre tantas, fornecessem a liquidez imprescindível em um movimento de reprodução de capital que tinha no adiamento de pagamentos e, portanto, no acúmulo de débitos um de seus componentes fundamentais. Será a partir de operações como estas que o *desequilíbrio temporal implícito nas relações de crédito e financiamento* poderá ser devidamente equacionado e, ao permitir que o próprio processo de efetivasse, contribuiu decisivamente para o crescimento e diversificação de formas tipicamente capitalistas de produção que vinham se desenvolvendo na economia regional, de uma maneira bastante semelhante do que aconteceu em outros núcleos e centros de produção agrários de exportação do país.

É óbvio que a mera existência destas operações não garantia, em si mesmo, o pleno contentamento dos agentes econômicos, e, principalmente, nas condições que supunham ser satisfatórias. Nem mesmo eram suficientes para suprir o conjunto da demanda por crédito geradas no sistema, principalmente para aqueles agentes que, por um motivo ou por outro, mantinham posições de risco consideradas elevadas. O próprio sistema bancário possuía limites estreitos para a realização de várias de suas operações, neste caso principalmente a ausência de um *“Lender of Last Resort”* (um emprestador de última instância), tornando particularmente delicado o equilíbrio entre os ativos e passivos bancários e fazendo com que os fluxos de crédito destas instituições fossem extremamente vulneráveis às conjunturas negativas da economia. Sendo

assim, a restrição da oferta por parte dos bancos nos períodos de contração (principalmente da política monetária) contribuía, e muito, para a escassez de moeda e deflação que marcava estas conjunturas. A interrupção ou drástica redução destes fluxos de crédito, exatamente no momento em que eram mais necessários, muitas vezes desencadeava as sucessões de falências, insolvências e concordatas que caracterizaram os circuitos de débito típicos do período aqui considerado.

Mas os movimentos de ativos e recursos monetários no tempo não se reduziam ao universo do curto prazo. Conjuntamente com estes surgiram formas de crédito e financiamento que transferiam volumes substanciais de recursos no longo prazo, que também vinham confluir de maneira significativa com as formas que estavam assumindo os processos de acumulação de capital que vinham sustentando a dinâmica e o processo de diversificação setorial que marcou a economia da região no período aqui considerado.

Este universo de financiamento também vem esclarecer outras importantes características do *complexo agroexportador mineiro* e seu mercado de capitais. Com suas origens reportando a períodos bem anteriores à consolidação do próprio sistema bancário na cidade e contendo uma personificação típica em agentes individuais também como fornecedores de ativos, estas relações de financiamento de longo prazo constituem outra expressão cabal e explícita dos efeitos de encadeamento financeiros que sublinhamos no trabalho: demanda e oferta de recursos financeiros originados e determinados pela forma de organização da produção agrária de exportação e pelas características próprias do produto principal que gradualmente vão se efetivando no mesmo espaço econômico, delimitando a existência, também aqui, de um espaço de distribuição, regulação e legitimação que encontrou no mercado hipotecário sua expressão mais importante.

É certo que durante boa parte do período “pré-bancário” predominavam fornecedores e agentes de financiamento identificados principalmente com o comércio de café radicados no Rio de Janeiro, uma decorrência inevitável da natureza periférica do complexo regional, na época apenas em sua fase de constituição. Mas a presença de emprestadores individuais locais constitui também elemento marcante, em especial se considerarmos suas articulações com a própria produção e renda vinculadas às exportações. Além disso, é fundamental lembrarmos que a presença destes *prestamistas*, se antecedeu, também *perpassou* o próprio período de criação e consolidação do aparelho bancário, sublinhando o papel extremamente importante destes agentes individuais (conjuntamente com os bancos) no mercado de capitais local em todo o período da pesquisa. A conjunção de vigorosas forças de demanda de recursos de longo prazo com uma

estrutura de renda extremamente concentrada, ambas decorrentes da estrutura da produção cafeeira, ensejou induções a investimentos que, ao se concretizarem, constituíram uma das principais bases do mercado de capitais em Juiz de Fora: para além do universo dos emprestadores individuais, é bom lembrarmos que *a própria estruturação do sistema bancário na cidade e região pode ser considerada, em grande parte, como resultado destes efeitos de encadeamento financeiros.*

É importante que possamos entender este “circuito financeiro” principalmente pelo lado da oferta individual de recursos de longo prazo, por tudo que ela pode nos revelar. Já nos referimos à importância destes empréstimos para os processos de reprodução e acumulação na própria cultura de exportação, o que, por si só, os colocaria como elementos fundamentais para a realização do processo geral de acumulação de capital da economia da região, considerando a importância da renda gerada pela produção agroexportadora na dinamização de outros setores que vinham se desenvolvendo em torno da produção cafeeira. Por outro lado, os investimentos realizados por estes “prestamistas” no adiantamento de moeda para outros fazendeiros de café, se chegaram a valores extremamente significativos, implicaram numa provisão de liquidez na economia, representando outro aspecto essencial do “circuito” do qual faziam parte, uma vez que sem estes investimentos teríamos apenas riquezas acumuladas e retidas, um entesouramento de ativos sem qualquer participação significativa no conjunto do sistema do qual faziam parte. Por fim, os ganhos decorrentes deste tipo de atividade podem ser devidamente classificados como uma das primeiras formas de *riqueza financeira*, o que não deixa de ter seu significado no período aqui em questão e numa economia essencialmente pré-capitalista, mas que vinha aperfeiçoando cada vez mais seus mecanismos e instrumentos de crédito e financiamento, aproximando-se gradualmente de um contorno propriamente capitalista e permitindo a participação destes agentes neste processo como componentes fundamentais da oferta de recursos e liquidez sem a qual naturalmente não poderia se efetivar.

Além do mais (e como consequência imediata do processo acima descrito), a presença e importância destes agentes confrontam um dos mais importantes argumentos da *teoria bancária*: aquele que afirma que apenas os bancos podem desempenhar o papel de catalisadores de recursos e sua distribuição mais “racional” para a economia como um todo. Não que este princípio esteja errado; nós mesmos ressaltamos sua importância quando analisamos o surgimento do sistema bancário no complexo regional. Mas em estruturas pré-industriais e com as características que

mantinha a economia que temos aqui em foco um outro aspecto assume posição fundamental: a concentração de renda própria desta economia permitirá que recursos ociosos e *relativamente dispersos* (ou pelo menos não “catalisados” em algumas organizações bancárias) desempenhassem um importante papel na provisão de financiamento da economia regional e dos distintos componentes setoriais que a compunham.

Em outras palavras, teríamos uma estrutura financeira que além dos pontos de centralização e irradiação representados pelas instituições bancárias, haveria também a disponibilidade de *haveres* financeiros originados pela concentração de riqueza individual, aspecto tão importante no entendimento destas estruturas quanto a generalização pela mesma teoria bancária do princípio segundo o qual o que distingue estes agentes dos bancos seria exatamente a ausência da captação de recursos de terceiros por parte dos provedores particulares de meios monetários. Esta diferenciação, mais que meramente conceitual, torna clara e nítida (mesmo que relativa) a distinção da *natureza institucional* dos agentes aqui em referência: a inserção do aparelhamento bancário no campo das *instituições formais*, com sua estrutura de *organização empresarial*, uma hierarquia burocrática e regras internas próprias, regulação das operações e atividades e subordinação geral a um corpo jurídico estabelecido e controlado pelo aparelho estatal; já os prestamistas, como agentes individuais, se aproximam muito mais do universo das *instituições informais*, cujas atividades e operações vão ser determinadas, como já visto, basicamente por regras de condutas estabelecidas pela tradição, valores morais, conhecimento pessoal, relações de amizade e parentesco, elementos culturais, entre outros, em que pese a sua mesma subordinação ao corpo legal vigente.

Convém observar, ainda, que este aspecto revela que, para além da má distribuição de renda dentro das *hierarquias sociais*, outro importante elemento de sua dinamização está na concentração *espacial* de recursos, pois é esta concentração que permitirá que a assimetria de informações seja superada e com ela o próprio *custo de transação* das atividades financeiras. Este fenômeno explica a estreita delimitação espacial dos mercados de capitais pré-capitalistas, ou, como foi observado, evidenciam a importância de sua “*geografia*” e a “*regionalidade implícita*” que os tipificam. Assim, a transmissão de informações e as condições de *confiança* podem ser realizadas a contento fundamentando-se na órbita de relações como o conhecimento e contatos pessoais: a situação de solvência, histórico de débitos, a *reputação* enfim, de devedores em potencial e a existência de credores com disponibilidade de recursos para empréstimos podem se

colocar como a base das transações financeiras realizadas *diretamente* entre os agentes. Um paradoxo surge quando pensamos na superação da assimetria de informações realizada desta forma, pois, guardadas as condições de dinâmica da estrutura agroexportadora e de crescimento da economia, quanto *menor* a dimensão espacial do mercado *maior* a facilidade de contatos pessoais e de transmissão de informações nele contida e, portanto, do próprio potencial do fluxo de recursos entre credores e devedores.

Mas há qualificações que devemos esclarecer sobre estas formas de financiamento particulares e de longo prazo que caracterizam o mercado regional. A principal delas está na consideração destas relações no campo da *usura*, o que impõe ainda algumas observações sobre as taxas de juros envolvidas e a própria natureza das transações realizadas. No que se refere à caracterização destes agentes generalizadamente como usurários, com sua devida conotação pejorativa (que tem predominado na historiografia), convém esclarecer de início que o fenômeno da usura é por sua própria natureza esporádico, casual e, em sua essência, envolve uma estrutura de oferta extremamente restrita a poucos fornecedores permitindo ganhos que em geral superam as médias das taxas de retorno presentes na economia, implicando invariavelmente na transferência dos bens dados como garantias para o credor, o que, em última instância, inviabilizaria a continuidade e regularidade destas transações.

Com características como estas encontraríamos, por assim dizer, um “espaço financeiro” onde a variação das taxas de juros seria *relativamente* limitada e não seria determinada por qualquer outro mecanismo a não ser a escassa disponibilidade de credores. Desta forma, os juros seriam mantidos altos e não sofreriam *grandes* alterações em função de qualquer modificação objetiva da economia, como oscilações conjunturais, política monetária, mudanças na estrutura de oferta e demanda etc. O número de transações e o volume de recursos manteriam-se *relativamente* restritos e a natureza social dos agentes que eventualmente comporiam a estrutura de oferta também seria marcada por pequenas modificações e, como consequência de todas estas características, a *funcionalidade* do espaço financeiro no interior da estrutura econômica seria também significativamente limitada.

É obvio que não estamos considerando períodos tão anteriores a esta análise quanto, por exemplo, o período Colonial ou a primeira metade do século XIX, que têm sido sistematicamente investigados por uma produção historiográfica mais contemporânea; nem tampouco, produções envolvendo universos cronológicos mais próximos ao nosso, mas que têm nas áreas de produção

agroexportadora decadentes ou satélites (como o Vale do Paraíba) seu foco mais importante. Como tivemos oportunidade ressaltar neste trabalho, os resultados a que chegamos e as próprias conclusões de nossa análise não têm a pretensão de explicar períodos e realidades tão diferenciados quanto aos nossos, se restringindo exclusivamente aos limites cronológicos e espaciais que se propôs a investigar.

Ora, se procurarmos alguma analogia da realidade aqui considerada ela será encontrada em outros núcleos urbanos que chegaram a desenvolver o papel de pólos financeiros com sua respectiva estrutura de mercado: o número e volume das transações foram extremamente significativos, em termos absolutos e relativos; a regularidade das transações salta aos olhos, principalmente se percebermos suas médias quinquenais ou decenais; os atores envolvidos na estrutura de oferta mantinham uma diversificação social notória e que incluía fazendeiros de café, comerciantes de vários matizes e formas, rentiers, industriais, proprietários urbanos, capitalistas, entre outros; e a própria funcionalidade do setor financeiro (que ainda retomaremos) na dinamização e transferência intersetorial de ativos e recursos monetários, financiamento de investimentos, consolidação de débitos, aquisição de imóveis urbanos ou rurais, etc., deve ser destacada exatamente pelo contexto de transição estrutural capitalista que caracteriza o período.

Mas um aspecto em especial merece ser ressaltado aqui: os níveis e oscilações das taxas de juros acompanharam nitidamente as variações conjunturais da economia, tornando nítida a inserção das transações financeiras locais no âmbito de um mercado, em especial se considerarmos *a origem endógena dos recursos*, em que pese os inúmeros *componentes não econômicos* na intermediação destas transações. Além disto, em seu comportamento de longo prazo, também observamos uma clara tendência de declínio dos níveis de juros, indicador seguro do aperfeiçoamento das relações de financiamento que vinham ocorrendo neste mercado.

É claro que, também aqui, existem evidentes limites no âmbito das relações de financiamento que se estabeleceram principalmente no mercado hipotecário local. A própria presença maciça do Banco de Crédito Real nestas operações como intermediador de recursos reunidos e agrupados pelo governo estadual vem demonstrar a *insuficiência crônica* deste espaço na captação e distribuição destes mesmos recursos de longo prazo. Já a atuação essencialmente pró-cíclica do Banco contribuía, como no universo do financiamento de curto prazo, para o agravamento das conjunturas de escassez de numerário e de liquidez, o que, seguramente, afastou a instituição de

uma das mais importantes funções desempenhadas pelo conjunto do mercado hipotecário local nas fases de contração do ciclo de acumulação e restrições financeiras que poderiam se seguir.

Portanto, deve ficar claro, também e principalmente no horizonte financeiro e temporal neste momento em relevo, a deficiência do sistema em satisfazer, a contento, as condições de oferta, preço e disponibilidade de recursos na forma e maneira que demandavam os agentes representativos da “economia real” ou, mais especificativamente, das estruturas de produção que eventualmente poderiam personificar. As próprias condições em que eram feitos estes financiamentos, estabelecidas nas cláusulas dos contratos hipotecários, evidenciam a estreiteza das transações desta natureza, todas implicando em imposições aos devedores e cercando os credores das devidas garantias: os recursos envolvidos chegavam, no máximo, a 1/3 do valor dos bens caucionados; multas severas em caso de atraso dos pagamentos; juros considerados excessivamente “altos”; previsão de custos judiciais por parte dos devedores e do foro de decisão aonde residiam os emprestadores; garantias envolvendo não apenas o empréstimo, mas as próprias prestações negociadas etc.

É visível, portanto, que a estrutura de financiamento de longo prazo estava longe de suprir as necessidades e perspectivas geradas na esfera da produção. No entanto, o seu simples enquadramento histórico tem revelado elementos que colocam seus limites em outros níveis de argumentação explicativa e como componentes implícitos à sua própria forma de organização estrutural e inserção na economia que o caracterizava, embrionária do capitalismo, permeada por instabilidades macroeconômicas crônicas, altos riscos sistêmicos, deficiências diversas no ambiente de negócios, entre outros. Sob esta perspectiva, os contratos e negociações realizadas nas bases acima, se oneravam o devedor, também se colocaram como condições sem as quais as próprias transações não se efetivariam, nem impediram a articulação regular das esferas da produção com o espaço financeiro, em especial nos períodos de crise, quando o volume de suas atividades se acelerava principalmente devido à presença de suas *instituições informais*, tendo em vista o crescimento dos provedores particulares de recursos e sua atuação fundamentada na base de conhecimentos pessoais, elementos também caracterizadores da organização estrutural do espaço financeiro desta mesma economia.

Com tudo isso, as manifestações vinculadas aos agentes representativos da esfera da produção deveriam ser devidamente inseridas no campo do *conflito distributivo*, com as características e conteúdo em que se configurou no período e não apenas na esfera da economia local e regional.

Sendo assim, a visão do universo destas transações financeiras não é necessariamente idêntica àquela que predominou segundo o ponto de vista destes agentes, nem, muito menos, a delimitação de seu contorno e funções de acordo com a perspectiva de atores sociais que, por definição, compartilhavam seus ganhos com outros atores também identificados com setores imprescindíveis ao próprio movimento e dinamismo da economia. Como já tivemos oportunidade de afirmar, a colocação destes enfoques como *elementos explicativos* destas relações de crédito e financiamento, que tem feito algumas interpretações, não se constituiria como um bom ponto de partida e o distanciamento destas interpretações, ao menos em relação ao universo financeiro aqui em questão, tem se tornado cada vez mais nítido.

Mas uma última observação ainda se impõe acerca do segmento financeiro e mercado de capitais presentes no corpo do complexo regional. Sua convergência com a transformação estrutural de natureza capitalista e a conseqüente reconfiguração das unidades que a concretizaram devem ser destacados como elementos fundamentais das conclusões desta análise. Aqui, em particular, se revelam todos os elementos representativos (além do próprio significado) deste mercado que ressaltamos no contexto desta análise, e não apenas no que se refere ao volume de recursos envolvidos, diversidade dos agentes sociais que se colocaram como devedores e credores, sua importância para a internalização de processos de acumulação de capital e delineamento da economia regional, comportamento dos juros, provisão de liquidez, oportunidade de investimentos e ganhos, a complexidade que os instrumentos de crédito assumiram, etc. Em outras palavras, cabe destacar ainda a função dos efeitos de encadeamento financeiros no desempenho da transferência de recursos entre distintos segmentos que compunham o complexo regional, em particular entre a *agricultura de exportação e o setor industrial*, alimentando sua diversificação setorial e se colocando, ele próprio, em sua configuração específica permeada por elementos não capitalistas, como um dos principais vetores da transformação estrutural acima referida.

Já observamos a particular confluência do espaço de financiamento local com a forma específica que assumiu o padrão de acumulação e inversão fundamentado em ganhos retidos por parte das unidades fabris num primeiro momento da industrialização do município, cabendo destacar, já nesta fase, a importância dos recursos originados na cultura de exportação, particularmente se lembrarmos a participação relevante do Banco de Crédito Real no processo de provisão de liquidez no interior deste padrão de acumulação através de operações de curto prazo.

A constituição do Banco como resultado dos efeitos de encadeamento financeiros e sua articulação no circuito representado pelos enlaces fiscais, como devidamente demonstrado no trabalho, tornam bastante claros os movimentos de transferência de recursos monetários originados na cafeicultura para a indústria, indireta ou *diretamente*, se tivermos em mente também a importância da captação local de meios monetários através do mecanismo de depósitos e a devida participação da renda gerada pelas exportações neste mesmo mecanismo.

E não foi apenas nesta instância de curto prazo que estas transferências puderam ocorrer; também e principalmente na dimensão de longo prazo se abriram canais significativos deste movimento intertemporal e intersetorial de recursos no mercado de capitais local. Desta perspectiva, convém sublinhar, dentro de nossas conclusões, a participação de agentes e unidades industriais como elementos de absorção de poupanças disponibilizadas na economia através do mercado hipotecário, ou seja, como *prestatários* de um dos principais espaços de canalização e confluência de recursos monetários e de financiamento gerados pela estrutura de exportação, fosse através dos enlaces financeiros diretos (transações realizadas pessoalmente entre os portadores de fortunas agrárias e os próprios industriais) ou da configuração institucional própria que assumiram os enlaces fiscais (o sistema bancário nucleado pelo Banco de Crédito Real de Minas Gerais).

A inserção dos setores sociais e unidades econômicas identificadas com o setor industrial como receptores destes financiamentos em um mercado como o de hipotecas é, obviamente, significativa. Como no caso da estrutura de exportação, permitiu que ativos tangíveis identificados com a produção industrial (máquinas, equipamentos e instalações, benfeitorias, imóveis, etc.) se colocassem como garantias, configurando-lhes uma devida representação financeira e com o conseqüente impacto e flexibilização do processo específico de acumulação do capital industrial, em especial sujeito às sucessivas variações conjunturais na forma que vinham ocorrendo na economia; em outras palavras, serviu como espaço particularmente útil de renegociação e redimensionamento temporal de *passivos* muitas vezes acumulados no movimento de giro das unidades industriais, revelando uma importante interseção entre os espaços de financiamento de curto e longo prazo e sua funcionalidade para a reprodução da própria estrutura industrial; se considerarmos os dados revelados no trabalho, os montantes de recursos envolvidos foram significativos, especialmente se considerarmos alguns empréstimos em particular e a origem endógena e predominantemente agrária dos capitais disponibilizados

(entre o Banco e emprestadores individuais), em que pese a relativa exigüidade destas transações quando inseridas no conjunto do universo do mercado hipotecário local. Devemos ter em vista que os dados considerados demonstram exclusivamente as transações realizadas entre industriais e credores vinculados, de uma forma ou de outra, à renda decorrente da produção de exportação.

Contudo, para além do mercado hipotecário, outros importantes mecanismos e instrumentos presentes e desenvolvidos no universo de financiamento de longo prazo vêm evidenciar a articulação entre padrões e formas de acumulação realizados pelo processo de industrialização e aqueles identificados com a riqueza financeira originada das inversões do capital cafeeiro. A transformação e reconfiguração das unidades de produção fabris do município (uma decorrência natural da própria evolução do processo de industrialização que vinha sofrendo) alterou a composição do capital do setor e a natureza de sua demanda de financiamento do universo de curto para aquele de longo prazo. Mais que suas próprias dimensões, como resultado desta reconfiguração, a própria natureza destas unidades como organizações também se modificou de um padrão baseado tipicamente em sociedades simples para outro fundamentado na organização acionária, dotando estas unidades de uma capacidade bem superior de endividamento e *alavancagem financeira* através de novos instrumentos de captação de recursos de longo prazo disponíveis na economia local e regional.

Ora, a configuração acionária constitui, como se sabe, a representação financeira mais importante dos ativos reais de qualquer empresa ou firma, processando em sua essência a transformação destes ativos em *bens intangíveis* (títulos e papéis representativos de riqueza), possibilitando a pulverização, melhor distribuição, transferência e negociabilidade de valores de outra forma imobilizados, redimensionando por si só a capacidade de movimentação de recursos por parte das firmas e sua eventual articulação com o mercado de capitais no qual se inseriam. Sua presença neste mercado implica elemento importante e sintomático de sua evolução e delimitação enquanto tal e, conjuntamente com outros títulos vinculados a organizações acionárias, constituirão novas e significativas oportunidades para investimentos de poupanças, agilizando e aperfeiçoando as transações em seu interior e o próprio remanejamento de recursos entre os setores aqui em questão.

A presença do capital agrário na organização de companhias acionárias no município foi, julgamos, devidamente equacionada e comprovada no âmbito desta análise, cabendo relembrar sua importância no surgimento destas companhias em setores tão significativos para a

composição do complexo regional quanto para a própria transformação capitalista que sofria: aperfeiçoamento do sistema de transportes, instituições financeiras, infra-estrutura, energia elétrica, serviços públicos, entre outros, seriam objeto de transferências maciças de meios financeiros originados diretamente na cafeicultura através da aquisição de ações, com tudo o que implicavam no âmbito do aperfeiçoamento da organização empresarial e desenvolvimento do mercado financeiro.

É certo que esta participação constitui fenômeno muito mais marcante nos períodos iniciais da análise, mantendo uma posição declinante na medida em que as próprias formas sociais que assumiam as fortunas e poupanças locais refletiam o movimento de diversificação setorial que marcou a dinâmica do complexo regional. Assim, quando ocorreu a transformação nas bases da organização da produção industrial (iniciada, grosso modo, no final da Primeira Guerra e encontrando na década de 1920 seu momento mais significativo), a participação do capital agrário esteve longe de caracterizar o processo. No entanto, se relembrarmos a presença destes mesmos ativos no portfolio e composição da riqueza de vários fazendeiros de café, as origens e raízes de empreendedores industriais na própria cultura de exportação e a relação visceral de alguns setores industriais com algumas esferas da agricultura que tiveram nas rendas decorrentes das exportações parte importante de sua própria constituição, como no caso dos laticínios, percebemos que os efeitos de encadeamento financeiros aqui em pauta e a transferência de recursos originados na cafeicultura para a indústria através do mecanismo específico do mercado acionário encontram seu devido dimensionamento nos quadros da estrutura e dinâmica do complexo regional.

A organização desta instância particular do conjunto do mercado de capitais local constituiu elemento particularmente importante da formação e delineamento da própria estrutura financeira deste complexo, permitindo que todo o potencial da mobilização e circulação de títulos financeiros representativos de inversões reais no setor industrial fosse realizado como parte da reprodução de haveres financeiros disponibilizados no interior da própria economia. Desta maneira, houve uma internalização contínua destes fluxos de financiamento com um nítido contorno de um mercado acionário primário e a devida participação e dinamização das formas de poupança local (inclusive a agrária) no desempenho da acumulação e crescimento do setor industrial do complexo agroexportador da Mata.

Mas outros títulos tipicamente vinculados à forma de organização acionária vão demonstrar de maneira muito mais clara o potencial e o significado que viriam a assumir as transferências do capital cafeeiro para o setor industrial através do mercado financeiro no seio da economia regional. Como já analisado no trabalho, as *debêntures*, por suas próprias características, vão se colocar como instrumentos fundamentais de mobilização de haveres financeiros por parte das unidades industriais. Constituindo-se em títulos de captação de recursos relativamente volumosos e de longo prazo, com nítidos vínculos com o processo de acumulação e crescimento do capital industrial local, mantinha uma remuneração fixa aos seus portadores, ao contrário dos títulos acionários. Com estas características viriam a se adaptar e articular especialmente bem com a estrutura de oferta de poupanças da economia, ao menos na forma que assumiu aqueles identificados com o universo agroexportador.

A canalização de recursos para o setor industrial via mercado de capitais através do lançamento destes instrumentos de débito encontrou, assim, no fluxo de renda e disponibilidade de recursos gerados e retidos na produção cafeeira um de seus elementos mais importantes e a presença de fazendeiros de café na estrutura social destes débitos se revelou extremamente significativa, principalmente se lembrarmos que estes títulos estiveram particularmente envolvidos com os projetos de investimentos industriais. Os efeitos de encadeamento financeiros que se desenvolveram no interior do complexo regional encontram, portanto, neste mecanismo outro componente esclarecedor de sua expressão e potencial, uma vez evidenciadas não só as transferências como a participação do capital cafeeiro, também aqui, no movimento de acumulação e no próprio processo de industrialização do município.

A consideração conjunta dos mecanismos de financiamento realizados no mercado financeiro local, seja o de curto prazo (com seu complexo movimento e capacidade de mobilização de meios monetários) ou de longo prazo (hipotecário, acionário ou de títulos de débito), demonstra nitidamente a sua importância e funcionalidade no interior da economia regional. Através de seu funcionamento e delimitação é que podemos perceber uma *nova dimensão da participação do capital cafeeiro no processo de diversificação setorial e da própria transição capitalista da economia*. Além disto, em sua “regionalidade implícita” foi responsável em grande parte pela internalização dos fluxos financeiros no espaço da própria economia regional, aspecto essencial para a superação das assimetrias de recursos já consideradas e de sua delimitação como um complexo agroexportador. Esta conclusão, em particular, possui um papel de relevo se

considerarmos o conjunto das estruturas econômicas de produção agroexportadora do país e a historiografia a ela correspondente: *questiona frontalmente a função do Rio de Janeiro como pólo financeiro e de sua Bolsa de Valores como instância de financiamento e de atração inter-regional de recursos*. Mais ainda, torna também evidente a possibilidade de que outras áreas tenham desenvolvido seus próprios mecanismos e espaços de financiamento, sublinhando a importância de sua natureza essencialmente regionalizada e o seu potencial para a transformação de estruturas de produção.

Em outras palavras, por fim, coloca em seu devido patamar outras experiências históricas de transição capitalista e desenvolvimento econômico que ocorreram em universos regionais marcados por sua condição interiorana e/ou periférica e que podem contribuir decisivamente para a compreensão da formação capitalista do país.

Uma última palavra ao leitor: este trabalho faz parte de um esforço conjunto de pesquisadores que têm procurado reinterpretar e resgatar a história regional de Juiz de Fora e da zona da Mata de Minas Gerais, em toda sua riqueza e complexidade, um *patrimônio*, como tantos outros, que tem sido retirado da população da cidade e região. Nossa função foi apenas a de tentar delinear e esboçar sua estrutura própria e forma como se inseriu no contexto histórico aqui considerado. Deixamos para uma nova geração de historiadores a função de refinamento deste esboço ou mesmo o preenchimento de importantes espaços que não pudemos contemplar. A reconstrução do conhecimento historiográfico da cidade e região é, como qualquer outro campo de conhecimento científico, resultado de um trabalho coletivo e que eventualmente convirjam para a mesma direção. Não temos a pretensão, portanto, de apresentar resultados definitivos, mas a de abrir novos espaços de análise, pesquisa e discussão. Se nosso próprio esforço vier a contribuir de alguma forma para este resgate e servir como estímulo para outras pesquisas também reveladoras neste sentido, pensamos ter cumprido boa parte dos objetivos a que nos propomos.

6. Bibliografia

- ABREU, M. (1980). **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana**, Campus, Rio de Janeiro.
- ADAM, J.H. (1989). **Dictionary of Business English**. Longman/York Press, Essex.
- ALVES, M.R. (1988). **Mata Mineira: Passado e Presente – Dois Casos de Análise Econômica**. Cia. Força e Luz Cataguases-Leopoldina. Leopoldina.
- AGUIAR, P. (1973). **Rui e a Economia Brasileira**. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.
- ALBUQUERQUE, M.C. e NICOL, R. (1987). **Economia Agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira**. McGraw-Hill, São Paulo.
- ALMICO, R. (2001). **Fortunas em Movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora – 1870/1914**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas.
- ALVARENGA FILHO, J. T. (1987). “*Alguns Traços da História Bancária de Juiz de Fora.*” In BASTOS et alii. (1987). **História Econômica de Juiz de Fora**.
 _____ (1976). **A Criação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e o Relacionamento de seus Fundadores com D. Pedro II**. s. ed., Juiz de Fora.
- AMED, F.J. e NEGREIROS, P.J. (2000) **História dos Tributos no Brasil**. SINAESP/Nobel, São Paulo.
- ANDERSON, B.L. (1972) “*The Attorney and the Early Capital Market in Lancashire*”. In CROUZET, F. **Capital Formation in the Industrial Revolution**. London, Methuen and Co.
- ANDRADE, S.B. (1987). **A Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)**. Editora da UFJF, Juiz de Fora.
- ARANTES, L.A. (1991). **As Origens da Burguesia Industrial em Juiz de Fora**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói.
- ATAK, J. and ROUSSEAU, P. (1997). **Business Activity and the Boston Stock Market, 1835-1869**. National Bureau of Economic Research, Historical Paper 103, Chicago.
- BACHA, E. (1992). “*Política Brasileira do café: uma avaliação centenária.*” In JOHNSTON, E. e MARTINS, M. (1992). **150 anos de Café**. Salamandra Editorial, São Paulo.
- BALDWIN, R. (1977). “*Padrões de Desenvolvimento nas Regiões de Colonização Recente.*” In SCHWARZ, J. **Economia Regional: textos escolhidos**.
- BASKIN, J. and MIRANTI, P. (1997). **A History of Corporate Finance**. Cambridge University Press.
- BASTOS, C. (1997). **Instituições Financeiras de Minas – 1819/1995**. B.D.M.G., Belo Horizonte.
- BASTOS, P.Z. (2001). **A Dependência em Progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1889-1954)**. Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas.

- BASTOS, W.L. (1987). **História Econômica de Juiz de Fora**. Instituto Histórico e Geográfico de Juiz e Fora, Juiz de Fora.
- _____ (1967). **Francisco Baptista de Oliveira: um pioneiro**. Ed. Paraibuna, Juiz de Fora.
- _____ (1991). **Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, sua descendência**. Ed. Paraibuna, Juiz de Fora.
- BILLICK, J.R. and THOMAS, W.A. (1970) “*The Provincial Stock Exchanges, 1830-1870.*” In **Economic History Review**. XXIII.
- BLASENHEIM, P. (1982). “*Uma História Regional: a zona da Mata mineira.*” In **V Seminário de Estudos Mineiros**. UFMG/PROEP, Belo Horizonte.
- _____ (1994). “*Railroads in Nineteenth-century Minas Gerais.*” **Journal of Latin America Studies**. Cambridge University Press, 26, 347-374.
- BIRCHAL, S. (1994). **Entrepreneurship and the Formation of a Business Environment in Nineteenth-Century Brazil: the case of Minas Gerais**. PhD Dissertation, London School of Economics.
- BORDO, M. (1992). **Financial Crises**. Edward Elgar Publishing Limited, Cambridge, 2 vol.
- BOUVIER, J. (1981). “*Relaciones entre Sistemas Bancarios y Empresas Industriales en el Crecimiento Europeo del Siglo XIX.*” In VILAR, P. (1981). **Industrialización Europea: estadios y tipos**. Editorial Critica, Barcelona.
- HASENBALG, C.A., BRIGAGÃO, C. e COSTA, F. (1970). **O Setor Financeiro no Brasil: aspectos históricos**. Edição dados, Rio de Janeiro.
- CAMERON, R. (1992). **Financing Industrialization**. Edward Elgar Publishing, Cambridge. 2 vol.
- _____ (1992). “*Theoretical Bases of a Comparative Study of the Role of Financial Institutions in the Early Stages of Industrialization.*” In CAMERON, R. **Financing Industrialization**.
- _____ (1974). **La Banca en las Primeras Fases de la Industrialización**. Editorial Tecnos, Madrid.
- CANO, W. (1977). **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. DIFEL, São Paulo.
- _____ (1985). “*Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras.*” In **Revista Estudos Econômicos** (1985) São Paulo, 15(2): 291-306, mai/ago.
- CÁRDENAS, H., OCAMPO, J.A. and THORPE, R. (2000). **The Export Age: The Latin American Economies in the Late Nineteenth and Early Twentieth Centuries**. Palgrave, New York, 2000.
- CARDOSO, C.F. (1979). **Os Métodos da História**. 2 ed., Graal, Rio de Janeiro.
- CARVALHO, D. (1964). **Ensaio de Crítica e História**. Ed. do Autor, Rio de Janeiro.
- CARVALHO, C. (1920). **Estudos de Contabilidade**. 5 ed., Empresa Editora Brasileira, São Paulo, 6 vol.

- CARVALHO DE MENDONÇA, J.X. (1952). **Tratado de Direito Comercial Brasileiro**. 4 ed., Livraria Freitas Bastos, Rio de Janeiro. 12 vol.
- CASTRO, H.M. (1987). **Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. Brasiliense, São Paulo.
- CASTRO, A. B. (1980). “A Industrialização Descentralizada no Brasil.” In **7 Ensaio sobre a Economia Brasileira**. Forense Universitária, São Paulo.
- CHANCELLOR, E. (1999). **The Devil Take the Hindmost: a history of financial speculation**. Farrar, Straus and Giroux, New York.
- CHANDLER, A. (1977) **The Visible Hand: the managerial revolution in American business**. Harvard University Press.
- _____ (1990). **Scale and Scope: the dynamics of industrial capitalism**. Harvard University Press.
- COLLINS, M. (1991). **Banks and Industrial Finance in Britain, 1800-1939**. Cambridge University Press.
- COSTA, E.V. (1982). **Da Senzala à Colônia**. 2 ed., Ed. Ciências Humanas, São Paulo.
- COSTA, F.N. (1978). **Bancos em Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, 2 vol.
- _____ (1999). **Economia Monetária e Financeira**. Makron Books, São Paulo.
- COTTRELL, P. (1993). **Industrial Finance, 1830-1914**. Gregg Revivals, Methuen.
- COUTINHO, C.S. (1997). **Rentismo e Capitalismo: um estudo sobre as trajetórias da riqueza financeira**. Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas.
- CROUZET, F. (1972). “Introduction.” In MATHIAS, P. **Capital Formation in the Industrial Revolution**.
- _____ (1992). “Capital Formation In Great Britain during the Industrial Revolution.” In CAMERON, R. **Financing Industrialization**.
- DALTON, G. (1968). **Primitive, Archaic and Modern Economies: essays of Karl Polanyi**. Beacon Press, Boston.
- DAVIS, L. (1960). “The New England Textile Mills and the Capital Markets: a study of industrial borrowing 1840-1860.” In **The Journal of Economic History**. Vol. XX, n.1, march.
- DEAN, W. (1971). **A Industrialização de São Paulo**. DIFEL, São Paulo.
- _____ (1977). **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura – 1820/1920**. Paz e Terra, São Paulo.
- _____ (1966). “The Planters as Entrepreneur: The Case of São Paulo”. **Hispanic America Historical Review**. May, 46.

- _____ (1980). “*A Industrialização Durante a República Velha.*” In FAUSTO, B. (Org). **História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Republicano.** DIFEL, São Paulo, vol. 8
- DEANE, P. (1992). “*The Role of Capital in the Industrial Revolution.*” In CAMERON, R. **Financing Industrialization.**
- DIAS, F.C. (1971). **A Imagem de Minas – Ensaio de Sociologia Regional.** Imprensa Oficial, Belo Horizonte.
- DICKSON, P.G.M. (1967). **The Financial Revolution in England: a study in the development of public credit – 1688/1756.** Macmillan, New York
- DRUMMON, I. “*Innis, Harold Adams (1894-1952)*”. In EATWEALL, J., MILGATE, M. and NEWMAN, P. (1998). **The New Palgrave: a dictionary of economics.** Macmillan, London, vol. 2 pp. 857-858
- DULCI, O. S. (1999). **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais.** Ed. UFMG, Belo Horizonte.
- EATWEALL, J., MILGATE, M. and NEWMAN, P. (1998). **The New Palgrave: a dictionary of economics.** Macmillan, London. 4 vol.
- ESTEVES, A. (1915). **Álbum do Município de Juiz de Fora.** Imprensa Oficial, Belo Horizonte.
- FARIA, B. (1912) **Código Commercial Brasileiro.** 2 ed., Ed. Jacintho Ribeiro dos Santos, Rio de Janeiro.
- FERGUSON, N. (2001). **The Cash Nexus – Money and Power in the Modern World.** Basic Books, New York.
- FERREIRA, M. **A Crise dos Comissários de Café do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói.
- FIRTH, R. and YAMEY, B.S. (1969). **Capital, Saving and Credit in Peasant Societies.** Saldine Publishing Company, Chicago.
- FONSECA, W. (1987). **Pequena Enciclopédia da Cidade de Juiz de Fora.** Ed. Ícone, São Paulo.
- FONT, M. (1992). “*City and Countryside in the Onset of Brazilian Industrialization.*” In **Studies in Comparative International Development.** Vol 27, n. 3.
- FRAGOSO, J.L. (1983). **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul – 1890/1920.** Dissertação de Mestrado, UFRJ, Niterói.
- FRANCO, M.S. (1983). **Homens Livres na Ordem Escravocrata.** 3 ed., Kairós, São Paulo.
- FRANCO, G.B. (1983). **Reforma Monetária e Instabilidade durante a Transição Republicana.** BNDES, São Paulo.
- FRITSCH, W. (1988). **External Constraints on Economic Policy in Brazil, 1889-1930.** University of Pittsburgh Press.

- GIROLETTI, D. (1980). **A Industrialização de Juiz de Fora**. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte.
- _____ (1987). **A Modernização Capitalista em Minas Gerais**. Tese de Doutorado, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro.
- GLASNER, D. (1997) **Business Cycles and Depressions: an encyclopedia**. Garland Publishing, New York and London.
- GOLDSMITH, R. (1986). **Desenvolvimento Financeiro sob um Século de Inflação**. Harbra, São Paulo.
- _____ (1969). **Financial Structure and Development**. Yale University Press.
- _____ (1987). **Premodern Financial Systems: a historical comparative study**. Cambridge University Press.
- GORENDER, J. (1985). **O Escravismo Colonial**. Ática, São Paulo.
- GRANZIERA, R. (1979). **A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil**. Hucitec, São Paulo.
- GREEN, G. (1972). **Finance and Economic Development in the Old South**. Stanford University Press.
- GREENHILL, R. (1977). “*The Brazilian Coffee Trade*.” In. PLATT, D.C. **Business Imperialism, 1840-1930**. Oxford University Press.
- GUGGENHEIM, T. (1989). **Preclassical Monetary Theories**. Pinter Publishers, London.
- GURLEY, J. and SHAW, E. (1992). “*Financial Aspects of Economic Development*.” In CAMERON, R. **Financing Industrialization**.
- HABER, S. (1997). **How Latin America Fell Behind: essays on the economic histories of Brazil and Mexico, 1800-1914**. Stanford University Press.
- _____ (1997). “*Financial Markets and Industrial Development: a comparative study of governmental regulation, financial innovation, and industrial structure in Brazil and Mexico, 1840-1930*.” In HARBER, S. (1997). **How Latin America Fell Behind**.
- _____ (1996). **The Efficiency Consequences of Institutional Change: financial market regulation and industrial productivity growth in Brazil, 1866-1934**. National Bureau of Economic Research, Historical Paper n. 94, Chicago.
- HANLEY, A.G. (1995) **Capital Markets in the Coffee Economy: financial institutions and economic change in São Paulo, Brazil, 1840-1905**. PhD. Dissertation, Stanford University.
- HANNAH, L. (1976). **The Rise of Corporate Economy**. Methuen and Co. Ltd., London.
- HASENBALG, C.A., BRIGAGÃO, C. e COSTA, F. (1970). **O Setor Financeiro no Brasil: aspectos históricos**. Edição dados, Rio de Janeiro.
- HIRSCHMAN, A. (1985). “*Desenvolvimento por Efeitos em Cadeia: uma abordagem generalizada*.” In SORJ et alii. **Economia e Movimentos Sociais na América Latina**. Brasiliense, São Paulo.
- _____ (1998). “*Linkages*”. In EATWELL, J., MILGATE, M. and NEWMAN, P. **The New Palgrave – A Dictionary of Economics**. Macmillan, New York, vol. 3, pp. 206-210.

- HOFFMAN, P. POSTEL-VINAY, G. and ROSENTHAL, J.L. (1992). "*Private Credit in Paris, 1690-1840.*" In **The Journal of Economic History**. Vol. 52, n. 2, june.
- HOFFMAN, P.T., POSTEL-VINAY, G. AND ROSENTHAL, J-L. (2000). **Priceless Markets: the political economy of credit in Paris, 1660-1870**. University of Chicago Press.
- HOMER, S. and SYLLA, R. (1996). **A History of Interest Rates**. 3 ed., Rutgers University Press.
- HUMPHREY, T. (1993). **Money, Banking and Inflation: essays in the history of monetary thought**. Edgar Elgar Publishing, Vermont.
- HYLAND, R. (1992). "*A Fragile Prosperity: Credit and Agrarian Structure in the Cauca Valley, Colombia, 1851-1887.*" In **Hispanic American Historical Review**. 62(3), 369-406.
- IGLESIAS, F. (1985). "*Agricultura em Minas Gerais na Republica Velha.*" In **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, 15(2):241-263, mai/ago. IPE/USP.
- JAMES, J. (1976) "*The Development of the National Money Market, 1893-1911.*" In **Journal of Economic History**. Vol. XXXVI, n.4, dec.
- JONES, C. (1977). "*Commercial Banks and Mortgages Companies.*" In PLATT, D.C.M. **Business Imperialism, 1840-1930**. Oxford University Press.
- KILBOURNE, H. (1995). **Debt, Investment, Slaves: credit relations in east Feliciana parish, 1825-1885**. University of Alabama Press.
- KINDLEBERGER, C. (1992). **A Financial History of Western Europe**. Oxford University Press. Oxford.
- _____ (1992). **Manias, Pânico e Crashes**. Ed. Ortiz, Porto Alegre.
- _____ (1997). **Economic Laws and Economic History**. Cambridge University Press.
- KILLICK, J.R. and THOMAS, W.A. (1970). "*The Provincial Stock Exchanges, 1830-1870.*" In **Economic History Review**. XXIII.
- KOHN, M. (1999). **Finance Before the Industrial Revolution: an introduction**. Department of Economics, Dartmouth College, Working Paper 99-01, Hanover.
- KULA, W. (1977). **Problemas y Métodos de la Historia Económica**. 3 ed., Península, Barcelona.
- LAGEMANN, E. (1985). **O Banco Pelotense e o Sistema Financeiro Regional**. Mercado Aberto, Porto Alegre.
- LAMOREAUX, N. (1986) "*Banks, Kinship and Economic Development: the New England case*". In **Journal of Economic History**. Vol. XLVI, n. 3.
- LANA, A.L. (1985). **A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre em Minas Gerais – 1870/1920**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas.
- LESSA, J. (1985). **Juiz de Fora e seus Pioneiros**. Ed. UFJF, Juiz de Fora.
- LEVY, M.B. (1977). **História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro**. IBMEC, Rio de Janeiro.

- _____ (1980). “*O Encilhamento*”. In NEUHAUS, P. **Economia Brasileira: uma visão histórica**. Campus, Rio de Janeiro.
- _____ (1994). **A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas**. Ed. UFRJ, Rio de Janeiro.
- LEWIS, A. (1978). **Crecimiento y Fluctuaciones – 1870/1913**. Fondo de Cultura Económica, México.
- LIBBY, D. (1988). **Transformação e Trabalho: Minas Gerais no século XIX**. Brasiliense, São Paulo.
- LIMA, J.H. (1981). **Café e Indústria em Minas Gerais – 1870-1920**. Vozes, Rio de Janeiro.
- LINHARES, M.Y. e SILVA, F.C. (1981). **História da Agricultura Brasileira**. Brasiliense, São Paulo.
- LOPES, O. P. (1973). “*Comércio da Rua Halfeld*”. In **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora**. IHGJF: Juiz de Fora, ano 7, nº 07, dezembro de 1973.
- LUZ, N.V. (1980). “*Joaquim Murtinho e o Darwinismo Econômico*”. In **Idéias Econômicas de Joaquim Murtinho**. Senado Federal/Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.
- MARCONDES, R. (1998). **A Arte de Acumular na Economia Cafeeira**. Ed. Stiliano, Lorena
- _____ (1999). **O Financiamento Hipotecário da Cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista**. Mimeo.
- MARICHAL, C. (1997). “*Obstacles to the Development of Capital Markets in Nineteenth-Century Mexico*.” In HABER, S. **How Latin America Fell Behind**.
- MARTINS, J.S. (1981). **O Cativo da Terra**. 2 ed., Ed. Ciências Humanas, São Paulo.
- MARTINS, R. (1980). **A Economia Escravista em Minas Gerais no Século XIX**. Cedeplar/UFMG, Belo Horizonte.
- _____ (1976). “*A Interpretação do Crescimento com Liderança das Exportações: modelos teóricos e a experiência brasileira*.” In PELAEZ, C.M. e BUESCU, M. (1976). **A Moderna História Econômica**. APEC, Rio de Janeiro.
- _____ e MARTINS, M.C. (1984). “*As Exportações de Minas Gerais no Século XIX*”. In **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. UFMG, jan., Belo Horizonte.
- MARTINS, A. and MARTINS, R. (1983). “*Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited*” In **Hispanic American Historical Review**. 63(3), 537-568.
- MARSHALL, A. (1965). **Money Credit and Commerce**. Augustus M. Kelley, New York.
- MARX, K. (1986). **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política**. 14 ed., Siglo Veintiuno, Bogotá. 3 vol.
- _____ (1985). **O Capital**. Abril Cultural, Rio de Janeiro, 5 vol.
- MASCARENHAS, N.L. (1954). **Bernardo Mascarenhas e o Surto Industrial de Minas Gerais**. Ed. Aurora, Rio de Janeiro.

- MATHIAS, P. (1969). **A Primeira Nação Industrial: uma história econômica da Inglaterra – 1700/1914**. Assírio e Alvim., Lisboa.
- _____ (1972). **Capital Formation in the Industrial Revolution**. Methuen and Co. Ltd., London.
- _____ (1993). **As Primeiras Revoluções Industriais**. Publicações D. Quixote, Lisboa.
- MATTOON, R. (1977) “*Railroads, Coffee, and the Growth of Big Business in São Paulo, Brazil.*” In **Hispanic America Historical Review**. Vol. 57, n.2.
- MELO, H. P. (1993). **O Café e a Economia do Rio de Janeiro – 1870/1920**. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro.
- MELLO, J.M. (1982). **O Capitalismo Tardio**. 2 ed., Brasiliense, São Paulo.
- MELLO, P.C. (1984). **A Economia da Escravidão nas Fazendas de Café**. IPEA, Rio de Janeiro, mimeo.
- MELLO, Z.M.C. (1983). **As Metamorfoses da Riqueza**. Hucitec, São Paulo.
- MERCADANTE, P. (1973). **Os Sertões do Leste**. Zahar, Rio de Janeiro.
- _____ (1990). **Crônica de Uma Cidade Cafeeira – Carangola: o vale e o Rio**. Editora Itatiaia, Belo Horizonte.
- MIRON, J. (1996) **The Economics of Seasonal Cycles**. MIT Press, Cambridge.
- MIZRUCHI, M. and STEARNS, L.B. (1994). “*Money, Banking and Financial Markets.*” In SMELSER, N. and SWEDBERG, R. **The Handbook of Economic Sociology**.
- MONTEIRO, A.M. (1985). **Empreendedores e Investidores na Indústria Têxtil no Rio de Janeiro: 1878-1895**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói.
- MINSKY, H. (1982). “*Finance and Profits: the changing nature of American business cycles.*” In id. **Can “It” Happen Again?** M.E. Sharpe, Inc., New York.
- MIRANDA, S.R. (1990). **Cidade, Capital e Poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói.
- MULINEAUX, A.W. (1990). **Business Cycles and Financial Crises**. University of Michigan Press.
- NEAL, L. (1997). “*The Finance of Business during Industrial Revolution.*” In FLOUD, R. and McCLOSKEY, D.N. **The Economic History of Britain since 1700**. Cambridge University Press, Vol. 1.
- NEALE, W.C. (1976). “*El Mercado en la Teoría y la Historia.*” In POLANY, K., ARENSBERG, C. e PEARSON, W. (1976). **Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos**. Editorial Labor, Barcelona.
- NETO, A.D. (1966). **O Problema do café no Brasil**. IPE/USP, São Paulo.
- NORTH, D. (1977). “*Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional.*” In SCHWARTZMAN, J. **Economia Regional: textos escolhidos**.

- NOZOE, N. (1984). **São Paulo: economia urbana e industrialização**. IPE/USP, São Paulo.
- ODELL, K. (1992). **Capital Mobilization and Regional Financial Markets, 1850-1920**. Garland Publishing, New York and London.
- OLIVEIRA, P. (1953). **História de Juiz de Fora**. Dias Cardoso, Juiz de Fora.
- _____ (1969). **Companhia Mineira de Eletricidade**. Tipografia Lar Católico, Juiz de Fora.
- OLIVEIRA, M.R. (1999). **Negócios e Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870**. Tese de Doutorado, UFF, Niterói.
- PAULA, M.C. (1976). **As Vicissitudes da Industrialização Periférica: o caso de Juiz de Fora – 1930/1970**. Dissertação de Mestrado, UFMG, Belo Horizonte.
- PEARCE, D.W. (1992). **The MIT Dictionary of Modern Economics**. 4 ed., The MIT Press, Cambridge.
- PEDROSA, M.X. (1962). “Zona Silenciosa da Historiografia Mineira – A zona da Mata”. In **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**. 9:189-230, Belo Horizonte.
- PELAEZ, C.M. (1971). “Análise Econômica do Programa Brasileiro de Sustentação do Café – 1906-1945: teoria, política e medição.” In **Revista Brasileira de Economia**. Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro.
- PIRES, A. (1993). **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói.
- PLATT, D.M. (1977). **Business Imperialism 1840-1930**. Oxford University Press.
- POLANYI, K., ARENSBERG, C. e PEARSON, W. (1976). **Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos**. Editorial Labor, Barcelona.
- POLLARD, S. (1992). “Fixed Capital in the Industrial Revolution in Britain.” In CAMERON, R. **Financing Industrialization**.
- POWELL, E. (1966). **The Evolution of the Money Market, 1385-1915**. Frank Cass and Co. Ltd., London.
- PRADO, L.C.T.D. (1991) **Commercial Capital, Domestic Market and Manufacturing in Imperial Brazil: the failure of Brazilian economic development in the XIXth century**. PhD. Dissertation, Queen Mary and Westfield College, London.
- PROCÓPIO FILHO, J. (1966). **Retalhos do Passado**. s. ed., Juiz de Fora.
- _____ (1948). **Rotina Bancária**. Cia. Dias Cardoso, Juiz de Fora.
- _____ (1939). **Títulos Cambiais – repressão à usura**. Cia. Dias Cardoso, Juiz de Fora.
- _____ (1966). “A História Bancária de Juiz de Fora.” In Id. **Retalhos do Passado**.
- _____ (1973). **Aspectos da Vida Rural de Juiz de Fora**. s. ed., Juiz de Fora.
- _____ (1979). **Salvo Erro ou Omissão: gente juiz-forana**. Ed. do autor, Juiz de Fora.

- RIDDINGS, E. (1994). **Business Interest Groups in Nineteenth-Century Brazil**. Cambridge University Press.
- RIBEIRO, J. (1990). “*Banco de Crédito Real de Minas Gerais*.” In **Um Banco de todos os Tempos – Credireal 101 anos**. Edição Comemorativa.
- RIBEIRO, B. e GUIMARÃES, M.M. (1967). **História dos Bancos e do Desenvolvimento Financeiro do Brasil**. Pro-Service Editora, Rio de Janeiro.
- RIST, C. (1945). **Historia de las Doctrinas Relativas al Crédito y la Moneda**. Bosch, Barcelona.
- ROCKOFF, H. (2003). **Prodigals and Projectors: an economic history of usury laws in the United States from colonial times to 1900**. National Bureau of Economic Research, Cambridge, Working Paper 9742, Chicago.
- ROSENTHAL, J. (1994) “*Rural Credit Markets and Aggregate Shocks*.” In **Journal of Economic History**. Vol. 54, n.2. jun.
- ROUSSEAU, P.L. and SYLLA, R. (1999). **Emerging Financial Markets and Early U.S. Growth**. National Bureau of Economic Research, Working Paper 7448, Chicago.
- ROUSSEAU, P. (1999) **Share Liquidity and Industrial Growth in an Emerging Market: the case of New England, 1854-1897**. National Bureau of Economic Research, Historical Paper 117, Chicago.
- ROTHEMBERG, W. (1985). “*The Emergence of a Capital Market in Rural Massachusetts, 1730-1838*.” In **The Journal of Economic History**. Vol. XXII, December.
- SÁ, A.L. (1992). **Origens de um Banco Centenário**. Edição Comemorativa do Banco de Crédito Real, Juiz de Fora.
- SAES, F. (1986). **A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira**. Hucitec, São Paulo.
- _____(1986). **Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista – 1850/1930**. IPEA/USP, São Paulo.
- _____(1997). “*Crescimento e Consolidação do Sistema Bancário na Década de 1920*.” In LORENZO, H. e COSTA, W. **A Década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno**. UNESP/FAPESP, São Paulo.
- SARAIVA, L.F. (2001). **Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora – 1870/1900**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói.
- SHEINKMAN, J. and GLAESER, E. (1994). **Neither a Borrower nor a Lender Be: an economic analysis of interest restrictions and usury laws**. Nation Bureau of Economic Research (NBER), Cambridge, Working Paper 4954.
- SHILLER, R. (1998). **Human Behavior and the Efficiency of the Financial System**. National Bureau of Economic Research, Working Paper 6375, Chicago.

- SOUZA, S. (1998). **Além dos Cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do século XIX.** Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói.
- SHULZ, J. (1996). **A Crise Financeira da Abolição – 1875/1901.** EDUSP/Instituto Fernand Braudel, São Paulo.
- SCHWARTZ, A. (1987). **Money in Historical Perspective.** University of Chicago Press, Chicago.
- SHWARTZMAN, J. (1977). **Economia Regional - textos escolhidos.** CEDEPLAR/REDE MINTER, Belo Horizonte.
- SILVA, S. (1977). **Expansão Cafeeira e as Origens da Indústria no Brasil.** Ed. Alfa Omega, São Paulo.
- SINGER, P. (1968). **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana.** Cia. Editora Nacional, São Paulo.
- SLENES, R. (1985). **O Múltiplo de Porcos e Diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX.** IFCH/UNICAMP, Campinas.
- SMELSER, N. and SWEDBERG, R. (1994). **The Handbook of Economic Sociology.** Princeton University Press, Princeton.
- STEHLING, L. (1979). **Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os Alemães.** Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, Juiz de Fora.
- STEIN, S. (1969). **Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba.** Brasiliense, São Paulo.
- STOLCKE, V. (1986). **Cafeicultura – Homens, Mulheres e Capital.** Brasiliense, São Paulo.
- SUZIGAN, W. (1986). **Indústria Brasileira: origens e desenvolvimento.** Brasiliense, São Paulo.
- _____ e PELAEZ, C.M. (1992). **História Monetária do Brasil.** Ed. UnB, Brasília.
- SUMMERHILL, W. (1997). “*Transport Improvements and Economic Growth in Brazil and Mexico.*” In HABER, S. **How Latin America Fell Behind.**
- SUSHKA, M. and BARRET, W. (1984) “*Banking Structure and the National Capital Market, 1869-1914.*” In **The Journal of Economic History.** Vol. XLIV, n. 2, jun.
- SYLLA, R. (1992). “*American Banks and the Finance of Industry, 1880-1920: perspectives on the visible hand.*” In CAMERON, R. **Financing Industrialization.**
- SWEDBERG, R. (1994) “*Markets as Social Structures.*” In SMELSER, N. and SWEDBERG, R. **The Handbook of Economic Sociology.**
- SWEIGART, J. (1980). **Financing and Marketing Brazilian Export Agriculture: the coffee factors of Rio e Janeiro, 1850-1888.** PhD. Thesis, University of Texas.
- TANNURI, L. (1981). **O Encilhamento.** Hucitec, São Paulo.

- TAVARES, M.C. (1982). **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. 10 ed., Zahar, Rio de Janeiro.
- _____ (1985). **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. UNICAMP, Campinas.
- TAWNEY, R.H. (1965). “*Introduction*.” In WILSON, T. **A Discourse of Usury**. Frank Cass and Co. Ltd. London.
- TOYOSHIMA, S.H. (1986). **Evolução de uma Economia Periférica: o caso de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo.
- TRINER, G. (1996). **Banks and Economic Development: 1906-1930**. PhD. Thesis, Columbia University.
- _____ (1996). “*Banking, Economic Growth and Industrialization: Brazil, 1906-1930*.” In **Revista Brasileira de Economia**. Fundação Getúlio Vargas, vol. 50, Rio de Janeiro.
- _____ (1996) “The Formation of Modern Brazilian Banking, 1906-1930.” In **Journal of Latin American Studies**. Cambridge Economic Press, 28.
- VALVERDE, O. (1958). “*O Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais*.” In **Revista Brasileira de Geografia**. 20(1) 3-82, jan./mar., Rio de Janeiro.
- VERSIANI, M.T. (1991). **The Cotton Textile Industry of Minas Gerais, Brazil: beginnings and early development, 1868-1906**. PhD. Thesis, University College, London.
- VILLELA, A. e SUZIGAN, W. (1973). **Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira**. IPEA, Rio de Janeiro.
- VIOTTI DA COSTA, E. (1982). **Da Senzala à Colônia**. 2 ed. Ed. Ciências Humanas, São Paulo.
- WATKINS, M. (1977). “*Teoria Primária do Crescimento Econômico*.” In SHCWARTZ, J. **Economia Regional: textos escolhidos**.
- WIEMERS, E. (1985) “*Agriculture and Credit in Nineteenth-Century Mexico: Orizaba and Cordoba, 1822-1871*.” In **Hispanic American Historical Review**. 65 (3), 519-546.
- WILLUMSEN, M.J. e DUTT, A.K. (1991). “*Café, Cacau e Crescimento Econômico no Brasil*.” In **Revista Brasileira de Economia**. Vol. 11, n.3, set./out.
- WIRTH, J. (1982). **O Fiel da Balança: Minas Gerais na confederação brasileira – 1889/1937**. Paz e Terra, São Paulo.